

**UNIVERSIDADE DE VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS

**A UNIVERSIDADE NO PIAUÍ, DAS FACULDADES ISOLADAS À
FEDERALIZAÇÃO: um olhar através do seu primeiro quadro docente.**

**SÃO LEOPOLDO – RS
2019**

FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS

**A UNIVERSIDADE NO PIAUÍ, DAS FACULDADES ISOLADAS À
FEDERALIZAÇÃO: um olhar através do seu primeiro quadro docente.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

**SÃO LEOPOLDO – RS
2019**

C198u

Campos, Francisca das Chagas Lopes.

A universidade no Piauí, das faculdades isoladas à federalização: um olhar através do seu primeiro quadro docente / Francisca das Chagas Lopes Campos. – 2019.

425 f.: il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez.”

1. Universidade Federal do Piauí. 2. Escolas - Localização. 3. Universidades e Faculdades – Corpo docente. 4. Desenvolvimento social. I. Título.

CDU 378(091)(812.2)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant'Anna – CRB 10/2360)

Francisca das Chagas Lopes Campos

**A UNIVERSIDADE NO PIAUÍ, DAS FACULDADES ISOLADAS À
FEDERALIZAÇÃO: um olhar através do seu primeiro quadro docente.**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Roldão Ribeiro Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dr^a. Ana Paula Korndörfer
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

À minha família, em especial meus netos, Ruben Gabriel, Caio Benjamin e Lucas Eduardo, embora este trabalho não compense a minha ausência nos seus primeiros anos de vida, que sirva de mostra que não foi por omissão. Amo a todos.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar um trabalho como este, são muitas as pessoas a quem temos de agradecer, porque, em torno de quem o produz, de alguma forma, elas estão envolvidas; entretanto, creio que, sem os cuidados particulares de Deus e da Mãe do Belo Amor, eu hoje não estaria aqui contando esta história; foram eles quem me guiaram os passos e me animaram/reanimaram a cada instante.

Aos meus pais, Francisco Florindo Lopes e Ana Lopes de Oliveira (in memoriam). Ele, homem de poucas letras, mas de sabedoria imensurável, capaz de, na velhice, abdicar do conforto do torrão natal para possibilitar acesso à educação à sua prole.

À minha mãe, pelos momentos de angústia e solidão, com distanciamento de seus familiares, resistindo firme à falta de recursos econômico-financeiros em consequência do projeto de seu parceiro de vir para a cidade grande educar os filhos, muito obrigada.

Aos meus irmãos Alvani, Oscar, Onias (in memoriam), Messias, Milton (in memoriam), Alzir e Socorro pelo apoio, pela torcida e por não me cobrarem presença, por compreenderem o meu distanciamento, muito obrigada.

Ao meu esposo, Inácio de Loiola de Oliveira Campos, meu amor, por seu companheirismo e colaboração, especialmente considerando sua saúde fragilizada (internações, procedimentos cirúrgicos) durante esta fase de doutoramento, mesmo assim me ouvia quando não queria ouvir, mas foi capaz de ler e me incentivar, principalmente nas horas que pareciam intermináveis, muito obrigadas.

Aos meus filhos: Leila Bianca, Vanessa Karene e Loiola Júnior, amores meus, apesar de sentirem a minha falta, mas compreenderam a minha necessidade incansável de saber.

Ao meu genro, Carlos Augusto Coutinho Maia, pela solidariedade e colaboração.

À minha nora Marcelina Pimentel pelo incentivo, obrigada.

Ao meu cunhado, Josmar Vieira da Silva, pela colaboração nas incansáveis viagens à Parnaíba em busca de fontes para a construção desta obra, muito obrigada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez, que, de forma serena e eficiente, me conduziu pelos desafios da construção desta tese.

Às Professoras Doutoras: Ana Paula Korndörfer e Berenice Corsetti, pelas leituras e orientações no processo de Qualificação de Tese, muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Antonio Fonseca dos Santos Neto (UFPI) pela gentileza de atender as minhas solicitações na busca de fontes.

Ao Diretor do CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI Professor Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade, por colaborar nesta pesquisa viabilizando acesso aos arquivos do primeiro quadro de professores da UFPI.

Aos cidadãos parnaibanos, participantes desta pesquisa: Adilson Farias de Castro, Antônio Alexandre Duarte, Israel José Nunes Correia, José Néilson de Carvalho Pires, Lauro Andrade Correia e Mariano Bento Soares.

Aos Professores da UFPI, Antônio de Pádua Emérito, em memória, e Ronaldo Pinto Marques, que me permitiram ouvir as suas recordações e impressões, sem as quais seria impossível elaborar os nexos desta Tese.

Aos funcionários dos departamentos da UFPI, Campus Ministro Petrônio Portella.

Aos funcionários do Museu Histórico do Piauí (Casa Anísio Brito) e da Biblioteca Cromwell de Carvalho, muito obrigada.

Ao funcionário do CMRV/UFPI; da Associação Comercial de Parnaíba; da Federação das Indústrias do Piauí; e demais pessoas, que prontamente me atenderam e me acolheram em Parnaíba, a cada viagem realizada.

Agradeço em particular ao Senhor “Louro”, da Banca de Revista, da Praça da Graça em Parnaíba, sempre me encaminhando ao rumo de novas fontes históricas;

Ao Cosme, colaborador do IHGGP - Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba pelo zelo despendido à preservação dos mananciais históricos daquela cidade.

À Graça, uma das primeiras funcionárias da secretaria da FAFI, hoje aposentada, mas com livre trânsito nos departamentos da UFPI, obrigada por ter me facilitado o acesso aos arquivos do CCHL naquela IES.

Às Faculdades FAPI e FAEPI pela liberação, quando necessário, para o meu deslocamento à UNISINOS, para compromissos presenciais, apoio para a

concretização deste doutoramento, muito obrigada.

Aos colegas professores das referidas Faculdades pela cooperação e por torcerem pela minha conquista.

Ao corpo docente do PPG em História da UNISINOS pelo acolhimento, profissionalismo e ensinamentos que nos dispensaram desde o nosso primeiro encontro, instrumentais teóricos para a compreensão do fenômeno humano no tempo e no espaço, através dos docentes que ministraram, com competência, alegria e sensibilidade, as disciplinas necessárias para a composição dos créditos exigidos pelo Doutorado: Ana Paula Korndörfer, Cláudio Elmir Pereira, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Eloisa Capovilla da Luz Ramos, Hernán Ramiro Ramírez, Jairo Henrique Rogge, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, Maira Vendrame, Maria Cristina Bohn Martins, Paulo Roberto Stuardt Moreira, Marcos Antônio Witt e Marluza Marques Harres.

Obrigada a todas as colaboradoras da Secretaria do PPG em História, na pessoa de sua secretária Saionara Brazil, pelo atendimento que fizeram com presteza, solicitude, delicadeza e alegria, que muito contribuiu para essa vitória final.

Aos meus colegas do curso de Doutorado, turma especial, da FEST da qual trago, com carinho, os momentos de estudos, de incentivo, de alegrias e boas energias.

A Roza, diretora da FEST, pela parceria realizada com a UNISINOS, muito obrigada.

A Ana Maria Almeida, pela presteza e amizade a mim dispensada.

Enfim, a todos que estiveram ao meu lado, contribuindo para que eu pudesse chegar ao fim dessa trajetória de Doutorado, saibam que sua solidariedade fez a diferença.

Descortina-se para o país a alvorada da plenitude democrática [...] a Universidade Brasileira não pode ficar à margem do processo de democratização da nação sob pena de ser acusada pelas gerações futuras de ter, por omissão cavado o próprio tumulo. [...] a Universidade Brasileira está desacreditada. Atravessa sua maior crise nesse século [...]. A sociedade brasileira pede que sua Universidade seja antes de tudo a consciência crítica do seu processo de desenvolvimento [...].

Hélcio Ulhôa Saraiva, 11-11-1980.

RESUMO

Este estudo traz resultados de uma pesquisa histórica sobre a Universidade no Piauí. A problemática implica na transformação das Faculdades Isoladas em Federal, e a ocorrência desse processo, envolvendo conflitos vivenciados pelos professores que compuseram o primeiro quadro de docentes da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no contexto antecedente e subsequente à gestão burocrática, na constituição desta Universidade, e, ademais, como os discursos e as práticas de intelectuais e políticos, usando conceitos como modernidade e progresso, circularam no período da implantação do Ensino Superior no Estado. Esta tese tem, como objetivo geral, evidenciar os mais relevantes conflitos vivenciados na constituição do primeiro Quadro de Docentes da UFPI. Como objetivos específicos, tem-se: analisar o contexto político piauiense na implantação da UFPI; ressaltar as impressões dos professores no período em foco; narrar a criação, e a unificação das faculdades isoladas para surgimento da UFPI; e, avaliar a forma como os professores das faculdades isoladas e a sociedade piauiense em geral interviram nesse processo. O recorte temporal abrange o período da implantação da Faculdade de Direito do Piauí, até a constituição da UFPI e a sua consolidação – 1930-1980. Na pesquisa, utilizou-se de fontes diversas: atas, atos da reitoria, resoluções; relatórios; plano diretor; certidões, registro de constituição da UFPI disponíveis nos arquivos das UFPI/CMRV; jornais, registros fotográficos, mensagens oficiais de governadores e documentos consultados nos acervos do Arquivo Público do Piauí (Teresina) e no IHGPI (Parnaíba). Para a composição da tese, valeu-se da metodologia da história oral, através de depoimentos de pessoas das cidades de Teresina e Parnaíba, que vivenciaram o processo de criação da UFPI. Este estudo mostra um aporte à história da Educação do Brasil, evidenciando o Piauí que, afastado do centro do poder e da economia nacional, fez realizações progressistas, assumindo uma especificidade histórica a partir de sua própria conjuntura. Este estudo proporcionou reconhecer o Piauí e seu poder político, na forma como produziu resultado na instalação de um instrumento de poder para o Estado e seus circunvizinhos.

Palavras-Chave: Modernidade. Desenvolvimento. Progresso. Faculdades Isoladas. Universidade Federal do Piauí.

ABSTRACT

This study brings results of a historical research on the University in Piauí. The problem implies the transformation of Isolated Faculties into Federal, and the occurrence of this process, involving conflicts experienced by the teachers who made up the first staff of professors at the Federal University of Piauí (UFPI), in the context before and after the bureaucratic management, in the constitution of this University, and, in addition, how the speeches and practices of intellectuals and politicians, using concepts such as modernity and progress, circulated during the period of implantation of Higher Education in the State. This thesis has, as the general objective, to highlight the most relevant conflicts experienced in the constitution of the first Faculty of UFPI. As specific objectives, there are: to analyze the Piauí political context in the implantation of UFPI; highlight teachers' impressions in the period in focus; narrate the creation, and the unification of isolated faculties for the emergence of UFPI; and, to evaluate the way in which teachers from isolated colleges and Piauí society in general intervened in this process. The time frame covers the period of implementation of the Faculty of Law of Piauí, until the constitution of UFPI and its consolidation – 1930-1980. The research used different sources: minutes, acts of the rector, resolutions; reports; master plan; certificates, UFPI constitution record available in the UFPI / CMRV archives; newspapers, photographic records, official messages from governors and documents consulted in the archives of the Public Archives of Piauí (Teresina) and IHGPI (Parnaíba). For the composition of the thesis, we used the methodology of oral history, through testimonials from people from the cities of Teresina and Parnaíba who experienced the process of creating UFPI. This study shows a contribution to the history of Education in Brazil, showing Piauí that, far from the center of power and the national economy, made progressive achievements, assuming a historical specificity from its own conjuncture. This study made it possible to recognize Piauí and its political power, in the way it produced results in the installation of an instrument of power for the State and its surroundings.

Key words: Modernity. Development. Progress. Isolated Colleges. Federal University of Piauí.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAUU	Assessoria para Assuntos de Arquitetura e Urbanismo
ABHO	Associação Brasileira de História Oral
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AGESPISA	Águas e Esgotos do Piauí
AGRIPISA	Agroindústria do Piauí S/A
AI	Ato Institucional
APL	Academia Piauiense de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AUP	Universitários Piauienses em Brasília
BEP	<i>Brazilian Exploration Program</i>
BEP	Banco do Estado do Piauí S/A
CADES	Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Centro de Ciências da Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEF	Conselho Federal de Educação
CCHL	Centro de Ciências Humanas e Letras
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CENORTE	Companhia de Eletricidade do Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPRO	Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEPISA	Centrais Elétricas do Piauí S/A
CMRV	Campus Ministro Reis Veloso
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODESE	Comissão de Desenvolvimento do Estado
CODIPI	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí.
COPEVE	Comissão Permanente de Vestibular
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTA	Centro Técnico de Aeronáutica
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
DER	Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí
DNE	Departamento Nacional de Educação
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOE	Diário Oficial do Estado
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FADI	Faculdade de Direito do Piauí
FAFI	Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
FAGEPI	Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí
FAPI	Faculdade de Administração do Piauí
FAUFPI	Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí
FEP	Fundação Educacional de Parnaíba
FEST	Faculdade de Educação Santa Terezinha
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FOMINPI	Fomento Industrial do Piauí

FRIPISA	Frigorífico do Piauí S/A
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
FUNDEC	Fundação Estadual de Desporto e Cultura
GT	Grupo de Trabalho
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IAEE	Instituto de Águas e Energia Elétrica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ILPES	Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PCGE	Primeiro Ciclo Geral de Estudos
PCMC	Proposta de Currículo Mínimo dos Cursos
PL	Partido Libertador
PPGE _d	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI
PR	Partido Republicano
PRP	Partido da Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SPC	Sociedade Piauiense de Cultura
SEMPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SPEC	Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural
SESu	Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SNI	Serviço Nacional de Informações
TELEPISA	Telefones do Piauí S/A
TI	Tempo Integral
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEP	Universidade Estadual do Piauí
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> / Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UNISINOS	Universidade Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Equação da universidade tradicional	219
Figura 2: Equação da universidade em transição	220
Figura 3: Quadro-organograma proposto por Rudolph Atcon	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Professores da FAFI – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971).....	187
Quadro 2: Professores da FADI – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971).....	188
Quadro 3: Professores da Faculdade de Odontologia – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)	189
Quadro 4: Dado dos Professores da Faculdade de Medicina, parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)	190
Quadro 5: Dado dos Professores da Faculdade de Administração parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967 – 1971)	191
Quadro 6: Lei nº 2.990 de 5-11-1969 - Dispõe sobre Plano Salarial: “Cargos de Professor; grupo, níveis e vencimentos da Rede Estadual do Piauí”.	193
Quadro 7: Valor de hora aula professor colaborador da UFP1 1971.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Teresina – População residente por zona e a densidade demográfica - 1940 a 1980	266
----------	---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A MODERNIDADE – SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NO ESTADO DO PIAUÍ	47
2.1 Modernização no Piauí.....	56
3 FACULDADES ISOLADAS NO PIAUÍ: MARCO INICIAL DA CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ (UFPI)	73
3.1 A escalada da política educacional e os desafios para o surgimento das Faculdades Isoladas no Piauí.....	73
3.1.1 Faculdades Isoladas: O contexto do seu surgimento no país e no Piauí.....	85
3.2 Caracterização dos quadros de professores das faculdades isoladas	164
3.2.1 Os Professores da Faculdade Federal de Direito do Piauí.....	166
3.2.2 Os Professores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí	167
3.2.3 Os Professores da Faculdade de Odontologia do Piauí	170
3.2.4 Os Professores da Faculdade de Administração do Piauí - FAPI.....	171
3.2.5 Os Professores da Faculdade de Medicina do Piauí	175
4 PROSOPOGRAFIA: PERFIS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES QUE CONSTITUÍRAM O PRIMEIRO QUADRO DE PROFESSORES DA UFPI	177
4.1 A construção da prosopografia dos Docentes que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1968-1971)	183
4.2 Formas da Remuneração dos Professores	192
5 POLÍTICAS PARA A INSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (1968-1971)	195
5.1 Conceitos de Público e Privado: contextualização da evolução política na modernização.	198
5.2 O regime autoritário no Brasil: atos institucionais e complementares de controle social e governabilidade, com ênfase na economia e na educação.	214
5.3 A federalização das Faculdades Isoladas do Piauí	225
5.4 Constituição da Universidade: o Reitor Pró-Tempore.....	251
6 PROCESSOS DE CRIAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE	288
6.1 Instalação, estrutura e caracterização da política de poderes da UFPI.....	288
6.2 Tratativas sobre condições de trabalho do professorado da UFPI.....	309
6.3 Infraestrutura da UFPI	321
6.4 Organização do ensino da UFPI.....	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS	338
REFERÊNCIAS	349
APÊNDICES	374
ANEXOS	408

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa historiográfica desenvolvida com o objetivo geral de evidenciar os mais relevantes conflitos vivenciados na constituição do primeiro Quadro de Docentes da UFPI. Como objetivos específicos, tem-se: analisar o contexto político piauiense na implantação da UFPI; ressaltar as impressões dos professores no período em foco; narrar sobre a criação e a unificação das faculdades isoladas para surgimento da UFPI; e, avaliar a forma como os professores das faculdades isoladas e a sociedade piauiense em geral interviram nesse processo.

Nesta Introdução, dá-se chamada mais enfática para aspectos da história inicial da Universidade do Piauí, criada com a junção/integralização das cinco Faculdades Isoladas existentes no Estado, objeto de estudo da pesquisa, dando também importante atenção ao surgimento da entidade universidade no Brasil, antes de apresentar a problematizada relação com a nova Gestão instituída com a implantação da UFPI recém-criada, discorrendo, inclusive, as questões norteadoras, as respostas e a justificativa sobre as dificuldades na formação do seu respectivo quadro de professores, os quais eram oriundos das Faculdades Isoladas. Faz-se, também, uma reflexão sobre relações de poder no contexto da criação da UFPI.

A propósito, a narração inicia com um breve histórico sobre o ensino superior, a partir da origem da Instituição Universidade no Brasil, para que se compreenda, com maior clareza, o começo das políticas sociais no campo da educação, e para se entender as dificuldades iniciais dos projetos de implantação do ensino superior no Brasil, como assim transpareceram nas dificuldades enfrentadas na concretização e estabelecimento da Universidade Federal do Piauí, que nasceu com a criação da FADI – Faculdade Isolada de Direito do Piauí, que se efetivou sob a vontade coletiva de intelectuais, políticos e empresários radicados nas cidades de Teresina, capital do Estado, e Parnaíba, cuja força social, talvez, tenha sido mais forte que a vontade político-partidária do estado, na contemporaneidade.

Este documento trata de minha Tese de Doutorado, do curso realizado através do **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, inserido na Linha de Pesquisa: Poder, Ideias e Instituições. Traz o tema “A Universidade no Piauí, das faculdades isoladas à federalização: um olhar através do seu primeiro quadro docente”. Não tem como pretensão esgotar o

assunto, mas abrir uma possibilidade a mais de tratar, amplamente, conforme o que está ao meu alcance, para melhor compreender e divulgar este assunto: a História da Instituição Universidade, em particular, a Universidade Federal do Piauí.

Para abrir a discussão sobre a implantação da Universidade no Piauí entendeu-se necessário construir uma narrativa histórica abrangente, partindo desde as primeiras instituições, criadas no Brasil, até de fato conhecer, na história desta universidade no Piauí, especialmente, no processo de instalação, as impressões dos Professores, que compuseram o seu primeiro Quadro de Docentes.

A pessoa jurídica Universidade, nos seus primórdios, nem sempre foi percebida como uma instituição capaz de colaborar integralmente para o desenvolvimento de um povo, face à ausência de interesse político nesse segmento. Petitat (1994) afirma que, durante a Idade Média, os governantes submetiam-se ao domínio da Igreja, porque se permitiam dominar pelo respeito às crenças religiosas, ou por específico interesse pessoal visando uma particularidade, para manutenção de algum status de condição político-social, considerando que, nos séculos XII e XIII, a estrutura das universidades realizava-se sob o comando especial e exclusivo da Igreja Católica.

Este autor enfatiza que as universidades, à época, comportavam-se de modo indiferente às causas necessárias da sociedade, pela cultura geral. Prevalecia o saber monástico. O monastério era considerado lugar contemplativo. Portanto, o “saber monástico”, esse modo de perceber a universidade, fez dela uma instituição que, indo ou voltando no percurso da história, esteve, como ainda está, sempre necessitando de reformas.

No Brasil, a atuação da Igreja Católica, com grande contribuição, data dos primórdios do período Brasil Colonial, quando suas ordens religiosas se instalaram e tiveram grandes desempenhos catequéticos, evangelizadores e educacionais, criando escolas de primeiras letras, colégios e missões.

No contexto da história, em Portugal, em meados do século XVIII (1750 a 1777), no reinado de Dom José I, foi nomeado Sebastião Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, para exercer o cargo de Primeiro Ministro. Entre várias reformas de cunho laicizantes, e sentindo o poder ameaçador da Companhia de Jesus, com o controle dominador que exercia, com seus jesuítas, quanto às questões ideológicas e políticas, na conjuntura da Reforma Pombalina, em 1759 (e

também pressionado pelos reinos católicos), o então Ministro expulsou os Padres Jesuítas de Portugal e dos territórios dominados pelos portugueses, inclusive os radicados e atuando no Brasil.

A Companhia de Jesus, com seus jesuítas integrantes, foi declarada ilegal, contudo, manteve-se em sobrevida por longo período, em países não católicos, sobretudo Prússia e Rússia, onde a autoridade papal não era reconhecida, e onde essa ordem foi ignorada, possibilitando à Companhia continuar existindo. Mas a sua extinção total ocorreu em 1773, por meio do Breve – *Dominus ac Redemptor*, emitido pela autoridade papal de Roma, o Papa Clemente XIV. No Brasil, tal atitude repercutiu, porque desagregou o sistema escolar, que, em grande parte, era sustentado pelos jesuítas (AZEVEDO, 1984; RAMÍREZ, 2002). Esta entidade religiosa dos Jesuítas volta normalmente à atividade em 1814, nos termos da bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, que revoga o breve de Clemente XIV, que restaura a Companhia de Jesus (LAMET, 2011).

Bruno Vivas de Sá e Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, tendo estudando sobre a Igreja Católica, produziram a obra *A influência da Igreja Católica na Educação Brasileira: da Companhia de Jesus ao Ensino Superior* (2003), colocando uma explicação para o atraso do ensino superior brasileiro, atribuindo ao fato de Portugal não ter logo seguido o caminho que a Europa adotou, a partir do fenômeno do Renascimento.

Portugal, ao seu critério, permaneceu envolto em conflitos, mantendo-se à parte do rumo que o restante dos países europeus tomou. É necessário considerar que o papado investiu fortemente para que Portugal concordasse com o projeto das Cruzadas, que, na análise do historiador Aldo Janotti (1992), foi uma das principais causas do atraso social e cultural português em relação ao restante dos países daquele continente. Antes do século XIII, escreve o historiador Aldo Janotti (1992, p. 115), “Portugal não se afigurava como um país europeu propriamente dito. Situado na extrema periferia da Europa Ocidental, o país tinha a desvantagem de dificilmente poder comunicar-se com a Europa”.

Nesse século, a frente iluminista, pautada pelo uso da razão, em oposição à tradição e ao pensamento religioso, depositava a fé no progresso da ciência e requeria liberdade e tolerância, contrariando o poder absoluto dos reis, base do Antigo Regime. E, tomando-se ainda as referências de Sá e Coelho: enquanto toda

a Europa se transformava, Portugal tentava administrar seu projeto de colonização tendo como referência uma instituição com fortes tendências medievais, a Companhia de Jesus, sobre a qual o historiador Pena (2005), em artigo intitulado “Os apóstolos do tempo moderno: A Companhia de Jesus, e o pensamento neotomista em Portugal”, cogitava discutir acerca da discordância existente entre o governo português e a nova modalidade política de governo que despontava por toda Europa.

Caio Prado Junior, em sua obra, *As páginas de Formação do Brasil contemporâneo* (2000), enfatiza que, enquanto a Espanha espalhou universidades em suas colônias americanas, a Companhia de Jesus fez do ensino um aparelho de dominação, capaz de converter o indígena brasileiro em Soldado de Cristo e cultivar nele um auxiliar dos desbravadores de novas terras, a serviço, obviamente, da coroa portuguesa.

Neste contexto, estabeleceram-se transformações notáveis nos modos de administração de várias monarquias europeias, a partir das quais, inspiradas pelas noções de razão e progressos alicerçados por esse movimento, reis, rainhas e ministros europeus adotaram medidas que buscavam aperfeiçoar o aparelho administrativo e a economia de seus Estados. Por essa razão, o Marquês de Pombal foi convocado, e se transformou em Ministro do Estado Português.

Ao assumir a pasta ministerial, Pombal decidiu sanear a escassa economia de seu país e de todas as suas colônias, combinando ações que reforçavam as práticas mercantis no espaço colonial, também dinamizando o funcionamento da administração nacional. Tomado por essas metas de natureza transformadora, o Marquês de Pombal encarou séria oposição oriunda da nobreza e do clero lusitano, que nem sempre foram prestigiados com as reformas por ele estabelecidas.

O Brasil, assim como todas as demais colônias portuguesas, sentiu o progresso nas iniciativas aplicadas por Pombal a fim de aumentar as atividades econômicas. No caso particular brasileiro, o Ministro Português determinou as seguintes ações: a criação de Companhias de Comércio no Grão-Pará, Paraíba e Pernambuco; na região norte, estimulou a ampliação das plantações de algodão que poderiam atender à crescente demanda procedente da Inglaterra; e, quanto às minas, as estruturas de controle e cobrança foram reforçadas na região e a

“derrama” foi estipulada aos moradores como uma cobrança compulsória sobre os impostos atrasados,

Por outro lado, com relação às obras dos jesuítas, Pombal imprimiu séria perseguição a esses religiosos, por crer que esses padres causavam grande prejuízo, tanto em Portugal como no Brasil, ou seja, na sua interpretação, a dominação jesuíta na educação portuguesa impedia o desenvolvimento de uma imperativa capacidade modernizadora. O Ministro observava que a influência dos clérigos, no Brasil, junto aos índios, bem como a produção de riqueza realizada no interior das missões e os conflitos contra os colonos, ameaçava a autoridade real.

No caso brasileiro, a política pombalina, que determinou a expulsão dos jesuítas, resultou no enfraquecimento, paulatinamente, do poder da Igreja, durante o período imperial, mas que, a partir da Proclamação da República, veio a se reconstruir, nas três primeiras décadas do século XX. De acordo com Saviani (2007), nesse combate para ressurgir, a Igreja foi defendida por alguns intelectuais católicos, que participaram ativamente dessa renovação. No período de 1880 a 1916, a Igreja encontrou, como defensores intelectuais, convertidos, escritores, como Joaquim Nabuco (1892-1910), Felício dos Santos (1897) e Eduardo Prado (falecido em 1901).

Além desses intelectuais, a Igreja contou, de modo paralelo, com o trabalho educacional e missionário de diocesanos e religiosos regulares, que educaram, evangelizaram e acudiram o povo nas suas dificuldades espirituais e materiais, ao mesmo tempo em que abrandaram agitações entre a população oprimida e o Estado, prevalentemente nas regiões brasileiras mais empobrecidas. Acerca disso, Saviani indaga sobre o papel desses intelectuais e religiosos, perscrutando até que ponto tais interferências conduziram para uma mudança social ou ratificariam uma atitude de submissão à ordem, à autoridade e à estabilidade social (SAVIANI, 2007).

Saviani (2007) afirma, ainda, que a Igreja participou ativamente na ação política durante todo o período republicano, pois, desde a Proclamação da República, além de criticar as medidas laicas tomadas pelo governo, como, por exemplo, a preferência do casamento civil sobre o religioso, a laicização dos cemitérios e a inelegibilidade e a supressão dos padres do direito de votação nas eleições, bem como a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, que são algumas das iniciativas do governo de escamotear e impedir a participação da Igreja

Católica no cenário governista, para que a imigração de outras religiões fosse possível (RAMÍREZ, 2003), e, com isso “estimular os católicos a participar da política dando forma à ideia do Partido Católico” (SAVIANI, 2007, p. 180).

Sobre o assunto, Villaça (2006, p. 12) assegura que,

o Padre Júlio Maria de Moraes Carneiro (1880-1916) publicou textos no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, nos quais expressava sua visão de Igreja e dos católicos. Afirmava que, ao iniciar sua trajetória livre da tutela do Estado, a Igreja encontrava-se em condições organizacionais bastante precárias. A instituição estava desestruturada, o clero pouco afeito às suas funções e os católicos sem compromissos com sua religião e com seus ensinamentos. Ao fazer o diagnóstico dos males que afetavam a sociedade e a Igreja, Carneiro apontava remédios e soluções para adequar a catolicidade aos parâmetros exigidos pela implantação das reformas romanizadoras adotadas desde a segunda metade do século XIX e pela contundência dos problemas que afetavam as sociedades mundial e brasileira.

Padre Júlio Maria de Moraes Carneiro foi o primeiro representante da renovação católica. Era ativista e apregoava sobre a importância do povo na Igreja. Em suas oratórias, trouxe a popularização da instituição, principalmente influenciando as camadas mais pobres da população.

Na Argentina e no Chile, por exemplo, as universidades públicas deveriam ter um papel de coordenação de amplos sistemas educacionais. No entanto, a ambição modernizadora e a valorização da educação popular e técnica nem sempre produziam os efeitos esperados. Ao abandonar a tradição escolástica, se perdiam, também, as tradições de estudo e da busca do conhecimento que, em seus melhores momentos, haviam sido preservadas pelas universidades tradicionais, e recuperadas com novos conteúdos pelas melhores universidades europeias.

Foi o que ocorreu com a Universidade de Buenos Aires, que, segundo Tulio Halperin Donghi (1962, p. 17):

Desde su fundación, entonces, la Universidad de Buenos Aires ve amenazado su destino como centro de saber por las urgencias inmediatas de la sociedad en que nace, que exige de ella, antes que una actividad científica real, el cumplimiento de ciertas funciones sociales que el progreso de Buenos Aires hace ineludibles: el abandono de la tradición universitaria que remonta a la Edad Media y se consolida en la España de la Contrarreforma no significa, entonces, necesariamente para la Universidad de Buenos Aires, la adopción de una actitud más moderna frente a los problemas del conocimiento, sino un abandono del interés por ese problema; lejos de implicar necesariamente un enriquecimiento, puede traducirse - y de hecho se traducirá durante extensos períodos - en un

empobrecimiento científico y cultural.¹

Como destacou Halperin Donghi, a Universidade de Buenos Aires, quando foi criada, já adotou posicionamento mais moderno, em relação às complexidades do conhecimento mais elevado sem, contudo, abandonar o interesse sobre a questão, o que, no ponto de vista do autor, ao longo do tempo, acarretou empobrecimento científico e cultural. Nessa mesma direção interpretativa, Ramírez (2003), ao contextualizar a Universidade de Córdoba em sua obra *“La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la élite en el período colonial y principios del independiente”*, afirma que o empobrecimento científico ocorreu de modo geral nas instituições localizadas na região do Rio da Prata, Paraguai e Tucumán.

Especificamente sobre a universidade brasileira, conhecem-se, pelo menos, duas tentativas frustradas para a sua criação. A primeira foi suplantada pela resistência, tanto da política colonialista portuguesa quanto da elite brasileira, que não encontravam justificativas para a criação de uma universidade no Brasil, uma vez que a elite podia encaminhar-se, ou os seus descendentes, à Europa (Portugal e França) e lá os manterem para prosseguir estudos. Por outro lado, ao colonizador não interessava esse investimento, porque a pretensão nas terras de Santa Cruz era exploratória e não emancipatória (FÁVERO, 1977). Ademais, Portugal projetava uma nova política de colonização².

¹ Desde sua fundação, então, a Universidade de Buenos Aires tem ameaçado seu destino como um centro de conhecimento devido à urgência imediata da sociedade em que nasceu, que exige dela, diante de uma verdadeira atividade científica, a realização de certas funções sociais que o progresso de Buenos Aires torna inevitável: o abandono da tradição universitária que remonta à Idade Média e se consolida na Espanha da Contrarreforma não significa, portanto, necessariamente, para a Universidade de Buenos Aires, a adoção de uma atitude mais moderna junto aos problemas do conhecimento, mas um abandono do interesse por esse problema; longe de implicar necessariamente um enriquecimento, pode ser traduzido - e será de fato traduzido durante longos períodos - em um empobrecimento científico e cultural (DONGHI, 1962, p. 17, tradução nossa).

² Cunha (2007) chama a atenção que o Brasil foi descoberto em um momento em que ocorria um vasto processo de expansão da economia e da política em alguns Estados da Europa, como Espanha, Portugal, França e Inglaterra, países que buscavam novos mecanismos capazes de superar as limitações existentes nas relações da sociedade feudal, relações estas que dificultavam o pleno desenvolvimento econômico do capital com a manutenção de privilégios dos nobres, o que impedia a livre produção e a contratação de mão-de-obra, com busca de superação fora das fronteiras. Com isso provocou o surgimento da colonização, que passou a ser vista como uma maneira de “intensificar a acumulação (primitiva) de capital que acabaria por acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados e de emergência na economia capitalista, tendo na industrialização seu veio maior” (CUNHA, 2007, p. 22). Colonizar era uma forma de organizar uma economia complementar à Metrópole.

A segunda tentativa é ressaltada nos registros históricos da Conjuração Mineira, movimento ocorrido por volta do final do século XVIII. As referências que tratam sobre este fato estão registradas nos documentos constituintes de parte dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, dentre os quais se encontra a Carta datada de 28-5-1789, de Domingos de Abreu Vieira, na qual evidencia a vontade de São João Del Rei tornar-se Capital da República, e Minas Gerais desmembrar-se, quando se tornaria República Independente, e nessa posição fundaria uma Universidade em Vila Rica (FÁVERO, 1997).

A forma, encontrada pela Metrópole, para manter o controle sobre a Colônia, foi impedindo todas as iniciativas de criação de uma universidade no Brasil, como lembra Fávero:

Todos os esforços da criação de Universidade ou mesmo de escolas superiores no período colonial e monárquico [...] foram malogrados, o que denota todos os esforços de criação da Universidade, ou mesmo escolas, uma política de controle a toda iniciativa que possibilitasse uma independência cultural da Colônia. Em matéria de ensino, todas as diretrizes emanadas da sede da Corte eram feitas como se visasse estabelecer a rotina; paralisar as iniciativas, mesmo à distância (FÁVERO, 1977, p. 20).

Contudo, para a minoria que dispunha de condições econômico-financeiras, e que podia custear estudos em Portugal, a Universidade de Coimbra foi um lugar que, além de oferecer conhecimentos, influenciou positivamente na formação da elite política e cultural brasileira, porque, a cada iniciativa de criação tolhida, surgiam, em contrapartida, aspirações contínuas e latentes, na expectativa de novas oportunidades. Mesmo assim, a Coroa Portuguesa não encontrou motivos que justificassem criar instituições de ensino superior no Brasil, do qual tomara posse como colônia, ainda na metade do século XVI.

Esse pensamento inibidor do desenvolvimento da formação cultural da elite brasileira permaneceu por mais de dois séculos, pois somente no início do século XIX é que foram criados alguns cursos superiores, de forma isolada, ao contrário, portanto, do que acontecia nas colônias espanholas, que desfrutavam de certa liberdade, possibilitando ao colonizador espanhol a fundação de universidades, que favoreceu o desenvolvimento científico em algumas regiões da América Latina. São exemplos dessa liberdade as universidades do México e do Peru, nas quais foram desenvolvidas intensas atividades intelectuais.

No entanto, não se pode negar a influência da Universidade de Coimbra na formação cultural independente que, posteriormente, se desenvolveu no Brasil, pois Portugal, desde o século XVI, a havia confiado à Companhia de Jesus, Ordem Religiosa fundada em 1534, por Inácio de Loyola (nascido Iñigo López), aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III. Os membros da Companhia, conhecidos como jesuítas, tinham o objetivo principal de controlar, por meio da educação, a disseminação do ideário protestante. A responsabilidade sobre a instrução e a catequese dos povos conquistados tinham o intuito de unificar a cultura portuguesa em todas as suas possessões e até a Universidade de Coimbra estava sob o controle da Companhia de Jesus, que atualmente é a maior ordem religiosa católica no mundo.

À época, tanto no Brasil quanto na metrópole portuguesa, o ensino estava sob a orientação da Companhia de Jesus, e essa, por sua vez, no Brasil, se encarregava de incutir a fé católica aos nativos, organizando-os em aldeamentos. A conquista de almas e a catequese era o objetivo prevalecente, embora trabalhassem no sentido de não perder influência e poder na política de Portugal.

Assim, a Congregação Jesuítica era, também, responsável pela orientação e formação do clero em seminários teológicos, além de estar encarregada pela guarda e orientação dos filhos da elite dominante, em colégios reais, onde ofereciam educação nos modelos medievais latinos com elementos gregos. Portanto, para ampliar-se culturalmente, e poder frequentar a Universidade de Coimbra, os membros da elite, radicados na colônia brasileira, teriam de dirigir-se para Portugal.

A administração da colônia brasileira, com a chegada das missões jesuíticas, entre os anos de 1549 e 1553³, apresentou, em termos de ação sistemática, uma organização de controle do crescimento humanístico do ensino, uma vez que os jesuítas “foram responsáveis pela instrução e catequese na Colônia e tentaram estruturar, de algum modo, uma Universidade” (AZEVEDO, 1976, p. 10). Entretanto, não receberam apoio suficiente para levar em frente o empreendimento.

O ensino jesuítico ofertado na Colônia geralmente contemplava os Cursos de Letras e artes. Segundo Fávero (1977, p.18), “era um ensino médio de tipo clássico, [...] um curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos

³ Tais missões foram enviadas a conselho de Diogo Gouveia, por D. João III, a quem preocupava a colonização do Brasil; e, apesar da espantosa atividade missionária, política e educadora desses missionários, eles se apresentavam subordinados, e cediam inteiramente às exigências da Igreja.

superiores”. Após a sua terminalidade em filosofia e ciências, havia uma divisão, com a possibilidade de atender a dois caminhos: o eclesiástico ou o das ciências, ligada às leis e medicina, principalmente. Aqueles que procuravam o primeiro caminho encontrariam resposta no colégio da Bahia, ou nos seminários maiores, ou na Faculdade de Teologia, na cidade de Coimbra, em Portugal. Para os que buscavam o caminho das ciências, como não havia possibilidade de satisfação na Colônia, a alternativa era a Universidade de Coimbra, se quisessem as leis, e a de Montpellier, na França, caso o interesse fosse pela Medicina (AZEVEDO, 1976).

A situação mais evidente era que as alternativas, para dar prosseguimento aos estudos, como acontecia em todas as Universidades do mundo, somente contemplavam a minoria abastada, detentora de poder político e econômico, porém, nos domínios de Portugal, no Brasil colonial, além dessa condição selecionadora, ainda havia a má vontade dos representantes da Coroa portuguesa na elite brasileira, somando-se às divergências de opinião no interior da própria Companhia de Jesus, na qual se encontravam posições contrárias à concessão de títulos acadêmicos no Colégio da Bahia (FÁVERO, 1977).

Consoante Fávero (1977), no ano de 1583, o Padre Miguel Garcia, receoso de que os cursos oferecidos no Colégio da Bahia (criados pelos jesuítas, em torno de 1550) fossem transformados em universitários, elaborou um relatório para o governo metropolitano, externando preocupações como a seguinte: “com o darem-se neste colégio graus em letras, parecem que querem meter ressaibos de Universidade” (LEITE, 1938, p.18 *apud* FÁVERO, 1977, p. 19).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em consequência do Bloqueio Continental, a Corte portuguesa, para se estabelecer na Colônia, de antemão, necessitava de um aparato logístico operacional qualificado, para apoiar a organização burocrática dos serviços públicos e, também, para preenchimento de vagas nas funções práticas de execução imediata. Contudo, mesmo considerando a necessidade contingencial da Corte, não aconteceu a criação da esperada Universidade no Brasil. Instituíram-se algumas Escolas Superiores de caráter profissionalizante, prático e imediatista, pois, naquele momento, o objetivo era, especialmente, a formação de oficiais e engenheiros civis e militares, para cuidar da defesa da Colônia, que, neste contexto, se transformara em sede do Governo português, e não havia despertado interesse de suprir o Brasil de Ensino Superior.

O Príncipe Regente, Dom João VI, ao aportar na Bahia, depois de ter recebido de empresários baianos uma solicitação para que autorizasse a criação de uma Universidade no Brasil, não se sentiu sensibilizado e, contrariando ao pedido, mas, provavelmente agindo pelo viés político, criou, em Salvador, os Cursos de Anatomia, Obstetrícia e de Cirurgia, este último instituído em 18 de fevereiro de 1808, através de Carta Régia. Em dezembro de 1815, esta escola passou a ser chamada Academia Médico-Cirúrgica e, pelo Decreto, datado de 3 de outubro de 1832, transformada em Faculdade de Medicina da Bahia (CUNHA, 2007; RIBEIRO, 1982).

Ao final da sua viagem de reconhecimento e de instituição da sua autoridade, D. João VI, chegando à cidade do Rio de Janeiro, criou uma Escola de Cirurgia, constituiu as Academias Militares, a Escola de Belas Artes, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (FÁVERO, 1977). Tudo parece indicar que a atitude do Príncipe Regente estava vinculada à organização do aparato administrativo da sede do Governo estabelecido doravante nas terras brasileiras.

Com a instalação da Corte no Brasil, desencadeou-se o desenvolvimento da vida urbana em algumas cidades, implicando em necessidade cada vez maior de organizar a máquina administrativa. Para atender a essa demanda, a alternativa encontrada pelo governo, que soube muito bem aproveitar a oportunidade, foi de instalar, no campo educacional, cursos que contemplassem a necessidade imediata: o preparo de pessoal mais diversificado para suprir os quadros burocráticos e emergenciais de defesa da Corte.

Dentro do seu projeto governamental de desenvolvimento, o Príncipe Regente (futuro Rei Dom João VI) deu ênfase, passo a passo, aos atos voltados para a criação, primeiro, da Escola de Anatomia, em 1808; e, em 4 de dezembro de 1810, criou a Academia Real Militar, que veio suceder a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, das quais nasceu, em linha direta, a então Escola Politécnica do Rio de Janeiro, posteriormente chamada Escola Nacional de Engenharia, que teve, pouco tempo depois, alterada o nome para Escola de Engenharia da UFRJ, e que em seguida, no ano de 1874, voltou a ser chamada Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Quanto a Escola de Medicina Clínica Teórica e Prática e Princípios Elementares de Matéria Médica e Farmacêutica, criada em 1813, se transformaria em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1832.

Entretanto, por todo o período do reinado de D. João VI, e, posteriormente, durante o período imperial, muito foi discutido acerca da necessidade de criar Universidades no Brasil. Mais tarde, com o advento da Constituição de 1824, na discussão do público, veio à tona o Ensino Superior, mas continuou restrito às faculdades isoladas, visando somente formar corpos técnicos para atender à demanda da Corte.

Depois, em 1854, foi criada a Faculdade de Direito de São Paulo, tendo por base a transformação do antigo curso de Ciências Jurídicas e Sociais, instituído em 1827. Acompanhando a mesma metodologia de criação, foi fundada a Faculdade de Direito em Olinda, na cidade de Olinda (PE), transferida para Recife, capital da Província de Pernambuco, no ano de 1854. Segundo Cunha (1987), sobre ensino superior no Brasil, ao final do século XIX existiam 24 estabelecimentos deste nível de ensino e 10.000 estudantes matriculados. Como comparativo de crescimento do ensino superior, no Brasil, pode ser tomado o fato de que, em 1879, existiam apenas seis estabelecimentos civis de ensino superior, mas nenhuma universidade.

No Estado de Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, a Escola de Minas foi criada em novembro de 1875 e instalada em 1876. Todavia, de acordo com a pesquisa de Fávero (1977), sobre a universidade brasileira, a Escola de Minas tem, como uma de suas características, desde o início de sua criação, o ensino adaptado às condições do meio ambiente.

A extinção da escravidão ocorreu em 1888, e com esse fato, a mão de obra escrava foi substituída pela assalariada (mal assalariada). Neste contexto, houve o esvaziamento do campo, a diminuição das atividades agrícolas, e, em algumas cidades, um acentuado aumento populacional, principalmente nas cidades mais desenvolvidas (HILSDORF, 2003). Ressalta-se que a primeira Constituição Republicana (promulgada em 24 de fevereiro de 1891), ainda seguindo a tradição imperial, desde o Ato Adicional de 1834, continuou atribuindo aos Estados a responsabilidade pela organização do ensino geral, enquanto o ensino superior ficava a cargo do Governo Federal.

Como no Brasil a atividade da indústria, devido a sua própria complexidade, requerer maiores saberes do que os até então ofertados pelo governo brasileiro, este país, no início da república, para se adequar às necessidades impostas pelas práticas modernas, sentiu que seria necessário trilhar pelos caminhos da educação.

No entanto, a sociedade brasileira, que tinha suas origens na monarquia, e que mudara de regime de forma abrupta “[...] tinha dificuldades em funcionar organizadamente na nova realidade de alternância de poder” (FERRO, 1994, p. 36).

Todavia, no Brasil, a primeira Constituição Republicana, em 1891, abriu a possibilidade de expansão do ensino superior para os Estados e para a iniciativa privada, porque, pela Nova Carta, a descentralização do poder permitia que os Estados criassem seus próprios estabelecimentos. Contudo, mesmo com a Constituição Republicana abrindo precedentes para a iniciativa privada, e delegando poder aos Estados, esses, na maioria das vezes, não possuíam recursos para manutenção dos empreendimentos, como era o caso do Piauí.

Entretanto, apesar das dificuldades presentes, aqueles membros da sociedade, que queriam a criação de Universidade brasileira, continuavam no embate. Assim, em 1892, Pedro Américo, Deputado pelo Estado da Paraíba, propôs a criação de três universidades: uma na capital da República, Rio de Janeiro, outra em São Paulo e a terceira no Norte do país. A título de sugestão, a do Norte poderia ser nos Estados da Bahia, Pernambuco ou no Estado do Pará. Em 1895, Paulino de Sousa Júnior e Evaristo Ramos apresentam um novo plano: criar uma universidade no Rio de Janeiro. Este plano não chegou, inclusive, a receber parecer da Comissão de Instrução Pública.

Em 1903, o Ministro Seabra convocou o professor Azevedo Sodré e conferiu-lhe a incumbência de elaborar um projeto sobre a criação de universidades. No documento, constavam quatro sugestões para serem, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. A do Rio de Janeiro seria criada com a incorporação dos cinco cursos superiores já existentes: Medicina, Jurisprudência, Letras e Ciências Físicas, e Ciências Naturais. Nos outros Estados seriam aplicados a mesma estratégia. O projeto de Sodré, embora não tenha sido aprovado, foi debatido, tanto pela Comissão de Instrução Pública como pelos representantes das congregações e pelos Diretores de algumas faculdades, a convite do Governo (FÁVERO, 1977).

Sousa Campos (1940), *apud* (Fávero, 1977), escreveu que, mesmo sem êxito, os esforços para criar Universidades continuaram. Assim, em 1908, o deputado Érico Coelho propõe a criação de cinco universidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Com o trabalho político do Deputado

Coelho, Minas Gerais participou do mercado de opções, abrindo o leque de sugestões para criação de Universidades em outros Estados, e esse fato estimulou várias reformas no sistema de ensino do Brasil.

Nesse contexto, a Reforma Carlos Maximiliano, no ano de 1915, surgiu entre outras reformas e algumas proposições políticas, com a finalidade de reoficializar o ensino no Brasil. Essa Reforma reorganizou o ensino secundário e superior, manteve o Conselho Superior de Ensino, promoveu alterações nos currículos das Faculdades Federais de Direito em Pernambuco e de São Paulo, e Medicina na Bahia. No Rio de Janeiro, incluiu Odontologia, Farmácia e Escola Politécnica e, ainda, Engenharia Civil, Mecânica e Eletricidade e Industrial (FÁVERO, 1977; CUNHA 1987).

O ensino superior no Brasil tomou forma legal através do Art. 6º do Decreto 11.530, de 18 de março de 1915, que, na visão de Fávero (1977), ocorreu de forma superficial, tendo sido o Decreto especificamente editado para aplicação no Estado do Rio de Janeiro, Capital da República, outorgando, ao Governo Federal, poderes para a criação da Universidade, ao seu critério, e na medida em que considerasse oportuno, reuniria as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensando-a de taxas de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (FÁVERO, 1977).

Talvez a condição política de instituir, especialmente, a Universidade do Rio de Janeiro, fosse o fato de aquela cidade, à época, acomodar a Capital da República Brasileira. Mas, por outro lado, o Art. 6º da citada Lei, também, abriu precedente para que outros Estados da federação instituíssem suas universidades, seguindo o mesmo padrão de procedimento. De fato, a criação da Universidade do Rio de Janeiro, esquecendo-se dos critérios adotados para sua constituição, teve seu mérito como obra impulsionadora do ensino superior no Brasil, pois, a partir dela, abriram-se possibilidades para criação de outras Universidades no país.

Embora as possibilidades tenham surgido com o advento do Decreto 11.530/1915, somente em 1920, por ocasião das festividades dos “Cem Anos da Independência do Brasil”, e amparada no Decreto nº. 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa, referendado pelo Ministro Alfredo Pinto, foi criada a primeira Universidade Brasileira, através do agrupamento de algumas faculdades profissionais estabelecidas na Capital Federal, Rio de Janeiro (FÁVERO, 1977;

CUNHA, 1987).

Enfim o Brasil, no início do século XX, na década de 1920, utilizou do estratagema de criação das primeiras universidades no continente europeu, com agrupamento de Faculdades Isoladas existentes na Capital da República, Rio de Janeiro e criou a primeira universidade do país, a Universidade do Brasil, posteriormente nominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (CUNHA, 2007; FÁVERO 2000).

Entretanto, a decisão governamental foi motivada pelo fato de que, no protocolo de homenagem ao rei belga Alberto I, que visitaria o Brasil nas festividades comemorativas dos cem anos de Independência, estava incluído um título de Doutor *Honoris Causa* para esse visitante ilustre, título especialmente proferido por instituição universitária. A oportunidade para a criação da primeira universidade brasileira surgiu nesses moldes. Na realidade, depois do fato consumado, a Universidade passou a ter existência apenas nominal (FÁVERO, 1977).

A iniciativa do Governo Central de tirar de si, e atribuir aos Estados, a responsabilidade pela organização do ensino em geral, deixou para as gestões estaduais atribuições que lhes oneravam os cofres, sem contar que, muitas das vezes, os interesses econômicos parecerem sobrepor aos educacionais.

Em muitos Estados, inclusive no Piauí, essa situação se tornara um empecilho à tentativa de mudança para atingir o desenvolvimento com adequação à modernidade ascendente, porque a maior população economicamente ativa tinha pouca escolaridade e apresentava predisposição à atividade agropastoril e que, representando pequena parte da sociedade, a categoria de pessoas mais abastada, detentora de poder político e econômico-financeiro, podia encaminhar seus filhos para prosseguirem estudos em centros urbanos mais evoluídos. Enquanto isto, a maioria da população continuava analfabeta, vivendo à margem dos tempos modernos (BRITO, 1996).

Em 1925, sob a presidência de Arthur Bernardes, o Governo Federal acatou a Reforma João Luiz Alves, o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que também foi chamada Reforma Rocha Vaz, apresentada mediante o Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, defendendo a conservação da Universidade do Rio de Janeiro, no modelo estabelecido através do Decreto

11.782-A. Neste mesmo Decreto, o Artigo 260 autorizava a criação de outras universidades, seguindo o mesmo padrão, mas determinava quais os Estados que deveriam gozar desse direito. Foram os Estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Entretanto, além de ser no padrão da do Rio de Janeiro, cada entidade criada deveria possuir patrimônio em edifícios e instalações, com orçamentos que não poderiam ser inferiores a Três Contos de Réis, a moeda da época (FÁVERO, 1997). Nesse contexto político, o acordo para a instalação de Universidades dependeria de acertos entre os governos estaduais, que deveriam concordar em disponibilizar o patrimônio, em títulos de dívida pública, cuja renda seria destinada ao custeio das diferentes faculdades, e dispensar a subvenção da União para os estabelecimentos superiores existentes, não oficiais (FÁVERO, 1977).

Ainda na década de 1920 ocorreram fatos de destaque em prol de repensar o Ensino Superior no Brasil: as realizações de dois congressos e dois inquéritos de ensino superior brasileiro, ambos solicitados pelo governo federal. O primeiro Congresso foi realizado em 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento, trataram sobre assuntos relativos ao ensino secundário e superior do país que, à época, apresentava um surto de melhora. O segundo realizou-se em 1927, e o objetivo foi provocar discussão e apresentar sugestões para a formulação da Universidade do Rio de Janeiro e, também, rever os cursos jurídicos existentes até aquele momento. De acordo com Lourenço Filho, citado por Fávero (1977), esta atitude refletiu a tomada de consciência da necessidade de se adequar os cursos existentes às exigências do mundo moderno, possibilitando ao Brasil, assim, acompanhar os acontecimentos nos outros países.

Quanto aos inquéritos, esses foram realizados em dois momentos. O primeiro em 1926, patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo, e o segundo, pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1928. Nesses inquéritos, as principais questões levantadas foram: a urgente necessidade de criação de universidades em diferentes pontos do país, cujo conteúdo descrevesse preocupação com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e com a formação profissional, para atender a necessidade do meio que carecia de um corpo docente atuante, tanto no ensino secundário quanto no superior; a integração das universidades que fossem criadas com os institutos de pesquisa existentes no país; a instituição de regime de

tempo integral para o trabalho universitário; e a autonomia universitária como exigência acadêmica e administrativa.

Pela citação de Fávero (1977, p. 30), Fernando de Azevedo (Coordenador dos Inquiridos), na obra *Educação na encruzilhada: problemas e discussões* (1960), afirma que a Universidade do Rio de Janeiro existiu somente no papel para demonstração de poder cultural, e sobre assunto assim se expressou:

[...] existia na época, a Universidade do Rio de Janeiro, mas só no papel. Ela foi criada pelo Presidente Epitácio Pessoa para numa demonstração de 'status' cultural, receber o Rei Alberto da Bélgica. Mas o rei foi embora, passou poucos dias aqui, e a "Universidade" do Rio foi fechada: já tinha cumprido seu papel (FÁVERO, 1977, p. 30).

E, assim, a perspectiva de uma universidade voltou ao patamar dos planos, projetos e discussões em diversas sessões da Assembleia. Em função destes aspectos, o Ensino Superior permaneceu limitado às faculdades isoladas, oferecido em estabelecimentos públicos independentes, por mais de um século, até a exposição da Reforma de Carlos Maximiliano, que, aprovada, promoveu poderes ao Governo para agrupar as faculdades (FÁVERO, 1977).

O evento tratado por Azevedo refletiu a oportunidade surgida em torno da segunda década do século XX, durante os festejos dos Cem Anos da Independência do Brasil. Nesse período, houve também mudança nas atividades produtivas com ênfase na industrialização. Contudo, a maioria da mão de obra existente era formada de pessoas oriundas da zona rural, analfabetas, condição que não correspondia à necessidade do mercado para atender às atividades produtivas, que já exigia mais do que conhecimentos elementares sobre simples leitura, escrita de palavras e cálculo. Isso era pouco. Então, a modernidade encontrou o país com dificuldades de se adequar à nova ordem, como observa Ferro (1996, p. 35):

[...] com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao meio social e ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade.

Quando Francisco Campos assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, elaborou decreto que contemplava três níveis de ensino:

secundário, comercial e superior. Quanto ao ensino superior, o projeto de reforma foi dividido em três decretos, todos assinados na mesma data, 11 de abril de 1931, e publicados no Diário Oficial do dia 15 do mesmo mês. O primeiro Decreto, de nº. 19.850, criou o CNE-Conselho Nacional de Educação e definiu as suas funções. O segundo, Decreto, de nº. 19.851, norteou sobre a organização da universidade brasileira, e, o terceiro, Decreto nº. 19.852, definiu sobre a reorganização da universidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2000).

Apesar das dificuldades, a partir de 1931, o Estado brasileiro dá início à construção da ideia de Universidade, e esta começa a se projetar (FÁVERO, 1977). Sobre a Reforma de Ensino Superior, Ribeiro (2003) diz que foi somente nessa década que se pode dizer que efetivamente ocorreu reforma de ensino no Brasil:

Pelos Decretos nº. 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, é empreendida a reforma do Ensino Superior [...] Esta reforma se reveste de importância por ter adotado como regra de organização o sistema universitário [...]. Através da criação da reitoria, com a função de coordenar, administrativamente, as faculdades. Exigia, ainda, a incorporação de pelo menos três institutos de Ensino Superior – Direito, Medicina e Engenharia – ou em lugar de um desses, a faculdade de Ciências e Letras (RIBEIRO, 2003, p. 107).

Em 1933, foi feito um levantamento estatístico para apurar dados sobre as condições em que se encontrava o ensino superior em todo o país. O resultado desse levantamento revelou que 64,45% das instituições existentes eram privadas, e o quadro denunciado não foi alterado até a década de 1960. Desse modo, a demanda, não absorvida pelos Estados, abriu espaço para a iniciativa privada.

Contudo, para se instituir o ensino superior no Estado do Piauí havia uma exceção: o poder aquisitivo da população não oferecia atrativos para investimentos privados na área do ensino. Pensou-se, então, em conquistar o beneplácito e a vontade política do Governo Federal, para beneficiar o Piauí com uma Universidade Federal, pensamento que se transformou em bandeira de vontades, defendida por grande parte de intelectuais do Estado do Piauí, e que culminou numa luta bem-sucedida, envolvendo participação de docentes, defendendo a causa e, também, oferecendo sacrifícios pessoais em prol do objetivo principal: implantar o Ensino Superior no Estado do Piauí.

Entender a formação do Primeiro Quadro de Docentes da Universidade Federal do Piauí, assim como os conflitos vivenciados por aqueles professores, com

a implantação da gestão burocrática planejada, implica, obviamente, em conhecer a trajetória histórica da Fundação⁴ Universidade Federal do Piauí (FUFPI), entidade estabelecida com o objetivo de criar a Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Sobre a história do ensino superior na educação do Piauí toma-se, por marco inicial, a implantação da primeira instituição de ensino superior isolada, a Faculdade de Direito do Piauí, no ano de 1931. A UFPI completou, em 2019, 48 anos, e a Faculdade de Direito, 88 anos de existência. A UFPI, em diferentes aspectos, é uma das mais notáveis organizações públicas e estatais do Estado do Piauí.

Vale destacar que a UFPI, durante a sua trajetória, se eleva em importância em muitos estudos realizados, que abordam temas diversos como: formação de professor; organização universitária; história e memória de alguns cursos e biografias de professores, entre os quais destaca-se “a história e memória do Campus Ministro Reis Veloso” (CMRV)⁵. São trabalhos produzidos especialmente por professores e alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado dessa IES.

Enseja-se, portanto, tentar preencher uma lacuna percebida na história e memória da UFPI, enquanto entidade educacional orgânica, no que se refere a estudar sobre os Docentes que constituíram o Primeiro Quadro de Professores dessa Instituição do Estado do Piauí. Tais professores eram oriundos, à época, das cinco Faculdades Isoladas existentes no Estado, as quais se integraram para constituir a Universidade Federal do Piauí, e isso deu base para esse trabalho de pesquisa.

É importante destacar que, embora as produções mencionadas sejam de grande valor para a construção da história e memória da UFPI, faltava, na produção acalentada, a subjetividade daqueles professores que investiram em um sonho possível: o de se refletir cultura no sentido de melhorar a qualidade de vida para o povo piauiense e de muitas outras pessoas dos estados limítrofes, especialmente Maranhão e Ceará, sonho que ousava querer inserir o Piauí nas nuances da modernidade, do desenvolvimento e do progresso, haja vista, também, que somente o ensino sistemático ainda é o elemento mais capaz de levar o filho do pobre ao seio do conhecimento, que gera riqueza, receita e renda.

A UFPI, e tudo que ela dispõe, é reconhecida presentemente por cada

⁴ Fundação pública.

⁵ Primeiro Campus criado com a expansão da UFPI, que se deu imediatamente com a instalação da UFPI, no Campus da Ininga em Teresina, no ano de 1971.

piauiense como patrimônio de inestimável valor. Desse entendimento se compartilha com o apoio do pensamento de Maurice Halbwachs (1990), verificando a dinâmica entre lembranças e esquecimentos. Halbwachs introduziu a questão de que nem todas as sociedades carecem se lembrar de todas as coisas, ou lembrarem de umas coisas e esquecerem outras, tendo em vista a necessidade de atualização permanente dos laços sociais.

Entende-se, pelo exposto, quão importante é a construção de uma narrativa histórica sobre a Universidade Federal do Piauí, abrangendo, especialmente, os conflitos vivenciados com a implantação da sua gestão burocrática planejada, por ocasião da implantação da Lei 5.540/1968, uma vez que a UFPI gerou, cultivou e guarda cultura, como um patrimônio imaterial incalculável para todos os piauienses e demais nordestinos, principalmente, “de gente procedente do interior maranhense e do flanco ocidental do Ceará”⁶.

A criação de uma Universidade no Piauí, já letrado e que, aos seus modos aguerridos, abstraía a valorização humana, a partir de como interpretavam as funções de uma universidade. Os analfabetos, ou menos letrados (maioria) percebia-a como um espaço no qual os seus filhos jamais ousariam chegar, mas no íntimo, acalentavam o desejo de que o Estado conseguisse esse instrumento de cultura, aperfeiçoamento e construção de profissionais.

A elite, detentora de poder político e econômico, que divulgava a ideia de universidade para a população em geral, sabia da importância de uma instituição desse vulto como objeto de conhecimento e poder. Portanto, a invenção da UFPI, para cada categoria de piauiense, representava aquisição de poder, e, efetivamente graças à criação desta IES, pode-se afirmar que tal realização contribuiu sobremaneira para a construção de leitores de necessidades e situações, pesquisadores e produtores de conhecimento. Mesmo assim, a UFPI ainda não possuirá uma história completa enquanto a narrativa da sua trajetória não enfatizar o enredo arquitetado para dar a conhecer os nexos, no tempo em que, na história do ensino superior no Estado, da Universidade no Piauí, não se entender importante e necessário saber os passos e compassos da trama vivida pelos seus primeiros professores, que refletem as artimanhas do poder e da política no traçado dos próprios nexos (PESAVENTO, 2003, p. 38).

⁶ Parecer conclusivo de Muniz Aragão favorável ao pleito piauiense de invenção da FUFPI (1968).

Caso alguns fatos, eventualmente, não sejam revelados nessa narrativa, ficará a lacuna atribuída aos lapsos de memórias, à medida que os processos foram construídos considerando-se lembranças e esquecimentos de seus narradores, que, enquanto trazem do esquecimento alguma lembrança, suas reminiscências cumprem uma relevante função social, porque “a Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documento, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo” (STEPHANOU, 2005, p. 418).

O povo queria e a elite do Piauí entendeu, que, diante das suas insuficiências de recursos técnicos e de conhecimentos científicos, para afirmar-se na História, precisava de uma “invenção” como a da UFPI. Esse intento aconteceu, e contribuiu sobremaneira para a construção de estudiosos e produtores, com conhecimentos gerais abrangentes, indispensáveis para tornar contínuo o progresso.

O Quadro de Professores foi se constituindo no mesmo compasso em que a própria Universidade (UFPI) foi se materializando em tecido organizacional, que resiste ao tempo e se fez comunidade, em estrutura e relações de poder, tendo à vista sua missão de produzir conhecimento e formar profissionais nos diferentes ramos da ciência, tendo, como ponto de partida, o envolvimento daqueles Primeiros Professores, oriundos das cinco Faculdades Isoladas, as quais foram integralizadas para resultar em algo novo e maior, a Universidade Federal do Piauí.

A problemática formulada para esta pesquisa arrola formas político-administrativas pelas quais ocorreu a transformação das Faculdades Isoladas em Federal: saber como aconteceu esse processo e os principais conflitos vivenciados pelos professores que compuseram o primeiro quadro de docentes da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no contexto antecedente e subsequente da gestão burocrática na constituição dessa Universidade.

Para responder à problemática, foram elencadas algumas questões de pesquisa: Qual o estado inicial da educação superior no Brasil e no Piauí? Como aconteceu o processo de criação das faculdades isoladas e a transformação em Universidade Federal? Qual a reação da comunidade acadêmica em relação à nova ordem constituída? Qual a repercussão e o envolvimento da comunidade teresinense no processo de criação das faculdades isoladas e a transformação em Universidade Federal? Qual a natureza das dificuldades enfrentadas pela recém-

instalada gestão nesse processo?

Assim, sobre o problema e as questões pertinentes, a possibilidade de elaborar o objetivo geral da pesquisa: analisar o contexto político piauiense no período da implantação da UFPI. Quanto à intenção final almejada, para a tese, elaboraram-se quatro objetivos específicos, que são instrumentos operacionalizadores do objetivo geral, assim elencados: refletir os principais conflitos vivenciados pelos professores na constituição do primeiro quadro de docentes da Universidade Federal do Piauí (UFPI); ressaltar as impressões de professores que vivenciaram o período em foco; narrar a criação das faculdades isoladas e a transformação em Universidade Federal, em especial a partir da experiência do seu primeiro quadro docente; e, avaliar a forma em que os professores das faculdades isoladas e a sociedade piauiense em geral interviram nesse processo.

O recorte histórico temporal desta pesquisa foi correspondente ao período de 1930 a 1980, ou seja, desde o primeiro curso superior no Estado do Piauí, implantado com a Faculdade de Direito, até a constituição da UFPI, e a sua consolidação.

Para conseguir alcançar os objetivos propostos para essa pesquisa histórica, foram utilizados os passos metodológicos com foco em três fontes principais: documentos escritos, entrevistas semiestruturadas (realizadas em 2009/2010) depoimentos fornecidos por outros pesquisadores piauienses, e fontes hemerográficas, primeiramente, considerando o ponto de vista de que essas fontes de informações possibilitariam encontrar dados que respondessem cientificamente à problemática principal, juntamente com as questões norteadoras, bem como às ideias ou questões levantadas.

Durante o processo de estudo dos documentos selecionados para esta tese, foi possível aprofundar nos questionamentos – em um mergulho sistemático nas fontes de informações norteadoras, verificando-se: as dificuldades nos processos de criação das faculdades isoladas; a documentação nos Departamentos da UFPI; buscas nos Conselhos das categorias profissionais (Medicina, Odontologia); Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito); Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, em Parnaíba; e os Departamentos e Arquivo do Campus Ministro Reis Velosos. Todos esses foram lugares de fontes adequadas para alimentar a construção documental da fundamentação desse trabalho. Nesses locais, teve-se acessos a documentos

tais como: atas de reuniões de Conselhos Universitários e de Colegiado de Professores; resoluções; decretos federais e estaduais; leis federais e estaduais; cartas; telegramas produzidos por autoridades governamentais, assim como outros documentos, oficiais e não oficiais, os quais possibilitaram a construção dos nexos da tessitura dessa pesquisa científica.

Ao prosseguir com a tarefa de coleta de dados escritos, paralelamente, deu-se início à realização das entrevistas semiestruturadas, aplicadas de modo individual. Lakatos (1996) ensina que este tipo de entrevista oferece subsídios ao pesquisador para fazer perguntas abertas e fechadas, e, dessa forma, o entrevistado dialoga, contando suas experiências no contexto do tema investigado. A autora sugere, ainda, pelo menos dois motivos para se utilizar entrevistas semiestruturadas nas pesquisas: primeiro, delas se abstrai um melhor resultado do interesse de estudo; segundo, porque estimula e deixa mais à vontade os entrevistados, uma vez que muitas pessoas não “gostam” de dar respostas por escrito.

Na continuidade da pesquisa relativa ao tema proposto, buscou-se ouvir, principalmente, sujeitos que vivenciaram o processo de constituição e/ou que ainda vivenciam fatos do cotidiano da UFPI, e, por fim, aqueles que, como simples membros da cidade de Teresina e de Parnaíba, testemunharam acontecimentos e, através de seus relatos, puderam corroborar com o trabalho e dar significado à retrospectiva histórica da vida da UFPI e seu Primeiro Quadro de Professores no período delimitado (1968-1971), para resultar nesta narrativa.

As informações necessárias foram prontamente atendidas e, à medida que as entrevistas foram realizadas e os sujeitos foram relatando as suas vivências pessoais, trazidas pela memória individual, foram-se constituindo a memória de grupos que vivenciaram situações ou construções coletivas. Assim, à medida que as sessões de entrevistas se sucediam, novos sujeitos eram indicados pelos entrevistados com possibilidades de colaborarem com o fornecimento de dados para a construção dos nexos desta pesquisa.

As entrevistas foram em número de 19 (dezenove), sendo os sujeitos: ex-funcionários dos Campis (Petrônio Portella e Ministro Reis Velloso); ex-diretores aposentados; professores aposentados; ex-alunos; ex-funcionários; e arquiteto. A partir de tais entrevistas, com os relatos de suas vivências pessoais trazidas pela memória individual, foi-se constituindo a memória de grupos que vivenciaram

situações ou construções coletivas.

O critério para a escolha desses sujeitos foi a possibilidade de que, à época, estivessem em boa condição de saúde e também que a família permitisse a sua participação na entrevista, que foram marcadas com antecedência, em local escolhido pelos participantes. Também foi entregue, no ato de aceite de participação, o “TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO” a cada um dos participantes, bem como o “TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ”, conforme determina o Conselho de Ética da UFPI.

Destaco que o desejo de aprofundar esse estudo, tendo como objeto a UFPI, nasceu durante as recolhas das entrevistas para a pesquisa do meu Curso de Mestrado, pois percebi que aqueles atores tinham muito a relatar sobre a constituição da UFPI, sobre suas caminhadas para se tornarem professores da instituição, além do fato de que estas experiências ocorreram durante o período da implantação da Ditadura Civil-Militar e aplicação da Lei 5.540/1968.

Entendo como importante elencar, nessa introdução, alguns motivos que me fizeram enveredar pelos caminhos da ciência, e assim justificar o meu cursar Doutorado em História, embora não seja uma historiadora de ofício. Sou Pedagoga e Administradora, e ambas as profissões me fazem realizada profissionalmente. Atuando como Professora formadora de novos Professores e de Bacharéis Administradores, contribuo para melhorar a qualidade de vida, com inclusão de brasileiros no mercado de trabalho. Na perspectiva de formar novos talentos na arte de administrar e pesquisar, ensejo contribuir efetivamente com o crescimento da sociedade, na área da gestão da educação e dos conhecimentos capacitantes, eficientes e eficazes, para a produtividade e produção de bens e serviços.

Outro motivo que me faz realizada com a conquista do grau de doutoramento em História, é que, por meio dele, poderei dar continuidade aos estudos sobre Instituições de Ensino Superior, enfatizando a História, percorrendo sobre “a história e memória da educação”, especialmente no Brasil, estudos esses iniciados com a aprovação na seleção de Mestrado em Educação no PPGEd-Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, que se somaram à motivação pessoal de entrar mais profundamente no campo da pesquisa, buscando novas fontes de estudos científicos, para alimentar a sede de conhecer e acompanhar a evolução do domínio da educação formal estruturada.

Assim, visualizo na História o caminho natural pelos mananciais da trajetória da vida, que somente a História mostra e pode dar possibilidade de manuseio através de documentos e confrontos de Memórias. As informações organizadas nessa pesquisa possibilitaram novos questionamentos, os quais abrem a veia de novas buscas de saberes em situações que instigam novos estudos, como os que agora estão me levando a cursar o Doutorado.

Estudar o Primeiro Quadro de Docentes da Universidade Federal do Piauí dá oportunidade de ressignificar o passado da UFPI, através da visão de sujeitos e dos documentos encontrados, que tratam sobre este objeto de estudo, sem os quais não teria como construir o tecido de reconstituição desta história, utilizando as lembranças, antes não contadas ou não registradas pelas fontes oficiais, talvez por considerar as lembranças (memórias) menos valiosas, ou esta forma de abordagem não contemplar os modelos tradicionais de construção histórica (BURKE, 2000).

Para o desenvolvimento das análises de uma pesquisa são imperativas as discussões dos temas e dos dados, objetivando incluí-los no corpo do trabalho, juntamente com referências bibliográficas e o modelo teórico. No caso da apreciação de documentos, utilizou-se, para a metodologia, a análise de conteúdo, tendo como apoio Bardin (2011), autora que trata do conjunto de procedimentos de análises das comunicações e emprega processos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens.

Segundo essa autora, a análise do conteúdo procura conhecer o que não é visível no discurso, o que está por trás do significado das palavras, da análise do conteúdo e análise documental. Algumas técnicas e procedimentos da análise de conteúdo fazem menção à análise documental como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento. Assim, Bardin (2011) explica que a Análise Documental foca em documentos, na classificação – indexação. Tem por objetivo a representação, a condensação da informação, disponibilizando-as para consulta e armazenagem, enquanto a Análise de Conteúdo enfoca em mensagens. A categorial-temática é apenas uma das possibilidades de análise, que objetiva a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam deduzir sobre outra realidade, que não a da mensagem (BARDIN, 2011).

Nessa perspectiva teórica, Bardin (2011, p. 38-39) explica:

[...] mas, isto não é o suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo. [...] o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente à 'outras coisas'. O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os 'documentos', que pode descobrir ou suscitar. Os vestígios são manifestações de estado, de dados e de fenômenos.

Ainda em Bardin (2011, p. 46), “[...] a análise documental é uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original.” Assim, o pesquisador, ao dar tratamento das informações, tem por objetivo “[...] dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos desta transformação” (BARDIN, 2006, p. 46).

Para a construção dos perfis e das trajetórias de professores, que constituíram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI, tomou-se como base teórica os estudos de Heinz (2006) e Stones (2011) sobre Prosopografia ou Biografia coletiva, que asseguram à Prosopografia um método de base teórica, cuja organização é simples. Utilizando, então, tal orientação, definiu-se a população. A partir dessa definição, estabeleceu-se o critério para produzir uma descrição biográfica, que possibilitasse desenhar o perfil daqueles professores, todos esses representados na amostra, que, à época, estivessem trabalhando nas Faculdades Isoladas do Piauí, no período de 1968 a 1971.

No que se refere à sistematização da prosopografia e para apresentar as informações individuais, pessoais, sobre os respectivos professores, foram montados Quadros de Dados Biográficos, dispendo em colunas os dados coletados e catalogados, considerando três bases de evidências: Dados Pessoais, Dados Acadêmicos e Dados Profissionais, de modo que se identificassem as dinâmicas social, privada, pública, cultural, ideológica ou política dos respectivos professores.

Na base de evidência “dados pessoais”, pesquisou-se a nacionalidade, naturalidade, ano de nascimento e filiação; quanto ao destaque “formação acadêmica”, privilegiou-se identificar a instituição na qual se formaram; e no quesito “dados profissionais”, destacaram-se atividades laborais, caracterizando-as na ordem, a de maior relevância, sendo primeiro a atividade principal, e as ocupações subsequentes, classificadas como secundárias.

Reconstituir a trajetória histórica da Universidade no Piauí, das faculdades

isoladas à federalização, com um olhar através do seu primeiro quadro docente, reflete o interesse desta pesquisadora em dar, com esta tese de doutoramento, uma colaboração efetiva para a continuidade do assunto, e de construir e organizar um estoque de fontes (documentos/monumentos), que darão à UFPI, e todo seu conglomerado, o valor histórico que esta instituição efetivamente representa. Por outro lado, como ensina Aristóteles em *Ética a Nicodemos*, o acesso ao conhecimento, à ciência, proporciona-se importante para a concretização da felicidade individual, mas, sobretudo para a vida social. Assim, afirma o filósofo, "embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo [...] para um país" (ARISTÓTELES, 1979, p. 50), e é nessa perspectiva que me propus escrever esta tese de doutorado.

O segundo capítulo aborda uma breve reflexão sobre a história da evolução política, educacional e urbana do Brasil, focando-se na modernidade e seu desenvolvimento no país, especialmente no Estado do Piauí, motivo para o empenho desmedido para criar uma universidade no Estado e, por meio dela, oportunizar à unidade federativa a inserção no ranque desenvolvimentista.

O terceiro capítulo aborda o tema: "Faculdades Isoladas no Piauí: marco inicial da constituição do Ensino Superior no Estado do Piauí". A esse respeito, fez-se uma retrospectiva acerca da historiografia da educação no Piauí, demonstrando a evolução do sistema de ensino no Piauí, discorrendo sobre o desenvolvimento das escolas de ensino ginasial ao ensino superior, que surgiu através da criação das Faculdades Isoladas.

Este terceiro capítulo subdivide-se em dois subcapítulos. No primeiro, apresenta-se "A Escalada da Política Educacional e os desafios para o surgimento das Faculdades Isoladas no Piauí", que, primeiramente, aponta como ocorreu a expansão das escolas de nível ginasial no Estado e as dificuldades enfrentadas na expansão, interiorização dessa modalidade de ensino, até sua consolidação em diferentes localidades no Piauí, além dos desafios enfrentados para a implantação das faculdades isoladas.

No segundo subcapítulo discorre-se, especialmente, sobre a Caracterização dos Quadros de Professores das Faculdades Isoladas. Nesta parte, apresenta-se quem eram esses professores e quais as dificuldades para a formação dos referidos quadros, visto que as ditas entidades apresentavam dificuldades de várias

naturezas, como: falta de recursos para pagamento de salários; falta de vontade política; falta de credibilidade da sociedade; e muitas outras carências.

O quarto capítulo traz o título “Prosopografia: perfis e trajetórias de professores que constituíram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI”. É constituído por dois subcapítulos: A construção da prosopografia dos Docentes que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1968-1971); e Formas de Remuneração dos Professores. Apresenta uma sucinta descrição prosopográfica, isto é, os perfis e trajetórias de professores que constituíram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI, na qual se enfatizam as contribuições pecuniárias, visto que, na maioria das vezes, os vencimentos de professores refletiam apenas natureza simbólica. No final do capítulo, encontra-se uma lista Bibliográfica de Professores das Faculdades Isoladas do Piauí, no período de 1968-1971, até o seu enquadramento no cargo de Professor Colaborador ou Titular da UFPI.

O quinto capítulo traz o título “Políticas para a instituição da Universidade Federal do Piauí (1968-1971)”, composto por quatro subtítulos: Conceitos de Público e Privado – pontos importantes de aproximação do mercado e contextualização da evolução política na modernização; O Regime autoritário no Brasil – atos praticados como instrumentos políticos de controle e garantia de governabilidade, com ênfase na economia e na educação; A federalização das Faculdades Isoladas do Piauí; e Constituição da Universidade: o Reitor Pró-Tempore.

Este capítulo tem por objetivo pontuar sobre nexos dos fatos tomados como relevantes das políticas em torno de conceitos acerca do ensino público e privado na educação brasileira, ao tempo que se apresentam os modos para controlar uma Nação. Em seguida, apresenta-se como ocorreu a federalização das Faculdades Isoladas do Piauí, que foram arroladas como elementos-chave no processo de instituição da Universidade Federal do Piauí (1968-1971); também trata sobre a importância histórica, aqui titulada de “Constituição da Universidade: o Reitor Pró-Tempore”, na parte que ganhou claro significado dentro desse processo da instituição da UFPI.

Tomou-se, também, para instrumento de reflexão sobre a instituição da Universidade do Piauí, a situação política e socioeconômica educacional do Brasil, do final dos anos de 1950 até início de 1960, período da modernização conservadora da universidade brasileira, e das tendências das políticas para

sustentação da universidade, em vigor no tempo atual. Deixa-se claro, no entanto, que essa reflexão nos permite trazer à tona o passado político (Ditadura Civil-Militar), que ocasionou mudanças estruturais com os resultados oriundos do capitalismo monopolista, em sua particularidade, o capitalista dependente, cuja influência incidiu sobre a universidade brasileira e que, ao longo das décadas, decorreu na consolidação da agenda educacional, e, incluída nela, se deu o surgimento da Universidade Federal do Piauí.

Na contramão do discurso, a instituição desta Universidade veio contribuir não somente com melhoria da qualificação da mão de obra do piauiense, mas foi extensiva à qualificação de grande massa do povo nordestino, especialmente os das regiões fronteiriças ao Estado do Piauí. Também são lembrados os meados dos anos de 1950 e início da década de 1960, período em que ocorreu aumento da demanda por ensino superior, fato que acarretou um problema muito sério de alunos aptos excedentes para a educação nacional. Os jovens prestavam vestibulares e, embora fossem aprovados, ficavam fora do sistema porque não havia vagas que atendessem à demanda.

O sexto capítulo, com o título “Processos de Criação e as Relações de Poder na Construção de uma Universidade” evidencia a força da construção das redes de contatos resultante no fortalecimento do poder político e aborda “Processos de criação e as relações de poder na construção de uma universidade”. É composto por quatro subitens: O primeiro subitem, nominado: Instalação, estrutura e caracterização da política de poderes UFPI, aborda o papel dos envolvidos no processo da criação da Universidade Federal do Piauí. Mesmo demonstrando que as perspectivas projetadas estavam acontecendo conforme tencionadas, na prática não acontecia. Nem tudo estava sob o controle no que tange a criação da UFPI. Dificuldades surgiam representadas pela demora em solucionar ações mínimas que dariam objetividade na sequência de encadeamentos de novas ações. Percebeu-se que existiam conflitos de interesses difíceis de resolver, no que diz respeito à funcionalidade, de fato, da recém-criada universidade.

“Tratativas sobre condições de trabalho do professorado da UFPI” é o assunto presente no segundo subitem deste capítulo, e declina os acertos celebrados entre os diretores das Faculdades Isoladas e a cúpula de criação da nova universidade, a partir dos quais, após a consolidação do fato, os professores daquelas IES

comporiam o quadro de professores da UFPI. Entretanto, a nomeação do novo Reitor trouxe incerteza aos referidos professores, principalmente com o Ato do Reitor baixado pela Resolução nº. 15/71, que regulamentava os termos de contratação do Quadro de Professores da UFPI.

“Infraestrutura da UFPI”, assunto do terceiro subitem deste sexto capítulo, trata sobre o poder político do grupo que se encontrava à frente do governo do Estado e a pressa que o Reitor despendia para executar a obra de instalação da projetada universidade e acomodar toda a estrutura da UFPI, dando-lhe funcionalidade, com instalações que deveriam atender às novas normas definidas no texto da Reforma Universitária. Hécio Ulhôa Saraiva, Reitor nomeado pelo Governo Federal, trazia consigo o padrão de universidade para a instalação da Universidade Federal do Piauí, tendo como exemplo a Universidade de Brasília, à época, o modelo a seguir para as novas universidades brasileiras.

Com o subtítulo “Organização do ensino da UFPI”, o quarto e último subitem relata a posição do novo Reitor quanto a organização do ensino da UFPI, na sua gestão, declarando à imprensa, em uma coletiva, ao tomar posse, que entre as diversas mudanças, a da área do ensino já iniciaria na abertura do ano letivo de 1972, com a implantação do vestibular unificado; a criação da COPEVE – Comissão Permanente do Vestibular e sua composição – composta por professores, sendo um da Universidade Nacional de Brasília, os demais representantes dos quadros de professores das Faculdades de Medicina, Odontologia, Direito e Filosofia. Também no início de 1972 seria implantado o PCBE – Primeiro Ciclo Básico de Estudos, para os alunos classificados no vestibular de janeiro. O Reitor passou a aplicar as diretrizes da Reforma da Universitária (Lei 5.540/1968), deixando claro que as faculdades deveriam seguir as orientações e diretrizes decididas pela UFPI. Declarou também que seriam adotados o Sistema de Créditos e a Matrícula por Disciplinas.

Nas Considerações Finais, como não se tem a pretensão de esgotar o assunto, faz-se referências sobre o tema estudado expondo, de modo aberto, sem fechar questões, as relações entre o problema; as questões norteadoras e os objetivos deste estudo; e discorre sobre os avanços e limitações consideradas dentro da realidade histórica da UFPI, primeiramente porque se entende impossível apresentar-se um estudo acabado, em sua totalidade; depois, porque a história se

dinamiza a cada lugar e tempo presente, e remete à postura do pesquisador ao buscar novas perguntas, que suscitam novas questões.

Destaca-se que essa nova orientação de gestão não representava aquela que os professores das Faculdades Isoladas do Piauí estavam acostumados a lidar, cuja observância reduzia-se na pessoa do diretor da Faculdade. Com a aplicação da Lei da Lei 5.540/68, em que a estrutura orgânica tinha por base o Departamento como menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, a situação se configurava de outra forma.

Esta narrativa trata especialmente da organização de algumas questões meditadas, consideradas importantes na rede de subsídios, obtidas a partir da análise do problema e das questões norteadoras elencadas, considerando o fato de que a invenção da UFPI adveio concomitante à implantação da Lei da Reforma Universitária de 1968, que trazia, em seu bojo, um novo modelo de organização para ser implantado nas instituições universitárias brasileiras.

A história da Universidade no Piauí, das faculdades isoladas à federalização, puxa um olhar através do seu primeiro quadro docente para um estudo que remete à implantação do Ensino Superior no Piauí, com a premissa de que é impossível se apresentar, com esgotamento total, um estudo acabado. Então se ousa aqui apresentar apenas uma narrativa com possibilidades de novos questionamentos acerca do objeto proposto, neste estudo, tendo-se em conta que o passado sempre resistirá a novas investigações, conforme o olhar direcionado pelo pesquisador (BURKE, 1992). Espera-se que leitores especializados, ou não, na área deste estudo, sintam-se incitados a prosseguirem, na busca de maior aproximação possível, à prática que envolve esta pesquisa.

2 A MODERNIDADE – SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NO ESTADO DO PIAUÍ.

A historiografia que trata sobre modernidade e desenvolvimento das nações dá conta de que, em todos os países desenvolvidos, a chave do sucesso foi o investimento realizado em um sistema de educação estável e bem desenvolvido, antes mesmo de se tornarem avançados, econômica e tecnologicamente. Portanto, em um país, efetivamente, há uma correlação positiva entre o nível de desenvolvimento econômico e seus investimentos, principalmente em educação, que faz reconhecer a importância e a elevação do seu povo.

No que tange abordar sobre os efeitos da modernização do Estado brasileiro, com ênfase no crescimento do ensino superior no país, nesse processo de desenvolvimento buscou-se estudar, em especial, as produções de Florestan Fernandes (1975), Luiz Antonio Cunha (2007), Maria de Lourdes Fávero (1991) e outros que estudam o assunto; e, acerca de modernização no Piauí apoiou-se em Bomfim (2001); Braz (2007); Castelo Branco (1974); Fonseca Neto (1998); Queiróz (2006); Santana (2001), entre outros que também já se pronunciaram sobre este mesmo tema.

A modernidade foi puxada pelo sistema capitalista surgido na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a partir do crescimento do espaço urbano, dando mais dinâmica à atividade comercial das comunidades na Europa, onde nasceu a burguesia, a nova classe social que buscava lucro através de atividade comercial, negociando os seus produtos e expandindo a prestação de serviços, oportunizando-se uma economia em desenvolvimento.

Mesmo com as dificuldades para corresponder ao ritmo do crescimento urbano, as cidades ofereciam os benefícios de acesso para o emprego de mão de obra e às práticas do movimento da economia de escala que, mesmo ainda em pequena monta, já resolviam problemas urbanos, como a exclusão, a informalidade e a violência, abrindo caminhos para a modernidade das comunidades do novo tempo.

O movimento de urbanização de uma região pode ocorrer por vários fatores, tanto pela concentração, consequência da migração rural, quanto pela expansão decorrente do crescimento da população já urbanizada. Sobre as urbanizações, conforme estas foram organizadas processualmente, dizem Souza e Awad (2012,

p.1): “[...] são o maior artefato já criado pelo homem. - Sempre foram objetos de desejos, desafios, oportunidades e sonhos”.

A urbanização está associada ao processo de industrialização e de modernização da sociedade ligada diretamente ao desenvolvimento do capitalismo, sendo, portanto, um fenômeno recente, crescente e globalizado. É sem dúvida um fenômeno mundial, porque o volume de pessoas que vive em cidades cresce a cada ano, não somente em países em desenvolvimento (SANTOS, 2008).

No Brasil, o capitalismo apareceu depois da Independência, e em grande parte do decorrer do século XIX. Do mesmo modo, esse sistema surgiu nos demais países da América Latina, porque tais países, assim como o Brasil, não dispunham de Estados com economias nacionais efetivas, nem constituíam um sistema político econômico regional, e, por esse motivo, esses países foram colocados com facilidade em uma posição periférica da geopolítica⁷ mundial.

Após a Proclamação da República e, ainda de modo fraco, até a crise dos anos de 1930, o Brasil seguiu com baixa capacidade de mobilização política em explícita pretensão de expansão. Porém, entre a crise econômica mundial e os efeitos da Segunda Guerra, o Brasil reagiu ao estrangulamento econômico externo, pelas guerras e pela crise internacional, adotando políticas públicas que fortaleceram o Estado e a economia nacional.

A partir do fenômeno da crise das guerras, a economia se tornou o ponto de partida e de chegada de todas as sociedades para a elaboração de seus projetos de desenvolvimento futuros, tendo a ciência e a tecnologia como possibilidades para a realização de modernidade e desenvolvimento. Nesse contexto, os investimentos em políticas de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento passaram a ser percebidos como um tema chave para promover elaboração e implementação de políticas mais amplas e de objetivos políticos positivistas mais concretos.

A concepção positivista surge no Brasil com a Proclamação da República, na década de 1880, evento esse pautado nos “ideais comtianos” ligados às transformações sociais da civilização europeia ocidental, quando da implantação do processo de industrialização naquela parte do mundo. O positivismo influenciou de

⁷ O termo Geopolítico, em sua percepção mais moderna, quer dizer o estudo da forma de poder no sistema internacional e seus efeitos para a concorrência na política internacional e para a morfologia estratégica do espaço mundial. A Geopolítica e a Geoeconomia estão, necessariamente, associadas às concorrências geoestratégicas por primazia e poder internacional no mapa-múndi.

forma considerável a sociedade nos séculos XIX e XX, mantendo, ainda hoje, seu espaço de reflexão e alcance.

No Brasil, a influência positivista espalhou-se na organização da sociedade republicana, estimulando o culto ao cientificismo, introduzindo novos vocabulários ideológicos como “progresso”, entre outros. A ideia de progresso surgiu em torno da civilização judaico-cristã, desenvolvendo-se principalmente com a Revolução Científica do século XVII, no Iluminismo do século XVIII, e na Revolução Industrial, que ainda permanece.

Nesse contexto, Max Weber (2002) definiu Estado moderno pelo nível de burocracia que professava, de modo que qualquer processo de produção político pode ser definido como burocrático, somado aos benefícios dos recursos tecnológicos da ciência. Verifica-se que, no caso brasileiro, a investidura neste processo ocorreu tardiamente, por, pelo menos, dois motivos: primeiro, porque o país não dispunha de um governo forte; e, segundo, porque a instituição universidade, somente a partir dos anos de 1930 a 1970, vai de fato se consolidar e fazer acontecer às mudanças necessárias, tanto no contexto cultural quanto no político, preparando-os para absorver e incorporar a modernidade.

Assim sendo, impor uma educação que convergisse com os interesses de desenvolvimento do sistema capitalista vigente era talvez o caminho a perseguir, pois esse sistema apregoava uma educação voltada para o seu desenvolvimento, com uma ideologia que expressava a modernização e o desenvolvimento da sociedade. Desta feita, cumpria-se o papel ideológico para a operacionalização da refuncionalidade do país. A educação passou a ser percebida mais seriamente como instrumento que poderia ascender o país, uma vez que trazia consigo o discurso de caminho para o desenvolvimento nacional.

Com a institucionalização do Estado Novo (1937), ocorreu maior maximização do poder instaurado na capital do país, centro do regime da ditadura. Nesse contexto, foram realizadas ações para modernizar e institucionalizar o Estado brasileiro, cuja ideia consistiu em adequar a industrialização ao lado do trabalho livre, pois o entendimento era que, somente com essa parceria, poder-se-ia ajustar a entrada do país na modernidade.

Para dar consistência ao pensamento de modernidade, o Estado instaurou ações afirmativas, instituindo políticas trabalhistas, previdenciárias e de assistência

social. Entretanto, de acordo com Bhering e Boschetti (2009), quando estas políticas tratam sobre os elementos essenciais do Estado Liberal, no que tange a sua interferência mínima, apresenta os elementos como bem-estar individual, sobrepondo-se ao coletivo, superioridade da liberdade e da competitividade, o predomínio do individualismo, a naturalização da miséria, o predomínio da lei da necessidade e a manutenção de um Estado mínimo, no que diz respeito às políticas sociais.

As considerações de Bhering e Boschetti (2009) afirmam que a construção de um “Estado Social”, no Brasil, não se materializou do mesmo modo como ocorreu nos países centrais europeus, com a incorporação de direitos sociais que se deu pela pressão dos trabalhadores. No caso brasileiro, adveio de modo corporativista e fragmentado, principalmente pela regulação do movimento dos trabalhadores, uma vez que a filosofia política de Vargas incidiu no sentido de transformar as lutas de classes em “colaboração de classes”.

A partir de 1964, implantado o Governo da Ditadura Civil-Militar, a educação brasileira pode ser identificada como voltada para o projeto de desenvolvimento interno, ainda que se compreenda o Estado brasileiro, em sua trajetória histórica, como integrado ao capitalismo internacional de modo dependente. Portanto, não se pode assegurar, definitivamente, que existiu uma produção de conhecimento autônoma, porque o seu desenvolvimento foi possibilitado a partir da dominação externa, especialmente da apropriação de elementos de produção, de alguns serviços e bens importados pelo nosso país.

Conforme João de Scantimburgo (1999), o liberalismo da época de Vargas mostrou-se tímido, sendo incapaz de fazer frente à figura autoritária do líder gaúcho, mas, de qualquer modo, foi sob a sua guarda que o processo de modernização iniciou a partir dos anos de 1930, quando ocorreu um processo de alargamento da presença político-econômica do Estado, de forma a reforçar sua centralidade. Foi também a partir disso que se iniciou o processo de investimento na industrialização e nas políticas sociais voltadas à classe trabalhadora.

Hobsbawm, em *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991* (1995), descreve que o início do século XX foi acentuado pela grande aceleração da modernização, principalmente de países agrários atrasados. Nesse aspecto, as grandes realizações coincidiram com a “Era de Ouro” capitalista, na década de

1960. O autor ressalta, ainda, que apesar dos esforços de gerações inteiras de revolucionários no sentido de redescobrir o verdadeiro ímpeto da “Revolução de Outubro”, sua história, ao longo do século XX, se tornou desastrosa, tanto para as sociedades do leste europeu quanto para movimento dos trabalhadores como um todo.

Destaca ainda Hobsbawm que o ponto extremo das Décadas de Crise, que se alongaram até à Era do Ouro, comprometeu a economia, de modo global, por muitas décadas. Tal crise afetou, em graus diferentes, tanto países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, ou seja, todos os países do mundo foram afetados, de alguma maneira, nas suas configurações políticas, sociais e econômicas. Em razão desse fato, pela primeira vez na história, a Era do Ouro criava uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado, transnacionalmente, e, portanto, cada vez mais, transpondo as barreiras da ideologia de Estado.

Com a finalização da Segunda Guerra Mundial, os países, que estiveram diretamente envolvidos no conflito, tenderam a se reconstruir, fato que provocou uma etapa de crescimento da economia mundial, a chamada Era do Ouro (1960-1970). Proni (2006, p. 6 *apud* CARVALHO, 2006), afirma que a prosperidade econômica dessa fase associa-se ao processo de internacionalização de grandes corporações, primeiramente através das empresas americanas que se multiplicaram pelo mundo, transformando-se em empresas multinacionais, seguidas das europeias⁸ que, “promoveram o avanço desse processo também em economias periféricas, contribuindo para a redefinição da divisão internacional do trabalho”.

Nesse período, o Estado passou a intervir na economia, exercendo poder no ritmo do crescimento econômico. Todavia, a Era do Ouro, embora seja considerada como fenômeno mundial, não alcançou a maioria da população dos países do Terceiro Mundo⁹ – formado por economias periféricas ou em desenvolvimento, como

⁸ No governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961), período conhecido pelo seu otimismo no que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro em que conceitos como o *Plano de Metas* incentivaram a produção industrial. O desenvolvimento da indústria brasileira sofreu impacto positivo, com a política nacional-desenvolvimentista criada a fim de estimular o crescimento industrial brasileiro, que concentrava atenção em investimentos na área de energia e de transportes. Com a utilização de capital estrangeiro, permitiu a entrada de empresas multinacionais para o Brasil, como a montadora de automóveis Volkswagen.

⁹ O economista francês Alfred Sauvy, em 1952, criou a expressão *Terceiro mundo* para caracterizar o grupo dos países que possuem economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, identificando, nessa categorização, as nações localizadas na América Latina, África e Ásia. Expressão criada a

o Brasil, a Argentina, muitos países do continente africano, a Índia e muitos outros. Na verdade, constatou-se, nesse período, de um lado, um excesso de produção e, do outro lado, a fome.

Os conceitos de modernização e industrialização também penetraram nos espaços rurais brasileiros, tendo como mola propulsora o capital internacional. Os conceitos de industrialização nacional e modernização dos procedimentos de produção rural resultaram na intensificação do movimento migratório dessa parte da população para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Assim, a industrialização e a modernização da produção foram fatores determinantes da migração da população rural para os centros urbanos, mudando a figura desses últimos, se comparado com o Brasil do início da República, eminentemente rural, com 60% da população recém-saída de um longo período escravista, e taxa de analfabetismo de 75%. O êxodo rural foi de tal forma, que a década de 1960 encontrou a população urbana brasileira maior do que a população rural.

Nesse curso, o favorecimento econômico encontrou o Brasil em uma forma peculiar de desenvolvimento, pois reconhecia estratégica a alternativa de captação de recursos financeiros estrangeiros como meio para acelerar o seu desenvolvimento. Entretanto, na proposta de desenvolvimento, existia um impasse acerca do assunto, embora já havendo consenso entre os grupos sociais na defesa do processo de industrialização com capitais internacionais. Havia, porém, o outro lado, a burguesia, que dividia opiniões: uns defendiam a industrialização, mas que fosse controlada, totalmente, com capital nacional; outros eram favoráveis à participação e comando do processo de industrialização brasileira com uso de capitais estrangeiros.

O aprofundamento na realidade histórica dessa diversidade de opiniões remonta ao período após a Segunda Guerra Mundial, quando surgiram, na América Latina, algumas teorias que se propunham analisar o contexto econômico local e as relações da região com o resto do mundo. Uma das teorias estudadas, “Teoria do

partir de constatações da existência de uma enorme desigualdade política, econômica e social entre países, deixando muitos deles marginalizadas no panorama mundial. Tais denominações, bem como as suas características, estão de acordo com a *Teoria dos Mundos*, método de análise que foi usado entre os anos de 1945 e 1990. Apesar dessas expressões não serem mais usadas, a configuração do mundo praticamente não mudou, com exceção de alguns países que conseguiram evoluir um pouco.

Desenvolvimento”, tinha como principal objetivo a identificação das barreiras que se impunham à plena implantação da modernidade nessa região. Neste contexto, surge a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, que tinha a finalidade de estabelecer uma base institucional que indicasse as melhores condições de desenvolvimento para os países da região, de modo que possibilitasse construir autonomia própria.

A CEPAL é umas das cinco comissões regionais criadas pela ONU - Organização das Nações Unidas, que tem como incumbência estudar e promover políticas para o desenvolvimento de sua região, sobretudo motivando a cooperação entre os seus países e o resto do mundo. Há indicadores que garantem que esta Comissão funciona como um centro de excelência de altos estudos. A partir de 1948, a CEPAL passa a contribuir para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, através de apresentação de sinais de alerta, ideias e propostas de políticas públicas que possibilitassem ações de mudança para essa região, além de identificar características estruturais que a distinguissem de outras ou de diferentes oscilações de desenvolvimento, procurando despertar os países latino-americanos e caribenhos para visualizarem os desafios prementes da desigualdade, para a luta contra a pobreza, para a democracia, justiça e paz, e para as opções de inserção da região na economia mundial.

A CEPAL defendia que os países latino-americanos somente poderiam desenvolver-se a partir da instalação de uma estrutural industrial que fosse orientada pela ação do Estado. Concebia, portanto, um pensamento original de Estado, isto é, voltado aos problemas do subdesenvolvimento e centrado nas preocupações dos países capitalistas periféricos, atrelados à conjuntura da América Latina (BRUE, 2011, *apud* BENETTI, 2017). Dentro dessa lógica, os principais autores da CEPAL propunham um modelo de desenvolvimento via industrial, uma vez que entendiam que a industrialização era o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política, além de considerarem ser este o único modelo capaz de superar a tendência permanente à deterioração dos termos de troca, que desfavorece os países exportadores de bens primários ao transferir renda periférica em direção ao centro.

A partir dessa perspectiva, gestaram ideias que deram base ao caminho político que deveria ser seguido pela industrialização, ou seja, com desenvolvimento

de políticas públicas nacionais dos países dessa região, recomendando, outrossim, intervenção do Estado, a partir da efetivação do Processo de Substituição de Importações, cujo resultado esperado seria a superação da condição de subdesenvolvimento relativa desses países, assim como a alteração estrutural das suas inserções na categoria internacional do trabalho.

Benetti (2017) afirma, em seu estudo sobre as ações da CEPAL para essa região, que os países periféricos, para poderem atingir o desenvolvimento econômico pretendido naquele período, deveriam, antes de tudo, considerar suas realidades sociais, a fim de que não houvesse disparidades no processo. Ao Estado Nacional coube então a tarefa de superar o atraso, assim como os estrangulamentos existentes, além da tentativa de também retirar os estados regionais das suas condições marginais. Os diagnósticos levantados sobre as condições dos países latino-americanos, nas décadas de 1950 e 1960, apresentavam a industrialização como o principal caminho para a superação do atraso econômico.

Ainda à luz de Benetti (2017, p. 39), os Estados latino-americanos que se vincularam à CEPAL organizaram-se de acordo com o modelo proposto pelo economista argentino Raúl Prebisch, um dos principais inspiradores da Comissão, tendo atuado como seu Secretário-Executivo entre os anos de 1950 e 1963, a partir de uma “concepção de heterodoxia econômica, com base keynesiana e de construção estruturalista, a qual sempre foi vista como uma opção frente às políticas de cunho neoclássico e orientava os modelos de Estado na América Latina e Caribe”.

Vale ressaltar que a abordagem da Comissão era reconhecida como heterodoxa, porque contrastava com os adeptos do pensamento ortodoxo, que não percebiam diferenças entre as economias do centro e a periférica, visto que, nesse sentido, as análises de modelo de Estado defendidas pelos liberais distanciam-se dos olhares marxistas. As classes não aparecem em seus discursos, ou preocupações, porque os olhares se apresentam ampliados, como se os conflitos nunca tivessem existido (BENETTI, 2017). Nesta perspectiva, a CEPAL elaborou um pensamento partindo da periferia do capitalismo, não aceitando as opiniões de políticas econômicas relacionadas com o contexto de desenvolvimento europeu ou norte-americano, os quais eram pouco ligados aos padrões de vida latino-americanos.

Luiz Toledo Machado, em “Teoria da dependência na América Latina” (2019), recorda que, em novembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um encontro de Ministros da Fazenda ou da Economia da América Latina, que foi intitulado de IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano da OEA – Organização dos Estados Americanos, cuja agenda foi organizada pela CEPAL. No referido encontro, oficializou-se a tese dos investidores norte-americanos de que o crescimento econômico da região somente seria possível com a presença dos oligopólios internacionais, pela forma de investimentos diretos ou em associação com os incipientes capitais privados locais.

A presença da CEPAL no Brasil teve início com um acordo de colaboração entre a CEPAL e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em outubro de 1952, quando foi criado o Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDES. Contudo, é considerado, como representação formal da CEPAL no Brasil, a instalação do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDES no Rio de Janeiro, em setembro de 1960. Entretanto, em torno da segunda metade dos anos de 1960, ocorreu a desvinculação do programa ao BNDES e, em 1968, foi instalado, ainda no Rio de Janeiro, o Escritório Regional CEPAL/ILPES – *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica e Social* no Brasil, cujo Escritório foi transferido para Brasília em 1978, a partir de um acordo entre a CEPAL, o governo brasileiro e o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A partir de então, o Escritório da CEPAL, no Brasil, tem mantido, além do acordo com o IPEA, vinculação com diversos organismos da administração federal para cooperação técnica, na perspectiva de analisar as transformações econômicas brasileira, prestando assistência técnica, realizando pesquisas, treinamento de recursos humanos, organizando seminários, intercâmbio de técnicos, dando apoio a estados e municípios, entidades de classe e universidades. Afora desses, outros acordos com agências de cooperação e governos de outros países têm possibilitado a realização de diversos projetos de desenvolvimento, que culminaram beneficiando os avanços em termos de progressão humana, promovendo a modernidade em todos os Estados brasileiros.

2.1 Modernização no Piauí

É conscienciosa a aceitação de que tudo depende dos avanços que a educação é submetida em cada nação, pois o conhecimento é base fundamental para o desenvolvimento humano, como indivíduo, e para o progresso da produção material necessária para a continuidade das Nações, como cultura de um povo. A realidade é que países que priorizaram maciçamente investir em seus sistemas de ensino elevaram sua produtividade e se tornaram competitivos no mundo dos negócios, obviamente melhorando a qualidade de vida e a sua capacidade de distribuição de renda, levando o bem comum para toda a população.

No início do século XX, o Piauí, além de reconhecido Estado fornecedor de gado bovino, passou a participar das exportações nacionais através do extrativismo vegetal de produtos primários, como a borracha de maniçoba¹⁰, a cera de carnaúba¹¹ e, dentre outros produtos de uma pequena produção industrializada, os óleos vegetais. Nesse início de século o Piauí transformara-se, então, em centro exportador, mas, sem uma dimensão satisfatória para as exigências do mercado interno consumidor regional, ficou sofrivelmente subordinado ao mercado de importações, nacional e internacional. Há de ser considerada a condição econômica do Estado, que sustentava os preços dos produtos, de maneira competitiva e lucrativa, na base econômica do Piauí, com uma baixa remuneração da mão de obra local, que era carente de especializações. Dentro desse conjunto estrutural da economia visualizada, o Estado do Piauí aparecia extremamente vulnerável às alterações da modernidade ascendente.

No correr das primeiras décadas do século XX, no Piauí, surgiu um novo grupo social: os comerciantes, diretamente ligados à exportação dos produtos de extrativismo vegetal e à importação dos produtos consumidos comumente. Então, esses comerciantes passaram a desejar uma posição de evidência junto ao poder

¹⁰ Maniçoba ou *Manihot pseudoglaziovii* pertence à família *Euphorbiaceae* possui grande resistência à seca devido a presença de raízes com grande capacidade de reserva, são mais desenvolvidas que as da mandioca (MANERA, G. & NUNES, W. 2001). **Convivendo com a seca**: Plantas forrageiras (FEIRA DE SANTANA. p. 7-8). Planta responsável pelo ciclo extrativista dos anos 50 no Piauí, o rico período em que a borracha era fonte de riqueza no Estado. Virginia Fabris (jornalista) desbravando as terras do Piauí de norte a sul para contar a trajetória da economia do Estado nos últimos dois séculos, exibida no especial “250 anos de história”, encontrou e mostrou os últimos pés de maniçoba que resistiram no solo piauiense.

¹¹ Carnaúba é uma árvore da família das Palmas. A cera de carnaúba foi a maior base do patrimônio público estadual, e de muitos municípios do Piauí. Representou importante moeda para a modernização urbana do Estado nas décadas de 1930 e 1940.

de mercado, e nisso conseguiram grandes progressos, trazendo para a infraestrutura o desenvolvimento dos entrepostos comerciais locais, e, de modo especial, na cidade de Parnaíba, que prosperou e teve seu ápice no período áureo das exportações do Estado. Com o crescimento das cidades, os centros urbanos foram se adaptando, e, na capital, Teresina, a aceleração do seu crescimento foi iniciada, aumentando muito a demanda por serviços, principalmente na área da educação, para a melhoria da mão de obra no atendimento às exigências da demanda aumentada, no âmbito do desenvolvimento das capacidades de produção e da produtividade da população economicamente ativa.

Embora o Piauí seja um Estado que apresente grandes potencialidades, pois em seu subsolo encontra-se um dos maiores lençóis freáticos do mundo, estas nunca foram fortemente exploradas, de forma que suas riquezas pudessem, ou possam, beneficiar com frutos mais rendáveis para a maioria de sua população, e melhorar as condições de subsistência. Tal fato se adentrou ao século XXI sem conseguir transformar suas potencialidades em um processo de desenvolvimento, que promovesse, de modo significativo, a diferença entre os indicadores econômicos do Nordeste em relação às marcas de crescimento do país. Embora o Piauí sempre tenha sido prefigurado nas últimas colocações, na avaliação geral de crescimento do País, há de ser considerado um Estado sólido e que insiste em uma procura constante por meios sociais e políticos, para encurtar caminhos que lhe diminua distâncias entre os Estados maiores e os mais próximos.

A pontuação da exploração econômica do espaço geográfico que hoje compõe o território piauiense iniciou com duas atividades. A primeira foi caça aos índios, para escravização, que se deu até a sua extinção, em torno do final do século XIX. A segunda atividade foi a exploração da pecuária, desenvolvida de forma rudimentar, com investimentos de capital com valor aquém de significativo, e aplicação de pouca mão de obra, incluindo nessa atividade a mão de obra escrava. Mesmo assim, a pecuária promoveu relações econômicas, mesmo que não muito representativas, com outras regiões do país.

Segundo Santana (2008), não se pode dizer que a pecuária, sob o ponto de vista nacional, apresentou ponto relevante na economia, vez que ela representava uma atividade secundária. Mas, por outro lado, a atividade pecuarista, vista em termo econômico, era realizada como reforço para o progresso do ciclo da cana-de-

açúcar, riqueza que se expandia pelo sertão e puxava a produção pecuária para essa região. No entanto, quando chegou ao Piauí o ciclo da cana-de-açúcar, a pecuária já estava em decadência.

Nesse contexto, a economia piauiense não esteve tão em descompasso com o ciclo econômico principal, considerando, pois, que fora do comércio dos derivados da cana-de-açúcar, a integração da economia nacional ocorria secundariamente pela venda esporádica de gado. O Piauí também exercitava seu movimento da economia pela expansão, embora pequena, de derivados da pecuária, pela venda de escravos e pelos aluguéis de campos em áreas de pastos, quando, nas crises de secas, com as ausências de chuvas, o Estado cedia seus pastos naturais resistentes ao solo, alugando para outros acomodarem os seus rebanhos. Reconhece-se, portanto, que não somente foi a pecuária que deu ênfase ao início da ocupação do Estado, mas marcou sua influência no elo da integração da economia nacional.

De fato, os principais determinantes de inclusão da economia piauiense no cenário nacional foram ativados através do extrativismo vegetal, com os produtos originários da maniçoba, da carnaúba e do babaçu. Dentro desse contexto, o modelo primário-exportador, que vigorava no país à época, proporcionou a inserção do Estado no mercado comercial, conseguindo, desse modo, fazer o Piauí desabrochar e crescer economicamente, inclusive consolidando centros urbanos, formando Núcleos comerciais, e até a emergência de um pequeno Parque Industrial.

Para garantir a logística do abastecimento, era necessária infraestrutura para transportar os produtos, conduzindo-os até as praças de escoamento mais próximas. Tal atividade era realizada com bom aproveitamento das vias fluviais navegáveis no Rio Parnaíba, valendo-se de embarcações de cargas, como balsas, botes e vapores de médio porte, que, na época, trabalhavam pelos canais do caudaloso Rio Parnaíba, correndo do Norte para o Sul do Estado.

A navegação do Rio Parnaíba estabelecia a comunicação entre o Rio Gurgueia, afluente do Parnaíba, e o Oceano Atlântico. Tal comunicação viabilizava as exportações e as receitas ao tesouro público, porque, no entorno do rio, existiam caminhos de muitas léguas de terras, com suas produções prontas para serem comercializadas. Assim sendo, por meio da navegabilidade do Rio Parnaíba fluía a comunicação e o comércio no Piauí. Além disso, possibilitava uma elevação do valor dos fornecimentos produzidos e exportados no Estado, principalmente dos produtos

extrativos vegetais, fonte principal de receita no período.

A respeito de uma legislação sobre a navegabilidade do Rio Parnaíba, José Ildfonso de Sousa Ramos¹², que consumou a votação e sanção da Lei nº 174, de 27 de agosto de 1844, aventa que esta deveria ser prudente em suas estruturas e deixar largas a um regulamento exequível. Através do aproveitamento do rio, os gêneros produzidos pelo Piauí adquiririam valor que até aquele momento não tinham para a exportação, pois seus preços no mercado chegaram a não cobrir sequer as despesas de locomoção rodoviária, visto que as estradas não passavam de caminhos e veredas e os transportes eram através de animais, como burros e jumentos.

Ao final da segunda metade do século XIX, em 1845, Zacarias de Góis e Vasconcelos ressaltou a importância da navegabilidade do rio Parnaíba para o Piauí, reconhecendo que tal ação seria capaz de modificar a face da Província, pois, através dela, a riqueza e a prosperidade poderiam ser trazidas ao Piauí, que tanto necessitava. Não obstante, reconhecia que a Província ainda não tinha recursos suficientes para realizar esse empreendimento. Contudo, uma solução inicial foi o uso de barcas, balsas, botes e vapores, mesmo com cobrança de impostos pela passagem do Rio Parnaíba, tanto pela margem do Piauí quanto do Maranhão.

O ciclo do extrativismo vegetal no Piauí teve o mesmo comportamento frágil da pecuária, porque não houve investimentos de Capital pelo Estado, e a mão-de-obra local empregada se configurava ociosa. O extrativismo, embora tenha trazido recursos importantes para o Estado, não foi expressivo, porque a tecnologia utilizada era das mais primitivas e a evasão de renda, que a estrutura socioeconômica permitiu, também foi determinante para a não geração de um processo de acumulação de Capital, no Estado, que promovesse a sustentabilidade de desenvolvimento econômico.

Vale destacar que o extrativismo inseriu o Piauí no ciclo da modernidade no comércio exterior, gerando superávits consideráveis. Porém, mesmo assim, a economia extrativista não foi capaz de provocar mudanças relevantes na estrutura econômica do Piauí, para dar a sustentabilidade almejada ao crescimento do Estado como um todo.

Os recursos oriundos no comércio internacional serviram para financiar o

¹² Visconde de Jaguarí, advogado e político brasileiro (MENDES, 1995).

déficit interestadual, que cobria o consumo das elites, e em muito se destinava aos que viviam fora do Estado. Entretanto, a forma primitiva do manejo da produção piauiense não insidia em comprometimento da produção e produtividade das indústrias compradoras desses produtos, tornando-os, conseqüentemente, mais baratos, além de não afetar o sistema de dominação política local (QUEIRÓZ, 2006).

O fluxo da economia no século XX foi determinante para a inserção do estado do Piauí no mercado internacional, graças aos gêneros extrativistas, sendo o primeiro destaque a borracha da maniçoba, que destinava a maior parte da cera produzida para comercialização fora do Brasil. Esse modo de negociação permitiu que acontecessem diferentes oscilações de preços ao longo do período em que a borracha da maniçoba ocupou lugar central na economia do Piauí.

As variações no valor dos preços relacionavam-se diretamente à demanda dos importadores, e, por isso, segundo Queiróz (2006), o ponto alto das exportações desses produtos foi de curta duração (1920-1921), pois, a partir da normalização do mercado e a conseqüente queda dos preços, o produto sofreu a primeira grande crise, implicando sobremaneira no comércio exportador e suas áreas de atendimento. Esse comportamento, sazonal e instável, pode ser indicado como uma particularidade da comercialização, que, juntamente com os outros produtos do rol das exportações, ficaram sob às perspectivas de oscilações do Mercado internacional.

Santana (2008, p. 98) declara que “no ano de 1918, o preço da arroba da cera de maniçoba chegou a 60\$000 (sessenta mil réis)”, contudo, ao final da Primeira Guerra, o produto piauiense entrou em crise, visto que seu preço estava submetido às imposições dos importadores, então “a situação modificou-se de tal modo que as cotações caíram, baixando para 15\$000 (quinze mil réis) a arroba”. Nessa primeira conjuntura, alguns comerciantes declararam falência. No entanto, as alterações de cotações não conseguiram tirar a cera de maniçoba do ranque piauiense, pois este era o mais importante suporte de verbas públicas, apesar da queda em sua cotação.

A crise da borracha de maniçoba teve início no ano de 1914 e pode lembrar alguns acontecimentos da época que geraram o colapso nas primeiras quatro décadas do século XX, entre os quais os efeitos deixados para os mercados externos, frutos da Primeira Guerra Mundial, além da ausência de investimentos do poder público, que chegava a dar recompensas aos produtores, concentrando mais

em sua ação em garantir um forte aparelho fiscal para manter em alta por mais tempo o preço dos produtos (QUEIRÓZ, 2006).

Em sequência à crise da maniçoba, a cera de carnaúba passou a ser o principal apoio da receita pública no Piauí, de modo tão marcante que foi capaz de manter o seu preço em alta no mercado por mais tempo. Por seu lado, a borracha decrescia o seu valor de mercado, chegando à década de 1920 com participação medíocre para a economia piauiense.

A cera de carnaúba, no início do século XX, obteve destaque no movimento da exportação piauiense e chegou à ocupação do terceiro lugar no ano de 1910, ficando atrás da borracha e do algodão, tão forte foi a sua importância para a economia do estado (SANTANA, 2001). Todavia de acordo com os estudos de Castelo Branco (1970), a cera de carnaúba, em 1911, se tornaria o segundo produto mais importante da balança comercial e, em 1914, tornou-se a liderança nas exportações do estado, cujo principal consumidor, até aquele ano, era a Alemanha. Mas, com o advento da Guerra, os Estados Unidos assumem a liderança das importações.

Entretanto, na década de 1920, mesmo em contexto de oscilações, a produção nacional crescia em longo prazo (PORTO, 1974). Este autor declara que, no transcurso da década de 1920, a produção chegou a 1.223 toneladas de cera, conseguindo alcançar, no ano de 1929, a quantidade de 3.174 toneladas. Constatase, nas duas primeiras décadas do século XX, um crescimento da importância da cera em relação aos demais produtos piauienses da balança de exportação.

Na década de 1950, a conjuntura econômica do Piauí entrou em crise, porque suas riquezas e divisas tinham garantias no ciclo de extrativismo vegetal, de maniçoba e da cera de carnaúba. Neste contexto histórico econômico do Piauí, importa destacar, o referido ciclo possibilitou, por certo período, a integração comercial do Piauí com o resto do Brasil e até com outros países.

A extração dos produtos deste ciclo entrou em regime de decadência, ainda no início do século XX, em decorrência da falta de investimento governamental na estrutura da economia e, mais agravante, na qualificação de pessoal. Esse fato perdura até ao presente, pois, ao se comparar a evolução da conjuntura educacional do Piauí nas duas primeiras décadas do século XX, será visto que não houve grandes iniciativas de progresso na educação, em relação ao período monárquico. O

que se pode constatar é que, na época, apenas uma pequena parte da população tinha acesso à educação.

No avançar dos anos, os governos sequer fizeram planejamentos satisfatórios para revitalizar esse ciclo e aumentar o nível de conhecimentos da população. Pouco se investiu em novos empreendimentos que garantissem os ativos financeiros estaduais, para que não entrassem em *déficit*, de forma que a década de 1950 encontrou o Piauí historicamente envolto em uma de suas maiores crises econômica.

Por esse período, o governador do Estado, Pedro de Almendra Freitas¹³ (1950-1954), ao assumir a governadoria, encontrou-se impossibilitado de realizar investimentos, inclusive em áreas sociais imprescindíveis, como a da educação. Nesse mandato, o então governador recebeu o estado em início de urbanização¹⁴, mas com fortes cobranças e exigências de continuidade, apesar das limitações de recursos.

A década de 1950, portanto, foi um período muito importante para o entendimento do processo de mudança da rede escolar do Piauí. De acordo com o Professor da UFPI, Fonseca Neto (1998), pode-se afirmar que foi nessa década que se percebe um espírito de renovação desse estado. O também titular da UFPI, Professor Camilo Filho (1969, p. 54), tratando sobre a área educação, destaca que, no Piauí, de 1950 em diante, “[...] nota-se um grande desenvolvimento nos diversos setores do ensino”. Ademais, o desenvolvimento econômico acerca-se com questões de caráter social, tais como o bem-estar, nível de consumo, índice de desenvolvimento humano, taxa de desemprego, analfabetismo, qualidade de vida, entre outros fatores, que perpassam pelo avanço da educação para a sua gente.

Essa transformação e novo rumo na direção da renovação no Piauí coaduna-se com a ótica desenvolvimentista, presente na intervenção do Estado no período, cujo ponto central era a industrialização. No mesmo sentido, Medeiros (1996, p. 43) citou afirmativamente que:

¹³ O comerciante Pedro de Almendra Freitas, que era vinculado ao PDS-Partido Social Democrático, governou o Piauí no período de 1950-1954.

¹⁴ O Piauí contava com um quantitativo de 49 municípios e uma população de 1.046.669 pessoas, de acordo o censo demográfico daquele ano. A população de Teresina à época representava 9% da população total, com 90.723 habitantes. Além do mais, o Piauí trazia a marca de ser o estado brasileiro com maior índice de analfabetismo, pois, de cada quatro piauienses com dez anos ou mais de idade, três não sabiam ler e escrever.

[...] o setor público terá também papel significativo, nesse período de 1958-1964, indicando já o rumo de uma certa reestruturação da estrutura de emprego e renda. O aparelho burocrático continua crescendo e há um esforço consciente de modernização institucional; expande-se os serviços sociais públicos (educação, saúde, assistência social, previdência etc., intensificam-se investimentos nas áreas de estradas, energia, abastecimento de água, telefonia e prédios escolares e hospitalares.

Nesse período intermediário, entre 1950-1960, o Piauí assume novo aspecto econômico, também, com o processo de urbanização. Dessa maneira, o estado se insere no contexto nacional de modo antes não percebido. Na visão de Bandeira (1983, p. 32), a partir da década de 1950, o Piauí iniciou outro processo de desenvolvimento:

[...] o crescimento urbano estadual obteve maior velocidade. E isso ocorreu simultaneamente a uma maior integração do Piauí à economia nacional, através do *Programa de Integração Nacional*, que correspondeu a implantação de rodovias federais e estaduais, sistema de telecomunicações, usina hidrelétrica e outros programas federais dirigidos aos setores produtivos, sendo que esses últimos exigiram rápida modernização do aparelho estatal para a execução dos referidos programas (grifo nosso).

Esse estado de mudança provocou movimento na área econômica e na urbanização, que suscitaram o aumento da procura por diferentes serviços, entre os quais o educacional, uma vez que, para as atividades dos serviços, requeria-se mão de obra com maior nível de escolaridade. Por outro lado, na afirmação de Bandeira (1983), o processo de modernização urbana não foi capaz de modificar o sistema produtivo do estado, sobretudo o vinculado à produção agropecuária. Este autor afirma que, entre 1950 a 1980, “[...] foram lavouras básicas, de pequena produção, a atividade que mais cresceu [...].” Renato Castelo Branco (1970) diz que o caminhão e o rádio são símbolos desse período, e, corroborando com esse autor, Antonio Cardoso Façanha (1998, p. 68) cita o processo de mudança começado em 1950, que em relação

[...] aos aspectos ‘novos’, ou modernos, desse novo momento, pode se destacar os seguintes: a importância da rede de transportes rodoviários e a melhoria no setor de comunicações para a dinamização da capital e de todo o estado; a criação da Barragem de Boa Esperança, no médio Parnaíba, em Guadalupe; o desenvolvimento dos setores administrativo, financeiro e creditício; o aumento do comércio varejista, reflexo de uma maior integração entre as cidades do estado; e a existência de um conjunto de políticas agrícolas efetuadas pelo Governo Federal, contribuindo para encurtar as distâncias socioeconômicas entre as cidades (FAÇANHA, 1998, p. 68).

Relativo à instalação da Barragem de Boa Esperança, para o fornecimento de energia elétrica e a construção de estradas de rodagens, foram os investimentos que, na verdade, não alteraram tanto assim a conjuntura do Piauí (NUNES; ABREU, 1995), uma vez que já se esperava que, gradativamente, as cidades se desenvolvessem, mas o desenvolvimento esperado não aconteceu.

As obras da Barragem de Boa Esperança atravessaram um longo período até sua conclusão, uma vez que foram iniciadas no governo de Juscelino Kubistchek, porém, mais tarde, foram paralisadas por determinação do Presidente Jânio Quadros e, posteriormente, em virtude de solicitação do governador do Piauí, Petrônio Portella, o Presidente Jânio Quadros autorizou a abertura de nova concorrência, para dar continuidade à obra, que ocorreu com normalidade já no governo de João Goulart.

Um dos envolvidos no processo de construção da Barragem de Boa Esperança, o Coronel Cesar Cals¹⁵, sobre a construção da referida Barragem, afirma que a mesma teve início em agosto de 1964: “[...] a Usina de Hidroelétrica já em maio do ano seguinte vencia sua primeira e importante etapa, com o desvio das águas do Rio Parnaíba, que saía do seu leito original para correr num canal escavado a fim de possibilitar o começo das obras da sua barreira principal” (CAL S, *apud* DANTAS, 2001, p. 66).

Entende-se que o Cel. Cesar Cals tenha considerado o efetivo começo da obra com o início da construção da sua barreira principal, em agosto de 1964, no Governo do Marechal Castelo Branco, e não na sua fase protocolar de discussão, aprovação e apoio político ao projeto, pelo qual todo o Piauí ansiava, cujas primeiras iniciativas ocorreram durante o governo de Juscelino Kubistchek. A dita obra foi inaugurada em abril de 1970, durante o governo de General Emílio Garrastazu Médici, sendo Cesar Cals, no período, o Presidente da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE), empresa responsável pela construção dessa usina.

¹⁵ Militar cearense que foi responsável técnico pelo serviço de luz e força de Fortaleza (1957-1960), e que também trabalhou na Sudene como engenheiro do departamento de energia elétrica. Em 1961, foi diretor do departamento de energia elétrica do Piauí e, de 1962 a 1963, presidiu a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR). Em julho de 1963, foi nomeado presidente da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE), no Maranhão, tornando-se responsável pela construção da usina do mesmo nome, cargo que ocuparia até abril de 1970. Era partidário do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart em 31-3-1964, foi promovido a tenente-coronel em agosto de 1966, e em setembro do mesmo ano passou para a reserva no posto de coronel. Entre 1967 e 1970 foi conselheiro administrativo da Eletrobrás e presidente das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) (CPDOC/FGV, 2019).

É de bom alvitre lembrar que, no projeto desenvolvimentista; “[...] de 1950 a 1960, o Piauí viu na sua demografia serem elevadas à posição de cidade oitenta e seis localidades, perfazendo um total de 114 municípios” (NUNES; ABREU, 1995, p. 105), esse era o número de municípios existentes no estado no ato da implantação da Lei n.º 5.692/71¹⁶, que, em 1972, fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus. Em 2010, de acordo com o censo apresentado pelo IBGE, o número de município era de 224, o que permanece até hoje.

Conforme o censo demográfico, do início do ano de 1950, o estado do Piauí superava a contagem de um milhão de habitantes, dos quais a minoria habitava as cidades (16%), enquanto a maioria (84%) vivia na zona rural. A capital, “Teresina, então com 90.723 habitantes, representava menos de 9% da população total do Estado” e, “de cada quatro piauienses de 10 anos e mais de idade, três eram analfabetos” (MENDES, 2003, p. 175). A receita resultante da arrecadação total realizada pelo Piauí que, em 1940, ultrapassava arrecadação dos estados como do Amazonas, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Goiás, em 1950 colocava-se em último lugar, mas “[...] o Piauí entregou-se à própria sorte, ocupando-se apenas com os problemas políticos locais esquecendo-se de olhar o que acontecia em sua volta” (MENDES, 2003, p. 181).

Nessa década, no ano de 1952, Teresina completara cem anos. Neste contexto histórico, os periódicos locais tiveram papel importante na cobertura do evento do centenário, especialmente no que se referem às atividades planejadas, destacando-se as disputas político-ideológicas que envolviam a organização do evento, no qual se denunciava, de forma intensa, a deficiência de serviços básicos na cidade, como: água potável, energia elétrica, esgoto sanitário, ruas calçadas, entre outros.

Os articulistas, formadores de opinião, aproveitavam o ensejo do evento para se debruçaram nesses pontos críticos, chamando a atenção para a problemática da situação da cidade, sensibilizando os convidados que participassem do evento, pois, embora a cidade estivesse festiva, no seu centro, o local onde ocorreria o evento, a

¹⁶ Essa lei trouxe, em seu conteúdo, dois aspectos fundamentais: a expansão da escolaridade obrigatória, abrangendo, a partir de sua aplicação, todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio, e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau. Ao contrário do que sucedia nos Países de capitalismo avançado pós-64, onde o assunto educação escolar básica era um problema resolvido, no Brasil, uma grande parcela da população sequer tinha acesso à escola (BOYNARD, 1975).

cidade se encontrava suja e maltratada. Para os teresinenses, essa não era uma situação das mais confortáveis.

Destaca-se que, segundo Nascimento (2018), os jornais que circulavam em Teresina, na época, eram atrelados a grupos partidários, condição que permitia apresentar as divergências entre as partes da sociedade teresinense. Nesse contexto, os proprietários de jornais adversários políticos aproveitavam o ensejo para anunciarem suas expectativas em relação ao Centenário, ao mesmo tempo em que expunham as falhas, supostamente encontradas na organização e realização do evento, bem como na gestão da cidade.

No início da década de 1960, o governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1963) assumiu, em discurso na Assembleia Legislativa, perante os membros do Corpo daquela Casa, que sua prioridade de governo seria lutar, em todas as frentes, contra o atraso do estado do Piauí: “o pauperismo e a miséria, ou seja, estava a elite intelectual e política cujo discurso entoava também em torno do tema pobreza contra o secular subdesenvolvimento piauiense”(PIAÚÍ, 1961); aliando-se ao discurso do presidente da República à época, Juscelino Kubitschek (JK).

Embora já tenhamos citado Chagas Rodrigues, vale a pena trazer à tona, novamente, o fato de que, antes de ser governador do Piauí, esse político foi eleito, em 1950, ao cargo de Deputado Federal pela UDN; porém, em 1954, quando reeleito, transferiu-se para o PTB, e manteve o mandato. Chagas Rodrigues conviveu com a crise do período político que culminou com Getúlio Vargas cometendo suicídio. Há experiências que sugerem que Chagas Rodrigues tenha acompanhado, de perto, a discussão ideológica que atravessou toda a década de 1950, entre os nacionalistas e aqueles que defendiam o desenvolvimento econômico apoiado no Capital estrangeiro.

Contudo, em meados dos anos de 1950, no Brasil, ocorreu a entrada do capital internacional em parceria com o capital multinacional, de modo que, com o capitalismo nacional associado-dependente, ao final dessa década, o Brasil apresentava um processo de desenvolvimento caracterizado por uma situação de dependência baseada em um tripé econômico, o qual seria reforçado após o golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

Tatiana Prado Vargas, no artigo “Particularidades da formação do capitalismo brasileiro: polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil” (2009) sugere

que, com a nova estrutura formada de alianças, inaugurado pelo referido Golpe, com base sobre o “tripé condicionante” do desenvolvimento associado e dependente por meio da associação entre capital estatal, externo e privado nacional – o Estado ganhou uma estrutura nova, capaz de impedir a “continuidade do conjunto político constituído pelo nacionalismo populista e pelo tradicionalismo patrimonialista que dificultavam a sua modernização” (VARGAS, 2009, p. 145). Sem demora, esse novo Estado passa a completar, política e institucionalmente, a dominação nacional, só restando, a partir de então, a implantação da democracia no sistema político.

Não obstante o Estado brasileiro, nesse período, apresentasse um quadro de desenvolvimento, a partir de parcerias firmadas com aplicação de capitais estrangeiros, no Piauí o que se tem são discursos nos periódicos publicados, principalmente, na Capital, nos quais os articulistas replicavam que a onda de desenvolvimento econômico, que atingiu as demais regiões do país, não chegou até o Piauí.

O jornalista Francisco Ferreira de Castro, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, sobre as eleições de 1958 no Piauí, tem a mesma opinião, pois aponta a “[...] organização econômica e social que [se] apresenta num estágio de pouco desenvolvimento, mesmo comparada com outras regiões menos protegidas do Brasil” (CASTRO, 1960, p. 21). Todavia, este mesmo articulista defende que “[...] não constituímos área de resistência à eclosão de ideias desenvolvimentistas dentro do quadro geral da Federação” (CASTRO, 1960, p. 21). Este autor parece marcar o foco para as diversas manifestações do governador e seus aliados sobre o desenvolvimento.

Em 1963, um ano após encerrar o seu mandato de governador, logo no início do ano, Chagas Rodrigues, através de jornal local, publicou matéria na qual repetia que o principal problema a ser combatido no Piauí era a pobreza que o afligia. Já se destacou que o governador alimentava sua ideia de que, durante o seu mandato, ele seria o condutor do processo de desenvolvimento que deveria tirar o Piauí da condição de o estado mais pobre da federação. Repetia, porque conforme matéria publicada no *Jornal Estado do Piauí* de 16 de abril de 1961, p. 1, afirmara que:

Nosso inimigo principal é o atraso do Piauí, é o pauperismo do povo piauiense, pelo que estendia sua mão a todos os piauienses de boa vontade para uma luta comum em favor de nossas populações, especialmente, dos mais necessitados.

O citado jornal pertencia a parceiros do ex-governador, os quais eram filiados à UDN nacional e havia feito aliança com o PTB, e aproveitava-se para elogiar o ex-governador através de matérias veiculadas. Vale destacar que, pelo menos ao nível do discurso, Chagas Rodrigues ambicionou, depois do processo eleitoral, agrupar todas as tendências políticas do estado, formando uma força única para promover a saída do Piauí da condição de subdesenvolvido.

A opinião de Francisco Ferreira de Castro foi que o resultado dessa condição tem um conjunto de variáveis, “[...] é antes consequência do total desaparelhamento de sua estrutura econômica e da mentalidade cartorial dominante do regime semifeudal que perdurou no Estado” (CASTRO, 1960, p. 24). Por mentalidade cartorial, pode-se entender a forma dos grandes proprietários de terras com florestas de carnaubais e babaçuais, e a criação de gado, senhores que exerciam lugares de poder no governo, principalmente na capital, “centro das suas aspirações de segurança e estabilidade, eram asseguradas por uma economia rotineira e patriarcal” (CASTRO, 1960, p. 25-26).

Chagas Rodrigues, conhecedor de como lidar com a política, chamava todos os piauienses para caminharem ao seu lado, na perspectiva de construir o desenvolvimento do Estado. Contudo, o político sabia, de antemão, que o grupo mais conservador da sociedade piauiense, consolidado na sua “organização econômica e social, controlava também o poder político, de cuja estrutura, no Piauí, o PSD é o grande beneficiário, desde os tempos ditatoriais” (CASTRO, 1960, p. 25). Rodrigues reconhecia que, mesmo que tenha ganhado a eleição para governador (1959-1962), a maioria dos deputados era formada por representantes da aliança liderada pelo PSD, partido do Presidente da República Juscelino Kubitschek (JK), que contava com os partidos das siglas PSP, PR, PL e PRP.

Chagas Rodrigues governou o Piauí no mesmo período de governo federal de JK, e, neste contexto, aderiu ao discurso desenvolvimentista do governo do Presidente, mas, também, a outras iniciativas, como a do surgimento da SUDENE¹⁷ – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, entidade criada como

¹⁷ A criação da Sudene envolveu, antes de tudo, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional (FGV/CPDOC, 2019).

autarquia, objetivando promover e coordenar o desenvolvimento da região, sob a subordinação direta da Presidência da República, cuja secretaria executiva coube ao economista Celso Furtado.

A perspectiva do Governo Federal, com a criação da SUDENE, era diminuir diferenças regionais brasileiras. Chagas Rodrigues, sob uma expectativa mais otimista, dizia que sua luta era contra o subdesenvolvimento que disseminava o Piauí desde a crise do extrativismo vegetal. Então, com a criação da SUDENE, o Governador esperava que ocorressem melhorias para o Estado.

Embora houvesse a disposição de Chagas Rodrigues para investir no processo do subdesenvolvimento no Piauí, resta afirmar que, no governo do seu antecessor, Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959), aventou-se uma tentativa de modernização do Piauí, especificamente do aparelho administrativo do estado, sobretudo na área das finanças, tendo como base o Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, que fora constituído em 1956 por Juscelino Kubitschek.

Desse modo, criou-se, naquele mesmo ano, a Comissão de Desenvolvimento do Estado (MENDES, 2003), cuja finalidade era pensar o desenvolvimento econômico do Piauí a médio e longo prazo. No entanto, Felipe Mendes, economista, ajuíza que a reação do Piauí “começou em 1956, *com dez anos de atraso* em comparação com os estados do Nordeste oriental” (MENDES, 2003, p. 175, grifo do autor). Mesmo assim, algumas iniciativas foram empreendidas a fim de colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, destacando-se, nesse período, a criação da FIEPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba no ano de 1954.

Assim, em meados da década de 1950, no governo de Gayoso e Almendra (1955-1959), foi dado o ponto de partida da reforma da administração estadual, uma vez que, durante a sua gestão, foram efetivadas várias medidas de caráter econômico, entre as quais a criação das Empresas de Economia Mista: o IAEE – Instituto de Águas e Energia Elétrica, em 1955 e o DER – Departamento de Estradas e Rodagem; no ano seguinte, 1956, criou-se a CODESE – Comissão de Desenvolvimento do Estado. Em 1957, foi criado o FRIPISA – Frigorífico do Piauí S/A; e, em 1958, o BEP – Banco do Estado do Piauí, que se constituiu a partir da obtenção do controle acionário do Banco Comercial e Agrícola do Piauí S/A. Além

disso, ainda no governo de Jacob Gayoso, houve a inauguração, em 1957, da ponte sobre o Rio Poti, ponte Juscelino Kubitschek, em Teresina, que contou com a presença pessoal do Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Essa ponte, a primeira construída para ligar as duas partes da Capital, o Centro, a partir da Avenida Frei Serafim, à Zona Leste, pela Avenida João XXIII. Constituiu-se como um vetor de crescimento da cidade de Teresina na direção leste, mantendo-se, até os dias atuais, como principal eixo de ligação sobre o Rio Poti. Historicamente, a linha formada pela Ponte JK e Avenida Frei Serafim possui importância global para a cidade de Teresina, uma vez que, além de grande importância histórica e patrimonial dos prédios no desenvolvimento da cidade, conecta diretamente regiões de moradias e de trabalhos, de forma que o bom funcionamento da cidade, das atividades cotidianas de comércio e serviço depende da vazão de veículos sobre essa referida ponte.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, as ações do governo empreenderam a marcha, seguindo a mesma tendência do governo anterior, cujo foco era manter o padrão para o desenvolvimento do Estado. Neste sentido, Chagas Rodrigues amplia o segmento de empresas de economia mista, instalando mais quatro empresas: CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S/A e AGRINPISA – Agroindústrias do Piauí S/A, ambas em 1959; TELEPISA – Telefones do Piauí S/A, em 1960; e AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, em 1962.

Em 1965, foi instituído o FOMINPI – Fomento Industrial do Piauí, que posteriormente passou a chamar-se CODIPI – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí. A CODESE, que fora criada no governo anterior, recebeu aperfeiçoamento com a Lei nº 1870, de 05 de outubro de 1959, que ampliou suas funções, com a criação do Conselho de Desenvolvimento e da Secretaria Executiva, cujos cargos foram exercidos por Raimundo Nonato Monteiro de Santana, o primeiro Secretário Executivo, e depois um dos membros do referido Conselho.

Neste sentido, verifica-se o empenho das autoridades dos governos em atender os anseios da sociedade, que, se por um lado investiam na melhoria da viabilidade coletiva, porque desejavam manter-se na esfera política, por outro, verdadeiramente, percebiam a necessidade de implantar instrumentos que possibilitassem contribuir na construção de um novo Piauí, à medida que criavam condições para modificar a infraestrutura básica do Estado na área da energia

elétrica, abastecimento de água e transportes.

Segundo Mendes (2003), no período de 1955 e 1957, no intuito de verificar o nível de aproveitamento das potencialidades das vias hídricas do Piauí, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, foram realizados importantes estudos hidrológicos no Rio Parnaíba. No final do referido período, o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, “criou uma comissão técnica para estudar a possibilidade de construção de barragens, muito especialmente no local onde mais tarde seria construída a Boa Esperança” (MENDES, 2003, p. 193), sobre o que já tratamos neste texto.

O engenheiro Cássio Borges, citado por Nascimento (2010, p. 7), que, por sua vez, cita Dantas (2001), fazia parte do quadro técnico do DNOCS naquela época, e afirma que o Governador Chagas Rodrigues solicitou ajuda para a construção da Barragem de Boa Esperança, conforme podemos ver abaixo:

[...] tivemos uma grande motivação profissional quando, juntamente com outros técnicos do DNOCS, em visita ao governador do Estado do Piauí, salvo engano no ano de 1961, no Palácio de Karnak, em dado momento da conversa, o governador se pôs de pé e com o braço direito estendido, apontando para o crucifixo na parede e olhando para os visitantes, disse emocionado: ‘construam essa barragem; ela será a salvação do Piauí (DANTAS, 2001, p. 65).

Com as afirmativas de Renato Castelo Branco (1970) e Antonio Cardoso Façanha (1998) acerca do processo de mudança na concepção de modernização do Piauí, partindo da década de 1950, deixa-se perceber que, mesmo incipiente, havia um processo de modernização da administração estadual, quando se apresentou neste texto a criação de empresas de economia mista, de um Banco do Estado, e melhoria da infraestrutura básica.

Além disso, foi nessa época, no Governo de Jacob Manuel Gaioso e Almendra (1955-1959), que ocorreu a criação dos seguintes órgãos: o DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí; o Banco do Estado do Piauí; o Frigorífico do Piauí; o Instituto de Água e Energia Elétrica; e, também, a ampliação da pista do aeroporto (1962) na área de transportes de mercadorias e passageiros, que era considerada emblemática. Pode-se dizer que estas ações visavam consolidar a integração do Piauí ao cenário nacional.

A década de 1950 teve, de algum modo, a sua marca no desenvolvimento do

Piauí, especialmente em Teresina, considerando os passos dados em relação à implantação da faculdade de Filosofia, na medida em que foram tomadas atitudes mais concretas a fim de dar solução à reivindicação de formação de professores para ministrarem aulas nos cursos ginasial e secundário. No contexto da forma de regularidade da legislação educacional ordenada, destaca-se, através de um entrelaçamento de portarias e circulares, um universo compondendo pontos fragmentados de leis, o qual era ajustado e alterado de acordo com as conveniências e exigências da própria estrutura sociocultural brasileira.

Sobre as políticas sociais e da educação, o capítulo abaixo enfoca as Faculdades Isoladas do Piauí, desde seus surgimentos, o processo da escalada política da construção do ensino superior no Piauí, até o período das respectivas incorporações para a instituição da Universidade Federal do Piauí.

3 FACULDADES ISOLADAS NO PIAUÍ: MARCO INICIAL DA CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ (UFPI).

O presente capítulo está dividido em dois Subcapítulos, com abordagens sobre o percurso de processos e das políticas sociais da educação, dando ênfase aos desafios para o surgimento das Faculdades Isoladas do Piauí, que deram início à UFPI – Universidade Federal do Piauí. O primeiro subcapítulo apresenta, historicamente, a Escalada da Política Educacional e os desafios para o surgimento das Faculdades Isoladas no Piauí. No segundo subcapítulo, apresenta-se a caracterização do quadro de professores das respectivas faculdades isoladas, e como tal quadro foi se constituindo.

O trabalho, como um todo, segue em uma escalada pela via histórica da modernidade emergente influenciando o desenvolvimento do Brasil, e evidencia uma inclinação para a contextualização da historicidade econômica do Piauí. Por esse roteiro, faz-se uma retrospectiva mais abrangente acerca da historiografia da educação, demonstrando como o sistema de ensino foi instituído e evoluiu no Estado, com as Faculdades Isoladas dando base sólida à constituição da Universidade Federal do Piauí.

3.1 A escalada da política educacional e os desafios para o surgimento das Faculdades Isoladas no Piauí.

No projeto desenvolvimentista “[...] de 1950 a 1960, no Piauí foram elevadas à posição de cidade 86 localidades, perfazendo um total de 114 municípios” (NUNES; ABREU, 1995, p. 105). Esse era o número de municípios existentes no Estado no ato da implantação da Lei n.º 5.692/71, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, em vigor a partir de 1972.

O crescimento rápido do Estado puxou a demanda de mão de obra mais qualificada e, conseqüentemente, razão para a expansão das escolas de Curso Ginásial no Piauí, que ocorreu face aos resultados de parcerias entre a iniciativa privada e a pública, e pela união das vontades da Igreja Católica e das elites locais, nos diferentes municípios, concomitantemente à ação política do Estado. O curso ginásial era um nível de ensino de caráter extremamente seletivo e de ingresso limitado.

A partir da década de 1950, ocorreu aumento da demanda em busca de vaga nesse nível de ensino. Então, foi provocada uma maior participação do Estado no sentido de ofertar e expandir gradativamente o ensino de 1º e 2º Graus, cujo acesso estava restringido pela quantidade de vagas ofertadas do processo seletivo próprio do Exame de Admissão, bem como da cobrança de Taxas Escolares, sem contar as restrições provenientes no Ensino Primário pela dificuldade do acesso e dos altos índices de reprovação e evasão.

Embora esse nível de escolaridade vagarosamente se expanda, o acesso é um pouco mais facilitado, e o número de vagas é ampliado nas escolas por novos critérios de seleção adotados. O Estado, para garantir a mínima necessidade da demanda por vagas no Curso Ginásial, foi constituindo uma rede de escolas e/ou oferecendo subsídios para as escolas particulares, que ofereciam esse segmento de ensino. Também passou a reconhecer as Escolas Particulares como sendo Instituições de utilidade pública, pois era um mecanismo alternativo frequentemente utilizado, e oficializado, conforme estatuído nos Códigos de Lei. Com essa abertura político-social, as escolas particulares foram se acostumando a buscar o apoio do estado, que as subsidiava, financeiramente, com valor variável, de acordo com a petição e, obviamente, o prestígio da escola, para repassar recursos. (LOPES, 2017).

José da Rocha Furtado, governador do Piauí, leu em documento, perante a Assembleia Legislativa, sobre o funcionamento de curso ginásial masculino diurno e noturno no Colégio Estadual, na cidade de Teresina, que, no ano de 1949, totalizava em 392 alunos distribuídos nos diferentes anos de séries do curso (PIAÚÍ, 1950, p. 20¹⁸). Nesse mesmo documento, Rocha Furtado também afirmava existir, no ano de 1950, matrículas equivalentes a 489 alunas no curso ginásial da Escola Normal Antonino Freire (p. 21).

Em 1952, no governo de Pedro de Almendra Freitas, chegou a 600 alunas matriculadas, distribuídas pelos diversos anos do curso ginásial da Escola Normal Antonino Freire, verificando-se um significativo acréscimo no número de matrículas nesse ano letivo (PIAÚÍ, 1952, p. 37), em comparativo com o período anterior. O Piauí, em 1954, possuía 15 unidades escolares do ciclo ginásial, duas pertencentes

¹⁸ José da Rocha Furtado governou o Piauí de 1947 a 1951. Mensagem do Governador (PIAÚÍ, 1950, p. 20)

à rede estadual, duas municipais e onze particulares. Observa-se um predomínio das escolas particulares nesse segmento de ensino, lembrando, entretanto, que essas escolas recebiam subsídios do estado para a sua manutenção.

Embora com uma presença acentuada na oferta do ensino primário, o número de escolas no Piauí ainda aparece com caráter elitista nesse nível de escolaridade, marcado pelo pouco acesso da população com idade escolar (ABREU, 1955, p. 73). Em torno do final do ano de 1956, o Estado já contava 24 unidades escolares desse nível de ensino, mas continuava a superioridade numérica pertencendo à iniciativa privada (PIAUI, 1959).

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (Político filiado ao PTB), ao assumir a pasta de governo do Estado (1959-1962), apresenta mensagem na Assembleia Legislativa relatando que, no segmento educacional, o Piauí, no ano de 1958, mantinha em Teresina somente o Colégio Estadual Zacarias de Góes – Liceu Piauiense, e a Escola Normal Antonino Freire.

A instituição Escola Normal Antonino Freire, que tinha por objetivo formar professores para o ensino elementar, foi criada no Império, pela Lei Provincial n.º 565, de 05 de agosto de 1864, mas, como cobrava taxas de matrícula, desmotivava a procura pelo curso, o que levou o Presidente da Província a extingui-lo, através da Lei n.º 599, de 09 de outubro de 1867. Assim, a Escola Normal passou sucessivos processos de aberturas e extinções, durante todo o período de 1864 a 1908. Contudo, nesse interim, no dia 29 de agosto de 1871, pela Lei n.º 753, foi autorizada a reabertura do Ensino Normal, anexo ao Colégio Liceu Piauiense, com uma grade curricular distribuída em três anos corridos, e não mais em dois anos, como na primeira experiência.

Mais tarde, em 11 de julho de 1874, pela Resolução Provincial n.º 858, o curso foi novamente extinto, por motivos ainda hoje desconhecidos. Uma terceira tentativa aconteceu através da Resolução n.º 1.062 de 15 de julho de 1882. Esta experiência funcionou durante seis anos, até que a Resolução n.º 1.197 de 10 de outubro de 1888 suprime a Escola Normal de Teresina, perdendo o Estado do Piauí, naquela época, a possibilidade de formar professores para atuarem no ensino primário.

No Piauí, estando mais avançadas em Teresina, as propostas de formação de professores seguem as diretrizes nacionais, e acompanham as mudanças sociais,

econômicas e políticas, o que dará a cada fase um norteamento político/ideológico diferente. Em 1908, a Sociedade Auxiliadora da Instrução, entidade não governamental, destaca, dentre suas atividades, o reerguimento da antiga Escola Normal, que recomeça seus trabalhos em 1º de janeiro de 1909, com a denominação de Escola Normal Livre, e cujo estatuto fora publicado juntamente com o da Sociedade Auxiliadora da Instrução, no Diário Oficial nº 995 no dia 03 de fevereiro de 1909. A partir dessa iniciativa, o Piauí pôde contar com uma escola para formação de professores, de forma sistemática e contínua, para atuarem no ensino primário.

No ano de 1910, o Dr. Antonino Freire foi nomeado Governador do Estado (1910 – 1912), sendo ele também um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução e professor da Escola Normal Livre, e, na sua gestão, oficializou o ensino normal, transformando a Escola Normal Livre em Escola Normal Oficial. Durante seu mandato, foi regulamentada a instrução pública, ampliado o curso normal para quatro anos de duração e criada a escola de aplicação, a Escola Modelo, para as práticas dos professorandos. Como marco final deste período, têm-se o início da construção do prédio próprio destinado ao funcionamento da Escola Normal Oficial e da Escola Modelo, com instalações necessárias e suficientes, compatíveis ao modelo dos educandários dos grandes centros do País (SOARES, 2004).

Eventos, como a redação de relatório, demonstrando a situação geral do ensino no Estado, e a criação da cadeira de História no currículo escolar, realizados no governo de João Luis Ferreira (1921-1924), levaram esse Governador à elaboração do Decreto n.º 771, de 06 de setembro de 1921, alterando o Regulamento Geral da Instrução Pública e, por conseguinte, o ensino normal. Assim, resultou no aumento da credibilidade e do respeito à Instituição, pela sociedade piauiense, comprovados pelo acréscimo de matrícula a partir de 1910.

Na década de 1930 ocorreu mudança no currículo escolar, retratando uma nova concepção de ensino normal, beneficiando a entrada das camadas mais pobres da sociedade, que buscavam curso de preparação para um trabalho, para o qual possuíam aptidão. Nesse mesmo período, no ensino fundamental é subtraída, do curriculum escolar, a disciplina fundamentalmente religiosa, para dar lugar a uma matéria disciplinar de caráter cívico e moral, ideologia de Vargas refletida na educação. Com a criação do INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em

torno dos anos 40, no Piauí fora instituído o SIPP – Serviço de Inquérito de Pesquisas Pedagógicas, para manter correspondência com aquela entidade federal, visando avanço na construção da História da Educação Brasileira.

Com a Lei Orgânica do Ensino, em 1946, o curso normal é regulamentado pelo MEC, e passa a funcionar em apenas três anos com uma estrutura “mais voltada para a formação de enfermeiras que de professoras” (BRITO, 1984, p. 8-9). Em 1947, foi dada à Escola Normal Oficial a denominação de Escola Normal “Antonino Freire” em homenagem a um dos seus idealizadores. Na década de 1950, o curso normal manteve uma constância curricular e no Estado aconteceram cursos de férias para professores normalistas, atuantes no interior, o que contribuiu para a melhoria do nível educacional no Piauí. Mais tarde, pela década de 1970, esta Escola experimentou o seu ápice, gozando de importância e reconhecimento social, respaldada pela Lei Orgânica do Ensino Normal (1972), tendo sido, inclusive, transformada em Instituto de Educação.

Quanto à interiorização de escolas, a década de 1960 se caracterizou como o período de interiorização do ensino secundário no Estado. O modo como se constituiu a expansão das escolas no Piauí, conforme o Decreto-Lei nº 4244, de 9 de abril de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário, remete ao movimento de expansão e interiorização dos Ginásios, com o surgimento de novas unidades e consolidação desta modalidade de ensino, em diferentes localidades piauienses, tendo ocorrido envolvendo uma boa conjugação dos esforços das elites locais, da iniciativa privada, das confissões religiosas e do poder público estadual e municipal.

A década de 1950 foi um período muito importante para o entendimento do processo de mudança da rede escolar do Piauí. De acordo com Fonseca Neto (2001), pode-se afirmar que foi nessa década que se percebe um espírito de renovação desse Estado. O Professor Camilo Filho (1969, p. 54), tratando sobre a área educação, destaca que, no Piauí, de 1950 em diante, “[...] nota-se um grande desenvolvimento nos diversos setores do ensino”. Contudo, a maior expansão ainda ocorria por conta da iniciativa privada, nos centros urbanos mais populosos. Mesmo assim, esse período foi marcado por políticas populistas expansionistas da rede escolar.

Na mensagem de Governo (1960), Chagas Rodrigues afirma haver determinado, através do Decreto Nº 350 de 28 de novembro de 1960, reserva de

20% de vagas de ensino secundário para candidatos reconhecidos como pobres (PIAÚÍ, 1960, p. 57). Os históricos sobre a expansão da rede escolar do Piauí registram que a Igreja Católica criou, na cidade de Bom Jesus, em 1960, a Escola de Curso Normal, no Ginásio Dom Inocêncio (PIAÚÍ, 1961). Também foi criado, na cidade de Floriano, o Ginásio e Escola Normal “Monsenhor Lindolfo Uchoa”, através da Lei Nº 2.002 de 12 de novembro de 1960 (LOPES, 2000, p. 36), passando para quatro o número de estabelecimentos de ensino médio mantidos pelo Estado.

Nessa época de interiorização do ensino secundário no Piauí ocorreu a estadualização da Escola Normal “Francisco Correia” e do Ginásio “Parnaibano”, possibilitando o ensino em Parnaíba contribuir, como ainda hoje contribui, de forma direta, para a formação de jovens piauienses, e de outros, especialmente do Maranhão e do Ceará.

A “Escola Normal de Parnaíba”, nível secundário, foi inaugurada em 11 de julho de 1927, funcionando inicialmente no prédio do Grupo Escolar “Miranda Osório”. Em 1959, foi estadualizada, passando a ser denominada “Escola Normal Francisco Correia”. Em 1961, transferiu-se para as instalações do Grupo Escolar “Cândido Oliveira”, ganhando sede própria somente em 1967. Quanto ao Ginásio “Nossa Senhora das Graças”, fundado em 1907, iniciou suas atividades com o Curso Primário, funcionando em uma casa doméstica, cedida por particular, para esse fim. Em 1934, ampliou suas atividades, com a criação do Curso Técnico de Contabilidade. Em 1947, implantou-se o Ensino Normal.

Como já afirmado, o governo do Estado corroborava com as escolas privadas, provendo-as financeiramente com subsídios para a manutenção de alunos, uma vez que não possuía escolas suficientes para atender a demanda de alunos existente. Sobre o assunto, o Professor José Nelson de Carvalho Pires forneceu um vívido depoimento:

Quando o Zé Alexandre assumiu como Prefeito, e eu como Secretário de Educação, ele me disse o seguinte: (recordando) [...] “Antigamente havia bolsa de estudo. A prefeitura destinava determinada verba para bolsas, mas era um negócio muito restrito”. Então ele (o Prefeito) falou: - ‘Dê preferência aos alunos mais pobres’ -. E eu, então, fui recebendo os nomes das pessoas para matricular. Mas, quando Parnaíba tomou conhecimento, ‘choveu’ de pedidos. Um dia chegou o prefeito. Eu mostrei a relação e disse que a verba não dava para pagar as bolsas, mas que eu já tinha a solução. ‘Nós vamos criar um ginásio estadual’. – ‘Como é possível?’ Falou o prefeito. – Respondi-lhe, - ‘É possível. Não tem em Teresina? Fale com seu irmão. Nós vamos estadualizar o ginásio Parnaibano’ – O Ginásio

Parnaibano foi criado em 1927 e pertencia à Sociedade Civil, e em 1961 foi encampado pelo Governo Estadual, passando a se chamar Colégio Estadual 'Lima Rebelo' (PIRES, 2009).

Pela declaração de José Nelson verifica-se que as “bolsas de estudo” eram, a princípio, distribuídas conforme os “pedidos de favorecimentos”, e, pelo que parece, os menos afortunados que a requeriam não ficavam sem o benefício. Então, constata-se que o resultado do processo de oficialização gerou, para o governo, expansão nas matrículas.

No Ginásio Parnaibano, por exemplo, no início do governo Chagas Rodrigues/José Alexandre, em 1958, mantinham-se matriculados 205 alunos. Após a oficialização, passando a chamar-se Colégio Estadual “Lima Rebelo”, as matrículas chegaram a 813 alunos. Todavia, durante a gestão do governador Chagas Rodrigues, a população reivindicava, também, Escolas Profissionalizantes, principalmente as do tipo agrícolas e industriais.

Petrônio Portela Nunes (da UDN), enquanto governador do Estado (1963-1966), no segmento educacional deu preferência à construção e inauguração de prédios escolares para instalação do ciclo ginásial. No que tange o item interiorização educacional, tal processo ocorreu nos municípios de Altos, Pio IX, Piripiri e Teresina (PIAUÍ, 1966). A estratégia do governo foi da incorporação de estabelecimentos instituídos em distintas cidades, como já se previa que poderia acontecer desde a sua criação.

No final do governo de Petrônio Portella, o Estado contava com 27 escolas de ensino secundário. A instalação dessas escolas, em diferentes municípios, possibilitou atender à crescente demanda nesse nível de escolaridade, bem como às pressões exercidas pela população. Do ponto de vista estratégico, na década de 1960, as classes de primeira série do ginásio ainda eram insuficientes nas escolas. Para reverter à situação, foram abertas turmas de quinta e sexta séries do ensino primário, equivalentes à 1ª série ginásial. Verifica-se que as transformações ocorriam em ritmo lento, conforme as condições do Estado, porque o ensino secundário estabelecia exigências de prédios escolares com capacidade para acomodação da demanda, e a existência concreta de um quadro de docentes, com um perfil de professores qualificados, para atender às exigências legais.

Em 1967, o Piauí já mantinha funcionando, em Teresina, seis classes de 6ª

série com equivalência de 1ª série ginasial, e três oficinas de artes industriais, duas em Teresina e uma em Parnaíba. A contagem dos números de unidades escolares mantidas pelo governo do estado, na época, era oscilante, mas dados indicam que havia 22 unidades, com matrículas somando 10.544 alunos. Os demais municípios mantinham quatro escolas, com o número de matrículas de 642 alunos.

Os números de escolas particulares, nesse ano de 1967, chegaram a 53 unidades, cujas matrículas abrangiam 9.981 alunos. Vale destacar que, mesmo com a rede particular possuindo um número superior em 31 unidades, em relação à rede estadual, o quantitativo de alunos matriculados na rede estadual era superior ao de matrículas registradas pelas escolas particulares (PIAUÍ, 1969, p. 59).

Ficou evidente que a ampliação do acesso desse nível de escolaridade, de fato, ocorreu através das ofertas de matrículas pelas escolas públicas. De acordo com a mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 31 de janeiro de 1969, pelo governador Helvídio Nunes de Barros, a administração estadual da educação, no exercício de 1968, era aceitável, como também era o quadro estrutural como um todo, referente ao ensino secundário no final da década de 1960.

Cada ano subsequente aumentava a procura por novas matrículas, e o governo reconhecia a existência de *demanda reprimida*, caracterizada pela espera de crianças e adolescentes sem conseguir atendimento no ensino secundário. O governo reconhecia a necessidade de construção de novas unidades escolares, e a ampliação das salas de aulas nas unidades, pois as existentes não atendiam às reivindicações dessa demanda. A saída encontrada pelo governo estadual foi, segundo Helvídio Nunes (1999, p. 128), “[...] acentuar sua participação, ante as pressões sociais desencadeadas”.

Na medida em que o governo realizava o trabalho de expansão do ensino, muitas críticas eram feitas ao padrão de escola vigente, e houve a tentativa de criação de outro modelo, que contemplasse mais os interesses do Estado, e que também refletisse o que o governo pensava para o aluno aliado nessa expansão. Havia a discussão em torno da necessidade de ultrapassar o caráter acadêmico do ensino ministrado nos ginásios, propondo-se a ideia de adotar um modelo de Ginásios Orientados para o Trabalho, que incluíssem no currículo matérias como Artes Industriais e outras práticas produtivas. A superação do modelo acadêmico

seria dada por investimentos na área de formação profissional e do trabalho, como nos afirma Lopes (1997, p. 8):

A expansão da ação do estado, contudo, não inibia a iniciativa, nem significava a falta de apoio do estado a essa iniciativa. Exemplar era a tutela do estado às ações desenvolvidas pela Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, que mantinha vinte ginásios no Piauí.

Itamar de Sousa Brito, na obra *História da educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional e processo de sistematização* (1996) relata que, a partir de 1968, sucedeu, no Piauí, uma série de mudanças na Organização do Sistema de Ensino, que foram concretizadas através dos seguintes instrumentos legais: Lei nº 2887/1968, que dispôs sobre o Sistema Estadual de Ensino; a Lei delegada nº 66/1971, que reorganizou a Secretaria Estadual de Educação; a Lei delegada nº 41/1970, que dispôs sobre o Estatuto do Ensino Médio do Estado; e a Lei nº 2489/1963, que criou o CEE – Conselho Estadual de Educação.

O referido autor, juntamente com outros técnicos que vivenciaram o período de implantação dessa reforma do ensino, destacou que o Piauí foi o segundo estado brasileiro a implantar a reforma de ensino, uma atitude política muito relevante considerando “suas condições de pobreza”.

Itamar Brito (1996) também destacou que um dos fatores determinantes, que motivaram o pioneirismo do Piauí, na implantação da reforma de ensino, deve-se às boas relações existentes entre o Secretário de Educação do Rio Grande do Sul e o Secretário de Educação do Piauí (o professor Wall Ferraz). O Piauí vinha trabalhando nessa perspectiva, pois as suas estruturas educacionais já tinham sido alteradas anteriormente, e havia uma motivação para continuar esse processo de transformação das estruturas escolares piauienses.

A reforma do ensino trazia, em torno de si, o discurso oficial que determinava um novo modo de perceber as instituições escolares existentes: o papel que a educação representava na sociedade e para o homem piauiense – uma vez que as instituições escolares piauienses na época eram reconhecidas como incapazes “[...] em responder aos apelos da realidade cotidiana” (PIAÚÍ, 1970) piauiense, cuja sociedade era reconhecida como sendo “geográfica e culturalmente fechada”, com uma economia simplificada; baixas condições sanitárias; uma população com carências nutricionais, econômicas e educacionais marcantes; além de uma rede

escolar com um “crônico *déficit*” para o atendimento da população.

Juntando tudo isso aos demais motivos, justificava o empecilho de uma melhor visão desenvolvimentista para o Estado, naquele período. Desse modo, justifica o antigo debate em torno do discurso sobre a inserção do Piauí no cenário nacional que era recolocado. Dito posto, no campo educacional, o lema era “educação para o desenvolvimento”, com o *slogan* em torno da criação de “um novo horizonte educacional para o Piauí” (LOPES, 1997).

Assim, o planejamento e o tecnicismo, conceitos importados à época e fortemente utilizados a partir de então, passam a ser operacionalizados na ação do Estado com a criação de órgãos que visavam conhecer a realidade local e subsidiar a ação do governante. A reestruturação da Secretaria da Educação e do sistema escolar era realizada com essa perspectiva.

Um ano após a Lei nº 5.692/1971, que fixaria as Diretrizes e Bases para que o ensino de 1º e 2º graus entrassem em vigor no Piauí, foram tomadas as principais providências pela Secretaria da Educação, visando à implantação da Reforma¹⁹ do Ensino. Foram também expedidas normas para implantação do ensino de 1º e 2º graus em todo o Estado, e, mais adiante, foi constituído um GT – Grupo Tarefa para implantação do ensino, e realizar convênio, com a recém-criada UFPI, tendo a finalidade de dar treinamento ao corpo docente e técnico-administrativo para uma refuncionalidade, com maior eficiência; e a extinção de Exame de Admissão em todo o Estado, para os candidatos na faixa etária de 7 a 14 anos; além de adotar exame classificatório para os candidatos fora da faixa etária obrigatória do 1º grau (PIAÚÍ, 1972, p. 10).

O fim do processo de realização do Exame de Admissão foi um ponto de destaque, pois trata de uma experiência que alterou um ritual importante, que demarcava uma passagem relevante da escolaridade curricular, na escolarização: o percurso escolar de alunos que realizaram sua escolarização antes da aplicação da Lei 5.692/1971.

A cobrança do Exame de Admissão fazia com que houvesse “Cursinhos” e Escolas Preparatórias, particulares, não somente no Piauí, mas na maioria dos Estados brasileiros. Para dar um salto sobre essa “necessidade”, no Piauí, antes da

¹⁹ Com a Reforma, o primário e o ginásio se transformaram em ensino de 1º grau. Os alunos do 4º e 5º ano do primário foram promovidos, automaticamente, para o 5º ano do 1º grau, sendo extinto o exame de admissão.

implantação da Reforma, precisamente no ano anterior ao da aplicação da Lei (1970), alguns estabelecimentos já haviam incluído uma forma social, em seus regimentos, para que, no acesso ao ensino ginasial, não fosse necessário submissão ao exame de admissão, desde que o solicitante de matrícula obtivesse “determinada média de aprovação no curso primário”.

Vale destacar que, em 1972, o ensino ginasial já era ofertado no Piauí em 93 estabelecimentos de ensino, sem a exigência do referido exame de admissão, entre os requisitos obrigatórios, para o ingresso nesse nível de escolaridade, conforme consta no Diagnóstico da Situação Educacional do Piauí de 1972, da Secretaria de Educação e Cultura (PIAUÍ, 1972, p. 65).

O Exame de Admissão, no geral, era adotado porque não havia estrutura física para atender a demanda por essa escolaridade, e, sem esse protocolo, certamente dificultaria o atendimento (PIAUÍ, 1970). Contudo, a revogação do Exame de Admissão estava ocorrendo com base em vários textos legais e aplicado a determinados casos, confirmados no artigo 75, da lei 2.887, de 05 de julho de 1968, com o seguinte teor: “aos alunos que concluírem a 5ª série do ensino primário em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, será permitido o ingresso na primeira série do 1º ciclo de grau médio, desde que assim o disponha o regimento da escola” (PIAUÍ, 1968, p. 18).

A implantação da reforma iniciou primeiramente em dois dos cento e quatorze municípios que compunham o Piauí. Como áreas prioritárias, foram escolhidas as duas cidades mais importantes do Estado, Teresina e Parnaíba. A constituição da organização escolar teve base na estrutura dos complexos escolares de 1º grau. Em Teresina foram instalados dois Complexos Escolares: um, na Zona Norte, que agrupou cinco unidades escolares; e outro, na Zona Sul, com apenas uma escola, a Unidade Integrada Parque Piauí. Na cidade de Parnaíba, agruparam-se quatro unidades escolares.

A organização dos complexos escolares tomou por base o princípio da racionalização de recursos, resultando em uma articulação das escolas, consolidada pela seguinte forma:

Reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas; a entrosagem e a Inter complementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros; a organização de centros

interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudos comuns a vários estabelecimentos (PIAUÍ, 1971, p. 30).

Outro princípio para implantar, gradualmente, a reforma de ensino no Piauí, rumo ao Curso Superior, iniciado com os surgimentos das Faculdades Isoladas, foi que deveria ponderar, como fatores decisivos de opção, itens como: a estrutura escolar da cidade; a centralidade e o tamanho do município em relação à região da qual ela fazia parte; e o contingente populacional. Também, como importante critério, a existência de escolas da CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que, no ano de 1970, mantinha escolas em 32 municípios piauienses, nas quais existiam classes ginasiais. A proposta inicial previa que, até o ano de 1975, deveria estar implantada a Reforma em 48 dos 114 municípios piauienses (LOPES, 2007).

A história da educação brasileira lembra que a implantação de complexos escolares em municípios polos modificaram as relações entre as escolas e o sistema administrativo educacional, porque essa nova estrutura administrativa exercia controle diretamente sobre as unidades escolares. Nesta perspectiva, a organização administrativa da educação no Piauí, no ano de 1973, contava com 19 complexos escolares, sendo 09 na capital e 10 no interior do Estado, os quais reuniam escolas de bairros ou de municípios sob sua jurisdição (PIAUÍ, 1973, *apud* LOPES, 2005).

No ano de 1971, a oferta do ensino ginásial era apresentada em 93 estabelecimentos, em sua maioria na modalidade acadêmica, dos quais 23 ginásios pertenciam ao Estado. O ensino profissionalizante ofertava apenas o magistério. Mas a reforma estava em franco andamento e tinha por princípio a expansão do acesso a esse nível de ensino, marcado pelo lema “mais educação”. Desse modo, a expansão das matrículas ocorreu tanto através de novas salas de aula, como na oferta de bolsas de estudo para a iniciativa particular de ensino, ou, ainda, pela ocupação de salas ociosas existentes em estabelecimentos de ensino privados.

A preponderância do ginásio acadêmico pode-se caracterizar no prestígio dessa modalidade, em relação ao modelo profissionalizante, mesmo levando em conta o custo de instalação dessa proposta de ensino ginásial, quanto à estrutura física e formação de quadro de professores com graduação de nível superior. Entretanto, a dificuldade agravante à expansão das matrículas no curso ginásial estava na capacidade da iniciativa privada de ofertar esse nível escolar, fato que

acentua o caráter restritivo do acesso a essa modalidade de ensino no período (LOPES, 2007).

Brito (1996), sobre o processo de implantação da reforma do ensino no Piauí, aponta que se percebia, naquele período, no Estado, a presença de um ambiente de otimismo em relação às mudanças que a reforma proporcionaria para a educação piauiense. Este autor inclusive afirma que “[...] criou-se no Estado a mística da reforma e o sistema de ensino foi dividido em duas partes: a da área da implantação da reforma e a extra-reforma” (1996, p. 165).

Nessa parte da história, o Governo Estadual, à luz das reformas orientadas no Sistema Educacional Brasileiro, prosseguiu adequando-se às exigências políticas e sociais, para a formação acadêmica dos piauienses, e começou, então, a ver melhor as expectativas indicativas do interesse da elite no sentido de darem vida às ideias de Faculdades Isoladas, para criação de Cursos de Ensino Superior no Piauí. Assim com os surgimentos das Faculdades, e a criação da Universidade do Piauí, mudou radicalmente a história da educação nesse estado nordestino.

3.1.1 Faculdades Isoladas: O contexto do seu surgimento no país e no Piauí

Com o crescimento das cidades, os centros urbanos foram se adaptando aos avanços da modernidade. Na capital, Teresina, a aceleração do seu crescimento foi iniciada, o que, notadamente, fez crescer muito a demanda por serviços, principalmente na área da educação, para a melhoria da mão de obra no atendimento às exigências da demanda aumentada, no âmbito do desenvolvimento da cultura e das capacidades de produção e da produtividade da população economicamente ativa.

Paulatinamente, em meados do século XX, o Piauí computava, na sua estatística, um avanço no nível escolar primário, ginasial e secundário, e já contava com um bom contingente de Bacharéis de Direito, sendo a maioria procedente da Universidade de Recife, e outros profissionais, também com curso superior, muitos deles, inclusive, dedicados especialmente à docência de ensino ginasial e secundário, como atividade alternativa, para mais contribuir com o desenvolvimento cultural do Estado.

Com o interesse dos profissionais liberais, letrados empreendedores,

Bacharéis em Direito (os formados fora do Piauí) e o apoio político e financeiro do Governo do Estado, foi criada, em 1931, a FADI – Faculdade de Direito do Piauí – a pioneira das Faculdades Isoladas, privadas, que mais tarde surgiram e fortaleceram o conhecimento acadêmico piauiense: a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí, Faculdade de Administração do Piauí e Faculdade de Medicina do Piauí, sendo, por fim, todas elas federalizadas e incorporadas pela FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí, para a constituição do Ensino Superior no Estado, dando origem à Universidade Federal do Piauí (UFPI); e assim ocorreu: as faculdades isoladas, dando sua respectiva participação contributiva, unificaram-se, e consolidaram efetivamente o Ensino Superior no Estado do Piauí, cuja história, evidenciando cada uma das citadas entidades, pretende-se fazer, a seguir, com uma breve narração.

3.1.1.1 Faculdade Federal de Direito do Piauí – FADI

Essa IES surge como entidade privada, depois estadualizada e novamente privatizada, até ser, por fim, federalizada através da Lei Nº 1.254/1950, posteriormente incorporada pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), juntamente com as outras Faculdades Isoladas à época existentes.

O estabelecimento do Ensino Superior no Piauí teve ponto de partida na Faculdade de Direito do Piauí, embora tenha demorado cerca de 40 anos entre a criação dessa faculdade até a data de institucionalização da Universidade Federal no Piauí. Era o momento em que o Estado Brasileiro corria atrás da “modernização”, considerando que, por meio dela, o País entraria no processo universal de desenvolvimento. O Estado do Piauí corria, com o Brasil, atrás do ensejado crescimento.

A Faculdade de Direito do Piauí, criada no ano de 1931, constituída sob a égide das mudanças geradas na Revolução de 1930, no Brasil, através das quais foram implantadas as modificações julgadas necessárias nas estruturas dos estados, para atingir o nível de ensino que tinha, por finalidade, funcionar como estrutura de adequação da sociedade brasileira ao projeto político desenhado pela Nova República. Esta Faculdade tomou, como modelo para sua estruturação, a

Faculdade de Direito de Recife que, na época, foi o centro que recebeu o maior número de estudantes piauienses em busca de conquistar título de bacharel em Direito.

O movimento político revolucionário de 1930 desencadeou, no Estado brasileiro, algumas modificações, acarretando a possibilidade de organizar, para si, uma nova estrutura econômica e cultural. Neste contexto, pode-se destacar o processo de desenvolvimento industrial, promovido pelo governo de Getúlio Vargas, que provocou novas necessidades sociais e avivou carências, não tão perceptíveis, mas existentes.

Na área econômica, surgiu a iniciativa de ampliar o mercado de trabalho, uma vez que estava à vista o crescimento nos campos industrial e da área do comércio. Entretanto, por uma parte, a nova realidade econômica e mercadológica exigia um novo perfil de trabalhador: um trabalhador especializado, que à época não era facilmente encontrado na maior parte dos centros econômicos do País e mais raramente no Piauí. Por outra parte, o novo governo, na sua própria estrutura administrativa, estabelecia mudanças nos quadros burocráticos, que exigiam concentrar maior número de indivíduos com formação acadêmica.

A educação passou a apresentar um peso mais forte nas políticas de governo, pelo menos por dois motivos: além da necessidade de formar mão-de-obra qualificada para o processo de desenvolvimento, também, preparar a elite, a fim de conferir sua legitimidade ao momento. Cunha (1980, p. 150), sobre a Revolução de 1930, afirma que essa política veio “abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura”.

Neste contexto dos acontecimentos no País, no Piauí a elite, representada pela comunidade acadêmica, o governo e os empresários, buscou tornar o projeto da educação um “sonho”, a se concretizar pela instalação de um centro de ensino superior no Estado. Nessa perspectiva, a participação do Interventor²⁰, à época, o Capitão Joaquim Lemos Cunha, foi de grande valia, visto que, através desse ator, o Estado se fez presente, assumindo os custos de instalação e manutenção da primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Direito do Piauí.

Este foi o ponto de partida. Em seguida, ocorreu uma mobilização da elite piauiense, que começou a tomar corpo focando nesse propósito de valorizar o

²⁰ Cargo instituído pelo Presidente Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, escolhendo os interventores, pessoas de sua confiança, e nomeando-os governadores para cada estado.

ensino superior no Estado. Nesse sentido, ampliaram a iniciativa à medida que verificaram o tamanho do pleito e o número de sujeitos envolvidos e interessados em fazer uso de suas relações, tanto políticas como do próprio poder em torno da materialização de objetivos, para implantar a primeira Faculdade no Piauí.

Higino Cunha²¹ em um trecho do artigo “Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí”, publicado na *Revista Acadêmica* (1935, nº 1, p. 2) da Faculdade de Direito do Piauí, reflete o seguinte:

Era uma antiga aspiração da elite intelectual do Piauí. Desde o advento da República no Brasil, que decretou a autonomia dos Estados, atribuindo-lhes a faculdade de criar e dirigir institutos de ensino secundário e superior, oficiais e particulares equiparados, algumas unidades da Federação se apressaram em utilizar a nova regalia constitucional. [...] A idéia pairava no ar, dispersa e fluctante, à espera da sação propicia para se lançada ao solo e germinar. Intensificou a revolução de 1930. Mesmo no meio da confusão reinante nos primeiros meses, ella não deixou de vogar no espaço como um astro erradio em busca do seu centro de gravitação. Heráclito Sousa e Leopoldo Cunha deram lhe ingresso nas columnas do Estado do Piauí e fácil foi conquistar apoio indispensavel dos interventores federaes capitão Joaquim Lemos Cunha e Landry Salles Gonçalves, [...].

Desse modo, o ideal de implantação de ensino superior no Piauí foi uma proposta levada a termos por setores da elite piauiense, e resultou na criação da primeira Faculdade no Piauí. A opção pelo curso de Direito foi defendida, considerando o *status* social que detinha o portador de Diploma de Bacharel em Direito, na comunidade política e entre os intelectuais da época. Outra razão que pode ser considerada, afora as já destacadas para justificação da criação da Faculdade de Direito, era a prática comum da participação de muitos Bacharéis no Magistério, e ser essa atuação privilégio do piauiense, como era de ocorrência em todo território nacional, onde havia carências de professores qualificados e disponível para esse fim.

A proposição de instalar o ensino superior no Piauí foi notadamente uma luta da elite intelectualizada do Estado, formada especialmente por Bacharéis de Direito. Se havia efervescência nesse período em prol de iniciativas para modernização do país nas grandes cidades brasileira, no Piauí não foi diferente. Representantes do grupo de Bacharéis em Direito, que tinham experiência em reivindicar, e serem bem-sucedidos, avançaram com suas intenções de aculturar a população ativa aos

²¹Escritor, jornalista, advogado e político brasileiro.

conhecimentos das ciências. O projeto deu certo. Em 1917 criaram a APL – Academia Piauiense de Letras, um importante espaço cultural para debates sobre questões sociais e políticas locais, muito aproveitado e prestigiado até os dias atuais.

A APL se tornou espaço de elevação cultural, e, além de vivenciar eventos de alto intelecto, também passou a exercer atividades, como a publicação de livros, revistas e boletins informativos, além de debates abordando diversos temas importantes para a cultura do Piauí. Nessa agremiação, o comportamento político e intelectual estabeleceu-se em bom convívio, de forma que o grupo conseguia obter credibilidade e se tornar referência como representatividade da nova realidade, na expectativa brasileira e, nessa condição, lutaram para ser criada e instalada a pleiteada Faculdade de Direito do Piauí.

Na formação de um povo, a justiça é uma condição que deve ser atendida, de direito e de fato, para que se concretizem as expectativas de grandes transformações sociais e estruturais. Nesse sentido, um estabelecimento de ensino superior, na área do Direito, incidia, de algum modo, em dificuldades para desenvolvimento de ações que promovessem a igualdade na modernização na sociedade piauiense. Então, estabelecer uma faculdade, sem dúvida, era argumento defendido especialmente pelo grupo de bacharéis procedente da Faculdade do Recife e de outras faculdades da federação, e essa iniciativa se transformou em artifício unificador, da sociedade brasileira, no início dos anos 30, do século XX, tornando-se um dos principais temas nos discursos dos intelectuais da época.

Enfim, o que se conhece, através da literatura pertinente acerca dos procedimentos adotados para estabelecer uma instituição de ensino superior no Piauí, é que ela partiu de um ideal, que tomou corpo sendo compartilhado por homens letrados investindo esforço nesse trabalho, na e pela sociedade piauiense.

Estabelecer uma Faculdade de Direito no Piauí, para muitos, representava, também, uma única possibilidade de transformação cultural, político e social do Estado, e que poderia ser, com boa política de inclusão, a veia principal de acesso no ensino superior aos menos favorecidos, uma vez que aqueles de maior poder aquisitivo poderiam buscar, naturalmente, em outros estados, as condições de ingresso aos anseios sociais, econômicos, culturais e políticos (não necessariamente nesta ordem).

Rosanvallon (2010, p. 71), ao refletir sobre a obra “Por uma história do político”, afirma que,

O poder e o político trazem, como conclusão, que nas sociedades sempre existiram duas classes distintas de indivíduos: os governantes e os governados. Os primeiros conduzem as sociedades e, por isso é chamado classe política ou classe dirigente; os outros, os governados, seriam os conduzidos, e são chamados de massa. Daí o poder e o político apresentar-se como instrumento de definição e controle das sociedades.

O Piauí, por ainda não possuir nenhum curso de ensino superior praticável aos menos providos de recursos financeiros, admitia que “os pobres governados” deveriam contentar-se em fazer um curso técnico, e mesmo assim, quando propositado, era necessário residir em uma das duas maiores cidades do Estado, Teresina ou Parnaíba. Ressalta-se que no Piauí, como no restante do País, para alguns cursos havia prevalência de interesse por instalação, isto é, o curso deveria ser aquele que representava, no atual contexto, a possibilidade de garantir espaço para maior *status* social, com respaldo político e intelectual.

Desse modo, alguns cursos apresentavam vantagens em detrimento de outros, como foram os casos dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Entretanto, nessa prevalência, o curso de Direito sempre teve uma posição mais favorável no alcance do desejado, na época. É o que pode ser verificado na seguinte citação:

Em nossa elite, porém, quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores, que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio. A atração exercida por esses dois tipos de escolas, as de direito e as de medicina, [...] mais de acordo com as nossas tendências intelectuais [...] foi tão intensa que não tardou a estabelecer-se grande desproporção entre o número de médicos ou bacharéis formados [...] O bacharel tomou assim o primeiro lugar na escala profissional e social, e, entre as profissões liberais, nenhuma outra desempenhou papel mais importante na vida intelectual e política do país (AZEVEDO, 1974, p. 295).

Sobre o valor dado aos formados em Direito tem-se exemplo na matéria noticiosa veiculada no jornal *A Imprensa*, “Coluna Telegramma” (Ed. nº 60, 20 de março de 1926, p. 4), conforme a seguir transcrita, que passa o entendimento, na década anterior à da criação da Faculdade de Direito, de como era realmente “prestigioso”, no meio da sociedade piauiense, ter um Diploma de Advogado, seja de qual for a Faculdade. A nota jornalística dizia o seguinte:

“Chegou a Barras o Dr. Eurípedes Mello”

Barras, 27 chegou hontem, conforme era esperado, o nosso talentoso patricio Doutor Eurípedes Mello, quem com extraordinário brilhantismo acaba de concluir o curso de Direito no Rio de Janeiro [...].

Esta é uma das muitas formas de citações encontradas nos periódicos que circulavam no Piauí no início do século XX, trazendo menção de como era a percepção da sociedade relativa a alguém que retornava para o seu Estado com a posse conquistada de um diploma de curso superior, especialmente se tal diploma fosse de Bacharel em Direito. Os status de Médicos e Engenheiros também eram respeitados, porém, para os Advogados havia maiores reverências. Isso pode explicar a importância e o anseio da sociedade pela implantação de instituições de ensino superior no Estado.

As discussões, em torno do atraso cultural e intelectual, no Piauí, eram conferidas, na maioria das vezes, porque neste Estado não existia uma instituição de ensino superior e, essa falta desfavorecesse principalmente aquela parcela da população que não podia estudar pagando mensalidade para ascender intelectualmente, pois a outra parte (aquela das famílias abastadas), como já mencionado, desfrutava de recursos para suas formações ou buscas de mais saberes, tanto em Teresina e Parnaíba, ou em outros centros culturais mais avançados, fora do Estado.

Dois personagens importantes nas cenas das lutas pela implantação do Ensino Superior no Piauí podem ser destacados entre os intelectuais, cada um contribuindo com seu contexto histórico. O primeiro, Genuíno Sales (1965), que escreveu sobre as dificuldades vividas pela juventude piauiense, em relação ao contexto nacional, e sobre o quanto fazia falta uma universidade no Estado do Piauí, na década de 1960, quando o governo Federal estava abrindo espaço para a expansão universitária. Genuíno era contista, poeta, historiador, e escreveu informes sobre a cidade de Parnaíba. Foi um engajado na luta pela criação da UFPI, bem mencionado no periódico “Almanaque da Parnaíba”, uma revista respeitada na cidade, editada deste o ano de 1924.

O segundo personagem lembrado, Clodoaldo Severo Conrado de Freitas, registrou para a posteridade uma biografia admirável: egresso da Faculdade de Direito do Recife (bacharelou-se em 1880), foi Promotor público e Juiz Municipal, em

Teresina; foi Político no Império, membro do Partido Liberal (PL); foi defensor das causas abolicionista e republicana; após a proclamação da República (15-11-1889), adere à ala liderada pelo barão de Castelo Branco, que não declarou apoio ao governador Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890)²². Sobre a situação educacional do Estado do Piauí, fez a seguinte colocação:

[...] a distância em que se acha esta província das faculdades e cursos superiores de instrução, arreda aos menos abastados dos estudos secundário que até hoje se consideram somente como preparatório e os mais opulentos podem com mais facilidade e proveito cursá-los nas aulas das faculdades ou de melhores colégios das capitais mais adiantadas (FREITAS, 1988, p. 73).

Na avaliação de Freitas e demais membros que lutavam em prol da instalação de uma instituição de ensino superior no Estado do Piauí, a criação de uma Faculdade era uma necessidade imperativa, e que precisava ser suprida urgentemente, uma vez que, na respectiva avaliação dos intelectuais, tal carência afetava, penalizando alunos menos favorecidos, dentro da rede de ensino secundário, desfalcada de professores qualificados.

Referindo-se ao ensino superior no Piauí, Higino Cunha (1935) informa que as primeiras iniciativas, em torno da criação da Faculdade de Direito do Piauí, aconteceram em reuniões promovidas pelo grupo à frente do empreendimento que visava aproximação com autoridades políticas e representantes da sociedade teresinenses, e nas oportunidades aproveitavam esses eventos para discutirem a necessidade de criação de um curso superior na cidade. O espaço utilizado para a realização da primeira reunião, que ocorreu em 14 de janeiro de 1931, foi o Clube dos Diários²³, uma agremiação social localizada no centro de Teresina, com muitos

²² Integrou a junta governativa presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos e integrada por Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Transferiu-se para São Luis-MA, destacando-se intelectualmente, figurando entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras em agosto de 1908. Retorna ao Piauí e é nomeado desembargador em 1916; fez parte do Tribunal de Justiça do estado até o fim da vida. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras, em dezembro de 1917. Colaborou em diversos periódicos, entre os quais *O Piauí* (1902), *História do Piauí* (1902), *Vultos piauienses* (1903), *Memórias de um velho* (1905), *A Pátria* (1905), *Os últimos dias de Pompéia* (1912), entre outros.

²³ Espaço construído na década de 1920, localizado à Rua Álvaro Mendes, centro de Teresina. Foi um clube recreativo de muita efervescência, palco de inúmeros acontecimentos culturais. Sofreu decadência até ser desativado na década de 1970.

sócios, todos da classe médio-alta, e a Diretoria era integrada somente por pessoas renomadas na cidade.

Outras reuniões foram realizadas em sala cedida no espaço da redação do Diário Oficial do Estado. A ideia central, nessas reuniões, foi tratar sobre as providências necessárias à materialização da citada Faculdade. Sobre esse fato, Higino Cunha destaca como presentes:

O engenheiro civil, Dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, que convidou para secretariá-lo o jornalista Antonio Nunes de Mello, e para comporem a Mesa os Srs. Des. Cromwell Barbosa de Carvalho, Drs. Mário Baptista, Arthur Furtado, Giovanni Costa, professor e o professor Leopoldo Cunha (CUNHA, 1935, p. 23).

As articulações entre o meio intelectual da sociedade civil e as ações políticas adotadas junto ao Interventor, no sentido de que investisse seu apoio decisivo para a criação da Faculdade, foram importantes para que se concretizasse, através do Decreto Estadual Nº 1196, publicado no DOE-Diário Oficial do Estado, em 1º de abril de 1931, a instituição Faculdade de Direito do Piauí, como um bem de utilidade pública, e como instituição de Ensino Superior para todo o Estado. Através do Decreto Estadual nº 1204, de 07 de abril de 1931 (DOE), essa mesma autoridade, em ato de governança, autorizava subsídio anual para a recém-criada Faculdade, cujo valor, segundo Cunha (1935), deveria ser repassado à IES, por meio de cotas mensais.

Na primeira reunião da cúpula, foi escolhida uma Comissão Organizadora para elaboração dos trabalhos relativos à proposta de criação da IES, que requeria apoio do Estado, pelo menos, em dois itens: reconhecimento da Faculdade e ajuda financeira, sem as quais se tornava impossível a criação da IES. Às sessões de preparação para a constituição da Faculdade de Direito, novos participantes agregaram-se. A comunicação entre os integrantes das comissões, sobre pautas de reuniões e respectivas datas de suas realizações, era feita através de notas em jornais locais e, especialmente, pelo DOE.

Destacadas personalidades do circuito intelectual constam nas atas daquelas reuniões, e que, também, são reconhecidos pelo trabalho de elaboração do Estatuto e do Regulamento da Faculdade, vigentes naquele período. Repetiam-se presenças

como as de Christino Castelo Branco, Cromwell Barbosa de Carvalho²⁴, Francisco Pires Gayoso e Almendra, Geovanni Piauhense da Costa, Higino Cunha, Joel de Andrade Sérgio, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Mário José Baptista, Simplício de Sousa Mendes, Veras de Hollanda, e outros. Conforme consta em ata, houve, no dia 25 de março de 1931, a aprovação do primeiro estabelecimento de ensino superior do Piauí, que tinha classificação jurídica de natureza privado.

Então, o resultado do esforço desse grupo de intelectuais foi alcançado: a Faculdade de Direito do Piauí foi criada, e em seguida seu Estatuto, que foi publicado no Diário Oficial do Piauí, em uma sequência de três partes. A primeira parte da publicação foi no dia 7 de abril de 1931, e as duas restantes foram publicadas nos dias subsequentes: 08, 09 e 10, do mesmo mês e ano. Posteriormente, esse Estatuto foi compilado na Imprensa Oficial, na íntegra, em capa dura, unificando as partes anteriormente publicadas, e que compõe os 53 artigos distribuídos em doze capítulos, contendo a regulamentação da estruturação, o funcionamento, o patrimônio inicial e as fontes de receita da Faculdade. Assim, o Piauí estava inserido entre os Estados portadores de Ensino Superior. Vale lembrar que, em 1927, já havia 14 cursos de Direito no País.

A Ata, publicada no Diário Oficial do Estado de nº 80, p, 5-6, datado de 12 de abril de 1931, registrou que a Faculdade constituiu o Corpo de Direção²⁵, bem como processou a aprovação do seu Currículo e do Corpo Docente. Nestas reuniões iniciais, discutiram-se as condições e o controle da elite local pelas quais se deram a conquista da instalação do ensino superior do Piauí, não só pela solidariedade e subsídios do Estado, mas também pelas definições que, por muito tempo, retratavam a natureza que assumiu o ensino superior nessa entidade da federação. Uma Comissão Especial foi constituída para agradecer a participação do Estado, na pessoa do seu Interventor, Capitão Joaquim Lemos Cunha.

Então, em 14 de abril de 1931, a Faculdade de Direito do Piauí foi instalada, com solenidade ocorrida no salão nobre da Câmara Legislativa do Estado, fato que contou com a presença de autoridades como os Interventores do Piauí e do Maranhão, respectivamente, Capitão Joaquim Lemos Cunha e o Padre Astolpho

²⁴ Primeiro Diretor da Faculdade de Direito do Piauí e que, por ocasião da criação da UFPI, foi indicado como Reitor Pró-Tempore.

²⁵ Corpo de Direção representado pelos Desembargadores Francisco Pires de Castro, Simplício Mendes, Cromwell Carvalho, Giovanni Costa, Christino Castelo Branco, Mario Baptista e Joel Andrade Sérgio.

Serra, encabeçando o rol de nomes, constando, entre outros: Carlos Macieira, prefeito de São Luiz do Maranhão; professora Firmina Sobreira, Diretora da Escola Normal de Teresina; e os professores recém-selecionados para formarem o primeiro quadro de professores da referida IES²⁶.

O ato solene de instalação da Faculdade de Direito do Piauí mudava a fisionomia do ensino no Estado. Devido a sua importância, o Diário Oficial do Estado (nº 82, Ano I, 15 de abril de 1931, p. 1) registrou, em Nota, o acontecimento, como segue:

[...] constituiu esse acto, hontem realizado, às 10 horas da manhã, um verdadeiro acontecimento social, tal a concurrencia de pessoas da nossa mais alta sociedade, senhoras, autoridades, representantes da imprensa e de todas as mais classes. Incalculável assistência occupou, desde cedo, os vastos salões da antiga Assembléia Legislativa, em cujo edificio funciona a Faculdade.

Pelo exposto, pode ser entendido que o pensamento dos idealizadores de implantação do ensino superior no Piauí objetivava elevar o Estado ao patamar em que se encontravam os demais Estados da Federação no item educação superior, e promover a construção de uma nova realidade cultural e educacional na região, à medida que se creditava no ensino secundário local, que, a partir de então, entraria em uma nova fase, mais preparado para a outra rotina escolar, redesenhada no sentido de preparar os estudantes secundaristas para o exame vestibular²⁷ da Faculdade.

Um dos exemplos das mudanças ocasionadas pela instalação da faculdade foi o surgimento de Cursos Preparatórios para o Vestibular, os quais eram noticiados na imprensa local, com a mesma ênfase dada agora, depois da instalação da referida faculdade e do surgimento de outras IES na capital. As chamadas de atenção para os cursos preparatórios²⁸ à época eram publicadas nos Jornais locais e outros meios de comunicação, como a Rádio, panfletos etc.

²⁶ A oficialização da citada IES ocorreu através do Decreto nº 1196, de 1º de abril de 1931 (Anexo 2).

²⁷ Instituído pela Reforma de Maximiliano em 18 de março de 1915, em substituição aos exames preparatórios para entrada no ensino superior.

²⁸ Curso de Preparação - Aos exames vestibulares da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia exames das Aulas preparatórias dos exames de admissão do curso ginasial - Centro Proletário - Rua Lisandro Nogueira 1301. Direção do Professor Cláudio Ferreira. JORNAL DO PIAUÍ, 21-9-1952, p. 4.

Desse modo, pode-se perceber a importância da articulação política e econômica do Estado, sem as quais dificilmente o projeto de concretização da Faculdade ocorreria. Nesse contexto, destaca-se também a importância da aproximação ocorrida entre as esferas da sociedade civil e o governo local, em torno do interesse da criação de ensino superior, que provocou clima favorável às relações políticas entre os intelectuais e os representantes do poder local.

A Faculdade de Direito, tão logo instituída, foi instalada, provisoriamente, no prédio localizado à Praça da Bandeira, Centro de Teresina, onde funcionava a Assembleia Legislativa do Estado, e que presentemente abriga a FUNDEC - Fundação Estadual de Desporto e Cultura. De acordo com Oliveira, Castelo Branco e Bonfim (2002, p. 156), a “[...] Faculdade de Direito do Piauí teve extrema importância na formação de grandes burocratas estaduais”. Desse ponto de vista, esta Faculdade em Teresina representou um campo propício de aperfeiçoamento no ambiente administrativo do estado, facilitando, com mais conhecimentos, o funcionamento que transformaria profundamente, como de fato aconteceu, a fisionomia das técnicas utilizadas para movimentar a economia no Piauí.

Havia também a expectativa positiva que acreditava que o ensino secundário, a partir daquele momento histórico, viveria uma nova fase, o que de fato ocorrera, pois outra rotina escolar foi tomando forma no sentido de preparar os estudantes secundaristas para o exame vestibular, com alteração na rotina do sistema educacional do Piauí, tanto que, de acordo com Brito (1996, p. 86), “Uma das primeiras implicações para o ensino no Piauí, decorrentes da instalação da Faculdade de Direito, foi à antecipação de exames no Liceu Piauiense²⁹, pelo Decreto Lei nº 1.225, de 27 de abril de 1931, [...]”. Nesse Decreto, o interventor estadual, Capitão Joaquim de Lemos Cunha, acatava as reivindicações da recém-criada Faculdade e de estudantes do ensino secundário, principalmente daqueles que não haviam prestado o referido exame.

²⁹ Essa escola era a única opção para a juventude que emergia do ensino secundário. O Decreto-Lei n. 4.244 - de 9 de abril de 1942, Lei orgânica do ensino secundário, dividia o ensino em dois ciclos, conforme Art. 2º. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginasial (quatro anos). O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. [...], no Art. 4º. O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências.

Esse ato tornava o período escolar ajustado com coerência à data marcada para o processo do primeiro Vestibular da Faculdade, agendado para o dia 1º de junho de 1931. Assim, “com a criação da Faculdade de Direito se iniciava a história silenciosa do Ensino Superior no Piauí” (FREITAS FILHO, 2003a, p. 13).

Após a fase de criação da matriz curricular e constituição informal do primeiro quadro de professores, outro ponto da criação desta IES é destacado: o esforço, perseguido pelos idealizadores, para instalação da Faculdade em prédio próprio, pois daria à instituição maior visibilidade e importância, embora, na realidade, as receitas mal davam para cumprir as obrigações diretas e de insumos. Mas, providencialmente, a título de doação, a Faculdade recebeu do Estado um terreno localizado na Avenida Maranhão para futura construção de sua sede.

A posse do terreno não representou o resultado esperado, por motivo da agravante falta de recursos financeiros, para erguer a estrutura do prédio, e assim a sede nunca foi construída naquele local. Esse terreno foi devolvido ao próprio Estado, pela promessa de doação de um prédio público, que pudesse servir de acomodação para a IES, o que ocorreu em 1948, com a cessão do prédio encravado na Praça “Demostenes Avelino”, local onde funcionava o Grupo Escolar “Abdias Neves” (transferido para outro local), dando lugar, doravante, à sede definitiva da Faculdade de Direito (Figura 1, Anexo 2), que usufruiu da estrutura para todas suas atividades, até a sua incorporação como uma das cinco Faculdades Isoladas do Piauí, para a constituição da Universidade Federal do Piauí, no início da década de 1970. O prédio doado ostentava modelo arquitetônico de grupos escolares à época apreciado no país, por caracterizar toda uma simbologia de instituição escolar.

O Edital do primeiro Vestibular da Faculdade de Direito do Piauí, divulgado pela Secretaria Acadêmica dessa IES, estabelece que o período de inscrição seja realizado entre as datas de 14 a 25 de abril de 1931. Na véspera do encerramento das inscrições, foi publicado o Edital Nº 02, fixando a data do Exame Vestibular para o dia 30 do mesmo mês. Contudo, ocorreu mais uma prorrogação no tempo de inscrição do vestibular, que, desta vez foi justificada pela Reforma realizada no ensino superior e os termos do Decreto Estadual de nº 1225 de 27 de abril de 1931, ficando, então, para 1º de junho o encerramento das Inscrições; e a realização do vestibular, também, novamente adiada, e finalmente ocorrido, no dia 16 desse corrente mês.

O espaço de tempo para Inscrição e realização do Vestibular foi pequeno para execução de todo o processo, considerando a burocracia necessária ao pleito, que deveria ser realizado pela Secretaria Acadêmica. Porém assim aconteceu, na vontade de que o Primeiro Ano Letivo do Curso de Direito no Piauí ainda se iniciasse em 1931.

As Faculdades de Direito instaladas no Brasil, seguindo a orientação constitucional do regime imperial, formava os seus bacharelados, capacitando-os, principalmente, para a magistratura, cargos políticos e para o exercício de funções administrativas, nas atividades provinciais. Com o modelo republicano de gestão foi seguida a mesma orientação praticada no império, porque com a instalação do novo Regime Político, as estruturas, tanto políticas como sociais do país, permaneceram as mesmas. O que ocorreu foi uma adaptação das velhas instituições e um ajustamento dos quadros ao novo regime.

O modelo que a Faculdade de Direito do Piauí adotou para a sua orientação partiu dos padrões incorporados especialmente pela Faculdade de Direito de Recife, que construiu seu perfil a partir dos modelos das demais faculdades tradicionais do Brasil. Mas a Faculdade de Recife, no contexto do cenário nacional, apresentava-se como um caso à parte, surgindo então como esteio de movimentos de contestação à ordem estabelecida, em diferentes ocasiões da história desse País. Foi dos movimentos e debates sobre temáticas polêmicas, na avaliação da sociedade, que saíram os principais idealizadores da Faculdade de Direito do Piauí. Contudo, tais discussões, realizadas nesta instituição de ensino superior, na maioria das vezes, não alcançavam as fronteiras dos limites de domínios das famílias dos seus principais interlocutores, uma vez que, ao retornar ao seu campo de origem, os egressos da Faculdade de Recife assumiam obrigações que lhes eram determinadas por suas famílias e pelo setor social e político ao qual se encontravam vinculados.

A composição do primeiro corpo estrutural da Faculdade de Direito do Piauí foi formada, na sua maioria, por magistrados, além de funcionários públicos e profissionais liberais, e sua primeira Diretoria teve à frente o Desembargador Francisco Pires Mendes como Diretor e, como Primeiro Secretário, o Advogado Joel de Andrade Sérvio. O Corpo Docente fundador foi formado pelos professores: Adalberto Correia Lima, Cromwell Barbosa de Carvalho, Ernesto José Baptista, Francisco Pires Gayoso de Almendra, Heli Fortes Castelo Branco, Higino Cunha, Joaquim Vaz Falcão Costa, João

Emílio Falcão Costa, João Osório Porfírio da Mota, José de Arimatéia Tito, José Messias Cavalcanti, Mário José Batista, Pedro Borges da Silva e Simplício de Sousa Mendes.

Este Quadro de Professores foi que implantou, de fato, o Ensino Superior no Piauí. Importa relatar que, embora implantada e funcionando, a experiência apresentava muitos problemas, entre os quais se podem destacar o fato de que a maioria do corpo docente pertencia à área da magistratura, e que, muitas vezes, se encontravam até impossibilitados de exercer as atividades de magistério, sem contar que os salários de professor não eram um dos fatores entre os mais atrativos, considerando que a maioria desses professores, na atividade laboral que exercia, proporcionava a sua auto sustentação.

Outro ponto importante na instituição do Ensino Superior no Piauí mostra que, ao longo de sua trajetória, a Faculdade de Direito sempre esteve dependente de subsídio financeiro do Estado. Mesmo com caráter particular, as suas receitas não davam para suprir integralmente as suas despesas fixas, como as despesas com a folha de pagamento dos professores. Além do mais, houve uma grande mudança política em razão do Golpe de 1937, período da história brasileira que, segundo Fávero (2000), representa o chamado Estado Novo, quando Getúlio Vargas, derrotado nas eleições de 1929, assumiu a Presidência da República, lá permanecendo por 15 anos. Estavam previstas eleições gerais para 1934, entretanto, através de manobra política, Vargas conseguiu permanecer no poder até as eleições previstas para o ano de 1938. Porém, antes que estas ocorressem, Getúlio Vargas conseguiu organizar nova estratégia que o permitiu continuar na presidência até 1945. Assim, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Carta, conhecida como Polaca³⁰.

Como a Nova Constituição proibia um funcionário público de acumular remunerações de dois cargos públicos, a estratégia, encontrada pelos mentores da Faculdade, foi transformá-la em Escola Livre de Ensino Superior, submetendo-a a desoficialização (FREITAS FILHO, 2003). A Faculdade passou a exercer caráter particular, e tal reconhecimento somente aconteceu em 1945. Mesmo assim, a Faculdade ainda recebia, por necessidade, ajuda financeira do Estado.

³⁰ Por ter sido baseada na Constituição dominadora da Polônia

Higino Cunha (1935), ao escrever sobre “Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí”, nas páginas 4-5, da 1ª edição da *Revista Acadêmica de Direito*, publicada em maio 1935, apresenta a Matriz com os nomes dos professores e suas respectivas cadeiras (Figura 1, Apêndice 2).

O curso de Direito, mesmo tendo sido instituído como “Ciências jurídicas e sociais”, tinha uma organização que seguia a mesma logística das matrizes de outras IES brasileiras e, em sua essência, verifica-se ausência de disciplinas que conduzam ao debate e reflexão mais ampla das questões sociais. Não existiam, por exemplo, disciplinas filosóficas, que poderiam conduzir o aluno à possibilidade de agregar os conteúdos jurídicos das disciplinas específicas do curso à sua formação humanista.

Sobre o tema, Fávero (2000, p. 31) comenta que, após a Reforma do Ensino Superior³¹, o Curso de Direito teria sido dividido em um bacharelado e um doutorado, sendo que:

Da sua seriação foram, portanto, excluídas todas as cadeiras que, por sua feição puramente doutrinária ou cultural, constituem antes disciplinas de aperfeiçoamento ou de alta cultura do que matérias básicas e fundamentais a uma boa e sólida formação profissional (2000, p. 31).

Então, sobre esse perfil profissionalizante, a estrutura curricular do Curso de Direito se organizou em um período de cinco anos, conforme o que determinava o Estatuto das Universidades brasileiras³², lei que tinha por objetivo geral normatizar e regulamentar o ensino superior brasileiro, na medida em que demonstrava sinais de expansão. Contudo, ao se tomar a matriz curricular estruturada para o Curso ministrado na FADI, verifica-se que esta tem, efetivamente, caráter profissionalizante, como todos os cursos de Direito do Brasil.

O ano de 1935 chegou com a esperança de realização da Colação de Grau dos primeiros formandos. Entretanto, a faculdade encontrava-se impossibilitada de diplomar a turma, porque ainda se encontrava em processo de reconhecimento pelo Governo Federal. A lista de exigências encaminhada pelo Ministério de Educação e Saúde Pública³³, para o dito reconhecimento, ainda não tinha sido inteiramente

³¹ Lei 4.440/68

³² Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como Reforma Francisco Campos.

³³ Criado em 1930, como Ministério da Educação e Saúde Pública, somente em 1953 passa a se chamar Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC.

atendida pela instituição. Esse motivo gerou grande insatisfação em alguns formandos, que exigiam receber da IES o esperado Diploma de Bacharel em Direito, ao qual faziam jus. Tamanho aborrecimento os levou a impetrar mandado de segurança, requerendo o direito de colar grau.

Segundo Bezerra (2001), respectivamente, nos dias 20 e 31 de dezembro de 1935, os bacharéis João Clímaco da Silveira e Alberto Brito de Rezende Veras colaram grau; e Luis Lopes Sobrinho somente no início do ano seguinte, no dia 9 de janeiro de 1936. Os requerentes fundamentaram a solicitação tomando por base o Decreto Estadual Nº 1.196, de 1º de abril de 1931³⁴. Assim, a faculdade realizou a cerimônia de colação de grau dos bacharelados, atendendo o Mandado Judicial. O referido evento foi publicado no Diário Oficial do Estado, com o seguinte teor:

Temos a maior satisfação em registrar que a Faculdade de Direito do Piauí, deu a sua primeira turma de Bachareis. E o exmo. Sr. Des. Cromwell Barbosa de Carvalho, seu eminente operoso Director, está, na forma do Regulamento, conferindo o grau de bachareis em sciencias jurídicas e sociaes, aos alumnos que concluíram o curso, mediante requerimento, visto que não foi possível realizar-se, solenemente, a collação de grau. Ainda hoje, foi conferido o grau ao bacharelado João Climaco da Silveira Filho, o primeiro que requereu. Apesar da simplicidade do acto, foi o mesmo assistido pelos professores Des. Simplicio de Sousa Mendes e Des. Arimathéa Tito paronympho da turma, e Mario José Baptista, drs Manoel Sotero Vaz da Silveira, e Frederico de Miranda Schmidt e vários acadêmicos [...] (nº 287, ano V, 26 de dezembro de 1935, p. 6).

Não fugindo à regra de praxe, os três bacharéis que colaram grau, através de Mandado de Segurança, imediatamente assumiram cargos públicos no Piauí. O restante da turma, porém, colou grau, com todas as solenidades, somente em 27 de junho de 1936 (DOE, 30 de junho de 1936, Anexo 1), depois que a faculdade obteve reconhecimento pelo Governo Federal, mediante o Decreto de nº 864, de 1º de junho de 1936. Pelo citado documento, a faculdade foi equiparada às demais faculdade de Direito do País. Tal acontecimento foi noticiado pela imprensa oficial, naquele momento histórico, quando aqueles que mais investiram na causa de

³⁴ Decreto Estadual nº 1.196, de 1º abril 1931, que declarou de utilidade pública a Faculdade, e declarava válidos para todos os efeitos, no território piauiense, os diplomas por ela expedidos, e ainda no Art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 16 de julho de 1934, que aprovou os atos do Governo Provisório, Interventores Federais e demais delegados do mesmo Governo, excluindo tais atos e seus efeitos de qualquer apreciação judiciária (FREITAS FILHO, 2003, p. 16).

institucionalizar o ensino superior no Piauí não atinaram para o fato que, na verdade, era grandioso: O ensino Superior havia se inserido oficialmente no Estado do Piauí.

O Relatório de aprovação das condições de funcionamento da Faculdade foi assinado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema³⁵. Esse ato deu garantia à Faculdade para dar continuidade às suas atividades, e, desse modo, a Congregação, em atitude de gratidão, resolveu conferir o primeiro título de Professor *honoris causa* ao ministro da Educação.

A honraria ao Ministro Gustavo Capanema aconteceu pelo empenho do professor catedrático Heli Fortes Castelo Branco. No entanto, o esforço para garantir o reconhecimento da Faculdade transcendeu as esferas docente/discente, uma vez que nesse pleito necessitou-se, o que de fato ocorreu, articulação de representantes políticos locais junto ao Governo Federal.

Na década seguinte, em 9 de janeiro de 1945, através do Decreto-Lei Nº 17.551/1945, a Faculdade de Direito do Piauí recebeu reconhecimento definitivo e, em 1948, o Governo Estadual cede à Faculdade o prédio do Grupo Escolar Abdias Neve. Depois de funcionar provisoriamente em vários espaços de Teresina, tendo, no início, se estabelecido no Paço da antiga Câmara Legislativa, e, posteriormente, no prédio da antiga Secretária da Fazenda, localizado próximo a Igreja do Amparo, local que deu lugar à sede atual da Receita Federal no Piauí, no Estado, finalmente se instala em sede própria, no prédio doado, no largo da Praça Demóstenes Avelino.

3.1.1.2 Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI

No propósito do presente trabalho de pesquisa, discorre-se sobre as Faculdades Isoladas que possibilitaram o crescimento humano e da economia, com a inovação da cultura no Estado do Piauí. Agora, nos referimos à segunda IES, a FAFI – Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, criada no ano de 1958.

O grupo pioneiro, interessado em instalar o nível de ensino superior nas terras piauienses, continuou em frente perseguindo essa ideia, apresentando categoricamente a justificativa de que existia demanda suficiente para o curso de

³⁵ No projeto político educacional desenvolvido na década de 30, está presente a preocupação de incorporar o jovem à estrutura de produção capitalista. Em relação ao ensino superior, isso fica claro quando assinala ser este de capital importância por se destinar “à formação dos grupos mais altos da elite cultural do País” (FÁVERO, 2006 p. 33).

Filosofia, contando com o quantitativo dos egressos do ensino secundário, que continuava crescendo. Nessa reivindicação, lembravam que eram as faculdades de Filosofia as instituições responsáveis por formar professores para atuarem no Ensino Secundário, conforme a Lei Orgânica, Decreto-Lei nº 4.244/1942³⁶, haja vista a necessidade de superar a precariedade de docentes à época qualificados para lecionar no Ensino Médio³⁷, constituídos de dois níveis, o ginásial e o colegial. Como não existia demanda de professores licenciados suficientes para atender às exigências desses seguimentos da educação, o modo encontrado pelos governos para enfrentar o problema foi o da implantação do Exame de Suficiência³⁸.

Em 1953, surgiu, na estrutura nacional da educação, a CADES – Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário³⁹, que oferecia cursos preparatórios para os Exames de Suficiência, os quais tinham caráter intensivo e tempo de duração de dois meses, divididos em duas etapas: na primeira, os professores formadores expunham o conteúdo referente a cada disciplina; na segunda era ensinada a parte prática: a maneira como aplicar de forma adequada os conteúdos aprendidos durante o processo da primeira etapa pelo método de ensino-aprendizagem.

Ao término do curso, era realizado o proposto Exame de Suficiência, que também era dividido em duas etapas: uma teórica e outra prática. Ao final das duas avaliações, os candidatos aprovados receberiam o registro que lhes conferia

³⁶ Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº. 4.244/1942), organizada sob a égide de Gustavo Capanema, ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas. Lei conhecida entre os estudiosos da educação, fez com que o ensino secundário se tornasse passagem para o ensino superior, visto que somente este curso permitia, aos jovens, a automática entrada no nível superior.

³⁷ O Ensino Médio brasileiro possuía os níveis ginásial (4 anos) e colegial (3 anos), divididos, nos seguintes cursos: ensino secundário, ensino industrial, ensino comercial, ensino rural e ensino normal, cada um deles regido por legislação particular. Com exceção do ensino secundário, todos os outros cursos tinham “um fim em si”, e, portanto, fechavam as portas da universidade para os alunos que viessem a cumpri-los. Ao concluir esses cursos, os alunos já estariam aptos a ingressar no mercado de trabalho. Por isso, o ensino secundário era visto como um “corredor” porque permitia, somente aos seus alunos, o ingresso no curso universitário, que, na época, era o Olimpo de alguns pouquíssimos privilegiados, já notoriamente conhecidos pela história da educação como as “personalidades condutoras”, graças ao termo cunhado pelo próprio ministro Capanema durante a exposição dos motivos da dita lei.

³⁸ Exame de Suficiência criado pelo Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, que conferia, ao candidato aprovado nesse exame, o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse licenciados em Faculdade de Filosofia.

³⁹ A Cades, instituída pelo Dec. nº 34.638 de 17 de novembro de 1953, entre outras atribuições, ministrava cursos intensivos de orientação para os Exames de Suficiência. Os cursos da Cades, como eram chamados, ganharam grande destaque entre as décadas de 1950 e 1960 e passaram a fazer parte da imagem pública desse programa.

habilitação para lecionar no Ensino Secundário, mas somente em locais onde as vagas não houvessem sido reivindicadas por professores licenciados pelas Faculdades de Filosofia. Torna-se enfático que, para ingressar nesses cursos, era necessário que o candidato possuísse, no mínimo, curso ginásial completo ou estar exercendo o magistério em nível secundário, sem um conteúdo considerado completo para a formação adequada.

No Piauí, a CADES iniciou suas atividades em Teresina, no ano de 1958. No depoimento a seguir, Wall Ferraz, professor, político, ex-prefeito de Teresina, dá a sua impressão sobre as atividades da CADES, antes da criação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.

Antes de existir a FAFI [...] a habilitação do professor para o ensino médio se fazia através da Cades. Era um curso anualmente realizado aqui em Teresina, como em outras cidades do Brasil, pela Inspetoria Seccional de Ensino Secundário, às vezes com professores locais ou professores convidados de outros Estados. [...]. Era de certa forma o terror dos professores, principalmente, os do interior. Os famosos cursos da CADES, que entre nós, o mestre Paulo Nunes comandava. Não resta dúvida, porém, de que esses cursos eram benéficos. Introduziam novas técnicas de ensino e faziam uma revisão completa da parte de conteúdo (FERRAZ 2002, p. 20).

As questões que abordavam com negatividade o quantitativo e/ou o qualitativo de professores para o ensino em geral, no Brasil, não era prerrogativa exclusiva do Piauí, mas em todos os Estados da federação e, na medida em que os cursos de licenciatura eram criados, iam-se fazendo as devidas correções. Aqui no Piauí, nas maiores cidades, como Teresina e Parnaíba, o perfil do Quadro de Professores mostrava que aqueles que ministravam aulas nos cursos em destaque eram bacharéis em Direito, Odontologia, Engenharia e Medicina. Era comum encontrar casos de professores portadores apenas do curso ginásial ou secundário ministrando aulas em escolas de muitas cidades piauienses. Assim, justificava-se a necessidade para perseguir o desejo de criação da faculdade isolada de Filosofia do Piauí.

Entretanto, segundo Fonseca Neto (1998), a perspectiva de institucionalização de um estabelecimento de formação em nível superior no Estado, para formação de professores, iniciou nos idos de 1950, com a instalação de uma Faculdade de Filosofia, que infelizmente não vingou.

Segundo Gayoso⁴⁰, (*apud* Fonseca Neto), o processo não finalizou em razão das “condições de funcionamento” ofertadas naquele momento. As análises feitas por historiadores atuais sobre estas condições apontam, como a principal delas, a falta de autorização legal para o funcionamento da faculdade que, à época, não era favorável. Nesse período, o grupo em prol da criação dessa Faculdade era formado, especialmente, por “professores e intelectuais”⁴¹ (FREITAS, 1980, p. 248).

Na década de 1950, a conjuntura econômica do Piauí entrou em crise em decorrência da falta de investimentos governamentais na estrutura da economia e da qualificação de pessoal, causando parcial paralização no avanço da educação formal no Estado que, à época, tinha suas riquezas e divisas garantidas mais pelo ciclo de extrativismo vegetal de maniçoba e da cera de carnaúba, não exigindo mão de obra qualificada com cultura geral. No histórico econômico do Piauí, tal ciclo possibilitou a esse Estado, por certo período, uma integração comercial com o resto do Brasil e com outros países.

Ao se comparar os investimentos na conjuntura educacional do Piauí nas duas primeiras décadas do século XX, verificar-se-á que não houve grandes iniciativas de progresso na educação em relação ao período monárquico. O que se pode constatar é que apenas uma parte da população, a classe favorecida pelos lucros com o extrativismo vegetal de maniçoba e carnaúba, tinha acesso à educação, buscando conhecimentos nas escolas dos centros mais avançados.

Ademais, no decorrer dos anos, os governos sequer fizeram planejamentos satisfatórios para revitalizar esse ciclo e aumentar o nível de conhecimento da população. Mais grave ainda, pouco se investiu em novos empreendimentos que garantissem os ativos financeiros estaduais, para que não entrassem em *déficit* maior; de forma que, na década de 1950, o Piauí se revelava, historicamente, envolto em uma das maiores crises econômicas, prejudicando em muito o avanço no desenvolvimento da cultura educacional, em todos seus níveis de ensino.

Neste contexto, Pedro Freitas, governador do Estado⁴², recebeu o Estado em início de urbanização e com fortes exigências de continuidade, mas praticamente

⁴⁰ José Gayoso Freitas, professor e político. Foi Secretário de Governo durante a gestão de Petrônio Portella Nunes. Foi também Presidente do Conselho Estadual de Educação.

⁴¹ Entre os professores encontram-se Celso Pinheiro Filho, Edgard Nogueira e José Camillo da Silveira Filho, advogado e jornalista, prefeito de Teresina e de Porto Velho.

⁴² O comerciante Pedro de Almendra Freitas, vinculado ao PDS – Partido Social Democrático, governou o Piauí no período de 1950-1954.

impossibilitado de realizar investimentos, inclusive em áreas sociais. No entanto, apesar das limitações de recursos, foram tomadas atitudes mais concretas a fim de atender à reivindicação de formação de professores para ministrarem aulas nos cursos ginasial e secundário, na medida em que buscava a implantação da Faculdade de Filosofia, fato que marcou a década de 1950.

Nesse ponto da história, destaca-se a forma de regularidade da legislação educacional, ordenada através de um entrelaçamento de Portarias e Circulares, compondo um universo fragmentado de Leis, as quais eram ajustadas ou alteradas de acordo com as conveniências e exigências da própria estrutura socioeconômica e cultural brasileira, por toda a década de 1950.

Nesse período, travaram-se grandes discussões sobre a funcionalidade e a refuncionalidade dos caminhos educacionais do país, e, por conseguinte, dos valores da Educação para com estes caminhos. Todavia, era a Lei Orgânica o ponto norteador da Educação nessa referida década, sustentando a maneira elitista da educação secundária, fato que teria sido abrandado diante da lei de equivalência, quando esta abriu a possibilidade para que os alunos dos outros ramos do ensino médio, além do secundário, também pudessem estudar nas faculdades. Nesse contexto, surgiu a Faculdade de Filosofia do Piauí, mas muitos piauienses desconhecem que funcionou, por pouquíssimo tempo, uma Faculdade de Filosofia, e que foi fechada pelo Ministério da Educação e Saúde, de modo tão abrupto como foi, à época, o seu surgimento. (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p. 22).

No *Jornal do Piauí*, de 11 de abril de 1952, na coluna “Notas e Política”, p. 4, veiculou uma nota dando a conhecer que seriam abertos cursos da recém-fundada Faculdade de Filosofia do Piauí; o fato aconteceria com a presença de autoridades locais, realizando-se, na solenidade, a aula inaugural. O evento ocorreu e contou com a participação do Governador, Pedro Freitas, de Cromwell Barbosa de Carvalho, Diretor da FADI, do corpo docente e discente da recém-criada IES, além de outras autoridades, que viam nessa Faculdade a possibilidade da abertura de novos horizontes para a educação do Estado.

Fatores burocráticos impossibilitaram a continuidade de funcionamento dessa Faculdade de Filosofia, que ainda chegou a criar um Diretório Acadêmico, mas o tempo de vida desta IES foi abreviado: primeiro por ordem legal, porque o Ministério da Educação e Saúde não lhe emitiu a Autorização de Funcionamento; e outro

problema foi estrutural, pela falta de recursos financeiros para as instalações, insuficientes inclusive para as despesas diretas e as contingenciais. Muitos piauienses desconhecem o porquê que a Faculdade de Filosofia foi fechada pelo MEC, de modo tão abrupto como foi, à época, o seu surgimento. (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p. 22).

Wall Ferraz⁴³ no Seminário *Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia na História da Educação do Piauí* (2002, p. 21) colocou a sua impressão sobre a primeira experiência de criação da Faculdade de Filosofia no Piauí:

Criaram tantos cursos, havia até de Paleontologia, de numismática e de outras coisas mais. Todo mundo fazia parte daquela Faculdade de Filosofia, anteriormente criada, pensando somente que a referida Faculdade, mais tarde vinha ser federalizada, como foi a Faculdade de Direito. O que ocorreu com aquela Faculdade, foi a ordem expressa do Ministro, determinando que o Diretor da Faculdade de Direito fechasse a mesma e recebesse as chaves.

A estratégia de criar faculdade com a intenção de, posteriormente, conseguir do governo nacional sua federalização, não foi uma prática específica do estado do Piauí, isso acontecia na maioria dos Estados da federação. A criação de faculdades de Filosofia do Brasil sempre foi pauta de grandes discursões, porque os debates nem sempre eram a favor desse projeto. Existiam grupos contrários a essa iniciativa, porque sentiam interesses pessoais ameaçados. Entendia-se que, com a criação dessas instituições, os donos dos poderes corriam o risco de perder privilégios, e tal ideia fez estabelecer zona de resistência em prol de sua criação.

Uma demanda de resistência se formou através dos Bacharéis em Direito em torno da idealização de cursos de Filosofia no Brasil, haja vista serem eles, na época, os pioneiros da educação superior no País, além do que os filhos das elites⁴⁴ tinham,

⁴³ Formado em Direito, Geografia e História pela UFPI, foi professor, historiador e advogado, membro do CEE e da UDN. Foi vereador de Teresina nos anos de 1954 e 1958 e vice-prefeito do município em 1962 sendo o último político nessa condição a exercer a presidência da Câmara Municipal no quadriênio seguinte à sua posse. Durante o primeiro governo de Alberto Silva (1971-1975), foi Secretário de Educação e de Governo. No Governo de Dirceu Arcoverde, foi nomeado Prefeito de Teresina (1975-1979). Com a reforma partidária realizada pelo Governo Figueiredo, ingressou sucessivamente no PP e PMDB; foi eleito deputado federal em 1982 com três quartos de sua votação oriundos da capital piauiense. Em 1985, com o fim do Regime Militar, foi eleito Prefeito de Teresina. Em sua nova gestão como prefeito rompeu sua aliança com Alberto Silva. Em 1992, conquistou o seu terceiro mandato de prefeito de Teresina, falecendo na capital paulista em 22 de março de 1995, onde se encontrava para tratamento de saúde. (Cf. Eduardo JUNQUEIRA; Alan CARNEIRO. Vera CALICCHIO. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2017).

⁴⁴ Aristocratas, comerciantes ou mesmo filhos de burocratas, geralmente com formação na área de Direito.

no espaço público, um local de realização de interesses políticos e sociais.

Por um ângulo de visão mais alongada, a importância desses bacharéis no processo de construção do Estado e da sociedade brasileira fica mais clara, vez que eles sempre mostraram presenças e assumiram funções administrativas e altas posições de comando na estrutura política do país, fato que ocorria naturalmente. Mas, como se pode verificar no trecho que segue: “[...] à faculdade de filosofia, ciências, e letras e à faculdade de educação, encontrou sempre a resistência das faculdades tradicionais, na qual se destacava a faculdade de Direito [...]” (VENÂNCIO FILHO, 1982, p. 306-307).

A reação demonstrada por alguns setores da sociedade contra a Faculdade de Filosofia somente pode ser entendida pelo que tal criação representava como nova conjuntura na estrutura de poder por ela constituída. Até então, apenas os bacharéis em Direito eram os portadores de um “capital simbólico” sem equivalência. Desse modo, justificava deterem o controle das posições sociais e políticas por eles ocupadas em pretexto do diferencial, que representava sua formação profissional. Reconheciam que, com a criação das Faculdades de Filosofia, os velhos argumentos não ofereceriam mais a força desempenhada até aquele momento, uma vez que a formação de um novo capital cultural determinaria uma redefinição dos espaços ocupados na estrutura de poder.

Fávero (1977), sobre essas discussões, cita um fragmento de texto de Azevedo (s.d.) afirmando que tais discussões perdiam-se basicamente no que tange as escolas de natureza profissional, as quais não aceitavam de bom grado a centralização das disciplinas básicas, que deveriam ser ofertadas por aquelas faculdades com a finalidade de aumentar o espírito universitário, e evitar a duplicação de recursos. Essa polêmica não deu em nada, pois, no final, toda escola terminou por assumir as disciplinas básicas, que deveriam ser oferecidas para seus respectivos cursos.

O que se pode apurar do não dito sobre a preocupação dessas faculdades, e que, à primeira vista, poder-se-ia analisar como fato simples, era o fato de que perder o controle sobre disciplinas básicas de cursos profissionalizantes representava, para tais faculdades, um fenômeno dos mais significativos, porque denotava a perda de autoridade no contexto do espaço na construção do saber, e, conseqüentemente, a necessidade de redimensionar posições políticas e sociais até então já consolidadas.

Contudo, nessa mesma década, chegou ao Piauí, com quarenta e quatro anos de idade, procedente de Petrolina – PE, o Bispo alagoano Dom Avelar Brandão Vilela, para assumir a Arquidiocese de Teresina. Dom Avelar foi o segundo arcebispo dessa Arquidiocese, e ali permaneceu até 06 de maio de 1971, quando foi transferido para Salvador, local sede primaz da Igreja Católica no Brasil. Ainda na década de 1970, foi escolhido pelo papa Paulo VI para ser Cardeal da Igreja de Roma. Nordestino, viveu quase todo seu apostolado em sua região. Entretanto, seu trabalho pastoral, através dos cargos que ocupou dentro da organização católica, foi reconhecido de modo nacional e internacionalmente.

Ao assumir suas funções na cúria de Teresina, Dom Avelar definiu seu plano de ação, cujo lema foi “Evangelizar e Humanizar”. Um ano após assumir o arcebispado, criou a organização “SPC – Sociedade Piauiense de Cultura”, ente jurídico vinculado à Arquidiocese de Teresina, e nesse ínterim, foi criada a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). O ato formal ocorreu em assembleia na respectiva SPC no dia 16 de maio de 1957, e, em seguida, dia 29 do mesmo mês, foi elaborado o Estatuto. A reunião teve como presidente o próprio Arcebispo. O documento foi publicado no Diário Oficial do dia 06 de junho de 1957⁴⁵, com destaque para o objetivo que determinava “instituir, manter e dirigir Estabelecimentos de Ensino Superior, bem como outras organizações de natureza cultural”. Este fato deu alento para renovar os ânimos para aqueles que lutavam pelo aprimoramento da educação no Piauí.

A invenção, materialização e consolidação da FAFI traz a marca de Dom Avelar como líder do movimento desta IES. Ele foi, também, um dos principais articuladores da criação da UFPI, na década seguinte, e suas ações são contadas pelos que falam do seu desempenho no trabalho social da Arquidiocese de Teresina, durante todo seu tempo de Arcebispo nesta Capital do Piauí. A FAFI, a exemplo da faculdade de Direito, surgiu como instituição de natureza privada. No entanto, somente as receitas das anuidades dos estudantes desta Faculdade não davam para garantir a manutenção das despesas ordinárias da sua funcionalidade.

A fragilidade dos recursos dessa IES era tamanha, que o primeiro quadro de professores recebia remuneração de forma simbólica. Muitos eram, praticamente, “voluntários” (WALL FERRAZ, 2002). Esses profissionais reagiam dando respostas

⁴⁵ Diário Oficial do Estado, 6 de junho de 1957. p. 1 (APPI).

plausíveis de que tinham boas expectativas de futuro. Mas esse fato não diminuía significativamente as dificuldades existentes. A questão maior: a nova IES necessitava e recebia de subsídios do Estado e do Governo Federal, contudo ocorriam frequentes interrupções dos repasses dessa ajuda oficial para a sua manutenção, e ainda aconteciam atrasos das datas certas de liberação de valores, como fora, sob a forma de consignação em orçamentos, nos anos de 1958, 59, 60, 61, 62, 64, 67 e 69, cumpridos precariamente.

A natureza de toda faculdade de Filosofia é, obviamente, abrigar um estudo sistemático de Filosofia, mas também paralelamente oferecer um curso de formação de professores. No caso do Piauí, a FAFI, além do curso específico de sua natureza, criou os cursos de bacharelado em Letras Neolatinas, Geografia e História, que inicialmente formaram⁴⁶ professores em Português, e mais três das quatro habilitações que eram ofertadas: Francês, Espanhol, Italiano, e Latim, além das respectivas disciplinas de Literaturas complementares. Todos esses cursos foram autorizados pelo Decreto Nº 43.402 de 18 de fevereiro de 1958⁴⁷.

Para o funcionamento de cursos superiores em Faculdades Isoladas, a entidade solicitante necessitava atender a determinado protocolo no Ministério de Educação e Cultura. Atualmente, o processo pode ocorrer mais rápido, mas à época da criação da FAFI os procedimentos tornavam-se mais demorados, em virtude da precariedade de recursos, para resolver as questões financeiras e estruturais da solicitante.

O MEC solicitava, no “Projeto de Pedido de Autorização” ou “Autorização de Funcionamento”, as referências físicas sobre o patrimônio declarado pelas solicitantes. O Projeto era composto por várias partes e cada uma recebia parecer técnico de aprovação. A elaboração do projeto denunciava a importância e o tamanho do interesse pela criação da faculdade.

O MEC exigia, como ainda hoje, detalhamento sobre a contextualização social, demográfica e cultural da cidade sede como: população, hospitais, estabelecimentos comerciais, etc., mostrando, por exemplo, a apresentação da

⁴⁶ Em 1963, em razão da reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns cursos de Letras incluíam as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos currículos, transformando-o em licenciaturas” foi ofertado aos bacharéis em Letras da primeira turma (1960), um Curso de Didática a fim de lhes garantir, também o licenciamento.

⁴⁷ Publicação do Decreto no DOU, do dia 20 de fevereiro de 1958, sobre o funcionamento da Faculdade. A diretoria tomou conhecimento através de telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1958.

estrutura do Ensino Primário e histórico descritivo da estrutura e o número de alunos egressos do Ensino Médio, prováveis candidatos para o Concurso Vestibular; além da comprovação da estrutura física da cidade, a fim de afirmar como se comportava em termos de autonomia para manter uma Faculdade, e outras informações consideradas indispensáveis.

A maior justificativa para a existência da Faculdade de Filosofia em Teresina era a necessidade urgente de professores formados para atuarem no ensino secundário. Entretanto, na FAFI, o item “Perfil dos Professores” apresentou problema, visto que o quadro de docentes apresentado no Projeto era composto por bacharéis em Direito e Padres, em sua maioria. Assim, esse perfil não se enquadrava no desenhado pelo MEC para uma faculdade que formasse professor. Esta questão foi superada especialmente pelas condições emergenciais, que caracterizava a criação da Faculdade. Por fim, mesmo com restrições, a faculdade foi autorizada.

Em depoimento a Bello (1980, p. 262) o Padre Raimundo José contou que,

Foi uma luta verdadeiramente ingente, essa luta para conseguir o reconhecimento [...] durante todo o tempo dessa luta o professor Clemente contou evidentemente com o apoio, com a colaboração decidida de todos os seus companheiros [...] (*além*) da compreensão, colaboração e apoio no âmbito federal do prof. Valnir Chagas⁴⁸ (*então*) membro do Conselho Federal de Educação (*que*) assumiu a tarefa de ser relator do processo [...].

Sobre o primeiro Quadro de Docentes da faculdade recém-criada, sabe-se que foi montado seguindo o mesmo critério processual de “arranjos”, haja vista as dificuldades pertinentes ao caso, porque no Estado havia poucos professores formados, neste caso particular, em Filosofia, ou portadores de diploma em licenciaturas. A solução encontrada para dar corpo ao quadro de docentes foi importar/convidar bacharéis que ministravam aulas na FADI e no ensino secundário das redes de ensino oficial e particular de Teresina, que apresentassem, perante a sociedade teresinense, relevantes saberes (PADRE RAIMUNDO JOSÉ, 1980).

⁴⁸ Valnir Chagas, educador entusiasta da experiência das FAFI's, notadamente do chamado modelo USP. No CFE, junto com Newton Sucupira, entretinha uma batalha de posições em relação ao papel dos Institutos de Filosofia enquanto “componentes de integração na universidade” (FÁVERO, 1996, p. 28). Em obra que norteou nessa discussão, em 1961, Chagas publicou A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia (in *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*, 36 (83): 38-60). A propósito dele, diz Wall Ferraz (1992, p. 148): “Atendendo apelo do governador Alberto Silva, José Carlos de Azevedo, indica o prof. Valnir Chagas para elaborar um estatuto para a Universidade, recém-criada”. Ferraz aqui se refere ao segundo Estatuto da Fundação e da UFPI

O Diretor indicado para dirigir inicialmente a Faculdade de Filosofia do Piauí foi Clemente Honório Parente Fortes, egresso da primeira turma de formandos (1935) da Faculdade de Direito do Piauí. O Secretário indicado, também formado em Direito pela mesma faculdade, foi Benedito da Rocha Freitas Filho, que permaneceu no cargo desde a institucionalização da Faculdade até sua incorporação pela FUFPI, como uma das cinco Faculdades Isoladas que constituíram a UFPI, em 1971. Após a incorporação, Benedito Freitas passou a fazer parte do quadro de funcionários burocráticos da nova IES.

No elenco da composição do primeiro Quadro de Professores da FAFI destaca-se o Jurista Celso Barros Coelho⁴⁹. Este personagem deu o seguinte testemunho de vivência na FAFI, de como estava pautada a ideologia reinante à época para balizar a organização de uma entidade de Ensino Superior no Brasil.

Todos nós professores ou credenciados a professores, éramos egressos da Faculdade de Direito do Piauí, cujo espírito ainda estava preso àquela mesma ideia que no Brasil serviam de entrave à organização da universidade, o chamado espírito naturalista e positivista (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, 156).

Em julho de 1958, o diretor da Faculdade, Prof. Clemente Honório Parente Fortes encaminhou ao MEC a “Solicitação de Autorização de Funcionamento”, que foi aprovada conforme o Parecer 03/1959, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação. Porém, para efetivamente funcionar, a IES necessitava de um local para sua instalação. Recorrendo ao Governo do Estado, o Diretor da Faculdade solicitou concessão de um espaço para acomodação da IES, mas não foi atendido, de modo que o Jornal do *Piauí*, edição nº 254, de 15 de agosto de 1958, publicou nota afirmando que o Governador havia negado o Prédio à FAFI, para cedê-lo ao Instituto Brasil Estados Unidos, uma atitude que rendeu amplo movimento de protesto. Então, a direção do Colégio Sagrado Coração de Jesus⁵⁰ cedeu o espaço do seu auditório para ser ocupado provisoriamente, enquanto a Diretoria da Faculdade tomava outras providências junto ao governo estadual para fornecer à IES um prédio de seu corpo administrativo. Enquanto ocorriam as negociações, essa IES abriu o Ano Letivo, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, à

⁴⁹ Ex-professor e membro eleito da Congregação em 15 de abril de 1958, com a criação da UFPI, em 1971, Celso Barros passou a compor o quadro de professores da instituição.

⁵⁰ Fundado no ano de 1903.

Avenida Frei Serafim, em uma autêntica sala improvisada.

O ato solene de abertura do ano letivo ocorreu no dia 07 de abril de 1958, com Aula Inaugural proferida pelo Prof. Clemente Honório Parente Fortes, contando com as presenças de autoridades dos segmentos políticos, eclesial, culturais e alunos aprovados no primeiro concurso Vestibular, realizado pela emergente entidade educacional. Entre as autoridades presentes, pode-se nomear, especialmente: Dom Avelar Brandão Vilela, maior empreendedor da causa; General Jacob Manoel Gayoso e Almendra, governador; além dos demais professores da faculdade, entre outros convidados.

Há o registro pictográfico da Aula Inaugural (Figura 4, Anexo 2), quando da saudação ao público pronunciada por Dom Avelar Brandão Vilela que, de pé, falava aos presentes, todos atentos ao orador neste acontecimento de grande significado para a sociedade piauiense. Na referida ilustração aparece, sentada à mesa de honra, a Professora Maria de Lourdes Leal Nunes, primeira professora aceita pelo MEC, em 1958, para o Quadro de Professores da FAFI; o registro seguinte (Figura 5, Anexo 2) retrata o momento do uso da palavra pelo segundo orador da noite, o Diretor Clemente Fortes, que ressaltou a importância do ato da criação da FAFI para o Estado do Piauí.

As fontes fotográficas permitem ao historiador ir além de uma simples descrição de fatos, porque as imagens trazem, para o tempo presente, demonstrações de vivências em tempos remotos. Assim, as fotografias em anexo apresentam variedade de elementos armazenados das relações sociais de atores individuais e coletivos, que possibilitam o entendimento das diferenças sociais dos grupos, revelando questões que dizem respeito à sua atuação em um determinado contexto histórico (CANABARRO, 2005). Neste caso, o fato histórico representado pelas fotografias é criação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.

Após a instalação do ano letivo, a Diretoria da FAFI adotou providências de urgência. A primeira foi a de natureza burocrática, para garantir o funcionamento da instituição e dar forma e conteúdo à exigência legal de criação da Faculdade, convocando o corpo técnico e professoral para a primeira sessão ordinária da Congregação, cujo ato encontra-se registrado no Livro de Ata da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, e cuja pauta foi a eleição dos membros do Conselho Técnico Administrativo, conforme está transcrito abaixo:

Ata da primeira sessão ordinária da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinqüenta e oito, precisamente ás vinte e uma horas e vinte minutos, no salão dos professores do Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, sede provisória da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizou-se a primeira sessão da Congregação dêsse Instituto de Ensino Superior, a que se refere esta ata [...] assumiu a presidência o sr. Diretor, professor Clemente Fortes. Iniciados os trabalhos, explicou o presidente a finalidade da reunião, que visava à eleição dos três membros do Conselho Técnico Administrativo [...] (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. ATA DA CONGREGAÇÃO, 1958, p.1).

Nesta reunião, estiveram presentes os seguintes integrantes do Quadro Docente e Administrativo da IES: o Prof. Clemente Honório Parente Fortes, Diretor; Celso Barros Coelho e José Camilo da Silveira Filho, advogados; Lineu da Costa Araújo, médico; Raimundo Nonato Melo e Hermínio Daves Filho, padres; Álvaro Alves Ferreira e Teresinha Pinheiro Leal Nunes, professores. A votação para o pleito resultou na escolha dos membros do Conselho Técnico Administrativo da FAFI, os senhores Celso Barros Coelho, Hermínio Daves Filho e Álvaro Alves Ferreira, respectivamente um Advogado, um Padre e um Professor. Pode-se verificar, também, que o perfil dos primeiros integrantes do Quadro de Professores da FAFI era bastante diversificado no que tange à respectiva formação profissional.

Essa formação eclética vai dar o espírito de formação que a Faculdade de Filosofia permitiu desenvolver em seus alunos, a partir do que foi determinado em seu Regimento, no Art. 1º, que estabelecia os determinantes legais para a formação, considerando que a faculdade tinha por finalidade formar professores para atuarem nos cursos secundários, incluindo as escolas onde funcionavam os cursos normais, os pedagógicos.

Segundo Sousa, Bonfim e Pereira (2002), a análise feita pelo Padre Raimundo José Airesmorais sobre o Curso de Filosofia, da FAFI, reflete que o citado Curso era, em sua essência, orgânico, ao tempo em que conduzia o aluno à construção de um comportamento critico reflexivo, na medida da perspectiva de formar demanda para atuar no ensino secundário. Para que o Projeto FAFI não sofresse mais qualquer descontinuidade, o grupo de intelectuais à frente dessa elaboração processual cuidava para que a nova experiência de inclusão no ensino superior no Estado não repetisse os mesmos equívocos que ocorreram na primeira experiência de criação da Faculdade.

Instituíram-se os métodos para a construção da Faculdade, com práticas as

mais comedidas, sem perder de vista oportunidades de apoio do MEC, e a influência de autoridades políticas e clericais, dentro e fora do Estado. Nesse contexto, a ação participativa de Dom Avelar para a criação da FAFI foi determinante. Este Bispo mantinha boas relações políticas, através das quais contribuiu para a realização do objetivo coletivo do grupo. O resultado positivo contemplou também a realização da meta traçada para o projeto pessoal de Dom Avelar, pois a criação da Faculdade de Filosofia fazia parte das Ações Sociais projetadas para seus serviços no Arcebispado em Teresina.

Bello e Fonseca Neto (1981, v. 2; 1998) recordam que, na primeira reunião da Congregação de Professores, ocorrida ainda no ano de 1958, estiveram presentes professores de variada formação profissional, titulares recém-selecionados e aceitos pelo MEC, para formar o corpo docente da Faculdade, e outros atores intelectuais, como: Cláudio Francisco Ferreira, Valter Alencar⁵¹, Wilson de Andrade Brandão⁵², Darcy Fontinelli de Araújo, Pe. Geraldo Magela Fortes de Vasconcelos e José de Arimatéia Tito Filho.

Posteriormente, em 1959, outros profissionais agregaram-se ao dito corpo docente: o Pe. João Alfredo de Carvalho Lima, o Economista Raimundo Nonato Monteiro de Santana⁵³, e os Advogados Benjamim do Rego Monteiro e Manoel Paulo

⁵¹ Piauiense de União, Valter Alencar (1913-1975) ocupou diferentes lugares de sujeito, em sua maioria ligada ao campo do Direito, da política e, principalmente, das comunicações. No campo político esteve à frente da UDN-União Democrática Nacional. Em seu vasto currículo, constam diferentes funções exercidas entre os anos 40 e 70, como professor, promotor público, chefe de polícia, delegado geral do Sesi no Piauí, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, Secretário de Estado, entre outros. Dedicou-se, também, ao jornalismo, fundou e dirigiu em Teresina, o diário *Jornal de Notícias*, e exerceu a presidência da Associação Piauiense de Imprensa (NASCIMENTO, 2006)

⁵² Piauiense de Teresina, Wilson de Andrade Brandão (1922-2001), foi jurista, professor universitário, acadêmico e político. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí em 1946. Deixou vasta obra no campo jurídico e em outras áreas do conhecimento (Filosofia, Sociologia, História e Literatura) que era um profundo conhecedor. Exerceu cargos de presidente do Instituto dos Advogados do Piauí, professor titular de Direito Civil e diretor da Faculdade Federal do Piauí. No campo político, foi eleito deputado estadual, em 1965 elegendo-se por mais legislaturas consecutivas. Foi líder do governo; secretário das secretarias de Cultura; de Segurança Pública; e presidente da Comissão de Constituição e Justiça estadual. (NAPOLÉÃO, DISCURSO, 2001).

⁵³ Nascido em 1926, bacharel em Direito, Formado em Estudos Brasileiro, Economia Política e Sociologia. Professor catedrático da UFPI, lecionou na UNB, na Escola Superior de Guerra e no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington (EUA). Político. Em 1957 fundou o Centro de Estudos Piauienses. Em 1960, criou o Movimento de Renovação Cultural do Piauí e o Fórum Cultural do Piauí e Fundapi – Fundação de Apoio Cultural do Piauí. Acadêmico da APL, ocupa a cadeira número 32. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura de Teresina. Escreveu: *O desenvolvimento Econômico Nacional na Teoria Econômica Geral; Aspectos de uma ideologia para o desenvolvimento; Perspectiva Histórica do Piauí; A evolução histórica da economia do Piauí; Piauí: formação –*

Nunes. E, em seguida, o grupo recebeu o Padre Raimundo José Airemorais, que substituiu na Direção da Faculdade ao Advogado Clemente Fortes quando esse assumiu a direção da Faculdade Federal de Direito do Piauí.

O processo de reconhecimento de uma IES privada, atualmente, é mais fácil e mais rápido; no entanto, naquela época, eram muito demorados, porque não havia os elementos suficientes para aceleração dos procedimentos e, neste caso, o peso político foi determinante. Freitas (1980, p. 257) anuncia autoridades do Governo do Piauí, como especialmente empenhadas nessa ação política: Petrônio Portella Nunes⁵⁴, José Camillo da Silveira Filho⁵⁵, e também o Dr. José Auto de Abreu⁵⁶, que foram de relevante “contribuição no processo [...] durante os encaminhamentos estruturantes da instituição, em prosseguimento depois no Rio de Janeiro, para a autorização e depois o reconhecimento [...]” da Faculdade.

A importância da instalação de uma faculdade de Filosofia no Piauí representaria um divisor de águas no Estado, porque iria influenciar vários seguimentos econômicos e sociais, em função da qualificação dos docentes, adequando-os para atuarem na ministração de aulas nos cursos ginásial e secundário, e, conseqüentemente, promover qualificação especializada de mão de obra para atender os mercados de trabalho público e privado.

Padre Raimundo José foi o segundo diretor da FAPI. Então, desde 1957, o

desenvolvimento – perspectivas e Apontamentos para a história cultural do Piauí. Disponível em: <https://www.academiapiaiuiensedeletras.org.br/>. Acesso em: 06 jan. 2017.

⁵⁴ Petrônio Portella Nunes governou o Piauí de 31-1-63 a 12-8-66. Formou-se em Direito na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, onde se engajou-se na UNE, chegando a ser Diretor. Jovem advogado, notabilizou-se pela acusação oral que fez ao “coronel” e fazendeiro Zezé Leão do Tribunal Júri de Teresina. Foi Deputado Estadual, Prefeito de Teresina, Governador do Piauí, Senador da República e Ministro da Justiça. Morto em 1981. Dele, Wall Ferraz depõe: “Não há dúvida de que Petrônio foi o maior líder civil a República em sua época, sabia conquistar políticos e dominar situações [...]. Mais: “Historicamente, a chegada de Petrônio ao poder representou mais um pacto das elites: de um lado a burguesia da Capital e das maiores cidades, e do outro, as oligarquias, muitas delas oriundas da República Velha [...]”. No campo político, Petrônio traz algumas controvérsias, notadamente no período 63/64 [...]. Ele alinhava com governadores reformistas que davam integral apoio a João Goulart, como Seixas Dória e Miguel Arraes no período pré-revolucionário. Ligado às esquerdas, Petrônio prestigiava os movimentos oriundos do governo federal e que se espalhava no Piauí com o seu beneplácito, direta ou indiretamente.” (FERRAZ, 1992, p. 111-116).

⁵⁵ José Camillo da Silveira Filho, intelectual que serviu a vários governos, foi um dos motivadores da primeira experiência de criação de uma faculdade de Filosofia em Teresina. É um dos protagonistas da fundação da própria UFPI, tendo sido o redator do manifesto-petição em prol da criação, que originou o processo burocrático respectivo. Ocupou o cargo de reitor da UFPI (1974-1982). Foi titular da secretaria de Ensino Superior do MEC (1987). (Depoimento a BELLO, 1980).

⁵⁶ José Auto de Abreu foi deputado constituinte estadual no Piauí em 1935 e em 1946, e deputado estadual de 1946 a 1951, na legenda PSD, fez parte dos atores que construíram estratégias para autorização e reconhecimento da FAPI (FONSECA NETO, 1997).

Piauí passou a fazer parte do grupo das unidades da Federação que dispunham de seus próprios estabelecimentos de formação de professores para atuarem a nível secundário. Para o Padre Raimundo José Ayremorais Soares⁵⁷, após a experiência frustrada vivida no início dos anos de 1950, a criação da Faculdade de Filosofia do Piauí, no final desta década, foi “verdadeiramente uma vitória”.

3.1.1.3 Faculdade de Odontologia do Piauí - FOPI

No final de 1950, um grupo de profissionais da área da saúde entendeu que era o momento de recolocar em discussão um projeto de criação da Faculdade de Odontologia do Piauí. Historicamente, esse projeto foi iniciado em 1947, pela iniciativa do Padre Alberto de Freitas Santos, à época diretor do Colégio “São Francisco de Sales”, Colégio Arquidiocesano.

Aconteceu que, em 12 de outubro de 1947, o Padre Alberto Freitas efetivamente convocou um grupo de profissionais da área da saúde – dentistas, médicos, e farmacêuticos – residentes em Teresina, e lançou o desafio para se criar mais uma “escola de ensino superior, no caso a Faculdade de Odontologia do Piauí” (BELO, 1980, p. 278, *apud* FONSECA NETO, 1998, p. 105). A partir dessa data, Padre Alberto Freitas passou a liderar o Movimento Pró-Faculdade de Odontologia do Piauí. Com essa iniciativa, a batalha estava iniciada em defesa da criação da Terceira Faculdade Isolada no Piauí.

Com o Grupo formado, o passo seguinte foi eleger o presidente do Movimento Pró-Faculdade de Odontologia, cujo eleito foi o Dr. Francisco das Chagas Machado Lopes, que liderou o movimento no período de 1949 a 1956, quando foi sucedido pelo Dr. Agnelo Sampaio Filho, que permaneceu no posto de 1957 a 1958. A partir do ano seguinte, 1959, assumiu o Cirurgião-Dentista Oscar Olímpio Cavalcanti.

Em 16 de outubro de 1958, o movimento pró-faculdade criou personalidade jurídica, conforme registro no Cartório João Crisóstomo, passando a ser presidido pelo Odontólogo Oscar Olímpio Cavalcanti. Nesse interim, Oscar Cavalcanti havia retornado de Natal – RN, onde participara da “II Reunião de Diretoria de Faculdades de Odontologia do Brasil”, sob os auspícios da Associação Brasileira de Escolas de

⁵⁷ Foi Professor e Diretor da FAFI. Professor da UFPI. Bacharel e licenciado em Teologia pela Pontífice Universidade Gregoriana de Roma. Dr. (PHD) em Teologia Pastoral pela Universidade de Montreal, Canadá.

Odontologia (ABENO).

Nesse encontro, Oscar Cavalcanti aproveitou para solicitar novas orientações acerca de papéis necessários para criar um curso superior, entre os quais a necessidade de criar uma entidade mantenedora, exigência legal para que a faculdade pudesse existir. Houve a criação, e tal associação recebeu o nome de Sociedade Civil Faculdade de Odontologia. Embora tenha transcorrido muito tempo, a vontade e a força do movimento instituído para aquele fim sobreviveu a partir da primeira iniciativa do Padre Alberto Freitas,

Cavalcanti, além de Cirurgião-Dentista, era bacharel em Ciências Jurídicas, formação profissional que lhe serviu de boa base de ação, considerando que o embasamento jurídico foi muito conveniente, e de grande desenvoltura para o desenvolvimento do processo. Com a criação da faculdade, mobilizaram-se esforços para providenciar o encaminhamento do pedido de autorização, para que a faculdade efetivasse seu funcionamento. Essa providência provocou novo entusiasmo no grupo à frente da criação da nova faculdade, especialmente porque Teresina ainda vivenciava a experiência recente e bem-sucedida de implantação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI).

Os integrantes da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia, sentindo-se encorajados pela receptividade encontrada na sociedade piauiense, especialmente de Teresina, na experiência exitosa da FAFI, decidiram criar, em 19 de junho de 1959, a Faculdade de Odontologia do Piauí. O evento ocorreu durante uma assembleia Geral realizada no salão “Esmarágado de Freitas” do Arquivo Público do Piauí, sob a presidência do Dr. João de Almeida Costa, que foi solicitado para presidir aquela sessão magna que elegeu, por unanimidade, Dr. Oscar Olímpio Cavalcanti como primeiro diretor da Faculdade.

Sobre a criação da Faculdade de Odontologia do Piauí, o Prof. Oscar Cavalcanti (1980, p. 282-283) depõe: “[...] esta escola é fruto de muito sacrifício de vários colegas da área de saúde, médicos e dentistas, desde o ano de 1947 [...]” E prossegue:

Quando eu recebi a presidência daquele Movimento (*pró-Faculdade*), a 19 de junho de 1959, verifiquei que o movimento precisava organizar uma sociedade Civil que fosse mantenedora [...] Entrei em contato, imediatamente, com o Ministério da Educação e lá obtive as informações, as exigências para se fundar, naquela época, um curso de nível superior. Partimos então para organizar o que se chamou o processo de requerimento para funcionamento da Faculdade de Odontologia do Piauí.

[...] O requerimento foi levado por nós ao Rio de Janeiro e protocolado no Ministério da Educação, no dia 10-01-1959. Foi um trabalho árduo. Tivemos que arranjar a documentação de cada colega [...] Lá (*no Rio*), nós contávamos com o prestígio do Dr. Deolindo Couto [...] Esse piauiense notável, grande cultura, deu uma ajuda muito importante. Seus conselhos e sua orientação foram decisivos. A marcha do processo, [...] um processo humilde, feito no Piauí com documentação falha [...] Mas tudo isso foi sanado com a boa vontade do Dr. Deolindo Couto que se interessando foi levar o processo ao Ministério da Educação (CAVALCANTI, *apud* BELLO, 1980).

O Dr. Mariano Gayoso Castelo Branco, um dos fundadores da Faculdade de Odontologia do Piauí, em depoimento a Bello (1980, p. 287), disse que a “Faculdade de Odontologia foi resultado de um movimento que alguns profissionais [...] iniciaram [...] criando-se, inicialmente uma Faculdade de Odontologia e Farmácia”; e foi efetivamente essa a primeira iniciativa de criação de escola da área da saúde no Piauí. Entretanto, prossegue Mariano Gayoso “em face das dificuldades para conseguir o registro no Ministério da Educação de uma Faculdade com duas especializações – Odontologia e Farmácia – nós resolvemos ficar apenas com a Faculdade de Odontologia”.

Em 15 de julho de 1960, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, sancionou o Decreto de Nº 48.525, que autorizou o funcionamento da Faculdade, que foi publicado nessa mesma data no Diário Oficial da União. Após a instituição dispor de licença de funcionamento, promoveu o primeiro vestibular, disponibilizando 25 vagas autorizadas pelo MEC. Inscreveram-se 39 candidatos, dos quais 23 foram aprovados e posteriormente matriculados.

Uma instituição da natureza ensino superior na área de saúde, como por exemplo, o Curso de Odontologia, requer custos de instalação e operacionalidade elevados e de poucas possibilidades de serem economicamente restringidos, ou seja, mantêm-se sempre ao nível de alto custo, inclusive de manutenção, ao longo da sua continuidade. A entidade mantenedora buscou cooperação com os Governos Estadual e Municipal – Prefeituras de Teresina e outros municípios, além dos apelos a entidades de classes, recorrendo, também, aos atos de promover eventos, como as Festas da Mocidade I, II e III; tudo isso, a fim de angariar recursos financeiros mínimos necessários.

Cientes das dificuldades, os instituidores, para manterem as condições mínimas de funcionamento da faculdade, adotaram como saída, também, recorrer à benevolência cooperativa e participativa de Órgãos Oficiais do Governo, hospitais e

clínicas particulares. A Prefeitura Municipal de Teresina doou um terreno⁵⁸; Hospitais e Clínicas Particulares emprestaram equipamentos, para preencherem os requisitos, por ocasião das visitas técnicas de inspeções federais. Mesmo assim, ao final dos primeiros quatro anos, concluíam o curso a primeira turma de Odontólogos no Piauí. Entretanto, os recém-formados são impedidos de colar grau, porque o processo de reconhecimento da faculdade ainda não tinha sido concluído, com alguns itens obrigatórios apresentando pendências.

Sobre as deficiências vividas pela Faculdade de Odontologia, durante os primeiros anos, no rol de dificuldades tem-se o processo de estadualização e posteriormente a sua federalização no ato de criação da UFPI, o que consta nos depoimentos de Mariano Gayoso Castelo Branco (BELO, 1980, p. 287-288) e Ronaldo Marques (CAMPOS, 2009), respectivamente:

Nós não tínhamos recursos... Então o professor Oscar Cavalcanti, como diretor, foi ao Rio, procurar três cadeiras, três equipos dentários para a escola, na promessa de uma verba do Ministério da Saúde. Fiado nessa verba, ele comprou, no Rio, os três equipos. Para que esse material nos fosse entregue, era preciso um fiador. Estava no Rio na ocasião, D. Avelar Brandão Vilela [...] que se prontificou ser o fiador na transação [...]. Foi muito fácil receber o equipamento com a fiança de D. Avelar [...]. Estávamos aqui aguardando a verba, quando chega uma carta desaforada do gerente da firma, ao arcebispo [...]. Bem, diante de uma desconsideração como essa ao arcebispo, por nossa causa [...], assumimos (pessoalmente) a responsabilidade da dívida.

Mariano Gayoso continua o seu depoimento

Em face de dificuldades financeiras maiores, cada fiscal do Ministério que vinha aqui inspecionar a escola para registro definitivo, dava sempre um parecer contrário [...]. Então resolvemos pedir ao governador Petrônio Portella, pedindo-lhe que encampasse que assumisse a responsabilidade financeira, pelo Estado [...]. Nessa ocasião eu já tinha sido escolhido diretor e fui ao Rio, onde por intermédio do professor Deolindo Couto, conseguimos a aprovação da nossa escola.

O governador Petrônio Portella atendeu ao pedido para “encampação” da Faculdade, que foi estadualizada através da Lei nº 2669, de 20 de agosto de 1965. Apesar disso, as dificuldades não esmaeceram. Reconheciam a urgência de que mudanças ocorressem, pois, caso assim permanecesse, a faculdade corria risco de não obter o reconhecimento oficial ou ser fechada, pois eram grandes as

⁵⁸ Terreno localizado na praça conhecida por “Campo de Marte”, doado através da Lei Municipal nº 894, de 16 de janeiro de 1963.

dificuldades. Ronaldo Marques (2009) recorda que o patrimônio das faculdades isoladas do Piauí foi integrado ao da UFPI quando da sua criação, e que o da Faculdade de Odontologia, que era particular, lembra: “as suas condições fazia pena, muito pequena e acanhada, hoje existem clínicas aqui em Teresina muito mais aparelhadas do que ela à época”.

Sobre as dificuldades enfrentadas, o professor Carlos Daniel, em depoimento fornecido a Belo (1980, p. 296), registrou o seguinte:

Recordo-me, que para o reconhecimento definitivo, a última vez em que a Comissão do Ministério da Educação veio ao Piauí foi no governo Petrônio Portela [...]. Nesta última inspeção a Comissão fez nova exigência, desta vez verificou que nossa Faculdade não tinha laboratório de prótese e impôs: ou a Faculdade adquiere um ou o MEC mandará fechá-la. A direção da Faculdade, na mesma hora, deu ciência ao governador (*que*) mandou que o diretor procurasse onde tivesse e o diretor informava que um dentista de Teresina tinha e, se a Faculdade quisesse lhe venderia. Pessoalmente, o governador Petrônio foi ao laboratório e negociou [...]. Comprou, satisfaz a exigência do MEC [...].

Em 21 de março de 1966, o parecer de reconhecimento definitivo saiu através do Decreto nº 58.032. Muitos foram os envolvidos: além da Congregação da Faculdade, o Governo do Estado, o Presidente da República Marechal Castelo Branco, o Professor Deolindo Couto, e outros contribuíram para a criação da terceira Faculdade Isolada do Piauí, que mais tarde se fez parte na constituição da UFPI.

3.1.1.4 A Faculdade de Administração do Piauí - FAPI

A implantação do Ensino Superior em Parnaíba⁵⁹, sem o empenho do Dr. Lauro de Andrade Correia⁶⁰, dificilmente teria sido tomada como registro histórico de crescimento cultural da cidade de Parnaíba. Com uma retroação propositada no espaço temporal desta pesquisa, traz-se à tona a UFPI (CMRV), e se coloca em foco diretamente a cidade de Parnaíba com a sua História real e sua Memória preservada viva nas lembranças dos seus cidadãos, servidores e mantenedores. Pretende-se voltar até ao final da década de 1950 e início de 1960, quando as primeiras ações das lideranças parnaibanas, representadas pelos intelectuais e

⁵⁹ Cidade localizada no extremo norte do Estado do Piauí.

⁶⁰ Engenheiro Químico Industrial, Advogado, Político piauiense, um dos idealizadores da criação da FAPI.

comerciantes, iniciavam as discussões em prol da implantação de um Curso Superior na cidade de Parnaíba.

O momento político era apropriado, porque no quadriênio 1959/1962, os cargos majoritários no Governo do Estado do Piauí e no município de Parnaíba eram ocupados, respectivamente, por dois parnaibanos: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Governador do Piauí, e José Alexandre Caldas Rodrigues, Prefeito de Parnaíba.

Na condição favorável, a oportunidade surgiu e foi bem aproveitada pela elite da Parnaíba, que se dedicou para organizar o que estava faltando para ascensão da cidade e sua região, principalmente em termo de educação. Com os benefícios políticos obtidos, pôde reivindicar garantias de sucesso para a meta gradativamente alcançada, e o povo guarda na memória essa vitória: implantar o nível Superior de Ensino na Parnaíba.

O primeiro Curso de Administração de Empresas do Piauí, instalado em Parnaíba, no final da década de 1960, teve o patrocínio da FEP-Fundação Educacional de Parnaíba, entidade que criou e estabeleceu a primeira FAPI-Faculdade de Administração do Piauí. Mais tarde, no início da década de 1970, novamente a FEP assume a iniciativa, fazendo renovar os ânimos e, utilizando-se do seu poder político, cooperou para a instalação do CMRV-Campus Ministro Reis Veloso da UFPI-Universidade Federal do Piauí, concomitante à criação da UFPI em 1971.

A criação do CMRV foi um fato que marcou de modo especial toda a história da cidade que, com o estabelecimento da Faculdade de Administração do Piauí, colocou Parnaíba e municípios do norte do Estado, além dos municípios de estados circunvizinhos, no movimento de transformação da cultura pretendido, e que se fez base de aplicação da competência do povo piauiense, culminando finalmente com a criação do Campus Ministro Reis Veloso – CMRV, que se efetivou sob a vontade coletiva de intelectuais e empresários radicados em Parnaíba, cuja força foi mais forte que a vontade político-partidária do Estado, na contemporaneidade.

Conforme Lauro Andrade Correia (2009), as discussões realizadas em Parnaíba sobre o tema “ensino superior”, que aconteciam entre os membros de entidades e agremiações, cujos atores funcionavam como divulgadores dos enunciados das pautas das discussões em prol da criação de um curso superior na

cidade, como, por exemplo, o Lyons Club de Parnaíba, composto à época por quarenta associados, pertencentes a vários segmentos da sociedade parnaibana.

Os membros do Lyons Club de Parnaíba, depois de participarem das reuniões, pactuavam divulgar suas ideias, reunidos em estabelecimentos de trabalho dos quais eram proprietários, ou nas escolas, em sessões, juntando-se aos professores que, além de envolverem os alunos, atraíam os filhos e parentes. Estes funcionavam como verdadeiros canais humanos de divulgação dos assuntos, para a criação do ensino superior na Capital do Delta.

Investir na ideia de criar um curso de nível superior em Parnaíba, segundo Lauro Correia, foi investimento de parte de categoria empresarial e de intelectuais parnaibanos, que levavam para si a responsabilidade em reinvestir esforços para implantar tal segmento de ensino, de modo que garantissem, aos jovens menos favorecidos financeiramente, a obtenção de um diploma de curso superior, pois entendiam que um povo com nível mais alto de educação tem maior probabilidade de realizar trabalhos eficazes; de pleitear salários maiores; e de garantir empregabilidade, expectativas que ainda se repetem ao longo do tempo (LAURO CORREIA).

Os relatos dos professores e demais pessoas que fazem a história da Parnaíba afirmavam uma pressão político-partidária em torno da ideia coletiva de cidadãos comuns, que giravam nos estabelecimentos de ensino, no sentido de proporcionar, aos jovens egressos do ensino médio, a continuidade aos estudos, regularmente, mesmo para os filhos das famílias com dificuldades de ordem financeira, porque os tempos áureos da produção primária de Parnaíba passaram por períodos de decadência, e os negócios dos ricos empresários e comerciantes já não prosperavam como anteriormente.

Ademais, a elite empresarial e intelectual parnaibana reconhecia que a demanda de jovens em idade laboral, sendo portadora de curso superior, representava uma possibilidade de o município retomar ao crescimento da economia, reassumindo o posto de representante, que perdera no quadro da economia piauiense, em consequência das mudanças operadas pelo governo federal durante a década de 1950 e início da de 1960.

As dificuldades econômicas conduziram Parnaíba à construção de novas estratégias de desenvolvimento. Segundo a análise do Professor Israel José Nunes

Correia⁶¹, “a ênfase da decadência de Parnaíba ocorreu nos anos de 1960, em função das medidas tributárias constituídas pelo Governo Federal, que concentrou, através do Código Tributário, a arrecadação para as Capitais de todos os Estados da Federação, em detrimento das cidades do interior” (CORREIA, 2009).

Israel Correia, nos seus relatos, repassa o entendimento de que as medidas do Governo Federal, tomadas na década anterior, principalmente com a construção de estradas rodoviárias, na década de 1950, dentro do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek⁶², no Estado Piauí provocaram o início do isolamento de Parnaíba, que deixou de ser o começo de linha comercial, mudando nessa cidade o como anteriormente se representava: o “ponto de chegada e partida” de mercadorias no Piauí, pela via fluvial e ferroviária, cujas riquezas de consumo eram transportadas de barco e de trem para o interior do Estado e outras localidades do país.

As medidas federais de viabilização dos transportes rodoviários, cujo projeto federal era ligar a maioria das capitais entre si, isolou o transporte ferroviário e fluvial, sobremaneira, na região da Parnaíba⁶³, que passou a ser o fim da linha, porque a Capital, Teresina, assumiu a concentração do fluxo comercial das cidades do interior do Piauí e, em função disso, passou também a ser a principal exportadora dos produtos piauienses para as Capitais do Nordeste e para outros pontos do comércio nacional, recebendo, também, importações.

Assim, a retomada do movimento econômico no Piauí, como um todo, exigiu esforços políticos e investimentos em qualificação da mão-de-obra reprimida, haja à vista que, naquele momento, os novos conceitos de modernidade, modernização e desenvolvimento crescente eram citados como fatores e instrumentos de possibilidades de sucessos.

Pode-se identificar que, por trás da “vontade” de “saldar” a dívida cultural pela qual tais empresários sentiam-se devedores, estava o interesse de obter uma mão-de-obra mais capaz de enfrentar as perspectivas de o Estado Brasileiro fazer parte

⁶¹ Professor da FAPI.

⁶² Plano de Metas: No começo de seu governo, JK apresentou ao povo brasileiro o seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria, por meio da industrialização automobilística nacional, implantada especialmente na região sudeste, a construção de estradas de rodagem rasgando o país interior à dentro, em detrimento das ferrovias e à navegação fluvial, especialmente no rio Parnaíba (BRAGA, 2012).

⁶³ Parnaíba encontra-se localizada a aproximadamente 340 km da capital Teresina.

do processo desenvolvimentista do conjunto de países em ascensão.

Os jovens de origem pobres, de Parnaíba e da região norte do Piauí, estavam fadados a contentarem-se com o mínimo, que então era, no máximo, concluírem o ensino médio - científico ou comercial. À época, para uma formação em curso superior, o candidato radicado em Parnaíba deveria deslocar-se para Teresina⁶⁴, ou outras Capitais do Nordeste⁶⁵, levando cada candidato seu histórico de dificuldades. Como um exemplo: Genuíno Sales, piauiense, natural de Piriipiri, descendente de família possuidora de recursos financeiros, iniciou muito cedo sua trajetória. Ele deixou ainda menino a sua cidade natal e seguiu com destino a Parnaíba para estudar o curso ginásial, concluir o curso secundário completo. Ao final fixou residência na cidade de Fortaleza, Capital do Ceará.

Do mesmo modo aconteceu com José Nelson de Carvalho Pires que, também, ainda menino, saiu de Barras, passou uma temporada estudando em Piracuruca, depois seguiu para Parnaíba, de lá foi para o Rio de Janeiro fazer faculdade de Licenciatura em Educação Física⁶⁶, e, ao retornar, estabeleceu-se em Parnaíba, onde fixou residência. Esses dois exemplos representam o típico estudante piauiense, quiçá brasileiro nordestino, que ainda muito jovem era obrigado a deixar o aconchego familiar, para busca o saber técnico e científico, capaz de superar o empirismo laico e os improvisos.

Na reflexão de Sales (1965), estava explícita a vontade dos parnaibanos de se estabelecer um curso superior na cidade de Parnaíba, para a qual, primeiramente, foi pensado o Curso de Ciências Econômicas que, devido a problemas de natureza política, não foi criado. Mais tarde, no entanto, criou-se o Curso de Administração de Empresas, da Faculdade de Administração do Piauí, que foi parte integrante e necessária ao processo de criação da UFPI, e destacou-se como o primeiro curso a funcionar no Campus Ministro Reis Veloso (CMRV) sendo este o primeiro campus do processo de interiorização do Ensino Superior no Piauí.

As dificuldades iniciais no contexto das políticas sociais, no campo da Educação e dos Projetos de Implantação do Ensino Superior em Parnaíba, constituíam problemas de rivalidade política em Teresina. Porém, em Parnaíba, eram maiores as barreiras criadas por aqueles que se manifestavam contra a

⁶⁴ As Faculdade de Direito, Filosofia, Odontologia e a recém-criada de Medicina.

⁶⁵ Fortaleza, São Luis ou Recife.

⁶⁶ Na Universidade do Brasil, atualmente UFRJ, turma de 1943.

proposta do grupo pioneiro interessado em implantar, naquela cidade, o ensino superior.

A Professora Maria Dilma Pontes Brito, graduada em Administração no ano de 1975, atualmente Professora do Curso de Administração de Empresas do CMRV, acredita que, entre as maiores dificuldades enfrentadas, no início da criação da Faculdade de Administração, era a “falta de credibilidade de todos, inclusive dos próprios parnaibanos, em relação ao Curso criado” (BRITO, 2009).

Lauro Correia, concordando com Dilma Brito, recorda as dificuldades, e, entre muitas, fala do episódio no qual um político parnaibano, Alberto Tavares Silva, em discussão acalorada, chegou a questionar: “Para que um curso superior, em Parnaíba?” Particularmente, Lauro Correia atribui essa questão a querelas políticas partidárias, por divergências de pensamentos individuais e disputas de opiniões.

As primeiras discussões para a criação de um curso de Ensino Superior para a cidade manifestavam ideologias políticas contrárias às do grupo que estava à frente e já iniciando a luta em prol da criação do Campus, ampliando o projeto do ensino superior em Parnaíba. De acordo com Lauro Correia, o Dr. Alberto Silva, por não defender os mesmos propósitos partidários e políticos dos seus conterrâneos: não “via” motivos para ser totalmente solidário com a intenção, quanto mais investir no projeto oriundo de partido político adversário.

Nesse clima de disputas paralelas de poder político, então, surgiu em Teresina, que já possuía quatro faculdades, a possibilidade de criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Porém, conforme Normas do MEC para a consolidação desse pleito, faltava uma quinta faculdade para incorporação. Então, para essa vacância, prevaleceram os argumentos fortes das defesas dos parnaibanos, pela opção de a FAPI ser incorporada ao projeto da UFPI, e que deveria estar encravada em Parnaíba, luta da qual os parnaibanos saíram vencedores.

Em seguida, na sua conquista de espaços, a UFPI, nos primeiros atos de expansão, criou em Parnaíba o Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), que acolheu a Faculdade de Administração após esta ser federalizada. Paulatinamente, o CMRV, compartilhando uma necessidade socioeconômica e cultural do Piauí, incluiu-se no contexto do desenvolvimento da Parnaíba, no Norte do Estado, cujos resultados objetivados foram logo reconhecidos pelos comerciantes e pelos intelectuais

daquela cidade.

A trajetória histórica desse Campus inicia no final da década de 1960, com o nascimento da FUFPI, que criou a UFPI e que, posteriormente, promoveu a federalização/incorporação e integralização da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), em Parnaíba, sendo esta instituição o lócus do primeiro Curso Superior de Administração de Empresas, no Piauí, e que, federalizado, fez com que seus membros fundadores despendessem todos os esforços necessários e estimulassem a construção do Campus Ministro Reis Velloso, concretizando, enfim, o projeto de instalação do Ensino Superior na cidade.

Le Goff (2005) demonstra o valor da memória tornando-a o elemento essencial da identidade individual e coletiva, dizendo que: “caso a memória permaneça concentrada apenas nas mãos de um pequeno número de pessoas, a história e memória tendem a desaparecer”. Então, para que nunca aconteça com a história do Ensino Superior do Piauí, como ocorreu com a cultura etrusca, que, segundo esse autor, “os Etruscos perderam, ao que parece, a consciência do seu passado, ou seja, de si mesmo” (2005, p. 470), a presente pesquisa traz à tona como a elite do estado mais pobre do Brasil investiu e investe na implantação do Ensino Superior na cultura do seu Estado.

Tal construção divide o palco de primeiras ações entre Teresina e a cidade de Parnaíba à época desses acontecimentos. Desse modo, a reconstrução da memória do Ensino Superior no Piauí, na cidade de Parnaíba, é importante para que os piauienses memorizem sua História Cultural, na História Geral da Educação do Piauí.

Ocorrências pitorescas da história oral do Ensino Superior na cidade de Parnaíba encontra-se na memória do Professor José Néelson de Carvalho Pires, que disponibiliza suas reminiscências sobre as estratégias de preparação para a implantação de uma instituição de Ensino Superior na cidade, sendo ele um dos agentes políticos importantes no desenvolvimento desse segmento de ensino no Piauí⁶⁷.

Quando o Zé Alexandre assumiu como Prefeito, e eu como Secretário de

⁶⁷ José Nelson de Carvalho Pires. Primeiro Professor do Piauí licenciado em Educação Física, pela Universidade do Brasil turma de 1943. Implantou o Curso de Educação Física da UFPI, um dos motivos que o fez transferir-se para o Campus da Ininga em 1972.

Educação, ele me disse o seguinte: [...] “Antigamente havia bolsa de estudo. A prefeitura destinava determinada verba para bolsas, mas era um negócio muito restrito”. Então ele (o Prefeito) falou: “Dê preferência aos alunos mais pobres”. E, eu, então, fui recebendo os nomes das pessoas para matricular. Mas, quando Parnaíba tomou conhecimento, *choveu* de pedidos. Um dia chegou o prefeito. Eu mostrei a relação e disse que a verba não dava para pagar as bolsas, mas que eu tinha a solução. Nós vamos criar um ginásio estadual. “Como é possível?” Falou o prefeito. Respondi-lhe: “É possível. Não tem em Teresina? Fale com seu irmão. Nós vamos estadualizar o ginásio Parnaibano”. O ginásio Parnaibano foi criado em 1927 e pertencia à Sociedade Civil, e em 1961 foi encampada pelo Governo Estadual, passando a se chamar Colégio Estadual “Lima Rebelo” (PIRES, 2009).

Uma das ações mais relevantes realizadas por José Alexandre na Prefeitura de Parnaíba foi reivindicar ao Governador do Estado a estadualização do Ginásio Parnaibano e da Escola Normal. Em seguida, o Governador autorizou a reestruturação dos citados prédios, transformando-os em Colégio Estadual “Lima Rebelo” e “Escola Normal Francisco Correia”. Essas foram medidas de grande repercussão na cidade, pois, a partir de então, todos os passos iniciais estavam dados para poder requerer um curso superior para Parnaíba, porque existia demanda e a estrutura predial encontrava-se suficiente para garantir a meta almejada.

Através do depoimento de José Nelson, é possível entender a dimensão da força de vontade política de um grupo, quando se faz “parte” do poder. Lauro Correia rememora que “as medidas tomadas, em parceria, pelos dois irmãos Caldas Rodrigues, um na Capital, como governador, e o outro em Parnaíba, como Prefeito, eram o que estava faltando para que se concretizasse a vontade política de instalar um curso superior na cidade” (CORREIA, L., 2009).

No campo dinâmico da criação do Ensino Superior, em Parnaíba, constata-se que a velha elite parnaibana terminou agindo bem, conjuntamente, para a realização desse processo, e os casos isolados de liderança mais conscientes aconteciam ao mesmo tempo, somando resultados obtidos como um todo, fortalecendo a unidade, na vontade de solucionar essa questão, comunitariamente. Segundo Lauro de Andrade Correia,

A partir de 1959, o prefeito e as entidades associativas de Parnaíba começaram a discutir, para criar uma Universidade aqui em Parnaíba. – O Governo Municipal, a Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural (SPEC), o Rotary Clube, Lions, essas entidades reuniam-se para discutir essas ideias. A SPEC foi à primeira entidade a debater o assunto e de se

movimentar no sentido do atendimento às aspirações da juventude. Então, se criou uma Faculdade de Ciências Econômicas, por Lei Municipal (CORREIA, L., 2009).

Pelos relatos de Lauro Correia, esses manifestantes entenderam que a implantação do Ensino Superior em Parnaíba recolocaria a cidade na posição que perdera no contexto econômico do Piauí, após a década de 1940, considerando que, no momento em que a base da economia diminuiu com os baixos índices de produção, estrategicamente a cidade não estava preparada para mudar a política desenvolvimentista, garantindo suporte para produção de novas culturas.

Para deslançar o Plano Econômico e Cultural do progresso de Parnaíba, havia a necessidade de um quadro de pessoal qualificado com conhecimentos técnicos prontos para aplicação, utilizando os recursos emergidos e advindos das ciências e as novas tecnologias, que possibilitariam as mudanças das novas propostas de atividades produtivas no Brasil.

Há de se entender, então, que, por trás do interesse de estadualizar aquelas escolas, escondiam-se intenções mais elevadas: implantar o Ensino Superior em Parnaíba, pois, com a estadualização do Ginásio Parnaibano, transformando-o em Colégio, garantir-se-ia a demanda de jovens pobres, predispostos a conquistar um diploma de curso superior. O apoio necessário para essa conquista veio através dos Governos, estadual e municipal, que garantiram disponibilidades, inclusive, extensivas a regiões circunvizinhas a Parnaíba, para atingirem as condições de darem continuidade para essa demanda de jovens aos estudos em curso superior.

Para a elite, Parnaíba era, então, um “lugar” onde as carências eram reconhecidas e logo combatidas. Conforme Certeau (2002), um lugar admite muitos relatos de espaço. Nesse contexto, Parnaíba pode ser considerada um lugar, com bom lugar de narrativas, pois admite muitos relatos de espaços históricos vistos de modos diferentes por causa dos sujeitos e dos acontecimentos, em decorrência das iniciativas e do tempo vivido pelos próprios sujeitos, que nos dão a conhecer através dos seus relatos. Todavia, os relatos de espaço não são o lugar, mas pontos de vista acerca dele. Os relatos estão no “lugar praticado”, conforme nos ensina Certeau (2002).

Não foram apenas os comerciantes, empresários abastados da cidade, naquele momento, que investiram seus esforços e recursos disponíveis, mas

também e especialmente grupos de intelectuais que se integraram, para que os procedimentos políticos e sociais fossem favoráveis para a criação de um curso de ensino superior em Parnaíba, porque a implantação de uma nova cultura poderia ser uma maior possibilidade para essa cidade retornar ao antigo posto de agente econômico do Piauí, adequando-se ao novo contexto socioeconômico de crescimento dentro do atual processo de desenvolvimento da Nação brasileira.

De acordo com Jacob (2002), os representantes da elite do comércio de Parnaíba sempre trouxeram para si os problemas locais. Muitas vezes, na atitude de resolver esses problemas, terminavam por colocar em risco a vida de suas próprias empresas. Isael Correia, corroborando com Jacob, apresentou o seguinte depoimento: “[...] essa elite considerava-se devedora para com a sociedade parnaibana. Reconhecia-se como a única capaz de resolver suas questões cidadinas”. E acrescentou mais sobre essa velha elite, que se dispunha a resgatar o débito que julgava “seu”, dizendo:

Curiosamente é a elite que vai resgatar o débito que ela tem. [...] Essa elite que construiu hospital e construiu abrigo de velhos, que lutou por uma série de coisas pioneiras nesse Estado, que, infelizmente, tendo lutado por tanta coisa pioneira, não tinha lutado pela educação como devia. Parnaíba não tinha Curso Superior, então, finalmente essa elite, que soube lutar por outras coisas, resolve lutar pela Educação Superior. E o capital humano que estava sendo formado poderia servir para as empresas e eles, empresários, fazerem a retomada. (CORREIA, I., 2009).

Segundo enfatizou, em entrevista, Adilson Farias de Castro⁶⁸ (2009),

um ponto que sempre colocado nas pautas de discussões das cabeças pensantes de Parnaíba, foi o fato de que o nível superior de ensino era precisamente o que faltava para fechar o ciclo cultural na cidade, uma vez que possuía boas escolas, tanto de Ensino Primário como os seguimentos Ginásial e Secundário.

Na defesa desse pensamento, destacaram-se os comerciantes, os industriais e os intelectuais, entre os quais o Professor Adilson Castro, que relatou: “[...] certamente aqueles que exerciam poder”... E concluiu dizendo: “[...] eram líderes da comunidade parnaibana; e esses homens investiram mais do que podiam para melhorar o nível intelectual de Parnaíba, para melhorar uma cidade tradicional e

⁶⁸ Aluno da primeira turma de Administração de Empresas da FAPI e Professor do Curso de Administração do CMRV.

pioneira à parte da intelectualidade” (CASTRO, 2009).

A Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural (SPEC) destacou-se como primeira associação a debater o assunto, nas reuniões ordinárias da entidade; e a primeira a se movimentar no sentido de atender as aspirações da juventude para obter conhecimentos acadêmicos e profissionais, principalmente os jovens mais carentes de recursos financeiros.

A “bandeira de esperança” dos jovens era que o desejo e o objetivo desses grupos de intelectuais e empresários pioneiros no trabalho de implantarem o ensino superior em Parnaíba fossem compreendidos e apoiados pelas outras categorias profissionais em geral, como uma necessidade que a sociedade devia atender com prioridade.

Sobre essa ação comunitária, o Professor Adilson Castro rememora: “Eu fui aquele que batalhei, fiz inúmeros pronunciamentos, participei [...] acompanhando e fazendo junto com aqueles que lutavam para que se criasse um curso superior em Parnaíba” (CASTRO, 2009). Por formas como esta, as ações naturalmente se tornavam coletivas, para a criação de um Curso Superior na cidade, levadas pelo efeito multiplicador e divulgador “boca a boca”, ideia disseminada por Cândido Athayde, para buscar caminhos que direcionassem o desejo coletivo de criação de um Curso Superior em Parnaíba.

Para Adilson Castro (2009), toda essa movimentação não teve envolvimento político-partidário, foi uma união de classes que se agruparam em prol da faculdade, representada pelas pessoas que, individualmente, apresentavam probidade e interesse progressista. Assim, Adilson Castro, quando entrevistado, se expressou: “Eu e o Dr. Lauro éramos dos 40 do grupo do *Lyons Club* que participamos desse movimento, foi um movimento das classes onde o maior destaque foi Dr. Cândido Athayde” (CASTRO, 2009). Então, sob a égide do discurso de que Parnaíba deveria oferecer ensino superior aos seus munícipes, especialmente para aqueles mais desprovidos de recursos financeiros, os líderes do movimento pró-faculdade estavam buscando caminhos que conduzissem, na subjetividade do discurso, à objetividade que poderia reverter para interesses próprios.

Por mais que se pensasse na força dessa expressão e se presumisse que, atrás do discurso de criar um curso superior para atender a juventude mais pobre de Parnaíba, poderia estar implícita a vontade dos detentores de maior poder

econômico, de adequar, prioritariamente, à satisfação pessoal de suas necessidades para ganho financeiro e poder, e, em curto prazo, usar mão-de-obra qualificada, barata e apropriada ao potencial socioeconômico da região de Parnaíba, visando, assim, garantir a produção e manter baixos os custos de despesas operacionais e de produtividade no orçamento para o progresso almejado, a ideia continuava sendo válida.

Contudo, mesmo que se pudesse provar e sustentar a possível intenção sub-reptícia, passível de dubiedade de interpretação, o valor-benefício dos resultados obtidos para Parnaíba, na sequência histórica dos acontecimentos, foi imensurável e compensou, ou anulou, qualquer mera suposição de desvios de intenção. O certo é que havia o senso de oportunidade presente e em sintonia entre os dirigentes do poder público e os cidadãos parceiros na luta Pró-Faculdade, e se encontrava no governo municipal o apoio necessário, pois, embora os recursos fossem poucos, o apoio político da Prefeitura já significava muito.

Lauro Correia (2009) narra que o governo municipal era um entusiasta, embora carente de recursos, e assim externa sua interpretação da situação municipal:

Não possuía recursos. Então, entusiasta e sem recursos, como poderia investir? E nós ali tentando. De onde poderia vir os recursos para serem aplicados na criação de um curso superior, mesmo ciente do efeito político-social e, principalmente, sabendo do possível retorno econômico, supondo que se envolvendo nessa parceria! Alocar recursos do Estado? (CORREIA, L., 2009).

Das discussões frequentes, os empreendedores tiraram a conclusão que, para criarem uma Faculdade, deveriam antes constituir uma entidade mantenedora. Então foi criada em Parnaíba, com a participação do Governo do Estado, a Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), através da Lei 2.775 de 15 de dezembro de 1965 (BRITO, 1996, p. 157). Essa Fundação, posteriormente, daria abrigo ao primeiro Curso Superior da Parnaíba: o Curso de Administração de Empresas, base do Campus Ministro Reis Veloso (CMRV).

No período de 1963 a 1967, o Piauí e a cidade de Parnaíba eram, respectivamente, governados por Petrônio Portella Nunes e Lauro Andrade Correia. Lauro Correia, como titular da SPEC-Sociedade Parnaibana de Educação e Cultura (e ex-presidente), apoiou todas as iniciativas para revisão do assunto sobre a

criação da Faculdade. A primeira proposta concreta de Curso Superior para Parnaíba, com publicação de editais nos jornais locais e no Diário Oficial do Estado, em Teresina, foi de um Curso de Ciências Econômicas; e através de Lei Municipal foi instituída a Faculdade de Ciências Econômicas, para abrigar o referido curso. A expectativa geral era de que a Faculdade viesse a ser mantida com os recursos federais e municipais. Segundo Lauro Correia (2009), o empenho de Chagas Rodrigues no final da década de 1960 muito contribuiu para os encaminhamentos relativos à criação de um Curso Superior para Parnaíba, como também para a criação da própria UFPI, adotando as orientações e providências políticas necessárias para que o pleito fosse positivo.

A UFPI e a FAPI tiveram seus processos de criações conduzidos simultaneamente. O primeiro projeto para criação de um curso superior da Parnaíba foi abortado, porque, enquanto a Faculdade parnaibana ainda estava no “papel”, em Teresina criava-se o Curso de Ciências Econômicas, fato que refletiu negativamente e desmotivou os mentores do processo em Parnaíba, que entenderam a inviabilidade de coexistência, à época, dos dois cursos comuns, em duas cidades tão próximas, explorando a mesma demanda.

Sobre a criação do curso de Ciências Econômicas em Teresina, o Jornal *O Dia* de 06 de dezembro de 1968, na “Coluna Universitária” dá a seguinte nota:

Veiculando novamente notícia alusiva à fundação de uma faculdade de Ciências Econômicas, notícia circulou há pouco tempo e, por razões alheias ao nosso conhecimento, nunca mais se ouviu falar no assunto. As dificuldades existentes prendiam-se à falta de prédio para a instalação. O Arcebispo – como sempre interessado no crescimento do Estado, sobretudo na educação – cede parte do Seminário Sagrado Coração de Jesus para a instalação, que não inclui no contexto na Universidade, funcionará como entidade particular (JORNAL O DIA, 1968).

Como notificou o jornalista citado, coincidentemente ou não, o fato é que, em Teresina e Parnaíba, a Igreja Católica foi interveniente no processo de desenvolvimento e crescimento da educação; sem contar que foi, também, pelas mãos da Igreja Católica, através dos padres Capuchinhos, que Parnaíba teve a experiência Teológica e Filosófica implantadas na sua história cultural.

Entretanto, os atores parnaibanos, ao tomarem conhecimento da criação antecipada do curso de Ciências Econômicas na Capital, sentiram-se fracassados. Lauro Correia rememora o estado de ânimo que afetara o grupo, trazendo

lembranças que demonstram o estado de perplexidade vivido, à época, pelo grupo.

Fomos notificados sobre a ideia da criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas na capital, Teresina. Criaram lá uma Faculdade de Ciências Econômicas antes, antecipadamente! E, nós aqui pensando em criar um curso de Economia, vivenciamos uma situação frustrante. Insistir em criar uma Faculdade de Ciências Econômicas ficou fora de propósito (CORREIA, L., 2009).

A Faculdade de Ciências Econômicas, então, foi criada em Teresina, quando nas cidades de Fortaleza (CE) e de São Luís (MA) já existiam e em pleno funcionamento. Com o estabelecimento dessa faculdade na Capital do Piauí, os idealizadores do curso para Parnaíba entenderam que insistir no projeto, certamente, implicaria em maiores dificuldades para implantação desse curso (CORREIA, L., 2009).

Apesar do desalento, aquele grupo não se acomodou e voltou à luta, retomando as negociações políticas. A ideia foi procurar outro curso que se adequasse à natureza e predisposição da cidade. Segundo Lauro Correia (2009), as pesquisas conduziram para um curso novo que chamou à atenção dos interessados: o curso de Administração de Empresas, que se constituiu no primeiro Curso Superior Comunitário da cidade de Parnaíba. Posteriormente federalizado pela UFPI, estruturou-se, tomou forma e, gradativamente, reuniu as condições para que, em curto espaço de tempo, viesse a ser o embrião do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV).

Uma contribuição considerável veio com a importância política de João Paulo dos Reis Velloso, parnaibano, que tinha poder no Governo Federal, mesmo antes de ocupar a pasta de Ministro do Planejamento, pois, já como Membro do Conselho Federal da Educação (CFE) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de 1968 a 1969, representava muito bem, na área federal, os interesses da cidade de Parnaíba e do Piauí (CORREIA, L., 2009).

Por seu lado, Cândido Athayde construiu um círculo político de amizades que, no tempo certo, soube muito bem utilizar em favor do objetivo por ele traçado, junto com seus companheiros. O que não ocorreu satisfatoriamente foi o envolvimento maior de políticos partidários locais, uma vez que, mesmo aqueles que poderiam influenciar politicamente, não consideravam importante um Curso Superior na cidade (CORREIA, L., 2009).

Com a retomada das negociações, a ideia era procurar um curso naturalmente compatível com o primitivismo e predisposição da população ativa da cidade. Assim, Lauro Correia relata:

Então começamos a pensar em um novo curso, um curso novo que estava se instalando no Brasil, um dos mais novos do país, o Curso de Administração de Empresas. Ele prendeu a atenção de todos, especialmente porque esta cidade sempre foi centro comercial, uma praça comercial, uma praça industrial e, um curso de Administração de Empresas nota-se a preferência. Há Administração Pública. Mas, preferencialmente, para atender os anseios das classes empresariais, como tal ganhou corpo a ideia de o curso ser o de Administração e para tal nós paramos (CORREIA, L., 2009).

Lopes (1998), concordando com Lauro Correia, enfatiza que, em Parnaíba, a luta para a concretização da instalação do curso de Administração estava atrelada aos interesses da facção industrial da cidade. Mesmo assim, presume-se que, enquanto aquela elite se empenhava em prol da criação da faculdade, existiam ainda muitos membros nesses segmentos sociais que não compartilhavam a mesma expectativa. Para uns, ou muitos desses, as primeiras expectativas para a criação do Ensino Superior eram mínimas. Sobre isso, o Professor Israel Correia questiona e responde:

O que era a Faculdade de Administração? Era a oportunidade de um resgate de um sonho. Que sonho? Um sonho frustrado de não ter um curso superior em Parnaíba. Então você tinha toda uma geração frustrada. Uma não! Duas gerações, porque só tinham chegado até a “União Caxeiral”; só tinham feito o Secundário (Científico) [...] A primeira grande expectativa, a primeira necessidade foi atendida [...] Eram pessoas que queriam ser “doutores”. Naquele tempo se queria uma formatura, [...] Toda uma geração foi resgatada (CORREIA, L., 2009).

De acordo com os depoimentos de professores e ex-alunos do curso de Administração da FAPI, a média de idade dos primeiros bacharéis era de 35 anos. Eram homens e mulheres, trabalhadores com famílias constituídas, que não tiveram oportunidade de prosseguir estudos após a conclusão do ensino secundário, porque necessitavam entrar no mercado de trabalho muito cedo, a fim de contribuir com a renda familiar. No entanto, nutriam o anseio geral de conquistar o título de “doutor”.

Todavia, os custos operacionais de manutenção de um filho para ser “doutor” faziam com que o mais forte dos piauienses se transformasse socialmente em um fraco, sem perder de vista a ocasião de separar entes jovens tão cedo dos laços

afetivos familiares; afora as despesas com necessidades pessoais, em outras terras. (FERRO, 1994). Israel Correia pensa como Ferro: “as famílias não tinham dinheiro para mandar esses meninos para estudar fora; o mais que podia era colocar na Caixeira” (CORREIA, I., 2009).

Quando os alimentadores da ideia se decidiram pela opção do Curso Administração de Empresa, para implantar o Ensino Superior em Parnaíba, a etapa seguinte foi buscar orientação e subsídios para a constituição dessa Faculdade. A escassez de todo tipo de recurso financeiro, material e humano era crítica no Piauí. Na capital, Teresina, ainda se buscava, com extremos esforços, instrumentos para a criação da primeira Universidade do Estado, a UFPI. Nessa fase, os indivíduos da cúpula da Educação em Teresina não podiam ajudar muito no que estava sendo desenvolvido em Parnaíba. Lauro Correia (2009) relembra:

Em Fortaleza-CE, nesse período, já estava surgindo o curso de Administração. Em Pernambuco, Recife, surgiu, e em Salvador-BA. Nas três cidades recebi apoio. Buscamos roteiros, subsídios, não na capital do Estado, porque à época lá não existia o curso de Administração; nem a Universidade tinha sido criada. Estávamos no ano de 1968, para o ano de 1969, e a nossa universidade, como todos nós sabemos, estava em efervescência, em providências de sua criação. Como tal Fortaleza, Recife e Salvador foram às três grandes capitais nas quais os parnaibanos, à época, buscaram a colaboração, a ajuda, os ensinamentos para orientar na melhor condução dos negócios para a criação. Agora, vejamos minha amiga (Tina) como é que se fez naquelas todas, das três recomendações: mantivemos relações de amizade, usei parentesco. O certo é que tive acesso a estas três escolas de Ensino Superior. Mas, o Ceará forneceu-nos mais orientações, dados, informações; deu integral apoio para a embrionária Faculdade de Administração da Parnaíba. [...], mas o apoio, nesse sentido, era mais certo lá na Universidade Estadual do Ceará. Lá eu fiz amizade que conservei através dos anos, uma profunda amizade; essa amizade tinha franquia para entrar nos departamentos, pedir informações. Nos departamentos, fui levado, e me apresentaram dizendo: Este é Lauro Correia, meu amigo, do Piauí, colabore no que ele precisar [...] (CORREIA, L., 2009).

Nesse depoimento, traduz um passado vivo no presente, e suas memórias corroboram com o pensamento de Halbwachs (1994), pois representam construções sociais trazidas à tona pelos indivíduos, vez que são os grupos que determinam o que é inesquecível e deve ser lembrado. Lauro Correia, em entrevista para esta pesquisadora, contou o seguinte:

Em Recife foi outra coisa extraordinária! Lá, na escola de Administração, eu encontrei um rapaz que, por coincidência, era irmão do Gilson, um

funcionário da Receita Federal, aqui de Parnaíba. Seu irmão era presidente do Diretório Acadêmico e ele ficou meu “chapa”, era das minhas relações de amizades (sorrir). Rapaz, amigo do diretor e tal... Assim, tudo lá eu conquistei na Faculdade de Administração de Recife; tudo lá eu conquistei. Em Salvador, (eu tenho uns parentes que moram lá, da parte da minha esposa. Nós somos meios baianos), moramos lá e isso me facilitou. Eu fiquei “expert” em fazer esses pedidos (risos) de projetos, para fazer funcionar, e projeto para reconhecer (CORREIA, L., 2009).

Lauro Correia, como Secretário da Fundação Educacional da Parnaíba (FEP) havia assumido, inicialmente, a responsabilidade de elaborar o projeto de criação do Primeiro Curso Superior de Parnaíba. Após a Faculdade ser federalizada, e já na gestão do Reitor “Pró-Tempore” Prof. Camilo Filho, à época, Lauro Correia presidiu o grupo-tarefa responsável pela preparação do projeto de reconhecimento do Curso de Administração de Empresas mantido pela UFPI. O documento de nomeação deste grupo-tarefa tem o seguinte teor:

ATO DA REITORIA Nº 125/74

O Professor José Camillo da Silveira Filho, nomeado Reitor “*Pro-Tempore* da Universidade Federal do Piauí, através da Portaria nº 125BSB, de 12-03-74, do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, RESOLVE: 1. Constituir Grupo Tarefa composto do Prof. LAURO ANDRADE CORREIA e das servidoras MARIA DO SOCORRO DE CASTRO MELO, ROSELANE MARIA LOPES E LIA RACHEL DO REGO MONTEIRO, para sob a presidência do primeiro, preparar projeto de reconhecimento do Curso de Administração de Empresas mantido pela Universidade Federal do Piauí. O presente Grupo Tarefa ficará vinculado ao Sr. Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa.

Teresina, 9 de abril de 1974.

José Camillo da Silveira Filho-Reitor.

Os envolvidos sabiam que, para a criação de um curso, não dependia apenas de se confeccionar projetos para emissão de pareceres, era necessária a existência de uma entidade Mantenedora, então, urgia-se a criação de uma Fundação que mantivesse a Faculdade. Sobre essa Fundação, o Prof. Israel Correia manifesta o seguinte: “O fato é que, para fundar a faculdade, as cabeças fundaram a famosa FEP [...] Essa fundação, até onde me é dado a conhecer, como ela era do Dr. Cândido, hoje ela deve estar com o Dr. Moraes Sousa, funcionava lá no prédio da FIESPI” (CORREIA, I., 2009).

A FEP foi criada, e seus congregados eram integrantes da Prefeitura

Municipal da Parnaíba, da Federação das Indústrias e outras entidades públicas ou privadas. Através de seus representantes, a fundação pôde assumir como entidade Mantenedora da nascente Faculdade, cuja Diretoria foi composta por quatro membros, que representavam os quatro eixos de sustentação do movimento econômico e cultural da cidade: O Presidente – Cândido Almeida Athayde (Médico, Presidente da Federação das Indústrias do Piauí); o Vice-Presidente – José Pinheiro Machado (Advogado, Empresário, Presidente do Instituto Brasil-EUA); o Secretário – Lauro Andrade Correia (Engenheiro, Advogado e Administrador de Empresa); e, o Tesoureiro – Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio (representante da Diocese local).

Outra grande dificuldade inicial para criar a Faculdade de Administração da Parnaíba, que também seria a primeira do Piauí, era o fato de que a FEP não dispunha de recursos econômico-financeiros para manutenção da instituição e, desse modo, a ideia foi buscar ajuda na própria comunidade. A princípio, seria oferecer o Endereço de Remetente para encaminhar os projetos ao CFE e ao MEC, ou seja, apresentar um imóvel para ser transformado em espaço escolar, onde deveriam instalar-se as salas de aulas e onde se estabeleceriam e funcionaria, inclusive, a parte administrativa da Faculdade, dando-lhe vida concreta.

Para a Faculdade funcionar, foi solicitado apropriação do prédio público localizado na Avenida Presidente Vargas, onde funcionara o Grupo Escolar “Miranda Osório”, espaço de experiência que também abrigou o Ginásio “Parnaibano”. Mas o Governo estadual não atendeu as reivindicações, conforme relembra Lauro Correia (2009):

Não nos apoiou com o prédio. Queríamos porque era imponente, representaria bem a nossa primeira Escola de Nível Superior. Lá, à época, funcionava uma escola de Ensino Fundamental, onde hoje funciona uma faculdade de Direito. Mas o governo do Estado não se sensibilizou. Considerava desnecessária uma faculdade em Parnaíba, não concordava com a direção da FEP. Este foi um obstáculo político, político partidário, e que não poderia sobrepor aos interesses maiores da cidade, mas infelizmente ocorreu, o governo não foi sensível, não quis ajudar (CORREIA, L., 2009).

A expectativa do grupo à frente do projeto pró-faculdade era constituir o espaço escolar da faculdade no prédio que simbolizava, no passado, todo esplendor que o Grupo Escolar “Miranda Osório” representou nas primeiras décadas da

República, no auge da prosperidade da cidade de Parnaíba.

Benacostta (2005) enfatiza que a construção de edifícios exclusivos, para abrigar os grupos escolares, tornou-se uma prática e preocupação dos administradores dos Estados, que se utilizavam dos espaços públicos urbanos, para a edificação de escolas, com destaque urbanístico.

No caso particular do Grupo Escolar “Miranda Osório” ter sido escolhido com insistência para abrigar a primeira faculdade de Parnaíba, era que, além de ter sido o primeiro Grupo Escolar na cidade, representava muita importância para aqueles pioneiros, representantes da FEP, que no passado áureo haviam estudado naquele Grupo Escolar ou conviveram nessa trajetória histórica que vinha do início do período republicano.

Contudo, a figura de Prédio Escolar, como edificação com estrutura e com o objetivo específico, somente veio a ser apreciado em Parnaíba em 1922, através da criação do Grupo Escolar “Miranda Osório”, que ocorreu na gestão do Intendente José Narciso da Rocha Filho, que, pautado na Lei nº 527 de 6 de julho de 1909, solicitou ao Governador, na época, João Luís Ferreira, e conseguiu, conforme o Decreto nº 784 de 17 de março de 1922, a autorização para a construção, que iniciou em janeiro de 1921 e cuja conclusão ocorreu em 15 de junho de 1922. Contudo, “mesmo esta escola tendo sido instalada em junho [...] foi inaugurada solenemente em 7-9-1927” (LOPES, 2007, p. 13).

Na época, havia poucas escolas públicas primárias criadas através das leis estaduais, que funcionavam geralmente em precárias condições; era comum ter escolas primárias funcionando, ainda mais precariamente, nas residências dos próprios professores, pagos pelo Tesouro Público, ou em casas alugadas especificamente para finalidade escolar.

O número de escolas primárias em Parnaíba, nas primeiras décadas do século XX, era considerável, refletindo o posicionamento do panorama socioeconômico e político da cidade. Além do Grupo Escolar “Miranda Osório”, outras instituições formais emergiram: a Escola “União Caixeiral” (1918), com ensino comercial profissionalizante; o Ginásio “Parnaibano” e a Escola Normal (1917), e o Instituto “São Luís Gonzaga” (1937), entre outras. No entanto, somente uma minoria dos jovens pobres as frequentavam. Benedito Jonas Correia escreveu sobre as escolas o seguinte, no Almanaque da Parnaíba, no ano de 1945:

[...] Estas gozavam da preferência dos pais que podiam pagar o ensino para os seus filhos; funcionavam quase que sempre superlotados e nelas o ensino não se restringia à alfabetização de crianças. Seguindo orientação mais ampla, visava habilitar seus alunos a qualquer profissão e aos exames parcelados nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário (p.174).

O prédio do “Miranda Osório” não passou despercebido pelos idealizadores da primeira Faculdade de Administração do Piauí, e a Diretoria da FEP queria instalar o primeiro curso superior da cidade exatamente no local do primeiro grupo escolar. Assim, como não houve negociação com o Estado quanto à cessão do prédio para o estabelecimento da Faculdade, o próximo passo foi recorrer à Diocese, através do Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, com intermediação do Mons. Antônio Sampaio. Lauro Correia recorda o fato dizendo:

Naquela época uma empreitada desta não era trabalho de uma pessoa só. Nós quatro trabalhamos. Mas eu ainda queria demonstrar aqui o trabalho do monsenhor Sampaio. Foi ele quem conseguiu o prédio. Eu fui o comandante da pasta dos projetos e Pinheiro Machado (Dr. José Pinheiro Machado) fez a doação de parte da biblioteca (CORREIA, L., 2009).

Constata-se que as mesmas dificuldades sofridas pelo grupo de Parnaíba, quando da criação das Faculdades Isoladas, também foram vividas pelo grupo de Teresina, quando do seu pleito por esse benefício. Assim, em Parnaíba, a Diocese, através da intermediação do Mons. Sampaio, disponibilizou salas do Colégio “São Luís Gonzaga”, localizado na Avenida Capitão Claro, para serem utilizadas no turno da noite, por um prazo de dez anos, se assim necessitassem, para o funcionamento do curso da FAPI, em Parnaíba. Posteriormente, no ato da criação da UFPI, a Diocese renovou a doação das salas por mais dez anos, sem ônus.

No entanto, para a FAPI, as dificuldades presentes ainda continuavam persistentes. Para suprir a falta de cômodos, e para a Secretaria da Faculdade não funcionar somente à noite, teve de ser alugado um prédio à Rua Duque de Caxias, para abrigar parte da Secretaria da Faculdade, e a outra parte, continuar junto às salas de aula, no Colégio São Luís Gonzaga. Sobre essas dificuldades, o Senhor Antônio Alexandre Duarte, servidor aposentado do CMRV, anteriormente da FAPI, dá o seguinte relato:

Tudo era muito difícil, nós sofremos muito aperto porque ninguém acreditava que a nossa faculdade fosse dar certo. O Dr. Cândido disse para eu dar expediente em dois lugares diferentes (imita a voz do Dr. Cândido) –

pega o Alexandre para ficar no lugar do seu Portela, um funcionário que fez besteira e foi posto para fora, e controle o expediente dele. Ele vai trabalhar meio expediente na mecanografia, na secretaria, na Rua Duque de Caxias e o segundo expediente, à noite, ele faz na (rua) Capitão Claro. Vai tomar de conta da escola no São Luís Gonzaga. Era um expediente lá e outro cá. Eu saía com uma bolsa preta desse tamanho (faz o tamanho com as mãos) na garupa de uma bicicleta. Saía pedalando e a 'negrada' criticando! (DUARTE, 2009).

Todos esses problemas foram sendo gradativamente corrigidos e superados, conforme afirma Lauro Correia nos seus relatos, lembrando o período em que a Faculdade, pelas circunstâncias em que funcionava, adotava dois endereços:

Ficamos numa situação "*sui generis*". Funcionava a Secretaria na Rua Duque de Caxias, onde funcionava o Samdu, no prédio da antiga residência do Poncion Rodrigues (aluguel simbólico), nas proximidades do então Hotel Carneiro, e a outra parte no prédio do Ginásio São Luiz Gonzaga. Essa situação foi depois corrigida, mas assim aconteceu durante os primeiros anos da Faculdade de Administração (CORREIA, L., 2009).

O ano de 1968, de acordo com Cunha (1980), foi um período de instabilidades, mas, mesmo assim, em Teresina se lutava para a criação da UFPI; e, em Parnaíba, em torno do quarto trimestre, o movimento era para conseguir, em tempo hábil, a documentação necessária para abrir as inscrições do primeiro Concurso Vestibular da faculdade de Parnaíba. O edital ficou pronto, mas a documentação não estava liberada: não dispunham do parecer fornecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) autorizando o funcionamento da faculdade, nem, obviamente, a realização do concurso.

Esse fato levou o grupo de mentores a pedir opinião ao Prof. José Olímpio de Melo, ao Dr. Manoel Paulo Nunes e, em especial, a colaboração do Prof. José Camilo da Silveira Filho, Porém, esta equipe, pressionada pela situação de dificuldades burocráticas, teve concordância pela realização do vestibular, sem autorização, e assumiu as consequências, mesmo ouvindo o parecer dos consultados, unanimemente contrários à decisão, como assim relata Lauro Correia:

Eu vou registrar. Vou declarar, mas ninguém vai publicar em jornal, é uma contribuição para o trabalho da professora Tina. É o seguinte: Nós tínhamos publicado o edital da fundação da faculdade, mas o projeto, o pedido de autorização estava dependendo de votação, lá em Brasília. Eu moro nesta casa há trinta e cinco anos, eu morei doze anos perto da "União Caixeiral", xis com a Caixeiral, casa alugada, então à noite, na véspera da realização do vestibular, o telefone tocou, era o Antonio Augusto dos Reis Veloso, irmão do João Paulo dos Reis Veloso. Ele falou (Antonio Augusto): - Lauro,

meu amigo, o Conselho (CFE) já votou o Parecer e aprovou, pode fazer o vestibular. - Na véspera! E diz: - Nós havíamos consultado em Teresina ao Professor Camilo e ao Professor Paulo Nunes se poderíamos divulgar o Edital do Vestibular sem a autorização em mãos. A resposta foi que, se eu mandasse publicar, seria preso. Então, nós os quatro da diretoria da Fundação, tomamos a decisão mais audaciosa possível, e assumimos o risco: Divulgamos o Edital. (CORREIA, L., 2009).

Os processos de criação da FAPI e da UFPI seguiram encaminhamentos concomitantes: enquanto a equipe de Brasília estudava um projeto para a UFPI de Teresina, Parnaíba estava envolta em dificuldades com a organização dos Projetos de Reconhecimento do Curso de Administração, criação e estabelecimento de Proposta Curricular, organização de Quadro de Professores, criação de Congregação, Regimento Interno, enfim, exigências para dar organicidade e funcionalidade à Faculdade. A mesma equipe focava também nos propósitos de construir edificações próprias visando, ao longo do tempo, a criação de novos Cursos Superiores, para fomentar a cultura e desenvolver, principalmente, a economia da região Norte do Estado.

Para a criação da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba, além de ser avaliada a logística da cidade, quanto a suportar uma faculdade, também foi analisado o corpo docente disponível. Para isso, foi feito um levantamento sobre as pessoas portadoras de Diploma de Curso Superior, se tinham disponibilidades e se queriam ser professores. Lauro Correia (2009), entrevistado, lembra assim: “Procuramos saber quais eram as pessoas que tinham condições, e se queriam ser professores; ouvir cada um para saber qual a sua formação, cursos, cada detalhe; se queriam colaborar”.

O Ensino Superior em Parnaíba tornou-se comum a todos os sujeitos vinculados ao desenvolvimento desse processo de criação, fosse como mentores, ou fosse um dos cidadãos que apenas vivenciou a situação ou, ainda, fosse um daqueles que se manifestaram como simples cidadão com seus pontos de vista, uma vez que “tudo” poderia ser justificado para o bem maior que era o Ensino Superior na cidade.

Um cidadão comum que se tornou notório foi o Sr. Antonio Alexandre Duarte, que se posiciona como “responsável e colaborador eficaz”, participe nos momentos iniciais da história da Faculdade de Administração do Piauí, primeiro como servidor no Setor de Serviços Gerais dessa FAPI, e posteriormente do CMRV, onde

permaneceu trabalhando até que se aposentou como Bedel. Considera-se tão importante quanto foi o Dr. Candido de Almeida Athayde, que é posicionado como um dos principais empreendedores no processo de implantação do Ensino Superior em Parnaíba.

Pollak (1989) adverte sobre a formidável memória das minorias, pois graças a ela, a História Oral pode igualmente externar a sua visão de acontecimentos vividos em um contexto histórico. O Sr. Antônio Duarte, ao conceder entrevista, no meio das suas reminiscências, questionou-se, “por que as suas próprias recordações não contam tudo?”. E atribui para si mesmo a resposta: “o esquecimento”.

O esquecimento nada mais é senão a forma encontrada pela sociedade civil débil de resistir ao abuso de discursos oficiais. Assim, pela afirmação de Pollak, a memória individual é construída tendo por base uma memória coletiva, porque as lembranças são formadas no interior de um grupo, ao qual a memória individual é atrelada a uma apreensão sensível, construída e tendo como base as referências e lembranças próprias do grupo, que se refere a um ponto de vista sobre a memória coletiva. Essa análise leva em conta o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo, e a manutenção das relações do sujeito mantidas com outros meios; também admite que a memória é coletiva e que ela tem uma dimensão social, sendo parcialmente herdada pelos sujeitos.

O indivíduo tem suas lembranças e é também capaz de formar e acessar memórias, participando ativamente da construção das recordações dos grupos, administrando as influências que lhe chegam de fora a fim de construir suas próprias lembranças. Assim, o indivíduo não se encontra totalmente submetido aos “quadros sociais da memória”, dado que, uma vez instituídas, as lembranças tendem a atingir um trabalho de conservação para a manutenção das impressões e representações do grupo.

O Sr. Antônio Duarte, entrevistado, apresentou firmeza em todas as suas falas, e agora ele se sente e se mostra orgulhoso de ser parte da história, um responsável pelos acontecimentos anteriores e posteriormente à criação da FAPI, e pela instalação no CMRV. Em nenhum momento de seu recordar o Sr. Antônio Duarte afasta-se da condição de sujeito partícipe do empreendimento para constituição da FAPI e do CMRV. Assim relata como vivenciou o início da FAPI:

Nós começamos com uma dificuldade maluca. O Dr. Cândido dizia “Alexandre vá entregar isso, essas correspondências, [...] vá entregar essas circulares para ver se eles concordam em cooperar”. Aí, eu saía entregando circular, entregando, entregando... Eu entreguei tanta circular que fiquei de perna fina (correspondências endereçadas para as pessoas que tinham curso superior, a mando do Dr. Cândido). Olhe, eu passei tanta circular, tanta circular convidando esse povo! Você me acredite: eu ia de porta em porta para ver se eles confirmavam (Faz o gesto na mão). Eu batia palmas e saía o dono da casa e dizia: “o que é que você quer?” (faz a entonação de irritação) E eu respondia. “Doutor, eu vim lhe fazer um convite, deixar essa circular”. Uns a liam logo ali e perguntavam: “Quanto é que vão pagar?” E eu: “Não, nós estamos querendo é a cooperação do Senhor”. – “Ora se eu vou dar cooperação!” (faz a entonação) “O senhor não vai”? “Olha, o que a direção oferece, é como ajuda, vinte cruzeiros para a gasolina”. De maneira que, quem tinha curso superior em Parnaíba eu visitei. Andei na casa de todos. Eu andei na casa de todo mundo que tinha curso superior. Eu bati na casa de todos... Viagens perdidas. O negócio não foi mole (DUARTE, 2009).

A narrativa do Sr. Antônio Duarte exhibe a perspicácia de observador empírico, com capacidade de envolvimento no trabalho de grupo, quando, embora não fazendo diretamente “parte” dele, sente-se integrado; enfim, mostra a competência de dar-se a ler episódios situacionais vividos comunitariamente: aquilo que Pollack (2009) conceituou como maneira de ler o mundo de determinadas coletividades, pelas características que o entrevistado é capaz de desenhar, e que somente é possível conhecer através da História Oral.

De acordo, ainda, com o Sr. Antonio Duarte (2009), o grupo de possíveis professores, formado pelos portadores com curso superior, que se dispusera a colaborar naquele primeiro momento, foi constituído com muita insistente vontade, e suas informações conferem com as de José Néilson (2009), que afirmou serem poucos os que se interessaram a ajudar a Faculdade, pois a maioria não acreditava na possibilidade de sucesso do projeto. Eis o que, em entrevista, mencionou:

Deixe que lhe diga com toda franqueza: sem o trabalho do Dr. Lauro e do Dr. Cândido dificilmente teria sido criada a faculdade, dificilmente, porque ninguém acreditava. Olhe bem, ele procurou saber em Parnaíba quem tinha diploma de curso superior; muitas pessoas foram convidadas por ele e pelo Dr. Cândido, mas elas não aceitaram. Diziam que não acreditavam nesse negócio de criar faculdade, era conversa fiada, não acreditaram. Achavam que a faculdade não sairia do papel. Que era sonho. Muitos profissionais foram convidados, um a um, e não aceitaram, depois, se arrependeram porque a faculdade hoje se tornou realidade. Superou todas as expectativas e logo fomos federalizados e passamos a fazer parte da UFPI e, em seguida fomos construir o nosso próprio Campus, o CMRV. O Dr. Lauro convidava determinadas pessoas que tinham outros cursos superiores, uns aceitaram, outros não aceitaram e também se arrependeram (NÉLSON, 2009).

Segundo Lauro Correia, muitos daqueles profissionais, que a princípio descreditavam na proposta de se criar um curso de Ensino Superior em Parnaíba, mesmo considerando que as atividades de negociação política para a implantação desta Faculdade estavam quase que já totalmente deliberadas, vieram um a um, mais tarde, a fazer parte do quadro de professores que ministrariam aulas na primeira faculdade de Administração do Piauí.

Conclui-se que, para compor o quadro de professores de acordo com as exigências do CFE, foram convenientes e politicamente estratégicas, no momento, as posições ocupadas por Cândido Athayde, como Presidente, e Lauro Correia, Diretor da FIESPI - Federação das Indústrias do Estado do Piauí, posto que ambos ainda mantinham boas relações pessoais de amizade com o Presidente da FNI - Federação Nacional das Indústrias Dr. Thomas Pompeu de Sousa Brasil Neto, órgãos que guardavam interesse pela mão de obra qualificada.

Devido a esta aproximação pessoal e profissional com o Dr. Cândido Athayde, Dr. Pompeu intercambiou a vinda de um representante do CFE a Parnaíba, com o objetivo de dar apoio logístico para a criação do Curso Superior em andamento, aplicando os procedimentos de pesquisa de mercado, a fim de verificar qual o potencial da realidade econômica da região do Delta do Parnaíba. A partir dessa avaliação resultaria qual curso superior seria mais adequado ao potencial e às necessidades do mercado do Piauí em Parnaíba, e que, *a priori*, seria o Curso de Ciências Econômicas, como dissemos anteriormente, mas prevaleceu encaminhando-se para o Curso de Administração de Empresas, aprovado com unanimidade pelos intelectuais e comerciantes representantes da cidade.

Para esse fim, foi designado, como representante do CFE, Manoel Orlando Ferreira, Professor Titular da UFRG-Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da FGV-Fundação Getúlio Vargas. Ferreira, além de cumprir as metas estabelecidas pelo CFE, foi o responsável pela realização, também, do Curso de Especialização em Análise Econômica, em Parnaíba, promovido pela CNI-Confederação Nacional da Indústria.

Na conformidade da instrução do CFE, a FAPI deveria instituir um corpo docente mínimo para a funcionalidade do curso. Então foi aprovado, por unanimidade pelos intelectuais e comerciantes, e algum apoio político de

representantes da cidade, o Curso de Capacitação necessário para garantir, aos prováveis professores, a prática pedagógica, visto que os profissionais com curso superior, consultados, não pertenciam ao segmento da educação (eram das áreas da Saúde, Humanas e Tecnológicas). Somente um era Administrador, os demais eram Médicos, Advogados, Teólogos e Engenheiros, e maioria não havia exercido, anteriormente, alguma prática de ensino. Ressalte-se que Lauro Correia exercia Administração, não era formado, mas tinha equivalência, por ser antigo Administrador de Ofício, beneficiado pela Lei 4.769/65, “que reconhecia como Administrador, por direito adquirido, aqueles não diplomados, mas que já exerciam as atividades próprias de Administrador, a um tempo de pelo menos cinco anos antes da vigência desta Lei”.

Assim, após convite feito pelos representantes da FEP, habilitaram-se 18 profissionais e desses foram aprovados somente os 16 que passaram a ser identificados como Professores Fundadores do Primeiro Curso Superior de Parnaíba. Esses, contudo, ainda necessitavam de capacitação técnica para garantirem a classificação do curso com o nível de ensino superior.

Sobre a falta de profissional com formação específica, para o Curso criado, o Prof. Adilson Castro (2009) recorda o seguinte:

[...] naquele tempo não havia Administrador em Parnaíba e parece que nem no Estado do Piauí. Tinha Economista. Economista tinha, por exemplo, o Dr. Lauro que é administrador pelo benefício de uma Lei do Governo Federal. Nós tivemos fora o Dr. Lauro [...] O Lucimar Veiga de Almeida que trabalhava na Empresa “Pedro Machado S/A”, [...] (era registrado até no Conselho Regional de Administração). [...] E tinha ainda um terceiro, Cássio Carvalho, que foi Prefeito de Parnaíba. [...] Nesse primeiro momento, não se estava preocupado se o corpo de professores tinha formação compatível para lecionar no curso; o que interessava era que Parnaíba tinha um Curso Superior, que primeiro deveria ter sido Economia e terminou sendo Administração, isto é o que interessava (CASTRO, 2009).

Sobre esta situação de se criar um curso sem, contudo, ter pelo menos o mínimo de profissionais ligados à área de atividade específica do curso criado, o Prof. Adilson Castro (2009) explica dizendo que o Curso de Análise Econômica, promovido pela CNI, deveria ser, *a priori*, um Curso de Pós-Graduação, aplicado em nível de Brasil. Como era um curso bastante requisitado, houve uma disputa entre os Estados do Piauí (Parnaíba) e Santa Catarina (Florianópolis), para receber essa vantagem cultural. Entretanto, devido às boas relações entre Cândido Athayde e

Tomaz Pompeu, Presidente da CNI, o Curso foi oferecido em Parnaíba, mas não em regime de pós-graduação, porque não confirmaram demanda suficiente. Adilson, quando entrevistado, recorda esse fato da seguinte maneira:

Eu falei para você que foi feito um curso de Análise Econômica [...]. Era um curso que seria em nível de Pós-Graduação, entretanto não tinha número de formados que aceitasse; inclusive eu, que fiz o curso, tinha só o Secundário. Apareceram aqui apenas dois advogados que aceitaram: Carlos Teixeira que depois foi ser professor na Faculdade de Administração e, sua esposa, Dr^a Ivanize, que era funcionária dos Correios (CASTRO, 2009).

Entretanto, nessa década, em algumas cidades brasileiras ocorreram implantações de cursos de pós-graduação, mas parece que, pela origem e formação daqueles profissionais, não lhes interessavam cursos de licenciaturas e menos ainda conhecer as práticas pedagógicas. As forças das circunstâncias fizeram com que alguns portadores de curso superior, em Parnaíba, incentivados pelos munícipes, ou pela própria vontade de contribuir para a criação de um Curso Superior e assim escrever o seu nome na história da sua cidade, ou, pela oportunidade de em curto prazo exercer uma nova profissão remunerada, recompensadora, se inscrevessem e concluíssem o curso de Análise Econômica com êxito.

Os sujeitos de Parnaíba, que contribuíram com informações dos fatos pesquisados, deixaram evidente que, embora todas as vozes tenham sido ouvidas durante o movimento que resultou na criação da Faculdade de Administração do Piauí e, posteriormente, na sua incorporação/federalização pela UFPI, esta atitude foi específica do comportamento de parnaibanos residentes na cidade ou fora dela, que, como Lauro Correia, alimentava o sonho de ter em Parnaíba todos os segmentos da educação.

Toda a organização dos eventos de constituição do ensino superior em Parnaíba foi entregue, praticamente, a Lauro Correia, na época também Secretário da FEP, e que, segundo o mesmo, “para a Faculdade trabalhava às suas próprias custas, sem ônus algum; o trabalho em si era realizado de madrugada, para não conflitar com o seu horário de trabalho remunerado, ocupado com obrigações contratuais profissionais”.

Quando das etapas no pré-funcionamento da Faculdade, primeiro a do pedido de Autorização de Funcionamento e, quatro anos depois, o Pedido de

Reconhecimento, esse trabalho é lembrado por Lauro Correia, que narra: “Isso aí eu fazia de madrugada, expediente noturno, hora extra, sem ônus. Era meu quarto expediente”. [...] eu chegava à faculdade às três ou quatro horas, Saia às dez horas da noite, e até de madrugada eu fazia esse trabalho” (CORREIA, L., 2009).

Lauro Correia, um colaborador multifuncional; participou em todos os momentos desse processo gestacional, desde as primeiras ideias e discussões para a construção do projeto de criação da Faculdade, até a posição em que hoje se apresentam os cursos no CMRV. Mas, juntamente com Lauro Correia, três outras figuras importantes (já falecidas) também deixaram legados na história e memória do ensino em Parnaíba: Cândido de Almeida Athayde, José Pinheiro Machado e Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio, que assumiram riscos sociais, apostando em todas as possibilidades para verem Parnaíba retomando seu lugar original de destaque no desenvolvimento econômico do Estado, pelas vias da educação (NÉLSON, 2009).

Le Goff (2005) ensina que a função da memória coletiva é promover a libertação do homem, e não a sua sujeição. Os sujeitos de Parnaíba, que contribuíram com informações para esta pesquisa, deixaram evidente que, embora todas as vozes tenham sido ouvidas durante o movimento que resultou na criação da Faculdade de Administração do Piauí e, posteriormente, na sua incorporação/federalização pela UFPI, esta atitude foi específica do comportamento de parnaibanos residentes na cidade ou fora dela, que, como Lauro Correia, alimentava o sonho de ter em Parnaíba todos os segmentos da educação.

A estruturação da FAPI, na sua maior parte, foi conseguida através de doações e trabalhos voluntários. Encontrada a solução para a formação do quadro de docentes, os professores prepostos para ocupar a função foram capacitados. A autorização de funcionamento havia sido expedida, mas faltava mais aparato logístico para completar o empreendimento, e a FEP, mantenedora, “não dispunha de nenhum recurso financeiro”, e, segundo Lauro Correia, “a Fundação foi constituída somente para acobertar o projeto da futura faculdade, essa entidade não possuía sustentação financeira”.

A solução veio através de José Pinheiro Machado, Vice-Presidente da FEP, e também Presidente do IBEU-Instituto de Língua Inglesa Brasil-EUA, que na ocasião já havia encerrado as suas atividades. O patrimônio dessa entidade, que ainda não

havia sido desfeito, formado por carteiras, quadros-negros, armários, fichários, mesas, geladeira, ventiladores e uma biblioteca, eram materiais úteis e necessários para o funcionamento da Faculdade de Administração do Piauí.

Pinheiro Machado conseguiu, dos outros representantes do IBEU, uma autorização da transferência de alguns bens do Instituto, em forma de doação, e esse lote de móveis, utensílios e equipamentos foi constituir o Patrimônio Inicial da recém-criada Faculdade de Administração do Piauí, com a finalidade de que ela pudesse iniciar logo o seu funcionamento.

O Sr. Antonio Duarte, servidor, recorda muito bem desses objetos: “[...] junto com uns aparelhos velhos, já vencidos, a gente recebeu essa bagunçada toda [...], mas para nós naquela época era um luxo, para quem não tinha nada...” (DUARTE, 2009). Um dos fatos nessa fase inicial da Faculdade de Administração do Piauí, já federalizada e instalada no CMRV, mas em processo de reconhecimento pelo MEC, foi a criação e instalação da Biblioteca. A existência deste órgão departamental no CMRV foi uma experiência peculiar ao lidar com o processo, que cresceu na importância de oferecer condições melhores para a estudantada toda fazer pesquisas, no CMRV. A Biblioteca do CMRV era uma exigência óbvia do MEC e satisfazê-la era uma obrigação de prerrogativa daquele grupo, até porque, conscientemente, ninguém pode supor a existência de um Campus Universitário sem uma Biblioteca.

Nesse ponto do processo de constituição do CMRV, a Biblioteca foi montada em regime de urgência e precariamente, iniciando apenas com os livros doados anteriormente para a FAPI, pela Diretoria do IBEU, que havia encerrado suas atividades em Parnaíba, e, por oportuno, o acervo de livros da FAPI foi repassado ao CMRV, conforme as providências de Pinheiro Machado, um dos sócios do IBEU.

Lauro Correia, posteriormente, por conta do seu empenho, assumiu a função de Diretor do CMRV, no qual exerceu seu trabalho pelo período de onze anos consecutivos, e hoje recorda que, quando o MEC exigiu a documentação da existência da Biblioteca, ainda no início da criação do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração do Piauí, entre os anos de 1969 e 1970, o Dr. José Pinheiro Machado investiu com sua potencialidade e apelou para o acervo da Biblioteca desativada do IBEU, que estava sob sua custódia. Enfatiza que, além

do acervo ser pequeno, de poucos exemplares, a maioria dos livros não trazia conteúdos concernentes aos objetivos de conhecimento do Curso de Administração.

Conta José Néelson de Carvalho Pires que, durante o processo de estruturação do Curso de Administração de Empresas, como primeiro curso superior de Parnaíba, ele foi abordado por Lauro Correia, informando-lhe que o MEC encaminhara à Secretaria da Faculdade a Notificação de Denúncia sobre a precariedade da Biblioteca existente. José Néelson lembrou então, que “a maioria do acervo, certamente, não fazia justiça ao serviço oferecido pela faculdade”. De forma que, ao tempo em que se resolvia juridicamente a anulação da denúncia, uma campanha de doação foi lançada e prontamente correspondida.

As doações vieram de parnaibanos residentes na cidade e de fora dela. Assim, a Biblioteca ganhou acervo próprio e firmou sua existência, findando a situação de precariedade total. Esse fato, José Néelson (2009) relembra assim:

Lauro me disse o seguinte: “eu acabo de receber aqui, do Ministério, uma declaração, assinada, dizendo que nós temos uma biblioteca, sem ter. O juiz daqui é casado com uma prima legítima sua e o promotor é um cunhado seu. Então, vamos ver como é que nós vamos resolver isso” [...]. Então, entrei primeiro na casa do meu cunhado. Conteí a história para ele. Ele disse: “Quantas pessoas da Parnaíba já foram presas porque já fizeram alguma coisa contra esse regime que está instalado pela ditadura? Você quer que eu seja preso também?” Eu disse: “Eu não! Mas enquanto você não me der essa declaração eu não saio de sua casa. Depois de meia hora [...] Diz o cunhado: “Eu vou dar a declaração”. Mas faltava o juiz era o Doutor [...], desses “cricris. Casado com uma prima minha”. Eu conteí a história a ele. Ele (juiz) se levantou, abriu a porta e disse mostrando a porta (faz os gestos): “Para fora da minha casa!” Eu disse: “não saio daqui, não”. Ele disse: “Se retire ou eu chamo a polícia porque uma declaração dessa eu não dou, porque se eu der essa declaração [...] Eu estou chamando a Polícia Federal para me prender na cadeia!” A esposa dele entrou (faz o gesto, na sala) e perguntou: “O que é que ele quer?” E apontou para mim. Ele contou o que eu queria. Ela olha para ele e diz: “Prepare a declaração [...] (José Nelson faz o gesto de assinar) e assine e dê para ele”. Com esses dois o assunto já havia sido resolvido (NELSON, 2009) (Grifo nosso).

As solicitações de declarações jurídicas pertinentes à Biblioteca foram obtidas das autoridades judiciárias competentes, porque o Juiz e o Promotor sabiam que o trabalho de reestruturação estava em andamento avançado e com boas respostas para a pronta regularização da deficiência estrutural denunciada.

A FAPI foi federalizada em 1971, passando a ser reconhecida como FAUFPI- Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí, e os Concursos Vestibulares, para acesso à FAUFPI em Parnaíba, nos exercícios de 1969, 1970,

1971 e 1972 foram organizados e realizados pela própria IES, sem transtornos.

Mas, por ato do Reitor da UFPI, Professor Hécio Ulhôa Saraiva, a partir de 1973, o Concurso Vestibular da FAUFPI passou a ser realizado com provas unificadas pela UFPI, na Capital, Teresina, decisão levada ao conhecimento de Parnaíba por ocasião da 16ª Reunião da Congregação da FAUFPI, pelo próprio Reitor, na primeira visita oficial, no dia 30 de setembro de 1972, a esta IES.

Fatos históricos não acontecem de modo isolado. Assim, à medida que tais fatos ocorrem em um contexto social dinâmico, é necessário buscar-se entender o contexto no qual se sucedem os acontecimentos. Então, em Parnaíba, os acontecimentos na década de 1970 giraram em torno de como, pelo menos, poderiam ser mantidas as condições mínimas necessárias para a Faculdade de Administração, federalizada, justificar sua existência e viabilidade no mercado parnaibano.

Isso foi forçando o grupo-tarefa a trabalhar assoberbado para que o curso fosse reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a FAUFPI instalar-se no Campus, visto que até aquele momento funcionava subdividida em dois endereços: as salas de aula alojadas na Rua Capitão Claro, S/N e a Secretaria e Biblioteca na Rua Duque de Caxias, 768, no centro da cidade; e estas, realmente, não eram as condições funcionais satisfatórias para o corpo docente e discente de uma Faculdade mostrar, especialmente, imagem e credibilidade de estabilidade perante os membros da sociedade.

Mariano Soares (2009), ex-funcionário administrativo e professor aposentado do CMRV, recorda: “Ninguém acreditava no sucesso dessa empreitada de curso superior em Parnaíba. Eram muitas dificuldades.” Entretanto, os empreendedores do projeto de instalar o Ensino Superior na cidade estavam superando as dificuldades mais prementes, e já avançavam lidando com o processo de reconhecimento do Curso, porque acreditavam na Faculdade e anonimamente lutavam pela existência de um prédio próprio, que acomodasse em um só espaço os trabalhos desta Faculdade, e isso teria repercussão frente ao MEC e este órgão avaliador/controlador poderia até abrandar suas exigências, no ato da concretização das formalidades burocráticas de reconhecimento da funcionalidade da requerente.

Decerto que, para a construção de instalações próprias do Campus, presumiam-se vultosas somas de recursos financeiros. Na época, Parnaíba

apresentava como diferencial apenas as boas relações na esfera do governo federal, uma vez que contava com o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso à frente do Ministério do Planejamento e gozava de prestígio político no Governo Civil-Militar. Com bom trâmite político, obtiveram os recursos necessários e, mais cedo do que previsto, a Faculdade de Administração do Piauí passou a funcionar no CMRV. Parnaíba contava, também, em nível Federal, com o apoio político do Senador Petrônio Portella Nunes, líder da bancada piauiense com prestígio expressivo, nos anos da ditadura.

Ainda sobre a instalação da Biblioteca da Faculdade de Administração, o ex-Bedel, Sr. Antonio Alexandre Duarte, expressou-se do seguinte modo:

[...] Então o Dr. Lauro foi atrás do Monsenhor Sampaio, e ele arranhou no Bispado, [...] duas salas: [...] uma para a biblioteca, uma bibliotecazinha recebida do IBEU, [...]. Uma para funcionar o primeiro ano da faculdade, e a outra para a biblioteca. Era onde era o “ninho”, era naquela biblioteca. Nós mandamos fazer uma mesa grande (ela ainda está por lá) e botamos naquela sala, e os professores faziam a “ciranda” em volta dela. Eu ficava na cabeça da mesa por ali. Meu Deus do Céu!. Só visto! Era engraçado e constrangedor. A senhora sabe que sempre nas faculdades, até mesmo nas escolas primárias têm uma sala para os professores, uma sala reservada só para eles. [...]. Mas aqueles não. Eles ainda tinham de ficar comigo assistindo a palestra deles, ali do lado. Eu acho que eles se sentiam muito mal. Eu realmente... Eu não fazia parte, eu era Auxiliar de Administração. Ficava também um telefone de lado (mostra o lado direito) [...] Eu recebia as correspondências, entregava para um, para outro, é, entregava para eles, naquela agonia. Era tudo no mesmo lugar (DUARTE, 2009).

As precárias condições no período de constituição da biblioteca do CMRV, também foram lembradas pelo Prof. Adilson Farias de Castro, que compreende e justifica as condições iniciais do ensino em Parnaíba, reconhecendo a necessidade da Biblioteca na escola de Ensino Superior, e se expõe:

De início era uma biblioteca muito acanhada, funcionando na Rua Duque de Caxias. Funcionava junto com a secretaria, inclusive essa biblioteca foi montada não com livros de Administração, mas com livros de inglês doados pelo IBEU, talvez os livros não fossem todos de inglês, mas livros formavam uma biblioteca! (sorri) (CASTRO, A., 2009).

Cientes da importância de uma biblioteca para o reconhecimento do curso, bem como para assistência ao alunado, os mentores da FAUFPI, por onde eles andavam, buscavam encontrar doadores de livros para ampliarem o acervo da Biblioteca. Está registrado em Ata da Congregação que, no início do ano de 1972,

durante os procedimentos de constituição dos processos de reconhecimento de curso, o Professor Carlos Alberto Teixeira, docente da instituição, em viagem a serviço para conhecer os Currículos das Faculdades de Administração de Minas Gerais e da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, recebeu a título de doação sessenta exemplares de livros para complementar a oferta de leitura da Biblioteca na FADI.

Na mesma ata, consta que os livros doados vieram para compor o acervo bibliográfico, mas terminaram por ser distribuídos entre os professores das disciplinas, na condição de empréstimo, para que pudessem elaborar suas aulas e fornecer aos alunos subsídios para pesquisa. A ideia foi que os livros, ficando com os professores, ampliava a possibilidade de os conteúdos chegarem ao conhecimento de um número maior de alunos, ao mesmo tempo, através das aulas ministradas.

Em março de 1972, a UFPI encaminhou à FAUFPI a primeira remessa de livros (um montante de noventa e três exemplares), os quais, depois de relacionados no cadastro da Biblioteca, também passaram, preferencialmente, a serem distribuídos aos professores, como empréstimos, para facilitar a atividade pedagógica. Quatro meses após a data de recebimento dos livros procedentes da UFPI, deram-se início aos procedimentos organizacionais da Biblioteca e a primeira medida foi constituição e aprovação do seu Regimento, pela Congregação. O documento foi composto por cinco Capítulos e vinte e dois Artigos, cuja forma legal foi firmada mediante a Resolução nº 02, de 16 de agosto de 1972. Até essa data, a Faculdade afirmava que “tinha uma Biblioteca sem ter”. Mas, conforme Maquiavel: “os fins justificam os meios” (CASTRO, A., 2009).

Nesse caso, a pretensão era que, quando os Fiscais do CFE-Conselho Federal de Educação chegassem para fiscalizar os ordenamentos exigidos pelo MEC, encontrassem as condições funcionais organizadas, entre elas “a biblioteca”. Como se concordando com Maquiavel, o Professor Adilson Farias de Castro deu o seguinte depoimento:

A fiscalização do MEC vinha procurar biblioteca aqui. Existia uma biblioteca (risos). Quando a fiscalização do MEC vinha já estava apoiada pela CNI, onde participou o Prof. José Orlando Ferreira que vinha encaminhado por João Paulo dos Reis Velloso, que nessa época era Conselheiro de uma Secretaria do MEC (CASTRO, A., 2009).

Relativamente, para quem sabe sobre o fato, uma provável denúncia junto ao Ministério Público encontraria uma justificativa, conforme o relato do Prof. Mariano Soares, que parece concordar com o pensamento de Adilson Castro (2009):

Antes, [...] a biblioteca (*funcionava*) à Rua Duque de Caxias, [...] com dificuldades [...]. Quando nós mudamos para cá, a Biblioteca passou a funcionar aqui também. Depois o bloco onde ela funciona foi construído [...]. Mas, voltando à história do começo, quando o MEC veio fazer a fiscalização para reconhecimento do nosso primeiro curso, os fiscais pediram para ver o acervo da biblioteca, que era insuficiente. Eu fui chamado para fazer a arrumação do acervo num final de semana. Ele não era tão grande, pois deu para eu fazer no final de semana. Isso foi meio constrangedor, porque eles exigiam um acervo maior para o curso ser reconhecido. À nossa biblioteca, o acervo maior foi doado por um curso de inglês. As obras todas eram de inglês. Na véspera dessa fiscalização, vieram de (automóvel) Aero Willes livros de Teresina para cá. Um dia de domingo. É bem possível que tenha havido a denúncia de que a nossa biblioteca era precária [...]. Eu me recordo que um dia de domingo eu estava comemorando o término de nossas férias (eu fazia o segundo grau). Foram me buscar lá, nem para casa eu fui. Fiquei aqui até de madrugada para trabalhar, exatamente em cima desses livros que tinham vindo de Teresina. O prof. Camilo mandou me buscar lá. Estavam me chamando para vir arrumar os livros que vieram da UFPI em Teresina. Naquela época, eu era escriturário I, e aqui não tinha Bibliotecário, depois dessa arrumação foi que veio uma bibliotecária pra cá. Professora, eu vou usar uma expressão que eu costumo usar com relação à história do Curso de Administração e quando se fala da criação do Campus. Aqui foi criado passando por cima de pau e pedra; foi passando por cima de normas, só para a senhora ter uma ideia.

Quanto à prática de doação de livro para a composição do acervo da Biblioteca, foi uma técnica seguida, desde a origem da criação do Ensino Superior em Parnaíba, conforme se constata nos anais da história da cultura e do ensino nessa cidade. No final do ano de 1975, o parnaibano Newton Leite, funcionário do Banco do Brasil S/A, radicado na cidade de São Paulo, através de carta, externou pretensão de doar livros para o CMRV e na oportunidade sugeriu que os professores encaminhassem as relações de tipos de livros e respectivos autores, para que a doação fosse concretizada.

Foram muitas as manifestações de Newton Leite no sentido de contribuiu para aumentar o acervo da Biblioteca no CMRV, e, consta em Ata da Congregação, pedido de Manifestação de Louvor para esse cidadão, por essa benfeitoria para o engrandecimento da cidade. Le Goff (1989), tratando sobre as cidades, reflete que são as representações do povo da cidade que os constroem como cidadãos, por conseguinte edificam a identidade nacional, a qual é formada e transformada no interior da representação do povo.

Como cidadãos, os representantes econômico-sociais, culturais e políticos de Parnaíba manifestaram-se com o desejo coletivo de reconstruir a própria identidade, e com esse valor de cidadania juntou esforços com parte significativa da sua população dispondo-se a participar dos investimentos para que a Biblioteca funcionasse para a cidade e para o CMRV.

Após a federalização da FAPI pela UFPI, na expectativa dos professores surgiu esperança: que, com a nova estrutura organizacional na FAPI, a situação fosse tomar outra dimensão qualitativa, e os professores deixassem de ser “voluntários” e passassem para o status de “professor efetivo”, ou pelo menos assumissem o status de “professor contratado”, visto que todos eles tinham interesse de manter algum vínculo mais significativo e definitivo com a nascente Universidade, incorporadora do primeiro Curso de Ensino Superior em Parnaíba, surgido com a FAPI - Faculdade de Administração do Piauí.

Entretanto o que ocorreu foi um arrastado e repetido processo de formação do quadro funcional, sem uma clara definição de efetivação profissional, como era usual naquela época. Não conformados apenas com a federalização da faculdade, ainda dentro do ano de 1971, o corpo docente iniciou o processo de reorganização do trabalho e, para isso, uma das primeiras ações nesse sentido foi criar a entidade “Congregação”⁶⁹ composta pelo diretor da Faculdade, representantes docentes, representante discente e de uma representação técnica com membros da própria instituição.

Mesmo assim, “às duras penas”, utilizando das palavras de Lauro Correia, a Faculdade de Administração efetivou-se, e o Quadro de Professor, também. E esta IES integrou-se como a quinta unidade isolada que compôs a UFPI.

3.1.1.5 A Faculdade Federal de Medicina do Piauí- FACIME

A Faculdade de Medicina do Piauí foi criada em meados da década de 1960, em Teresina, ficando apenas no projeto até diálogos em prol de sua efetivação e sustentabilidade, que iniciaram no ano 1965, a princípio pelas tratativas em nível da Associação Piauiense de Medicina; depois, com as ideias tomando corpo, e se estendendo ao nível de governo estadual, já no início de 1966. Desse modo, em 03

⁶⁹ Órgão colegiado, administrativo, deliberativo e normativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração universitária.

de fevereiro de 1966, era oficializada a constituição de um grupo de trabalho a fim de tratar e encaminhar o assunto, que adveio na configuração dos Art. 1º e 2º do Decreto nº 681, do ano de 1966, conforme se transcreve a seguir:

Art. 1º - Fica constituído um Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade de criação e funcionamento, no Piauí, de uma Faculdade de Medicina, cumprindo-lhe adotar medidas preliminares relacionadas com tal objetivo.

Art. 2 - O Grupo de Trabalho fica constituído pelos Doutores Zenon Rocha⁷⁰, Lineu da Costa Araújo, José Nathan Portella Nunes⁷¹ e Carlyle Guerra de Macedo⁷², sob a presidência do primeiro.

Constituída a Comissão de Vanguarda, com vistas ao cumprimento do objetivo definido, que era a criação da Faculdade de Medicina do Piauí, o médico Zenon Rocha, como presidente da comissão, para dar conta do que lhe foi responsabilizado, viajou para conhecer algumas faculdades brasileiras em funcionamento e que apareciam como referência em ensino e aprendizagem da medicina, a fim de adquirir informações pertinentes que pudessem colaborar, garantindo, para o governo do Piauí, que o projeto da Faculdade de Medicina era possível implantar no Estado.

Zenon Rocha relembra, em depoimento a Bello, que, na sua jornada de pesquisa, esteve, também, no Conselho Federal de Educação:

[...] onde, pelas mãos de seu presidente, tive todas as facilidades para conhecer a legislação pertinente, para manusear processos de diversas faculdades e colher as informações que me parecerem necessária. De regresso, dei ao governador a palavra de que necessitava: há condições de implantar a Faculdade [...] (BELLO, 1980, p. 341).

Antes do Governo de Petrônio Portella já havia um pensamento forte sobre a criação de uma Escola de Medicina em Teresina. Petrônio Portella governou o Piauí de 25 de março de 1963 a 12 de agosto de 1966⁷³, e foi durante o referido mandato

⁷⁰ Foi primeiro Diretor dessa Faculdade em 1968.

⁷¹ Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina. Professor e Diretor do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFPI). Reitor da UFPI.

⁷² Secretário de Estado da Saúde, na época.

⁷³ Petrônio renunciou ao governo do estado em agosto de 1966 para candidatar-se ao Senado Federal. Incluiu-se entre os governadores reformistas eleitos em 1962, “espécie de dissidência ao mesmo tempo do udenismo e do populismo”, segundo o jornalista Carlos Castelo Branco. Em seu governo foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado. Para pô-lo em prática, solicitou recursos ao presidente João Goulart, obtendo-os por empréstimo. Pediu também que fosse incluída a construção da barragem de Boa Esperança no Plano Trienal do Ministério do

que esse assunto saiu da subjetividade, com a criação do GT-Grupo de Trabalho pró-faculdade, que assumiu a objetividade das ações a partir das quais as ideias tomaram efetivamente uma forma, transformando-se na criação da Faculdade de Medicina do Piauí. A oportunidade fértil surgiu em novembro de 1965, por ocasião do II Congresso Médico do Piauí, patrocinado pela Associação Piauiense de Medicina.

Com esse respaldo social, cultural e político, promovido pela Associação Piauiense de Medicina, o II Congresso Médico do Piauí, realizado em Teresina, contou com a presença do Dr. Deolindo Couto, um dos representantes da medicina nacional e que, na época, ocupava o cargo de Presidente do CFE – Conselho Federal de Educação, o qual, na sua fala, incitou as autoridades presentes, afirmando que já era momento de que o Piauí tivesse sua Faculdade de Medicina.

Com o envolvimento do piauiense Deolindo Couto, dando seu respaldo social e político ao plano de criação da Faculdade de Medicina, esperava-se daí que o projeto ocorreria sem maiores dificuldades. A situação era promissora, primeiro, porque a iniciativa surgiu da própria categoria médica; segundo, porque agora passava a ser apoiada não somente pela categoria profissional, mas também politicamente, tanto a nível estadual quanto federal.

A ideia da criação da Faculdade de Medicina no Piauí foi balizada pelo apoio de Petrônio Portella Nunes, Governador do Estado, e também fruto nascente do desafio lançado pelo Dr. Deolindo Couto, que, com sua expoente autoridade nacional na área da educação, incentivou o governador, os médicos e o povo do Piauí para que fizessem funcionar a Faculdade de Medicina, justificando a possibilidade dessa existência pelo alto nível da medicina no Piauí, que era, no entanto, praticada por um número de profissionais pouco satisfatório para atender à demanda de pacientes, com a falta de médicos em Teresina e no interior do Estado como um todo.

O GT, após seis meses de pesquisa, chegou ao final da primeira missão: as coletas de dados e as providências formais para a constituição da Escola Piauiense

Planejamento, então dirigido por Celso Furtado. Durante sua gestão, deslocou a sede do governo para diversos municípios do interior e criou o Banco do Estado do Piauí; as Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA) e a Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (AGEPISA). Construiu hospitais e escolas; proibiu a nomeação de professores sem diploma; e pôs em dia os salários atrasados dos servidores estaduais. Promoveu ainda os estudos que dariam origem à Universidade Federal do Piauí (FGV/CPDOC, 2018).

de Medicina. Petrônio Portella, que deixaria o governo em agosto/1966, antes de sua saída promulgou a Lei nº 2.745, de 10 de agosto de 1966, editando, também, o Decreto nº 693 de 11 de agosto, do mesmo ano, através do qual nomeou os instituidores da Faculdade de Medicina do Piauí, acrescentando ao GT o médico Ludgero Raulino da Silva, como membro representativo da Associação Piauiense de Medicina.

O GT, com a especificidade de sua responsabilidade e decisão do Governador de criar a citada Faculdade, instituiu, também, a FESPI-Fundação de Ensino Superior do Piauí, entidade de direito público, que, a partir daquela data (11-8-1966), seria a responsável pela coordenação do Sistema Estadual de Ensino Superior no Estado do Piauí. Isto feito, a Fundação e a Faculdade, criadas concomitantemente, representaram a mola basilar propulsora da criação da UFPI.

Os depoimentos a Bello, de Lineu da Costa Araújo, de José Nathan Portela Nunes e de Zenon Rocha, remetem ao entendimento, conforme citado, por Fonseca Neto (1998), como segue:

Então, o Grupo de Trabalho com a anterior constituição, passou a ser designado como Comissão Instituidora da Fundação de Ensino Superior do Piauí e concomitantemente da Faculdade de Medicina. A criação de uma fundação de ensino superior já denotava, por parte do governo, sua intenção com vistas à universidade federal [...]. Disse-nos ele (o Governador Petrônio Portella): 'se a universidade federal não sair, não tenham dúvida, o Estado vai criar a universidade estadual do Piauí [...]'. Então a Faculdade de Medicina do Piauí deveria vir para completar o número exigido pela lei (que) era no mínimo cinco unidades de ensino superior [...] (ARAÚJO, *apud* BELLO, 1980, p. 326-327).

A Faculdade de Medicina do Piauí iniciou as suas atividades [...] exatamente em março de 1968 [...] criada a Fundação de Ensino Superior do Piauí (FESPI), com a finalidade de manter os cursos superiores existentes naquela época no Estado, dada a perspectiva de implantação de uma universidade (PORTELLA NUNES, *apud* BELLO, 1980, p. 335).

Aprovou (o governador) Integralmente o nosso trabalho (do grupo de trabalho respectivo) e, lamentando não nos ter confiado de início a tarefa de promovermos a universidade, decidiu, embora ao fim do governo, ampliar a nossa tarefa com a instituição da Fundação de Ensino Superior do Piauí, estrutura que serviria de molde à universidade em fase de conquista, dispôs sobre as faculdades de Serviço Social e de Enfermagem, integrando à FESPI e criou a Faculdade de Medicina do Piauí (ZENON ROCHA, *apud* BELLO, 1980, p. 342).

A saga da criação da Faculdade de Medicina do Piauí, assim como a do ensino superior no Estado, tem as suas raízes nascidas nos idos do início do século

XX, em pleno período do *Estado Novo*, décadas de 1930/1940, com o interventor federal no Piauí, Leônidas de Castro Melo⁷⁴, médico que se posicionou no mais alto cargo de administração política do Estado, através de táticas e acordos que seguiram à constituinte de 1933/1934, idealizando a criação do HGV-Hospital Getúlio Vargas, marco na medicina do Estado (FONSECA NETO, 1998).

Naquele início de século, nas regiões urbanas brasileiras aumentava-se o contingente populacional. Entretanto, junto a tal crescimento, havia a ineficiência de prestação de serviços básicos nas cidades. A falta de serviços, como rede de esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água, calçamentos de ruas, e outros, ocasionava a proliferação das doenças, e a saída encontrada pelos gestores públicos, para suprir tal deficiência estrutural, foi canalizar ações para as reformas urbanas, tendo em vista o melhoramento da higienização dos espaços públicos.

Neste contexto, nas cidades que almejavam modernização, as suas instituições, com os seus fazeres próprios e pertinentes na área da saúde pública, atentaram para agir em conjunto nas práticas de urbanização⁷⁵ e higienização. Teresina entra no trabalho e destaca-se, no período do Estado Novo entre 1937 a 1945, com Leônidas Melo no poder.

Nesse sentido, Resende (1997, p. 31, *apud* SILVA, 2013, p. 4), ao se posicionar acerca do tema higienização para a modernidade, afirma que:

A onda modernizadora tomara conta das grandes cidades do mundo com o avanço do capitalismo. As cidades passavam por transformações significantes, para atender os sonhos progressistas e facilitar o avanço da “verdadeira civilização”. O Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade, no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado das cidades, nos seus hábitos de higiene, nos seus desejos de consumo.

O HGV foi inaugurado a 07 de setembro de 1941, e logo reconhecido por muitos observadores e viventes da área da saúde, principalmente por sua estrutura e ousadia arquitetônicas, como sendo “a maior unidade médico-hospitalar do Nordeste” (GONÇALVES, 1997, p. 211, *apud* FONSECA NETO, 1998, p. 109).

Lineu Araújo, em depoimento a Bello (1980, p. 325), sobre a história dos

⁷⁴ Médico. Governador Constitucional e Interventor do Piauí de 3-05-1935 a 9-11-1945. Deputado federal e senador da República. Em seu governo foi construído o Hospital Getúlio Vargas, umas das mais destacadas do seu longo período de governo

⁷⁵ Projetada e desejada por uma ideologia de modernização da Primeira República.

tempos primeiros da Faculdade de Medicina do Piauí, rememora:

Eu me lembro de que a primeira manifestação pública em prol da criação de uma Faculdade de Medicina no Piauí cabe a Miguel Martins, médico sanitaria da esfera federal. Visitando Teresina, Martins entusiasmou-se com o Hospital Getúlio Vargas, naquela época um hospital novo, no auge de suas potencialidades [...]. Martins, na época em que esteve aqui, num dos anos 40, numa sessão da Associação Piauiense de Medicina, fez o elogio do hospital e disse que esse hospital estaria incompleto, estaria fugindo à sua verdadeira finalidade, se não se integrasse numa Faculdade de Medicina. O hospital era tão bom – disse ele – que não poderia ficar adstrito à tarefa assistencial, teria que partir para a tarefa do ensino e pesquisa, e isso só seriam possíveis dentro de um sistema de ensino como o de uma Faculdade.

O ano de 1966 fechou com registro do sucesso do GT, e a consequente aprovação pelo Governador. O ano seguinte foi dedicado à implantação da nova Faculdade em Teresina, sob os termos do Parecer do CEE – Conselho Estadual de Educação, cujo parecer de Autorização de Funcionamento foi aprovado em 29 de novembro de 1967. Do parecer do CEE apresentaram-se recortes que auxiliaram a compreensão dos instrumentos e do contexto que envolvia a origem da Faculdade de Medicina, e que, sem dúvida, corrobora também com a própria organização da Universidade no Piauí, como a seguir se evidenciam:

- ✓ A entidade mantenedora é a Fundação de Ensino do Piauí;
- ✓ No que tange à situação patrimonial a situação da Faculdade é excepcional. Assim, o fundo monta, atualmente, a nada menos de Ncr\$ 8.698.223,00 [...] patrimonial;
- ✓ Pretende a Faculdade manter um curso de graduação profissional de médico com a duração de 960 horas-aula (6 anos) [...];
- ✓ O corpo docente apresentado (tem) alguns professores já com experiências de ensino superior;
- ✓ Pode ser fixado (o limite de vagas) em 30 (alunos) por turma, até duas, tendo em vista a situação, atual, das instalações;
- ✓ Quanto à oportunidade (de se criar a Faculdade) ressalta-se o alto grau de desenvolvimento das instituições de natureza médico-assistencial, cujo núcleo é inegavelmente o Hospital Getúlio Vargas [...]
- ✓ No tocante à necessidade de, basta acentuar que no sul piauiense conta, atualmente, com sete médicos. Dos 117 municípios, piauienses, 93 não contam com assistência médica permanente. As condições educacionais são próprias. A taxa de crescimento, no quinquênio, foi de 100% na área do ensino médio;
- ✓

- ✓ Tramita, no CFE, processo de iniciativa do Governo da República, criando a Fundação Universidade do Piauí;
- ✓ Entidades culturais como a Academia Piauiense de Letras, o Instituto Histórico Geográfico do Piauí, o Instituto dos Advogados, a Comissão Piauiense do Folclore etc. [...] estão em franca atividade;
- ✓ Há intensa atividade editorial [...]. Conta a capital com estações de rádio, quatro jornais e quatro revistas deve ser logo inaugurada uma estação de TV;
- ✓ Em conclusão, entendemos que o CEE do Piauí pode conceder a autorização pedida [...]. Teresina, 30 de novembro de 1967 (BELO, 1980, p. 311-312).

Os recortes transcritos acima foram abstraídos de partes do “Parecer”, documento oficial fornecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), na intenção de descrever as condições do Estado do Piauí naquela conjuntura de implantação da Faculdade de Medicina no Estado, com o empenho de vários setores da sociedade, principalmente os esforços do segmento público e oficial.

O Parecer ainda declara que, entre as escolas superiores isoladas criadas no Piauí, a Faculdade de Medicina é, na verdade, a primeira instituição da qual o Governo Estadual assumiria todas as responsabilidades necessárias para a sua existência. Ademais, apresenta o comprometimento e o empenho da Associação Piauiense de Medicina para que o sonho da escola médica do Piauí fosse realidade.

A Fundação de Ensino superior do Piauí, mantenedora da Nova Faculdade, seria conduzida por um Conselho de Curadores, formado por cinco membros, no rigor da Lei 4024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vigente. Firmando ainda mais a responsabilidade pela recém-criada Escola de Medicina, foi designado na dotação orçamentária do Estado, para o ano de 1968, verba na ordem de Ncr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros novos), equivalente a U\$ 9.004,952, sem considerar os auferes provenientes das receitas de recebimento das anuidades.

Importante atentar que a Faculdade de Medicina, desde a sua criação, fazia sua história diferentemente das vividas pelas outras faculdades isoladas ao serem instaladas no Piauí, pois, o que se constatou nesse estudo, foi que tais faculdades existiram e resistiram criando muitas estratégias para suas subsistências, como diz bem descritivamente a expressão de um professor parnaibano: “as suas existências ocorreu por cima de pau e pedra” apresentando enormes fragilidades.

Portanto, a Escola de Medicina, tanto no aspecto patrimonial quanto no

aspecto organizacional, para a sua criação, apresentava situação bastante confortável. A princípio, sob o ponto de vista patrimonial, obteve boa contribuição através de doação da Prefeitura Municipal de Teresina, que cedeu o prédio onde funcionava, e ainda funciona, a Escola Municipal Eurípedes de Aguiar, efetivada em conformidade com a Lei Municipal nº 1.110, de 28 de fevereiro de 1967.

A Escola de Medicina foi logo incorporada aos dois principais estabelecimentos hospitalares do Estado, o Hospital Getúlio Vargas (HGV) e a Maternidade São Vicente de Paula, que já pertenciam formalmente à Fundação de Ensino Superior do Piauí/Faculdade de Medicina do Piauí. Outro estabelecimento que também foi cedido na ocasião de criação da Faculdade de Medicina, passando a fazer parte do patrimônio da Nova Faculdade, foi o edifício da Casa da Criança⁷⁶ localizado ao lado do HGV. Entretanto, mais tarde, a doação do prédio da Escola Municipal Eurípedes de Aguiar foi desfeita em virtude de o governo do Estado não ter cumprido com o estabelecido para a contrapartida combinada.

Embora a Faculdade de Medicina tenha sido criada sob a tutela do Estado, nessa escola o ensino não seria gratuito: cobrar-se-iam anuidades. Quanto à formação do Quadro de Professores, a Faculdade de Medicina não apresentava dificuldade em encontrar profissionais na área; apenas havia necessidade de providências pedagógicas, uma vez que parte dos prováveis professores era oriunda de Curso de Bacharelado, fato que se poderia resolver com Cursos de Especialização para alguns deles.

Um ponto que chama atenção, na resposta do parecer do CEE, foi a necessidade de mais médicos para atuar no Estado, porque reconheceram que uma Faculdade de Medicina, na capital do Piauí, seria uma possibilidade a mais de formar médicos para atender tanto o interior do próprio Estado, como também o interior dos estados vizinhos, Maranhão e Ceará. A precariedade de atendimento era grande, pois, na época, no Estado existiam 117 municípios, e, destes, 79,5% não possuíam médicos, enquanto para os 20,5% de assistidos, o atendimento ocorria de modo insuficiente ou mínimo de procedimentos médicos.

Compreende-se, portanto, que a criação da requerida escola beneficiaria bem mais do que somente o Piauí, abrangendo também parte populacional considerável da região fronteiriça desse Estado, cujas cidades também entravam na fase de

⁷⁶ Pertencia à Legião Brasileira de Assistência-LBA.

urbanização (1950 a 1960), o que acentuou o processo migratório do interior para a Capital. Todavia, tal processo de migração ocorreu também do interior dos estados do Maranhão e do Ceará para a Capital piauiense.

A Faculdade de Medicina do Piauí recebeu o documento autorizando seu funcionamento em 30 de novembro de 1967. Então, no primeiro dia do mês seguinte, a Fundação de Ensino Superior do Piauí, através de seu secretário, Sr. Almir Sobral e seu presidente, Professor Manoel Paulo Nunes, expediu o edital do Primeiro Vestibular, oferecendo 30 vagas, das 60 autorizadas pelo MEC. Dr. Lineu da Costa Araújo apresenta o seguinte testemunho sobre o primeiro processo de vestibular da Nova IES do Piauí:

[...] quero fazer uma referência à seriedade com que nesses primórdios, se houve a Faculdade de Medicina, em relação à seleção de candidatos através de concurso vestibular [...]. Basta dizer que para dar cunho de maior rigor ao vestibular, as provas eram feitas por professores estranhos à escola, inclusive professores de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro [...]. De maneira que as primeiras turmas da escola sofreram na verdade uma seleção rigorosa.

O depoimento de Lineu Araújo assevera a forma de como o vestibular fora instituído pela Fundação de Ensino Superior do Piauí e, também, demonstra a preocupação daquela Fundação acerca da lisura do processo vestibular, procedimento que não resumia a prática apenas da recém-criada Faculdade, mas em especial zelo pelo certame, antes e durante o referido processo.

Assim ocorria igualmente nas demais Faculdades Isoladas do Piauí, que adotavam tal procedimento, que permaneceu sob à responsabilidade de cada faculdade até as mesmas serem incorporadas pela instituída Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), sob a Lei Federal nº 5.528 de 12 de novembro de 1968, que cria a Universidade Federal do Piauí no ano de 1971, na forma da Lei. Todas as Faculdades deliberavam a forma do procedimento do certame Vestibular. A mudança nos procedimentos vinha a ocorrer somente quando as instituições isoladas do Piauí passassem a formar o Corpo da UFPI, e com esta a unificação do modelo de vestibular, atendendo assim as orientações relativas à Lei Federal nº 5.540/1968.

Em 26 de agosto de 1974, o MEC concede o reconhecimento do Curso de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da FUFPI, através do Decreto nº 74.456.

A Faculdade de Medicina, no imaginário piauiense, representa o que em muitos aspectos marcou a chegada da modernização do Piauí, nas décadas de 1950 e 1960.

Por fim, o “projeto da classe médica, que se torna vontade de governo” (FONSECA NETO, 1998, p. 115), a Faculdade de Medicina do Piauí consolidou-se e foi inaugurada em ato solene, que ocorreu a 30 de março de 1968, contando a solenidade com as bênçãos do Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela. Assim, através das Faculdades Isoladas, o Estado do Piauí fecha seu primeiro ciclo de desenvolvimento no avanço do Ensino Superior do Brasil, criando a UFPI.

3.2 Caracterização dos quadros de professores das faculdades isoladas

O processo de criação e institucionalização do Primeiro Quadro de Professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) leva em consideração que “esses movimentos de campo ou espaço social podem acontecer” (BOURDIEU *apud* VIANA, 2011), como de fato aconteceu no campo da educação no Piauí, sendo realizado com discursivas oposições entre indivíduos com ideias contraditórias, ao mesmo tempo em que um processo de apoio do Estado era desenvolvido em franco andamento, para as adequações pedagógicas na forma de incorporação das Faculdades Isoladas para a constituição da UFPI.

Isso pode ser lembrado historicamente pelos relatos sobre o movimento que teve sua origem marcada pela composição do Quadro de Professores da UFPI, com a transferência dos docentes que ministravam aulas nas cinco Faculdades Isoladas existentes na época no Estado do Piauí: Faculdade Federal de Direito – FADI (1931), Faculdade Católica de Filosofia – FAFI (1958), Faculdade de Odontologia (1960), Faculdade de Medicina – FACIME (1966) e a Faculdade de Administração – FAPI (1969), sendo as quatro primeiras estabelecidas em Teresina-PI e a última em Parnaíba-PI.

Para a formação do Quadro de Professores das Faculdades Isoladas, as escolhas recaíam sobre aqueles que representavam melhor intelecto e se disponibilizavam para a prestação desse serviço. Os escolhidos, ao serem convidados, eram informados sobre as reais condições materiais e financeiras de funcionamento das respectivas faculdades, precisando que a vontade pessoal de

cada convidado fosse grande para implantar o Ensino Superior no Estado.

Assim, na possibilidade de cada um aceitar o convite, esse ficava sabendo, *a priori*, e claramente, que as Faculdades criadas não dispunham de recursos financeiros suficientes para o pagamento adequado e integral pelas suas atividades laborais. Deveriam trabalhar “praticamente de graça”, pelo menos no início. Esperava-se que, no futuro, a situação melhorasse e ganhasse normalidade, com mútuos benefícios.

Porém, sempre fora notório que, na solicitação sobre o desprendimento em relação à dispensa, pelos professores, relativos às respectivas remunerações, cada convidado posicionava-se no discurso convincente de que o importante era o Estado do Piauí entrar na seara da modernidade e do desenvolvimento, e a implantação do Ensino Superior era o que estava faltando.

Figuras como a de Benedito da Rocha Freitas Filho, Ex-Secretário da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), e de Israel José Nunes Correia, Professor da Faculdade de Administração, Campus Ministro Reis Veloso (CMRV/UFPI), em seus depoimentos, deixam claro o altruísmo daqueles que resolviam aderir ao convite.

Benedito da Rocha Freitas Filho – [...] em 1957 éramos funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A em Teresina. Certo dia, recebemos através do Monsenhor Raimundo Nonato Melo, um convite de D. Avelar para comparecermos ao Palácio N.S. das Graças. [...] encontramos D. Avelar e o Professor Clemente Fortes. Disseram que queriam criar uma Faculdade de Filosofia, e que precisavam de algumas pessoas para ocupar os principais cargos administrativos. Convidaram-me, então, para o cargo de Secretário-Tesoureiro da futura Faculdade, com a condição de trabalharmos sem visar recompensa financeira. Aceitamos o convite (FREITAS FILHO, 1995).

Israel José Nunes Correia – “orgulho parnaibano”: “[...] você já deve ter ouvido falar o que todos repetem com orgulho é o fato dos pioneiros do ensino superior em Parnaíba terem trabalhado de graça uns dois anos. Trabalharam de graça!” (CORREIA, I., 2009).

As referências aos fatos ocorridos, quando o item “remuneração” era tratado dentro do assunto “admissões de Professores nas Faculdades Isoladas, em Teresina”, coincidentemente, eram também vividas pelos professores na cidade de Parnaíba. Em Teresina, ocorreram com os que formaram o Quadro de Docentes, durante os processos de criação das Faculdades de Direito, Católica de Filosofia e de Odontologia. E, em Parnaíba, com a mesma precariedade, essa situação

condicional de contratações de professores foi seguida pela Faculdade de Administração. Segundo Passos (2003 p. 232) “a atividade docente era apenas uma atividade prestimosa, da qual recebiam pouco ou nenhuma remuneração [...] ou era complemento aos rendimentos auferidos em outras atividades profissionais”.

3.2.1 Os Professores da Faculdade Federal de Direito do Piauí

A Revolução de 1930⁷⁷ provocou no País perspectivas de mudanças sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais. Assim, a modernização e a nacionalização do Estado brasileiro passaram aos pontos de destaques e bases do desenvolvimento em todo o País. Nesse contexto, uma parcela da elite do Piauí entendia que, para fazer parte desse processo de desenvolvimento, deveria haver as condições e o esforço pessoal, para que as aspirações do projeto de desenvolvimento saíssem do plano das ideias e que fosse apresentada, em termos práticos, a implantação do Ensino Superior no Piauí. Foi então criada a Faculdade de Direito do Piauí.

O quadro docente inicial foi composto, em sua maioria, por egressos da Faculdade de Direito de Recife, lugar para aonde a maioria dos estudantes piauienses com mais recursos financeiros buscavam fazer curso na faculdade de Ciências Jurídicas. Contudo, no início do século XX, houve diminuição da procura pela Faculdade de Recife, porque foram instaladas algumas “novas Faculdades de Direito na região do Norte e do Nordeste, como as do Pará (1902), do Ceará (1903) e do Maranhão (1918), que passaram a atender à demanda própria de cada Estado e a fazerem concorrências à Velha Faculdade” (QUEIROZ, 1998a, p. 99).

Consta no Diário Oficial do Estado de nº 80, de 12 de abril de 1931, a publicação da Ata de Reunião que registrou “a constituição do Corpo de Direção da Faculdade de Direito do Piauí [...] e do Corpo Docente da dita Escola” (p. 5-6). Na ocasião foi constituída a Comissão Fundadora da Faculdade de Direito do Piauí, representada pelos Desembargadores Francisco Pires de Castro, Simplício Mendes, Cromwell Carvalho, Giovanni Costa, Christino Castelo Branco, Mario Baptista e Joel

⁷⁷ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, liderado por Getúlio Vargas (civil), sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com a finalidade imediata de abater o governo de Washington Luís e evitar a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. Movimento vitorioso em 24 de outubro com Vargas assumindo o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano (FGV/CPDOC, 2018).

Andrade Sérgio.

Segundo Celso Barros Coelho (1980, p. 243-245), egresso dessa Instituição e ex-professor da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, ousando, no bom sentido, avaliar os dez anos de incorporação dessa escola pela FUFPI, considerou que a Escola de Direito havia sofrido de “paralisia cultural”, após ser integrada por essa Fundação, em razão dos novos critérios de gestão por ela adotado no que diz respeito à contratação de professores.

Continuando sua crítica, Celso Barros desabafou, acrescentando: “não existe (*mais*) uma seleção do corpo docente, que antes existia; antes, na antiga Faculdade de Direito”. E assim prosseguiu na sua avaliação:

O ingresso dos professores naquela Faculdade era mediante concurso público [...]. Então, o que se pode dizer é que se tratava de um corpo docente mais qualificado, geralmente um corpo docente de que faziam parte figuras mais preparadas, homens com atividades políticas e sociais já definidas: tinham melhor qualificação, ao contrário do que ocorre atualmente (1980) na Universidade Federal do Piauí, onde o critério de admissão é meramente pessoal, ou político, sem que haja o empenho e interesse por uma melhor seleção de seu corpo docente (COELHO, 1980, p. 243-245).

O ponto de vista do Professor Celso Barros revela a sua impressão sobre a aplicação e funcionamento da gestão implantada após a criação da Universidade Federal do Piauí. Percebe-se, no seu discurso, certo desabafo no que tange às liberdades que existiam no interior da velha organização de Ensino Jurídico, agora absorvida pela nova gestão, sob a nova ordem.

3.2.2 Os Professores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

O quadro de professores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI foi constituído de um Médico, Padres, Advogados, Economista e Graduados em Cursos de Licenciaturas. O grupo de docentes era, portanto, bastante eclético, tanto sob o ponto de vista de formação profissional como ideológico. A categoria formada por bacharéis em Direito representava a maioria, e lecionava também na Faculdade de Direito e no Ensino Secundário da rede oficial e particular de Teresina.

Os “bacharéis-professores” apresentados desfrutavam de reconhecimento de seu saber pela sociedade teresinense. O formato eclético desse Quadro de Docentes da FAFI se justificava devido ao número de professores formados em

ciências jurídicas e da saúde estarem a par e passo com os bacharéis em Filosofia ou portadores de diplomas de graduações em Licenciaturas.

O Diretor na época, professor Clemente Honório Parentes Fortes e o Secretário – Tesoureiro, Benedito da Rocha Freitas Filho, eram bacharéis em Direito. Constata-se também, na FAFI, a presença de maior inserção do sexo feminino no corpo docente, com a contratação de três professoras; e no corpo discente se contavam muitas mulheres. Assim, o ambiente da FAPI começou a se integrar e a interagir mais no seio da sociedade, diminuindo de fato a exclusão do sexo feminino, com a inserção de mulheres, tanto na composição profissional do quadro docente como pela conquista das vagas de vestibulares naquela Faculdade.

O Parecer Nº 3, de 1958, da Comissão de Ensino Superior, do CNE-Conselho Nacional de Educação, atualmente CFE-Conselho Federal de Educação, foi lido em 05 de fevereiro de 1958, e aprovado no dia 10 ainda do mês, Também nesse Parecer foi incluído a relação de 19 nomes aprovados por aquele Conselho, para compor o Corpo Docente da Faculdade, dentre os quais dois eram mulheres.

De acordo com o Parecer Nº 3/1958, os professores listados foram os seguintes: Licenciados: Maria de Lourdes Leal Nunes, Teresinha Pinheiro Leal Nunes, Álvaro Alves Ferreira e Acrísio Torres de Araújo; Advogados: Benjamin do Rego Monteiro Neto, Celso Barros Coelho, Clemente Honório Parentes Fortes, Claudio Francisco Ferreira, João Alfredo de Carvalho Lima, José Camilo da Silveira Filho, Manoel Paulo Nunes, Oscar Olímpio Cavalcante⁷⁸, Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Rogério de Castro Matos, Waldir de Figueiredo Gonçalves e Wilson de Andrade Brandão; Padres: Hermínio Davis Filho e Raimundo Nonato Melo; e Médico: Lineu da Costa Araújo.

Entre os 19 nomes aprovados e publicados pelo CNE, no primeiro momento, somente 9 foram convocados para assumir as “Cadeiras” ofertadas para dar início ao ano letivo da Faculdade, os Padres Hermínio Davis Filho e Raimundo Nonato Melo; os Advogados Celso Barros Coelho, Claudio Francisco Ferreira, José Camilo da Silveira Filho e Wilson de Andrade Brandão; o Médico: Lineu da Costa Araújo; e os Licenciados: Teresinha Pinheiro Leal Nunes e Álvaro Alves Ferreira, respectivamente, formados em Línguas Neolatinas e Geografia.

No segundo ano letivo da FAFI (1959), foram convocados mais quatro

⁷⁸ Oscar Cavalcante também era Odontólogo.

professores, os Advogados: Benjamin do Rego Monteiro Neto, João Alfredo de Carvalho Lima, Manoel Paulo Nunes e Raimundo Nonato Monteiro de Santana.

Dois anos depois, em 1960, no relatório enviado ao MEC, referente a esse ano letivo, constava o nome de três mulheres: Teresinha Pinheiro Leal Nunes (Letras Neolatinas), Helena Rocha (Letras Neolatinas) e Delfina Augusta Borralho Boavista (Geografia e História). Vale enfatizar que a maioria dos habilitados a serem professores na FAFI era de egressos da Faculdade Federal de Direito do Piauí.

É compreensível essa importação de profissionais, por ser reconhecida a grande carência de docentes que acometia ao Estado do Piauí, para fazer cumprir urgentemente a exigência legal de manter professores graduados na educação secundária, os quais, por certo tempo, conforme já mencionado, tinham como única fonte de qualificação a formação oferecida pela CADES.

Um dos grandes problemas, ao convencer um profissional a se tornar um professor da FAFI, parava no importante critério: o convidado deveria contribuir na criação de um Curso Superior, mas não receberia remuneração integral nem compatível com a função. Sobre o assunto, Wall Ferraz, em depoimento no Seminário *Presente do Passado: a Faculdade de Filosofia na História da Educação do Piauí*, realizado em 1995, mas cujos Anais foram publicados em 2002, diz que

Todo mundo trabalhava praticamente de graça. Havia somente aquela chama, aquela fé de manter viva e crescente a instituição que ora se inaugurava [...] para as aulas noturnas, a gente se dirigia saindo às vezes do expediente de trabalho ou de outro colégio para chegar à Faculdade de Filosofia [...]. Os professores que ali estavam queriam mesmo dar aulas. Sonhavam. Achavam importante para o Piauí a existência daquela Faculdade. Professores ocupadíssimos como o Camilo da Silveira, que tinha várias outras turmas em outros colégios e inclusive outros empregos eu também ocupado. O professor Santana que lecionava também na FADI. O prof. Paulo Nunes que tinha a ocupação da Inspetoria Seccional. Digo o seguinte: o retrato que tenho da FAFI [...] é de pioneirismo, de luta e até de sacrifícios de alunos e de professores para manter aquela escola sem a qual jamais existiria Universidade, isso é bom que se diga [...] a base da intelectualidade desta Universidade. [...].

No mesmo Seminário, o Padre Raimundo José Airesmoraes Soares complementa sobre essa base da intelectualidade, quando falou sobre a Missão da FAFI:

A missão da FAFI era [...] expressa por uma palavra muito em uso na época. [...] conscientização! A missão [...] era conscientizar a pessoa humana de todas as suas dimensões para que ela não apenas o fosse, mas

também atuasse no meio da comunidade global de acordo com suas dimensões específicas.

No ano de 1968, o Diretor da FAFI, Professor Clemente Honório Parentes Fortes, foi substituído pelo Padre Raimundo José, que permaneceu na função até a mudança dessa escola para o Campus da Ininga, face sua incorporação pelo UFPI. Mudança que, de modo gradativo, porém muito rápido, impôs a extinção da Faculdade de Filosofia do Piauí, pois os professores pertencentes à FAFI passaram a pertencer ao Quadro Geral de Professores da UFPI, organização que se fez conforme a Lei 5.540/1968, cuja estrutura organizacional era estabelecida por Departamentos e Centros Acadêmicos.

De posse dos tempos desses novos professores egressos da FAFI, a UFPI os distribuiu para preencherem necessidades de docentes em outros Cursos, colocando praticamente no ostracismo a FAFI, uma vez que essa não recebeu o *status* de Departamento e culminou com o fechamento o Curso de Filosofia, por aproximadamente três anos, uma vez que esse Curso só foi reaberto em 1973.

3.2.3 Os Professores da Faculdade de Odontologia do Piauí

Na Faculdade de Odontologia do Piauí, criada em 1959, os primeiros Professores eram Cirurgiões-Dentistas e Médicos, todos reconhecidos pela sociedade teresinense. O Corpo Docente informado e autorizado pelo MEC foi composto por 12 profissionais: 8 Dentistas e 4 Médicos.

Os Médicos, considerados como Professores Fundadores da então Faculdade de Odontologia, foram: Carlos Maia e Silva, Dirceu Mendes Arcoverde, Francisco das Chagas Machado Lopes e Mariano Gayoso Castelo Branco (33,3%); e os Odontólogos foram: Antônio José Pacífico Marques, Bernardo Pontes Ribeiro de Melo, Creso Genuíno de oliveira, Francisco das Chagas Franco, João de Almeida Costa, Oscar Olímpio Cavalcante, Sebastião da Rocha Leal e Waldimir Elias Hidd (66,7%).

Pode-se afirmar que a ideia de criar uma faculdade na área de saúde no Piauí foi fruto do esforço de pessoas com respaldos em diversos seguimentos de intelectos, e tinham trânsito livres em todas as esferas do poder público municipal, estadual e federal. Essa posição social e política facilitou sobremaneira o trabalho do

grupo de profissionais interessados na constituição da Faculdade de Odontologia, para se empenhar cada vez mais no sentido de tornar real a Primeira Faculdade na área de saúde no Estado do Piauí.

Há de se convir que os profissionais atuantes no primeiro Quadro de Docentes na Faculdade de Odontologia do Piauí, e que mais tarde, por transferências contingenciais, compuseram o Quadro de Professores da UFPI, formaram o elenco dos mais distintos que, na época, Teresina possuía e, com obvidade, foram aqueles que estavam dispostos a contribuir com o pioneirismo do Ensino Superior na área de saúde no Piauí.

Vale também aqui destacar que esses professores (Odontólogos e Médicos), embora trabalhassem em uma instituição privada – Faculdade de Odontologia do Piauí – por longo período, não recebiam a remuneração certa pelas atividades laborais que exerciam, porque a expectativa daquele grupo era ver sua ação concretizada: reconhecida por haver criado no Piauí mais uma escola de ensino superior.

3.2.4 Os Professores da Faculdade de Administração do Piauí - FAPI

De acordo com os relatos orais colhidos de precursores do ensino superior em Parnaíba-Piauí – ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários do CMRV – todos os primeiros professores que ministraram aulas no primeiro curso de Administração de Empresas, na Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), praticaram aulas sem receber pagamentos durante os dois primeiros anos de existência do curso.

Lauro Andrade Correia recordou, durante entrevista (2009), a conhecida expressão: “Os professores não recebiam vencimentos. Dois anos de trabalho de graça. Certamente, alguns acreditando que, no futuro, o quadro pudesse se modificar”. Israel José Nunes Correia, Professor do CMRV, declarou que, no final da década de 1960, adolescente na época, presenciava frequentes reuniões realizadas, em sua residência, para tratar sobre os assuntos da Faculdade. Conta que observava as “aguras e as venturas” dos membros do projeto para implantar uma Faculdade em Parnaíba.

No seu depoimento, o Professor Israel Correia afirma que as dificuldades eram grandes, enfrentadas por aqueles idealizadores. E pede para dar um detalhe,

que “compartilha hoje o orgulho parnaibano”, “[...] você já deve ter ouvido falar o que todos repetem com orgulho: é o fato dos pioneiros do ensino superior em Parnaíba terem trabalhado de graça uns dois anos. Trabalharam de graça!” (CORREIA, I., 2009).

As recordações de Israel Correia sugerem pensar Parnaíba, na classificação de Halbwachs (1990, p. 34), como uma “comunidade afetiva”, fazendo com que a memória coletiva possa subsistir o tempo, manifestando-se importante em cada nova geração e para cada nova geração. A narrativa sobre o perfil dos primeiros professores que consubstanciaram a construção do quadro de professores da UFPI chama a atenção para um fato curioso, para não dizer coincidente: tanto os professores das três primeiras Faculdades Estabelecidas em Teresina: a Federal de Direito; a Católica de Filosofia e a Particular de Odontologia, e, também, todos os professores da Faculdade de Administração de Parnaíba, não recebiam regularmente pagamentos pelos trabalhos realizados.

Passos (2003 p. 232), na sua análise, explica que “a atividade docente era apenas uma atividade prestimosa, da qual recebiam pouco ou nenhuma remuneração [...] ou era complemento aos rendimentos auferidos em outras atividades profissionais”.

Na reflexão de Oscar Cavalcante, primeiro Diretor da Faculdade de Odontologia e de Wall Ferraz, Professor da FAFI, o despojamento dos professores representava o olhar maior para o futuro dos jovens do Piauí. Certamente, os dois últimos refletem visão de futuro na educação piauiense, entendendo que, sem o desprendimento desses professores, com certeza, na época, o Ensino Superior no Piauí não teria se estabelecido.

Segundo José Nelson de Carvalho Pires (2009), pelos idos de 1960 a maioria dos diplomados no Piauí residiam em Teresina. Era na Capital o lugar onde se contava com muitos candidatos, embora sem Curso de Magistério, mas reunindo condições intelectuais para executarem, pelo menos, os requisitos medianos da função docente. Por um lado, isso justificava o porquê das poucas faculdades existentes, quase todas estabelecidas na Capital. Ademais, a montagem de um quadro de professor, por qualificação de docentes, acontecia como na maioria dos Estados brasileiros: pinçavam-se seus professores entre grupos de homens da cidade, por indicação social pessoal ou recomendação política.

A montagem do primeiro quadro de professores na FAPI ocorreu realmente com grandes dificuldades. A FEP-Fundação Educacional de Parnaíba, mantenedora da Faculdade de Administração de Empresas, efetivamente não possuía recursos que pudessem honrar compromissos financeiros com os professores.

Por outro lado, existia a falta de credibilidade, de grande parte da população parnaibana, sobre a possibilidade de instalação de um Curso Superior na cidade. Se não bastasse, havia ainda a carência de capital humano qualificado e disponível para a empreitada na cidade. Havia Advogados, Médicos, Economistas, Engenheiros, mas não Administradores de ofício, nessa categoria de pessoas a maioria não estava propensa a colaborar, nem investir na ideia para o futuro.

Nesse clima de incertezas, e quase total desinteresse do público-alvo, foi realizado o trabalho de recrutamento de professores para a FAPI. Sobre como os primeiros professores foram recrutados, Lauro Correia apresentou o seguinte:

Eram recrutados da elite empresarial da cidade. Porque na cidade havia uma elite empresarial. Toda cidade tem uma, é óbvio. [...] O fato é que o recrutamento era esse. Fomos, aos principais empresários da cidade, perguntando qual era a disciplina que eles estavam aptos a lecionar. Você está apto a lecionar? Diretrizes Administrativas? (CORREIA, L., 2009).

Aqueles poucos que acataram a experiência de ser professor tinham perspectivas nas possibilidades de mudança política no Estado, e alimentavam a esperança de que no Governo Estadual, algum dia, viesse a assumir o poder um partido político que tivesse afinidade com o corpo dirigente da faculdade e garantisse investimentos em obras estruturais do poder público na aplicação de projetos de interiorização da Educação e expansão do Ensino de Nível Superior do Piauí.

Por oportuno, tais professores deviam estar considerando, também, que caso Parnaíba dependessem somente do Governo Federal, então teriam apoio assegurado, pois, politicamente já contavam serem bem assistidos, haja vista contarem com boas relações junto ao Ministério do Planejamento, por ser o Ministro João Paulo dos Reis Velloso com poder e livre trânsito no meio político Federal, e por meio dessa autoridade, já acorriam para Parnaíba alguns favorecimentos da União, os quais poderiam ser aumentados, se tivessem solicitações políticas partidárias.

Em Parnaíba, eram poucos os profissionais diplomados, residentes na cidade, que acreditavam no processo de desenvolvimento através da qualificação profissional e depositavam fé no que a cidade poderia ganhar ao ter um curso superior. Aos profissionais que aceitaram ser professor da FAPI, a FEP decidiu criar um “curso de formação”, por meio do qual os Profissionais pudessem conhecer as metodologias aplicadas e se prontificarem para ensinar o quê, para quem e quando, conforme o avanço da Faculdade de Administração. Sobre esse assunto, Lauro Correia comenta:

Os professores que foram lecionar na primeira Faculdade de Administração do Piauí foram Engenheiros, Advogados [...] Eu Engenheiro e Advogado; o Cândido era Médico; o Zé Machado (José Pinheiro Machado) era Advogado. E todos foram. Todos fizeram o curso. Aqueles que estavam sendo selecionado pelo professor José Orlando, que nessa altura veio aqui em Parnaíba. Nessas alturas, eu já tinha trazido de Fortaleza todo o quadro de disciplinas, para poder, junto com o professor José Orlando, identificar entre os possíveis, prováveis, aqueles que dariam certo para ministrar as disciplinas. Alguns foram rejeitados pelo MEC. Dois foram rejeitados. Foi um trabalho criterioso, cuidadoso. Foi distribuído assim: este se encaixa nessa matéria, esse não... Este professor se encaixa nessa disciplina, esse para essa. Procurando observar como cada um se relacionava com as matérias que foram trabalhadas (CORREIA, L., 2009).

A FAPI contava dois anos quando foi federalizada pela UFPI, e já havia constituído um quadro de docentes com 16 professores. Enfim, o Ensino Superior foi estabelecido no Litoral piauiense em razão do trabalho que esses professores pioneiros realizaram na história da educação em Parnaíba. Foi montada a exposição de uma Galeria de Fotos, dando vistas à população ao público visitante em geral, as fotografias homenageando os “Dezesseis Professores”, profissionais que foram aceitos pelo MEC para o exercício da função.

Os registros sobre os “Dezesseis Professores” podem ser enfatizados, conforme a interpretação dos conceitos de Le Goff (2005), como documentos históricos que resultaram da montagem do historiador da época e da sociedade que os produziram, ainda que em silêncio, pois o que fica é o testemunho. O documento é o monumento.

O primeiro quadro de docentes da FAPI, que foi, como os contemporâneos, da época, hoje dizem “o que se pode conseguir à duras penas”, formou-se com os seguintes profissionais: Advogados: José Pinheiro Machado, Carlos Alberto Teixeira, Walter de Carvalho Miranda, José Emiliano Paes Landim Filho, Francisco de Assis

Cajubá de Brito, Marc Theophile Jacob, Leônidas de Castro Melo Sobrinho e Israel Broder, representando 50% cinquenta por cento do universo de Professores da Faculdade.

Os cinquenta por cento restantes do citado Quadro de Professores fechou com a seguinte composição: 25% por Engenheiros: Lauro Andrade Correia, Antonio Emilio de Araújo Seligman, Humberto de Paula Castro e Benedito Alves Pereira; e os outros 25% preenchidos com diversificados profissionais: em Teologia: Mons. Antonio Monteiro Sampaio; em Medicina: Cândido de Almeida Athayde; em Economia: Antonio Thomaz da Costa Filho; e em Farmácia, Carlos Henrique Pires de Athayde.

3.2.5 Os Professores da Faculdade de Medicina do Piauí

Em 1965, quando as ideias em prol da criação de Faculdade de Medicina do Piauí começaram a tomar corpo, as ações políticas no Estado já estavam muito melhoradas, especialmente em Teresina, onde um GT – Grupo de Trabalho bem constituído, finalizava as providencias para a concretização da ansiada Faculdade, sem muito transtorno. Essa proposta de criação da Faculdade de Medicina do Piauí enfrentou embates, encarando dificuldades, como todos os projetos dessa natureza enfrentam, mas, com argumentos mais fundamentados, os trâmites burocráticos, políticos e legais do processo transcorreram em tempo relativamente curto.

Uma das dificuldades mais críticas que os projetos de constituição das Faculdades Isoladas criadas no Piauí foi à formação dos Quadros de Docentes, e esse não foi um ponto passivo da Faculdade de Medicina, nem também ocorreu de forma semelhante a cada uma das outras, não por motivo de uma exceção de esforços particulares ou maior competência, mas porque Teresina dispunha de uma classe médica mais coesa e forte, cujas atividades em prol da Faculdade de Medicina obtinham maior reconhecimento, tanto dentro do próprio Estado quanto nacionalmente.

Quando da formação do seu Quadro de Professores, a Faculdade de Medicina não apresentava dificuldade maiores para encontrar profissionais na área; apenas havia supérveis necessidades de providências pedagógicas, mas este era um fato que se poderia resolver com ofertas de Cursos de Especialização

Pedagógica para alguns deles.

Entre os indicados para a docência no Curso de Medicina, são lembrados os médicos: Carlyle Guerra de Macedo, Dirceu Mendes Arcoverde, José Nathan Portella Nunes, Lívio Williams Parente Fortes, Luiz Gonzaga Pires, Lineu da Costa Araújo, Zenon Rocha, e Francisco Ferreira Ramos, que já ministravam aulas na rede pública de ensino, sendo que Lineu Araújo era também professor na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, e Dirceu Mendes Arcoverde era professor da Faculdade de Odontologia do Piauí.

O que não faltava, então, era pessoal apto para a docência e a oportunidade em termos políticos. A situação era promissora, haja vista que, na época, o Governador Petrônio Portela (1963-1966) demonstrava atitudes solidárias à causa defendida pela classe médica, e intelectuais ativos na sociedade piauiense, na área da educação.

A trajetória para contratação e os perfis profissionais dos Professores que compuseram o primeiro quadro de docentes do UFPI é assunto tratado no teor do quarto capítulo deste trabalho de pesquisa.

O Capítulo a seguir trata sobre os perfis e trajetórias de professores que constituíram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI – Prosopografia ou Biografia Coletiva.

4 PROSOPOGRAFIA: PERFIS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES QUE CONSTITUÍRAM O PRIMEIRO QUADRO DE PROFESSORES DA UFPI.

O presente Capítulo trata sobre Prosopografia ou Biografia Coletiva. É formado de dois subcapítulos: o primeiro apresenta a construção da prosopografia dos Docentes que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1968-1971); e o segundo subcapítulo demonstra as formas de Remuneração dos Primeiros Professores da UFPI. Para construção da discussão, utilizou-se, como base teórica, Heinz (2006) e Stones (2011), e outros que estudam o assunto.

Biografar é tarefa difícil. O pesquisador deve compreender essa metodologia e sua melhor aplicação como técnica de investigação, e isso representa, entre outras formas, um dos maiores desafios da pesquisa historiográfica. Segundo teóricos como Heinz (2006) e Stones (2011), defensores da técnica denominada biografia coletiva ou Prosopografia, trata-se de um método cuja base teórica é de simples organização, na medida em que se defina a sua população, a partir de um ou mais critérios selecionados, que estabeleçam uma descrição biográfica e as variáveis possibilitem desenhar a dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política dos biografados.

Heinz (2006) e Stones (2011) apresentam a prosopografia como uma possibilidade de investigação, utilizando-se de características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Os autores afirmam que esse método se constitui em estabelecer um universo a ser estudado, de modo que, ao se fazer escolha por essa estratégia, passa-se a investigar um conjunto de categorias invariáveis, que podem ser a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos, entre outras.

Heinz (2006, p. 11) defende que as biografias coletivas são eficientes na medida em que dão “visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar”. Stone (1996) coloca o entendimento conceitual de que prosopografia, ou biografia modal, é uma biografia coletiva de um grupo específico. Desse ponto de vista, a prosopografia tem como estratégia, em primeiro lugar,

identificar o universo a ser pesquisado; em segundo lugar, estabelecer características comuns dos personagens do grupo, através de um estudo coletivo que busca “questões uniformes” tais como: dados pessoais, acadêmicos, profissionais, filiação de ideias partidárias, sociais e outras. (STONE, 2011).

Stone (2011) afirma ainda que, nos últimos 40 anos, a biografia coletiva – segundo os historiadores modernos, a análise de carreiras – segundo os cientistas sociais, ou a prosopografia – segundo os antigos historiadores, desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico. No que tange ao estudo sobre os Docentes que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI, tomou-se como critérios: Dados Pessoais, Dados Acadêmicos, e Dados Profissionais.

No primeiro critério, Dados Pessoais, estabeleceu-se como objetivos identificar a nacionalidade, naturalidade, filiação e data de nascimento. No segundo critério, Dados Acadêmicos, quis-se saber sobre o tipo de graduação e pós-graduação e em que IES esses sujeitos, respectivamente, cursaram e, no último critério, Dados Profissionais, buscou-se conhecer as suas atividades laborais, considerando-se a principal, e mais duas que surgiram à medida que se foi conhecendo, na pesquisa, o perfil de cada Professor que compôs o referido Quadro.

Dessa maneira, entende-se ser possível estabelecer aspecto desses professores, e, com as variáveis selecionadas, procurou-se obter informações sobre os indivíduos no universo do objeto de estudo que, justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas, com o objetivo de encontrar tanto correlações internas, quanto das correlações com outras formas de comportamento ou ação desses sujeitos.

Stone explica que a prosopografia é usada como um procedimento cuja utilização possibilita, ao pesquisador, aprofundar estudos em dois dos mais básicos problemas na história, ou seja, trata no que tange às origens da ação política, e o outro, a estrutura e as mobilidades sociais. Desse modo, o primeiro busca desvelar os interesses mais densos que se considera “residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles” (STONE, 2011, p. 115).

Quanto à estrutura e à mobilidade social, Stone orienta que é “um conjunto de

problemas [...]” e que envolve espontaneamente a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nessa ação ao “longo do tempo, de grupos de *status* específicos”, que Stone chama usualmente de elite, os quais são “possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas”.

No caso específico dos Primeiros Professores da UFPI, estes eram os mais seletos e queriam ser professor desta IES. Outro conjunto de problemas que esse autor apresenta é sobre a determinação do grau de mobilidade social em determinadas condições através de um “estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos de certo *status* político ou posição ocupacional”, cujo significado de tal “posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família”.

Ademais, apresenta ainda um terceiro conjunto de problemas que lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Nessa perspectiva, na visão de seus representantes, a intenção da prosopografia é “dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (STONE, 2011, p. 116).

Entretanto, a prosopografia, como qualquer outro método, apresenta perigos em sua utilização. Para colaborar com o uso desta metodologia, Stone (2011) apresenta como estratégia quatro pontos importantes, que o pesquisador deve levar em conta e não seja pego no “escuro”, conforme se explica: 1) Carência de subsídios – considerando que a prosopografia somente pode ser empregada em grupos documentados, e assim sendo verifica-se limitação de seu uso, especialmente no que diz respeito aos períodos e a determinados grupos, que na maioria das vezes fazem ligação com uma elite ou profissionais públicos; 2) Erros de categorização de dados – uma vez que uma cultura nacional e também de várias subculturas – étnica, profissional, religiosa, ocupacional, econômica, política, social, entre outras – podem acarretar uma classificação errada ou parcial do indivíduo estudado. Fundamentado nessa teoria, Stone presta-se a ensinar que não há uma classificação de validade universal para a descrição de um sujeito. Ademais, no ato da escolha de um participante para a pesquisa, o próprio pesquisador poderá

conduzir ao erro de uma classificação, ao escolher uma pessoa errada, atitude que trará diferenças significativas na composição dos resultados da pesquisa; 3) Erros na compreensão de dados coletados – no caso de se escolherem trabalhar com grupos muito grandes, considerando a sua complexidade, tornar-se difícil definir uma pequena amostra da população investigada; e, por último, 4) O fato das limitações da compreensão histórica – considerando que pode ocorrer quaisquer erros nos outros processos e que tais erros podem ser solucionados através da experiência e literatura. Todavia, o pesquisador deve considerar que existem erros com grau maior de complexidade do que outros, para fazer alinhamento. Assim, considerando que os estudos se concentram em uma elite, pode-se não perceber alterações expressivas que estavam acontecendo em torno dos participantes da pesquisa, sobretudo do ponto de vista dos que não apresentam documentação de estudo do pesquisador.

Segundo Stone (2011), o procedimento metodológico apresenta melhor resultado quando aplicado em grupos bem definidos. Levi, por sua interpretação, diz “que os grupos não devem ser muito grandes”. Sobre isso Stone (1971, p. 46) chama a atenção, ainda, sobre os “vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo se são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas”. E, que, em seguida, tais informações são examinadas, fazendo-se encadeamentos internos e correlacionando-as com outras formas de comportamento e ação.

Bulst, (2005, p. 50-51 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 2) argumenta sobre a incerteza e dúvida para se designar o conceito de prosopografia como “coleção e catálogo de todas as pessoas de um grupo definido temporal e espacialmente”; ‘ciência auxiliar’; ‘pesquisa e a representação da vida do homem individualizado de tempos passados’”. Bulst provoca, assim, que os significados de prosopografia são múltiplos. Contudo, um ponto que converge de quase todos os significados é que a técnica estuda o indivíduo em função do contexto no qual está inserido. Stone (1971) também tem esse ponto de vista em relação ao indivíduo com a totalidade.

De acordo com Almeida (2011), a crescente produção de história contemporânea ou de sociologia histórica utilizando o método prosopográfico se “deve a razões intelectuais, novas técnicas que surgiram e do descrédito relacionado aos métodos estatísticos globais e da influência intelectual do marxismo, que

privilegiou as classes sociais de grandes contingentes [...]” além do interesse de aproximar a experiência individual e da diversidade das trajetórias sociais levaram os historiadores contemporâneos pela utilização de “micro-história social, que requeria ter como método privilegiado a prosopografia ou biografia coletiva” como bem o uso generalizado da informática permitiu a composição de bancos de dados cada vez mais complexos.

O recurso da prosopografia foi concebido como uma mudança de perspectiva em relação à história social tradicional, pautada na documentação serial. Assim, os historiadores procuraram apreciar, de forma aprofundada, as pequenas coletividades representativas de um problema. Por isso, as biografias coletivas admitem reconstruir respostas às grandes ações da história social tradicional, sem se fechar na estrutura pré-construída elaboradas nas fontes seriais e quantificáveis.

Nesses novos enfoques, os grupos se decidem a partir de seus atributos relacionais ou por seus conceitos mútuos, ou, ainda, pela capacidade em “impor uma imagem de si mesmo aos outros” (ALMEIDA, 2011 p. 3). Desse modo, a compreensão sobre a noção de construção do objeto torna-se decisiva para os que trabalham com biografias coletivas.

É nesse sentido que Stone trouxe, a partir de 1971, as primeiras apreciações ao método prosopográfico no que diz respeito aos trabalhos de história moderna guiados no pensamento de Lewis Namier (CHARLE, 2006, p. 45), que afirma: “os vieses das fontes oficiais sobre as quais repousam as biografias induzem uma visão parcial da realidade; a delimitação das populações é bastante arbitrária; os critérios definidos para as biografias são com frequência redutora”. Ademais, ponderando que essas críticas transportariam para uma visão elitista dos grupos dirigentes e de suas relações com a sociedade.

Tais apreciações, entretanto, corroboram-se apenas caso o historiador confunda o método com a finalidade do estudo e se esqueça de que o seu trabalho pressupõe examinar apenas uma parte da fração da realidade, em função das fontes elegidas e os limites determinados em seu instrumento, os questionários bibliográficos. Por outro lado, o risco de cair nestas armadilhas torna-se menor quando se trabalha com períodos recentes, visto que os efeitos das biografias coletivas podem ser checados com outras fontes e a abundância das populações, além das elites antigas, que podem ser estudadas.

Desses riscos, Charle (2006) chama a atenção para o anseio do historiador, uma vez que, ao se valer da técnica prosopográfica, pode consistir na probabilidade de perda da extensão coletiva da população que compõe o seu objeto de estudo, afora de reconhecer a população estudada como um somatório dos indivíduos que fazem parte dessa população.

Para Charle (2006, p. 45):

O historiador prosopógrafo navega, todavia, entre dois rochedos: aquele da biografia indefinida de indivíduos (com o risco da perda da dimensão coletiva) e aquele, inverso, da ampliação das grandes amostras com as dimensões de toda a sociedade (com o risco de reduzir o questionário a sua mais simples expressão).

O método de investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história, através do estudo coletivo de suas vidas, segundo Stone (2011), desde que corretamente aplicado, poderia ser usado como instrumento para enfrentar dois problemas principais relativos à pesquisa em história. Primeiro, a investigação das raízes da ação política evita que o historiador caia nas armadilhas frequentemente postas pela retórica, que conduz ao obscurecimento da análise do discurso político; o segundo problema é a análise da composição e mobilidade social em relação ao papel do grupo na sociedade.

As mudanças que ocorrem na história, ao longo do tempo, são observações que o historiador não pode perder de vista, como por exemplo, a determinação do nível de mobilidade social pelo estudo das origens sociais e geográficas, a ascensão a determinado status político ou ocupacional, os reflexos dessa posição na carreira e os efeitos da manutenção dessa posição sobre a fortuna da família.

Os papéis desempenhados por esses atores permitem que estes sejam pensados a partir da recuperação de sua origem regional, da formação, do contexto familiar e de sociabilidade, do espaço de sua ação e de sua função dentro de uma sociedade, bem como seu desempenho na administração pública. Contudo, as trajetórias individuais não representam o mais importante, pois o principal é entender, no conjunto, uma representação coletiva do grupo de atores (ALMEIDA, 2011).

A prosopografia ou biografia coletiva não é algo novo, contudo, o novo, verdadeiramente, consiste na intensidade e no entendimento metodológico

atualmente praticado na pesquisa histórica, e mais do que isso, mudaram-se as perspectivas e os objetivos ligados à prosopografia como método aplicado à pesquisa histórica, bem como seus objetos.

Verifica-se que tais características foram atendidas na escolha do Grupo de Professores das Faculdades Isoladas do Piauí, que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI, no ato de constituição da IES, no período de 1968 a 1971. Desse modo, das respectivas faculdades, foi selecionada uma amostra de dez indivíduos (Professores), servindo de boa representatividade, tanto quantitativa quanto qualitativa, para esse estudo, relativo aos docentes lotados nas cinco Faculdades Isoladas do Piauí, que compuseram o referido Quadro.

Para os fins desse estudo, tomou-se o universo dos Professores das Faculdades Isoladas, determinando o grupo de docentes que, por forças de contingências, se tornaram Professores da Universidade Federal do Piauí, através da Fundação Universidade federal do Piauí – FUFPI. Os selecionados estão definidos em uma amostra, considerada em um número de professores relativamente suficiente para serem pesquisados e analisados. As informações qualitativas e quantitativas foram encontradas nos arquivos públicos do Piauí; da UFPI; do CMRV; bem como também através de depoimentos, entrevistas e outros meios válidos, como jornais da época que mantinham grande circulação local.

4.1 A construção da prosopografia dos Docentes que compuseram o Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1968-1971)

O primeiro passo, para a realização desta pesquisa, foi a identificação dos professores que compuseram o primeiro quadro docente da UFPI, oriundos das Faculdades Isoladas do Piauí. As informações colhidas para dar corpo para o trabalho desenvolvido foram encontradas nos Arquivos do CCHL da UFPI, Arquivo Público do Piauí e acervo desta pesquisadora – montado a partir de entrevistas realizadas em 2009, além de depoimentos de alguns desses personagens participantes, fornecidos para o jornalista e escritor Luiz Bello (1980), registrados em um trabalho datilografado, que apresenta a trajetória da História da Educação do Piauí.

O critério escolhido para seleção dos dados da amostra desta pesquisa foi que esses professores escolhidos estivessem trabalhando nas Faculdades Isoladas

do Piauí no período de 1968 a 1971, ou seja, da constituição da FUFPI até a integralização das faculdades e constituição da UFPI. Assim se procedeu, pinçando, em cada Faculdade Isolada, profissionais correspondendo ao critério estabelecido, nominados a seguir:

Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – foram selecionados os professores Carlos Bresciani, Celso Barros Coelho, Giuseppe Bulfoni, Cláudio Francisco Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Melo, Homero Bento Lopes, Manoel Paulo Nunes, Teresinha Pinheiro Leal Nunes, Cazimiro Távora Ramos Filho, e Raimundo José Airesmorais Soares;

Faculdade Federal de Direito do Piauí – os professores Benjamin do Rego Monteiro Neto, Edgar Nogueira, Heli Ferreira Sobral, Joaquim de Alencar Bezerra, José Eduardo Pereira, Manfrede Mendes de Cerqueira, Paulo de Tarso Mello e Freitas, Robert Wall de Carvalho, Rosmarino do Rêgo Monteiro e Vespasiano José de Rubim Nunes;

Faculdade de Odontologia do Piauí – os professores Antônio José Pacífico Marques, Bernardo Pontes Ribeiro de Melo, Carlos Maia e Silva, Dirceu Mendes Arcoverde, Francisco da Chagas Franco, Francisco das Chagas Machado Lopes, João de Almeida Costa, Oscar Olímpio Cavalcante, Sebastião Rocha Leal, e Waldimir Elias Hidd;

Faculdade de Administração – os professores foram Antonio Emílio Araújo Seligma, Antonio Monteiro Sampaio (Mons), Cândido de Almeida Athayde, Carlos Henrique Pires de Athayde, José Emiliano Paes Landim Filho, José Nelson de Carvalho Pires, José Pinheiro Machado, Lauro de Andrade Correia, Marc Theoplile Jacob, e Walter de Carvalho Miranda; e

Faculdade de Medicina do Piauí – selecionados os professores Carlyle Guerra de Macedo, Dirceu Mendes Arcoverde, Francisco Ferreira Ramos, Gerardo Magela Fortes, José Nathan Portella Nunes, Ludgero Raulino da Silva Neto, Lineu da Costa Araújo, Luiz Gonzaga Pires, Renato Ferreira Paz, Salomão Azar Chaib e, Zenon Rocha.

Para efeito de sistematização da prosopografia e para as informações individuais e pessoais sobre os Professores se apresentarem mais espelhadas, foram montados Quadros de Dados Biográficos, colocando as respostas coletadas e catalogadas, em colunas, considerando três bases de evidências: Pessoais,

Acadêmicos e Profissionais.

A leitura dos Quadros de Dados Biográficos apresentados abaixo poderá permitir entrever uma necessidade de se buscar novos encaminhamentos específicos, para complementar as informações coletadas, haja vista as existências de lacunas de tempo e ocasião, nas reconstruções, parcialmente estruturadas, dos históricos de vida e atuações dos professores, que compuseram o Primeiro Quadro Docente da UFPI.

O Quadro 1, abaixo, aponta os professores oriundos da FAFI, observados na amostragem, sendo 02 professores de nacionalidade estrangeira (italianos), e 08 são brasileiros. Quanto à naturalidade, 05 são piauienses (78%), 02 cearenses e 01 maranhense. Quanto aos italianos, um é natural de Arco Di Trento e outro de Treppo Grande – Udine. A média de idade dos professores citados, no período de constituição do referido Quadro, era de 39 anos. Sobre a Formação Acadêmica: 50% eram formados em filosofia e Teologia; 40% formados em Direito e 10% eram formados em Letras. Cabe enfatizar que dos 10 professores representantes na amostra da FAFI, apenas 2 eram Docentes Profissionais, todos os demais exerciam atividades principais paralelas, ligadas às respectivas formações profissionais.

No quadro 2, observa-se que os professores oriundos da FADI eram 100% de nacionalidade brasileira, sendo 90% naturais do Piauí e 10% naturais do Rio de Janeiro, e a média de idade, em 1971, de 38 anos. Enfatiza-se que 100% dos professores possuíam graduação em Direito e apenas um deles possuía uma segunda graduação em Letras. Eram apenas 2 (correspondendo a 20%), os professores que possuíam pós-graduação, sendo: um, em *stricto sensu* (doutorado) e, um a nível de especialização. Entre os demais atores pesquisados, que correspondem a 80% dos elementos da amostragem, não se identificou formação a nível de “pós-graduação”. Quanto às instituições de origem da graduação visualizada, verifica-se que 30% vieram da FADI, 10 % da Faculdade de Niterói no Rio de Janeiro; 10% da Faculdade de Direito do Ceará, 10% da Universidade Federal de Minas Gerais e 10% realizou sua graduação na Faculdade de Direito do Maranhão e, quanto aos últimos 30%, não foi possível identificar as respectivas origens de formação. Quanto ao quesito “outras atividades”, as informações colhidas apontam que 60% eram magistrados, 20% desembargadores e 20% funcionários públicos. Também se constatou que dois desses professores exerciam como prática

principal a Advocacia.

No Quadro 3, acerca dos professores oriundos da Faculdade de Odontologia, verificou-se que 100% das personagens são brasileiros, mas não foi possível estabelecer a média de idade, pois não foram encontrados alguns anos de nascimento, nem a naturalidade de alguns professores. Sabe-se, entretanto, que 70% possuíam graduação em Odontologia e 30% eram graduados em medicina, e que 02 deles tinham como atividade secundária a política, e 01 era também formado em Direito e exercia a advocacia.

No quadro 4, observa-se que os 9 professores procedentes da Facime tinham, em média, 49 anos, eram brasileiros e todos bacharéis em medicina e possuíam pós-graduação, sendo: três em *stricto sensu* (doutorado), quatro residência médica em diferentes áreas, e em dois não se pode identificar qual a formação ao nível de “pós-graduação”. Quanto às instituições de origem da graduação, constata-se que de 45,01% não foi possível comprovar a origem; 22,22% procederam da Universidade Federal de Pernambuco; 11,11 % da Universidade da Bahia; e 22,22% da Universidade do Rio de Janeiro. Quanto ao quesito dados profissionais, verificou-se que todos tinham a Medicina como atividade principal; o magistério superior como trabalho secundário e a Política como atividade terciária.

O quadro 5, sobre os Professores procedentes da Faculdade de Administração, mostra que todos são brasileiros, com média de idade, em 1971, na ordem de 43,5 anos. De dois deles não se pode identificar a idade. Todos eles eram bacharéis em várias áreas e nenhum com curso de pós-graduação. Quanto às instituições de origem da graduação: um da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; um da Universidade do Brasil; dois da FADI; e seis não se pode identificar a faculdade de origem. Quanto ao quesito dados profissionais, apresentaram-se todos como trabalhando na área referente à sua própria formação acadêmica, mas apenas um tinha como atividade principal Professor. Oito foram os que se identificaram exercendo a atividade de Professor, como secundária e três tendo a Política como terciária.

Quadro 1: Professores da FAFI – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)

Professor	Dados Pessoais			Formação			Dados Profissionais		
	Nacionalidade	Naturalidade	Ano de Nascimento	Graduação	Pós	Instituição	Atividade Laboral		
							Principal	Secundária	Terciária
Carlos Bresciani	Italiana	Arco di Trento	1912	Filosofia Teologia		?	Sacerdote	Professor	
Cazimiro Távora Ramos Filho	Brasileira	Cearense	1939	Direito		?	Professor	Advocacia	
Celso Barros Coelho	Brasileira	Maranhense	1922	Direito		FADI	Professor	Advocacia	
Cláudio Francisco Ferreira	Brasileira	Piauiense	1911	Direito Teologia		FADI	Funcionário Público Federal	Professor	
Giuseppe Bulfoni	Italiana	Treppo Grande-Udine	1915	Filosofia Teologia		?	Sacerdote	Professor	
Homero Bento Lopes	Brasileira	Piauiense	1935	Filosofia Teologia		?	Sacerdote	Professor	
Manoel Paulo Nunes	Brasileira	Piauiense	1925	Direito	?	FADI	Professor	Advocacia	
Raimundo José A. Soares	Brasileira	Piauiense	1933	Filosofia Teologia	?	?	Sacerdote	Professor	
Raimundo Nonato de C. Melo	Brasileira	Piauiense	1921	Filosofia	?	?	Sacerdote	Professor	
Teresinha Pinheiro Leal Nunes	Brasileira	Cearense	1929	Letras	?	?	Professora	-	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo do CCHL/UFPI.

Quadro 2: Professores da FADI – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)

Professor	Dados Pessoais			Formação			Dados Profissionais		
	Nacionalidade	Naturalidade	Ano de Nascimento	Graduação	Pós	Instituição	Atividade Laboral		
							Principal	Secundária	Terciária
Benjamin do R. M. Neto	Brasileira	Piauiense	1915	Direito	Dr. em Direito	F. de Niterói - RJ	Magistrado	Professor	
Edgar Nogueira	Brasileira	Piauiense	1913	Direito		FDCE	Magistrado	Professor	
Heli F. Sobral	Brasileira	Piauiense	1913	Direito		FADI	Desembargador	Professor	
Joaquim de A. Bezerra	Brasileira	Piauiense	1936	Direito	D. Civil e em Int. do D. Civil	?	Magistrado	Professor	
José E. Pereira	Brasileira	Fluminense	1929	Direito e Letras	?	?	Advogado	Professor	
Manfrede M. de Cerqueira	Brasileira	Piauiense	1925	Direito	?	UFMG	Procurador da Justiça	Professor	
Paulo de Tarso M. e Freitas	Brasileira	Piauiense	1930	Direito	?	FADI	Magistrado	Professor	
Robert Wall de Carvalho	Brasileira	Piauiense	1918	Direito	?	FDMA	Magistrado	Professor	
Rosmarino do R. Monteiro	Brasileira	Piauiense	1923	Direito	?	FADI	Magistrado	Professor	
Vespasiano José de R. Nunes	Brasileira	Piauiense	1925	Direito	?	?	Advogado Funcionário Público Federal	Professor	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo do CCHL/UFPI

Quadro 3: Professores da Faculdade de Odontologia – parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)

Professor	Dados Pessoais			Formação			Dados Profissionais		
	Nacionalidade	Naturalidade	Ano de Nascimento	Graduação	Pós	Instituição	Atividade Laboral		
							Principal	Secundário	Terciária
Antônio José P. Marques	Brasileira	Piauiense	?	Odontologia	?	Fac. de Far. E Odont. de São Luis-MA	Dentista	Professor	-
Bernardo P. R. de Melo	Brasileira	?	?	Odontologia	?	Esc. Far. e Odont. do Estado Ceará	Dentista	Professor	-
Carlos A. Daniel	Brasileira	Piauiense	1932	Odontologia	Mestre	UFJF-MG	Dentista	Professor	-
Carlos M. e Silva	Brasileira	?	?	Medicina	?	FMBA	Médica	Professor	-
Dirceu M. Arcoverde	Brasileira	Piauiense	1925	Medicina	?	Univ. do Brasil	Médica	Professor	Político
Creso G. de Oliveira	Brasileira	Piauiense	1915	Odontologia	?	Univ. do Brasil	Dentista	Professor	-
Francisco das C. Franco	Brasileira	Piauiense	?	Odontologia	?	F. Flu.de Med Esc. Anexa de Odontologia	Dentista	Professor	-
Francisco das C. M. Lopes	Brasileira	Piauiense	1911	Medicina	?	FMBA	Médico	Professor	-
João de A. Costa	Brasileira	?	1924	Odontologia	?	Uni. Recife	Dentista	Professor	-
Oscar O. Cavalcante	Brasileira	Piauiense	1915	Odontologia Direito	?	Fac. de Farm. e Odont. do Ceará FADI	Dentista	Professor	Advogado
Sebastião R. Leal	Brasileira	Piauiense	1925	Odontologia	?	UFMA	Dentista	Professor	Político
Waldimir E. Hidd	Brasileira	Piauiense	?	Odontologia	?	Fac. de Far. e Odont. do CE	Médico	Professor	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo do CCHL/UFPI

Quadro 4: Dado dos Professores da Faculdade de Medicina, parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967-1971)

Professor	Dados Pessoais			Formação			Dados Profissionais		
	Nacionalidade	Naturalidade	Ano de Nascimento	Graduação	Pós	Instituição	Atividade Laboral		
							Principal	Secundária	
Carlyle G. de Macedo	Brasileira	Piauiense	1937	Medicina	MsC. em Saúde Pública, Univ. Chile	UFPE	Médico	Professor	-
Dirceu M. Arcoverde	Brasileira	Piauiense	1925	Medicina	?	Uni. do Brasil	Médico	Professor	Político
Francisco F. Ramos	Brasileira	Piauiense	1929	Medicina	Neurocirurgia UFRS	Fac Nac de Medicina da Univ do Brasil	Médico	Professor	Político
Gerardo M. F. Vasconcelos	Brasileira	Maranhão	1918	Medicina	Medicina pelas USP; UFRJ e UnB	UFBA	Médico	Professor	-
José Nathan P. Nunes	Brasileira	Piauiense	1916	Medicina	?	?	Médico	Professor	-
Lineu da C. Araújo	Brasileira		1909	Medicina	?	?	Médico	Professor	-
Ludgero R. da S. Neto	Brasileira	Piauiense	1930	Medicina	Farmacologia (UFRJ)	Fac. de Med. da UPE	Médico	Professor	Político
Luiz G. Pires	Brasileira	Maranhense	1921	Medicina	?	?	Médico	Professor	-
Renato F. Paz	Brasileira			Medicina			Médico	Professor	-
Salomão A. Chaib	Brasileira	Teresina	1918	Medicina					-
Zenon Rocha	Brasileira	Alagoano	1915	Medicina	Anestesia e Transfusão sanguínea (RJ)	Univ. do Brasil (RJ)	Médico	Professor	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo do CCHL/UFPI

Quadro 5: Dado dos Professores da Faculdade de Administração parte do Primeiro Quadro de Professores da UFPI (1967 – 1971)

Professor	Dados Pessoais			Formação			Dados Profissionais		
	Nacionalidade	Naturalidade	Ano de Nascimento	Graduação	Pós	Instituição	Atividade Laboral		
							Principal	Secundária	Terciária
Antonio E. A. Seligma	Brasileira	Piauiense	1943	Eng. Mecânica	?	?	Engenheiro	Professor	
Antonio M. Sampaio	Brasileira	Piauiense	1936	Filosofia	?	?	Sacerdote	Professor	
Cândido de A. Athayde	Brasileira	Maranhão	1909	Medicina	?	Fac.de Medicina do RJ	Médico	Professor	
Carlos H. P. de Athayde	Brasileira	Piauiense	1935	Far macêutico	?	?	Farmacêutico	Professor	
José E. Paes. Landim. Filho	Brasileira	Piauiense	?	Dir eito	?	?	Magistrado	Professor	
José N. de C. Pires	Brasileira	Piauiense	1924	Ed ucação Física	?	U. do Brasil	Professor	Comerciante	Político
José P. Machado	Brasileira	Piauiense	1918	Dir eito	?	FADI	Advogado	Professor	Político
Lauro de A. Correia	Brasileira	Piauiense	1924	Eng. Q. Industrial Direito	?	?	Eng; Adv. Dir. Industrial e Político	Professor	
Marc Theoplile Jacob	Brasileira	Piauiense	1931	Direito	?	?	Advogado	Professor	
Walter de Carvalho Miranda	Brasileira	Piauiense		Dir eito	?	FADI	Desembargad or	Professor	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo do CCHL/UFPI

4.2 Formas da Remuneração dos Professores

No final da década de 1960, como já mencionado, existiam no Piauí cinco Faculdades Isoladas e um desejo enorme de se criar uma universidade no Estado. Dentre essas cinco faculdades, uma, a Faculdade de Direito, era federalizada, as demais sobreviviam às duras penas, isto é, em *déficit*, visto que os valores arrecadados através de subvenções do governo estadual, somados aos recursos oriundos dos pagamentos do alunado, não davam para suprir sequer as despesas obrigatórias da instituição.

Assim, de acordo com os depoimentos de alguns professores dessas entidades, na época, a situação sempre fora bastante crítica, conforme já detalhado anteriormente. Há, portanto, de se supor que somente dois motivos poderiam ser atribuídos para se compreender o que levava aqueles professores a insistirem em manterem viva a ideia em prol das faculdades, para que estas continuassem a existir: ou acreditavam que, em um futuro próximo, tais faculdades fossem federalizadas e permanecessem na categoria Isolada, ou porque sonhavam ter uma universidade no Piauí, e mantê-las vivas significasse esse sonho concretizado.

Caso fosse tomado o interesse dos professores envolvidos no projeto da criação da universidade federal no Piauí, tendo como fator suas subsistências financeiras, tal explicação não era plausível, não daria para justificar, uma vez que aqueles professores não tinham na docência sua produção de renda primeira: todos desempenhavam funções liberais, e/ou carreiras na burocracia de funções públicas. Por um lado, o valor pago pelo trabalho daqueles docentes, nas Faculdades, não atraía, uma vez que, além de ser irrisório, era inferior ao pagamento ofertado ao Professor que ministrava aulas no Ensino Médio. Na maior das vezes, sequer recebiam pagamentos, como é o caso dos primeiros professores da Faculdade de Administração da Parnaíba, os quais trabalharam, nos dois primeiros anos, apenas com promessas de recompensas futuras.

Entretanto, nesse caso específico da Faculdade de Administração de Parnaíba, Dr. Lauro de Andrade Correia, ao trazer à tona, para esta pesquisadora, a gestão do Reitor Hércio Ulhôa Saraiva na implantação da UFPI e a “Gestão Burocrática Planificada”, culminou concordante com o pensamento do Professor Emérito (UFPI), apresentando as dificuldades que os primeiros professores enfrentaram, para que a UFPI os enquadrassem, demonstrando todas as

expectativas de serem orgulhosos professores desta IES, como aconteceu com os professores das Faculdades de Filosofia e de Odontologia em Teresina.

A fim de demonstrar as duas possibilidades para manter vivo o ideal de Ensino Superior do Piauí, no final do ano de 1969, o Governador Helvídio Nunes de Barros sancionou a Lei Nº 2.999, de 5 de novembro de 1969 (Anexo 2), que dispôs sobre o “Plano Salarial” para a administração direta e autarquias, e outras providências.

A seguir, para uma visão mais ampla do disposto na Lei do Plano Salarial, no que tange a categoria Professor, no período de 1961 a 1969, apresenta-se o Quadro 6:

Quadro 6: Lei nº 2.990 de 5-11-1969 - Dispõe sobre Plano Salarial: “Cargos de Professor; grupo, níveis e vencimentos da Rede Estadual do Piauí”.

CARGO/PROFESSOR	GRUPO	NÍVEIS	VENCIMENTOS NCR\$
Leigo	4	4	106,00
Primário	2	10	118,00
5º ao 6º ano	2	13	150,00
Ensino Médio	1	18	350,00

Fonte: Diário Oficial nº 153, p. 2-3, 06 de novembro de 1969.

Referente aos valores pagos aos professores de Ensino Superior no Piauí, no mesmo período, o Professor iniciante na Faculdade de Filosofia do Piauí, em 1961 ganhava CR\$ 100,00 por hora/aula e fechou o ano de 1969 recebendo CR\$ 150,00. Todavia, havia insatisfação por parte dos professores, porque recebiam parcelados, ou com grande atraso e, algumas vezes nem recebiam.

Ainda sobre o assunto Pagamento de Professor na década de 1970, seguem os valores relativos aos pagamentos aos professores das Faculdades Isoladas, após a constituição do Primeiro Quadro de Professores da novel instituição, Universidade Federal do Piauí conforme o Quadro 7.

Quadro 7: Valor de hora aula professor colaborador da UFP1 1971.

CARGO/PROFESSOR	Nº de Cargos	Regime de Trabalho	Salário Mensal/Cr\$	Salário Anual/Cr\$	Total Cr\$
Colaborador IV	10	DE	4.100,00	53.300,00	533.000,00
	10	TI	3.280,00	42.640,00	426.400,00
	45	TP 24	1.790,00	23.270,00	1.047.150,00
		TP 12	985,00	11.635,00	
Subtotal					2.006.550,00
Colaborador III	5	DE	3.500,00	45.500,00	227.500,00
	5	TI	2.800,00	36.400,00	182.000,00
	15	TP 24	1.538,00	19.994,00	299.910,00
	13	TP 12	769,00	9.997,00	129.961,00
Subtotal					709.410,00
Colaborador II	13	DE	3.000,00	39.000,00	507.000,00
	13	TI	2.400,00	31.200,00	405.600,00
	40	TP 24	1.310,00	17.030,00	681.200,00
	13	TP 12	655,00	8.515,00	110.695,00
Subtotal					681.200,00
Colaborador I	12	DE	2.500,00	32.000,00	384.000,00
	13	TI	2.000,00	26.000,00	338.000,00
	37	TP 24	1.092,00	14.196,00	525.252,00
	15	TP 12	546,00	8.515,00	127.725,00
Subtotal					525.252,00

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados no Arquivo CCHL/UFPI, 2018.

Nota: DE - Dedicção Exclusiva; TI - Tempo Integral; TP - Tempo Parcial

Faz-se, a seguir, um breve histórico sobre a evolução política, de instituição da UFPI, com a federalização das Faculdades Isoladas e indicação de Reitor pró-tempore. Trata-se também do regime civil-militar e seus atos institucionais e complementares de controle social e governabilidade, com ênfase na economia e na educação no Brasil.

5 POLÍTICAS PARA A INSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (1968-1971).

O objetivo deste capítulo é pontuar sobre as políticas que promoveram a federalização das Faculdades Isoladas do Piauí, arroladas como elementos-chave no processo de instituição da Universidade Federal do Piauí (1968-1971). Tomou-se para instrumento de reflexão, sobre a criação da Universidade do Piauí, a situação política e socioeconômica educacional do Brasil, do final dos anos de 1950 até início de 1960, período da modernização conservadora da universidade brasileira, e das tendências das políticas em vigor, para a sustentação definitiva da instituição universidade.

Deixa-se claro, no entanto, que essa reflexão nos permite trazer à tona o passado político (Ditadura Civil-Militar), que ocasionou mudanças estruturais com os resultados oriundos do capitalismo monopolista, em sua particularidade, capitalista dependente, cuja influência incidiu sobre a universidade brasileira que, ao longo das décadas, decorreu da consolidação da agenda educacional; incluída nessa agenda o surgimento da Universidade Federal do Piauí, contemplando este Estado, colocado entre os mais pobres do Nordeste.

Na contramão do discurso, a criação desta Universidade veio contribuir não somente com melhoria da qualificação da mão de obra do piauiense, mas foi extensiva à qualificação de grande massa do povo nordestino, especialmente os das regiões fronteiriças do Piauí.

Há de se admitir que a educação é uma prática social contraditória, porque seus objetivos e fins nem sempre são convergentes, uma vez que são consequentes da sua distinção como campo de disputas de projetos sociais munidos de historicidade impregnados pelas condições sócio-políticas-culturais, nas quais se formam e procuram se realizar. Nesse ponto de vista, as discussões acerca da educação brasileira têm sido permeadas pelos confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, possibilitando que demarcações teórico-conceituais sofram alterações importantes ao longo da história da educação, mesmo que se originem de ousados limites entre o domínio público e privado da sociedade. Essa indefinição limítrofe do público e do privado promove, particularmente, a ambiguidade do Estado enquanto expressão de poder público.

A educação brasileira, no que tange a discussão sobre o ensino público e o ensino privado, remete-nos à importância de destacar que os seus desdobramentos essenciais se atrelam às deliberações determinadas pela própria conjuntura de uma dada realidade sócio-político-cultural. O ensino escolar Público e Privado são padrões revelados à dupla contaminação social e política, e tendem a tornar disposições nelas aportadas cada vez menos pacíficas, mais carregadas de ambiguidade.

Dentro deste contexto, o caráter privatista nada mais é que o resultante, entre outros acontecimentos, da expansão dos costumes e dos hábitos fundamentais do poder privado, mesmo que sejam subsidiados pelo poder público. Tal situação determina uma posição não mais bem sucedida como ação do Estado, visto que não institui limites, deixando as diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, concedendo a manifestação da privatização daquilo que é público e, por conseguinte, a interpenetração entre as esferas pública e privada (CUNHA, 2007).

Nessa mesma direção, Pinheiro (1996, p. 258) afirma que, no Brasil, após a década de 30, “[...] concomitante ao processo de intervenção do Estado na esfera econômica, como principal agente do desenvolvimento, ocorreu uma tendência de privatização da esfera pública”. Entretanto, o método de interpenetração entre tais campos distinguiu-se por dupla perda do domínio público, porque tanto a interferência do Estado na área econômica, como do setor privado na esfera pública, patrocinou primeiramente interesses privados e não públicos.

Concordando com Pinheiro (1996) Corsetti, Pierozon e Vizzotto (2017) ao tratarem sobre a relação público-privado na educação, no artigo “O público e o privado para os serviços sociais” reconhecem que essa relação “se constitui em um conflito histórico”, pois trata de objeto de discussão em distintas “grupos e classes sociais”. Então, o conflito entre o público e o privado conduz aberturas do Brasil, e as implicações dessa abertura no contexto de suas políticas. Na área educacional, o conflito público-privado não é novo, pois remonta aos primórdios dos anos de 1930. Luz (2013, *apud* CORSETTI, et. al., 2017), refletindo sobre gestão pública, com base na Constituição/1988, no item Nova Gestão Pública, explica que lhes foram atribuídos três critérios: a eficiência, a competência administrativa e a avaliação de desempenho.

Corsetti, ainda neste artigo, afirma que, com a proposição de adequação das

políticas sociais, o Estado garantiu “a ampliação da atuação do setor privado na educação, seja para financiar a escola privada, seja para manter sua a escola pública com a participação da sociedade civil, muito embora legalizando uma reforma que mudou e continua a mudar a educação” (p. 548). No estudo de Corsetti, observa-se que ainda hoje se percebe que as parcerias entre o setor público e o privado crescem em nome da boa governança e da democratização dos serviços sociais, especialmente da educação. Tal confronto irá se manifestar por meio de uma disputa entre a escola pública e a escola privada pela hegemonia no campo do ensino (PINHEIRO, 1996, p. 258).

Essas dissensões, entretanto, nas décadas posteriores, oportunizaram discussões, que se transformaram em objeto de estudos e pesquisas, a fim de se tentar compreender como se processa a interpenetração entre essas esferas, a pública e a privada. Ainda considerada a análise das políticas lançadas pelo Estado brasileiro, considerando, sobretudo, o que tange os incrementos legitimados por este no campo educativo, são claros os indicadores dessas disputas sociais e do caráter ideologicamente privatista assumido pelo Estado *stricto sensu* no Brasil (PINHEIRO, 1996; CUNHA, 2007).

Após a década de 1930, a capitalização passou a ser percebida como principal fator para o desenvolvimento econômico e ocorreu, no Brasil, a influência do Estado na economia de modo que promoveu o direcionamento do olhar para o caminho da modernização e do progresso. Concomitantemente, visualizava-se a disposição ao movimento de privatização da esfera pública como sendo a mola propulsora do desenvolvimento da Nação. Contudo, essa iniciativa, na prática, resultou em duplo prejuízo do campo público, porquanto, à medida que houve a interferência no Estado na economia, ocorreu também, com o setor privado, beneficiando especialmente os interesses deste último em detrimento do setor público (CUNHA, 2007).

Segundo Cunha (2007), o confronto de ideologias tem longa duração, assumindo contornos/configurações conforme o processo histórico, tendo em vista as demandas situacionais em que se concretizam seus protagonistas e a diferenciação do regime político. Desse ponto de vista, portanto, trata-se de uma luta que não se restringe apenas à agenda educacional, porém tem nela explicitação visível, difundindo, assim, o papel da educação como constituinte e constitutiva das

relações sociais.

O texto de Alicia Maria Catalano de Bonamino (2003) aborda a discussão acerca do papel do Estado e da esfera privada na educação brasileira. A autora, concordando com Pinheiro e Cunha, afirma que esse embate se faz presente ao longo da história do Brasil republicano, destacando-se, de modo especial, quanto aos aspectos financeiros e doutrinários do ensino. Contudo, na atualidade, principalmente nas três últimas décadas do século XX, o sistema educacional, juntamente com o cenário sócio-político-econômico do Brasil, padeceu com mudanças, colocando, na ordem das discussões, a relação do público-privado como ponto de destaque no debate educacional brasileiro.

Destaca-se ainda que, durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira, que foi marcado pela elaboração da nova Constituição (1988) e da nova LDBN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), alguns eventos propiciaram a retomada dos debates em torno da liberdade de ensino e de sua laicidade, sobre o financiamento e o papel do Estado na educação (CUNHA, 2007). Por isso, o embate público-privado, ao ajustar estabelecimentos escolares, a partir dos quais almejam mencionar postos, atributos e afinidades com o Estado, parece travar-se em uma luta por legitimidade e significância que pode encaminhar um processo de desqualificação ou, contraditório, à adequação de traços qualitativos de um e de outro, valorizados em função do momento vivido e dos interesses e tendências predominantes (CUNHA, 2007).

No bojo desse processo, o adensamento de entendimentos, oriundos de bases teóricas liberais, nas organizações e instituições sociais contemporâneas, converge para o desenvolvimento de uma área multicolor de qualidades indefinidas, visto que proporciona aparência agradável, ora a um ora a outro, concebendo conceitos pertinentes ao que é público e ao que é privado.

5.1 Conceitos de Público e Privado: contextualização da evolução política na modernização.

Os conceitos de público e privado trazem, concomitantemente, contradições, acordos e caminhos, de tal forma que estabelecem pontos importantes, em uma situação de dimensionamento, que se aproxima do modo a como incorporar

características do mercado a título de modernização. Assim, o conhecimento sobre o privado, do qual os bens públicos se diferenciam na expectativa da concorrência, perdem, de certo modo, sua aparência de direito social inalienável, e é transvestido em novas analogias que lhes proporcionem uma nova identidade social.

Assim sendo, acontece, nessa conceitual expressão do privado, uma invenção de identidade, que se ajusta ao setor público no que diz respeito ao pertencimento de recursos, e ao monopólio de serviços, ao mesmo tempo em que aprofunda suas características mercadológicas, alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado, configurado como sua minimização no tocante às políticas públicas.

Expressões indicativas do título privado, que já marcavam vinculações ideológicas, tais como escola privada, particular, livre, confessional, não estatal, leiga, e/ou laica, são enriquecidas por um repertório menos explícito que inclui escolas paraestatais. Pode-se entender que um ponto diferencial dessas entidades é que são instituídos por lei, ou seja, sua criação e funcionamento estão contemplados em dispositivos legais; porém, como tem personalidade de direito privado, seus administradores são escolhidos por processos eleitorais próprios, comunitárias, não governamentais, cooperativas, organizações sociais etc. (DOURADO; BUENO, 2001).

Ferreira, em *A teoria da "coisa nossa"* (1964/2004), enfatiza que o público se privatiza. Contudo, configura-se em uma situação para além dos desenvolvimentos do tratamento da coisa pública, visto que, no trato como negócio particular, a coisa pública é resquício, ainda, oriundo das práticas populistas e clientelistas, que Ferreira discute em sua teoria.

Essa reflexão do autor permeia em um cenário que adentra no contexto do público e do privado, em um processo que adquire, na expectativa economicista das políticas públicas, a aparência empresarial de compra e venda de serviços. Tal estilo veio a partir de conceitos empresariais, tais como eficiência, eficácia e qualidade total, propostos à esfera pública, e que representam, no discurso empresarial e economicista, a melhoria para resolução emergencial de modalidades de privatização do público: escolas públicas pagas, autônomas, conveniadas, prestadoras de serviços e parceiras, dentre outras.

Por seu lado, Dourado e Bueno (2001) discorrem que os critérios burocráticos

adotados na identificação das instituições educativas, com os quais, primeiramente vem a questão de identificar aspectos particulares ou combinados, por exemplo, o perfil institucional do proprietário da coisa, a natureza jurídica, a fonte principal de recursos, a existência de contrapartida financeira para o benefício.

Ainda sob o ponto de vista dos teóricos citados, estes, ao analisarem o público-privado, trazem-no para o ponto de vista jurídico-administrativo, que se identifica pela manutenção/gestão do poder governamental ou de entidades de direito público, e o privado pela gerência e propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Todavia, esse critério não abrange as sutilezas da interpenetração entre as duas áreas no mundo contemporâneo e não envolve, adequadamente, as peculiaridades das chamadas escolas comunitárias, filantrópicas ou identificadas com organizações não governamentais, cujos contornos tornam-se pouco nítidos quando sua finalidade é definida como propriedade pública não estatal.

Nessa perspectiva, imagens contraditórias são projetadas, nos dois casos, desenhando escolas públicas ora como nichos da elite, ora como depositárias de entulho burocrático, arcaísmo e ineficiência; e escolas privadas ora alçadas a centros exemplares de excelência e modernidade, ora reduzidas a espaços de consumo rápido, imediatista e mercadológico, sem o crivo de qualidade dos serviços (DOURADO; BUENO, 2001).

Com a queda de Getúlio Vargas, e o fim do Estado Novo, em 1946, foi sancionada uma nova Constituição, que previa, entre outras normas, a elaboração de uma LDB – Lei de Diretrizes e Bases, cuja premissa deveria reformular o sistema nacional de ensino pelo Poder Legislativo. Entretanto, segundo Cunha (2007), o Brasil, somente na década de 1960, primou por uma doutrina sistemática sobre a reforma universitária, que teve suporte no Conselho Federal de Educação, no regime instituído após o Golpe civil-militar de 1964, golpe construído pela “aliança dos liberais que não escondiam sua antiga vocação autoritária, com os militares educados na escola de positivismo comtiano defensor de uma ditadura republicana que levou cinco anos para despilar a máscara liberal-democrática” (CUNHA, 2007, p. 20).

Foi efetivamente, nesse período, que tomou forma a doutrina modelada para a universidade brasileira, expressa em dois Decretos-leis e na Lei 5.540, 28 de

novembro de 1968 (CUNHA, 2007, p. 20). Referente aos Decretos-Leis N.º 53/1966 e 252/1967: o primeiro fixa os princípios e normas de organização para as universidades federais, além de dar outras providências; e o segundo, “estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências” (BRASIL, 1967, p. 1).

É preciso recordar, no entanto, que a década de 1950 teve o seu próprio movimento, que se caracterizou pelo momento em que o País acelerou o seu ritmo de desenvolvimento, motivado pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico. Movimento progressista que ocorreu também no setor sociocultural, que passou a reivindicar mudanças na universidade, porque entendia que esta não atendia aos ditames da nova ordem econômica mundial, tema já discutido no capítulo anterior.

Leves perspectivas para a educação brasileira vieram com a política de crescimento do último Presidente do Brasil da década de 1950, Juscelino Kubitschek-JK (1956-1960), que teve João Goulart (Jango) como vice-presidente. Na década anterior, JK realizara viagens aos Estados Unidos e Canadá, que lhes renderam influência no modo de idealizar a administração pública.

Nesse contexto, optou pela industrialização como ponto fundamental para o crescimento do País. Logo no início de seu governo, JK apresentou as primeiras proposições políticas, seu Plano de Metas, que incidia em um projeto de desenvolvimento para o País, cujo lema, “cinquenta anos em cinco”, abordava sobre investimentos em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, sobretudo, envolvendo a infraestrutura, com a construção de rodovias, hidrelétricas, aeroportos, e indústrias.

Contudo, embora a ideia tenha sido praticada no governo de JK, seu plano teve base nos estudos realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, ocorrendo entre os anos de 1951 e 1953, ainda durante o segundo governo de Vargas, unificando os estudos da Comissão Mista, assim como os do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e os da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, que tinham por objetivo identificar os pontos cruciais de estagnação da economia brasileira que inviabilizavam o crescimento econômico do país em um viés capitalista liberal (SILVA, 2017).

De acordo com as pesquisas realizadas pela FGV/CPDOC (2017), o Plano desenvolvimentista de JK foi firmado por um conjunto de 30 objetivos que deveriam ser alcançados em diferentes setores da economia. No entanto, na finalização da constituição do referido plano, foi acrescentada mais uma meta, a 31ª, intitulada de “meta-síntese”, que tratava sobre a construção da nova Capital Federal, Brasília e a transferência da então Capital do Brasil, saindo do Rio de Janeiro para se estabelecer no Planalto Central brasileiro.

As primeiras discussões a propósito da necessidade de interiorizar a Capital do País, que se tem notícia, datam do período colonial, ao tempo de Pombal em Portugal, no reinado de D. José I, quando Francesco Tosi Colombina, cartógrafo e geógrafo italiano, elaborou uma carta de Goiás, focando o Planalto Central, que, segundo Senra (2010, p. 9)

atenderia as vantagens estratégica (segurança contra invasões), e demográfica (povoar o interior, da capital ideal). Naquele Planalto Central devia estar uma Nova Lisboa (outros nomes virão: Pedrália, Petrópole, Petrópolis, Brasília, ao tempo do Império; e tempos depois, já no período republicano, Vera Cruz).

No entanto, tal proposição encontrou, no período da implantação do regime republicano (1889), campo fértil, tanto que a sua localização foi demarcada já na primeira Constituição da República (1891), a qual estabeleceu que a Capital devesse ser construída na região do Planalto Central, pois, além de ligar as diversas regiões brasileiras, integrando-as ao Governo Central, pretendia estimular também o povoamento do sertão brasileiro.

Historicamente, no Brasil, o percentual de brasileiros vivendo na pobreza extrema concentrava-se, como ainda se concentra, nas regiões menos desenvolvidas. O Centro-Oeste brasileiro, local designado para construção da Capital Federal, de acordo com dados obtidos no portal do IPEA Data – Base de Dados Macroeconômicos, Financeiros e Regionais do Brasil, tinha a participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 1960, de apenas 2,5%. Do mesmo modo ocorria com a participação no PIB – Produto Interno Bruto industrial, que não passava de 1%. No entanto, graças ao movimento de ocupação demográfica e adensamento econômico do interior do país, inicialmente impulsionado pelos governos de Getúlio Vargas a Juscelino Kubistchek, a região tomou outro impulso.

De acordo com as pesquisas coletadas pela FGV-CPDOC, o Governo de JK traz para a memória política um governo democrático, tomado pela ideia de promover o desenvolvimento em todo o território nacional.

Entretanto, no Plano de Metas, a área da educação não se posicionava como ação estratégica. A esfera da educação abraçava apenas 3,4% dos recursos financeiros inicialmente programados, destacando-se que abrangia uma meta apenas: a formação de pessoal técnico, conforme o item 30, do Plano de Metas, que orientava a educação para o desenvolvimento (BOMENY, 2017).

Há de se ressaltar que, mesmo com a prática dessa política, o governo de JK entrou para a história como aquele que criou a Universidade de Brasília, “ou ao menos apresentou ao Congresso a proposta de sua criação – e estimulou a formação de cursos superiores voltados para a administração” (BOMENY, 2017). No entanto, havia justificativa para a escolha por essa área de estudo, pois, por uma visão mais geral da situação, acreditava-se que, com uma elite bem preparada, o país se favoreceria e estenderia progressivamente a educação ao conjunto da população.

Por outro lado, mais especificamente, a implementação de um programa de desenvolvimento implicaria a racionalização e a modernização administrativas do país, o que exigia uma formação especializada. Porém, o governo de Juscelino Kubitschek apresentou um Plano de Metas com muito pouco investimento para o item Ensino Superior.

O Governo⁷⁹ seguinte, Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964) sancionou a primeira LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A história registra que o projeto inicial para a elaboração da primeira LDBN foi discutido e elaborado na conjuntura de redemocratização do País, após a queda do Estado Novo (1937-1945). Posteriormente, essa Lei sofreu duas reformulações: a primeira durante o Governo Militar, resultando na Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971; e a segunda, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, durante a Nova República.

Demerval Saviani (1999) avalia que a lei instituída em 1961 configurou uma solução intermediária, entre pontos, representada pelo projeto original de 1948, e

⁷⁹ O Governo de Jânio Quadros teve um período muito curto de gestão, de janeiro a agosto de 1961. Assumiu a Presidência da República o Vice-Presidente João Goulart

pelo substitutivo Lacerda⁸⁰. Saviani aqui faz uma comparação entre o projeto de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1959 e o texto da Lei instituída nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional.

A Constituição de 1946 prescreveu, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a elaboração de um estatuto legal para todo o ensino no país. Clemente Mariano, ministro da Educação à época, a fim de dar cumprimento legal, organizou uma Comissão representada pelas principais correntes de pensamento educacional e a encarregou de redigir um anteprojeto de lei para ser enviado ao Congresso, que traduzisse o prescrito na Constituição vigente. Cumprida a missão, o projeto chegou à Câmara dos Deputados ainda em 1948.

A partir de então, o projeto recebeu vários substitutivos, sendo o mais importante deles o apresentado, em 1959, pelo Deputado Federal Carlos Lacerda, cujo teor apresentava estruturas de transferência de recursos públicos para as escolas particulares. O projeto constitucional sofreu idas e vindas durante 13 anos, tempo durante o qual se travou intensa contestação no âmbito do Estado e da sociedade civil, que defendiam a prioridade da escola pública e os partidários da liberdade de ensino. Nesse debate, envolveram-se associações profissionais, entidades culturais, sindicatos, entidades estudantis, organizações religiosas e a imprensa.

A década de 1950 passou instabilidade política aos anos de 1960, advindo, então, a incerteza de um governo que acabara de assumir. Além do mais, havia questões na área da educação que exigiam solução mais imediata, que atendesse as demandas de jovens pobres no país adentro, que concluíam o ensino médio, mas não contavam com oportunidades de acesso ao ensino superior.

O pressuposto da situação era que a oferta foi criticamente menor que a procura. Assim, requeria urgência que o governo tomasse iniciativas mais concretas nesse sentido. Ademais, no meio de todo esse contexto, o País ainda buscava instituir a primeira LDB, pois, através dela, esperava-se contemplar todos os níveis de educação.

No ano de 1961, após solucionar a crise desencadeada pela renúncia de

⁸⁰ Substitutivo da Câmara dos Deputados e de autoria de Carlos Lacerda ao projeto nº 2.222-B/57 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1959.

Jânio Quadros, e “solucionada” a fase das dificuldades para que o vice-presidente João Goulart assumisse o Governo no regime parlamentarista, o Congresso produziu um texto que atendeu às diferentes tendências, mas que, em termos de Ensino Superior, ainda estaria por concretizar, só advindo com a Lei da Reforma da Universidade Brasileira em 1968, durante o Governo Militar, quando foi proclamada a Lei 5.540 (CUNHA, 2007) e os Decretos-Leis nº. 53/1966 e 252/1967.

Rememorando aqui o governo João Goulart, pode-se afirmar que foi marcado pelo confronto entre diferentes políticas econômicas que motivaram conflitos sociais e greves urbanas e rurais dentro do País. No entanto, essa problemática teve raiz nas gestões anteriores e que, comportando-se crescentemente como difícil de resolver, passou pelo período de João Goulart, como se pode deduzir, pelo escrito na obra de Felipe Pereira Loureiro, *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse - A política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*, na qual o autor afirma que a economia brasileira, à época, comportava-se com ampla capacidade ociosa na indústria em que a demanda desacelerava após o Plano de Metas, do governo anterior, especialmente porque o câmbio desvalorizou-se e, conseqüentemente, os problemas do balanço de pagamentos estimulavam a inflação pela via dos custos, e colaboraram para o surgimento das greves.

Neste contexto, os trabalhadores se organizavam a fim de buscar estratégias que conduzisse à reposição de perdas salariais contra a inflação crescente. Loureiro também registra o aparecimento de greves “políticas”, por exemplo, a campanha em 1962 para apressar o plebiscito sobre o sistema de governo. Além disso, tais greves alimentaram o discurso contra a ameaça de uma “república sindicalista” que justificaria o golpe de 1964.

Este período governamental é comumente dividido em duas etapas: a primeira, de janeiro de 1961 a janeiro de 1963, quando o país viveu um período Parlamentarista, e a segunda, com retorno ao Presidencialismo, a partir de janeiro de 1963 até ser deflagrado o Golpe Militar e a conseqüente implantação da Ditadura, em 1964. Nesse período, foram aprovadas algumas emendas à Constituição de 1946, as quais tiveram um notado efeito descaracterizador do sistema de governo democrático, como, por exemplo, a Emenda Constitucional nº 4, que aprovou a instauração do regime parlamentarista no País de forma conciliatória e permitiu a posse de João Goulart.

O regime parlamentarista, aplicado como solução para garantir governabilidade ao presidente João Goulart (1961-1962), reduziu-lhes os poderes constitucionais. Entretanto, a população brasileira, em 1963, apoiou o retorno do sistema presidencialista, que possibilitou maiores poderes ao Presidente João Goulart para defender a realização de reformas que poderiam promover a distribuição de renda por meio das chamadas Reformas de Base.

Neste contexto, vale tratar sobre o importante papel desempenhado por dois institutos de caráter civil que tiveram função determinante na implantação da Ditadura, regime que melhor explica as bases fundamentais do sistema político imposto após o golpe de abril de 1964 no Brasil: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O IPES atuou de modo efetivo em Brasília, dentro do Congresso Nacional, capitaneando adeptos, tendo seu financiamento sustentado através de doações de grandes empresas brasileiras e de multinacionais instaladas no Brasil.

A função dos representantes do Instituto no Congresso Nacional era coordenar uma rede suprapartidária de parlamentares arregimentados, de forma que barrasse os projetos do governo que ali chegassem, conseqüentemente provocando cada vez mais o isolamento de João Goulart no cenário da política nacional. A estratégia era criar um ambiente de instabilidade que o levasse a radicalizar o discurso e a ação governamental.

O IPES foi fundado no Brasil no final de 1961, pela fusão de grupos de empresários organizados nos estados do Rio de Janeiro e em São Paulo, mas rapidamente ganhou adeptos das classes produtoras das outras unidades da federação. Em Minas Gerais, por exemplo, desde o final da década de 1950, alguns membros do empresariado local já manifestavam suas preocupações com o quadro político que se desenhava no país, por isso, questões como estas começavam a ser debatidas frequentemente naquela unidade federativa.

Contudo o IPES e o IBAD, no final da década de 1950 já estavam latentes nas formas de movimentos atuantes, e assim reconhecidos, até a atuação dos mesmos institutos no Golpe civil-militar e implantação da Ditadura em 1964. Funcionavam de modo independente entre si, mas formando um complexo fortemente amparado em diferentes setores da sociedade civil brasileira e internacional. Neste sentido buscavam remeter-se ao que se acreditava ser o

pivô da conspiração civil-militar, regulada no poder de persuasão da sociedade sobre um governo regrado e competente (RAMÍREZ, 2005). É neste contexto que ocorre a leitura de raciocínio, que surgem o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Hernán Ramírez (2005) afirma que as ditaduras se explicam no movimento da luta social e política do período das quais foram consequência. Nesta mesma direção, vários autores, entre eles o próprio Ramírez, chamam a atenção para uma das proposições que podem explicar o posicionamento da ideologia das ditaduras: o fato de elas terem, como uma das suas finalidades, por fim ao processo de radicalização que havia tomado conta nos momentos que antecederam aos golpes, não apenas questionando, mas ameaçando, ou pelo menos era essa a sensação, o *status quo* (RAMÍREZ, 2005).

Segundo Dreifuss (1981), o IPES foi criado no Brasil tendo embasamento teórico contrário à doutrina comunista ou quaisquer outras manifestações esquerdistas que se articulassem no país, pensamentos esses oriundo do início dos anos de 1950, no final do governo de Juscelino Kubitschek, por motivo dos aumentos excessivos da inflação, que provocou inquietação dos setores produtivos e intelectuais brasileiros. Assim sendo, o alicerce político-ideológico dos representantes do empresariado nacional e internacional entrelaçam-se aos dos militares, e, conseqüentemente, o campo foi ficando propício para a tomada do poder.

Talvez seja por isso que o entrelaçamento político-ideológico construído apresente dificuldade de identificar o segmento que surge como vanguarda do golpe de 1964. De todo modo, os civis e militares se revestem de uma ideologia semelhante, com ares de revolução, intitulando-se como a única solução para o Brasil, preocupando-se com o crescente aumento da participação popular no processo político brasileiro, possibilitando a manifestação e o desenvolvimento de pressões reivindicativas oriundas das camadas subalternas.

Com clima favorável, criado a partir da captação de oportunidades geradas na própria insatisfação contida nas manifestações reivindicatórias de parte da população, ocorreu o golpe, cujos responsáveis, civis e militares coligados ao IPES e ao IBAD, desenvolveram campanhas publicitárias, utilizando-se de todos os meios possíveis, legais e ilegais, para adentraram em todos os setores da

sociedade, apresentando teses de Defesa da Família, Deus, a Liberdade e a Propriedade, pregando o “perigo” que o comunismo representava à segurança da Nação.

Foi neste clima criado e articulado entre os empresários e os militares, que o golpe civil-militar, desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964, efetivou uma ruptura favorável à continuidade da ordem socioeconômica. Tal raciocínio conduz ao que surgiu a partir do pós-guerra, isto é, a ideia de combater uma ideologia com uma “anti-ideologia”, uma campanha por parte dos interesses políticos prevaletentes, contra aqueles que tentavam apresentar uma alternativa contrária ou radical.

Enquanto tivesse com o poder nas mãos, o governo de João Goulart apresentava sérios riscos aos interesses dos grandes proprietários, ao empresariado rico e às classes médias. Com isso, figuras das Forças Armadas, com o apoio das elites nacionais contrárias à disseminação dos ideais esquerdistas e o apoio estratégico norte-americano, começaram a arquitetar o golpe contra João Goulart, deflagrado em 1964. Na mesma direção, as crises política e econômica agiram como fatores decisivos do golpe civil-militar.

As Reformas de Bases, do plano de governo de João Goulart, provocaram intensa apreensão no corpo do IPES. Daí em diante, foi demarcado o fim do governo de João Goulart, pois o Instituto, então, promoveu intensa campanha antigovernamental e elaborou uma estratégia que associava as propostas do governo ao comunismo. Para pôr em prática o plano de ação, o IPES utilizou os mais diferentes instrumentos de comunicação, cuja plataforma era a defesa da "democracia" e da livre iniciativa privada. Desse modo, publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou vários cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, e panfletos anticomunistas (RAMÍREZ, 2005).

Nesse massivo trabalho ideológico, o IPES também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo de João Goulart, como, por exemplo, os Círculos Operários, carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia, do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo e outros. Além disso, o IPES do Rio de Janeiro auxiliou a

Associação de Diplomados da ESG – Escola Superior de Guerra (RAMÍREZ, 2005).

Do ponto de vista político brasileiro, a história da ESG pode ser dividida em três períodos. O primeiro, de implantação, vai da fundação até meados do segundo governo de Vargas (1952). O segundo período vai dessa fase até 1964-1966, e o terceiro período estende-se de 1966 até a atualidade. Importante destacar que foi durante o período de 1952-1956 que iniciou a concentração de oficiais na ESG que, posteriormente, viriam a ter papel importante na derrubada de João Goulart e na política brasileira pós-1964. Essa concentração se deu, em parte, devido à tendência natural à aproximação de membros do mesmo grupo, marcados por uma identidade ideológica e de experiências profissionais (BARROS; CHAVES, 2009).

Por outro lado, tentar superá-las, pré-dispunha retomar o projeto de dominação capitalista de parte das elites nacionais, concordantes do capital internacional de forma subordinada, uma vez que o modelo de substituição de importações estava sofrendo entraves profundos. Embora tal alternativa tenha se revelado, no curto prazo, eficiente, no longo prazo provocou determinados estrangulamentos (RAMÍREZ, 2005). Esse autor avalia que a nova fase de substituição exigia maiores volumes de importações.

Entretanto, em contrapartida, exigia-se maior empenho para manutenção, em razão da finalização de intercâmbios que, conforme o contexto de ajustes, tornara-se “difícil manter o ritmo do aumento no gasto fiscal, que provocara um aumento da inflação, disjuntiva que terminou por levar o governo a uma ruptura com o FMI-Fundo Monetário Internacional em 1959, abandonando finalmente o plano de estabilização” (RAMIREZ, 2005, p. 100).

A situação apresentava-se complexa porque o objetivo almejado, também, precisava ser considerado nos interesses de elites políticas que defendiam o modelo-nacional-desenvolvimentista, favoráveis ao capital associado, mas com viés populista. Contudo, o comando político dessa elite apresentava-se incompatível com a lógica da modernização requerida por um setor da economia brasileira, a qual exigia, para crescimento e estabilidade econômica, flexibilidade nas leis trabalhistas e mão de obra qualificada. Por outro lado, na elite nacionalista com viés populista, estava uma parte significativa da esquerda, que vislumbrava pleitear espaço no governo de João Goulart, em favor do projeto socialista.

Abrindo um parêntese, há de reconhecer que a governança de João Goulart,

por seu lado, mostrou importantes providências de resultados positivos para o Brasil, haja vista a aprovação, enfim, em 20 de dezembro de 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, sancionada pelo então Presidente da República. A essência da lei nada mudou, porque foi mantida a mesma estrutura tradicional do ensino. Mas trouxe a vantagem do fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido, para todo o território nacional, em cada nível e ramo de ensino, como subjaz aqui selecionados alguns pontos, entendidos como interessantes no que rege o Ensino Superior, pois, a partir destes, a Lei 5.540/1968 pôde ser organizada.

Primeiramente, o MEC, conforme o Art. 6º, da Lei nº 4.024, determina ao CFE, além de outras atribuições, as elencadas nos incisos de “a” a “q” do Art. 9º, que abrangiam a competência de decidir sobre funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos isolados de ensino superior, de natureza federal ou particular.

Pela lei, o reconhecimento de instituições seria mediante a aprovação de seus Estatutos, cuja IES solicitante deveria apresentar comprovação de funcionamento de, no mínimo, dois anos. Outro ponto de destaque, sob a responsabilidade do CFE, era dar parecer sobre o currículo mínimo e a duração de funcionamento, assim obedecendo ao disposto no artigo 70 da Lei 4.024/1961, que tratava sobre esse dispositivo.

Enfatiza-se aqui que, de acordo com o Título V, “Dos Sistemas de Ensino”, o Art. 15 consagrou o seguinte: aos Estados que mantivessem durante 5 anos universidades próprias, com funcionamento regular, seriam conferidos as atribuições a que se refere a letra *b* do artigo 9º, tanto quanto aos estabelecimentos por eles mantidos, como para aos que posteriormente fossem criados. Tal iniciativa fez que muitos Estados da federação utilizassem desse benefício para criarem as suas universidades.

A partir de 1961, o País passou, então, a possuir sua própria legislação educacional, a Lei nº 4.024/1961. Contudo, parte da sociedade brasileira, composta por intelectuais, estudantes, pais de família, reconheciam que, pelo exposto nessa Lei, principalmente no quesito ensino superior, ainda estava distante de atender às necessidades clamadas por essa parte da sociedade. Um dos pontos de maior questionamento era a economia de vagas nas universidades públicas, deixando em aberto o ponto de partida para que ocorresse reforma universitária, e, isso, pelo

menos, era como a estudentada, na época, percebia o contexto social brasileiro.

A pergunta que faziam era: por que apenas alguns alunos da população brasileira entravam na universidade? A resposta simples bradava nos meios de comunicação: “porque a universidade estava reservada para a classe dirigente”, que deseja formar “doutores” para a sua sucessão e manutenção do *status quo*. O restante da população deveria se contentar em cursar um ensino médio, ou algum curso profissionalizante (SALES, 1965).

A forma como se pensava a estrutura política, e os modos como era organizada a universidade, reflete, cabalmente, no fato de que o ensino superior tinha uma inclinação tendenciosa para a função de formar representantes políticos da classe dirigente, com o amparo, no terreno social, dos grupos dominantes, a fim de manter a ampliação e o poder da classe.

Nesse contexto, a maioria da população estudantil, apta para subir no nível de escolaridade, permanecia sem acesso ao ensino superior; e o Brasil em ritmo de subdesenvolvimento, enquadrado na rede do imperialismo por ação dessa classe dominante, que manobrava o povo a seu favor, não contribuía efetivamente para criar a autenticidade cultural que o país reclamava, porque apenas aquela pequena parcela distinguida socialmente na população usufruía das oportunidades de formação oferecida pela universidade brasileira.

Fávero (2000) nos diz, sobre a universidade brasileira: “ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido às minorias”. Para essa autora, a universidade não apresentava uma definição clara no sentido de, por suas próprias funções, fazer-se necessária no sentido de formar um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento.

Com João Goulart destituído do cargo de Presidente da República, através de Golpe de Estado, assumiu a transição política⁸¹ do novo Governo o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou o Brasil no período de 1964 a 1967, e foi o primeiro de uma série de Presidentes do Regime da Ditadura Civil-Militar.

O governo de Castelo Branco foi marcado por ações rigorosas de decisivo

⁸¹ Esperava-se que a intervenção militar fosse de caráter temporário, apenas para garantir que o comunismo, difundido pela União Soviética não pairasse no sistema político brasileiro, fato que não ocorreu e a ditadura instalou-se no Brasil por mais de vinte anos.

controle pela nova gestão instalada, entre as quais se podem destacar as que refletiram na área da educação, especialmente, no ensino superior, como a Invasão da UNB – Universidade Nacional de Brasília⁸² por tropas militares⁸³, e a da declaração de ilegalidade da UNE – União Nacional dos Estudantes⁸⁴, através do Decreto de nº 4.464/1964, além de outras ações corretivas repressivas. Contudo, em 1967, pelo Decreto nº 228 de 28 de fevereiro de 1967, que reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências, o Governo permitiu a existência de organizações estudantis, mas ao âmbito do controle de cada universidade.

Importa destacar, nesse estudo, que, entre todas as esferas da sociedade, a dos estudantes foi a que mais reagiu publicamente ao golpe Civil-Militar, uma vez que eram os que mais investiam na fé de mudar a sociedade brasileira, mediante a ação política e cultural. Assim sendo, os estudantes foram os mais reprimidos (FÁVERO, 2000; CUNHA, 2007; SAVIANI; FREITAG, 1980).

Uma das principais estratégias de ação do Marechal Castelo Branco, no governo civil-militar, foi à celebração de Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a USAID-*United States Agency International for Development*, a fim de promover o Aperfeiçoamento do Ensino Primário.

Desde a década de 1950, vários acordos foram assinados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, com o objetivo de promover, direta ou indiretamente, a cooperação cultural entre os dois países, com grande importância e significação histórica dos acordos referentes à Assessoria para Planejamento do Sistema de Ensino, em particular do ensino superior, assinados em 1965⁸⁵ e 1967⁸⁶,

⁸² A criação da UNB em 1961 foi um antecedente importante para a Reforma Universitária. Foi arquitetada a partir da matriz desenvolvimentista da educação, projetada para atender os anseios do meio universitário brasileiro. Nasceu de um plano definido, sem incluir faculdades já existentes. Com uma estrutura integrada, flexível, dinâmica e moderna, contrapondo-se ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos; o departamento substituiu a cátedra como unidade de ensino e pesquisa. Projetada por Darcy Ribeiro e tendo como reitor Anísio Teixeira, a UNB apresentou algumas inovações organizativas e pedagógicas, pioneira na ênfase funcional no ensino superior, operando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e na sua independência científica e cultural (CUNHA, 2007).

⁸³ O reitor da UNB, Anísio Teixeira foi destituído do cargo, sendo substituído pelo professor Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina da USP, indicado por Luiz Antonio da Gama e Silva que acumulava os cargos de Ministro da Justiça e da Educação e Cultura.

⁸⁴ A sede da União Nacional dos Estudantes – UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, é invadida e incendiada.

⁸⁵ Em 23 de junho de 1965 foi firmado o primeiro acordo entre o MEC, representado pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a USAID, representada por seu diretor Stuart Van Dyke. Primeiro acordo relativo ao ensino superior passou mais de ano para ser divulgado, e ao sê-lo, foi recebido

que representaram o ápice das discussões em torno da colaboração técnica Brasil-EEUU (CUNHA, 2007; CUNHA, 2009).

O acordo tinha por objetivo assessorar o trabalho da Diretoria do Ensino Superior do MEC nos seus esforços para atingir a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e em longo prazo, do sistema de ensino superior brasileiro, via planejamento, que tornava possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades daquele setor (FÁVERO, 2000; CUNHA, 2007).

Para a execução desse acordo, a ser realizada através daquela Diretoria do Ensino Superior, ficou determinada a constituição de uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país para um período de dois anos. Tal equipe agiria junto ao MEC, com o nome de EPES-Equipe de Planejamento do Ensino Superior, depois denominada EAPES-Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, a qual caberia: 1) fazer análise profunda da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil; 2) estabelecer comparações entre os atributos ideais e as necessidades verificadas; 3) apresentar de modo a chegar a um plano de longo prazo para o desenvolvimento, medidas necessárias à execução do referido plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema; e 4) finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento, a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação (CUNHA, 2007).

Neste contexto, em 1965, o governo, visando reprimir uma greve de professores e alunos contra atos autoritários da reitoria da UnB, teve essa IES novamente invadida por tropas militares⁸⁷. Há de também se ponderar que decisões do governo civil-militar intencionavam somente às repressões, ou se tinham a intenção de modificar as estruturas nas quais o Brasil se assentava, econômica, social e politicamente, mesmo que houvesse uma disposição de buscar o sentido do governo instituído, uma Ditadura, apenas no que tange as medidas repressivas que resultaram em prisões e perseguições políticas a partir de 1º de abril de 1964.

com grandes reservas e objeções pelo meio universitário (CUNHA, 2007).

⁸⁶ Em 09 de maio de 1967, no início do governo de Costa e Silva, foi firmado novo Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, pelo ministro Tarso Dutra, representando o MEC, e por William Ellis, da USAID-Brasil (CUNHA, 2007).

⁸⁷ Duzentos e dez professores da Universidade de Brasília pedem demissão coletivamente em sinal de protesto diante da situação reinante.

5.2 O regime autoritário no Brasil: atos institucionais e complementares de controle social e governabilidade, com ênfase na economia e na educação.

A ditadura civil-militar, instalada no Brasil em 1964, estruturou-se, tendo como mecanismos controladores, os Atos Institucionais (AIs), normas de caráter constitucional utilizadas para garantir a ordem para a governabilidade. Somente no período de 1964 a 1969 foram promulgados 17 AIs, os quais, regulamentados por 104 Atos Complementares (AC), conferiram alto grau de centralização à administração e à política no País.

O Presidente Castelo Branco, para manter o controle do Regime Autoritário, emitiu cinco Atos Institucionais, decretos que serviram como instrumentos de legitimação e legalização das ações políticas do Governo instalado (CALICCHIO, 2009). Tais medidas, implantadas pelo governo da ditadura desde o início da tomada do poder, refletem a significação do que representou o golpe. As prisões e as perseguições, que se iniciaram desde 1º de abril de 1964, desenharam a forma como aquele Governo se estabelecia.

O AI-1, de 10 de abril de 1964, promulgado, entre outras medidas, legitimou o golpe e concedeu ao comando revolucionário prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem atentado contra a segurança do país. No seu artigo 2º, determinava que dentro de dois dias fossem realizadas eleições indiretas para a Presidência e Vice-presidência da República, acabando com eleições diretas para Presidente da República e Governador de Estado, extinguindo os partidos políticos, então existentes, e induzindo a institucionalização do bipartidarismo com a ARENA (Aliança renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Em 27 de outubro de 1965, foi publicado o AI-2, que redefiniu, de forma autoritária, os termos do AI-1: estabelecendo eleição indireta para a Presidência da República; confirmando o bipartidarismo; reafirmando a extinção dos partidos políticos existentes até aquela data; aumentando o número de Ministros do STF - Supremo Tribunal Federal, de 11 para 16 ministros; reabrindo o processo de punições aos adversários do regime e implantando a impossibilidade de reeleição do Presidente da República.

Ademais, o presidente poderia: decretar o Estado de Sítio por 180 dias, sem

consulta prévia ao Congresso Nacional; ordenar a intervenção federal nos Estados; decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares que se pusessem contrários ao projeto implantado com a nova ordem. O Governo tratou, também, de emitir atos complementares e baixar decretos-leis sobre “assuntos de segurança nacional” (CALICCHIO, 2009, p. 4).

Em 5 de fevereiro de 1966, foi promulgado o AI-3, no governo do General Artur da Costa e Silva, que estabeleceu normas para as eleições indiretas para Governador e Vice-governador, e fixou o Calendário Eleitoral. De acordo com o art. 4º desse Ato, Prefeitos das Capitais passariam a ser nomeados pelos Governadores “mediante prévio assentimento das Assembleias Legislativas ao nome proposto” (CALICCHIO, 2009, p. 5). Esse dispositivo foi uma estratégia utilizada por Castelo Branco para colocar, nos postos-chave estaduais e municipais, homens que garantissem a continuidade do sistema implantado em 1964.

O AI-4 marcou a história também ao proclamar, em 6 de dezembro de 1966, as condições para a votação do projeto de Constituição no Congresso Nacional, que foi aprovada em janeiro de 1967; e o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, tirou todas as garantias individuais dos cidadãos, quer público ou privado, e concedeu poderes ilimitados ao mandatário do executivo, inclusive para fechar o Congresso Nacional. Pode-se afirmar que o AI-5 representou um significativo endurecimento do regime civil-militar, pois tal medida deu poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem “inimigos” do regime, ou como tal fossem considerados (D'ARAUJO, 2017).

A aplicação dos mencionados Atos teve um custo muito alto, com a transformação do Estado em instrumento de restrição política, dominação ou de controle do Capital Interno pelo Externo, implicando no declínio da sociedade civil e política. Há de se concordar que era importante e necessário modernizar a economia, objetivo perseguido há décadas, mas a forma como ocorreu no regime civil-militar, somente a partir de 1968, os resultados econômicos do novo Governo vieram, quando se presenciou um acentuado crescimento da economia, cujo auge foi o chamado “milagre brasileiro”, entre os anos de 1970 e 1973, período farto também em repressão política e propaganda ideológica.

Como por exigência do processo de modernização da economia, a educação passa a ser vista mais relevantemente como fator de desenvolvimento, sendo então

empreendidas a Reforma Universitária (1968) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971). A forte pressão por demanda de educação, em especial de ensino superior, no período de 1964 a 1968, provocou o agravamento da crise do sistema educacional que já se arrastava desde os anos 1960, pois a Lei 4024/1961 foi incapaz de enfrentá-la, por força da mentalidade reacionária de elites, que viam na ampliação de vagas nas escolas públicas uma perda de status social.

Essa situação é que justificava os acordos MEC-USAID, realizado com o objetivo de reformar o sistema educacional, para adequá-lo ao modelo de desenvolvimento. Por isso, vale ressaltar que os acordos MEC-USAID já vinham sendo celebrados pelos governos dos estados e pelo governo federal antes do golpe de 1964, como parte da “Aliança para o progresso”, que era uma política de contenção do avanço das forças socializantes, no contexto da Guerra Fria, por parte dos Estados Unidos nos países da América Latina, de tal forma a consolidar a dominação americana no continente.

No ano de 1965, foi emitido o Parecer nº 977/1965⁸⁸, que definia os cursos de pós-graduação, aprovado em 3 de dezembro de 1965, visto que o MEC considerou necessário implantar e desenvolver o regime de cursos-pós-graduação. Todavia, tendo em vista a imprecisão que pairava sobre a natureza dos cursos existentes, o MEC solicitou ao CFE que se pronunciasse acerca da matéria que definia e, se fosse o caso, regulamentasse os cursos de pós-graduação a que se refere a letra b do art. 69⁸⁹, da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 4.024/1961

Na interpretação dos membros revolucionários, a finalidade do movimento político-militar transcendia a deposição do Presidente eleito, João Goulart: o seu escopo principal seria combater a “subversão e a corrupção”, além da “infiltração comunista” na administração pública, nos sindicatos, nos meios militares e em todos os setores da vida nacional (CALICCHIO, 2009, p. 1).

O Decreto-Lei nº 53, promulgado em 1966, objetivando a reforma universitária, caracterizou-a como instituição de ensino e pesquisa. Esse Decreto teve por base os estudos realizados por uma Comissão de Professores da UB- Universidade do Brasil, que visava estudar a possibilidade de modernização daquela

⁸⁸ Definia os Cursos de Pós-Graduação.

⁸⁹ Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...] de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que haja concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma.

Universidade. Os estudos da época resultaram na elaboração de planos de reformulação estrutural daquela IES. Um dos membros da comissão de reforma foi o Professor Raymundo Moniz Aragão, Ministro da Educação do governo Castelo Branco, que, em 1966, encaminhou “Aviso” ao CFE-Conselho Federal de Educação, solicitando uma assessoria, no sentido de formulação de dispositivo legal que materializasse sugestões contidas no documento da Universidade do Brasil.

O anteprojeto emanado do CFE, com pequenas modificações, foi transformado no Decreto-Lei nº 53/1966, parte das normas que deram corpo à Reforma da Universidade Brasileira. Em seguida, ainda à luz do CFE, foi legislado e despachado o Decreto-Lei nº 252 que, de acordo com o Ministro, tratava-se de “explicativa de pontos menos claros no diploma anterior e revogativo de algumas disposições do Estatuto do Magistério (Lei nº 4.881-A/1965), que davam grande ênfase à cátedra” (ARAGÃO, 1968, p. 10, *apud* FÁVERO, 2006, p. 17).

O mencionado Decreto determinava, ainda, que fossem feitas, na universidade, mudanças de organização, a fim de se evitar desperdícios de recursos. Entretanto, somente a partir de 1968, é que a educação se apresenta como instrumento de desenvolvimento, embora alguns teóricos, como Cunha (2007), Freitag (1980), Romanelli (2000) e outros, reconheçam que o período, de 1964 a 1968, tenha apresentado recuperação na economia brasileira.

Por outro lado, os autores reconhecem, também, que houve forte pressão para uma evidência da educação, especialmente em nível superior, agravando a crise do sistema educacional, que se arrastava desde o início dos anos de 1960, uma vez que a Lei 4.024/1961 não foi capaz de resolver questões primárias, na percepção das elites, cuja classe social via, na ampliação das vagas nas escolas públicas, uma perda de *status* social, e assim não justificando os acordos MEC-USAID, que tinham por objetivo reformar o sistema educacional, ou seja, adequá-lo ao modelo de desenvolvimento. (ROMANELLI, 2000).

Além da institucionalização dos respectivos decretos, nesse mesmo período, foram oficializadas outras medidas, entre as quais, três se podem destacar: o Plano de Assistência Técnica Estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano *Atcon* (1966), e o Relatório Meira Mattos⁹⁰ (1968), cujas medidas foram

⁹⁰ General Carlos de Meira Mattos. Nasceu em São Carlos-SP. Escritor e general do Exército Brasileiro. Estudou na Escola do Realengo. Formou-se na Escola de Comando e Estado-Maior do

entendidas como instrumentos estratégicos de controle.

Do ponto de vista de Fávero (1991), o atendimento da USAID ocorreu como intervenção em países da América Latina para manter a hegemonia política, e caracterizou a ação norte-americana como estratégica e de modo integrado, principalmente na década de 1960, ocorrendo em diferentes áreas de atuação e sob três linhas de ação: 1) assistência técnica; 2) assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA; e 3) assistência militar, efetivada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, bem como o fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 1991).

Em 1966, o MEC edita um documento intitulado *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, no qual Rudolph Atcon⁹¹ apresenta sugestões e recomendações que, no seu ponto de vista, tornariam possível a adequação do ensino superior e das instituições universitárias brasileiras às necessidades de modernização do país. O projeto da Reforma Universitária brasileira agrupou determinadas proposições do Plano *Atcon*, como: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos.

Dentre as propostas e recomendações feitas por *Atcon* depara-se ainda, com a criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que era diferente do Fórum de Reitores que já existia, na época (FÁVERO, 1991). Tal recomendação foi colocada na ordem do dia, haja vista que, em 29 de abril de 1966, foi fundado o CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Posteriormente, em 31 de julho de 1972, o CRUB foi reconhecido como entidade de utilidade pública, através do Decreto nº 70.904.

Estudos realizados pelo consultor americano Rodolph Atcon (1968, 1970) também compuseram o corolário de iniciativas encomendados pelo Governo Federal

Exército e fez curso de na Escola Superior de Guerra. Autor dos livros: *Bandeiras Históricas do Brasil*; *Brasil – Geopolítica e Destino*; *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* e outros (FÁVERO, 1991).

⁹¹ Rudolph Atcon, consultor americano, organizador do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Trabalhou nesse Conselho no período de 1966 a 1968, como seu primeiro Secretário-Geral (SOUZA, 2015).

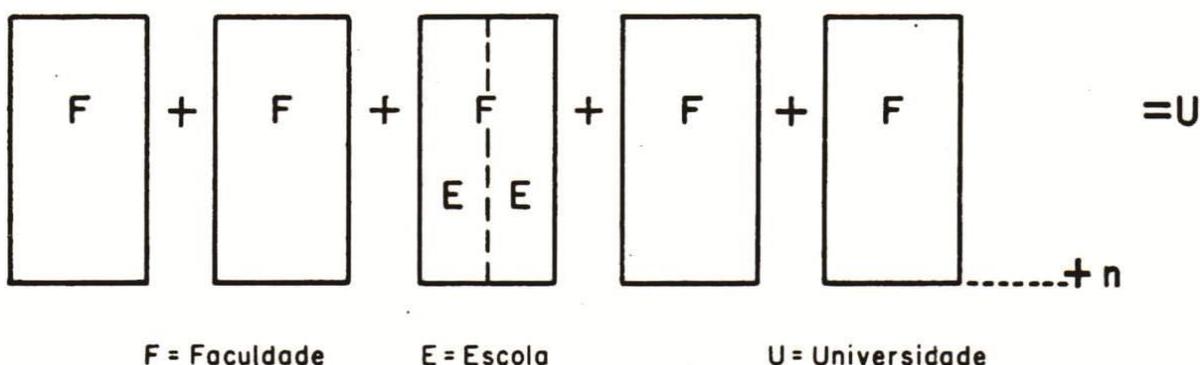
com o intuito de encontrar uma saída para a universidade brasileira. Com efeito, o trabalho realizado resultou na proposta universitária para o Brasil na visão de Rudolph Atcon, o qual apresenta dois princípios básicos: a necessidade de uma universidade integrada e o entendimento de que o desenvolvimento econômico de um país tem uma ligação direta com o desenvolvimento educacional (ATCON, 2009, p. 4-5).

Atcon assegura que a invenção de uma universidade integral significava uma interligação entre “ensino, pesquisa e extensão”, ligando todos os cursos sob uma regência única almejando tanto o indivíduo como a comunidade (SERRANO, 1974, p. 8), e ainda funcionando como uma empresa privada, e não como um serviço público (ATCON, 1966, p. 82). O regime proposto por Rudolph Atcon muito se distanciava das universidades tradicionais. No campo pedagógico, a estrutura de uma universidade no Brasil se dava através de carreiras primordialmente profissionais (ATCON, 1974, p. 28 *apud* SOUZA, 2015, p. 79).

Contudo, na visão do consultor, esse modelo de universidade representava a incorporação de um número de escolas e faculdades profissionais, isoladas entre si e usuárias de autarquia administrativa, didática, financeira e pessoal.

A equação a seguir representa a proposição de Rudolf Atcon sobre o assunto:

Figura 1: Equação da universidade tradicional



Fonte: ATCON, 1974, p. 29 *apud* SOUZA, 2015, p. 45.

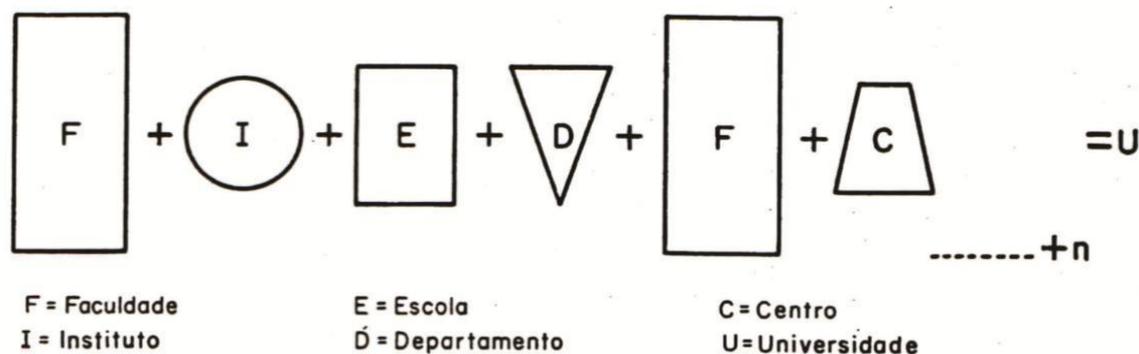
Em sua exposição, havia um gasto de recursos espaciais, materiais e de pessoal, uma vez que disciplinas semelhantes se repetiam em diferentes faculdades. De igual modo, esse desperdício se repetia dentro de sua estrutura administrativa (ATCON, 1974, p. 29 *apud* SOUZA, 2015, p. 45).

Atcon apresenta um segundo modelo, que caracterizou como “modelo de

transição”. Nele as universidades qualificam-se por apresentarem qualquer grau de avanço em relação ao padrão tradicional, em matéria de coordenação estrutural e administrativa entre distintas unidades acadêmico-científicas. Isso demonstrava, para Rudolph Atcon, algumas melhorias, entre as quais a presença de institutos e departamentos isolados e independentes, que poderiam ser autônomos, vinculados ao Conselho Superior ou à Reitoria, embora de uma estrutura de carreiras profissionais. Neste caso, a estrutura exibe alguns elementos centrais, como, por exemplo, Biblioteca Central, Reitoria, Restaurante Universitário, entre outros.

A figura a seguir representa a equação do modelo de transição proposto por Atcon.

Figura 2: Equação da universidade em transição.



Fonte: ATCON, 1974, p. 30 *apud* SOUZA, 2015, p. 4.

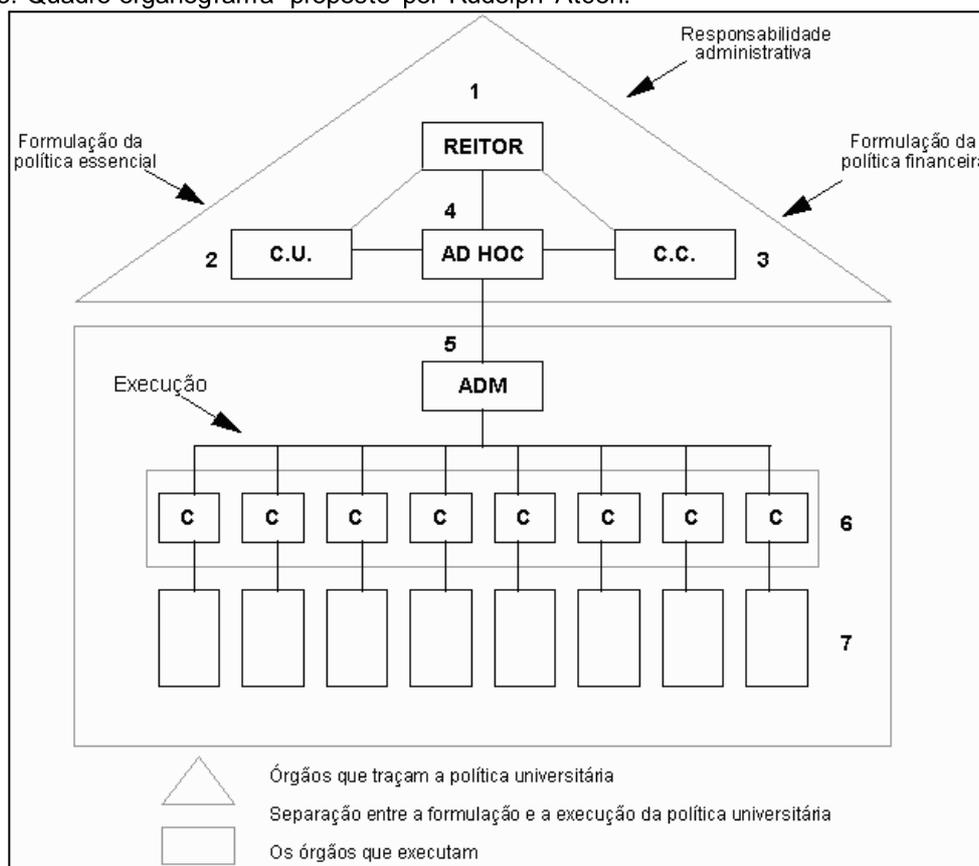
Verifica-se que a proposta de Rudolph Atcon era romper com o modelo universitário tradicional, que privilegiava o desenvolvimento de profissionais liberais com formação ampla (BUFFA; PINTO, 2009, p.107). Neste sentido, sua intervenção não se abordava apenas pedagógica, mas envolvia questões físicas e administrativas, ou seja, a estrutura geral da universidade (SERRANO, 1974, p. 9).

A ideia de sua proposta era proporcionar que a universidade cumprisse quatro tarefas fundamentais: educar – promovendo meios para o desenvolvimento pessoal dos alunos a partir de suas habilidades; estreitar laços com a comunidade; valorizar e desenvolver a pesquisa; desenvolver nos estudantes a consciência da importância das questões sociais e o respeito ao próximo (ATCON, 1970, p. 11).

Entende-se que Rudolph Atcon apresenta, em seu estudo, um modelo de universidade considerando a visão de que a educação superior é instrumento de

crescimento econômico e de integração nacional, e, por esse pensamento, o referido consultor recomendou a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujas principais finalidades deveriam ser o rendimento e a eficiência (FÁVERO, 1991), que se explica conforme o seguinte desenho estrutural:

Figura 3: Quadro-organograma proposto por Rudolph Atcon.



Fonte: Fávero, 1991, p. 26.

Esse modelo de universidade/empresa, apresentado por Atcon no organograma, mostra a função do Conselho Universitário (Janela 2), de assumir a gestão de política universitária, e o Conselho de Curadores (Janela 3), com a função de tratar de assuntos financeiros. Quanto às comissões *ad hoc*, essas têm a função de resolver, administrativamente, eventuais divergências entre Conselho Universitário e de Curadores. Essa estrutura também requer outro ator: um administrador profissional exercendo cargo de confiança (Janela 5), com o poder de presidir o Conselho de Chefes das unidades administrativas (Janela 6).

Quanto ao Relatório Meira Matos, o Governo, no final de 1967, preocupado com a “subversão estudantil”, criou, através do Decreto nº 62.024, uma Comissão

com a seguinte missão: dar pareceres conclusivos sobre as exigências, teses e sugestões referentes às atividades dos estudantes; planejar e indicar medidas que possibilitassem o melhor aproveitamento das diretrizes governamentais no setor estudantil; além de supervisionar e coordenar a execução das diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado.

O relatório final dessa Comissão apresentou algumas recomendações, que foram absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária, tais como: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas nas universidades; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos.

Na avaliação de Romanelli (2000) e de Fávero (2005), o Relatório Meira Matos não apresentou novidades, apenas reforçou as propostas antes surgidas com os Acordos MEC-USAID. Na verdade, a ideia central de Meira Matos e dos membros da Comissão era fortalecer o Princípio de Autoridade dentro das instituições de ensino, através da instauração, no meio universitário, de instrumentos de intimidação e de repressão, que, com a promulgação do AI-5 de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, determinavam as infrações disciplinares cometidas por professores, alunos e funcionários de instituições públicas ou particulares, além das concernentes medidas punitivas a serem adotadas nas diferentes situações (FÁVERO, 2005).

O ponto de partida sobre o entendimento da necessidade de modernização do ensino superior no Brasil foi dado pela iniciativa militar do Estado, que se adiantou criando, durante a Segunda Guerra Mundial, o Ministério da Aeronáutica, cujas atribuições transcendiam o âmbito propriamente militar da Força Aérea Brasileira, promovendo e controlando a aviação comercial, inclusive referente a todo controle da infraestrutura, fora a indústria aeronáutica.

A partir da criação desse Ministério, aconteceu a fusão da Aviação Militar, do Exército, com a Aviação Naval, da Marinha. Neste contexto, no Brasil, já existia, em funcionamento, uma embrionária fábrica de aviões, “produzindo os aparelhos de treinamento Muniz, Motores de avião produzidos pela FNM – Fábrica Nacional de Motores, empresa estatal criada em 1942, um ano depois da CSN-Companhia Siderúrgica Nacional” (CUNHA, 2007, p. 128). Nesse quadro situacional, se, por um lado, existia aparato logístico para funcionamento, por outro faltava a formação de

pessoal de alta qualificação em engenharia aeronáutica e o aparato de pesquisa.

Conscientizados da lacuna existente no processo, foi elaborado um plano estratégico, para a criação do CTA – Centro Técnico de Aeronáutica, em parceria com o Governo Americano, sob a coordenação do Brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, da FAB – Força Aérea Brasileira, e do professor Richard H. Smith, do *Massachusetts Institute of Technology*. O “Relatório Smith” foi aprovado em 1945, no qual previa a existência de um ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Escola de Engenharia e um Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento. Verifica-se que até chegar de fato a colocar em prática o pensamento de Universidade Moderna – ensino superior moderno, levaram 30 anos, instituindo-o somente no Governo da Ditadura civil-militar (CUNHA, 2007).

O modelo de estrutura de funcionamento do ITA pressupunha inovações acadêmicas que destoavam das “velhas e viciadas” estruturas vigentes nas academias brasileiras. Nesse Instituto foi abolido o sistema de cátedra vitalícia. Adotara-se, para a investidura no cargo de professor, seleção através de exame de currículos e envergadura no cargo de professor com contratos trabalhistas. A carreira do magistério foi estruturada pela meritocracia, considerando-se degraus, cujo primeiro poderia ser ocupado por estudantes de pós-graduação. Os demais professores, assistentes, associados e plenos, eram escalados por merecimento comprovado.

Também foi introduzida, no ITA, a organização do tipo departamental, considerando campos afins, substituindo, dessa maneira, a cátedra como unidade principal. Segundo Cunha (2007), os professores e os estudantes conviviam no próprio campus e dedicavam-se somente ao ensino e à pesquisa. A iniciativa de professores e alunos residirem no mesmo ambiente era para que os docentes pudessem estar sempre disponíveis para os estudantes, mesmo fora do tempo das aulas.

Quanto a matriz curricular, esta era flexível. No ITA, a gestão era independente. Adotara-se a promoção do autogoverno e da disciplina. Havia alto grau de incentivo à investigação e à pesquisa com a finalidade de formar novos docentes (CUNHA, 2007, p. 129-130).

Os professores não ocupavam cátedras vitalícias, [...] eram escolhidos pela congregação através de exame dos seus currículos e contratados

pela legislação trabalhista [...]; a carreira do magistério se estruturava de modo que o primeiro degrau [...] fosse ocupado por estudantes de pós-graduação e os demais “professores assistentes”, “associados” e “plenos” [...] galgados por merecimento comprovado [...]; organização departamental [...] por campos afins, substituindo assim a cátedra como unidade básica; professores e estudantes residiam no campus, dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; professores estavam sempre à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas [...]; o currículo era flexível [...]; promoção do autogoverno e da disciplina; estímulo à investigação e à pesquisa [...] visando a formar novos docentes (CUNHA, 2007, p. 129-130).

Pelo exposto, verifica-se que a ideia de Reforma da Universidade e do ensino como um todo era tema perseguido por intelectuais há longa data, e se tratava de uma gestação de longo prazo, que eclodiu durante a década de 1960, quando as estruturas sociais não conseguiram mais se calar, e representações sociais assumiram a bandeira de luta, buscando acesso para a maioria, que vivia isolada por uma minoria possuidora das maiores estratégias de conquista, e permanência nos melhores espaços da sociedade.

A Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, entrou em vigor durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), sendo Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra⁹², que estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. A referida Lei aboliu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental e dividiu o curso de graduação em duas partes: ciclo básico e ciclo profissional. A citada Lei também criou o sistema de créditos por disciplinas e instituiu a periodicidade semestral. Quanto às instituições privadas, estas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público, e foram suprimidas, definitivamente, as verbas orçamentárias vinculadas.

Na tentativa de organizar o ensino conforme o novo quadro político implantado no País, com o Golpe civil-militar de 1964, como instrumento para

⁹² O primeiro ano (1967) da gestão de Tarso Dutra foi marcado por frequentes conflitos entre os estudantes e o regime. [...]. A situação se agravou com o cerco policial à UnB. Em maio, declarou que a política educacional do governo visava dar ênfase “à formação técnico-profissional do ensino médio a fim de capacitar o indivíduo a participar do processo de desenvolvimento nacional em curto prazo”. Formação que devia ser desdobrada “em duas etapas principais”: o “desenvolvimento do ensino médio profissionalizante” e o “aumento de matrículas no curso superior”. No dia 14 de maio, Tarso Dutra recebeu o relatório do coronel Carlos de Meira Matos, contendo uma análise da crise universitária e aconselhando “maior liberalidade aos movimentos estudantis”, a “transformação das universidades em fundações” e o “atendimento às reivindicações justas e conhecidas das deficiências do ensino, procurando neutralizar a ação dos líderes estudantis” (FGV CPDOC, 2018).

dinamizar a própria ordem socioeconômica, é ajustada a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nº 4.024/1961, mas o governo civil-militar não julgou necessário editá-la por completo. Todavia, atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo de ajustar a LDB de 1961, foi sancionada a Lei de 5.540/1968, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo, por isso, chamada de lei da Reforma Universitária.

5.3 A federalização das Faculdades Isoladas do Piauí

No Piauí, a federalização das Faculdades Isoladas ocorreu da mesma forma como sucedeu em todas as faculdades do Brasil, conforme as leis pertinentes a cada caso, fossem elas de natureza particular, municipal ou estadual. No entanto, neste Estado o ensino superior foi sempre mais aplicado pelas Faculdades estabelecidas como pessoas jurídicas privadas que, mesmo com receitas de mensalidades dos estudantes, recebiam subsídios do Governo Federal e/ou estadual, como acontece desde o início do século XIX.

A Constituição de 1946 previa gratuidade, tanto do ensino superior oficial, como do ensino médio. Entretanto, para o interessado usar o benefício, teria de provar incapacidade financeira total, ou insuficiência de recursos, como renda familiar bastante baixa, para suprir, além das despesas domésticas de sobrevivência, o pagamento mensal para uma instituição de ensino.

Ainda na década de 1940, alguns segmentos da sociedade defendiam a gratuidade total do ensino superior público, haja vista que o projeto de diretrizes e bases da educação nacional de 1948, que deu origem à Lei 4.024/1961, movida pelos princípios liberais, desejava e aprovava a ideia de gratuidade do ensino superior. A prática de analisar critério de julgamento de subsídio, para garantir recursos financeiros para a isenção de taxas escolares individual, ao estudante portador ou não de recursos, deslocou-se ao plano coletivo. Então, as camadas médias, através dos estudantes universitários e secundaristas, também reivindicavam subsídios do governo que garantisse a gratuidade geral.

Sobre o direito à educação de uma sociedade, Émile Durkheim (1972), na obra Educação e Sociologia, declara que educação e sociedade são dois predicados necessários para o indivíduo enquanto ser social, devendo a educação funcionar

como instrumento que fornece e promove a socialização necessária ao indivíduo, para a sua convivência em grupo, porque é a educação que propicia ao indivíduo a possibilidade experiencial das relações pacíficas em prol do bem-comum.

Assim sendo, através dessa qualidade da educação, o indivíduo é capaz de adequa-se ao convívio social. Mas o Estado continua autor do processo, ao apresentar a sua função social, assumindo o seu papel próprio como gestor da sociedade, demonstrando, naturalmente, às próprias instituições, quais os anseios e os conceitos desenhados para serem transmitidos pelas instituições, para os sujeitos, em favor de uma unidade social ou nacional, a fim de contribuir para que prevaleçam os interesses da coletividade em detrimento dos individuais.

Portanto, segundo Durkheim, a educação deve encontrar-se submetida à influência estatal, não obstante, que não seja o Estado agente monopolizador do ensino, mas que o ensino privado possa ser exercido. No entanto, que seja sob o controle daquele que deve primar pelo zelo e interesse da coisa pública, tendo como papel principal a proteção dos princípios essenciais da civilização à qual pertence, transmitindo-os em seus aparelhos escolares, como “os preceitos da moral democrática” (DURKHEIM, 1972, p. 47).

Vasconcelos (2007), ao abrir discussão sobre como aconteceu a federalização das faculdades isoladas no País, afirma que é importante entender tal processo como inseparável da formação do ensino superior brasileiro, pois existe uma demonstração originada na construção dos nexos entre o Estado e sociedade, que encontram seus limites no espaço público e estatal, ou seja, naquilo que é pertinente ao povo, reconhecido de todos ou disponível e alcançável a qualquer indivíduo, ou o público em geral.

Entende-se que Vasconcelos (2007) concorda com Durkheim, na medida em que este se manifesta sobre a importância da construção de uma unidade social ou nacional, para que prevaleçam os interesses coletivos e não a construção de direitos apenas para alguns, desde que provem estar enquadrada no perfil desenhado na lei.

O desejo de implantar o desenvolvimento do Brasil não seria suficiente para alcançar a modernidade, pois para tanto seria necessária obtenção de uma contrapartida do Estado, que deveria providenciar as condições mínimas indispensáveis para a formação de um povo. Nada mais justo, portanto, que o Estado investisse no processo de federalização das instituições de ensino superior

existentes, por ser esta uma de suas prerrogativas, para a formação de um espaço público que possa contribuir para a produção científica e tecnológica. Neste caso, nada mais especial do que promover o desenvolvimento de um sistema federal de ensino superior para o país. Ademais, a federalização das escolas de ensino superior era uma resposta própria das manifestações do campo educacional, partindo da vontade de uma população.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, embora apresentasse limitações, teve seu próprio brilho, uma vez que, a partir dele, abriram-se as possibilidades para que o ensino superior pudesse, inclusive, interiorizar-se por todo o Estado brasileiro, utilizando-se dos processos de criação estabelecidos para a instalação de universidades, aproveitando-se das estruturas organizacionais de faculdades estabelecidas em determinada localidade.

O Estatuto das Universidades permitia a reunião de cursos isolados e a constituição de universidade, além de apresentar, como proposta, um modelo único de organização didático-administrativa do ensino superior, porém, com variações regionais, visto que o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino superior do país, afirma que sua criação obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, mas poderá ser ministrado em Institutos Isolados, desde que a estrutura organizacional técnica e administrativa das universidades instituídas conforme o presente Decreto rejam os institutos isolados, pelos respectivos regulamentos, de acordo e com a conformidade observada nos seguintes dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras, como podemos ver transcritos abaixo:

[...] Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser creadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a fôrma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federaes estaduaes e livres.

[...]

Art. 8º O Governo Federal, mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, poderá realizar accôrdo com os governos estaduaes para a organização de universidades federaes, constituídas de institutos de ensino superior federaes e estaduaes, os quaes continuarão a gosar de personalidade jurídica própria e exercerão a actividade universitária com os recursos financeiros concedidos pelos Governos Federal e estadual, ou por dotações de quaesquer procedências.

[...]

Art. 12. As universidades estaduaes ou livres poderão ser equiparadas às universidades federaes para os efeitos da concessão de títulos, dignidades e outros privilégios universitários, mediante inspecção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Do exposto, entende-se que foi através desta legislação que se iniciou o processo de federalização de algumas escolas e faculdades já existentes. Esse dispositivo também admitia duas formas de organização para o ensino superior: a *universidade* e o *instituto isolado*. Recomendava ainda que, nas duas situações propositadas, as instituições, quanto à natureza, poderiam ser oficiais ou livres. No caso de oficial, estaria relacionada àquelas mantidas pelo governo federal ou estadual, e, no segundo modelo, as mantidas por fundações ou associações particulares.

O Decreto nº 19.850/1931, que cria o Conselho Nacional de Educação, determinava, em seu conteúdo, algumas recomendações diretamente propostas para o ensino superior, como, por exemplo, a unificação de institutos em cidades universitárias com o objetivo de centralizar as fontes bibliográficas, maior ligação entre ensino e pesquisa científica, maior intercâmbio entre estudantes e material científico, além da alternativa de maior controle de gestão da reitoria.

Na década de 1950, a universidade brasileira viveu uma acentuada expansão. Entretanto, nos anos de 1960 a 1970, pode-se afirmar que a expansão obteve uma maior significação, porque, nessas duas décadas, o processo de federalização foi mais expressivo. Vasconcelos (2007, p. 42) considera que tal expansão tenha sido resultado do “movimento de interiorização” ou “democratização” da universidade. Neste contexto, deve se levar em conta o esforço de parcela da sociedade brasileira, que tomou para si a responsabilidade por esse processo, que permitiu o acesso à universidade a parte das camadas da população brasileira, antes sem acesso à educação em nível superior.

Na década de 1950, no Piauí, o desenvolvimento da educação passou por dois momentos, ambos já mencionados neste texto ao tratar sobre a criação da Faculdade de Filosofia: O primeiro momento, no início da década, não vingou. Todavia no final da mesma década, em 1958, criou-se a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, sob a iniciativa da Cúria Metropolitana de Teresina, tendo à frente o Arcebispo Metropolitano Dom Avelar Brandão Vilela.

Santos e Silveira (2000, *apud* Vasconcelos, 2007) tratam sobre o crescimento na procura por vagas no ensino superior brasileiro e afirmam que tal crescimento, ocorreu desde a década de 1950 até a década de 1970, registrando-se manifestação extraordinária em matrículas, na década de 1960. Fato antes não presenciado, tal

procura permaneceu até os anos de 1970, com o aumento de matrícula na ordem de 360% aproximadamente, o que, logicamente, indica o crescimento em número de instituições de ensino superior no País, com um total de 180 novas instituições ao final de 1970.

O referenciado crescimento de matrículas e de números de IES foi produto do novo cenário mundial do pós-guerra, quando, desde a década de 1950, apresentou crescimento de novas ocupações de trabalho que exigiam formação escolarizada, especialmente em nível superior, pois a criação de universidades pelo mundo foi um fenômeno nitidamente visível.

Sobre a federalização de universidades no Brasil, pode-se destacar que, no início da década de 1950, foram sancionadas duas leis, respectivamente, nos governos de Eurico Gaspar Dutra e de Getúlio Vargas, as leis nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e nº 1.523, de 26 de dezembro de 1951, para operacionalidade e manutenção das instituições que passariam a fazer parte do sistema federal de ensino. A Lei nº 1.254/1950 “dispõe sobre o sistema federal de ensino superior”, isto é, determinava como as Instituições deveriam operacionalizar as suas funções, fossem elas de qualquer origem jurídica. Nos Artigos 1º e 2º apresentava a forma de atuação do Governo Federal em relação aos estabelecimentos mantidos estaduais federalizados:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menos de 20 (vinte) anos ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro (BRASIL, 1950, p. 1).

Essa Lei trata, no seu Artigo 4º, sobre os direitos da União em relação aos estabelecimentos federalizados, posto que, após o ato de federalização, os bens móveis e imóveis deveriam ser incorporados aos bens da União, sem qualquer direito a indenização por parte do estabelecimento federalizado; e quanto aos bens

inalienáveis da entidade federalizada, esses, conforme o Parágrafo Único deste artigo, permaneceria integrado ao patrimônio das IES federalizadas, devendo ser por elas administrados.

Contudo, caso houvesse renda oriunda de bens inalienáveis da entidade federalizada, esta poderia ser empregada na manutenção, no melhoramento ou para ampliação das referidas entidades, que também poderiam ser utilizadas em “pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado” (BRASIL, 1950, p. 1).

Essa mesma lei, no *Caput* do Art. 5º, trata acerca do pessoal que compunha o corpo pedagógico e técnico das IES federalizadas, determinando tal situação em dois incisos: no primeiro, sobre o aproveitamento dos “professores catedráticos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério” (BRASIL, 1950, p. 1); no inciso segundo, designa que os demais empregados deveriam enquadrar-se “como extranumerários”, conforme tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal, na forma que dispõe sobre o tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, para computar integralmente, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Na ordem textual dessa Lei, as Universidades ou estabelecimentos isolados federalizados, para efeito do Art. 5º, deveriam apresentar:

§ 1º [...] ao Ministério da Educação e Saúde a relação de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2º Os professores não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência da cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrente do aproveitamento determinado neste artigo (BRASIL, 1950, p. 1).

A referida lei trata, ainda, das responsabilidades da União com relação às instituições federalizadas, ao tempo que enseja dar aproveitamentos ao corpo docente, professores catedráticos, à época, bem como às demais categorias de empregados dessas IES, os quais foram beneficiados enquadrando-se no serviço

público federal. Essa Lei também realizou a incorporação dos bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados ao Patrimônio Nacional.

Outros pontos relevantes podem ser destacados no corpo desta Lei. Um desses, como se verifica nos Artigos 3º e 7º, especialmente, determinam sobre a formação, pelo poder público federal, de toda uma estrutura de cargos para atender à organização dessas novas entidades federalizadas, sejam elas universidades, faculdades, escolas ou institutos.

Em outros pontos, essa Lei trata sobre a formação e estruturação de um quadro permanente de reitores, professores, funções gratificadas, bem como a vinculação dos fundos orçamentários e créditos especiais destinados para o custeio de pessoal: permanente, em funções gratificadas, extranumerário e em material para as universidades e escolas federalizadas junto ao Ministério da Educação.

A segunda Lei, nº 1.523, sancionada em 26 de dezembro de 1951 pelo governo do presidente Getúlio Vargas, dispõe exclusivamente sobre permissão do Poder Executivo abrir, para o Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial, conforme declarado no Art. 1º:

[...] de Cr\$ 142. 000. 000, 00 (cento e quarenta e dois milhões de cruzeiros) a fim de atender no exercício de 1951 as despesas com pessoal dos seguintes estabelecimentos de ensino superior federalizados pela Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, inclusive Reitorias das Universidades do Recife, Bahia e de Minas Gerais (BRASIL, 1951, p. 1).

As despesas aqui mencionadas referem-se a um crédito especial para custeio de despesas de pessoal dos estabelecimentos federalizados pela Lei 1.254/1950, que foram integrados ao sistema federal de ensino superior, inclusive Reitorias das Universidades do Recife, Bahia e de Minas Gerais, Paraná e do Rio Grande do Sul, onde se incluiu também a imprensa universitária. As despesas referidas por essa lei oficializam, especificamente, como seriam realizados os gastos com pessoal de faculdades federalizadas do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais (Anexo 1).

Em razão das dificuldades em encontrar registros orientadores do processo de federalização das entidades federalizadas, somente em 2006 a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) produziu um documento, no qual descreve a organização do processo e as modalidades de federalização das

entidades federalizadas.

Para fins didáticos, o documento está dividido em quatro categorias: 1) a federalização em si, tratando da transformação de instituições de natureza privadas, estadual ou municipal, como escolas e faculdades em universidades federais, computando 17 casos; 2) a transformação de natureza mista, referente a conjugação de instituições federais, estaduais e privadas, formando uma universidade federal, a UFPA; 3) a transformação de instituições federais em universidade federal, com um total de 19 casos; e 4) a categoria de criação sem vínculos, disciplinando a formação de universidades federais sem nenhuma ligação anterior às outras instituições.

Tem-se a observar que, no Anexo 2 deste trabalho, descrevem-se considerações sobre a organização do processo e as modalidades de federalização das entidades federalizadas, cujo quadro foi produzido pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) em 2006.

Como foi dito anteriormente, vale enfatizar que são poucas as informações disponíveis sobre o processo de federalização de instituições no Brasil. No caso do Piauí, a Faculdade de Direito do Piauí, gênese do Ensino Superior deste Estado, foi beneficiada por essas duas Leis. Quanto às outras quatro Faculdades Isoladas – Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Administração e Faculdade de Medicina – existentes até a década de 1970, essas foram federalizadas durante o processo de institucionalização da Universidade Federal do Piauí, fato ocorrido no final da década de 1960 e início de 1971.

Sobre a federalização de instituições no Piauí, na época em que as duas leis que tratam sobre o tema foram sancionadas, ressalta-se que nesse Estado existia apenas uma Instituição de ensino superior, embora no início da década de 1950, tenham sido aventadas iniciativas, logo frustradas, de criação de uma Faculdade de Filosofia, assunto já tratado neste documento.

Quanto às Leis que tratam sobre federalização de estabelecimentos de ensino superior, o que tange ao Estado do Piauí, através da única instituição isolada existente, é o que dispõe a Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950 nos Artigos e incisos que seguem:

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

[...] II a Faculdade de Direito do Piauí.

[...] Art. 7º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e

Saúde os seguintes cargos:

[...]

X – 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Piauí;

[...]

Art. 18. Os estabelecimentos isolados federalizados por esta Lei, que se acham relacionados no inciso II do Art. 3º, passam a integrar o Ministério da Educação e Saúde – Diretoria do Ensino Superior e se regerão no que lhes for aplicável, pelos Decretos nº. 20.865, de 20 de dezembro de 1931, e 23.609 de 30 de dezembro de 1933, até expedição de seus regulamentos pelos órgãos próprios, dentro do prazo de 120 dias.

O crescimento do número de instituições de ensino superior no Brasil pode ser apreciado após a Lei 5.540/1968, posto que algumas mudanças, na forma e no funcionamento das instituições de ensino superior, existentes no País, necessariamente aconteceram, as quais permitiram e encorajaram a iniciativa da presença do segmento particular de ensino superior em investir na oferta deste nível de ensino. Contudo, o crescimento de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, buscando o desenvolvimento do país, não se caracteriza como um acontecimento isolado.

Na realidade, nos anos de 1970, ocorreu no mundo um acelerado crescimento do número de estabelecimentos de ensino superior, chegando quase a dobrar a quantidade de instituições existentes, em razão da exigência de maior qualificação de pessoal, especialmente, com formação em nível superior para atender aos novos postos de trabalho criados. Foi ainda neste período que se engendrou a configuração jurídica e institucional atual do sistema universitário federal brasileiro, aprofundando sua dependência em relação ao Estado, sob a predominância do poder executivo (OLIVEIRA, 2000, *apud* VASCONCELOS, 2007).

Voltando um pouco no tempo da história, deve-se lembrar de que, após as guerras, começam a serem notados alguns avanços maiores e mais significativos no desenvolvimento acadêmico mundial: A França jamais havia presenciado a entrada de tamanha quantidade de alunos na universidade, como em 1960. E a tendência era aumentar, visto que, após a Guerra, ocorreu, naquele país, uma saída de jovens da zona rural para os centros urbanos, em busca de universidade, de modo que esta instituição não foi capaz de absorver a todos. Obviamente, a procura por vagas na universidade não ocorreu somente na França. Do mesmo modo sucedeu no Brasil, em uma conjuntura que provocou crise inevitável entre as instituições de ensino e as expectativas juvenis.

Em 1968, na França, aconteceram manifestações de estudantes que reivindicavam, primeiramente, mudanças na área educacional. Entretanto, o movimento cresceu para uma greve geral de trabalhadores, chegando a refletir nas bases do governo do presidente Charles de Gaulle, evento que, posteriormente, ficou conhecido como Movimento de Maio de 1968, que reuniu mais de dez milhões de pessoas que buscavam melhorias sociais e políticas.

Então, o Maio de 1968 foi o ápice de uma série de acontecimentos que vinham ocorrendo desde o início da década de 1960, com o agravamento da Guerra Fria: a construção do Muro de Berlim, iniciada em 1961; os debates sobre a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos; o movimento pelos direitos civis americanos; e a Revolução Cultural chinesa, desencadeada por Mao Tsé-Tung, em 1966, são alguns exemplos da efervescência política e cultural da época em todo o mundo.

O Movimento de Maio de 1968, na Capital francesa, foi realçado pela agravante série de conflitos entre estudantes e autoridades da Universidade de Paris, em Nanterre, localizada próximo à capital. A resposta da Administração dessa Universidade, em relação às reivindicações dos estudantes, provocou imediata adesão à greve dos alunos da Universidade de Sorbonne, em Paris. Para acalmar os ânimos, o Reitor solicitou a interferência da polícia, que conteve os estudantes com violência. O reitor dessa Universidade, Jean Roche, quebrou uma regra secular, uma vez que requereu intervenção policial nas instalações universitárias.

Pablo Almada (2016) afirma que o Maio de 1968 não referenda apenas ao evento parisiense muito menos as manifestações estudantis restritas ao mês e ao ano supracitado, mas refere-se mais a um período de efervescência social e política global que criou efeitos de disjunções nas culturas políticas locais, nacionais e globais, criticando as mudanças técnico-produtivas e de mercado que se iniciaram nos países centrais e se expandiram aos países em condições semiperiférica e periférica, permitindo o surgimento de inúmeros protestos de resistência.

Esses fatos, na sua análise, são entendidos como *movimentos antissistêmicos*, uma vez que faz referência ao sistema-mundo do capitalismo histórico, que se relaciona em termos de classes sociais e grupos de status (juventude, gênero, etnicidade, etc.), abrindo um espaço para novas disputas de poder.

Almada (2016), utilizando-se de estudos de Habermas (1971) e Touraine

(1971), afirma que não se trata simplesmente de ressaltar a emergência dos “novos sujeitos” revolucionários em detrimento dos antigos sujeitos políticos, porque a nova cultura política está presente quando esses sujeitos, que não se encontravam satisfeitos com as condições materiais dadas pelo capitalismo e pelas promessas do modelo de Estado de Bem Estar Social, utilizavam-se, essencialmente, de sua condição de classe para, a partir dela, agregar reivindicações em torno do aprofundamento democrático necessário.

Todavia, isso não significou a identificação imediata da crítica ao capitalismo com o alinhamento ao socialismo soviético, assim como dado na dicotomia institucional da Guerra Fria. Em lugar de reduzir esses movimentos às dinâmicas da dicotomia de forma específica, há uma imensa gama de percepções que demarcam o Maio de 1968 e suas respectivas *disjunturas*.

Ao contrário do esperado, as manifestações estudantis se espalharam na República francesa naquele ano de 1968 de modo jamais visto, insistindo e solicitando mudanças na área de educação e evoluindo, em seguida, para uma greve geral de trabalhadores, abalando seriamente as bases de governo do Presidente, General Charles de Gaulle.

Fenelon Rocha (2018), professor da UFPI, sobre o referido Movimento de Maio de 1968, afirma que, ainda que possa haver divergências sobre os acontecimentos e os seus consequentes resultados, há na verdade um pensamento com o qual todos concordam: o ano de 1968 mudou o mundo. Do mesmo modo, historiadores tomam o dia 10 de Maio de 1968 como o marco mais importante desse fato histórico, visto que tal dia transformou o movimento em um símbolo de contestação e demonstração do poder das massas.

No contexto brasileiro, o ano de 1968 também foi palco de acontecimentos de diferentes matizes. Foi o ano da criação da Lei 5.540, a lei da Reforma Universitária. A Nação vivia sob a égide do Governo da Ditadura, cujo segundo presidente, General Artur da Costa e Silva, tomara posse em 15 de março de 1967. No ano seguinte, em janeiro, um grupo de intelectuais e artistas lançara, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio de Janeiro, um manifesto contra a censura, promovendo uma semana de protestos. O evento foi mostrado em reportagem do jornal *O Globo* em 9 de janeiro de 1968, e foi a primeira de muitas manifestações realizadas em relação ao Regime instituído no País, somente nesse

ano.

Nesse período de manifestações estudantis, houve registro de um caso sangrento relevante: o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi assassinado com um tiro no peito, disparado à queima-roupa, por um Soldado da Polícia Militar, no Restaurante Central dos Estudantes, o “Restaurante do Calabouço”. Era a noite de 28 de março de 1968. A notícia foi publicada na primeira página do jornal *O Globo* no dia seguinte (29), com o teor da manchete: “Estudante morre a tiro no Calabouço”. Este fato tornou-se o marco inicial das grandes mobilizações estudantis no Brasil. No entanto, em 13 de dezembro, as ações estudantis foram silenciadas com a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, a ação que mais endureceu o Regime Civil-Militar.

A situação grevista se apresentava, por uma face, com a estudantada resistindo à opressão e, por outra face, reivindicando, entre outras coisas, melhor qualidade na educação. Entretanto, desde a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março até o dia 10 de abril, nesse curto período, muitas manifestações, algumas até mais acirradas, ocorreram no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras cidades do país. Não obstante, as Forças Armadas agiam e ocupavam com tropas pontos estratégicos das cidades. “O Exército manterá a ordem”, dissera o ministro do Exército Aurélio Lyra Tavares, conforme informou *O Globo* no dia 1º de abril de 1968.

Na mesma edição, foi publicada uma declaração proferida pelo presidente Costa e Silva, sobre a situação que a Nação atravessava, no coquetel realizado no Clube das Forças Armadas, em Brasília, em comemoração ao quarto ano da tomada do poder pelos militares, enfatizando que estavam cumprindo o dever e que haviam de cumpri-lo mesmo que fosse “à custa de qualquer sacrifício. Os agitadores pedem sangue, mas o Brasil continuará sem sangue” (*O GLOBO*, 1º de abril de 1968).

O governo respondia aos protestos com medidas violentas. Afinal, aplicavam-se as medidas impostas pelo AI-5. Enquanto os estudantes bradavam gritos de ordem, a cavalaria da Polícia Militar investia contra as massas, de modo que membros da Igreja Católica tiveram de intervir a fim de que não aumentasse o conflito; como no dia da missa realizada em homenagem ao estudante Edson Luís, conforme registrado no jornal *O Globo*: “a intervenção dramática de alguns sacerdotes, ontem, na Candelária, impediu conflito de graves proporções entre

cavalarianos e as pessoas que haviam assistido à missa para Edson Luís”.

Foi um evento fatídico a morte do representante da resistência de milhares de estudantes brasileiros que, ousadamente, com as armas que tinham, enfrentaram o poder imposto pelo governo da ditadura implantada no Brasil, embora não se possa afirmar, com absoluta certeza, a verdade em relação aos fatos sobre a morte do estudante, pois os registros constantes no laudo pericial do Instituto de Criminalística constam que a bala não fora disparada na direção da vítima, mas que o projétil havia ricocheteado nas paredes do restaurante, atingindo o peito de Edson Luís. Contudo, o aspirante da polícia, Aloísio Raposo Filho, acusado como autor do disparo, não foi punido pela morte do estudante, seguindo a carreira de profissional militar e chegando ao cargo de Coronel da Polícia Militar.

O restaurante “Calabouço” representava um problema para as autoridades representantes do Governo, uma vez que, desde o golpe civil-militar, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi considerada ilegal, até março de 1968, o restaurante representava o centro da efervescência da resistência à ditadura. De lá, sempre partiam os desafios frente aos generais e que entraram para a história sobre o enfrentamento ao regime político implantado no Brasil, que perdurou por longos 21 anos do regime civil-militar. Durante este longo período, o Brasil reiniciou uma aceitável situação de estabilidade e gradativo crescimento político e econômico, que se manteve até o poder governamental do País ser devolvido, através de processo eleitoral, ao regime Democrático Republicano.

A necessidade recorrente de maior contingente de mão de obra especializada e com formação superior vem de data remota, e iniciou dentro de um crescente movimento de conflitos registrados no histórico de todos os países que engendraram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Contudo, o Pós-Guerra Mundial de 1945 foi uma época de mudanças extremas, acentuadas em todas as áreas de cunho da economia e independência dos respectivos países atingidos, de modo que implicavam uma grande monta de reconstrução e exigências sociais na refuncionalidade do sistema de cada governo, de uma maneira absolutamente nova.

Como a maioria das nações envolvidas na Segunda Guerra Mundial, a França não encontrou paz logo ao final do conflito, porquanto ainda muitas nações, devastadas, trabalhavam para também encontrar a paz. Ressalta-se que, após o ano de 1945, a França envolveu-se em agitações coloniais com a Indochina (1946-

1954) e, logo em seguida, com a Argélia (1954-1962). Mas é dentro da década de 1960 que a República francesa encontrou calma nas suas áreas de domínio pátrio. Tanto que, a partir de 1962, a economia e o consumo apresentaram crescimento, e os salários dos franceses eram regularmente reajustados. Nunca na história francesa se verificou um aumento tão significativo de jovens frequentando a universidade. Sobre esse ano, Kurlansky (2005), no livro *1968: o ano que abalou o mundo*, detalha o percurso dos doze meses desse ano que marcaram a sociedade contemporânea.

Tendo sido encerrado com muitos estragos, esse conhecido período do histórico beligerante da Segunda Guerra Mundial também causou um grande prejuízo ao continente Europeu. Entretanto, mesmo assim, houve nações que, durante o conflito, perceberam grandes oportunidades de ganhos econômicos. O Canadá, por exemplo, em curto espaço de tempo ampliou o mercado de indústria de metais pesados, principalmente nas áreas de alumínio, níquel, cromo e aço; e os Estados Unidos, na avaliação de economistas, foi considerado o maior beneficiário, uma vez que dobrou o seu parque industrial durante a guerra.

Os países aliados iniciaram, após o conflito, um processo de negociação, cuja pauta era a situação política e econômica mundial. A Inglaterra e os Estados Unidos assinaram a Carta do Atlântico, documento no qual abriam mão de qualquer ganho territorial pós-guerra e defendiam a soberania das nações envolvidas no conflito. Na Conferência de Teerã, realizada em novembro de 1943, a União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra decidiram incorporar as nações bálticas e elaboraram uma possível divisão do Estado alemão. Em fevereiro de 1945, na Conferência de Ialta, foi reafirmado o princípio de autodeterminação dos povos e a instalação de regimes democráticos.

Dentro dessa mesma época de guerras, a Alemanha e a Áustria perderam a sua autonomia política, e foram divididas em diferentes zonas de ocupação. A última e mais importante reunião de líderes mundiais aconteceu na Conferência de Potsdam, ocorrida entre julho e agosto de 1945. Nesta, os líderes soviéticos defendiam total autonomia no processo de reorganização política dos territórios ocupados na Europa Central. Mas, em resposta, os líderes ocidentais demonstraram posicionamentos contrários à intervenção soviética na região mediterrânea e na África. Consequentemente, os territórios alemães foram fragmentados em zonas de

ocupação francesa, britânica, estadunidense e soviética.

Com relação às punições deferidas contra os alemães, ficou acordada uma multa indenizatória de 20 bilhões de dólares, sendo metade destinada à União Soviética. A indústria bélica alemã foi anulada, a indústria pesada sofreu limitações e instalou-se um tribunal internacional destinado ao julgamento das principais lideranças do regime nazista. Entre 1945 e 1946, o chamado Tribunal de Nuremberg sentenciou vinte e um líderes nazistas.

Depois dos citados acordos, a Europa passou por um processo de divisão por zonas de influência política. Os soviéticos dominaram a região oriental da Europa, dando força de ação aos partidos políticos comunistas na Albânia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia e Polônia. Na região da Iugoslávia, as frentes antinazistas, independentes do poder soviético, instalaram um governo comunista liderado pelo general Josip Broz Tito.

A parte ocidental europeia foi influenciada pelos Estados Unidos. Com exceção de Portugal e Espanha, a região foi dominada por diversos governos democrático-liberais. Ao Japão, foi imposto o Tratado de São Francisco, que declarou aos japoneses a perda de todos os territórios conquistados durante a guerra. Entretanto, com o avanço comunista no Extremo Oriente, os EUA decidiram financiar a reestruturação da economia japonesa. Foi nesse contexto que se iniciaram os primeiros passos da chamada Guerra Fria (HOBSEAWM, 1995).

No Brasil, o Governo da Ditadura Civil-Militar sancionou a lei de Reforma Universitária, de nº 5.540/1968, a qual “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior [...] e dá outras providências” e no Piauí montaram-se estratégias para a criação e institucionalização da primeira Universidade piauiense, cujo início ocorreu com a criação da Faculdade de Direito do Piauí, em 1931, federalizada pela força da Lei 1.254/1950 no governo da Ditadura Civil-Militar, que favoreceu o espaço para a sua criação, formalizada através da Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, aos termos da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, com o objetivo de criar e manter a UFPI – Universidade Federal do Piauí, instalada posteriormente em 1º de março de 1971.

A Lei 5.528/1968 foi publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 1969, posteriormente regulamentada por Decreto-Lei Federal, Nº 656 de 27 de junho de 1968, que também foi publicado no Diário Oficial da União na edição de 30 de

junho, e que, do mesmo modo, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí, sob o nº 209, de 22 de dezembro desse respectivo ano.

Nessa instância, o Piauí corria contra o tempo, considerando a urgente necessidade de instituir uma Universidade pública, para que o Estado também pudesse usufruir e integrar-se aos ditames da modernização e, conseqüentemente, se encadeasse no processo de desenvolvimento econômico do País, visto que a subjetividade de uma universidade, transformada em objetividade prática, promoveria o avanço tecnológico tão necessário para incrementar o desenvolvimento do estado.

Neste contexto de geração de expectativa para a criação da UFPI, em 1971, o Brasil contava com 619 instituições de ensino superior, das quais 435 pertenciam à iniciativa privada, concentrando-se a maioria (67%) destes estabelecimentos na região Sudeste do país. Destaca-se que tais números acompanham um crescimento de cursos e de professores, que na década de 1980 não foram incorporados no mesmo ritmo que na década anterior, quando a expansão passou a ser contida, porém com um controle direto, menos eficiente, por parte do Estado.

A Lei nº 1.254/1950 sagrou a possibilidade de federalização dos estabelecimentos de ensino superior no País, um dispositivo disponibilizado pelo governo central, que representou a solução imediatamente perfeita que as IES obtiveram para resolver suas fragilidades, especialmente de gestão financeira. De partida, esperava-se que, com esse dispositivo, pudessem ascender no cenário de mercado do ensino superior em uma situação de maior prestígio.

Foi o que se verificou entre as décadas de 1950 a 1980, momento no qual a federalização de instituições de ensino superior no Brasil apresenta-se como uma “vocação nacional” e sua “inserção em determinada localidade como um modo de consolidar os ideais desenvolvimentistas e construir um diferencial para o setor a partir da vinculação e pertencimento ao sistema federal” (VASCONCELOS, 2007, p. 111).

No Piauí, acreditava-se na possibilidade de desenvolvimento, por isso, as iniciativas de criação de uma universidade no Estado eram tema de discussões de intelectuais e do alto escalão de representantes da sociedade piauiense, tendo percorrido um longo caminho, atravessando quatro décadas, ou seja, desde o final dos anos de 1920 até início de 1970, isto é, desde o surgimento das primeiras

proposições de criação de uma universidade no Piauí, que resultou na criação da Faculdade de Direito, até a consolidação do ensino superior com a institucionalização da UFPI.

Sobre federalização de IFES-Instituições Federais de Ensino Superior, no País, importa antes compreender os princípios e entendimentos que a regulam, visto que o processo de federalização de universidades subentende a necessária organização administrativa do sistema de ensino superior pelo Poder Público a nível nacional, cuja essência seria possibilitar que em cada entidade federativa do País tivesse pelo menos uma Universidade Federal estabelecida. Desse modo, o estado torna pública a execução da Lei nº 1.254/1950, à medida que toma a iniciativa de promover a organização da educação, dando características de publicidade e gratuidade no sistema das IFES (VASCONCELOS, 2007).

A estudada Lei nº 1.254/1950 trata com certa especificidade sobre a transformação de categorias de estabelecimentos de ensino superior que, dependendo de sua origem, poderiam ser categorizados em federalização por si ou transformação de natureza mista ou instituições federais em universidade federal ou criação sem vínculos⁹³. Importa declarar que, durante a trajetória deste estudo, foram poucas as informações institucionais catalogadas e disponibilizadas acerca do processo de federalização.

Contudo, as quatro categorias classificadas e aqui apresentadas resultaram de um trabalho de organização temporal e por modalidades, realizado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), no ano de 2006, sobre tal processo. Trabalho que, com efeito, contribuiu para se entender o modo operante como ocorreu a federalização das entidades de ensino superior existente no País e a sua adequação ao sistema federal de ensino superior.

O tipo de federalização em si, constituída por escolas ou faculdades privadas, estaduais ou municipais, seria vinculado a órgãos da administração indireta do Estado, embora todas com personalidade jurídica própria, no âmbito da administração pública, mesmo que tais entidades fossem reguladas pela

⁹³ Federalização em si – a transformação de instituições de natureza privadas, estadual ou municipal, como escolas e faculdades em universidades federais; *transformação de natureza mista* – conjugação de instituições federais, estaduais e privadas, formando uma universidade federal; transformação de instituições federais em universidade federal – categoria de criação sem vínculos, formando universidades federais sem nenhuma ligação anterior às outras instituições (VASCONCELOS, 2007).

administração indireta, mesmo assim, permaneceriam vinculadas à respectiva Administração Direta, como no caso das universidades federais, que são vinculadas à União.

Contudo, quando o Estado não tem interesse de praticar determinada ação por intermédio de seus próprios órgãos, o Poder Público delega a sua responsabilidade para outras entidades, como atividades delegadas. Desse modo, na medida em que ocorre a transformação de instituições de ensino superior em universidades federalizadas, o Estado exerce as funções de forma descentralizadas, como Carvalho Filho (2004, p. 371 *apud* VASCONCELOS, 2007), aponta: às vezes, certos tipos de atividades são exercidas de modo indireto ou mesmo descentralizadas, porque a descentralização administrativa permite mais celeridade, eficiência e flexibilidade no processo praticado por esse modelo de gestão.

O doutrinador Hely Lopes Meirelles, sobre descentralização administrativa, ensina que:

A descentralização administrativa pressupõe, portanto, a existência de uma pessoa, distinta da do Estado, a qual, investida dos necessários poderes de administração, exercita atividade pública ou de utilidade pública. O ente descentralizado age por outorga do serviço ou atividade, ou por delegação de sua execução, mas sempre em nome próprio. [...] Na descentralização a execução de atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é indireta (MEIRELLES, 2004, p. 714-715).

Neste contexto, importa apresentar conceitos pertinentes à coisa pública, haja vista que a administração pública trata de o conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a *função administrativa*. Em função da necessidade de descentralizar o exercício da função administrativa, a administração pública divide-se em dois tipos: administração direta e administração indireta ou descentralizada.

Segundo Meirelles (2004) a administração direta, a primeira citada, é composta pelos órgãos subordinados diretamente às pessoas políticas, que no âmbito federal integram a administração direta, como, por exemplo, a Presidência da República. A segunda, administração indireta ou descentralizada, se refere ao conjunto das entidades que, vinculadas a um ministério, prestam serviços públicos ou de interesse público.

Conceitualmente, a existência da administração indireta ou descentralizada

toma por base o princípio de descentralização ou distribuição de competências das entidades administrativas, pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e as sociedades de economia mista. No caso específico das federalizações, as escolas, instituições ou faculdades de ensino superior, que sofreram ou não alguma junção, transformaram-se – e ainda se transformam – em duas categorias de entidades: as autarquias⁹⁴ ou as fundações públicas⁹⁵, todas com personalidade jurídica própria.

Contudo, no âmbito da administração pública, mesmo que tais entidades sejam reguladas pela administração indireta, elas estão vinculadas à Administração Direta, como é o caso das universidades federais, vinculadas à União, embora doutrinadores do Direito ainda discordem sobre um entendimento único acerca de fundação pública.

Celso Antônio Bandeira de Mello, na obra *Curso de Direito Administrativo* (2018), argumenta que a fundação, embora seja uma entidade da administração indireta, provoca divergências de entendimento no que concerne à sua natureza de personalidade jurídica. Desse modo, existem legisladores que a entendem como pessoa jurídica de direito privado, enquanto outros “administrativistas”, à luz da Constituição de 1988, entendem que todas as fundações públicas passaram a ser pessoa jurídica de direito público.

Por outro lado, ainda existe uma corrente que defende a probabilidade dessas entidades serem constituídas com personalidade jurídica de direito público ou com personalidade jurídica de direito privado, mas que este entendimento se dê mediante entendimento do ente federado. Por outro lado, no direito positivo, afirma Bandeira de Mello (2018), o legislador não tem colaborado para encerrar à polêmica, ou seja, ora tratando a fundação pública como entidade de direito privado, ora como direito público.

As fundações são pessoas que carregam essências jurídicas de direito

⁹⁴ Autarquia, de acordo com José dos Santos Carvalho Filho, pode ser conceituada como “a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado” (MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 18. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. p. 415).

⁹⁵ O Decreto-Lei nº. 200/1967 atribui, às fundações, natureza jurídica de direito privado, nos termos do art. 5º, IV, *in verbis*: Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (DECRETO-LEI nº. 200/1967).

privado, mesmo que sejam fundadas pelo governo. Nem as fundações públicas nem as privadas têm por objetivo o lucro: são criadas com vista a algo diferente do simples retorno financeiro direto, como por exemplo, a educação e a saúde.

As autarquias são entidades que, no Direito, chamam-se “pessoas jurídicas de direito público”, quer dizer, que é criação exclusiva do Estado. De acordo com a tradição, as autarquias são entidades criadas por leis específicas para a prática de atividades particularizadas de forma descentralizada, e, basicamente, visam atender objetivos que não podem ser mais bem alcançados pela administração direta ou por qualquer das outras três formas de administração indireta. As autarquias devem exercer atividades exclusivamente relacionadas ao interesse da sociedade.

No Brasil, as primeiras universidades datam do início do século XX, e foram criadas pela integralização de faculdades isoladas já existentes, seguindo o modelo de Cidade Universitária, com faculdades autônomas em edifícios isolados, espalhadas em espaçosas áreas, urbana ou rural. Entretanto, a partir da reforma universitária, tomou-se o modelo americano de Campus, onde as instalações eram separadas, dentro da cidade, tendo os respectivos edifícios funções bem delimitadas, primando pelo racionalismo dos espaços estruturais da arquitetura modernista.

A reforma universitária de 1968, como se sabe, apoiava-se em pontos já relacionados na Lei 4.024/1961⁹⁶, que previa a existência do regime administrativo de autarquias e fundações para as universidades brasileiras, bem como a possibilidade de administrar recursos próprios, que poderiam ser obtidos através de prestação de serviços de ensino, estudos, consultas, e/ou pesquisas, incorporando, desta forma, inovações trazidas pela Fundação Universidade Nacional de Brasília (UnB), que seus autores introduziram tendo em mente a intenção única, e sem dúvida louvável, de admitirem uma independência da Universidade em relação ao Estado.

Portanto, no correr do governo da Ditadura civil-militar, por uma série de leis foi reformado o ensino superior no País, no período de 1960 a 1970. Aliás, essa reforma, aliada com os Atos Institucionais baixados pelo governo civil-militar, e a Constituição de 1967, abriram espaço para uma grande transformação do ensino

⁹⁶ 4.024/1961 primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (CUNHA, 2007; RIBEIRO, 1980).

superior, modificando a sua estrutura administrativa e política, incluindo como medidas, entre outras, a substituição do sistema de cátedra pelo sistema de departamentos, institutos e centros, além da desintegração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

O artifício de federalização das instituições de ensino superior, no início da década de 1950, com as constantes críticas à política universitária, bem como o desenvolvimento do movimento estudantil, foram o grande impulso para a reforma de 1968. Pode-se afirmar que a Reforma de 1968, a partir das Leis 5.540, de 28 de novembro de 1968 e 55.398, editada no mesmo ano, possibilitou mudanças baseadas na repressão política e ideológica dos corpos discente e docente garantidos pelo Ato Institucional nº 5 (1968), a Comissão Meira Mattos (1968), os Relatórios Atcon (1968, 1970), além do Decreto-lei n. 477 (1969).

Tal repressão poder ser conferida nos atos da institucionalização das triagens ideológicas, na cassação de professores e alunos, na censura ao ensino e na subordinação direta dos Reitores ao Presidente da República, conjugados pelas intervenções militares em instituições universitárias, tendo o Decreto-lei 477/1969⁹⁷ como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e da criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificadas nas denominadas ASI-Assessorias de Segurança e Informações, que atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Civil-Militar sobre o Ensino brasileiro.

Com o estabelecimento da Lei nº 5.540/1968 e do Decreto 464/1969⁹⁸, possibilitou-se o completo afrouxamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. Desse modo, a ordem foi restabelecida, o Executivo concentrou as decisões, transformando a autonomia universitária em mera falácia, com o uso e abuso da repressão político-ideológica.

Artur da Costa e Silva, como Presidente da República, sancionou o Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, instituindo a Comissão Especial titulada “Comissão Meira Mattos”, a qual foi presidida pelo Coronel Carlos Meira Matos, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, tendo como membros os civis:

⁹⁷ De 26 de fevereiro de 1969, “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”.

⁹⁸ Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.

Hélio de Sousa Gomes, diretor da Faculdade de Direito da UFRJ; Jorge Boaventura de Sousa e Silva, diretor-geral do DNE; Afonso Carlos Agapito, promotor público e coronel-aviador; e Valdir de Vasconcelos, secretário-geral do CSN. E, em seguida, formou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU – 07/1968).

No ano de 1968, houve uma intensa mobilização do movimento estudantil, sendo realizados diversos debates e manifestações de rua. Para abafar essas desordens e estabelecer maior controle sobre as “insatisfações” nas Universidades, o Governo apressou os processos de reforma universitária, para doravante adotar um modelo que pudesse prover a estabilidade e a melhoria no acesso aos vestibulares de maneira a atender a demanda. Uma tarefa do Grupo de Trabalho (GT), no ano de 1968, através do Decreto nº 62.937, tinha como objetivo “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização e flexibilidade administrativa [...]” (REFORMA, 1968, p. 15).

O anteprojeto da Reforma foi estudado por um Grupo de Trabalho, que teve, como membros, os conselheiros do CFE Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, além de professores universitários. Embora o grupo tivesse como base as filosofias da Universidade de Berlim, o modelo organizacional proposto era de forte influência norte-americana, justificado, inclusive, em razão dos diversos acordos firmados entre o governo brasileiro e aquele país.

A citada comissão atuaria no âmbito do MEC com as finalidades de: emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado. Neste contexto, importa destacar que o CFE não participou da Comissão Meira Mattos (CUNHA, 2009).

O Relatório da citada Comissão, entre outras teses, defendia que a atuação do CFE seria uma das causas da retração da expansão das vagas no ensino superior, e que seu poder seria maior que o do Presidente da República, nas questões da educação. Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Meira Mattos, por um lado, apresentaram caráter de complementaridade e, por outro, de contraposição. A continuidade encontra-se no aspecto de que o Relatório Meira Mattos apontava, em suas conclusões, para a necessidade imediata de ser revisada

a legislação educacional. Obviamente, requeria a instituição de um grupo de trabalho para essa finalidade, aliada com a proposição de medidas que melhor possibilitasse aplicação das diretrizes governamentais no âmbito das entidades de ensino, objetivando o seu efeito sobre o corpo discente. (RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1969).

Desse modo, o Relatório Meira Mattos foi dividido em duas partes. Na primeira, apresentavam-se as ações tomadas pela Comissão Especial com vistas a encontrar soluções para problemas particulares. Nesse sentido, descreveu os contatos feitos pelo presidente da Comissão com o Ministro da Fazenda, a fim de que ocorresse a liberação de recursos de convênios realizados com as universidades no ano de 1967. Na segunda parte do relatório, foram apresentados os “pontos críticos do sistema educacional que interferiam direto ou indiretamente com as aspirações da juventude estudantil” (RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1969, p. 207).

O Relatório do Grupo de Trabalho (GT), na apresentação dos seus objetivos, apontou a primeira diferença entre os trabalhos realizados pelo GT e pela Comissão Meira Mattos, considerando que os termos do decreto 62.937, de julho de 1968, são bastante explícitos e determinam uma tarefa concreta e objetiva. Na verdade, não se tratava, pois, de estabelecer um diagnóstico da crise da universidade, mas de desenhar os delineamentos de uma reforma, propor um rol de soluções reais e de medidas operacionais que permitissem racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade. (CUNHA, 2007).

O conteúdo do Relatório do GT apresentava atitude de contraposição à Comissão Meira Mattos, pois defendia que a reforma universitária não deveria ser realizada apenas para resolver problemas imediatos, conforme proposto no Relatório Meira Mattos. O relatório do GT abordou a concepção geral da reforma, ou seja, tratou sobre regime jurídico e administrativo, estrutura, articulação da escola média com a superior, cursos e currículos – regime escolar, corpo docente, implantação da pós-graduação, corpo discente, expansão do ensino superior e recursos para a educação.

A estrutura do Relatório do GT apresentou-se mais bem organizada, mais enxuta do que o da Comissão Meira Mattos, visto que não havia repetição de assuntos e de teses. Entretanto, cada um dos Relatórios defendeu e apresentou o

solicitado pelo Governo, conforme o analisado, uma vez que a estrutura da reforma universitária já estava presente nos Decretos-Lei nº 53/1966 e nº 252/1967, que reformularam as universidades federais, com seus princípios sendo adotados pelas instituições privadas. Entretanto, os Relatórios se diferenciavam em relação à avaliação da aplicação prática dos Decretos.

A crítica sobre o Relatório Meira Mattos foi quanto ao modo operante nele indicado, porque concebia a reforma universitária de modo lento e desordenado, e não atenderia às necessidades da realidade brasileira, tendo em vista a precisão de atender uma demanda cada vez maior, considerando o ritmo de crescimento populacional. Além disso, observou-se, também, o imperativo de adaptar os cursos e currículos às imposições do desenvolvimento nacional, ajustando-os às características que singularizavam o País.

Por sua vez, no Relatório do GT foi apresentada a concepção de que, para a adoção espontânea da estrutura proposta nos Decretos-Lei, bastaria generalizar para todas as instituições o modelo já consolidado. Segundo este Relatório, o Brasil precisava adotar soluções mais gerais, em que a concepção de universidade fosse além de mera justaposição de faculdades que, em última análise, se reduz a definição contida na Lei de Diretrizes e Bases (REFORMA, 1968).

Na maioria das vezes, quando se discute a Reforma de 1968, a primeira ideia que vem é de ação conspiratória, que não teria passado de uma manobra do governo civil-militar para, com o auxílio americano, controlar a mobilização estudantil e universitária. Entretanto, foi neste contexto que o governo arquitetou e autorizou as reformas educacionais, sendo elas a Reforma Universitária (Lei 4.024/1968) e a Reforma do 1º e 2º graus (Lei 5.692/1971).

Os termos “segurança”, “repressão”, “desenvolvimento” e “reformas”, marcavam as práticas políticas do Regime Militar como um todo e, em particular, a política educacional. Mesmo assim, pode-se colher alguns benefícios para as IES e para os Docentes, pois, do ponto de vista formal, a Reforma Universitária consagrou, em lei, muitas das reivindicações dos professores mais ativos e do movimento estudantil do período antes de 1964. Por exemplo, a cátedra foi abolida e substituída pelo sistema colegiado de departamentos, assim como a criação de institutos centrais, agrupando disciplinas que antes se repetiam por várias faculdades e cursos, ajustamento realizado com a finalidade de diminuir a duplicação de esforços

e aumento da eficiência das universidades.

A introdução do ciclo básico tinha por objetivo dar aos estudantes uma formação geral antes de adentrar no núcleo profissional do curso, desse modo diminuindo as limitações do ensino secundário. Finalmente, a legislação consagrou a indissolubilidade do ensino, pesquisa e extensão, e estabeleceu o ideal de que todo o ensino superior do país se organizasse em universidades e não simplesmente em escolas isoladas.

Rodrigo Patto, na obra *As Universidades e o regime militar* (2014), provoca o leitor à reflexão acerca das políticas universitárias do período da ditadura, apontando a desenvoltura dos militares e de seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão, visto que o regime político implantado não foi ação solitária dos militares, mas partiu de grupos civis bem coordenados. O autor chama a atenção para o controle nas universidades, nas quais ocorreram, de modo integral, os paradoxos e as ambiguidades daquele regime militar, assim demonstrando toda complexidade vivida em um governo autoritário.

De todo modo, convém verificar que o regime político instituído a partir de 1964 apresentou dupla orientação, as quais ocorriam de forma simultânea, isto é, à medida que se apresentava destrutivo, também agia de modo construtivo, mesmo que em seu impulso modernizador tenha operado de modo repressivo. Quanto ao seu aspecto destrutivo, enquanto Estado autoritário, prendeu, demitiu ou aposentou professores avaliados como ideologicamente suspeitos, da mesma forma que afastou líderes docentes apontados de coniventes com a “subversão estudantil”. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais “perigosos”.

Entretanto, Luiz Antonio Cunha (2007) adverte para uma questão que deve ser desmistificada em relação a qualquer estudo que trate sobre a Reforma Universitária de 1968 e, segundo sua crítica sobre o assunto, é falsa a ideia de se afirmar que apenas no período Regime Civil-Militar a universidade esteve diretamente sob o poder do Governo.

De acordo com este autor, tal crença deve ser contestada através de análise dos acontecimentos, uma vez que a intervenção do governo nas instituições de ensino superior foi em decorrência do regime autoritário imposto desde 1964, tornando mais evidente no final de 1968, com a aplicação do Ato Institucional Nº 5 e

a ação não deixa dúvida de que esse regime político acionou estruturas inéditas de controle do aparelho escolar. Por isso, supor-se que a universidade fosse, antes de 1964, autônoma, e local onde reinava a liberdade democrática, é desconhecer o que de fato acontecia (CUNHA, 2007).

Além de estabelecer certos limites aos “subversivos” e ao movimento estudantil no âmbito das universidades, essa reforma se deu na medida em que a educação foi compreendida, pelos militares, como um importante mecanismo de transmissão da ideologia estabelecida pela Escola Superior de Guerra, calcada nos princípios de Segurança Nacional.

Para manter o controle absoluto da sociedade, que se refletia por uma “limpeza” ideológica, o Governo determinou o bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e a instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. Desse modo, criou as Assessorias de Segurança e Informação, alocando-as dentro dos próprios campi, e que, ao lado de outros órgãos de Informação, selecionavam contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior.

A Reforma de 1968 proporcionou grandes modificações que, atualmente, ainda são presentes na organização das instituições educacionais brasileiras. Essa reforma trouxe grandes avanços, mas também grandes consequências, pois diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e aos programas das disciplinas. De outro lado, permitiu uma maior ampliação do acesso ao curso superior, com vários recursos ampliados com o desenvolvimento de programas de pós-graduação e outros meios de ascensão cultural imprescindíveis ao crescimento humano.

No âmbito dos avanços dessa reforma presentes nas instituições educacionais no Brasil, nasceu a Universidade Federal do Piauí, tendo de, *a priori*, se defender das consequências da “limpeza ideológica” advindo do bloqueio da livre circulação de ideias patrocinada pelo Governo Federal e cobiça por poder de alguns ativistas políticos do Piauí, ávidos de crescerem seu “cabide de empregos”, e esse fato, logo mais tarde, obrigou o Governador do Estado, indicado pelo Governo Federal, percebendo a natureza da situação, a importar da UNB – Universidade de Brasília, um especialista em educação, para o exercício de Reitor Pro tempore.

5.4 Constituição da Universidade: o Reitor Pró-Tempore

O sonho da criação da Universidade Federal do Piauí já existia desde décadas atrás, mesmo antes de o Estado estar significativamente atendendo as demandas educacionais básicas. A pessoa de José Camillo da Silveira Filho, um dos envolvidos nesse sonho e hoje ex-Reitor da UFPI, afirmara que “aventaram a possibilidade de uma Universidade para o Piauí. Mas foram apenas cogitações, sonhos.” (CAMPOS, 2010, p. 42). O professor José Pires Gayoso de Almendra Freitas⁹⁹ e outros piauienses reforçam o pensamento de Camilo Filho,

o interesse pela Universidade vem de muito mais distante. Inicia-se na criação da Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1931, pois o Piauí partia para o ensino superior e com isso começou a pensar em Universidade. O grupo que começou a organizar a Faculdade de Direito pensava numa universidade, embora, não atuasse muito nesse sentido porque, naquele tempo, não era possível, infelizmente, por causa do isolamento cultural; o Piauí sofria de isolamento, não só geográfico, não só político, mas também cultural (PASSOS, 2003, p. 39, apud CAMPOS, 2010, p. 43).

Conforme Gayoso, citado por Passos (2003) e Campos (2010), e já discutido no transcrito desta produção científica, o Piauí sofreu e ainda sofre com o estigma de estado pobre, que, como toda a região Nordeste, esteve isolado não apenas em relação à educação, mas em muitos outros aspectos, principalmente em relação à Universidade. Pode-se atribuir esse descaso aos governantes e líderes políticos, pois “suas lideranças, em particular as do final do século XIX e início do século XX, não perceberam as vantagens de investimentos em educação com uma política de coesão que corrigisse esse isolamento secular” do Piauí (CAMPOS, 2010, p. 43).

A abertura da iniciativa em prol da criação dessa Universidade Federal do Piauí, em outubro de 1963, pode ser atribuída à publicação “O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE”, pela UEE – União Estadual dos Estudantes, prosseguindo-se por vários dias, na coluna “Retalhos Universitários”, do jornal *O Dia*, a qual fora reservada por esse Jornal para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, cujo presidente era o estudante Oston Teixeira Diniz. Nesse contexto de lutas, estudantes, professores, educadores e intelectuais tomaram rumo pela reestruturação do ensino superior no País, assunto também já discutido nesse

⁹⁹ Secretário de Governo na década de 1970. Ex-Presidente do Conselho Estadual da Educação. (PASSOS, 2003, apud CAMPOS, 2010)

documento¹⁰⁰.

O Advogado Luiz Gonzaga Viana, membro do Diretório Acadêmico de Direito (1º Orador), em depoimento a Passos (2003), faz uma síntese do assunto:

A luta consistia, fundamentalmente, na veiculação da ideia através da imprensa; de pressão junto ao poder executivo e aos parlamentares federais, deputados e senadores e da propagação da bandeira em todas as ocasiões públicas, aproveitando o prestígio que gozavam na sociedade local.

Nessas reivindicações, encontravam-se à frente os estudantes, por meio dos quais veio a conquista do entusiasmo popular e dos professores, que lhes faltavam para permanecerem motivados à luta. Sobre o empenho dos professores, pode-se apresentar a impressão de um deles, na época Diretor da Faculdade de Direito, Professor Wilson Brandão, do qual emprestamos a seguinte recordação: “foram arautos dessa bandeira e se engajaram plenamente no movimento de reivindicação de nossa Universidade”¹⁰¹.

Em Teresina, esse idealismo era representado pelas lideranças institucionais com posicionamento destacado na área da cultura, entre as quais cita-se a Faculdade Católica de Filosofia, sob a égide de Dom Avelar Brandão Vilela, Bispo e organizador dessa Faculdade, além do grupo representante da Faculdade de Odontologia, tendo à frente o Prof. Oscar Olímpio Cavalcante, e da Faculdade de Direito do Piauí, na liderança do Prof. Robert Wall de Carvalho.

Em Parnaíba, Cândido Athayde, Lauro Correia, José Nelson de Carvalho e outros entraram juntos nessa efervescência da evolução cultural, na qual estavam ligados, também, universitários e estudantes secundaristas portando bandeira de luta. A UEE – União Estadual dos Estudantes, que representava os universitários de cada estado, diretamente ligada a UNE, a sociedade engajada, intelectuais, empresários e políticos, uniram-se aos partidos opostos que se coligaram focados no mesmo propósito. Esses esforços surtiram o efeito desejado: a criação da Universidade Federal do Piauí.

A partir de 1963, o Piauí inteiro entra no clima de luta para que a Universidade

¹⁰⁰ Ampliação do número de vagas, tinham resultado na criação da Universidade de Brasília (1961) de acordo com o modelo que propunham e faziam com que a reforma universitária integrasse o elenco das reformas de base propostas pelo Governo João Goulart.

¹⁰¹ Passos, 2003. Idem.

Federal do Piauí saísse do estágio de “sonho”. Com a chegada de Petrônio Portella ao posto majoritário do governo, as esperanças se renovam, embora idas e vindas se sucedessem sem encontrar um denominador comum que culminasse para a efetividade do propósito, isto é, que a universidade saísse do papel. Desse modo, entrou o ano de 1966, quando o presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, agendara uma segunda visita ao Piauí para inspecionar as obras em andamento da Usina de Boa Esperança, em 23 de março de 1966.

Nessa oportunidade, o Governador Petrônio Portella, na iminência de receber o Presidente, dirige-se ao povo do Piauí de forma categórica: “A Universidade não é mais um sonho, ela é uma ideia”. Petrônio Portella compreendia que somente o conhecimento dos piauienses, inclusive de sua classe política, sobre a ideia da universidade não era suficiente para sua institucionalização.

Era importante e necessário, portanto, que os seus adversários políticos igualmente trouxessem para si a responsabilidade e que todas as atenções da elite política local se voltassem para o projeto de criação da Universidade. Estando o chefe da Nação presente no Piauí, essa manifestação pública de interesse geral faria a diferença, pois poderia, por uma palavra apenas, levar definitivamente à vitória.

A partir da análise sobre as dificuldades de transformar “uma ideia em realidade”, Petrônio Portella decidiu apelar para que todos se imbuíssem do mesmo sentimento: trazer uma Universidade para o Piauí. Que todos, então, inclusive os adversários políticos, esquecessem suas querelas e investissem na conquista desse bem comum.

Petrônio Portella, então, clamou aos piauienses, principalmente aos residentes em Teresina, que comparecessem para receber o Presidente da República que estaria de passagem nesta Capital, a caminho da viagem para inspecionar as obras Usina de Boa Esperança.

Nessa oportunidade, o Governador reivindicaria a Universidade, porque percebia que naquele momento era necessário demonstrar, ao País, que o povo do Piauí havia tomado consciência de suas capacidades e acreditava no seu futuro, embora reconhecesse que tais competências não eram suficientes, porque a criação de uma universidade no estado transcendia as suas próprias condições financeiras.

Por outro lado, a necessidade daquele apelo demonstraria ao Presidente da

República que o poder político e a confiança que o Governador detinha diante do seu povo imputavam-lhes responsabilidade e fé no que é possível realizar para o bem da sociedade. Dessa maneira, em praça pública, ao aplaudir o Presidente Castelo Branco, Petrônio Portella ousou dizer: “Presidente, dê-nos a Universidade do Piauí porque se não nos der o Piauí fará a Universidade com as suas próprias força” (PORTELLA p., *apud*. JORNAL O DIA 15 de novembro de 1966).

No movimento político para a criação da Universidade do Piauí, segundo seu correligionário político e sucessor, Helvídio Nunes de Barros, em depoimento a Bello (1980), foi Petrônio Portella aquele que fez a primeira solicitação escrita com a finalidade de criar a Universidade do Piauí, cujo “processo foi protocolado sob o número 1925”; além de promulgar a Lei nº 2.567, de 10 de janeiro de 1964, que autorizava, sob a forma de Fundação, a criação da UEP-Universidade Estadual do Piauí.

Não obstante, por trás dessa atitude, a intenção de Petrônio Portella residia na estratégia encontrada para, no futuro, criar uma Universidade Federal no estado, seguindo os mesmos passos percorridos por outros governadores, que respaldados na Lei nº 1.524 de 1950 criaram Universidades Estaduais, para posteriormente o governo federal, em benefício dos respectivos estados, as federalizar.

Foi a partir desse dispositivo legal (Lei 1.523/51), que, em um período de nove anos, 75% das Universidades Estaduais foram federalizadas no País. Petrônio Portella, em meados do seu mandato de Governador, 10 de janeiro de 1964, aprovou, na Assembleia Legislativa, a Lei 2.567/1964, que autorizava organizar, em fundação, a UEP-Universidade Estadual do Piauí, publicada no Diário Oficial do Estado datado de 11 de novembro de 1964. Todavia, a vontade do Governador não foi suficiente para concretização desse pleito, e a solicitação não saiu do papel.

Tanto Petrônio Portella quanto o seu partido, a UDN – União Democrática Nacional local, apoiavam o Presidente João Goulart, apesar de o posicionamento contrário da direção da UDN nacional, adeptos ao presidencialismo no plebiscito apoiando ao governo, até as reformas de base rejeitadas pelo partido. Medeiros (1996, p. 82, *apud* PASSOS, 2003) apresenta declaração de João Goulart em relação ao apoio de Petrônio Portella à sua política de governo: “tem dado à minha administração tratamento condigno. Sou-lhe grato por isso e dele me considero amigo”.

Entretanto, a iniciativa ansiosa do Governador talvez tenha complicado, ao invés de facilitar, porque sua posição política não foi bem compreendida pelos dirigentes do MEC (PASSOS, 2003), após os ventos políticos tomarem nova direção – o governo Civil-Militar – considerando o regime político implantado na época. As ações políticas do Governador Petrônio Portella certamente eram muito combatidas, porque incomodavam o pensamento dos controladores do poder, no governo federal vigente. Para Luiz Gonzaga Viana, a iniciativa do Governador Petrônio Portella de autorizar e organizar em fundação, a UEP, foi bem recebida pela comunidade que lutava em prol de criar a Universidade do Piauí, e assim expõe o seu posicionamento:

foi motivo de alegria, como um princípio de vitória e como mais uma porta aberta para que nós conseguíssemos a nossa Universidade Federal, porque a criação da Universidade Estadual vinha comprovar que nós tínhamos os meios, sobretudo humanos, para implantar aqui a nossa Universidade Federal (depoimento de VIANA a PASSOS, 2003, p. 48).

A iniciativa do Governador, conforme Viana, levou os estudantes e as categorias envolvidas, que investiam esforços em favor da criação da universidade, a entenderem como apoio à causa, pois confirmava, assim, que no Piauí existiam as condições necessárias para a criação de uma Universidade, e o Governador deu resposta ao clamor dos estudantes.

Viana pertencia à elite local, era articulista de jornais e um bem relacionado integrante do ciclo de amizade entre membros de familiares dos professores das faculdades que, muitas vezes, faziam parte da cúpula do governo ou do Poder Judiciário, personalidades da tradição local ligados por amizade ou fidelidade política ao governador ou ao seu grupo político.

Quanto à classe estudantil, na leitura da realidade local feita por Passos (2003) havia pouca diferença de posições sociais dos envolvidos na luta pela criação da Universidade do Piauí, visto que eram poucas as distâncias entre as barreiras que separavam estudantes do ensino superior piauiense e as outras categorias envolvidas no pleito. As outras pessoas ou grupos eram naturalmente excluídos do campo político e, mesmo quando ouvidos, o faziam sem a criação de estruturas de participação e/ou negociação, dessa forma, suas atitudes soavam frágeis, inconsistentes e incapazes de patrocinar a organização dos próprios estudantes.

O esforço e atitude tomados por Petrônio Portella infelizmente não foram

suficientes, e a ideia não saiu do papel, “era apenas um sonho”, como depõe em entrevista, o Prof. José Camilo da Silveira Filho a Passos (2003),

[...] não estávamos bem informados. Faltou-nos, vamos dizer, o instrumental legal; não estávamos habilitados para enfrentar o problema e pagamos muito caro por isso porque avançamos, colocamos ‘o carro adiante dos bois’ e isso criou problema. O Ministério da Educação andou fechando portas, porque achou que estávamos muito sôfregos, não estávamos preparados, estávamos sonhando, não estávamos com os pés no chão, de maneira que aquelas Escolas⁷ pudessem funcionar; houve erro na condução do negócio.

À medida que as reminiscências vêm à tona, Camilo Filho reconhece que ocorreram falhas na condução da iniciativa para criar a Universidade do Piauí. Sobre o assunto, o Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas tem a mesma opinião:

O Petrônio sempre pensava além da sua realidade; ele era um administrador que tinha sempre muitos sonhos e um desses sonhos era uma universidade para o Piauí. Mas o que nós sentíamos, na época, era que o Piauí não tinha condições econômicas e materiais e mesmo culturais para a criação de uma universidade da forma que se pretendia. Além do mais é preciso notar que as universidades naquele tempo não tinham a estrutura administrativa que têm hoje, eram mais uma ligação entre Faculdades que eram praticamente autônomas, não dependiam de uma Reitoria estruturalmente muito ligada. Era uma ligação formal. Nós precisávamos era criar Faculdades. Compreendia-se por Universidade como uma formalização da articulação de Faculdades, por isso era mais importante criar Faculdades (PASSOS, 2003, p. 54).

Pelo teor do depoimento do Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas, havia um dilema quanto a uma decisão de se conquistar uma universidade para o Piauí. Primeiro, pelas dificuldades em que o estado vivia, que eram reconhecidas pelos componentes do próprio grupo empenhado nessa conquista. Pessoalmente, Gayoso considerava que a estrutura administrativa organizacional das universidades era mais uma ligação entre faculdades, que eram praticamente autônomas, que não dependiam de uma reitoria estruturalmente muito ligada, a universidade deveria ser uma formalização de faculdades, por isso, particularmente, considerava mais importante criar faculdades.

Neste contexto, parece que interesses políticos aqui se sobrepuseram aos interesses do estado uma vez mais, sem contar que o Golpe ocorrido veio sacrificar todo o ideal avançado com a criação da UEP, com a dissolução do Comitê Pró Universidade, cujo silêncio opressivo permaneceu até maio de 1965, quando o poder

dominante decidiu pela dissolução dos Diretórios das Entidades Estudantis, juntamente com prisão de várias lideranças. Em função desses fatos, a população atingida passou da lamentação para a reação.

Na sessão do dia 15 de maio de 1989, no Senado Federal, o Senador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, ex-Governador do Piauí, solicitou aparte ao Senador Mauro Benevides, quando este Senador discursava sobre a greve dos docentes universitários, na época. Atendido, Chagas Rodrigues mostrou-se solidário ao movimento e disse que sempre esteve presente às causas da universidade brasileira e à categoria de professor.

O Senador reforça a solidariedade e relembra que, ao tempo que foi Deputado Federal e Petrônio Portella era Senador, na bancada piauiense, fez parte da comissão Mista de Deputados e Senadores e, na pasta, apreciou o projeto do Governo que criou a UFPI. Parte do seu discurso é rememorada:

Eu fui relator e o nobre Senador Petrônio Portella, de saudosa memória, foi o Presidente. Quando Castello Branco enviara o projeto da Carta Constitucional de 1967, eu apresentei uma emenda, na Comissão Central, criando pelo menos uma universidade federal em cada estado da Federação. [...] Na Comissão Mista, [...] tive a oportunidade de dar meu parecer favorável e de incluir, entre os estabelecimentos de Ensino Superior, a Escola de Administração¹⁰², com sede em Parnaíba. De modo que sempre me preocupei com a UFPI [...] (CHAGAS RODRIGUES, 1989, p. 11).

Deve-se recordar que Chagas Rodrigues governou o Piauí no período de 1959 a 1962, foi Deputado Federal e depois Senador. Antes de ter o seu mandato cassado, em 1968, foi uma das vozes a intervir para que ocorresse a inclusão da Escola de Administração do Piauí, com sede em Parnaíba, entre os estabelecimentos de ensino superior a compor a UFPI. No seu governo, foram criadas as primeiras escolas públicas de Ensino Superior no Estado: a escola de Enfermagem e a de Serviço Social, pelas leis estaduais nº 2.016 e 2.017 de 25 de novembro de 1960 e, em 1966, estas escolas foram incorporadas à Fundação de Ensino Superior do Piauí, pela Lei, também, estadual nº 2.745 de 10 de agosto de 1966.

Muitas vozes interviram junto ao Governador em prol da criação da

¹⁰² A Escola de Administração, bem lembrada porque, no ato de criação da Universidade Federal do Piauí, esta escola foi a quinta necessária para a composição da Instituição Federal do Piauí. Idem Campos, 2010.

Universidade, utilizando-se dos instrumentos que se apresentavam disponíveis, como os professores da Faculdade de Direito, Simplício de Sousa Mendes, Desembargador e Presidente da Academia Piauiense de Letras e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Presidente da CODESE, além do Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Prof. Wilson Brandão, que assumiu a presidência do Comitê Pró Universidade do Piauí. Além da adesão recebida por parte de intelectuais, e autoridades locais, também os meios de comunicação local deram apoio ao movimento. Logo, foi veiculado no jornal *O Dia* de 6 de outubro de 1963, página 3, a seguinte matéria:

Toma vulto o movimento dos universitários¹⁰³ piauienses visando a criação do COMITÊ PRO-UNIVERSIDADE DO PIAUÍ. Nesse sentido, a nova Diretoria da UEE está envidando esforços, a fim de que o movimento obtenha pleno êxito com a concretização do ideal máximo da classe universitária do Piauí. (BOLETIM INFORMATIVO DA S.). I. P. – Nº 1/UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES (Jornal *O Dia* de 06 de outubro de 1963)

Na mesma data, o jornal *Folha da Manhã* veiculou que, a partir de então, também seria a bandeira defendida por este periódico, considerando a relevância do momento: a criação do COMITÊ. Contudo, anunciava que reconhecia ser imperativo que toda a sociedade piauiense investisse na causa. Apoio acertado, o jornal passa a publicar depoimentos de autoridades da área da educação solidários com a causa, entre as quais figuram: Clemente Fortes, Diretor da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí; Des. Simplício de Sousa Mendes; Paulo da Silva Ferraz, Secretário de Estado da Educação, além dos pronunciamentos já veiculados dos Prof. Wilson Brandão e outros.

O Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, em artigo publicado no jornal *O Dia*, de 28 de novembro de 1963, invoca o Governador Petrônio Portella, solicitando que tomasse a frente do movimento,

Todo movimento precisa de um comando. Estou certo de que o Governador Petrônio Portella, animado do propósito de bem servir o Piauí, neste momento deve estar reformulando seu Plano e estabelecendo as bases de sua participação e comando na luta pela Universidade que os grupos mais politizados do Estado estão exigindo (SANTANA, 1963, p. 4).

Na página 6, desse mesmo jornal, Santana continuou afirmando que os

¹⁰³ Os estudantes das faculdades isoladas eram assim identificados.

estudantes piauienses, contando com o apoio de professores e principalmente do povo, lançaram a campanha em favor da criação da Universidade. Todavia, todo esse movimento necessitava de um comando, e considerava que o Governador Petrônio Portella deveria estar reformulando o seu plano de trabalho¹⁰⁴, de modo que estabelecesse estratégias de base a fim de inserir a sua participação como comandante maior na luta pela Universidade, visto que os grupos mais politizados do estado estavam erigindo: “Governo, estudantes e povo devem lutar, com redobrado vigor, pela criação da universidade do nosso Estado. Só pensando com grandeza realizaremos coisas grandes” (SANTANA, *In: O DIA*, de 28 de novembro de 1963, p. 6).

Outra exposição importante foi a do Professor Camilo Filho, que, na época, ocupava o cargo de presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE) e também o de Chefe da Casa Civil do Governo Petrônio Portella, feita em entrevista a Luiz Bello (1980), sobre o documento que elaborou e que foi encaminhado ao Presidente Castelo Branco, documento lavrado, sob o empenho do governador e consentimento dos demais conselheiros estaduais de educação, diretores das faculdades isoladas, presidentes de suas respectivas mantenedoras, estudantes, presidentes dos diretórios acadêmicos, os quais representavam, e do próprio Governador. Sobre esse documento, no depoimento a Bello (1980, p. 533-534), Camilo Filho, citado por Fonseca Neto (1998, p. 125) recorda que,

[...] esse documento foi a peça vestibular do processo de que resultou, depois, a lei que instituiu a Universidade Federal do Piauí [...] apresentado pelo então governador Petrônio Portella, iniciou a sua *via crucis* pelos órgãos colegiados, pelas repartições públicas federais, e, já senador da República, o Dr. Petrônio me convocou a Brasília para um problema que emergira ao longo da discussão do projeto de criação da universidade: a universidade deveria ser uma Fundação¹⁰⁵, ou a universidade ser uma

¹⁰⁴ Petrônio, quando candidato ao governo do estado, supervisionou a elaboração do Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, e durante o seu Governo realizou em alguns setores, uma administração planejada. O plano previa vinte e uma metas no setor da educação e pesquisa. A última das metas consistia na criação da Universidade Rural do Piauí, com rendas oriundas das Fazendas Estaduais, que assegurariam os recursos necessários para a sua manutenção (FONSECA NETO, 1998).

¹⁰⁵ Assunto já discutido nesse capítulo ao tratar sobre a reforma universitária de 1968, que, à luz das leis 4.024/1961 e 5.5440/1968, todas as IFES criadas nos anos de 1960 foram consideradas enquanto universidades fundacionais. A preferência por esse modelo estaria ligada à ideia de descentralização e autonomia, mas também de maiores possibilidades dessas instituições se financiarem com recursos de outras origens senão do Estado (1995, p. et. Seq.), Rudolf P. Atcon, assessor norte-americano para assuntos universitários, era um entusiasta do modelo, até porque para ele, “um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, no meu

autarquia da Administração Direta? Foi para apreciar isto, que o senador Petrônio me chamara a Brasília (FONSECA NETO, 1998).

Camilo Filho prossegue, em seu depoimento, afirmando que os passos dados, em busca das assertivas para a finalização do processo de criação da Universidade no Piauí, aconteciam de modo estudado e de forma que chegassem às mãos certas:

Àquela altura havia já uma comissão no Congresso Nacional, presidida por ele (*Petrônio Portela*) [...] e relatada a matéria pelo deputado piauiense Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Discutimos longamente o assunto e verificamos que a solução Fundação, em que pesem as dúvidas jurídicas que assaltavam tanto a mim quanto ao Senador Petrônio, revelou-se a mais indicada (CAMILO FILHO *apud* BELLO, 1980, p. 533-534) (*grifo nosso*).

Vale afirmar que o Movimento Pró Universidade do Piauí conquistou, fora do Estado, algumas entidades, que se mostraram compreensíveis à causa, entre elas pode-se citar a UNE, que, por meio de telegrama ao Presidente da República, com cópias ao Governador Petrônio Portella e ao Ministro da Educação e Cultura, solicitaram a criação de uma Universidade Federal no Piauí. Contou-se ainda com apoio de vários representantes de diretores das UEEs, na “Semana em prol da Universidade Federal” que seria realizada em fevereiro de 1964 pela representação dos estudantes piauienses.

Embora o documento encaminhado tenha sido recebido pelo Presidente Castelo Branco, não foi de imediatamente definido o resultado esperado, ao contrário, ficou aguardando o obséquio das determinações e a boa vontade política do poder central. Sobre vontade política, Ronaldo Pinto Marques (2009), em entrevista para esta pesquisadora, declarou que, na época, e ainda por agora, os políticos não trazem muito para o Piauí porque não investem coletivamente na mesma causa. Considera que disto deriva a permanência do Estado em situação de inercia. Então, o jeito era, sem dúvida, aguardar a boa vontade do poder central.

Sobre a espera, Camilo Filho volta a relatar, e recorda uma das muitas

(*seu*) entender, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada, e não do serviço público”. Roberto Campos, general Meira Matos e Muniz de Aragão, este Conselheiro Federal e Ministro de Educação, eram entusiastas das fundações e o relator no CFE do projeto de criação da UFPI. É ainda Sguissardi que, transcrevendo Vandick Nóbrega, diz que no “princípio do cristianismo, as fundações tomaram o aspecto de causa e os bens que as constituíam eram oferecidos mediante doações ou revelações de última vontade a favor dos pobres e velhos [...]”. Aponta ainda os antecedentes das fundações na Biblioteca de Alexandria (doação de Ptolomeus), na Grécia (Academia de Platão), além das fundações romanas dedicadas ao culto funerário [...]” (p. 99). Idem. FONSECA NETO, 1997.

conversas com Petrônio Portela [1995?].

O Petrônio não era de sacanagem, não! [...] (risos). Uma vez me chamou e disse: 'o Castelo Branco vem aí, então eu tenho que falar. O que tu achas que devo falar?' Aí o Castelo Branco, depois, lá em Brasília, conversando com Sigefredo Pacheco¹⁰⁶ - que era muito amigo dele - disse: 'é um governador interessante, digam o que disserem dele, me pediu só coisas sérias: eu vou tratar dessa universidade' (DEPOIMENTO DE CAMILO FILHO).

As instituições fechavam-se. No Piauí, o Comitê Pró Universidade foi também dissolvido. Daí, até meados de maio de 1965, as autoridades políticas e educacionais calaram-se. Neste ano, o Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, visitaria o Piauí pela primeira vez. Nesse interim, na Câmara Federal, o Deputado Ezequias Costa (1965, p. 6), da bancada da UDN do Piauí, fez um pronunciamento, no qual cobrou da "Revolução que ele e o povo piauiense, de tradicional índole democrática, ajudaram a vencer, UNIVERSIDADE PARA O PIAUÍ" (destaque do original), ao tempo que foi entregue, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, do Piauí, Professor Camilo Filho, um Memorial assinado pelos Diretores das Faculdades existentes, documento no qual pedia a criação de uma universidade no estado do Piauí.

Entretanto, em sua passagem por Teresina para visitar as obras da Usina de Boa Esperança, o Presidente Castelo Branco participou da inauguração do prédio do Ginásio Municipal "Eurípedes de Aguiar", quando fez um pronunciamento. Mais uma vez, os piauienses foram marcados pelo desânimo e desapontamento, porque o Presidente, ao elencar as obras de seu Governo no setor de Educação, não fez referência à Universidade do Piauí, mesmo considerando a fala do Deputado Ezequias Costa e o Ministro da Educação Flávio Suplicy tenha manifestado empenho e anunciado esforços favoráveis ao pleito (BELLO, 1980).

Sobre a primeira visita do Presidente ao Piauí, o Professor José Pires Gayoso de Almendra Freitas, anfitrião do Presidente, em depoimento a Bello (1980, p. 57) recorda:

Castelo veio ao Piauí para assistir ao desvio das águas do Rio Parnaíba para a construção da Barragem de 'Boa Esperança' [...] uma aspiração muito grande do Piauí. Ele passou em Teresina foi para 'Boa Esperança', lá

¹⁰⁶ Senador da República (1963-1971). Médico e Professor e da Faculdade Fluminense de Medicina. Deputado Federal. Era natural de Campo Maior-PI, onde fora Prefeito.

em Guadalupe, [...]. Nessa primeira visita, tive a felicidade de hospedar o Presidente da República, o que me deu oportunidade de conversar mais intimamente não só sobre a Barragem, mas também sobre a futura Universidade Federal do Piauí. [...]. A conversa era sempre baseada nas possibilidades de o Piauí manter uma Universidade e nas condições vigentes de criá-la. Minha preocupação era mostrar ao Presidente da República que estávamos num processo de mudança para melhorar a qualidade de vida do Piauí.

As manifestações de interesse, contudo, se fizeram em ouvidos moucos, pois não rendeu em ações concretas. Infelizmente, o novo Sistema, constituído desde 1964, embora cortejado pelos piauienses e defendido pelo grupo hegemônico local, parecia indiferente aos apelos de parlamentares, que apresentavam moção em favor da Universidade, reconhecendo ser essa uma necessidade inadiável da sociedade piauiense para colocar o Piauí na linha do desenvolvimento e do progresso.

Tampouco teve repercussão iniciativa do CEE-Conselho Estadual de Educação, que, sob a Presidência do Professor Camilo Filho, instituiu a Comissão Especial para a Criação da Universidade do Piauí e em seguida apresentou a demanda ao Presidente do CFE-Conselho Federal de Educação, Deolindo Couto, quando este esteve em visita a Teresina.

Os pedidos do Governador Petrônio Portella não obtinham as respostas satisfatórias. As solicitações, que não eram poucas, ocorriam tanto em audiências no MEC, como por via de ofício para esse Ministério, mas não obtinham retorno. Desse modo, em 17 de dezembro de 1965, o Governador encaminhou solicitação ao Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, pedindo, mais uma vez, que colaborasse com a criação da Universidade, pois reconhecia as várias providências tomadas pelo governo central, com a finalidade de inserir o Piauí no eixo da industrialização, e entendia que a universidade era a superestrutura necessária para colocar o Estado no patamar de desenvolvimento.

Segundo Bello (1980), Petrônio Portella, no mesmo documento ao Ministro Suplicy, chamou a atenção para o estigma com o qual haviam rotulado o Piauí, por décadas, criando uma falsa ideia de estado pobre, muitas vezes, pela estatística falha e deficiente, quando, na verdade, o povo piauiense oferece eloquente exemplo de trabalho e desenvolve uma cultura que deve ser vista *in loco* para ser respeitada.

Por fim, Petrônio Portella Nunes afirmou que o Piauí havia amadurecido o suficiente, para ter a sua Universidade. Além disso, recordou ao Ministro que, naquele momento histórico, os outros Estados estavam fazendo de suas escolas de

ensino superior “as oficinas dos técnicos que delas já saem imbuídos de propósito de mudar as estruturas obsoletas” (PORTELLA, P., *apud* BELLO, 1980, p. 362).

Petrônio Portella, ainda defendendo o povo do Piauí, afirmou que, a custo de sacrifícios extremos, uma eficiente equipe de técnicos foi formada e que, no Conselho de Desenvolvimento estadual, realizam “diagnósticos e preparam planos necessários à superação das dificuldades e carências que fizeram do Piauí o mais subdesenvolvido Estado da Federação”. Nesse sentido, Petrônio Portella solicitou, mais uma vez, o empenho do MEC em prol da criação de uma Universidade no Piauí (PORTELLA, P., *apud* BELLO, 1980, p. 363).

Era pensamento geral que a autorização da construção da Usina de Boa Esperança dava uma luz para o desenvolvimento começar a brilhar no Piauí. Entretanto, não havia a Universidade do Piauí, que era a superestrutura que faltava, para dali saírem os técnicos especializados que garantiriam o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar que o supracitado ofício do Governador originou o processo CFE – nº 1925/1965, que o criou uma Comissão de Verificação, a qual era composta pelo Professor Pedro Paulo Penido, e os Inspectores Federais Antonio Carlos Moreira Marques e Waldemir de Andrade Braga. Entretanto, tal Comissão, conforme as informações obtidas por Passos (2003), não efetivou nenhum trabalho, uma vez que o Relatório não foi “suficientemente autenticado”, e o que foi a ela conferido, pelo parecer 457/1968, tratasse, pelas informações contidas, do memorial entregue ao Presidente da República em sua visita ao Piauí (PASSOS, 2003).

Entretanto, em 1968, o CFE disponibilizou, na sua esfera, um parecer, em termos conclusivos e adequados à solicitação do Piauí, como parte da análise de Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, agora na função de conselheiro do CFE, que, pelo tempo de análise, considerou que o cumprimento dessa tarefa havia sido “mais longo, mais completo, melhor estruturado” (*apud* BELLO, 1980, p. 365) relatório-parecer originado da Comissão de Verificação, criada pelo CFE, que examinou o tema na Diretoria de Ensino Superior do MEC¹⁰⁷, cujo relatório prévio fora organizado pelo professor Gilberto Osório de Oliveira Andrade.

¹⁰⁷ Da DESU, foram criadas duas Comissões Verificação. A primeira formada por Professor Pedro Paulo Penido e os Inspectores Federais Antonio Carlos Moreira Marques e Waldemir de Andrade Braga. A segunda, composta por Gilberto Osório de Oliveira Andrade, Ieda Spinola e Waldemir de Andrade Braga.

Conforme Fonseca Neto (1998), o entendimento de Aragão, que ora fala por si, ora traz textualmente Andrade, a quem chama de “perito e eminente educador”, depara-se com alguns rastros e indícios dos alicerces nos quais ou em cuja criação se conceberia a FUFPI. Contudo, os documentos, transcritos no corpo do documentário produzido por Bello (1980, *apud* FONSECA NETO, 1998), declaram que o processo de criação da Universidade do Piauí ocorreu em duas fases. A primeira iniciou com a “exposição de motivos” apresentada pelo Conselho Estadual da Educação do Piauí, de 1965, até o encaminhamento à Presidência da República, no Governo do Marechal Castelo Branco. A segunda fase, a partir da sua devolução ao MEC, em 1976, até o parecer conclusivo.

Para dar efeito à solicitação do Governador, foram necessárias algumas visitas de “comissões verificadoras”, que ocorreram em cada fase, de acordo com o citado no parágrafo anterior. Para cada visita *in loco*, o posicionamento dos visitantes-verificadores fora favorável à criação de uma universidade no Piauí.

Sobre as perspectivas futuras do Piauí, o Conselheiro Aragão afirmou que o estado inteiro, na sua observação, despertara para um “destino desenvolvimentista”. Na verdade, esse Conselheiro fizera um comparativo do estado do Piauí que via na época em que estava apresentando o Relatório, com o Piauí de seis anos antes, quando tivera a oportunidade, enquanto representante do CFE, de percorrer grande parte do interior desse estado. O que percebia, quando por lá retornava, era o desejo de modernização daquele povo.

Mesmo considerando e aceitando os riscos relativos à impaciência provocada pelas iniciativas rumo à implantação de infraestrutura capaz de servir como ponto de apoio ao crescimento econômico e ao desenvolvimento cultural, o Conselheiro Aragão referendava-se que, tanto na cidade como no campo, era possível ler os sintomas, pois era visível que no Piauí já se desenvolvia o comércio de gêneros alimentícios e de artigos da indústria nacional, ao mesmo tempo em que o crédito se multiplica com um assinalado aumento de agências bancárias (PASSOS, 2003).

Neste contexto, apoiando-se no que diz o historiador econômico Raimundo Nonato Monteiro de Santana, cuja afirmação corrobora com a análise do Conselheiro de que “na indústria, empreendedores projetam a montagem de empresas modernas”, e que nas maiores cidades do estado, “Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo Maior e Picos, mas, sobretudo na Capital”, vem ocorrendo esse

fenômeno, isto é, marchando para a diversificação de suas atividades, graças à procura do mercado que está em crescimento (SANTANA, 1995). Além disso, a Hidrelétrica de Boa Esperança se constitui na mola propulsora de expectativas, pois, com a Usina, o Piauí se prepara para se inserir definitivamente no “processo desenvolvimentista”.

Sobre Teresina, o Conselheiro Aragão escreveu no Relatório da “comissão verificadora”, destacando o extraordinário crescimento demográfico da Capital. Reconheceu quão expressiva era também a polarização econômica da qual Teresina se reveste, sendo considerável a sua rede escolar e os seus hospitais em funcionamento, prestando também serviço à pessoa procedente do interior maranhense e do flanco ocidental cearense. Não havia dúvidas do quanto era importante a localização da cidade, ou seja, a centralidade regional de Teresina, mesmo que durante muito tempo “malsinado como negativa reserva-lhe no processo desenvolvimentista prestes a desencadear-se uma vocação manifesta de polo de crescimento incontestável num raio mínimo de 400 km em redor” (BELLO, 1980, p. 365).

Ainda neste Documento, segundo Bello (1980), o Conselheiro Aragão declarava a pertinência da reclamação feita pelo Piauí ao Governo Federal para que agisse em prol da criação de uma Universidade no estado. Neste sentido, apoia-se em Dumerval Trigueiro Mendes (2006), que entende que “se a perspectiva geoeconômica transcende obviamente as fronteiras políticas dos Estados, isso não invalida a tese [...] da formação de uma política estadual, de ensino superior, liderada pela Universidade de cada Estado” (p. 80-81). No caso do Piauí, esse Conselheiro reconhecia a dimensão dos esforços investidos para a expansão do ensino primário e secundário, bem como no Ensino Superior, visto que já se contava com quatro faculdades isoladas, todas localizadas em Teresina.

A historiografia do Piauí prova o reconhecimento e a visão avaliadora do Conselheiro Aragão, que aventou o crescimento deste Estado no futuro próximo, tendo-se em conta que, em 1971, a Capital do Piauí, Teresina, já abrigava e, em funcionamento, a UFPI - Universidade Federal do Piauí (objeto deste estudo). E, de acordo com a estatística oficial do IBGE, a população urbana e rural desta cidade registrava, na década de 1940, o número de 67.641 pessoas; em 1970, era 220.487 e em 1980 já contava 371.988 habitantes. E segue evoluindo: em 2017 já contava

uma população estimada de 850.198 residentes na região. O salto populacional de Teresina ocorreu e segue evoluindo, explicado por, pelo menos, dois fatores: o primeiro, em razão do intenso fluxo migratório ocasionado pelas dificuldades de sobrevivência na zona rural; e, o segundo, pela procura dessa população por melhoria de qualidade de vida.

A tabela 1 apresenta a densidade demográfica de 1940 a 1980. Verifica-se que, a partir da década de 1940, ocorreu um esvaziamento do interior, causando uma expansão demográfica na capital, que, naturalmente, exigia mudanças que atendessem as demandas daqueles que buscavam, na capital, os anseios naturais do mundo moderno: educação, saúde e segurança.

Tabela 1: Teresina – População residente por zona e a densidade demográfica - 1940 a 1980.

Período	População Total	População Urbana		População Rural		Densidade Demográfica
		Quantidade	%	Quantidade	%	
Ano 1940	67.641	34.695	51,3%	32.946	48,7%	37,39
Ano 1950	90.723	51.417	56,7%	39.306	43,3%	50,15
Ano 1960	142.691	98.329	68,9%	44.362	31,1%	78,88
Ano 1970	220.487	181.062	82,1%	39.425	17,9%	121,88
Ano 1980	371.988	339.042	91,1%	38.732	10,2%	205,63

Fonte SEMPLAN. Censos Demográficos e População 2017

No período analisado, verifica-se uma Densidade Demográfica crescente, passando de 37,39, em 1940, para 205,63, em 1980; significa um êxodo da população Rural para a Zona Urbana na ordem de 304.347 pessoas nesses 40 anos. No entanto, deve ser lembrado que nessa estatística não está mencionando o número avaliado da população flutuante, em razão ao grande contingente de migrantes para Teresina, que vêm usufruir dos diferentes serviços e benefícios sociais dessa Capital.

Essa importante expansão demográfica culmina, sobremaneira, por provocar o agravamento dos problemas urbanos e nas políticas públicas, especialmente os relacionados à educação, pois os moradores da zona rural da própria Capital, Teresina e dos municípios próximos, os pertencentes ao estado, Piauí, e os de outros estados do nordeste, que continuam a buscar *status* em Teresina; a cidade

não está preparada para as demandas que poderiam atender esse aumento populacional, embora venha empreendendo esforços no sentido de oferecer acolhimento a essa população migrante.

O Artigo 79, da Lei 4.024/1961, exigia que, para a criação de uma universidade fosse necessários o mínimo de cinco estabelecimentos (Faculdades) em funcionamento. No entanto, o Conselheiro admitiu a possibilidade de criação, porque esse artigo foi revogado com a outorga dos Decretos-leis 53/1966¹⁰⁸ e 252/1967¹⁰⁹; decretos já apresentados e discutidos neste documento. Ademais, apontou a possibilidade de se aplicar a modalidade prevista no Decreto 252/1967, que garantia a possibilidade de desdobrar a Faculdade de Filosofia em dois institutos: o “Instituto de Ciências Exatas e Naturais” e o “Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras”, permanecendo, assim, dentro da legalidade possível, satisfazendo o princípio do citado artigo.

Por fim, o Conselheiro Aragão chegou à conclusão sobre a viabilidade, ou não, acerca de criação de uma Universidade no Piauí. Assim sendo, declarou, no parecer, que reconhecia conveniente, oportuno e viável, a criação pelo Governo Federal, de uma Universidade no Estado do Piauí, a qual poderia tomar a forma de direito público, a exemplo do que foi feito em Sergipe, finalizando os procedimentos no Rio de Janeiro, no dia 4 de julho de 1968, na sala das Sessões, sendo assinado o Relatório Final por Clóvis Salgado, Presidente, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Relator, e Rubens Maciel, membro da comissão. Os passos seguintes a serem dados tratavam de estratégias de natureza política.

Nessa década, no Brasil, como em quase todas as nações, a discussão se inclinava para a necessidade de mudanças no ensino superior, as quais exigiam não apenas ampliação e maior produtividade, mas, principalmente, mudança em sua estrutura. Chagas Rodrigues, ao discorrer sobre a sua participação no processo de criação da UFPI, destacou sobre o modelo de Estado Democrático contemporâneo e fez considerações especialmente em relação às áreas subdesenvolvidas, as quais implicavam a presença crescente do Estado no aspecto educacional, exigindo do governo que tomasse como, por exemplo, a ação do projeto de criação da FUFPI, ou

¹⁰⁸ Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

¹⁰⁹ Decreto-lei nº 252/1967, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

estimulando e amparando a iniciativa particular, em prol do desenvolvimento. Neste sentido, importa que se estabeleça visão prioritária no que se pretende alcançar no contexto de desenvolvimento, uma vez que, para tanto, exige-se planejamento e determinação de propósitos.

Em 10 de outubro de 1968, o Poder Executivo encaminhou a mensagem de Lei com Exposição de Motivos ao MEC. Vale destacar que o projeto de Lei de criação da UFPI previa que a nova universidade fosse integrada por cinco estabelecimentos de ensino. Neste contexto, recordando o parecer do Conselheiro Aragão acima citado, embora no Piauí existissem quatro IES isoladas, este número era insuficiente, conforme o disposto no Art. 79 da LDB/1961, tema já superado de acordo com o parecer do referido Conselheiro.

Entretanto, Chagas Rodrigues, para resolver o impasse, isto é, as idas e vindas junto ao Governo Federal, em relação ao número de unidades de ensino, incluiu a Escola de Enfermagem que fora criada durante o seu Governo. Ressalta-se que esta escola, na época, ainda não tinha saído do papel. No entanto, esse relator omitiu, no Projeto de Lei, a Faculdade de Administração de Parnaíba, que já havia inclusive dotação orçamentária pela União para o ano de 1968, conforme a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967.

Chagas Rodrigues explica que a lei de criação da UFPI é uma lei enxuta, apresenta apenas o essencial e necessário para sua aplicação, ou seja, o suficiente para o entendimento legal. Essa opção de procedimento representa um modelo que se ajustava às prescrições legais do artigo 81 da LDB de 1961 e contém o Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966. Importa ainda destacar que a lei de criação da UFPI ocorreu ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional apreciava projetos elaborados pelo GT responsável pela Reforma Universitária.

A isso se deve a opção da Comissão por uma lei com poucos artigos, diferentemente dos diplomas legais que criaram as universidades do Maranhão e de Sergipe, uma vez que a Lei nº 5.152/1966 e o Decreto-lei nº 267/1967 dispuseram exclusivamente que o poder Executivo ficava autorizado a instituir fundações e que estas, posteriormente criariam e implantariam as respectivas universidades. No caso do Piauí, não. A Lei nº 5.528/1968, inversamente, fixou que o Poder Executivo estava autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí sob a forma de Fundação. E mais, que as despesas recorrentes da execução da lei, isto é, da

implantação da FUFPI, deveriam já estar previstas no orçamento federal de 1969.

Nas disposições transitórias da Constituição¹¹⁰ de 1967, Chagas Rodrigues elaborou uma Emenda ao Projeto desta Constituição na qual ficava criada a Universidade Federal do Piauí, além de determinar que, em cada estado da Federação, houvesse, pelo menos, uma universidade federal. Contudo, a emenda não obteve aprovação.

O Projeto de Lei de criação da FUFPI recebeu pelo menos cinco emendas, entre elas uma de autoria do próprio Chagas Rodrigues que incluía a Faculdade de Administração de Parnaíba entre as integrantes da nova universidade. Chagas Rodrigues explica que, ao recusar propostas de emendas, aponta porque o fez, em uma e em outra circunstância, quando o fez por si ou pelo plenário da Comissão Mista.

Sobre a emenda modificadora ao artigo 3º da Lei nº 5.528/1968, Chagas Rodrigues esclarece que o referido Artigo, em sua formulação primeira, apresentava um número fixo de estabelecimentos que integrariam a universidade. Pela Emenda acolhida, ficou decidido que aquele número não poderia ser fixo, mas apenas quanto ao número inicial com que operaria a nova universidade, e assim haveria de ser, uma vez que a natureza da universidade é ser “instituição aberta à pesquisa, ao desenvolvimento das ciências, letras e artes (*devendo*) essa inteligência [...] ficar explícita no projeto” (FONSECA NETO, p. 140).

Neste contexto, faz-se importante reconhecer o ponto de vista do Professor Camilo Filho acerca da busca dos investimentos para serem empregados na construção da Usina de Boa Esperança. As dificuldades eram muitas. O processo de canalizar recursos transformava-se em luta homérica. Na longa trajetória, exauriam todas as forças dos grupos hegemônicos locais para receber dos chefes da Nação a atenção necessária para o atendimento às suas demandas, tanto que, a cada andança, havia necessidade de encontrar, no trajeto a percorrer, alguém “conhecido” que pudesse intervir pela causa.

Camilo Filho, em depoimento a Bello (1980), explica que, na sua avaliação, a construção da Usina de Boa Esperança, com um pouco mais de recursos, era uma

¹¹⁰ A Constituição de 1967 foi adotada, de acordo com Pinto Ferreira *apud* Fonseca Neto, no rescaldo da Constituição de 1946, e sua aprovação e imposição se fizeram na conformidade de vários atos institucionais, especialmente o AI-4, editado em 7-12-1966. A nova Carta entrou em vigor a 24 de março de 1967 (FERREIRA, 1991, p. 70 *apud* FONSECA NETO, 1997, p. 138).

das primeiras coisas que deveriam acontecer para que o Piauí pudesse se desenvolver. Era então necessário que o Governo Federal assegurasse a conclusão das obras da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança, depois dela viria o Porto de Luiz Correia, as aquedutos, e tudo o mais que possibilitaria o desenvolvimento e progresso do estado.

Se tudo isso era muito, conclui Camilo Filho, havia ainda o “grande óbice político que era a suspeita da Revolução sobre Petrônio; ele precisava vencer esta suspeita” (PASSOS, 2003, p. 59), pois Petrônio Portella manteve-se, por 24 horas, apoiando o governo constitucional de João Goulart; depois aderiu ao movimento vitorioso de 31 de Março. Por ocasião da visita do Presidente Castelo Branco ao Piauí, em 23 de março de 1966, para nova inspeção às obras da Usina de Boa Esperança, Petrônio Portella invoca a todos para juntos, novamente, clamarem ao Presidente pela criação da Universidade do Piauí.

Petrônio Portella encontra apoio entre os intelectuais e a imprensa para seu esforço e, taticamente, aproveita mais uma vez a oportunidade disponível para solicitar atenção no sentido da criação da Universidade do Piauí e avalia falta de “alento federal, vontade do Governo da República” para a criação da Universidade, mas espera que o Presidente corresponda “ao anseio dos piauienses, concedendo-lhes o apoio de sua prestigiosa autoridade para a criação do nosso centro universitário” (PORTELLA, P., *apud* Jornal O Dia, 3ª p. de 22 e 23 de maio de 1966).

Neste ponto, surge a importante contribuição do Des. Simplício Mendes, Presidente da Academia Piauiense de Letras (1966, p. 3), que aclama a atitude do governador, ao mesmo tempo em que analisa o seu empenhar em favor da criação da Universidade do Piauí, que viria complementar o progresso material do Estado, com o desenvolvimento cultural do povo piauiense. Desse modo, o Des. Simplício Mendes corrobora com a ideia da universidade como superestrutura, exposta no ofício encaminhado em 17 de dezembro de 1965 ao Ministro da Educação (PASSOS, 2003).

A sociedade solidariza-se e dá apoio ao apelo do Governador. O cortejo presidencial segue pelas ruas de Teresina, e se concentra em frente ao Palácio do Governo, local onde, utilizando cartazes, faixas e bandeiras, ovacionam o Presidente e reivindicam a Universidade do Piauí.

Faziam-se presentes ao ato, também, diretores e estudantes das Faculdades

de Direito, Filosofia e Odontologia, que entregaram o “Memorial Justificativo pela criação da Universidade”, que já havia sido entregue ao Presidente Castelo Branco quando este esteve pela primeira vez visitando o Piauí, e que foi elaborado pelo Presidente do CEE, Camilo Filho, contendo a assinatura dos diretores das Faculdades Isoladas e das representações estudantis, que, mais uma vez, solicitava atenção do Presidente da República.

Na segunda visita presidencial, Camilo Filho aproveita a oportunidade, ao proferir palavras ao Presidente, e inicia externando agradecimentos em nome do povo piauiense pela grandiosa consideração que aquele Governo manifestava ao Estado do Piauí. Naquele momento especial, em nome de todos os piauienses ali presentes, diz Camilo Filho (1966, p. 1) que seus conterrâneos eram unânimes à máxima de que o Presidente “havia ligado o seu nome de modo indelével à história do Piauí”, por meio dos encaminhamentos de recursos materiais e do prestígio próprio da Presidência da República, a fim de que, dentro dos cronogramas previstos, a Usina de Boa Esperança fosse construída.

Embora cada piauiense agradecesse a generosidade e o apreço do Presidente para com o estado do Piauí, tomando parte para completar a obra e para que o Piauí usufruísse da real utilização da energia produzida pela Usina Hidroelétrica de Boa Esperança, Camilo Filho pediu ao Presidente que desse para esse estado uma Universidade, espaço onde seriam formados os “técnicos de que necessitamos para acelerar o processo de desenvolvimento econômico deflagrado no governo honrado e realizador do Exmo. Sr. Dr. Petrônio Portella Nunes” (CAMILO FILHO, 1966, p. 1).

Em seguida, Camilo Filho justifica a motivação para dar ênfase à solicitação do pedido da criação da Universidade do Piauí, descrevendo a sociedade, a economia, a condição cultural e educacional do povo piauienses, exclamando ao Presidente que, embora compreendessem ser uma tarefa difícil, a qual requeria trabalho infatigável, o Piauí estava disposto e à disposição de receber e corresponder ao apoio tão importante, “indispensável e insubstituível, a grande luta, à luta redentora que agora unem, inseparavelmente, governo e povo, na UNIÃO PELO PIAUÍ E PELA UNIVERSIDADE – destaque do original” (SILVEIRA FILHO, 1966, p. 7).

O Professor Camilo Filho, ao lembrar aquele evento, considerou dois pontos

importantes. O primeiro foi que este fato foi basilar para a sobrevivência de Petrônio Portella, uma vez que, a partir daí, ele reconheceu que, ou contava com a comunidade, ou as coisas não iam andar bem. O segundo, que esse fato serviu para reanimar o movimento em prol da criação da universidade e reconstituir setores da sociedade civil nas reivindicações feitas aos dirigentes da Nação (BELLO, 1980; FONSECA NETO, 1998). Contudo, a retomada é conduzida pelas organizações profissionais e de piauienses residindo em outros estados da federação e a massa desorganizada, a convite da sociedade política; os estudantes, que haviam iniciado a luta, passavam a ocupar posição de segundo plano.

A partir da segunda visita do Presidente da República ao Piauí e da solicitação de Petrônio Portella de apoio à sociedade piauiense, registra-se um novo comportamento adotado perante os acontecimentos em prol do desenvolvimento do Piauí. Por exemplo, a Sociedade Brasileira de Agronomia, entidade criada pelo técnico do Ministério da Agricultura no Piauí, Gonçalo Aires Filho, inicia ampla campanha em favor da criação da Universidade do Piauí, junto a diversos organismos nacionais, e envia o seguinte ofício ao Presidente da República, cujo teor foi publicado no jornal *O Dia* edição 26/27 de 6 de junho de 1966, p. 1.

A Sociedade Brasileira de Agronomia solidarizando-se com os piauienses por tão nobre anseio, leva à V. Excia, profundo conhecedor dos problemas desse grande Estado, um veemente apelo em favor da criação da universidade do Piauí, com o provimento de recursos para que esta instituição se forme, em condições de constituir-se em ponto de irradiação cultural e científica, como espera e necessita o seu nobre povo (*O DIA*, 26/27 de 6 de junho de 1966, p. 1).

A luta árdua foi crescendo, de modo que, por onde se encontravam piauienses, a corrente crescia. Em Brasília, os estudantes ali residentes fundam a AUP-Associação dos Universitários Piauienses, com a finalidade de lutar, junto aos administradores da República, pela criação da Universidade do Piauí, e assim justificavam a luta: “o Piauí está precisando do artista, do técnico e do cientista especializado para resolver seus problemas” (*O DIA*, de 28/29 de junho de 1966, última página).

Anteriormente a isso, em 1966, Petrônio Portella deixa o governo para assumir uma vaga no Senado Federal e, em setembro desse ano, a Assembleia

Legislativa elege Helvídio Nunes de Barros¹¹¹ para Governador, o que não justificaria uma atitude de barrar o andamento do projeto de criar a universidade no Piauí.

Helvídio Nunes colaborou ativamente para que a Universidade do Piauí saísse do papel, demonstrando ser, na verdade, um grande articulador político, que utilizava muito bem as oportunidades que lhes apresentavam para reivindicar os pedidos a favor do desenvolvimento do Estado, pois entendia ser a universidade um ponto determinante para promover o desenvolvimento de um povo. Assim, enquanto articulador, o ex-governador não deixava passar em branco qualquer oportunidade para investir junto ao poder central na conquista da criação da Universidade do Piauí:

[...] na primeira vez que em que o presidente Castelo Branco visitou o nosso Estado, eu tive oportunidade de fazer o seguinte comentário, em conversa particular: 'Presidente o senhor está construindo a 'Boa Esperança'. Todos os piauienses gostarão que o senhor encerre a sua obra administrativa no que diz respeito ao nosso Estado criando a Universidade do Piauí. [...] se essa decisão fosse tomada de cima para baixo, nós teríamos, com muito mais rapidez, aquilo que estávamos construindo, ou tentando construir, de baixo para cima (BARROS *apud* BELLO 1980, p. 504)¹¹².

Em uma reminiscência, Helvídio Nunes, explicando a saga da Universidade do Piauí e as estratégias utilizadas na política para alcançar objetivos, expõe:

Eu fui escolhido (governador) no tempo do Castelo (Branco) e o Castelo foi quem na marra mandou fazer a Boa Esperança¹¹³ [...] foi através dele que eu consegui arrancar a universidade do Piauí [...] e quando eu fundei a escola de Medicina, ainda isolada, porque sem ela... [...] o presidente tinha vindo inaugurar um conjunto (habitacional) e me disse: 'olha Helvídio, eu só posso fazer com isso (que o Estado tivesse cinco faculdades)'. Aí eu fui ao Arcebispo, D. Avelar Brandão Vilela e ele me deu autorização para entrar com a escola de Filosofia (BARROS *apud* BELLO 1980, p. 508).

¹¹¹ Governador do Piauí, Helvídio Nunes de Barros nasceu em Picos-PI (1915-2000). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Foi prefeito de Picos (1955-1958). Deputado Estadual e Senador da República. Exerceu as funções de secretário de Viação e Obras Públicas e, posteriormente, de Agricultura, Indústria e Comércio, no governo de Petrônio Portela. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação de apoio ao governo. Desenvolveu uma política de fortalecimento dos municípios e estimulou a construção de estradas. Em maio de 1970, passou o cargo ao vice-governador João Clímaco, para se candidatar ao Senado (FGV/CPDOC, 2018).

¹¹² BELLO, 1980, p. 508; FONSECA NETO, p. 126.

¹¹³ Usina Hidroelétrica da Boa Esperança, no rio Parnaíba, entre os estados do Piauí e do Maranhão. É de se atentar que, se não fosse um presidente natural desta região, não teria autorizado sua construção, porque os pareceres das áreas técnico-econômicas eram desfavoráveis.

É de se considerar importante o depoimento de Helvídio Nunes, pois, através dele, pode-se reconhecer a dimensão das dificuldades pelas quais o Piauí se deparou ao perseguir os caminhos para o seu desenvolvimento, tendo como meta a criação de uma universidade para proporcionar qualificação ao povo piauiense.

Percebe-se que ações ocorriam em momentos que surgiam oportunidades para adentrar na discussão da causa, que seria buscando caminhos, quase sempre através de estratégias, pois era como se os cidadãos piauienses não tivessem direitos iguais, visto que esse assunto não constava na agenda por ocasião da vinda do presidente.

A agenda era a inauguração da Hidrelétrica e, assim sendo, o tema deveria ser tratado com uma pessoa que tivesse livre acesso ao Presidente. No Piauí, na maioria das vezes em que foi tratado o assunto “criação de universidade”, os encontros entre os representantes do Governo Central, na seara para melhoria da sociedade, quando ocorriam, era através de “acordos” entre “amigos”, não porque houvesse entendimento de razões para melhoria da qualidade de vida do povo. Os conchavos ocorriam e os resultados eram trazidos, principalmente aos ignorantes e desprovidos de reconhecimento de seus direitos, que não percebiam a diferença de tratamento entre os estados da federação, haja vista que a maioria das vantagens culminava por aportar mais nos estados das regiões Sudeste e Sul.

Ronaldo Marques (2009), certa vez, avaliando as dificuldades para angariar recursos para a UFPI, após a sua criação, afirmara que o Reitor, quando se dirigia à Brasília, ia sozinho, enquanto os reitores das outras universidades, quando iam, eram acompanhados de senadores e deputados, independentemente de ideologias, pois, ao reivindicar coisas para o crescimento dos seus estados, aqueles políticos se uniam, o que não se percebia no cenário político do Piauí.

Então, o pedido havia sido feito ao Governo federal para a criação da Universidade do Piauí. Petrônio Portella, senador, coordenava os pedidos em Brasília, enquanto Helvídio Nunes, no Piauí, também entendia que, se a decisão fosse “tomada de cima para baixo nós teríamos, com muito mais rapidez, aquilo (a *universidade*) que estávamos construindo, ou tentando construir, de baixo para cima” (BARROS *apud* BELLO, 1980, p. 505).

Em 15 de novembro de 1966, o Piauí acordou com o eco dos jornais locais que noticiavam que o Presidente Castelo Branco havia determinado ao MEC dar

início ao processo de criação da Universidade Federal do Piauí, apresentando por base o Memorial recebido por ocasião de suas visitas ao Estado. Castelo Branco cumpriu o que havia prometido ao Congresso Nacional, uma Mensagem que indicava a criação da Universidade do Piauí, mas seu mandato findou e nada aconteceu (PASSOS, 2003).

O Ministro Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (30 de junho a 4 de outubro de 1966) sobre a pretensão do Piauí de adquirir uma Universidade, expõe, entre outras coisas, “que consulta ao interesse nacional a criação dessa fundação, mormente em se considerando ser o Piauí o único Estado da Federação que ainda não possui universidade constituída” (FONSECA NETO, 1998, p. 134). Em seguida, afirma que a criação da Universidade, sob a forma de fundação, atenderia as determinações da Lei nº 4.024/1961 (LDBN) no que dita os Artigos 21 e 81. Considera, portanto, o citado Ministro, que o modo natural e recomendado de se implantar o ensino superior é através de “núcleos universitários e não de estabelecimentos isolados, (*e que*) o ato pleiteado viria reparar a situação excepcional em que se encontra o Estado do Piauí” (FONSECA NETO, 134).

Entretanto, os encaminhamentos talvez se resumissem às práticas ocasionais de final de governo, pois, na verdade o anteprojeto se materializou, às pressas, em Projeto de Lei do Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional, ali permanecendo à espera de novos interessados em colocar o pedido de criação da Universidade do Piauí na ordem do dia, comprovando uma prática característica de finais dos governos.

O novo Presidente assume o poder: General Artur da Costa e Silva (1967-1969), cujo Ministério da Educação e Cultura¹¹⁴ foi entregue ao gaúcho Paulo de Tarso Moraes Dutra, na época deputado Federal pela ARENA. Logo no início de sua gestão, o Presidente manda retirar a mensagem de criação da Universidade do Piauí. Na opinião de Helvídio Nunes, a retirada da Mensagem de Castelo Branco da pauta de providências no governo de Da Costa e Silva deve ter ocorrido por dificuldades financeiras do Tesouro, sendo este o motivo informado pelo governo (NUNES, *apud* BELLO, 1980).

¹¹⁴ Dutra permaneceu na pasta até o fim do Governo de Costa e Silva. O Primeiro ano de sua gestão foi marcado por frequentes conflitos entre estudantes e o regime posto, visto que as medidas preconizadas pela Reforma Universitária desagradavam aos estudantes, que reclamavam da falta de verbas para o ensino superior (FGV/CPDOC, 2018).

O grupo Pró-Universidade, liderado pelo Governador, retomou, então, o processo de criação de “baixo para cima”. Assim, Helvídio Nunes recorda outra vez, em seu depoimento (BELLO, 1980), a sua participação, enquanto chefe do Governo do Estado, na saga de criação da Universidade do Piauí:

[...] estive acompanhado pelo Senador Petrônio várias vezes no gabinete do então Ministro Tarso Dutra. E, colaboração importantíssima encontrei também da parte do Professor Deolindo Couto, que na época era Presidente do Conselho Federal da Educação e que, em relação às grandes do Piauí, em relação à solução dos nossos grandes problemas, sempre prestou desinteressada colaboração (NUNES, H., *apud* BELLO, 1980, p. 508).

A contribuição de Deolindo Couto, na trajetória da educação do Piauí, apresenta-se em todo o seu percurso e, principalmente, no estabelecimento do Ensino Superior, que teve a sua marca como se encontra relatada em várias passagens no transcórre desta produção. Helvídio Nunes, em suas recordações, fez questão de mencionar a relevante participação de Deolindo Couto, cujos serviços prestados foram inquestionáveis. Enquanto o ex-governador circulava no MEC, em busca de soluções para a questão Universidade do Piauí, certa vez:

“[...] no Ministério da Educação, depois de ter conversado, presente o Senador Petrônio Portela, com o Ministro Tarso Dutra, Petrônio teve necessidade de se ausentar depois da entrevista, e eu resolvi ir no gabinete, se não me falha a memória, do Secretário Geral. Lá procurei pelo processo. A resposta foi: ‘o processo está aqui, mas nós vamos... ele vai ter que retornar ao Gabinete do Ministro [...]’. Eu disse: mas Secretário o Ministro acaba de dizer que assinará qualquer ato, que está de pleno acordo com a criação da universidade do Piauí. Por que essa dificuldade? – ‘Não!’ – respondeu o Secretário – mas eu não sei onde esse processo anda’. Enquanto ele falava eu comecei a [...] folhear um monte de processos que havia sobre a mesa dele. Processo era exatamente o número 1925!” (BARROS *apud* BELLO, 1980, p. 505-506).

Nesta passagem, Helvídio Nunes demonstra excepcional ousadia em suas atitudes, manifestando-se à retomada “de baixo para cima”, isto é, do tipo que, se não fazem por nós, nós próprios o faremos. Então, de posse do processo tomado à mesa do Secretário, afirmou que o levaria em mãos ao Gabinete do Ministro.

Por seu lado, o Secretário protelou, afirmando que o processo deveria seguir os canais competentes. No entanto, Helvídio Nunes (*apud* BELLO, 1980, p. 506) já havia decidido que daria o encaminhamento particular, e foi assim que aconteceu: “[...]”

com licença. Botei o processo debaixo do braço, entrei novamente no gabinete do Ministro e ele assinou a autorização que faltava” para o funcionamento da Universidade do Piauí. Nesse processo de criação da Universidade do Piauí, muitas foram às colaborações de todos quantos podiam contribuir, as quais aconteciam em diferentes setores, sendo conseguidas as ajudas necessárias.

À medida que os acordos entre bancada piauiense e intracongressuais ocorriam com diversas emendas sendo apresentadas ao Projeto Lei do Poder Executivo, a emenda que tratava sobre a criação de uma universidade federal no Mato Grosso¹¹⁵ foi aprovada e sancionada, e promulgada a Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968, que instituiu a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), lei que, pelo que representa, está transcrita no anexo deste documento.

Conforme exposto no Artigo 3º, itens seis e sete, já mencionados neste estudo, as duas instituições, embora citadas pelo relator da Comissão Mista, Chagas Rodrigues, ainda não existiam na prática. No caso, a Faculdade de Administração, em Parnaíba, estava aguardando resposta sobre um pedido de *autorização*¹¹⁶ de funcionamento, que tramitava no CFE.

Nessa trajetória, envolveram-se diretamente três Governadores e um Vice-governador: iniciando-se com o Governador Petrônio Portella, que postou o primeiro Projeto de criação da Universidade do Piauí; seguido de Helvídio Nunes, cujo trabalho de perseguir a trajetória do projeto, na sua gestão, gerou a Lei de criação da UFPI, que foi sancionada.

Com a saída de Petrônio Portella, para pleitear uma vaga no Senado, Helvídio Nunes é eleito em 1966 pela Assembleia Legislativa ao cargo de Governador. Assume o mandato em janeiro de 1967, governa o Piauí até maio de 1970, quando também se afasta do cargo para concorrer a uma vaga no Senado, assumindo o cargo o Vice-governador João Clímaco d’Almeida.

Durante o processo de construção até transformação do “sonho” em

¹¹⁵ A bancada federal do Estado do Mato Grosso (ou parte dela) aproveitou a tramitação do Projeto de criação da (F)UFPI, e apresentou emenda aditiva relativa à criação de uma universidade naquele Estado. Oportunamente, poderia ter obstruído a tramitação do projeto da FUFPI, caso não estivessem na comissão mista dois piauienses: o presidente Petrônio Portella e o relator Chagas Rodrigues.

¹¹⁶ A Faculdade de Administração do Piauí foi autorizada a funcionar através dos Pareceres do Conselho Federal de Educação, números 57 e 900, datados de 7 de fevereiro de 1969 e 16 de dezembro de 1979 respectivamente, cuja instalação ocorreu em 3 de março de 1969, sendo federalizada e incorporada à UFPI a partir de 1º de março de 1971 (CAMPOS, 2010).

realidade, a experiência parece que ditou as regras, enquanto as ações políticas asseguraram o andamento tático dos encaminhamentos. Se, neste contexto, o interesse particular fosse, politicamente, sobrepor ao interesse maior, coletivo, no final das contas todos ganharam, mesmo que, no âmago da questão, cada um desejasse trazer para si a materialidade do pleito conseguido.

Cada sujeito participe da criação estrutural física e ideológica da Universidade trabalhou na perspectiva de proporcionar uma sólida possibilidade de garantir a superestrutura, considerando esta, na perspectiva de Marx (1993), fruto de estratégias dos grupos dominantes, para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Considerando o espaço de tempo entre a criação da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) e a Lei da Reforma do Ensino Superior (5.540/1968), a primeira foi instituída em 12 de novembro de 1968, enquanto a Lei da Reforma do Ensino Superior, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, foi sancionada em 28 de novembro do mesmo ano, a menos de vinte dias após a criação da FUFPI. Tudo isso reflete o alto grau de movimentação da classe política e das elites do Piauí na época.

Importante apresentar, ainda, alguns posicionamentos de outras figuras públicas, personagens que se destacaram na constituição da “Obra” Universidade Federal do Piauí. Na Capital, em 13 de novembro de 1968, o dia seguinte que sucedeu a aprovação, promulgação e sancionada a Lei nº 5.528, o *Jornal do Piauí* publicou, na primeira página, a Mensagem que o Governador Helvídio Nunes havia proferida aos piauienses em 1º de novembro de 1968:

No momento em que o Congresso Nacional aprova a mensagem [...] criando a Universidade Federal do Piauí, exprimo aos piauienses o intenso júbilo que empolga o governo estadual, face à concretização de uma das mais inequívocas aspirações do nosso povo [...]. A nova universidade nasce [...] quando a nação se prepara [...] para desencadear a forma das suas instituições superiores. Queremos a universidade do Piauí no exercício autêntico da ‘magistratura de espírito’ [...] Pensamos a universidade do Piauí como um pré-investimento tendente a responder, com a formação de técnicos e cientistas, aos desafios do desenvolvimento. Vemos na Universidade do Piauí, ponto de caldeamento de movimentos sociais e de cultura, como um instrumento de renovação e de mudança, expressão da nacionalidade criadora e crítica [...] (*Jornal do Piauí*, de 1º de novembro de 1968, p. 1).

Ainda no seu governo, Helvídio Nunes, ao assinar o Ato Constitutivo da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), em 12 de dezembro de 1969, diz:

Ao presidir esta solenidade [...] grande emoção [...] me invade a alma ao ver [...] concretizado [...] o sonho piauiense [...] de tantas gerações, fruto de tanto trabalho [...] de tantas controvérsias [...]. a administração pública, no mesmo passo da economia privada, se ressentia, no Piauí, desses elementos essenciais à dinamização dos serviços, dos serviços, a uma racionalização compatível, de programas, metas e meios [...]. Fiel à orientação acadêmica tradicional procurava-se criar uma universidade em nível de faculdades [...]. A presença em nosso Estado, contudo, do professor Gilberto Osório, iria oferecer às autoridades ligadas ao problema, nova orientação ao sentido da universidade que buscava, agora, em nível de Institutos Básicos¹¹⁷ (BELLO, 1980, p. 510).

Também se fez presente, na referida solenidade de assinatura do Ato Constitutivo, Dom Avelar Brandão Vilela, cujo pronunciamento atribuiu o mérito da conquista a todos. Assim, dirigiu-se ao público, expressando que as homenagens eram para “todos os que desde a primeira hora, trabalharam pela Faculdade de Filosofia, fazendo-o por amor”, referenciando, especialmente, aos ex-diretores daquela Escola de Filosofia, o “professor Clemente Fortes e o Padre Raimundo José Airemorais” (BELLO, 1980, p. 391, citando fontes jornalísticas).

Professor Manoel Paulo Nunes, na condição de ter sido o primeiro presidente da Fundação de Ensino Superior do Piauí, foi designado para coordenar o GT que elaborou os documentos básicos da instituição da Universidade do Piauí e, posteriormente, em outro GT, da mesma Fundação, escreveu os anteprojetos de Estatutos da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). No seu discurso, realizado também na solenidade de assinatura do Ato Constitutivo da FUFPI, teceu as seguintes palavras:

A universidade piauiense não será uma entidade doada de cima para baixo, mas uma instituição construída com os nossos esforços [...]. As escolas terão que se integrar, inicialmente, no nível básico dos institutos centrais[...] a fim de que possam ser abrangidos, seja ao nível de Departamento ou ao nível de Instituto, os campos fundamentais do saber, na área das ciências humanas, físicas, químicas, biológicas, geociências, filosofia e letras¹¹⁸

A Lei nº 5.540/1968, da Reforma do Ensino Superior, é implantada, e, no Piauí, iniciam-se, portanto, os procedimentos para a implantação da Universidade Federal do Piauí. Neste contexto iniciam-se, também, as estratégias para montagem

¹¹⁷ Trata sobre o Discurso do Governador Helvídio Nunes e Barros na solenidade de assinatura do ato de constituição da Fundação Universidade Federal do Piauí, texto veiculado no jornal *O Dia*, de 13 de dezembro de 1969, p. 1.

¹¹⁸ Pronunciamento realizado de Manoel Paulo Nunes no ato de constituição da FUFPI, conforme nota anterior.

do corpo dos estatutos. Todavia, mesmo com as exigências partindo do Governo Federal, solicitando urgência na definição de nomes, o pleito não fluía, porque as discórdias palacianas nasciam e se qualificavam, apenas entre aqueles grupos que se afirmavam parceiros desde a criação do primeiro pré-projeto de criação da Universidade no Piauí.

Assim, a partir de fontes de poder que emanavam dos grupos políticos e de dominação interna do Estado do Piauí, as divergências surgiam e, com isso, mais difícil era entrar em acordo quanto à constituição de Conselhos e Estatutos, para a existência da sonhada Instituição de Ensino Superior do Piauí. Por outro lado, o governo central não perdia de vista a movimentação interna, a fim de manter o controle e autoridade.

No início de 1970, mais precisamente em 3 de fevereiro, o Governador Helvídio Nunes regressa de Brasília trazendo informação de última hora, fornecida pelo MEC, de que o Conselho da Universidade Federal do Piauí deveria estar constituído até o mês seguinte. Caso excedesse o prazo determinado, a universidade perderia a verba consignada no orçamento da União. Outra informação importante, naquele contexto, foi a constituição da composição do Conselho, que já se encontrava no MEC, e que seria composto do seguinte modo: dois conselheiros indicados pelo Presidente da República; dois pelo Governador do Estado; um de cada uma das entidades instituidoras da Universidade, e mais um pelo MEC. Neste caso, seriam cinco representantes das Faculdades Isoladas, que a partir de então comporiam a estrutura da Universidade Federal do Piauí.

Além da composição do Conselho, também foi explicado pelo governador como se daria o processo de escolha do Reitor, que aconteceria após a constituição do Conselho de Diretor, o qual elegeria o seu Presidente e instituiria, enfim, a Universidade. O presidente convocaria o Conselho Universitário, composto de dois membros de cada Faculdade (o Diretor e um Professor) e de um representante estudantil. Então, com o Conselho Universitário reunido, imediatamente se organizaria a lista sêxtupla com nomes de indicados ao Cargo de Reitor, que seria encaminhada ao Presidente da República, para que procedesse com a escolha do Reitor.

Entretanto, os fatos não ocorreram tão rápido como o Governador esperava, pois, em 20 de março de 1970, Helvídio Nunes viu-se obrigado a enviar telegrama

ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, pedindo urgência na constituição do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). A pressa do Governador Helvídio Nunes para a constituição do Conselho Diretor estava evidente: a vinda de recursos, previstos no orçamento, já estava com prazos a vencer. Em setembro, o Conselho Diretor ainda não havia sido criado, assim sendo, entende-se que a “verba da Universidade”, tratada pelo Governador em fevereiro como certa, estava praticamente perdida, e a formação do Conselho Diretor da Universidade do Piauí virou tema em artigos de jornais de grande circulação, por aquele período: “Há tempos falamos sobre a criação do Conselho Diretor da Universidade [...]” (BELLO, 1980, p. 398).

A preocupação do Governador justificava-se, porque a criação da Universidade dependia da nomeação do referido Conselho. Desse modo, a imprensa prosseguia com as cobranças midiáticas, atrás de resultados,

[...] o prazo está quase expirando, se já não houver expirado, e por isso voltamos a lembrar, para que os leitores e o povo, na sua boa-fé, não se deixem levar, visto que na sua boa-fé nem sempre podem ficar de olhos na ampulheta medindo o tempo (num eterno adiamento que se espera e numa eterna esperança que se adia) [...] (BELLO, 1980, p. 400).

E mais...

Sabemos também, que extraoficialmente, que alguns nomes foram apontados para a formação do Conselho Diretor e vimos na lista, pessoas sem menores requisitos para tal [...] não possuímos condições para julgar Conselheiros de Universidade, mas sentimos na obrigação de alertar as autoridades responsáveis para o exemplo dos que não podem ser Conselheiros (BELLO, 1980, p. 400).

Assim, o articulista prossegue enfatizando a lentidão e como ele percebia o jogo nos bastidores da constituição do Conselho Diretor da Universidade do Piauí:

Devemos ter em mente ao pensar no caso, o exemplo das universidades Americanas e Alemãs, Fundações dirigidas por professores, homens de empresas, enfim indivíduos com elevada capacitação. Não vamos montar, no Piauí, um Conselho Diretor na base da política interesseira e compromissada e também na base do prestígio das famílias tradicionais. Mesmo porque esse prestígio já não existe. Surgiram valores de fato, ao contrário daqueles advindos das condições econômicas. E o articulista ainda questiona: como será que uma pessoa que nunca travou contatos com uma Universidade nem com aluno terá condições de dirigi-la (BELLO, 1998, p. 400-401).

Verifica-se, pela análise do articulista, que havia disputa de papéis e jogo de interesse de representantes de prestígio econômico e político, que sequer haviam tido contatos com práticas cotidianas vividas do contexto universitário. E, sempre provocando, prossegue em suas investidas quanto a importante decisão, ao tempo que apela pelo cuidado:

Vamos ter cuidado na formação do Conselho. Do contrário não estamos fazendo o Piauí crescer, a menos que se admita que ele seja no sentido do crescimento do rabo do cavalo. Uma obra a ser instalada em pleno século XX, não pode ser dirigida por homens com mentalidade do século XIX. [...] vamos crescer para aparecer, pois do contrário continuaremos numa eterna insignificância (BELLO, 1980, p. 401).

O articulista clama para que a escolha do Conselho Diretor fosse sem paixão, mas com idealismo. Se for para dirigir, então que fossem escolhidos, no Piauí, homens com as condições para dirigir a Universidade que estava nascendo. Ademais, a Universidade não poderia ser confundida com um balcão de negociação de emprego, tão pouco como meio de manter falso *status* social.

Sobre a constituição do Conselho Diretor da FUFPI, o Padre Raimundo José Airemoraes Soares, Diretor da Faculdade de Filosofia do Piauí, dá a seguinte versão da dificuldade da constituição do referido Conselho:

A instituição da Universidade [...] como era uma fundação a Universidade deveria ter um Conselho Diretor constituído por sete membros. Dois membros indicados pelo Governo do Estado, que entraram por indicação da Faculdade de Medicina e a de Odontologia; dois membros indicados pela Sociedade Piauiense de Cultura do qual era o Presidente Dom Avelar Brandão Vilela, então Arcebispo de Teresina; um membro indicado pelo Ministério da Educação e um pela Faculdade de Administração de Parnaíba. A Universidade começara a funcionar e nunca o Conselho Diretor foi constituído. Por dois anos a Universidade a funcionou sem Conselho Diretor. A razão deste fato ninguém sabia. Foi nomeado o primeiro Reitor, o Professor Robert Wall de Carvalho. Em seguida, o segundo Reitor Professor Hécio Ulhôa Saraiva e nada de Conselho Diretor. Começaram a circular rumores de que não era nomeado o Conselho Diretor por minha causa. Dom Avelar dois membros da Sociedade Piauiense de Cultura, o meu nome e o do Professor Clemente Fortes [...] o primeiro Diretor da FAFI. [...] Dom Avelar, muito desembaraçado fez uma carta ao Ministro da Educação, naquela ocasião o Cel. Jarbas Passarinho, indagando se procediam aqueles rumores. O Ministro respondeu que sim. Ele próprio havia enviado um emissário pessoal a Teresina, o qual voltara com a consciência formada de que eu vivia falando publicamente contra a revolução (AIRÉSMORAIS, DEPOIMENTO a BOMFIM, 2002, p. 172-173).

Com a resposta do Ministro, Dom Avelar respondeu que as informações que lhes prestaram não correspondiam à verdade dos fatos, e solicitou que o Ministro apresentasse provas de que o Padre Raimundo José Airemoraes não merecia confiança para exercer o cargo no Conselho Diretor da FUFPI, que ele, Dom Avelar o substituiria; caso contrário, o nome indicado para Diretor seria mantido por ele como um dos representantes da Sociedade Piauiense de Cultura.

A resposta veio a seguir: “se V. Rev.mª não fizer a substituição, não estará ajudando o Piauí. Podemos até certo ponto admirar a coragem do Padre Raimundo, mas o Governo não pode prestigiá-lo dessa maneira” (AIRÉSMORAIS, DEPOIMENTO a BOMFIM, 2002, p. 173). Após esses acontecimentos, Dom Avelar foi transferido para Salvador-BA, assumindo a Arquidiocese de Teresina Dom José Freire Falcão que, ao tomar ciência de todos os fatos pelo próprio Padre Raimundo José, decidiu: “[...] como estou chegando, prefiro não criar problema com ninguém. Seu nome fica indicado, mas vou apresentar um terceiro” (AIRÉSMORAIS, DEPOIMENTO a BOMFIM, 2002, p. 173). Poucos dias depois saiu o Conselho Diretor nomeado.

Fosse qual fosse o motivo, fato é que o Conselho Diretor quase não saiu do papel, pois somente se constituiu em 17 de fevereiro de 1973, quase três anos após o regresso do Governador Helvídio Nunes, de Brasília, com a notícia de que o Conselho Diretor deveria estar constituído até março de 1970. Entretanto, somente em 1973, já na gestão do segundo Reitor, Professor Doutor Hécio Uihôa Saraiva, foi enfim noticiada a constituição do importante Colegiado da Universidade do Piauí. A constituição do Estatuto para a Universidade do Piauí demonstrou ser uma tarefa lenta e difícil de resolver, com muitas idas e vindas à Brasília, tanto que, em 20 de janeiro de 1969, o Governador Helvídio Nunes encaminha o Ofício Nº 70/1969 para o Ministro Tarso Dutra, do Ministério da Educação, solicitando urgência para o pleito.

Uma Universidade no Piauí representava muito. Esperava-se que essa entidade proporcionasse melhorias em todos os aspectos, pois, como um bem público, era valioso por si mesmo, um patrimônio a ser explorado como criação além dos fins educacionais e/ou sociais aos quais se destinava, e não apenas para estabelecer vínculos entre grupos políticos.

Em meados de 1960, enquanto o novo Governo ainda estava se organizando, por meio de Atos Adicionais, era crescente a mobilização política de setores

contrários ao regime instalado, levando o novo grupo do governo a juntar todas as forças políticas, buscando legitimidade do poder, mesmo que fosse através da restrição dos direitos das pessoas. A “revolução”, diferentemente do que havia dito o AI1, não “se legitimava por si mesma”, pois carecia do apoio de lideranças tradicionais ainda que, diante das limitações destas, frente às necessidades do regime, fosse preciso lançar mão dos mecanismos de força, como o AI-5, de 13 de dezembro de 1969, aprovado aproximadamente onze meses depois de sancionada a lei que criou a Universidade Federal do Piauí, de 11 de novembro de 1968.

Compreende-se o anseio do Governador Helvídio Nunes na procura de providência para que a Universidade tomasse forma concreta, porque a criação, por si só, não poria fim à luta pela universidade do Piauí. Era imperativo materializá-la, o que somente aconteceria com a sua instalação. O Governador Helvídio Nunes estava ciente de que a Universidade requeria tomada de várias providências, além da Constituição e aprovação do Conselho Diretor e aprovação dos Estatutos da Fundação e da Universidade, a inscrição da Fundação no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com o registro do Ato de Constituição da Universidade, dos Estatutos da Fundação e do Decreto de aprovação.

Conforme exposto acima, Helvídio Nunes buscou a constituição do Conselho Diretor, que aconteceu depois de longo processo. Do mesmo modo, o Governador correu atrás dos Estatutos, que foram aprovados de acordo com Decreto nº 64.969 de 11 de agosto de 1969.

Uma das alegações apresentada pelo Governador Helvídio Nunes, mediante Ofício Nº 70/1969, para criação dos Estatutos, encaminhado ao Ministro Tarso Dutra, do Ministério da Educação e Cultura, foi que, da sua parte, as medidas necessárias já haviam sido tomadas, inclusive criada “Comissão de Alto Nível”, constituída por educadores, autoridades culturais e educacionais e representantes universitários, para a discussão do assunto. Tendo isso em vista, solicitou que houvesse um pronunciamento sobre o assunto por parte do Ministério. A relação dos nomes dos componentes que formaram a Comissão de Alto Nível¹¹⁹, tratada pelo Governador no Ofício nº 70/1969, consta no Anexo desta tese.

Ademais, o Governador Helvídio Nunes, no seu papel de Gestor do Piauí, ao longo do processo de institucionalização da Universidade do Piauí, reiterou

¹¹⁹ BELLO idem.

sucessivos apelos ao Ministério da Educação e Cultura e Presidência da República, tendo em vista a efetivação dos procedimentos necessários, utilizando-se das tecnologias de comunicação possíveis na época, como telegramas, e da interferência de conterrâneos com posição de destaque no cenário político e educacional brasileiro, como Deolindo Couto, no CFE; afora as inúmeras audiências, que sozinho, ou contando com o apoio dos parlamentares piauienses como, por exemplo, o Senador Petrônio Portella. Além do mais, a Universidade do Piauí era uma das metas do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí do Governo de Petrônio Portella, considerado, segundo o Prof. Manoel Paulo Nunes, “ponto de honra do seu governo”.

O Regulamento do Conselho Diretor, assim como o Estatuto da Universidade, são documentos importantes e necessários para o funcionamento e para a organização de Universidades, uma vez que guardam os conceitos de estrutura organizacional e de relações de poderes, os quais mantêm estreita relação entre si, porque a funcionalidade do primeiro depende do modo como se dá a operacionalidade do segundo.

Para cada demanda encaminhada ao Governo Central, solicitando as providências cabíveis, as respostas eram muito demoradas, pois não davam retorno aos pleitos, sendo que tais respostas eram importantes para dar continuidades aos processos. Portanto, justificava a preocupação do Governador para que tais documentos fossem viabilizados pelo setor competente (MEC/CFE), considerando que, em uma universidade, a estrutura organizacional é determinada em leis de criação e decretos de autorização, e a delimitação de competência e responsabilidades, pelo consenso entre os pares, homologados pelo Conselho Universitário e decretados pelo Governo (LEITÃO, 1985)¹²⁰.

No Piauí, as partes interessadas, os envolvidos, ficavam de “mãos atadas”, sem poder prosseguir na condução do Projeto da Universidade do Piauí, porque as demandas iam e não voltavam. Pensou-se que talvez houvesse necessidade de algumas observações no texto a serem retificadas no Documento do Estatuto, o que, seguramente, justifica o telegrama do Governador Helvídio Nunes em abril de 1969.

Nesse telegrama, Helvídio Nunes volta à necessidade da utilização da

¹²⁰ LEITÃO, Sérgio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. **Revista de Administração Pública da FGV**, Rio de Janeiro, v.4, n.19, p. 3-26, out./dez.1985.

influência de Deolindo Couto que, sempre atento, estava a colaborar na resolução das causas em prol da modernização e desenvolvimento do Piauí. Sua intervenção, costumeiramente, conduzia a aprovação das solicitações em favor do estado. No que tange ao Ensino Superior, no passado, sempre se contou com as iniciativas desse Professor para encontrar o mais adequado caminho e organizar com mais cuidado os projetos, de modo que se conseguisse a aprovação. Então, após quase sete meses de espera por uma resposta, em 11 de agosto de 1969 firmava-se, em Brasília, o Decreto de criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em anexo.

Por fim, oito anos após os primeiros encaminhamentos solicitando ao Governo Federal, é criada a universidade, no dia 1º de março de 1971, através da FUFPI, em conformidade com os termos de autorização da Lei nº. 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário da União nº. 203 em 18 de junho de 1969, e no Diário Oficial do Estado do Piauí nº. 209, em 22 de dezembro desse mesmo ano.

A Fundação Universidade Federal do Piauí, mantenedora da Universidade Federal do Piauí, foi constituída em 22 de dezembro de 1969, inscrita no registro público no livro A-4, sob número de ordem 390, do Cartório do Primeiro Ofício “João Crisóstomo”, em Teresina-PI (BRASIL, 1969). O evento de instalação ocorreu às dezenove horas, no salão de festas da Sociedade Civil “Clube dos Diários”, na Rua Álvaro Mendes, Centro, na capital do Estado do Piauí, em solenidade pública presidida pelo Governador do Estado, João Clímaco d’Almeida.

Para a prática desse ato, o Professor Robert Wall Barbosa de Carvalho¹²¹, Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, foi investido das funções de Reitor pró-tempore da referida universidade, de acordo com o Decreto Federal nº 68.127 de 28 de janeiro de 1971. Estiveram presentes à solenidade os Senadores Petrônio Portella, como Presidente eleito do Congresso Nacional, além de elevadas autoridades civis, militares e eclesiásticas e de representações populares de todas as classes sociais da cidade, conforme consta nos registros da Ata de Instituição da Fundação Universidade Federal do Piauí.

De acordo com a Lei nº. 5.528, de 12 de novembro de 1968, a UFPI seria regida por Estatuto, aprovado pelo Decreto Executivo nº. 64.969, de 11 de agosto de 1969, com sede em Teresina e com patrimônio constituído dos bens pertencentes

¹²¹ O primeiro Reitor pró-tempore da UFPI não participou da organização do projeto original de criação da UFPI, posteriormente, na fase de implantação da Universidade. (depoimento do Prof. Manoel Paulo Nunes a Bello, 1980).

aos estabelecimentos que passaram a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feito ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas. O patrimônio da Fundação foi constituído inicialmente dos “bens móveis e imóveis, que na data do Decreto lei nº. 656, de 27 de junho de 1969 integrava o patrimônio das faculdades que compuseram a Fundação”. (BRASIL, 1969).

Pode-se afirmar que a UFPI, entidade de direito público, originou-se a partir da vontade coletiva de parte da sociedade piauiense e se concretizou com a aplicação da mesma condição da criação das universidades nos outros Estados, ou seja, pela apropriação e reunião das faculdades e cursos isolados, existentes no Piauí. Assim surgiu a UFPI, pela junção das Faculdades de Direito, de Odontologia, de Filosofia, de Medicina, sediadas em Teresina, e da Faculdade de Administração do Piauí, com sede em Parnaíba, também incluindo os cursos de Bacharelados em Geografia, História e Licenciatura em Letras e as Licenciaturas de Física e Matemática (CAMPOS, 2010).

Pelas datas dos Atos Constitutivos, a UFPI é uma instituição jovem e, vem rompendo paradigmas, expandindo-se, seguindo os caminhos da modernidade, com seu plano de interiorização do ensino superior no Estado na rota das suas conquistas, a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960-1970.

Assim, no ano de 1971, logo que a UFPI foi instituída, assumiu o cargo de Reitor Pró-tempore o professor Robert Wall Barbosa de Carvalho, cuja gestão ocorreu de 1º de março a 24 de junho de 1971, quando passou o cargo para o segundo Reitor, professor Doutor Hécio Ulhôa Saraiva, que permaneceu no exercício até 5 de março de 1974. Ao passar o cargo para o novo Reitor, o professor Robert Wall Barbosa de Carvalho disse: “é nesta universidade que se vai efetivamente estabelecer a infraestrutura do verdadeiro desenvolvimento” (BELLO, 1980, p. 445).

No capítulo seguinte, aborda-se sobre as relações de poderes na construção de uma universidade. Neste contexto, evidenciar-se-á a caracterização das estruturas de poder, especificamente, assim como as disputas políticas na construção da estrutura dessa Universidade Federal do Piauí.

6 PROCESSOS DE CRIAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE

Este capítulo aborda sobre as relações de poderes no processo de construção de UFPI – Universidade Federal do Piauí. Para dar conta da discussão aqui proposta foram utilizados registros relativos ao período em foco, encontrados em publicações, documentos, depoimentos, entrevistas e outros acessos que possibilitaram conhecer e interpretar os referidos fatos.

6.1 Instalação, estrutura e caracterização da política de poderes da UFPI

A motivação para a criação da Universidade Federal do Piauí, porquanto não esmaecesse a prática que se dava a ler, não correspondia na totalidade à importância da realidade. Ao que parece, algo não estava totalmente sob o controle no contexto do surgimento desta Universidade. A questão não se resumia apenas na política da escolha de nomes para a montagem do “Conselho Diretor”, era também para qual nome seria indicado ao Cargo de Reitor.

No Nordeste brasileiro tem um adágio popular que diz: “o difícil não é construir uma igreja, mas o diabo é a escolha do Santo”, ou seja, quando entra o interesse das facções políticas, então a coisa desajusta, sofre alguma perda da originalidade. Desse modo, pode-se observar que existiam conflitos de interesses difíceis de resolver, no que diz respeito ao processo de criação e funcionalidade, de fato, da UFPI, haja vista o intervalo de tempo que contou entre o interstício da Autorização da Criação, em 12 de novembro de 1968, com a publicação no Diário da União e no DOE-Diário Oficial do Estado do Piauí, respectivamente, em 18 de junho e 22 de dezembro de 1969 até a constituição da Fundação mantenedora, a FUFPI, em 22 de dezembro deste mesmo ano.

A lacuna nesse processo de composição é admissível e se revela, como já lembrado, na elaboração estatutária dos nomes para a composição formal dos atores do Conselho Diretor e a nomeação do Reitor. No que tange ao arranjo de possíveis nomes para ocupar o cobiçado cargo de Reitor, essa função passou a ser percebida como um objeto de aspiração dos mais expressivos no ordenamento político-social e até no contexto do partidarismo local, tanto que o fato se

transformou em motivo de concentração de grupos dominantes da elite, durante a sua ação para manter contidas as estruturas de poder real, historicamente tecidas em seu proveito.

De fato, no tempo corrido entre a criação legal da FUFPI e a sua inauguração, com a posse do primeiro reitor, competiu ao Governo do Estado, ideologicamente, demonstrar uma combinação de “generosidade” mostrando vontade e poder de administrar a condução de alguns trabalhos, referentes à efetivação da nova Instituição Federal de Ensino Superior como, por exemplo, a preparação de primeiras redações das propostas-minutas dos Estatutos, tanto da Fundação quanto da universidade.

Os problemas às vezes mais debatidos incorriam no adiamento da instalação da FUFPI; entre essas discussões, as tratativas para resolver a inexistência de um Conselho Diretor, sendo lembrado que, nas disposições do primeiro Estatuto da Fundação, aprovado em 1969 (já tratado no capítulo anterior), dispunha no texto permanente que a nomeação da Presidência da Fundação, os Presidente e Vice-Presidente seriam da orçada do Presidente da República, através de listas tríplices indicando os nomes que comporiam o Conselho Diretor.

Por motivos das muitas querelas políticas, então, a implantação da FUFPI, impropriamente, foi “inaugurada” pelo menos duas vezes no intervalo de tempo de 1969 a 1971. Nesse período, na conjuntura de lutas para a criação da Universidade do Piauí, vivenciaram a experiência três governadores, e todos reclamaram para si a honra de ter concretizado esta IES. Assim sendo, praticaram a sua inauguração, externando o reflexo da vaidade e de poder, além de arranjar formas de controlar o que firmemente lhes emprestasse algum sopro de legitimidade referente a esta obra.

Uma demonstração de que os três ex-governadores tomam para si os méritos pela inauguração da UFPI traz primeiro o governador Helvídio Nunes, que se apadrinha e afirma que “solenizar a constituição da UFPI, em 1969”, foi uma das mais importantes das suas realizações do estado do Piauí. O segundo a se declarar, João Clímaco D’Almeida, se arvorou de ter sido aquele que procedeu a instalação oficial da UFPI, e deu a posse ao primeiro Reitor Pró-tempore, o Advogado e Professor Robert Wall de Carvalho, Ex-Diretor da Faculdade Federal de Direito do Piauí, que geriu a citada Universidade na forma do Decreto Federal nº 68.127 de 28 de janeiro de 1971, no período de 1º de março de 1971 a 24 de junho do mesmo

ano.

Surge o terceiro apadrinhador, o Governador Alberto Silva, o qual governou o Piauí no período de 1971 a 1975, chegando ao cargo majoritário piauiense pela indicação do Presidente da República, Emilio Garrastazu Médici, terceiro do período da Ditadura Civil-Militar instalada com a vitória do movimento de 31 de março de 1964, e que também reivindica a criação da UFPI, alegando que a implantação concreta da nova organização universitária burocrática planejada ocorreu em seu governo, a partir da ação conjunta com o novo Reitor, o Professor Doutor Hécio Ulhôa Saraiva, por ele, Alberto Silva, diretamente trazido do Distrito Federal, oriundo da UNB-Universidade Nacional de Brasília.

Entretanto, no capítulo anterior dessa Tese tratou-se também sobre outros reivindicadores da criação da UFPI: Petrônio Portella, que instituiu a FUFPI, antes de renunciar ao governo do Piauí, para candidatar-se a uma cadeira no Senado; e, também, o ex-senador Chagas Rodrigues, que, quando Governador, criara duas faculdades em Teresina, mesmo que tais faculdades não passassem de “construção no papel”, e que, quando no exercício de Deputado Federal, além de ter sido o relator da Comissão Mista do Senado, juntamente com o senador Petrônio Portella, foi a favor da criação da UFPI.

Com o fim do pluripartidarismo, isto é, com a extinção dos Partidos Políticos determinado pelo Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, por uma parte adveio o fortalecimento do Poder Executivo e, por outra, o enfraquecimento do Poder Legislativo, além do que, também, ajudou a criar, entre outras, uma nova legenda – ARENA – Aliança Renovadora Nacional, de apoio ao governo, suficientemente forte. Contudo, ainda em outubro de 1965, candidatos do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e do PSD – Partido Social Democrático, siglas consideradas oposicionistas ao governo do regime Civil-Militar, venceram as eleições estaduais.

Com novo modelo político, e a fim de manter o controle da situação, o Presidente Castelo Branco edita o referido Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas, pôs fim ao pluripartidarismo. Essas medidas foram tomadas a fim de controlar o *status quo* de Governo da Ditadura. No entanto, no início do ano de 1966, organizaram-se dois partidos que, a partir de então, dividiram cenário da política brasileira: o MDB – Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA – Aliança

Renovadora Nacional.

O MDB, assumindo-se como o partido de oposição e a ARENA, tornando-se partido do governo, a instituição do bipartidarismo pelo regime Civil-Militar proporcionou, tanto interna quanto externamente, passa uma imagem de relativa legalidade à ditadura brasileira. Neste contexto, Alberto Silva, que era da UDN-União Democrática Nacional¹²² aderiu à ARENA, partido situacionista do regime Civil-Militar, liderando no Piauí a bancada contrária à do ex-governador do Estado, Petrônio Portella (1963-1966), já apresentado neste documento.

Após ser indicado pela ARENA, Alberto Silva foi eleito governador do Piauí aclamado pela Assembleia Legislativa do Estado, em outubro de 1970. Entretanto, a preferência pela escolha de Alberto Silva abandonou outros dois fortes candidatos ao cargo majoritário do Estado: o Coronel Stanley Fortes Batista, com a explicação fornecida pelo Governo Federal de que o Cel. Batista não atendia a um dos critérios estabelecidos para a escolha de representantes majoritários do governo federal, por ser militar da ativa; e Bernardino Soares Viana, que era ligado à liderança de Petrônio Portella, frustrando desse modo, às articulações em torno de seu nome.

Alberto Silva reconhecia que a sua indicação e nomeação como governador do Piauí, pelos militares, sofreria oposições nos grupos dirigentes que governavam o Estado ao longo desse tempo, tanto que externou os seus sentimentos, em entrevista ao *Jornal do Piauí*, destacando que, ao retornar ao Piauí, já nomeado governador, foi recebido por essa classe política local, liderada pelo ex-governador Petrônio Portella, como *outsider*, um forasteiro dentro do seu próprio estado.

Em sua declaração, Alberto Silva deixa claro que construiu sua carreira profissional fora do Piauí, especialmente nos estados do Ceará e Rio de Janeiro. Mesmo assim, nunca se esquecera do Piauí. Formou-se em Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, na cidade de Itajubá-MG, profissão que lhe garantiu, primeiramente, ocupar a direção da oficina de manutenção dos trens elétricos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. No Ceará, também ocupou diversos cargos, entre os quais, o de Diretor da Companhia de Eletricidade do Ceará (CENORTE)¹²³.

¹²² Partido político criado em 1945. União Democrática Nacional, partido político criado no Brasil, em 1945, e que permaneceu atuante até 1965. A UDN foi um partido político fundado por forças oposicionistas às políticas do presidente Getúlio Vargas.

¹²³ BASTOS, Claudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 537. In.: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí.

A construção de redes de contatos, no governo Federal, assegurou a Alberto Silva condições de tomada de certas decisões no rumo de galgar posições políticas de gestão, tanto que, ao obter a suplência de deputado federal, em 1962, pela coligação PDS/UDN, abandonou outra vez a política e foi para o Estado do Ceará, a fim de assumir a gestão da Companhia de Eletricidade Centro-Norte do Estado. Percebe-se que esse percurso profissional permitiu-lhe construir redes de aliados, principalmente no Ceará, que o apoiaram em seu movimento político, tanto que, no regime Civil-Militar, o recomendaram para o comando do Executivo Estadual no Piauí.

Faziam parte das relações políticas de Alberto Silva atores da representatividade política nacional, como os coronéis cearenses Virgílio Távora, Cesar Cals de Oliveira Filho e Mário Ramos Soares, todos conhecidos como pessoas de grande prestígio junto ao Comando do Exército, e que ocuparam diferentes funções durante o Regime da Ditadura instalado no Brasil. Esses coronéis contribuíram para que a nomeação de Alberto Silva fosse efetivada.

Sobre a força política desse trio de coronéis, o ex-governador do Piauí, Djalma Veloso¹²⁴, considerou que não havia alternativa para Petrônio Portella, a não ser aceitar a indicação do adversário ao governo do Piauí, visto que, na ocasião, imperava o poder político dos militares. Outro ator que interveio na nomeação de Alberto Silva foi o também militar e político cearense, Costa Cavalcanti, Ministro das Minas e Energia no governo do presidente Costa e Silva (1967-1969).

Enquanto ministro de Estado, Costa Cavalcanti foi um dos participantes, em 13 de dezembro de 1968, da 43ª sessão do CSN–Conselho de Segurança Nacional, que aprovou por unanimidade a vigência do AI-5, marco do endurecimento da ditadura Civil-Militar brasileira, já comentada no capítulo anterior. Com o afastamento do Presidente da República por questões de saúde, Costa Cavalcanti manteve-se no ministério e nele permaneceu ainda durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici.

Entende-se como importante registrar o entrelaçamento de contatos construído por Alberto Silva antes e durante o período do Governo Civil-Militar, porque foi através dessas interligações que ele pode garantir as condições

Teresina: EDUFPI. 2015.

¹²⁴ Primo e Aliado Político de Petrônio Portela. FONTINELES, Claudia. Op. Cit.

necessárias para a sua nomeação, bem como a garantia de governabilidade do estado, uma vez que o Piauí não apresentava condição financeira que sustentasse o processo de desenvolvimento nos trilhos da modernidade, isto é, o Piauí necessitava dos recursos procedentes do Governo Federal.

Talvez tenha sido essa a reflexão feita por Petrônio Portella, que o fizera recuar politicamente junto com os seus correligionários na Capital, uma vez que a força do adversário político advinha da estrutura política orientada pelo governo Federal. Disso Alberto Silva tinha consciência, e quiçá até entendesse a resistência do grupo político instalado no estado, por isso, ao conceder entrevista à TV *Cidade Verde*, em 11 de abril de 1988, expõe a leitura da sua posição do seguinte modo:

[...] eu não tinha ligações políticas com grupos de Petrônio, digo com grupos de Parnaíba a UDN de Parnaíba, evidente; mas em Teresina nenhuma ligação. Petrônio fez um trabalho muito grande pra ver se evitava minha nomeação, mas aí o ministro Costa e Cavalcanti que se tornou um frei meu no período no Ceará, forçou a barra e eu fui nomeado governador (TV CIDADE VERDE. 11 de abril de 2008).

Alberto Silva estava ciente do grande trabalho que encontraria em Teresina, para governar o Estado, mesmo com as declarações de Petrônio Portella em relação ao apoio que o seu partido daria ao novo governo. Verifica-se, pela exposição de Alberto Silva, que o senador Petrônio Portella, com suas relações construídas em longa trajetória política, representava a principal oposição, em Teresina, contra a sua nomeação. No entanto, com o apoio do Ministro Costa Cavalcanti, a situação mudou para Alberto Silva, tanto que a matéria circulada no jornal *O Dia*, de 1º de agosto de 1970, p. 1, traz o posicionamento do senador Petrônio Portella, declarando que a ARENA estava “intimamente ligada e resolutamente unida para continuar o trabalho de levantamento do povo do Piauí”.

Na mesma matéria desse citado Jornal *O Dia*, o articulista destaca que Petrônio Portella se dirigiu aos leitores que os consideravam adversários políticos, afirmando que ele, enquanto Presidente, não desuniria a ARENA; tudo faria e daria todo apoio e prestígio à obra administrativa, que seria iniciada pelo Governador Alberto Silva, com quem estava inteiramente afinado. Dissera ainda o seguinte: “em médio prazo o Governo de Alberto Silva será fecundo para o Piauí, sob a bandeira da ARENA e com a colaboração de todos os companheiros do partido” (jornal *O DIA*, 1º ago. 1970, p. 1).

Alberto Silva assume o Governo do estado em 15 de março de 1971, substituindo o então governador João Clímaco d'Almeida. Antes, quando residia no estado do Ceará, onde permaneceu por oito anos, na qualidade de gestor da Companhia de Eletricidade Centro-Norte, promoveu a ligação da rede elétrica do Ceará à distribuição de energia elétrica da Usina de Paulo Afonso, e, na ampliação desse projeto, levou a conexão até a rede de energia do Piauí.

Então, pode-se dizer que Alberto Silva “costurava” bem o seu caminho de futuro político no Piauí, vez que, mesmo afastado da região piauiense, não “esqueceu” de buscar incentivos, que possibilitassem desenvolvimento para esse Estado e entendia, sobremaneira, que a energia hidroelétrica¹²⁵ era fator de favorecimento para uma região. Também se pode perceber a ação de Alberto Silva como uma espécie de preparação do caminho político que possibilitasse acesso para o retorno ao seu Estado de origem.

Tão logo assumiu o cargo de Governador, Alberto Silva iniciou a montagem de sua equipe de trabalho, convidando pessoas de sua confiança, afirmando que o seu governo era técnico e não político. Estrategicamente, a maioria da sua equipe foi composta de pessoas de fora do Estado, embora se reconhecesse que, especialmente na Capital, Teresina, existia uma elite que apresentava larga experiência técnica e intelectual, que já havia demonstrado seu preparo nos postos-chave que lhes foram confiados. Por exemplo, Rupert Macieira Gonçalves, maranhense, Dentista por formação, foi Secretário de Fazenda, ao mesmo tempo em que acumulou o cargo de presidente da FAGEPI – Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí. Dentre os “forasteiros”, foi bem destacado o segundo Reitor da Universidade Federal do Piauí, Hécio Ulhôa Saraiva.

Como já mencionado, Alberto Silva estava ciente sobre o trabalho que deveria executar em Teresina, para governar o Piauí, mesmo após as declarações de Petrônio Portella em relação ao apoio que o seu partido político daria ao novo governo. A fim de dirimir prováveis dificuldades, optou por trazer colegas de fora do Estado para montagem do seu secretariado, e, especialmente para a implantação da

¹²⁵ **Energia hidroelétrica** ainda é a principal fonte de energia utilizada para produzir eletricidade no país. Atualmente, 90% da energia elétrica consumida advém de usinas hidrelétricas. Mesmo assim, somente utiliza 25% do seu potencial hidráulico. Além do mais, o Brasil ainda importa parte da energia hidroelétrica, uma porção dessas importações é referente à propriedade paraguaia da Usina Binacional de Itaipu, outra parte se refere à compra de eletricidade produzida pelas usinas de Garabi e Yaciretá, na Argentina.

UFPI, trouxe uma equipe da UnB. Segundo Ronaldo Pinto Marques, Alberto Silva “acreditava que se fosse entregue para uma equipe de fora a responsabilidade pela montagem, apaziguar-se-iam as desavenças ocasionadas por políticas locais” (MARQUES, 2009).

No universo de iniciativas da implantação no seu governo figurava a recém-criada Universidade Federal do Piauí, para a qual o governo anterior já havia dado o pontapé inicial, inclusive com a nomeação do seu Primeiro Reitor, *Pró-tempore*, o professor Robert Wall de Carvalho, que já mantivera entendimentos com o novo Governo do Estado e com o Clero Metropolitano de Teresina, com a finalidade de adquirir o prédio onde funcionou o antigo Seminário de Teresina, para transformá-lo, após adaptação, na sede da Reitoria.

Um segundo contato foi para pleitear a locação de um terreno de 100 hectares na comunidade Socopo, próximo à Escola Agrícola, na época zona rural de Teresina, para instalação do Campus universitário naquele espaço. Na gestão de Alberto Silva, Robert Wall de Carvalho permaneceu como Reitor Pró-Tempore da UFPI, até 24 de junho de 1971, quando foi exonerado.

Neste contexto, os jornais de Teresina, *O Dia* e *O Piauí*, noticiavam as providências que esse Reitor Pró-Tempore afirmava tomar: a criação imediata da Faculdade de Educação, que seria agregada à de Filosofia, com os cursos básicos de Matemática, Ciências Naturais, Filosofia e Letras, Escola de Enfermagem e um Instituto de Artes. Contudo, conforme o depoimento a Bello (1980) do Pró-Reitor Herbert Brandão Lago, somente em 1973 foi criado o curso de Pedagogia, do qual ocasionou o Departamento de Educação, que deu origem ao CCE – Centro de Ciências da Educação, em 1975.

Os jornais locais anunciavam, inclusive, que Robert Wall de Carvalho viajaria para São Luis-MA, a fim de conhecer a sistemática de funcionamento e estrutura física da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, pois, de acordo com o depoimento de Ferraz (2002), na concepção de Robert Wall de Carvalho a Universidade do Piauí deveria tomar como modelo a UFMA, que seguia o mesmo sistema de faculdades ajuntadas, como, na época, funcionava a maioria das universidades brasileiras.

A citada viagem teria como finalidade visita técnica de familiarização com a experiência universitária maranhense. Contudo, no imaginário dos diretores das

faculdades integradas à FUFPI, permaneceria o modelo que aspiravam suplantar. Havia uma enorme apreensão quanto ao poder de cada um, em seu limite, no que se referia às autonomias respectivas, e no que tangia denominações anteriores. Lembrando que a Lei 5.540/1968 determinava a superação de ajuntamento de instituições isoladas, para uma estrutura orgânica, integrada, cujo funcionamento deveria ter por base a organização departamental.

Há de se recordar que a permanência de Henry Wall de Carvalho na função de Reitor pró-tempore no período de transição dos governos de João Clímaco D'Almeida para Alberto Silva ocorreu por meio simplesmente arbitrário e ao arrepio do Estatuto da Fundação, datado de 11 de agosto de 1968. A escolha de Roberto Wall de Carvalho para Reitor *pro-tempore* também não teve a adesão da maior parte dos representantes das Faculdades, pois a sua exoneração, que logo aconteceu, não ocorreu decisivamente em função de sua concepção de universidade: havia francos sinais de que um dos chefes do poder estadual aproveitara seu prestígio para desestabilizá-lo.

O modelo de universidade que se estava implantando no Piauí não estava agradando aos representantes da incorporada, nem tampouco ao novo governador – Alberto Silva que vai à Brasília, e lá entra em entendimento com o professor José Carlos de Azevedo, Capitão de Mar e Guerra¹²⁶, parte de suas redes de contato, e daí em diante, a pergunta feita era quem seria o escolhido para reitor da UFPI. Então, em Brasília, foi indicado, por José Carlos de Azevedo, o mineiro Hécio Ulhôa Saraiva, da Universidade Nacional do Brasília, que chegaria a Teresina em 23 de junho de 1971, permanecendo até março de 1974, quase o tempo completo que Alberto Silva governou o Piauí.

Na instituição do segundo reitor, Hécio Ulhôa Saraiva, também designado *pró-tempore*, interferiram fatores que cristalizaram a impressão de que a indicação respectiva fugira ao filtro dos grupos dominantes locais. Hécio Ulhôa Saraiva, o “forasteiro” no Piauí, foi uma espécie de delegado do regime implantado no Brasil a partir de 1º de abril de 1964, de tal maneira que, ao assumir a gestão da FUFPI, assegurara que teria aceitado “a incumbência do Ministério da Educação com a

¹²⁶ Alberto Silva havia criado redes de contatos com figuras emblemáticas da Ditadura. Neste caso José Carlos de Azevedo foi o interventor que os militares nomearam para a UnB, com a missão de reestruturá-la e exorcizá-la dos princípios fundantes que a inspiraram, expressos sobretudo na ação do seu idealizador principal, Darcy Ribeiro.

motivação de colaborar com o governo da Revolução na implantação de um sistema educacional ajustado às reais necessidades do desenvolvimento socioeconômico e político do Piauí” (ULHÔA, H., *apud* BELLO, 1980, p. 476).

Dentro das expectativas da nova gestão, vislumbravam para a UFPI a construção de um estabelecimento mais amplo, vez que eram “acanhadas” as instalações existentes, mais ou menos improvisadas, até então, usadas pelas cinco faculdades isoladas unificadas, integrantes da recém-instalada Universidade (MARQUES, 2009). No entanto, a partir de maio de 1971, a Reitoria passou a funcionar no prédio locado junto ao antigo Seminário, encravado no final da Avenida Frei Serafim, cujo aluguel mensal foi negociado na ordem de NCr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros novos), correspondentes a cerca de 64 Salários Mínimos, em valores da época.

Em 7 de maio de 1971, o Reitor Robert Wall de Carvalho, ao retornar de Brasília, informa à imprensa que conseguira da União a liberação de recursos consignados no orçamento, além de verbas para aquisição de material, pagamento de pessoal e custeio das operações de implantação da Universidade. No entanto, o terreno para a instalação do campus ainda não havia sido adquirido. Por essa época, em 13 de março de 1971, a imprensa (jornal *O DIA*) havia noticiado que o incorporador Giovani Prado, proprietário de terrenos localizados na região suburbana denominada Socopo, cederia à UFPI “uma faixa de terra”, para suas instalações.

O mesmo Jornal também informava estar em processo de entendimento com o futuro Prefeito de Teresina, Joel da Silva Ribeiro¹²⁷, da ARENA, para aquisição de um espaço próprio para a universidade. Com esse esforço de parceria estadual e municipal, foi possível obter um terreno, no perímetro urbano, onde mais tarde foi construído o Centro de Educação Física da Universidade Federal do Piauí.

Enquanto o Reitor Robert Wall de Carvalho articulava com o Governo estadual um local para estabelecer a sede da UFPI, este mesmo Governo articulava com o governo central um “Reitor” portador de perfil técnico, sem “vícios políticos”, que pudesse fazer o que era para ser feito: implantar a Universidade Federal do Piauí conforme os ditames da nova ordem – a Lei da Reforma do Ensino Superior,

¹²⁷ Coronel do Exército Brasileiro, que, com a ascensão de Alberto Silva ao governo do Piauí, em março de 1971, foi nomeado prefeito de Teresina.

Lei nº 5.540/1968. Foi em uma dessas viagens a Brasília que Alberto Silva se encontrou pela primeira vez com o mineiro Hécio Ulhôa Saraiva, Pró-Reitor da Universidade Nacional de Brasília, que viria a ser o Reitor da Universidade Federal do Piauí, fato que, provavelmente, tenha sido a empreitada política das mais difíceis enfrentadas por Alberto Silva, naqueles quase mil dias, tempo que o mineiro geriu a Universidade Federal do Piauí, de 23 de junho de 1971 a 5 de março de 1974.

O primeiro contato entre o Governado Alberto Silva e Hécio Ulhôa Saraiva, da UnB, aconteceu em fevereiro de 1971, após Alberto Silva ter sido escolhido para governar o Piauí. Em Brasília, visitou a UnB a fim de buscar apoio, isto é, um assessoramento para implantação da universidade no Piauí. Nesse contato, Alberto Silva externou para Hécio Ulhôa Saraiva suas expectativas a respeito da Universidade, com a esperança de que a Universidade do Piauí viesse a ser uma das grandes instituições de apoio ao seu plano de governo (ULHÔA, H., *apud* BELLO, 1980).

Nesse encontro, Hécio Ulhôa Saraiva explicou os problemas da universidade brasileira e sobre a Reforma que estava começando a ser implantada, e que a UnB, neste contexto, representava o pioneirismo no processo de implantação de ensino superior. Na mesma conversa, Hécio Ulhôa Saraiva externou as suas ideias sobre o que idealizava ser uma Universidade em um estado como o Piauí, e quais seriam as contribuições que essa IES poderia dar como retorno para o estado. A partir de então, Alberto Silva e Hécio Ulhôa Saraiva mantiveram vários contatos e diálogos importantes a respeito da Universidade que seria implantada no Estado.

Hécio Ulhôa Saraiva, mais à frente, foi procurado pelo Reitor da Universidade de Brasília, Caio Benjamin Dias, que informou que o estava liberando, pois o seu nome havia sido indicado para ser Reitor da Universidade do Piauí. Vale lembrar que a UFPI tinha um Reitor nomeado pelo Presidente da República, conforme definia na nova Lei e no Estatuto da Universidade Federal do Piauí.

Naquela circunstância histórica, ao atender a designação do Governo Federal, Hécio Ulhôa Saraiva deixaria as suas pesquisas, que estavam em andamento, parte de sua vida acadêmica, além de redes de amizade que havia construído na UnB ao longo de dois anos. Hécio Ulhôa Saraiva então pensou: como abandonar tudo que conseguira na UnB para seguir em busca do desconhecido, que estava no Piauí, um estado do qual ele não conhecia nem sua real potencialidade, nem sua gente, nem

seu modo de vida, sua política? Enfim, tudo seria novo. Entretanto, no contexto de tantos pensamentos, Hécio Ulhôa Saraiva verificou que havia a possibilidade de realizar, na prática, muitas coisas que havia estudado como sociólogo e como educador. Poderia, portanto, “tentar montar uma universidade, que fosse um dos agentes de desenvolvimento numa área bastante carente” (ULHÔA, H., *apud* BELLO, 1980, 476).

A biografia de Hécio Ulhôa Saraiva registra que ele nasceu na cidade de Teófilo Otoni (MG), em 1941. Na Capital, Hécio Ulhôa estudou o Ginásio, no Colégio Irmãos Maristas, e o Curso Científico com os franciscanos do Colégio Santo Antonio. Em 1960, ingressou Hécio Ulhôa na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, na qual, sempre como aluno bolsista, com tempo integral na própria Universidade, fez os cursos de Sociologia Política e Administração Pública.

Seus genitores chamavam-se Agenor Saraiva (comerciante) e Juanita Ulhôa Saraiva (professora primária). Possuía um casal de irmão, que, na década de 1970, já eram avançados nos estudos: a irmã formara-se em Odontologia e o irmão estudava Direito. Após a morte do pai, em 1942, mãe e filhos transferiram-se de Teófilo Otoni para Belo Horizonte. Em 1963, Hécio Ulhôa, já formado, foi trabalhar como Assistente de Pesquisa no Projeto do Comitê Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola, com o patrocínio da OEA – Organização dos Estados Americanos. Ainda em 1963, foi aos Estados Unidos a fim de trabalhar como Assistente de Pesquisa do *Land Tenure Center*, da Universidade de *Winsconsin*, na qual iniciou os estudos de Pós-Graduação para o Mestrado em Sociologia Rural.

Finalizou o mestrado em agosto de 1965, sendo logo indicado para cursar PhD. Também nesse mês conseguiu uma bolsa de estudos da Fundação *Rockefeller* para continuar a pós-graduação. Em 1967, conquistou um “*grant*” do CDA – Conselho de Desenvolvimento Agrícola, que financiou a pesquisa de base que serviria para a Tese de Doutorado. No período de agosto de 1967 a fevereiro de 1968, esteve focado na pesquisa, na qual Minas Gerais lhe forneceu dados indispensáveis à sua Tese. Pode-se ressaltar que Hécio Ulhôa Saraiva, até à sua vinda para o Piauí, teve sua vida nas carteiras de academias, preparando-se para a carreira de Professor e Pesquisador.

Com a coleta de dados concluída, Hécio Ulhôa Saraiva analisa e, em

seguida, escreve a tese defendida em agosto de 1969, na Universidade de *Wiscosin*. Além de vitorioso na sua vida acadêmica nos Estados Unidos, participou de congressos em *Boston*, Chicago, Montreal e *Miami*, além de realizar rápidos estudos na Alemanha. Nesse mesmo ano, regressou ao Brasil e foi contratado como Professor Titular da Universidade Nacional de Brasília. Esse era o perfil do Reitor trazido da UnB por Alberto Tavares Silva, Governador do Piauí.

Em 7 de maio de 1971 o Reitor *Pró-Tempore* Robert Wall retorna de Brasília informando à imprensa que conseguira liberação de recursos consignados no orçamento além de mais verbas para aquisição de material, pagamento de pessoal e custeio das operações de implantação do campus da Ininga, contudo o terreno ainda não havia sido adquirido (JORNAL *O DIA*, p. 8).

Enquanto ocorriam as tratativas MEC-UnB sobre a vinda do novo Reitor para a Universidade Federal do Piauí, em Teresina aconteciam especulações sobre a exoneração de Robert Wall de Carvalho da função de Reitor. No Piauí, especialmente em Teresina, a imprensa editava notas de Jornal como a seguinte:

Dizem pelaí que o novo Reitor da Universidade Federal do Piauí tem apenas 29 anos. É o poder jovem mandando no conturbado mundo universitário. A propósito, certas áreas estão preconizando um círculo de silêncio em torno do novo Reitor. Acho sem qualquer sentido essa movimentação rebelde. Em última análise, tudo não está partindo do poder central? (*O ESTADO*, 20 de maio de 1971, p. 10).

O articulista parece que estava certo. A ordem veio do Governo Federal, tanto que, como declarado em parágrafos acima, ocorreu uma indicação desconsiderando a nomeação do Reitor *Pró-Tempore* Robert de Carvalho, sob a mesma égide do Presidente e do Ministro do MEC.

Em 10 de junho de 1971, o mesmo Jornal noticiava a viagem do Governador Alberto Silva para assistir à posse do novo Reitor da Universidade Federal do Piauí, na sede de MEC (Jornal *O Estado*, de 13 de junho de 1971, p. 2). Hécio Ulhôa Saraiva foi empossado Reitor *Pró-Tempore* da UFPI no dia 14 de junho de 1971, às 8 horas da manhã, em solenidade presidida pelo então Ministro de Educação, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho. Ficou acertado que o Reitor chegaria a Teresina oito dias após a sua posse, acompanhado de uma equipe de técnicos do Ministério da Educação que o ajudaria na missão de implantar a Universidade do Piauí (*O ESTADO*, 15 de junho de 1971, p. 2).

Porém, antes da chegada de Hélio Ulhôa Saraiva, a comunidade teresinense, mal informada por representantes da política local, havia preparado ânimos de rejeição, sem conhecer a pessoa do Reitor. Por seu lado, ao desembarcar no aeroporto de Teresina, mesmo em meio a um contexto de rejeição, também encontrou pessoas que compartilhavam do mesmo ideal de construção de algo que acreditavam como progressista.

Hélio Ulhôa Saraiva reconheceu, mais tarde, que a sua inexperiência e juventude impediram-lhe de enxergar outras passagens, às quais poderia adentrar de modo menos sofrido para alcançar os objetivos traçados para a implantação da UFPI, ao mesmo tempo em que aplicaria a Lei da Reforma Universitária. No entanto, suas decisões sempre foram as que apresentavam o caminho mais curto, conseqüentemente, causando insatisfações, principalmente, ao se considerar o contexto em que estava realizando as ações pertinentes, às quais atingiam determinados atores. De todo modo, é de bom alvitre considerar que membros da elite local tinham expectativas de serem reconhecidos em suas competências técnicas.

Contudo, na iniciativa de executar as proposições que lhes foram impostas, esqueceu-se de conduzir a sua gestão de modo colaborativo, utilizando-se de conceitos administrativos, como propor discutir análise de conjuntos, ouvir os “companheiros” mais velhos e, portanto, mais experientes da vida e no jogo político. Hélio Ulhôa Saraiva, em certo sentido, fazia uma gestão mais *técnica*, em uma articulação muito próxima à do Governador, tanto que os seus técnicos e/ou assessores poucos eram piauienses, entre os quais, uma exceção, como assessor direto, encontrava-se o piauiense, Professor Camilo Filho, já apresentado ao longo da escrita desta tese.

A maior parte de seus colaboradores e técnicos era formada de pessoas ligadas à UnB, as quais alardeavam sempre o discurso de uma universidade reformada cujo modelo estava sendo transportado para o Piauí, apresentando o mesmo discurso do Governador. Hélio Ulhôa, ao analisar a sua gestão, anos depois, reconheceu quão generoso aqueles sujeitos foram, ao acatarem seu ritmo estranho de gerir a coisa pública, em razão da importância dispensada à obra ensejada, e considerou que a necessidade de imprimir eficiência em seu trabalho e que a nova política educacional requeria uma ampla reforma, mas suas relações

interpessoais poderiam ter sido mais afáveis. Ademais, os recursos existiam.

Contudo, a política educacional determinava a prática da racionalização de suas administrações, de modo que recebiam os princípios da Reforma com orientações expressas de como executar tais ações, e talvez a inexperiência de avaliação de gestão fizesse-lhe desconhecer, na equipe do Piauí, possibilidades de contribuir na missão que viera executar. No caso específico da Universidade do Piauí, os indicativos recaiam sobre a importância social de uma moderna universidade no estado do Piauí. O fato era reconhecido pelo Governo Federal, que estava disposto a investir na implantação do projeto Universidade. Assim sendo, não se negava disponibilizar recursos e apoio político para colocá-lo em prática, atendendo as solicitações do Governador Alberto Silva, enviando um professor da UnB.

Talvez o cuidado de Hécio Ulhôa Saraiva, em manter o controle do acesso dos representantes piauienses nas assessorias da UFPI, possa ser entendido nas entre linhas das palavras proferidas no seu discurso, ao assumir a Reitoria, quando afirmara que aceitara a missão do Ministro da Educação com a motivação de contribuir com o governo da Revolução na implantação de um sistema educacional adequado às reais necessidades do desenvolvimento socioeconômico e político do Piauí. Acrescentou que a “universidade moderna deve estar voltada para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional”, e, neste contexto, o aluno é o seu elemento básico (Jornal *O Estado*, 15 de junho de 1971, p. 2).

Hécio Ulhôa também forneceu depoimento a Bello (1980) acerca de sua trajetória frente à implantação da Universidade Federal do Piauí, nos termos a seguir:

Confesso que a primeira vez que fui ao Piauí e naquela área do Brasil, foi no dia em que cheguei lá para tomar posse (*na Reitoria*), em 23-6-1971. No início foi bastante difícil. Na verdade, a minha ida implicava na substituição de um reitor que batalhou muito pela implantação da universidade, o professor Robert [...] eu tinha 29 anos [...] não tinha nenhuma experiência política e com isso realmente alguns conflitos e alguns desacertos aconteceram [...].

Contudo, ao iniciar seu trabalho de gestão, Hécio Ulhôa teve que tomar atitudes muito além de contingenciais, priorizando seu Plano de Ação, conforme confessou na entrevista a Bello:

Uma das primeiras providências foi sair do Seminário (*onde funcionava a reitoria provisória*) porque aquilo implicava uma solução em longo prazo [...]. Em segundo lugar, eu fiz um ato que não repercutiu bem, foi um ato que custou politicamente muito, mas hoje (1980) estou consciente de que foi um ato extremamente importante para a modernização da universidade. O ato que fiz foi anular totalmente todos os enquadramentos anteriores feitos, de todos os professores da universidade. [...] eu acho, hoje, que somente um rapaz de 29 anos poderia ter feito um ato desses em plena Teresina de 1971. Mas estou convencido de que a inabilidade política do ato foi somente de seriedade na constituição do corpo docente daquela universidade [...].

Na mesma entrevista, disse enfaticamente:

Foi, talvez, por causa desse ato que foi possível deixar a Universidade Federal do Piauí em 1974 com 63 professores com Mestrado. Esse ato, e mais alguns da mesma natureza, realmente não me ajudaram muito na minha integração à sociedade local, mas acredito que ajudaram muito a Universidade [...].

Hélcio Ulhôa, no final desse depoimento a Bello, lembrou ainda mais alguns fatos relevantes incorridos durante seu reitorado:

O processo de mudança para a Ininga (*atualmente Campus Ministro Petrônio Portella*) também foi outro problema sério. Pessoas acostumadas - tanto professores como alunos - a irem às aulas em local perto de suas casas - resistiram à mudança [...] (*grifo nosso*). Houve reação à mudança de [...] unidades. Houve reação em se aceitar a nova estrutura da universidade. Por exemplo: a Faculdade de Direito, passou a ser um Departamento do Centro de Ciências Humanas. Isso no momento foi traumático [...]. A minha saída foi no fim do governo Médici, em que saiu o Ministro Jarbas Passarinho, nessa época eu fiz uma lista sêxtupla e o término do Governo foi nomeado outro Reitor *Pró-tempore* (BELLO, 1980, 477-478).

O Ato, que gerou o grande conflito, trata-se da Resolução nº 15/1971, que, a princípio, anulou totalmente todos os feitos anteriores sobre todos os professores da Universidade, porque não concordava que, na Universidade, um Professor Titular não possuísse título compatível ao cargo, ou ministrasse aulas fora de sua área de estudo. Este foi o quadro que o novo Reitor encontrou em Teresina. Embora não pareça, muitos pontos de discórdias estavam minando a sua capacidade de gestão, pois verifica-se que o próprio Hélcio Ulhôa, no depoimento a Bello, reconheceu que as suas tomadas de decisão não agradaram ao corpo docente da universidade.

Ronaldo Marques, em entrevista a esta pesquisadora, afirmou que o primeiro grande embate, travado entre a equipe que veio de fora e os docentes das ex-faculdades, ocorreu porque o Reitor Hélcio Ulhôa não aceitava que os professores sem titulação tivessem sido promovidos a titular no ato da Criação da UFPI, em

1968, “Desembargadores e Juízes eram Professores Titulares, mas sem titulação” (MARQUES, 2009).

Aplicando-se a essência da Lei 5.540/1968, era determinante o profissionalismo nas categorias de professores, assim como a qualificação pertinente a cada uma dessas categorias. Portanto, aquela medida, tomada pelo Reitor pró-tempore, retroagiu contra o que havia sucedido com a criação da UFPI e incorporação das faculdades. Esse ato da Reitoria, que, considerando a Lei, seria correto, para os professores foi considerado uma medida parcial. Mais tarde, professores que se consideram injustiçados entraram na Justiça, e, depois de um longo processo, foram indenizados. Este assunto foi declarado pelo próprio Reitor, quando tratou sobre os primeiros atos tomados ao assumir o reitorado, o qual considerou ter tido tal atitude por inabilidade política e/ou atitude autoritária, mas que considerou necessária para a razão primeira, ao que veio realizar no Piauí.

Há registros, ainda, sobre um embate com o grupo da Faculdade de Medicina, tendo à frente o médico Zenon Rocha, que, no final, chegou a ser demitido da direção da Faculdade e de sua Cadeira de Professor, na qual era catedrático. Essa situação suscitou grande repercussão na sociedade, sendo tema para a imprensa local, cujas decorrências do caso impulsionaram a demissão do Reitor. Zenon Rocha, apresentado no primeiro capítulo, implantara a Faculdade de Medicina e fazia parte do grupo dos primórdios da criação da UFPI. Além do mais, Zenon Rocha era amigo de Petrônio Portella, um político que crescia aos olhares do Regime Civil-Militar. Por outro lado, aquele que fora nomeado governador da Ditadura, “parecia perder para facções a batalha interna pelo controle do Estado que Alberto Silva jamais ameaçara” (FONSECA, 1998, p. 156).

Hécio Ulhôa Saraiva prosseguiu em seu discurso dizendo que a universidade moderna busca novas soluções de currículos para novas profissões e especializações, passando a se constituir em um novo modelo de instituição, cuja gestão é centralizada, na qual todos estão integrados em uma única política educacional. Desse modo, afirmara o Reitor: “é hora de união de esforços de todos”. Na oportunidade, o Reitor apresentou a equipe da Universidade de Brasília que veio colaborar na implantação da Universidade Federal do Piauí (*O ESTADO*, 25 de junho de 1971, p. 2).

Após a instituição da UFPI, foi criada a AAUU – Assessoria para Assuntos de

Arquitetura e Urbanismo, que foi constituída por técnicos da UnB, os mesmos que acompanharam o Reitor para instalação da Universidade. A equipe era composta por três arquitetos professores, sendo um sênior, Vasco de Melo, e dois juniores, Lourival Resende e Ronaldo Pinto Marques. Sobre o início das instalações da UFPI, Ronaldo Pinto Marques, que foi professor da UFPI durante 26 anos, recorda o seguinte:

Após assumir o governo do Estado e observando as questões políticas internas, Alberto foi à Brasília [...] acreditava que caso a responsabilidade sobre a entregue fosse para uma equipe de fora, apaziguar-se-iam as desavenças ocasionadas por políticas locais. [...]. O MEC indicou a UnB e sob a sua responsabilidade os serviços foram iniciados no Centro de Planejamento da UnB, e concluídos em Teresina. A UnB, além de responsável pela execução desses serviços, como assessora [...] acatou a escolha da área de implantação do Campus da Universidade, o Campus da Ininga.

O Professor Ronaldo Pinto lembra:

[...] A UnB além de mandar a equipe do Ceplan, foi responsável pela organização das áreas de Planejamento Físico, Didático Pedagógico, Jurídico, Financeiro, e de Recursos Humanos da UFPI [...]. Eu era instrutor [...] trabalhava no Ceplan e dava aula no Curso de Arquitetura. [...]. Fui Coordenador do Curso de Arquitetura da UnB, por isso a minha inclusão na equipe, e ter sido o primeiro a ser enviada a Teresina, para fazer o levantamento urgente das condições para funcionamento da Universidade.

E na conclusão do seu depoimento o Professor Ronaldo Pinto disse:

Quando nós chegamos aqui em Teresina a situação era caótica. Encontramos os prédios das faculdades em estado de depredação. Mesmo a faculdade de Direito, que estava em melhores condições [...]. Mas, iniciamos pela FAFI, porque o prédio era o maior de todos e tínhamos que implantar os Cursos da área de educação, e com urgência, pela necessidade de melhorar a qualidade dos professores do Piauí. Veja a situação da educação no Estado: não havia em todo Estado um curso de educação, licenciaturas. [...] Estou falando sobre isso para você ver as distorções naquela época: Engenheiro dava aula de Matemática, Advogado dava aula de Português, Médico dava aula de Biologia, isto são exemplos [...]. Enquanto isso, a equipe que permanecia em Brasília estudava um projeto para UFPI [...] (MARQUES, 2009).

Pelo que se pode identificar, através dos depoimentos, o movimento para a implantação da UFPI ocorreu nos limites das relações de conflitos entre os grupos que lidavam com interesses opostos, ocorrendo constantes debates entre os servidores da esfera pública e estatal. Ronaldo Marques, em depoimento a Bello

(1980), apresentou crítica no que se refere aos interesses pela criação da Universidade, pois, no que se alude a busca por liberação de recursos para projetos de investimentos, o depoente considera que trata muito mais de uma ação política do que uma ação técnica. Assim, recrimina a atuação dos políticos do Piauí, que, embora fossem contra o Reitor, deveriam visualizar, primeiramente, os interesses do Estado, mas, na verdade, não funcionava assim.

Reafirma Ronaldo Marques que, comumente, quando um Reitor saía à busca de recursos para sua Universidade junto ao Governo Federal, a bancada do Estado abraçava a causa, mesmo que pertencesse a partidos políticos opostos. No caso do Piauí, o Reitor seguia sozinho. Havia, no entanto, independentemente da espera de apoio político, muitas coisas a serem realizadas, e foram, naqueles cinco primeiros anos de criação da Universidade, as quais dependiam de recursos volumosos para, por exemplo, dotar o Piauí de meios, como o trabalho dessa gama de pessoal especializado, para gestar o ensino de primeiro e segundo grau. Sobre esse assunto, Ronaldo Marques disse:

Os outros Estados têm políticos que se mexem. No Piauí têm políticos que não se mexem. Em Brasília [...] é uma briga muito desigual para assegurar recursos, visto que as outras Universidades vão recheadas de políticos. E a Universidade do Piauí tem lutado só [...]. E uma Universidade nova, a do Piauí. Está num Estado tremendamente político. Um Estado que está num regime assim do século passado, meio feudalista e isto tudo influiu na própria criação da Universidade.

E em seguida concluiu:

[...] O Brasil é um país onde a política impera [...] e o Piauí, eu acho, ganha todos os estados brasileiros nesse tipo de política [...]. Porque é muito difícil você lutar contra um tipo de política que está arraigado no Estado. O Piauí é, praticamente, domínio de quatro ou cinco famílias políticas. Elas brigam entre si, volta e meia, estão de braços dados (MARQUES, 2009).

Ronaldo Marques deixa claro sobre o que seria esperado de apoio dos políticos piauienses no que se refere a angariar recursos para aplicar na Universidade. De qualquer modo, Hécio Uihôa Saraiva aplicou os ditames da Lei 5.540/1968 e materializou um modelo organizacional universitário alinhado às da Reforma da Educação, sem perder de vista os inúmeros embates travados pelo poder na e sobre a UFPI.

No discurso e na prática de Hécio Uihôa aparece visivelmente essa

disposição, um pouco próximo da habilidade norte-americana de fazer universidade. As incoerências se acentuam com a atuação, aparentemente não tutelada, isto é, no sentido de não aceitar proposições de outros “donos do poder local”, a não ser do próprio governador, este sendo delegado do regime vigente, e levado a resultado contrário de certos interesses locais pelo Reitor que veio de Minas Gerais. Essas disputas chamam a atenção, como espécie de contraprova da magnitude das trocas que a interface FUFPI – estruturas de Poder do Piauí é capaz de dar ensejo (FONSECA, 1998).

A troca de reitores nunca foi aceita como uma boa estratégia do Governador Alberto Silva, uma vez que Robert Wall de Carvalho, maranhense, radicado no Piauí, Desembargador e Diretor da Faculdade Federal de Direito do Piauí, na qual era professor catedrático e da antiga militância no ensino superior do estado, quando escolhido, não teve seu nome bem acatado por seus pares. E novo Reitor, Hélio Ulhôa, era um jovem de 29 anos, que jamais estivera no Piauí. Tal mudança foi recebida com resistências variadas, poucas possíveis de reconstituir, pela simples recapitulação do noticiário dos jornais.

Alberto Silva, depondo para Bello (1980, p. 511), sobre uma de suas metas de Governo, a Universidade Federal do Piauí, externou:

[...] eu lembrei-me de um fato que foi uma constante em meu governo: no ensino não pode haver interferência política, sob pena de quase imponham distorções em alguns casos, como é notório para quem acompanha a vida política de qualquer Estado. Para isso eu precisava de um reitor que não tivesse nenhuma ligação - nem familiar, nem política - com o Estado do Piauí [...]. Por isso, eu pedi novamente o concurso do Professor Azevedo e obtive dele um Comandante. Ele disse (*Professor Azevedo*): Não arranjo só o homem [...]. Ele *me deu* o Professor Hécio Ulhôa Saraiva [...]. Eu levei para lá (*para o Piauí*) com a seguinte condição: não vai haver interferência política. O senhor não receberá um bilhete meu pedindo para colocar *A* ou *B* [...].

E na continuidade do seu depoimento, revela:

[...] Minha preocupação foi examinar o Estatuto da Universidade, recém-aprovado, e submeter esse Estatuto a uma equipe que eu considerava altamente capaz de analisar a Universidade conquistada à duras penas por governos anteriores e por políticos que me antecederam. Agora a minha é esta: no dia em que o Hécio saiu da função de Reitor a partir dali começou a haver a interferência política [...]. Por isso eu lamento profundamente que tivesse sido demitido o professor Hécio por pressão política e tivesse sido substituído politicamente, a partir daí instalou-se na Universidade do Piauí o sistema político de nomeação e proteção. Volto a dizer: eu lamento [...] que

a universidade que *eu sonhei* e que *eu implantei* no Piauí, tenha sido totalmente desvirtuada e hoje (1980) não seja mais do que um cabide de empregos (et. seq.).

Alberto Silva traz em seu discurso presente/passado, o político do tempo, quando discorre que sua atuação de governo era “técnica e não política”. E nesse próprio discurso é que manifesta; “a universidade que eu implantei com tanta eficácia a ingerência do político”. Aliás, afirmar que uma universidade nasça e viva sem “interferência política é pura retórica de um tempo”, conforme externava Alberto Silva (FONSECA, 1998, p. 153-154). Ao contrário, a UFPI foi desenhada tendo por base os preceitos ditados de um tempo histórico, de um tempo político de restrições, cuja matriz residia no controle através de Atos Institucionais severos, sob o auspício de um governo controlador.

Senão, por que demorar tanto, cerca de cinco anos, para nomear o Conselho Diretor da UFPI, ou por que não se nomeara o Padre Raimundo José Airesmoraes a membro desse Conselho, quando se havia acertado o seu nome como representante da Faculdade de Filosofia, no ato de constituição da Universidade? Até que ponto havia a liberdade de escolha de Reitores, uma vez que as nomeações destes ocorriam por indicação diretamente do Governo Federal? Ou não havia liberdade, visto que os próprios governadores e prefeitos das capitais eram também indicados?

Lembrando as nomeações, Camilo Filho afirma que Hécio Ulhôa Saraiva incorporara a visão da Universidade de Brasília, visão que perseguiu para a construção da UFPI. Segundo esse professor, Hélio Ulhôa Saraiva lutou obstinadamente e obteve do governador a área da Ininga, local onde está instalado o Campus Petrônio Portella, anteriormente “Campus da Ininga”. Considerado homem de boa vontade no conceito de Camilo Filho, Hélio Ulhôa tinha transito livre dentro do governo em Brasília, o que facilitou a aquisição dos recursos de orçamentos anteriores, obtendo, assim, o montante de CR\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), cerca de U\$ 566.251,42, considerado uma boa soma no ano de 1971, que foram aplicados na infraestrutura básica e na construção dos primeiros galpões, nos quais se instalaram as primeiras salas de aula da UFPI.

Quando, em 1974, Hécio Ulhôa Saraiva foi exonerado do Cargo de Reitor da UFPI, já haviam sido construídos quatro galpões, e a infraestrutura da área de

serviços gerais estava iniciada. Para o ano de 1974, havia um orçamento de CR\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de cruzeiros), ou seja, U\$ 2.524.455,66 (valor estimando pela cotação média para venda do dólar, nos meses janeiro, fevereiro e março) e, no final daquele mesmo ano, esse orçamento foi elevado para CR\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzeiros), cerca de U\$ 4.641.004,64 (pelo preço médio de venda desta moeda, pelos meses de outubro, novembro e dezembro).

Sob o ponto de vista do Professor Camilo Filho, com a saída do Reitor Hércio Ulhôa Saraiva, constatou-se o que ele trouxera para o Campus, e que incutiu a todos que formavam o compus, uma nova ideia dimensional de universidade. Ele foi o pioneiro, aquele que trouxe para o campus e passou para todos os seus assistentes e colaboradores a ideia de que este conceito de universidade tem uma conotação especial, isto é, existe em um determinado espaço, e que o campus é o local em que se vive, convive e se constrói o amanhã (CAMILO FILHO *apud* BELLO, 1980, p. 536).

6.2 Tratativas sobre condições de trabalho do professorado da UFPI

Os professores das Faculdades Isoladas, após a negociação que resultou na incorporação pela FUFPI, para instituir a UFPI, ficaram cientes que, após o ajuntamento, e os ajustes requeridos, eles passariam a compor “O Quadro de Professores da Universidade Federal do Piauí”. Também foi declarado, na época, que o processo de criação da FAPI – Faculdade de Administração do Piauí, em Parnaíba, ocorreria concomitantemente ao processo de criação da UFPI. Contudo, com a chegada do novo Reitor, nomeado pelo Governo Federal, juntamente com a nomeação de Alberto Silva para Governador do estado, os professores locados em Parnaíba ficaram tão apreensivos quanto os das Faculdades de Teresina com a nova situação.

No capítulo primeiro, ao se tratar acerca do assunto Faculdades Isoladas e Professores, também se discorreu sobre o acerto entre a FUFPI e a FAPI, cujas condições negociadas foram que a FAPI deveria permanecer em Parnaíba após o processo de incorporação das referidas Faculdades pela UFPI. No entanto, o Reitor Hércio Ulhôa Saraiva tomou posse e adotou iniciativas através de atos normativos

para dar aplicação da Lei 5.540/1968, com atos que o próprio reconheceu como “duros”, mas que considerou extremamente importantes para a modernização da universidade, embora não fosse a melhor estratégia, na visão dos professores envolvidos nessas ações.

Importa destacar que, em 27 de novembro de 1968, foi instituída a Lei nº 5.539, que alterou, em parte, o Estatuto do Magistério Superior. No ano seguinte, a Lei nº 5.540/1968 traria, nos incisos I a III, do seu art. 2º, a classificação do pessoal docente em três tipos: “*integrantes das classes do magistério superior*”; “*professores contratados*” e “*auxiliares de ensino*”. Os cargos do magistério teriam as classes de Titular, substituindo “Catedrático - Adjunto - Assistente”. A lei ainda estabelece que “*distribuição de pessoal docente pelas atividades de ensino e pesquisa*” seria feita através dos *departamentos*, aos quais competiria *à organização de seus programas, distribuir os trabalhos de ensino e pesquisa, de forma a harmonizar os interesses do departamento e as preocupações científico-culturais dominantes do seu pessoal docente*, conforme os art. 4º e 5º, parágrafos únicos. (BRASIL, 1968, grifo nosso).

A referida lei dispôs, também, em seu art. 5º, que haveria “apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio de integração entre ensino e pesquisa” (BRASIL, 1968), mesma redação dada pelo parágrafo 1º do art. 32. Outra inovação constante desta Lei refere-se, no art. 16º, alíneas a e b, ao regime de trabalho do pessoal docente de nível superior que abrangeria duas modalidades: “de dedicação exclusiva” e “em função do número de horas semanais” (BRASIL, 1968).

Para acompanhamento e gestão interna das atividades, a nova Lei determinou, em seu art. 19º, que, em cada universidade, haveria “*uma Comissão Regular do Regime de Dedicação Exclusiva – COPERTIDES, constituída na forma prevista nos respectivos estatutos, incluindo um representante do corpo docente*” (BRASIL, 1968, grifo nosso).

A evolução normativa desse assunto continuou com a edição do Decreto-Lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969, que estabeleceu normas complementares à Lei nº 5.539/1968, modificando-a em alguns dispositivos. Merece destaque o art. 10º, com a nova classificação do pessoal docente de nível superior em dois grupos “*os professores integrantes da carreira do magistério e os auxiliares de ensino*” (BRASIL, 1969a, grifo nosso).

Na mesma data, foi editado o Decreto nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969,

que tratou especificamente da questão do regime de trabalho. Foram, então, no art. 1º, “*aprovadas as bases do programa de implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, para a carreira do magistério superior federal*” (BRASIL, 1969b, grifo nosso), sendo instituída, no art. 4º, uma Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – COMCRETIDE, reforçando no seu art. 6º a necessidade de criação das já referidas COPERTIDES. Nesse decreto, foi identificado que o regime de trabalho seria segmentado em categorias, de acordo com o regime de horas trabalhadas: “*regime de 12 horas semanais efetivas de trabalho*” (art. 3º, alínea ‘a’); “*regime de 22 horas semanais de trabalho efetivo, em turno completo*” (art. 3º, alínea ‘b’); e

regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em que será exigido o compromisso de trabalho em dois turnos completos, com um mínimo de 40 horas semanais, e o de não exercer outro cargo, função ou atividade remunerada, em órgão público ou privado, ressalvado o disposto no artigo 18 da Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 (BRASIL, 1969b, art. 3º, alínea ‘c’, grifo nosso).

A decisão do Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, de anular totalmente todos os enquadramentos de professores da universidade anteriores à sua posse, deixou o corpo docente recém-criado apreensivo. Ronaldo Marques analisa com mais profundidade a decisão intempestiva do Reitor, afirmando que, no seu ponto de vista, não é de estranhar que aqueles “professores da Faculdade de Administração tenham se sentido traídos por essa fusão que criou a UFPI, e a situação de lá não era diferente no que diz respeito à titulação” (MARQUES, 2009).

As preocupações dos professores, com relação à situação de Enquadramento de Pessoal determinado pelo reitor, aumentavam o grau de insatisfação e intranquilidade entre os professores em Teresina e Parnaíba. Na capital, os conflitos aumentavam em face de desagrado ocasionado pelas medidas “autoritárias” tomadas pelo Reitor Hécio Ulhôa. Em Parnaíba, o caso ainda era mais crítico, porque os professores sequer tinham um salário. Esses professores, após a Faculdade ser incorporada/federalizada pela UFPI, mesmo que eles desejassem manter vínculo empregatício com a Instituição, a UFPI não apresentava uma definição para o grupo insatisfeito.

Segundo Barbosa (2018), os personagens das ações institucionalizadas são pessoas humanas, assim sendo, é natural, na universidade, a existência de disputas “tipo a figuração estabelecidos e outsiders, seja na relação entre fundadores e não

fundadores, [...]” (p. 71), entre diretores das Faculdades Isoladas e a Reitoria que estava se constituindo, entre professores e a universidade, pois a nova gestão, na visão desses atores, não definia como seria a sua administração. Desse modo, na visão do grupo outsider, constituído por atores da UFPI,

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer (ELIAS; SCOTON, 2000, p. 23 *apud* BARBOSA, 2019, p. 71).

Ainda à luz da reflexão de Barbosa (2018), entende-se que uma universidade é uma realidade social erguida que adota um modelo “padrão institucionalizado há mais de um milênio, o qual sofre alterações na história, conforme as exigências do tempo e do espaço de ocorrência”, permanecendo sem mudanças em aspectos como o “compromisso com a produção e conservação do saber, com autonomia e universalidade”.

Diante dos conflitos de gestão, o Reitor Hécio Ulhôa, percebendo o clima entre universidade e professores, gerando atos publicados reacionários, em 16 de setembro de 1971, convocou a imprensa para dar uma entrevista coletiva, talvez com o intuito de diminuir a insatisfação no grupo de professores. Nessa ocasião, afirmara que havia um perfeito entendimento entre a Reitoria e os Diretores das Faculdades, assim, desmentindo a existência de clima de inquietude e insatisfação entre os professores. Informou que o corpo docente, em sua maioria, teria seus vencimentos aumentados. Enfatizou que o clima era de tranquilidade, uma vez que não havia recebido nenhuma queixa de professores. Assim sendo, na sua observação, era uma situação tranquila. Por outro lado, reconhecia como natural e justa a preocupação dos professores com as modificações que estavam ocorrendo em virtude do novo sistema de ensino da Universidade (*O ESTADO*, 16 de setembro de 1971, p, 2).

Ao mesmo tempo, os professores entendiam que o próprio vínculo, a eles apresentado, não oferecia quaisquer garantias de estabilidade, pois os Regimes TI-Tempo Integral e DE-Dedicação Exclusiva, determinada pela UFPI, não combinavam com os projetos daqueles professores, uma vez que a maioria deles já tinha situação

empregatícia e/ou atividades remuneradas definidas: eram empresários, trabalhadores autônomos, profissionais liberais, diretores graduados de empresas, cujas ocupações solicitavam suas presenças constantes, nos respectivos locais de trabalho.

Além do mais, esses professores não percebiam vantagens em aumentar carga horária de trabalho, pois a Universidade não sinalizava quais contratos seriam mantidos com esses professores, ou qual o tipo de vínculo. Por outro lado, a UFPI não estava oferecendo nenhuma proposta de estabilidade, pois até aquele momento não havia uma decisão confiável sobre uma condição futura para os professores, principalmente para aqueles lotados na Faculdade de Administração de Parnaíba, nesta altura já federalizada, passando a chamar-se FAUFPI – Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí.

Em outubro de 1971, o assunto sobre enquadramento de pessoal foi retomado pelos professores de Teresina e de Parnaíba. Na FAUFPI, o Diretor Cândido Athayde recebe o Memorando de nº 147/1971, de 19 de outubro de 1971, remetido pela Reitoria da UFPI, o qual instruía que, para o processo de enquadramento, os professores deveriam preencher formulários específicos, os quais não foram encaminhados.

Contudo, para o preenchimento dos referidos formulários, seria prudente que os professores conhecessem o teor da Resolução nº. 15/1971, que regulamentava a questão de contratação de professores para a UFPI, conforme normatizam os seus Artigos 1º, que institui o Quadro de Professores, com Tabela Salarial definida no Anexo, e o Artigo 4º, com o seguinte teor: “A distribuição dos docentes no quadro de Professores Colaboradores será processada através de Ato do Reitor, ouvida a direção da Unidade de ensino respectiva e condicionada à existência de vagas” (UFPI, 1971).

Há de ser lembrado que, em Parnaíba, ficou acertado que o professor José Néilson de Carvalho Pires, por ter uma viagem prevista para a Capital, no seu retorno traria a citada Resolução, e assim, esperava-se que essa parte do problema fosse solucionada. No entanto, em Teresina, a insatisfação aumentava, de modo que finalizou por ação judicial, mesmo que o Reitor apresentasse outra leitura da situação.

Em 3 de novembro de 1971, a Congregação em Parnaíba reuniu-se outra vez,

em sessão especial, para tratar sobre o enquadramento dos professores e preenchimentos dos formulários específicos sobre esse enquadramento, os quais seriam encaminhados à Reitoria. Entretanto, com o conhecimento do teor da Resolução 15/1971, somente o Mons. Antônio Sampaio optou pelo regime de trabalho em Tempo Integral, pois o restante optou pelo regime de 24 horas semanais.

Entretanto, na reunião de 22 de dezembro de 1972, o grupo de professores foi notificado que, de acordo com o Parecer do Reitor sobre o processo de Enquadramento, a classificação dos referidos professores, como Professor Colaborador, não foi aceita. Talvez as condições dos professores do Campus da Ininga fosse um pouco diferente, ou, porque não dizer, melhores do que a vivida pelos professores da FAUFPI, uma vez que os professores do Campus da Ininga tinham um contrato firmado, embora polêmico, pela nova conjuntura de funcionamento da UFPI, da qual esses professores passaram a fazer parte com a incorporação. Os professores da FAUFPI, embora essa faculdade tenha sido federalizada com a fusão, não tinham um contrato com a Faculdade de Administração, eram todos colaboradores, sem salário.

Em maio de 1972, o novo Diretor da Faculdade de Administração, Lauro Correia, reuniu-se com os congregados para prestar contas sobre o entendimento mantido com o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva acerca do caso em andamento, o enquadramento dos Professores no Quadro de Professores Colaboradores da UFPI, e sobre o qual se pronunciou, com base na decisão do Reitor, da seguinte maneira:

O critério adotado para classificação dos Professores no Quadro de Colaboradores da UFPI faz-se pelo *Curriculum Vitae* de cada professor e que, no máximo, os professores da FAUFPI poderão atingir o segundo grau (colaborador II), porque, a partir do nível III era necessário que o professor tivesse desde Cursos de Pós-Graduação até Doutorado no exterior (REUNIÃO, 25-5-72).

Diante da indecisão do grupo em providenciar a documentação para o processo de enquadramento, o Diretor da FAUFPI, Lauro Correia, solicitou que eles dedicassem “um pouco de atenção para o caso, porque os documentos eram necessários para o processo de reconhecimento do curso, que estava em andamento” (CORREIA, L., 2009). Os professores prometeram estudar o caso e se posicionariam na reunião seguinte.

De acordo com as exigências da Reitoria para a formação do Quadro de Professores da UFPI, mesmo para os professores das Faculdades Integradas de Teresina, o perfil exigido estava difícil de montar, uma vez que os professores mais bem qualificados eram os da Faculdade de Medicina, que já contava, à época, com professores especialistas, mestre e até doutores; nas demais faculdades e, notadamente, na de Parnaíba, o perfil não correspondia à exigência do Reitor.

Enquanto os professores de Parnaíba lutavam para serem enquadrados, e a Faculdade reconhecida, os de Teresina embatiam para resolver a questão de tipo de vínculo e a criação do Conselho Diretor da UFPI. O fato é que, naquele período, as forças políticas e dirigentes concentravam mais esforços na realização de obras de infraestrutura da Universidade. O quadro de professor continuava sem muita atenção, e, por conta disso, os professores assumiam um volume maior de trabalho do que o suportável, afetando, em longo prazo, o resultado do trabalho de ensino nos cursos.

Embora interessados em manter o novo *status* de “professor universitário”, ao mesmo tempo, esses professores não se sentiam atraídos para a questão de aderirem ao sistema empregatício do “Regime de Tempo Integral”, principalmente pela baixa remuneração. O Professor Antônio de Pádua Emérito, Professor do Campus Petrônio Portella, conhecia o trabalho e o esforço dos professores de Parnaíba para manter viva a Faculdade de Administração, por isso, faz a seguinte interpretação sobre a problemática: “aqueles professores não exerciam a docência como profissão, mas como ‘bico’. Todos [...] ou tinham bons empregos ou eram empregadores em Parnaíba” (EMÉRITO, 2009).

No olhar de Passos (2003), a partir de 1977, houve preferência pelo Regime TI-Tempo Integral em relação ao DE-Regime, justificada pelo fato de os professores da UFPI continuarem desenvolvendo outras atividades fora do ambiente da Universidade. Fávero (1991) cita o Art. 37 da Lei 5.540/1968, destacando que a contratação no Magistério Superior seria mediante Contrato de Trabalho, modelo aplicado conforme a legislação trabalhista, mas, desse modo, o sistema TI acarretaria complicações mediante a acumulação dos empregos, especialmente porque, fora da Universidade era onde, na verdade, originavam as maiores receitas para a manutenção de despesas pessoais e domésticas dos professores. Sem contar que, segundo o discurso do Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, o número de

contratos nem sempre dependia da “vontade do Reitor”, mas dos recursos destinados à manutenção da própria Instituição.

Em Parnaíba, além do agravante de a maioria dos docentes não pertencer à área de concentração do curso, aconteceu de um professor ser contratado para ministrar, por exemplo, a disciplina Administração da Produção, em um período, e lecionar Inglês no seguinte. O fato está registrado na Ata da reunião da Congregação realizada em 2 de março de 1972, transcrito como segue: “o Diretor, Professor Lauro Correia tornou público a autorização dada verbalmente pelo Reitor para contratar um professor para ministrar a disciplina Administração da Produção, e no segundo semestre a disciplina Inglês, do Primeiro Ciclo Geral de Estudos” (PCGE).

O fato exposto retrata como eram grandes as dificuldades de recursos humanos e como se destacava o agravante da escassez de mão de obra especializada para atender as especificidades do curso, juntamente com as necessidades preparatórias de indivíduos para o mercado de trabalho, tendo, então, os estudantes de acomodar-se com um orientador profissional que concordasse em desenvolver uma prática tão distante da preparação acadêmica na qual se formara.

A questão do enquadramento de professores tornou-se um processo que merecia urgência na definição, mas, por razões que não justificaram totalmente, a ação de finalizar esse processo necessitou de longa duração, até chegar a um acordo. E foi, provavelmente, pensando pela lógica da real necessidade de qualificação dos docentes, que o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva emitiu o Ato.

Sobre as normas de enquadramento de professores da UFPI, o Professor Antônio de Pádua Emérito revisa as suas reminiscências, relativas ao período em que ingressou como professor na UFPI, Campus da Ininga, embora a sua ascensão não se tenha configurado aos mesmos moldes da situação dos professores da FAUFPI, na época, a essência dos fatores condicionantes para seu ingresso na UFPI foram especialmente considerados, conforme ele próprio relata:

Eu [...] tinha uma bolsa de estudos pela antiga faculdade de filosofia; essa bolsa foi concedida através de convênio entre a faculdade e a SUDENE. Como Colaborador I [...] concluí meu curso de graduação em Recife (PE) em 1970. No começo de 73 eu vim a Teresina [...] e o então o Reitor, Professor Hécio transformou a minha bolsa num contrato como professor. Àquela época nós tínhamos o quadro de Professor Definitivo e o de Colaborador. Eu fui admitido. [...] eu já havia concluído todos os meus

créditos de mestrado (faltava somente a dissertação), [...] o Prof. Hécio transformou meu contrato de Colaborador para Colaborador III (EMÉRITO, 2009).

Segundo os registros em Atas da Congregação, aqueles professores não enquadrados na função receberam explicação do Reitor sobre o assunto e permaneceram desenvolvendo as suas atividades, talvez na expectativa de, pelo menos, manterem a faculdade ativa, o que era o objetivo primeiro e ainda está presente no imaginário das pessoas de Parnaíba: pois todas, ao serem perguntados sobre o assunto, ainda repetem que “os professores trabalharam dois anos de graça, o ensino superior aqui foi assim”. Esta foi a realidade “dada a ler” pelos parnaibanos, como diria Chartier (1988).

O Professor Antônio Emérito recorda que, quando a UFPI foi constituída, muitos dos professores da Faculdade de Odontologia e de Direito foram enquadrados como “titulares, sem possuírem titulação”. Sobre os professores radicados em Parnaíba, o professor Emérito explicou do seguinte modo: “Os de lá, embora sem “títulos”, deveriam ser enquadrados legalmente, pois, à época, uma Regulamentação do MEC previa que, no caso de professores fundadores de curso, eles tornar-se-iam automaticamente Professores Titulares. Isso foi o que aconteceu com professores do curso de Odontologia, em Teresina” (EMÉRITO, 2009).

No entanto, a forma de o Reitor Hécio Ulhôa gerir a coisa pública aparentemente não convinha com os métodos habituais, na época, quando os servidores nas entidades públicas, na maioria das vezes, conseguiam um contrato por indicação política. Na UFPI, o Reitor passou a exigir um currículo compatível conforme o exigido na Lei 5.540, mas, no Piauí, o perfil dos professores da UFPI, naquele início, não era compatível às exigências da Lei. Vale destacar que os professores que apresentavam qualificação “mais alta”, isto é, o mais próximo do perfil estabelecido, era o quadro de professores da Faculdade de Medicina, que já havia professores portadores de títulos de mestre e doutor. Essa foi a forma de como, por exemplo, o Professor Antônio de Pádua Emérito se investiu no cargo de professor dessa Universidade.

Entretanto, tanto o Arquiteto Ronaldo Marques quanto o Professor Antônio de Pádua Emérito, cada um a seu modo, observaram o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva e construíram, a partir de suas observações, um perfil comum do gestor. Embora lhes

reconhecendo a competência, por outra parte dão a sua análise do perfil do Reitor: “parece que a função do cargo lhe investiu de autoritarismo”, pois Emérito, mesmo reconhecendo a importância das realizações administrativas do Reitor, reflete que, se ele foi injusto para com os professores das faculdades de Teresina, com o grupo de Parnaíba, ele foi ainda muito mais duro, e assim analisa:

[...] Você não pode chegar e destruir todo um trabalho realizado (comentário acerca da falta de titulação dos parnaibanos). Ele (Hélcio) tinha feito doutorado no exterior e primava pela qualidade. Mas lá em Parnaíba aqueles caras, aqueles senhores, criaram com muita boa vontade, criaram o curso para fazer certo: manter os jovens na cidade porque muitos deles não podiam sair. Eles fizeram com a melhor das boas vontades. E quando você cria uma faculdade com esse objetivo, uma instituição para melhorar a cultura do lugar, isso deve ser reconhecido (EMÉRITO, 2009).

Mesmo que aqueles senhores/professores buscassem para si a importância do gesto de criar uma Faculdade com o discurso de possibilitar a formação da “juventude”, promover a sua permanência na cidade e formar mão de obra com o discurso, sua intenção nada mais era do que formar mão de obra barata para manter suas organizações, de modo que melhorasse a eficiência e a qualidade de suas empresas. Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer o trabalho árduo que eles tiveram para criar uma faculdade em Parnaíba.

Em relação a essa ação considerada injusta para com o grupo de Parnaíba, Ferro (1996, p. 71) afirma que, na sociedade brasileira, “do ponto de vista político, a educação é importante e prioritária [...] em busca de uma efetiva justiça social” e de qualquer modo, mesmo que a intenção primeira daquele grupo fosse outra, sem dúvida, o resultado foi de fato a construção dessa justiça.

Em setembro de 1972, Hélcio Ulhôa Saraiva visitou Parnaíba pela primeira vez, juntamente com o Diretor Administrativo da UFPI, Dr. Benjamin Fiúza Neto. Entre os assuntos em pauta estava precisamente a questão do Enquadramento de Professores. Nesse encontro, foi solicitado aos professores cópias de *Curriculum Vitae*, para dar continuidade ao processo de enquadramento.

O Reitor, na sua visita a Parnaíba, apresentou mais uma novidade: a partir no ano de 1973 seria aberta a “Livre-Docência”, que se destinava, especialmente, aos professores que tivessem mais de 10 anos na Profissão de Professor e cinco anos no exercício do Magistério Superior, até o ano de 1969. Essa informação deixou cada vez mais distante a possibilidade dos membros do grupo de Parnaíba

tornarem-se professores efetivos da Entidade, porque nenhum deles se enquadrava no perfil determinado pelo ato do Reitor, pois todos esses professores iniciaram a carreira de magistério no ano de 1969, trabalhando voluntariamente na FAPI.

Do grupo de professores de Teresina, nem todos poderiam pleitear a livre-docência, porque somente alguns se enquadravam no perfil desenhado no Ato do Reitor, que eram os professores oriundos das Faculdades de Direito e de Filosofia, e alguns da Faculdade de Medicina, que ministraram aulas nas Faculdades de Filosofia, como, por exemplo, o Médico Lineu Araújo.

Em maio de 1973, o assunto Enquadramento voltou à mesa de discussão na Congregação. O procedimento, solicitado pela Reitoria à Diretoria, mais uma vez, foi o pedido de *curriculum vitae* dos professores, via correspondência tipo Ofício. Nesta reunião, também apreciaram as tabelas de pagamento, e foi lido um ofício encaminhado pelo Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Prof. José Camilo da Silveira Filho, com a relação dos Professores com Salários Especiais, no valor de CR\$ 1.380,00 (mil trezentos e oitenta cruzeiros) (equivalente a 6,5 Salários mínimos). Em 22 de fevereiro de 1974, a questão enquadramento veio à tona novamente, quase um semestre depois. Desta vez, os professores deveriam assinar o requerimento de enquadramento e anexarem os seus currículos devidamente comprovados para serem remetidos para a Reitoria em regime de urgência, conforme Of. 03/1974 de 16 de fevereiro de 1974, do Diretor do CCHL/UFPI.

Ao assumir o cargo de Reitor, na sua agenda de trabalho não havia análises *a posteriori*, mas ações que exigiam tomadas rápidas de decisões, formulações de política educacional da universidade e, por que não, habilidade técnica para aplicação dos conhecimentos teóricos acumulados durante anos de estudos. O cargo exigia que o Reitor organizasse linhas de comunicações de modo a permitir um largo fluxo de informações entre as várias áreas do conhecimento. De outra maneira, não ajudava a velha estrutura universitária, caindo por terra o *status* da cátedra e a implantação de departamentos e centros que os integravam, substituindo a Faculdade.

Destaca-se que é a partir do primeiro ano da gestão do Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, com a implantação da Reforma Universitária, que o ensino superior no Estado do Piauí apresentou desenvolvimento real, uma vez que, em 1971 existiam

apenas 7 cursos de graduação e 1.037 alunos matriculados, enquanto que, ao ser exonerado do cargo, em 1974, existiam 22 cursos e 2.197 matrículas, de acordo com o Plano Global de Desenvolvimento de 1972-1982 (BELLO, 1980, p. 444-447; PASSOS, 2003, p. 216-221).

No entanto, embora houvesse ocorrido esse aumento significativo, tanto em número de cursos como em número de matrículas, o “ensino de graduação apresentou notáveis índices de crescimento, em termos quantitativos, porém o mesmo não se pode dizer acerca da qualidade”, porque, motivada por atender à grande pressão local por mais vagas, a FUFPI não teve a condição necessária para oferecer aperfeiçoamento do seu corpo docente, nem para adequar os espaços físicos e fornecimentos de matérias para suprir as solicitações mais urgentes.

Em 5 de março de 1974, Hércio Ulhôa Saraiva foi exonerado do cargo de Reitor, pela Portaria nº 94, publicada no DOU, em termos do Art. 14, Parágrafo Primeiro do Estatuto da UFPI, e assume em seu lugar o Vice-Reitor, Mariano Gayoso Castelo Branco, permanecendo apenas por 10 dias, quando assume a função de Reitor Pró-Tempore o Prof. José Camilo da Silveira Filho, que permaneceu no cargo por 9 anos, ou seja até o ano de 1983. Para os professores da Faculdade de Parnaíba ainda não havia chegado uma definição sobre o enquadramento.

Em agosto de 1974, chegou nova notícia sobre o assunto, declarando que não passaria daquele mês, mas foi somente em 13 de setembro de 1974, através da Resolução nº 27, de 23 de agosto de 1974, que o Diretor da FAUFPI, Lauro Correia, deu ciência aos companheiros sobre o processo de enquadramento, dizendo que, segundo informações do pessoal da UFPI, essa Resolução beneficiava inclusive, e especialmente, os professores da FAUFPI. Pelo teor da comunicação, entendeu-se que o caso era igual para os demais professores da UFPI.

Em reunião no dia 4 de dezembro de 1975, foi tratado sobre a questão de Acumulação de Cargos. Neste caso, os professores deveriam fazer opção de trabalho, isto é, deveriam encaminhar para a UFPI os formulários sobre acumulação de cargos devidamente preenchidos, anexados aos Atestados de Vida e Residência e Idoneidade Moral para, posteriormente, serem entregues à comissão de enquadramento. Como razão para agilizar os trâmites do processo, Lauro Correia providenciou, junto à Delegacia de Polícia local, todos os atestados de idoneidade,

para que a documentação fosse logo enviada, com urgência, no malote que seguia para Teresina (CORREIA, 2009).

6.3 Infraestrutura da UFPI

A Universidade Federal do Piauí, em 1971, possuía dois terrenos que haviam sido doados pela PMT–Prefeitura Municipal de Teresina: um localizado no centro de Teresina, e o outro na zona Leste, que media 400 m²; além dos terrenos das faculdades que foram incorporados à UFPI no ato de constituição da Instituição. A equipe de Brasília, responsável pela construção da estrutura física, verificou que a dimensão do terreno era insuficiente para a construção do que fora projetado para acomodar toda a estrutura da UFPI e dar-lhe funcionalidade, considerando, principalmente, que as instalações cogitadas deveriam atender às novas normas definidas no texto da Reforma Universitária, uma das quais afirmava que as edificações para comportar todo o funcionamento da Universidade deveriam ser encravadas em um único local.

Por outro lado, em termos de economia para o Estado, um espaço maior seria mais viável para o Governo estadual. Desse modo, Alberto Silva, juntamente com o Prefeito Joel Ribeiro e o arquiteto Raimundo Dias, sobrevoaram a cidade de Teresina a procura de um terreno que atendesse as características do projeto. Elegeram, assim, o que hoje é o Campus Ministro Petrônio Portella, antes Campus da Ininga. Conforme Ronaldo Marques, “não se conhecia o terreno, sobrevoaram a cidade, e lá de cima viram a curva do rio Poti e disseram: É ali o terreno” (MARQUES, 2009).

Hécio Ulhôa Saraiva, ao se mudar de Brasília para Teresina, nomeado Reitor da UFPI, trazia consigo um modelo de universidade que deveria seguir para a instalação da Universidade Federal do Piauí, a Universidade de Brasília, que, na época, deveria servir para disposição das novas universidades brasileiras. O Reitor, que vivia sob os ares e ritmos da Capital brasileira, aqui chegando, passou a perseguir obstinadamente a construção do campus, até que o Governador, juntamente com o Prefeito, conseguiu o terreno da curva do rio Poti.

O Reitor, rapidamente, obteve, junto ao Governo Federal, recursos de orçamentos passados; era um volume de recursos na ordem de CR\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), cujo valor, convertido em dólares, seria de U\$

566.251,42 (quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e hum, e quarenta e dois centavos), que, nos idos de 1971, representava, efetivamente, recursos para uma boa iniciativa. Tais investimentos foram empregados na tarefa de construção do Campus da Ininga, sendo usados na infraestrutura básica e na construção dos primeiros galpões. Na visão do Professor Camilo Filho, Alberto Silva e o Reitor demonstravam ter bastante pressa na execução da obra. Vale lembrar que esses dois atores não foram bem aceitos ao serem nomeados para gerirem as coisas públicas do Piauí, talvez por isso investissem tanto para fazer acontecer tal aceite.

Uma das metas do plano de governo de Alberto Silva era instalar a Universidade, tanto que, no seu primeiro discurso, ao apresentar o referido Plano, juntamente com o Reitor, afirmara que da Universidade emergiriam os técnicos para promover a modernidade do Piauí. O Reitor, embora não demonstrasse, percebia que a elite teresinense, no local onde passaria a residir, tinha-lhe como *persona non grata*.

Em dezembro de 1972, na coletiva com a comunidade universitária da UFPI, o Reitor apresentou as providências para a construção do campus, que refletia os prosseguimentos da Reforma Universitária. O grupo de Parnaíba, após a Faculdade ser federalizada pela UFPI, ansiava pela construção de um espaço próprio e adequado, pois, até aquele momento, funcionava de modo precário, em dois ambientes cedidos/alugados. A pressa também se justificava porque essa IES achava-se na iminência de receber fiscalização do MEC, uma vez que estava em processo de reconhecimento institucional. Contudo, segundo Ronaldo Marques (2009), a “cúpula da UFPI ainda não havia decidido o que funcionaria em Parnaíba. O grupo de Teresina defendia a opinião de que no momento, não deveria ser criado nenhum curso lá. Outros queriam transformar Parnaíba em uma cidade universitária”, isto é, os parnaibanos já vislumbravam algo muito maior para a cidade.

De acordo com o depoimento de Ronaldo Marques (2009), a meta da nova reitoria da UFPI era, na verdade, transferir o curso de Administração de Parnaíba para Teresina. No seu entendimento, esse curso, sendo instalado na Capital, tornaria mais fácil para que pessoas de outras cidades do Piauí escolhessem estudar em Teresina em vez se deslocar para Parnaíba, mesmo as daquela região.

Além do mais, era a capital. Entretanto, o grupo de Parnaíba não cogitava essa possibilidade. Reconhecia que, na época, a cidade apresentava as suas dificuldades, porém possuía os seus atrativos.

O Reitor, transferindo a Faculdade de Administração de Parnaíba para Teresina, tinha, como contrapartida, a implantação de cursos de Licenciatura em Parnaíba, posto que, na análise da Reitoria, esses cursos seriam mais necessários naquele momento, principalmente porque o estado já avançava no processo de interiorização do ensino ginásial e ensino médio. Instalando cursos de licenciatura em Parnaíba, a cidade seria elevada à categoria de Cidade Polo dos municípios da região norte do estado. Ademais, o Piauí era carente de muitas coisas, entre elas professores licenciados, o que já foi discutido nesse documento. Por isso, apresentava uma mão de obra precária, porém barata. Na visão de Hécio Ulhôa, a instalação desses cursos superiores contribuiria no fortalecimento da interiorização do ensino no estado. Entretanto, essa ainda era uma incógnita, até porque, mesmo em Teresina, os cursos de licenciatura ainda estavam sendo criados; por outro lado, o grupo de Parnaíba era resistente, e não concordava com tal possibilidade.

Em julho de 1971, foi criada, na UFPI, a AAAU – Assessoria para Assuntos de Arquitetura e Urbanismo, e a Diretoria de DIPRO – Projetos e Obras. Daí em diante, os Projetos para a UFPI, que antes tinham suas elaborações iniciadas na UnB, passaram a ser elaborados no Campus da Ininga. Com a implantação dessa assessoria, o grupo de Parnaíba visualizou maior possibilidade da criação do espaço da Universidade Federal do Piauí naquela cidade, e reivindicava um campus, vislumbrando a possibilidade de criação de novos cursos para o município.

O grupo parnaibano, percebendo as dificuldades do Reitor, na UFPI, em Teresina, em envidar esforços para implantação de uma estrutura que encampasse a FAUFPI, resolveu recorrer à intervenção do Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, para, junto aos órgãos próprios financiadores, garantir os recursos para a construção da obra idealizada. Reis Veloso então liberou recursos no valor de CR\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), equivalentes a U\$ 154.992,548.

No entanto, surgiram problemas com a implantação da UFPI em Parnaíba, principalmente porque os recursos foram autorizados poucos meses antes do final

do ano de 1971, e a prestação de contas deveria ocorrer nesse mesmo exercício. De acordo com Ronaldo Marques (2009), “aí estava o problema”, visto que, para a implantação, dever-se-ia utilizar os recursos dentro do exercício. Para tanto, deveriam apresentar projetos que não estavam feitos. “A nossa equipe local era muito pequena, era formado de dois arquitetos, um engenheiro e quatro desenhistas, somente. Essa pressa fez com que fizéssemos um projeto completo, com infraestrutura, em um terreno praticamente desconhecido” (MARQUES, 2009).

Ainda acompanhando a narrativa de Ronaldo Marques sobre as dificuldades para dar conta da construção da infraestrutura da UFPI, em Parnaíba, reconhece-se que os obstáculos eram muitos, pois, além dos recursos disponibilizados para tal fim, que tinha somente uma pequena carência de menos de um semestre, há de se considerar outras questões, como, por exemplo, a distância entre a Capital e o local do empreendimento, ficando Parnaíba a 350 km de Teresina; tendo ainda as condições das estradas que ligavam a Capital aos demais municípios piauienses, neste caso a rodovia BR 343, que liga essas duas cidades, e que, em 1970, era muito precária. Ademais, a equipe da DIPRO, responsável pela construção, necessitava acelerar os trabalhos, em razão do tempo limitado e, além dessas dificuldades, a equipe responsável pela tarefa não conhecia a localização do terreno, então Ronaldo Marque (2009) rememora:

A primeira providência foi fazer a topografia, enquanto se concluíam os projetos e ao mesmo tempo licitavam-se materiais para construção das edificações, contratavam-se os serviços de terraplenagem e perfuração de dois poços tubulares para utilizar os recursos até o final do ano. Por isso se dizia que o ‘Ministro havia dado um presente de grego’. O resultado final, é que o projeto - e eu estou falando como coautor - não é funcional. Tentou-se fazer o mais funcional possível, considerando que não se sabia nada do que ia funcionar: quantos departamentos, quantos professores, quais cursos existiriam, para quantos alunos. Porque a UFPI não se decidia o que fazer lá [...]

O grupo de Parnaíba tinha pressa na conclusão da infraestrutura, mas parece que não ‘confiavam muito’ no grupo da UFPI, de Teresina, para a condução da empreitada, tanto que, na primeira oportunidade, conseguiram transferir o Professor José Nelson de Carvalho Pires para Teresina, fato que, sob o ponto de vista de Lauro Correia e de Adilson Farias, teria sido uma transferência meio forçada. Com essa transferência, pretendia-se que Parnaíba não perdesse de vista o controle da situação, “tendo alguém de lá infiltrado no grupo de cá”. Contudo,

perguntando-se ao Professor José Nelson sobre o motivo de sua transferência para o Campus da Ininga, ele dá a seguinte informação:

Em 1972, fui transferido para a Universidade, em Teresina, para atender às exigências do MEC, no sentido de instalar o setor de Educação Física, visto que no Piauí, o único professor de Educação Física, formado por Escola Superior de Educação Física, era eu [...] e eu já havia sido sabatinado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) (PIRES, 2009).

A declaração desse professor, sem dúvidas, faz sentido no momento, uma vez que a UFPI realmente instalou o setor de Educação Física. Entretanto, o Professor Adilson Farias interpreta que esta ocorrência seria uma estratégia para que ficasse uma pessoa de Parnaíba próxima do local onde entrariam os recursos para a construção do CMRV – Campus Ministro Reis Veloso.

Em Parnaíba, havia oposição política entre o grupo liderado por Lauro Correia, diretor do Campus, e o Prefeito da cidade. O Diretor, tomando conhecimento dos recursos financeiros destinados para a construção do Campus em Parnaíba, solicitou à Prefeitura da cidade que fizesse o calçamento de três Avenidas – São Sebastião, Lions Club e Marc Jacob – para permitir acesso ao Campus. A Prefeitura, ao executar as obras, segundo Lauro Correia, usando de má fé, propositalmente, aterrou vias de acessos à área do Campus, em alguns trechos com quase 50 centímetros acima de altura, no nível das carroçáveis, baixando-os para aproximadamente 20 centímetros, fazendo com que as águas das chuvas invadissem o Campus.

Segundo Ronaldo Marques (2009),

[...] Dr. Hécio Uihôa Saraiva era um excelente administrador: estruturou a primeira parte, a mais difícil, com uma equipe de fora [...] e de uma maneira geral a UFPI deve tudo a ele. Não acredito que houvesse alguém aqui capaz, não por falta de competência, mas por causa da política local.

Quando começou a ocorrer um melhoramento no ordenamento das questões políticas e a simplificação das exigências legais de contratação de servidores, assim como a melhoria, também, dos relacionamentos entre os elementos constituintes das classes sociais que estabeleciam as categorias profissionais, a estrutura da UFPI, como um todo, tomou corpo mais consistente.

6.4 Organização do ensino da UFPI

Após tomar posse, pró-tempore, da Reitoria da Universidade Federal do Piauí, em 14 de junho de 1971, em Brasília, e assumir o cargo posteriormente em Teresina, em 24 do mesmo mês e ano, passado pelo ex-Reitor pró-tempore Robert Wall de Carvalho, o também Reitor pró-tempore Hécio Ulhôa Saraiva inicia o reconhecimento da realidade da UFPI. Então, em 16 de setembro de 1971, o novo Reitor convocou a imprensa e anunciou, em entrevista coletiva, entre outras mudanças, as que seriam incorridas na área do ensino, a partir do ano letivo de 1972, e a relativa ao vestibular, que seria unificado.

Nesse ato apresentou a COPEVE – Comissão Permanente do Vestibular¹²⁸, composta por sete membros, entre os quais um pertencia Universidade Nacional de Brasília, os demais foram indicados dos quadros das Faculdades de Medicina, Odontologia, Direito e Filosofia. Na mesma coletiva, o Reitor explicou que, também, já no início de 1972, seria implantado o PCBE – Primeiro Ciclo Básico de Estudos, para os alunos classificados no vestibular de janeiro.

Depois de transcorrido o processo de integralização/incorporação/federalização das Faculdades Isoladas pela UFPI, à medida que o Reitor aplicava as normas da Lei da Reforma Universitária, era necessário que as faculdades, a partir de então, passassem a adotar as diretrizes determinadas pela UFPI, e, naquele momento, o Reitor declarou que seriam adotados o PCBE, o Sistema de Créditos e a Matrícula por Disciplinas.

O PCGE correspondia ao ano básico da Reforma Universitária de 1968, iniciando na primeira série, como um ciclo de estudos comuns, nas faculdades da mesma área do conhecimento humano. Por exemplo, área de Ciências Humanas e Letras: Direito, Administração, Filosofia e Técnico em Desenvolvimento. Conforme a opção deste modelo, cumprindo o primeiro ano de curso, o aluno poderia escolher, entre as faculdades da mesma área, qual a de sua preferência para frequentar. Nos registros de Atas da Congregação da FAUFPI, o PCGE compunha-se de dois núcleos, um comum e outro diversificado, sendo que, no primeiro núcleo, todos os alunos eram obrigados a cursar e, no segundo, ficava a critério da opção do

¹²⁸ Membros da COPEVE: José Wilson Campos Batista, Lineu da Costa Araújo, Francisco das Chagas Machado Lopes, Manfredi Mendes Cerqueira, Carlos Alberto Batista Mendes, José Reis Pereira e Geraldo José Martins

candidato (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1972).

Sobre a adoção do Sistema de Crédito, Silva Filho (2007) explica que:

As disciplinas teóricas ou práticas são independentes, organicamente relacionadas (algumas podem se constituir em pré-requisitos de outras), cada uma correspondendo a um determinado número de créditos ou horas-aulas semanais que, quando somados, deverão integralizar o número de créditos exigidos para a conclusão do curso (SILVA FILHO, 2007, p. 43).

De acordo com o regulamento da Lei 5.540/1968, a vantagem desse sistema seria a flexibilidade na formação do aluno, uma vez que havia o compartilhamento das disciplinas comuns a vários cursos, podendo o estudante matricular-se conforme a disponibilidade do horário das disciplinas ofertado pela instituição que oferecesse mais de um curso. No Campus da Ininga, essa metodologia de ensino poderia ser aplicada; no entanto, tal prática não era razoável para o alunado da FAUFPI, pois, na época, esta IES oferecia apenas um curso superior.

Talvez a pretensão de flexibilidade dessa Lei pudesse ser correspondida na sua expectativa, caso cada curso oferecesse a disciplina do bloco comum. Na realidade, ao invés de cada curso oferecer a sua respectiva disciplina, ofertava uma disciplina, com vagas limitadas para serem preenchidas e serem cursadas pelos alunos dos vários cursos comuns existentes. Certamente, o número da oferta sempre se constituía menor que a demanda. Em Teresina, por longos anos, os alunos pernoitavam no portão da UFPI, a fim de conseguirem se matricular, muitas vezes se sujeitando a aguardar uma vaga, para cursar a disciplina pretendida, colocando-se em uma longa lista de espera, para o caso de haver alguma desistência.

Quanto às matrículas, essas, até então, eram feitas por séries, mas, após a inovação, isto é, a aplicação da nova Lei, passaram a ser realizadas por disciplinas. Cada disciplina tinha um número de crédito fixado pelo currículo da UFPI. O aluno concluía o PCGE em três períodos, com um mínimo de vinte e quatro ou máximo de quarenta créditos; e cada crédito compreendia quinze horas aulas expositivas, ou trinta horas de aulas práticas (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1972).

O novo modo instituído para matrícula, por sistema de crédito, gerou insatisfação ao alunado, pois estavam acostumados com o sistema de matrícula por bloco de disciplinas. Outro desagrado para o alunado foi a mudança da logística das

faculdades incorporadas, que passaram a funcionar no Campus da Ininga, pois os alunos estavam acostumados com o deslocamento de curtas distâncias entre suas residências e respectivas faculdades, todas localizadas no centro da cidade, portanto, não havendo necessidade de uso de transporte coletivo, que na época era muito precário. Com o campus sendo bastante afastado do centro da cidade, muda a forma de deslocamento dos estudantes.

Depois, com o início da construção dos serviços de terraplenagem para o acesso ao campus e início da edificação dos galpões que acomodariam as salas de aula, os alunos criaram mais uma celeuma, que, segundo Ronaldo Marques (2009) remete à própria concepção que aquele aluno tinha sobre universidade. Em sua análise, isso “perdurou até pouco tempo atrás”, isto é, era um aluno essencialmente à espera de diploma, que não se interessava pelo tipo de formação que estava tendo na Universidade.

Ronaldo Marques (2009) foi mais profundo em sua observação quando afirma que, se aquele aluno não tivesse nenhuma formação, mas recebesse o diploma, por certo ele ficaria satisfeito. Ainda sobre o grau de insatisfação e do comportamento dos alunos, no início da instalação da UFPI, Ronaldo Marques recorda as dificuldades que o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, e a Reitoria como um todo, passaram naqueles dias:

[...]. Então, muito do que foi feito e ainda está sendo (1980), foi feito errado, contra a nossa maneira de pensar, por circunstâncias do momento que poucos conhecem. Veja que coisa interessante: a Universidade construiu primeiro as calçadas para depois construir as redes de águas e de esgotos. Depois foi preciso quebrar as calçadas, para construir as redes de águas e esgotos. Mas, por que ela fez primeiro as calçadas? (*se pergunta e responde*) Porque, na época os alunos ameaçaram greve porque estavam sujando os seus sapatos de barro.

Para amenizar esse problema estrutural, uma opção emergencial foi a construção de calçadas mesmo antes de colocar as tubulações; talvez isso tenha ocorrido no sentido de não enfrentar um problema maior – político – porque estava sob a égide do Decreto-Lei nº 477/1969, que definia quais as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e ditava outras providências. Para não trazer implicações para dentro da Instituição, certamente porque o Reitor reconhecia sua própria impopularidade, declara Ronaldo Marques (2009) que, para

evitar punições,

[...] briga, prisão [...] a Universidade resolveu construir as calçadas pelo modo errado [...]. Depois, quebrou as calçadas para construir a rede de água, esgotos e aspersão. Então, o pessoal começou a andar sobre calçadas quebradas e começou a reclamar novamente, porque não tinham conhecimento dos problemas [...]. As turmas já eram outras, e os alunos não sabiam que, no passado, aquelas calçadas tinham sido construídas para evitar que os seus colegas mais antigos sujassem os sapatos de lama.

O Estatuto da Universidade Federal do Piauí, no Art. 26, declarava que os cursos de graduação habilitariam “[...] candidatos, que tinham sido classificados em Concurso Vestibular [...]”. O 1º parágrafo declarava que o Concurso Vestibular seria centralizado, para a execução, abrangendo os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do ensino médio ou equivalente, sem ultrapassar este nível de complexidade, tendo por objetivos: “[...] b) classificar os candidatos até o limite de vagas fixadas na forma do edital próprio”; no § 2º, determinava que a Universidade fixasse currículo para cada curso de graduação, observando as diretrizes gerais pertinentes a cada curso; no § 3º, normatizava a duração dos cursos de graduação, podendo ser abreviada para os alunos que tivessem extraordinário aproveitamento nos estudos, obedecendo à legislação específica.

O Art. 32 trata do currículo de cada curso, e explicita que este deve obedecer a uma sequência de disciplinas, ordenadas, quando for o caso, através de observância de pré-requisitos e/ou correquisitos, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado. O § único desse artigo trata sobre o controle da integralização curricular, que será feito pelo sistema de créditos, na forma do Regimento Geral.

O Art. 36 orienta sobre a forma da organização da matrícula, que será feita por disciplina de forma descentralizada, no entanto, respeitando todos os pré-requisitos e/ou correquisitos, limites máximos e mínimos de créditos por período letivo, compatibilidade de horários e demais exigências a que se condicione. O Art. 52 declara que o ato de admissão do aluno na Universidade importará em compromisso formal de respeito ao presente Estatuto e aos Regimentos e normas baixadas pelos órgãos competentes, bem como às autoridades que deles emanam, constituindo falta punível o seu desatendimento ou transgressão. “A situação do corpo discente estava definida, havendo, além da matrícula, um registro de

estudante que era concedido ou cancelado de acordo com as peripécias da vida escolar” (BELLO, 1980, p. 410), talvez por isso a preocupação do Reitor Hécio Ulhôa em resolver determinados conflitos, sem maiores exposições.

Em Parnaíba, as questões não eram diferentes das vividas pelos alunos de Teresina. Fatores como distância, e as dificuldades de informação em tempo real, eram alguns pontos que complicavam a rotina da continuidade dos procedimentos após a federalização da Entidade, porque a FAUFPI deveria obedecer às normas da mantenedora. De acordo com os registros encontrados nos arquivos do CMRV, o primeiro Currículo da FAPI foi organizado para ser executado em quatro anos, cuja base enquadrava os quatro ramos das ciências: Direito, Economia, Filosofia e Engenharia, estudadas em oito semestres fechados, computando o total de trinta e duas disciplinas. Essa matriz permaneceu da criação da Faculdade, em 1969, até o ano 1972, período em que a UFPI iniciou os procedimentos para a reformulação do currículo dos cursos.

As Faculdades, após a Federalização, perderam autonomia administrativa, financeira e pedagógica. No caso da Faculdade de Parnaíba, após o processo de federalização, para participar do certame Vestibular, os alunos tiveram que se deslocar para Teresina. Neste contexto, a COPEVE constituiu uma equipe de professores do Campus da Ininga para aplicar e fiscalizar as provas na própria cidade de Parnaíba. Porém, mais à frente, o Campus de Parnaíba adquiriu autonomia para aplicar o seu próprio Vestibular.

O Curso de Administração de Parnaíba, ao elaborar o seu Currículo, tomara por base o Currículo do Curso de Administração de Empresas da UECE - Universidade Estadual do Ceará, que, assim como os demais Cursos das faculdades brasileiras, acompanhavam às diretrizes do Conselho Federal de Administração, os quais eram ofertados em sistema de blocos de disciplinas. No entanto, a partir da normatização da Reitoria, atendendo os ditames da Lei 5.540/1968, e com a unificação das faculdades do Piauí pela UFPI, deveriam todas atender às exigências da Universidade.

A partir de 1973, a UFPI iniciou os procedimentos para a padronização do currículo em todos os cursos sob a sua jurisdição, a fim de se adequar às normas da legislação determinada pela Lei 5.540/1968, que regeu a nova configuração da estrutura organizacional da Universidade Brasileira.

Assim, a primeira PCMC - Proposta de Currículo Mínimo dos Cursos, em essência, procurou agrupar matérias de cultura geral e matérias instrumentais. Quanto as de cultura geral, tinham a finalidade de agrupar o reconhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo. As instrumentais surgiram para oferecer os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional, além das matérias de formação profissional.

Embora as mudanças ocorridas, de fato, se dessem no ano de 1973, as negociações tiveram início em 1971, período em que a UFPI iniciou as primeiras tentativas para a implantação do sistema de Ciclo Básico, tanto nos cursos de Teresina como o de Parnaíba. O fato de as Faculdades estarem incorporadas/integralizada/federalizadas, implicava, necessariamente, agir dentro do espírito de corpo na Universidade, participativa e efetivamente, como parte dela.

Então, no entendimento do Professor Marc Theophile Jacob, lotado no Campus de Parnaíba, era muito importante que fossem acatadas as deliberações da UFPI, pois, somente assim, poder-se-ia firmar parceria para atingir o objetivo maior da Universidade Federal do Piauí: formar técnicos para investir no desenvolvimento do estado. O professor entendia, também, que as decisões deveriam ser mais políticas, uma vez que o Reitor, o cabeça da Organização, posicionava-se sempre com distanciamento. O pensamento de Marc Theophile Jacob é concordante com a opinião do Professor Antônio de Pádua Emérito, do Campus da Ininga, que, lembrando sobre o PCGE, deu o seguinte depoimento.

A faculdade lá (*Parnaíba*), aquela instituição, foi criada independentemente; [...] ela tinha plena autonomia para elaboração de currículo, porém com a criação da UFPI e a ela se agregar, e como tal, ela tinha que se enquadrar com o que estava sendo estabelecido. Não havia outro jeito. Ela tinha mesmo era que se enquadrar (EMÉRITO, 2009).

É certo que havia uma necessidade, legal e prática, de adoção do currículo da UFPI, pelas Faculdades, uma vez que, com a incorporação/integralização/federalização, não havia mais Faculdades Isoladas. Doravante, elas eram parte da Universidade Federal do Piauí. Sendo assim, nada mais justo que seguissem o sistema adotado pela incorporadora.

O Ciclo Básico ou Primeiro Ciclo, conforme Fávero (1977), criado por sugestão do GT – Grupo de Trabalho, para repensar a Reforma Universitária, foi

referendado pelo Decreto-Lei nº 464/69, Art. 5º, que determinava que:

Nas instituições de ensino superior que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, com as seguintes funções:

- a) recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular na formação dos alunos;
- b) orientação para a escolha da carreira;
- c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores (FÁVERO, 1977, p. 77).

Em Parnaíba, o Diretor da FAUFPI, Cândido Almeida Athayde, mantendo uma política de cortesia, de modo que a Reitoria da UFPI integrasse a FAUFPI àquela IES, e que aquela Reitoria percebesse o interesse do grupo de Parnaíba de atender as orientações oriundas da gestão central da UFPI, levou, ao conhecimento dos professores em Parnaíba, na reunião da Congregação, as informações fornecidas pelo Diretor do Centro Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI, Professor José Camilo da Silveira Filho, sobre o PCBE – Primeiro Ciclo Básico de Estudo, no qual constava que este deveria ser organizado por determinado número de disciplinas comuns a várias faculdades do ramo das Ciências Humanas.

O Diretor do CCHL explicou a Cândido Athayde que tais mudanças eram necessárias, porque faziam parte da nova organização curricular estabelecida pela Lei 5.540/68. Nessa perspectiva, Cândido Athayde autorizou a criação de uma comissão com a finalidade de elaborar um anteprojeto para selecionar as disciplinas que formariam o Ciclo Básico da FAUFPI, formado pelos professores Roberto Broder, Lauro Andrade Correia e pelo Mons. Antonio Monteiro Sampaio.

Sobre a implantação do PCGE, o Prof. Antônio Emérito (2009) recorda que, quando iniciou suas atividades de professor na UFPI no Campus da Ininga, o PCGE lá já havia sido implantado, mas que o “objetivo primordial do PCGE era suprir as deficiências de estudos do segundo grau, e isto estava claramente escrito no documento do PCGE”: era uma espécie de nivelamento dos alunos (EMÉRITO, 2009). A recordação do Prof. Emérito corresponde ao inciso “a” do Decreto-Lei nº 464/1969 do Art. 5º, referido por Fávero (1977).

Os cursos de graduação do Campus de Teresina também estavam em processo de adaptação/adequação às regras instituídas pela Lei 5.540/1968 e pelo Estatuto da UFPI, com exceção do curso de Medicina, que, por decisão do Reitor,

manteria as aulas no modo seriado. O Reitor, ao retornar de Brasília, em 9 de março de 1972, explicou que decidira pelo adiamento do trabalho de implantação do Centro de Ciências da Saúde porque as aulas já se iniciariam no dia seguinte.

Neste contexto, o Prof. Lauro Andrade Correia, já na qualidade de Diretor da FAUFPI, solicitou que a comissão, designada para montar o anteprojeto de Ciclo Básico da FAUFPI, selecionasse as disciplinas que o comporiam, contanto que destinasse atenção às propostas de currículo mínimo das Faculdades de Direito e Filosofia existentes no país, com especial consideração aos currículos das Escolas de Administração. O Professor Marc Theophile Jacob sugeriu que os trabalhos da comissão de estudo da Proposta Curricular fossem divididos em duas partes, sendo uma encarregada pela proposta de Ciclo Básico e, a outra, pela organização das disciplinas Mínimas e Optativas que compunham a Proposta Curricular (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1971).

A partir de 1972, esse assunto tornou-se quase que rotineiro nas discussões dos Campi, vindo à tona com a nomenclatura “I Ciclo Geral do Estudo (PCGE)”, que correspondia ao Ciclo Básico, na Reforma Universitária. A sugestão da UFPI era que a própria FAUFPI assumisse o procedimento, visto que tinha apenas um curso, devendo, assim, iniciar na primeira série, como ciclo comum às Faculdades da mesma área do conhecimento, como já mencionamos anteriormente.

Ao completar o Primeiro Ciclo, o aluno poderia escolher, entre as faculdades da mesma área, qual delas cursar. Em Parnaíba existia somente um curso, Administração de Empresas, que deveria seguir às normas estabelecidas pela mantenedora, que, por sua parte, também estava cuidando para se organizar, conforme as normas configuradas pelo MEC, principalmente porque ela própria estava em processo de implantação.

De acordo com as instruções da UFPI, o PCGE organizava-se em dois núcleos: Um considerado Núcleo Comum para todas as Faculdades da mesma área. Quanto aos alunos, todos eram obrigados a cursar integralmente esse núcleo. O segundo núcleo, denominado Diversificado, era formado pelas disciplinas específicas do curso da respectiva Faculdade na qual o aluno era optante, e esse aluno optaria por quais disciplinas complementares cursaria.

No caso FAUFPI, ao tempo que implantava o PCGE, teve que adotar outras inovações a fim de se adequar à nova realidade, após a Federalização. Dentre elas,

especialmente, a adoção do Sistema de Crédito. Nesse sistema, as disciplinas deixaram de ser distribuídas por série, passando a ser por crédito. Cada disciplina tinha um número de crédito fixado pela Reitoria. Ficava estabelecido, por antecedência, que o aluno, para concluir o PCGE, deveria ter cursado no mínimo três períodos e acumulado vinte e quatro créditos, cada crédito compreendendo quinze horas de aulas expositivas ou trinta horas de aulas práticas.

Para esclarecer e colaborar na execução dos procedimentos da construção da Proposta, os professores da UFPI/Teresina, José Camilo da Silveira Filho e Carlos Alberto Batista, visitaram a FAUFPI no dia 4 de março de 1972, para fornecerem mais detalhes sobre o PCGE e, também, sobre a Reforma Universitária que estava sendo implantada na Universidade Federal do Piauí. No encontro, o professor Carlos Alberto Batista apresentou a estrutura do Ciclo e o seu funcionamento em todo o corpo da UFPI, inclusive como deveria ser a aplicação na FAUFPI.

No modelo do PCGE, o núcleo comum seria composto de disciplinas obrigatórias e optativas, e entre estas os alunos podiam escolher, além das obrigatórias, de nenhuma a duas eletivas. Na reunião mensal da Congregação, realizada em 24 de março de 1972, foram levantadas questões acerca dos Planos de Ensino, dos Programas das Disciplinas do Núcleo Comum e do Núcleo Diversificado.

Neste contexto, o Prof. Lauro Correia solicitou a todos os professores da FAUFPI que enviassem os seus Planos de Ensino, a fim de, posteriormente, serem apreciados pela Congregação. Às equipes de estudos do PCGE, Correia entregou os programas das disciplinas que foram encaminhadas pela Reitoria da UFPI, que solicitava empenho na realização das tarefas, especialmente porque a FAUFPI estava em processo de reconhecimento junto ao MEC, e um dos documentos necessários para os procedimentos legais era a existência da Proposta Curricular. (ATA DA CONGREGAÇÃO).

No ano de 1972, a universidade Federal do Piauí ateu-se ao segmento do ensino, trabalhando na organização das Propostas de Curriculares dos cursos com a Reitoria promovendo suporte às comissões de professores envolvidas nos trabalhos. Em Parnaíba, a Diretoria da FAUFPI estava engajada nos trabalhos da Proposta de Currículo. Em meados do mês de maio, o assunto girou em torno de notas de

avaliações dos alunos, que, a partir daquele ano, as aferidas no PCGE foram menções de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondiam, respectivamente, a Nulo, Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Pleno. De conformidade com os registros das Atas da Congregação, aquele período se caracterizou pela estruturação das Faculdades, a fim de se adequar à UFPI e ao sistema determinado pelo MEC.

Em Parnaíba, aparentemente, os professores tinham muitas dificuldades em construir os Planos de Ensino. Chegou-se a essa conclusão pela quantidade de vezes, registrados em Ata, os pedidos do Diretor para que os professores entregassem os planos para compor os relatórios, sendo, assim, o assunto postergado. Por um lado, pode-se atribuir tais dificuldades pelo fato de que todos os professores da FAUFPI eram bacharéis, não se exigindo o estudo teórico das práticas de ensino. Por outro lado, também se pode conjecturar o fato daqueles professores ainda não terem total esclarecimento sobre o que realmente seriam, em relação funcional, na UFPI.

Mesmo assim, o Diretor seguia pacientemente na sua função, motivando, apresentando justificativas, para que os professores compreendessem a necessidade de se desenvolver um trabalho de forma organizada, planejado. Por exemplo: está registrado em ata um episódio no qual Lauro Correia tentou argumentar sobre a urgência da avaliação dos Planos para o primeiro semestre, uma vez que o período estava se finalizando. Era dia 14 de junho de 1972, quando o segundo semestre apontava sem que as avaliações do primeiro semestre tivessem sido realizadas, considerando-se que os seus resultados se revelavam importantes para que a instituição pudesse reformular ou criar novas estratégias e que pudessem garantir suporte para realizar, com maiores expectativas de êxito, as ações futuras, a fim de se obterem resultados mais eficazes.

Além do que, o Reitor preocupava-se em termo geral, pois as escolas de Teresina passavam pelas mesmas expectativas, estavam em processo de constituição de seus planos curriculares apenas com um diferencial: os professores da UFPI no campus da Ininga já davam formação aos professores de Parnaíba. Certamente que, quanto mais eficientes fossem os procedimentos, mais adequada seria a execução dos trabalhos, uma vez que, com os planos construídos esses trabalhos seriam otimizados, tanto em conteúdos como estruturalmente.

Considerando as dificuldades para apresentação dos Planos, foi constituída

uma Coordenação de Plano de Ensino, composta por um Coordenador e de dois Subcoordenadores. Assim, nesse mesmo ano de 1972, a FAUFPI passou a ofertar duas Propostas Curriculares: uma correspondendo ao Regime Seriado e a outra do PCGE.

Por conta da nova configuração curricular, houve necessidade de sugerir aos professores aumento da carga horária, que passaria de 12 para 24 horas aulas, e dedicação exclusiva (DE) para 44 horas-aulas, por conta do processo de organização da Proposta Curricular, mas os professores tinham dificuldades em aceitar mudanças porque eles mantinham relações empregatícias paralelas, com atividades na iniciativa privada, ou eram servidores públicos. No caso dos professores de Parnaíba, a Faculdade necessitava de mais quatro horas semanais de trabalho, que seriam adicionadas às regulares e usadas respectivamente nos Regime Seriado e no PCGE.

Além da necessidade do trabalho dos professores, em decorrência da mudança da Proposta Curricular dos cursos da UFPI, a FAUFPI necessitava dos professores na Supervisão e Estágio de Alunos, e nas atividades de Supervisão de Pesquisa. Em consequência, também, das dificuldades acarretadas durante o processo de organização dos procedimentos da estrutura da Proposta, as provas do PCGE, por força do tempo limitado, os professores da FAUFPI não exigiram trabalho de pesquisa. Como Proposta de Avaliação, foram feitas quatro provas escritas, especialmente para atender à exigência mínima de quatro notas, durante o semestre.

Conforme relato de Lauro Correia, esta decisão foi levada a termo nos dois períodos letivos. Além do mais, nesse período, foram canceladas e acrescentadas disciplinas em caráter emergencial. Na realidade, havia duas propostas de Currículo, uma de Currículo Mínimo e outra, de Currículo Ideal. Do mesmo modo acontecia no Campus de Teresina. Contudo, devido à urgência no tratamento da necessidade de organização dos Currículos, nos dois períodos letivos do exercício de 1973, ocorreram cancelamentos e acréscimos de disciplinas, em caráter de emergência, com o intuito de construir uma Proposta Curricular que atendesse aos requisitos estabelecidos pela Lei 5.540/1968, que a UFPI necessitava elaborar de modo que realmente atendessem às prerrogativas de uma Universidade cuja Proposta Curricular possibilitasse formar técnicos para colocar o Piauí nos trilhos da

modernidade.

Como não é possível sustentar a intenção de esgotar o assunto, pelo todo que foi exposto nesta Tese, temos a lembrar que a história da educação de um estado se constrói com fatos que ressaltam a inteligência do povo e sua vontade política e social de ser sempre mais. Envolto nesse pensamento, o Ensino Superior no Piauí nasceu e continua crescendo, numa intensa busca de caminhos novos para o desenvolvimento de sua ascensão na emergente modernidade globalizada. Nesse contexto, um marco dos mais importantes que margeiam esse percurso de vida humana, passando de sociedade em sociedade, é a Universidade, o local de pesquisas, ensinos e aprendizagens, que revelam os meios de todas as conquistas e quiçá todas as respostas necessárias para a continuidade da própria história de cada humano. Assim se configura a UFPI-Universidade Federal do Piauí, devendo sua existência aos grupos de piauienses que colocaram o fator educação como fonte segura para todas as formas de desenvolvimento autossustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita da conclusão de uma Tese não significa que o pesquisador tenha esgotado todos os caminhos possíveis percorridos rumo ao objeto estudado. Considerando essa premissa de que é impossível se apresentar um estudo acabado, em sua totalidade, uma vez que a história é dinâmica a cada lugar e tempo, dependendo da visão do pesquisador, principalmente sobre as novas questões, que são solicitadas e que, geralmente suscitam levantar outros e diferentes questionamentos. Desse modo, quer o leitor seja especializado ou não, na área de estudo, deve de algum modo sentir-se estimulado a prosseguir na busca da maior aproximação possível da realidade prática, com envolvimento na determinada pesquisa.

Nestas considerações finais, o assunto sobre os procedimentos de como se deu a implantação do Ensino Superior no Piauí, dada premissa de ser impossível se apresentar um estudo acabado, ousa-se aqui apresentar possibilidades de novos questionamentos acerca do objeto proposto neste estudo, tendo-se em conta que o passado resistirá sempre a novas indagações, sob o olhar dado pelo pesquisador.

A narrativa ora apresentada é uma tessitura de alguns pontos considerados importantes na rede de informações, colhidos a partir do problema e das questões norteadores elencados para esse estudo científico, que trata sobre os pretextos principais dos conflitos vivenciados pelos professores que compuseram o primeiro quadro de docentes da UFPI – Universidade Federal do Piauí, no contexto antecedente e subsequente à gestão burocrática implantada, a partir da constituição dessa Universidade, principalmente porque a criação da UFPI ocorreu concomitante à implantação da Lei 5.540/68, que trazia, em seu conteúdo, um novo modelo de organização para as respectivas instituições universitárias brasileiras.

A estrutura de gestão, implantada na Universidade Federal do Piauí, era muito diferente daquela que esses professores estavam acostumados nas Faculdades Isoladas, cuja observância restringia-se na pessoa do diretor da Faculdade. Com a aplicação da Lei da Reforma Universitária, cuja estrutura orgânica tinha por base o departamento como menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, a situação se configurava de outra forma.

No Art. 11, alínea “d”, dava-se ênfase à racionalidade da organização, com utilização dos recursos materiais e humano, e, no Art. 16, determinava a forma de nomeação de Reitores, Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados, que deveriam observar determinados princípios reguladores, entre os quais a nomeação do Reitor e Vice-Reitor, que seria feita pelo Governo Federal, escolhido a partir de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

No caso da Universidade Federal do Piauí, o primeiro Reitor obedeceu a esse critério. No entanto, o segundo Reitor foi nomeado diretamente, à revelia, pelo Governo Federal, devido à solicitação do Governador na época, o Engenheiro Alberto Tavares e Silva. O fato deixou a comunidade universitária e a elite detentora de poder político do Estado incomodado com a atitude do Governador estadual e do Governo Central.

O estranhamento da nomeação do segundo Reitor, Professor Hécio Ulhôa Saraiva, um *outsider* para a elite piauiense, perdurou até a sua exoneração em 1974. Hécio Ulhôa Saraiva, em seu discurso de posse, relatara que, ao assumir o comando da UFPI, estava antes de tudo prestando um serviço ao Governo estabelecido a partir de 1964.

Uma das mais instigantes questões levantadas diz respeito ao professor, e se refere à maneira como se deu a adaptação dos docentes na nova ordem constituída. Os professores, até então, não estavam preparados para acatarem o novo modelo de gestão, por essa razão ocorreram resistências à ordem estabelecida, principalmente pelas determinações do Reitor, consideradas autoritárias e pela indefinição quanto à situação empregatícia dos professores, que foi se estendendo por um longo tempo.

As medidas aplicadas pelo Reitor, consideradas necessárias para a organização administrativa da Universidade, foram avaliadas como autoritárias pelos professores. Anos após a sua aplicação, o próprio Reitor reconheceu a desproporcionalidade de algumas de suas ações, mas, na sua análise, fora um mal necessário para que a Universidade se constituísse e, ao mesmo tempo, atendesse as prerrogativas da Lei 5.540. Corroborando com a atitude tida como assertiva pelo Reitor, o ex-governador do Piauí, Alberto Silva, em entrevista a uma estação de televisão local disse que, após a saída de Hécio Ulhôa Saraiva, a UFPI passou a ser

um “cabide de emprego”.

Os professores protestaram, narrando os fatos na sua versão, para a sociedade, através das mídias locais e assim obtiveram seguidores, tanto em Teresina como em Parnaíba, onde parte considerável da população, sensibilizada, se juntou à causa dos professores. Se, por um lado, os professores e as comunidades de teresinenses e de parnaibanos sentiram-se inseguros e/ou ameaçados com a situação vigente, a equipe técnica recém-instalada para implantar a Universidade também enfrentou grandes dificuldades, mesmo que fizesse ouvidos moucos à voz dos movimentos dos professores com aprovação de comunidades.

Observou-se que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela referida equipe da Universidade do Piauí foi o isolamento imposto pela comunidade teresinense, local onde a UFPI foi instalada. Além dessa situação de isolamento, a equipe enfrentou outras dificuldades, desde a falta de infraestrutura para o arranjo da logística necessária para a organização dos setores onde a Reitoria deveria se instalar, uma vez que as IES ocupavam espaços físicos isolados, até quando de fato acontecesse a construção das edificações para acomodação da Universidade Federal do Piauí.

Verificou-se que o Piauí era, e continua sendo, um estado mal colocado nas estatísticas do IBGE, com baixo índice de desenvolvimento humano, social e econômico, e apontado como o mais pobre da federação brasileira. Sabe-se que essa pobreza pode ser atribuída, em maior monta, como fruto do descaso das autoridades governamentais ao longo do tempo em que o Piauí foi se constituindo. A escolha mais fácil das elites diretivas do estado foi optarem por manter o *status quo* da população piauiense e conservar o controle das massas, para assim garantir a sua própria manutenção no poder.

O estado possuía, como ainda hoje, uma economia fraca e sem investimentos de vultos que proporcionasse desenvolvimento de tecnologias e inovações, e com recursos financeiros insuficientes para aplicação na área de educação. Além de o Piauí carregar o estigma de estado mais pobre da federação, sempre foi um estado mantido politicamente dependente do Governo Central brasileiro, não somente no setor educacional, mas também nas áreas social, econômica, de infraestrutura e cultural, as quais sucessivamente sofreram descaso.

Nestas considerações, retorna-se aos conceitos de desenvolvimento, mesmo

que se tenha a consciência das conceituações polissêmicas do termo. Partindo-se da concepção de desenvolvimento econômico como um processo de mudança social, pelo qual o número crescente de necessidades humanas, existentes ou criadas pela própria dinâmica de mudança, seja atendido por meio de uma diferenciação, presente no sistema produtivo, decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

Verificou-se que o discurso da elite, detentora de poder político no Piauí, apregoava o desenvolvimento como procedimento para a solução de todos ou quase todos os problemas do estado. Essas pessoas entendiam que a criação de uma Universidade no estado seria a mola propulsora para que o desenvolvimento, enfim, despontasse, e trouxesse as esperadas inovações tecnológicas.

Observou-se que a luta política, para o estabelecimento de uma universidade no Piauí, ocorreu em torno do discurso da modernidade e progresso já no limiar do século XX, tanto que as discussões em volta dessa proposição se faziam entoar nos idos da década de 1920, resultando na criação, em 1931, da Faculdade de Direito. Com a implantação do ensino superior no Piauí, a expectativa era que o desenvolvimento nessa área levasse o povo piauiense a tomar consciência de suas capacidades, passando a guiar as suas próprias ações, por si próprio, e ter compreensão da sociedade e do contexto que o cerca. Considerando que a razão ampliada passa a abrir novos caminhos, novos horizontes, com ela surge uma nova compreensão da realidade, de uma nova visão de humanidade. Assim, o suposto processo de *esclarecimento*, invocado pela razão e pelo progresso, produz, em contrapartida, o seu oposto, que se manifesta sob a forma de sombras resultantes do aperfeiçoamento das formas de controle sobre o pensamento e comportamento humanos, possibilitado pela ciência e pela Técnica.

Há necessidade de complementaridade entre as noções de progresso e decadência. O Piauí necessitava agir para que não retrocedesse aos idos do meado do século XX, quando a economia fraquejou e a maioria da população não tinha noção dos conceitos de progresso e de decadência, no sentido de o primeiro, juntamente com a modernização, ser a face iluminada da modernidade na História, retirando a ideia de decadência, e do receio da tragédia, grande parte de sua energia que evidencia que as tensões, as quais produzem formas de discriminação, violências institucionais e exclusões sociais, representam importantes meios de

estabilização das configurações sócio históricas.

Essa reflexão permite uma compreensão acerca da complementaridade histórica existente entre os esforços de combate e controle do analfabetismo no Piauí, e sua persistência como elemento integrante da experiência moderna. A maneira como a educação no Estado do Piauí se comportou, desde a criação deste estado, perdurando até meados do século XX, expressa esse impasse da complementaridade entre o ideal de progresso e a ideia de decadência.

Atribuída pelo mundo moderno ao anticivilizado colonial, a decadência apregoa, ao mesmo tempo, oposição ao progresso, enquanto dá condição à sua existência. No entanto, ao se definir como símbolo do progresso, a modernidade nega experiências que a relacione com o que afirma ser o oposto. Desse modo, a falta de uma educação planejada reflete a expressão do seu contrário, pois se apresenta, ao mundo moderno, como símbolo de atraso, da ausência de desenvolvimento e do improdutivo.

Pelo exposto, pode-se atribuir o atraso do Piauí à ausência de políticas para a educação que possibilitasse conduzir o estado ao desenvolvimento e à produtividade. Nesta pesquisa se constatou que, a partir da década de 1950, aumentou a exigência de mais vagas, desde o ensino primário ao ginásio e secundário, que se estendeu por todas as décadas de 1960 e 1970, tempo em que também se buscavam estratégias para criar uma faculdade para formar professores para atender ao mercado de ensino ginasial e secundário. No ensino primário, a maioria dos professores que ministrava aulas nos grupos escolares era leiga e, nos demais segmentos de ensino, eram bacharéis.

Nas décadas de 1950 e 1960, o estado ainda estava promovendo a interiorização de escolas primárias, que se dava com a conjugação de esforços das elites locais, da iniciativa privada, das confissões religiosas e do poder público municipal, posto que o estado, através da criação de escolas, ou subsidiando as escolas particulares, ia formando uma rede de escolas que oferecia essa modalidade de ensino. As escolas particulares procuravam a ajuda financeira do estado, que as subvencionava com verbas de valor variável. O reconhecimento de escolas particulares como sendo de utilidade pública foi uma estratégia bastante usada por esse tipo de instituição.

Pode-se afirmar que os cursos de licenciaturas vieram sanar a carência que

havia de profissionais em todas as áreas do conhecimento, com formação superior, especialmente nos campos da educação escolar. O governo estadual fez parceria com a CADES para garantir formação/capacitação aos referidos professores, que, embora atuassem no ginásial e secundário, não tinham qualificação compatível à exigência legal. As dificuldades não eram poucas e persistiram por toda a década de 1970.

Em 1971, foi aprovada a Lei 5.692/1971, que propunha mudanças na estrutura do sistema de ensino de 1º e 2º grau, de modo que contemplasse as necessidades do desenvolvimento, com o ensino profissionalizante, implantado pelo Governo Civil-Militar. No Piauí, havia somente duas Escolas Normais, uma estabelecida em Teresina, e a outra em Parnaíba, que formavam as professoras para ministrar aulas no Ensino Primário, mas que não atendiam a demanda de salas de aula, por isso o contingente expressivo de professores leigos ministrando aulas nas escolas do Piauí.

Verificou-se que a Escola Normal de Teresina foi transformada em Instituto de Educação, ao mesmo tempo em que havia crescente aumento da demanda de crianças prontas para ingressarem no ensino de Primeiro Grau. A saída emergente do governo foi alargar a matriz curricular do curso Normal, de três para quatro anos, permitido na Lei. Ao adotar esse dispositivo, os professores, formados na Escola Normal, que cursassem o quarto ano, estariam habilitados para ministrar aulas na 5ª e 6ª série do Primeiro Grau.

Assim os professores formados, já inseridos no mercado de trabalho, retornariam a cursar um ano a mais e passar a ministrar aulas também no 5ª e 6ª série do Primeiro Grau. Constatou-se que esse foi o dispositivo adotado para garantir escolas para a demanda reprimida. As dificuldades, com a ausência de desenvolvimento pela improdutividade, são condicionadas à necessidade de criar mais escolas e faculdades isoladas, estas que estão na gênese da criação da Universidade Federal do Piauí. Verificou-se que se estabeleceu um hiato entre a criação da Faculdade Isolada de Direito do Piauí e a Faculdade Católica de Filosofia, inicialmente ofertando cursos de bacharelados, que posteriormente transformaram-se em licenciaturas.

Assinala-se que, embora se reconhecesse a necessidade extrema de professores graduados para exercer o cargo de professor no ginásio e no ensino

secundário, a procura pelos cursos da Faculdade de Filosofia nos primeiros anos foi ínfima, de modo que sobravam vagas. De acordo com o estudo realizado para a escrita desta tese, constatou-se que a baixa procura era atribuída a dois fatores: o nível muito alto das provas escritas e orais, e pouco interesse da comunidade apta para participar do certame, resultando na baixa quantidade de profissionais formados nos cursos ofertados por essa Faculdade.

Verificou-se também que, na década de 1970, com a constituição da Universidade Federal do Piauí, foi criada a Faculdade de Educação e através da resolução Nº 16, de 5 de outubro de 1971, o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva instituiu o Departamento de Educação, na UFPI, que apresentou uma proposta de oferta de cursos de licenciatura plena e de curta duração: a de Formação Pedagógica das Licenciaturas, de Conteúdo e Administração Escolar, de plena duração; e, de curta duração, os cursos de Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. O Reitor determinou que esse departamento, de início, deveria estar subordinado diretamente à Reitoria.

A estrutura da Universidade Federal do Piauí, conforme determinação regulamentada pela Reforma Universitária, de 1968, era orgânica e departamental, o que provocou estranhamento pelos corpos docentes das faculdades, acostumados a tomar e resolver suas próprias decisões. No entanto, com a integralização das faculdades à Universidade, tais questões passaram a ser deliberadas mediante a ação do Reitor, que não foi compreendido e nem aceito com tranquilidade.

De acordo com documentos e depoimentos de personalidades que vivenciaram os acontecimentos que deram a forma à UFPI, os resultados podem ser entendidos como um entrelaçamento de interesses políticos, pelos quais pesaram aqueles que tomaram uma decisão de acordo com o sistema vigente.

Ao evocar os debates em torno da Reforma Universitária, quando se trata que modelo de universidade seguir, é necessário optar por adotar o humboldtiano, o napoleônico ou o norte-americano, considerando que o modelo humboldtiano prioriza a pesquisa e o ensino e o cultivo do livre saber; o modelo napoleônico entende que as instituições de ensino superior sejam direcionadas para formar profissionais para prover as demandas do Estado; e o modelo norte-americano, no qual as instituições de ensino superior se guiam por leis do mercado. Ao observar a existência histórica da UFPI, pode-se verificar que ela surgiu como uma instituição de ensino superior com uma missão napoleônica, entretanto organizada no modelo

norte-americano e muito distante do modelo humboldtiano.

A perspectiva era formar profissionais para atender a demanda do Estado, considerando este ser o principal empregador da mão de obra dos profissionais que nela se formava: administradores, advogados, médicos, odontólogos e professores. De qualquer forma, a UFPI, pelo controle exercido pelo Governo Federal, na nomeação do reitor e no controle das finanças pelo Conselho Curador, era napoleônica e norte-americana.

Entretanto, ao consignar, no seu estatuto, que a escolha de Reitor, Diretor do Campus Ministro Reis Veloso, e Chefia de Departamento, fosse feito na razão de 1/3 por segmento docente, técnico-administrativo e discente, a Universidade tinha uma postura próxima do modelo humboldtiano, embora, ao exigir a lista sêxtupla para o Presidente da República escolher um nome, houvesse uma virada norte-americana e napoleônica.

Verificou-se que, por exigência do processo de modernização, a economia sinalizou a educação, que foi percebida como fator de desenvolvimento. Foi empreendida assim a Reforma Universitária (1968) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971). Ocorrendo pressão por demanda de educação, em especial de ensino superior, mais precisamente no período de 1964 a 1968, com o agravamento da crise do sistema educacional que já se arrastava desde os anos 1960, porque a Lei 4024/1961 não foi capaz de enfrentar a situação, por força da mentalidade reacionária de elites que viam, na ampliação de vagas nas escolas públicas, uma perda de status social.

Nesse contexto, justificaram-se os acordos MEC-USAID, que tinham por finalidade promover reforma no sistema educacional, de maneira que se adequasse ao modelo desenvolvimentista que o País estava iniciando. Acordos que já vinham sendo realizados pelos governos dos estados e pelo governo federal a partir de 1961, como parte da “Aliança para o progresso”, que era uma política de contenção do avanço das forças socializantes no contexto da Guerra Fria, por parte dos Estados Unidos nos países da América Latina, de forma a consolidar a dominação americana no continente.

Hécio Ulhôa Saraiva, ao tomar posse, procurou organizar a estrutura funcional da Universidade, determinando o preenchimento dos cargos de Chefia de Departamento e de Coordenação de Cursos, com suas respectivas atribuições.

Reconhece-se que, no começo, foi difícil substituir uma cultura por outra, pois já existia o *habitus*, que pode ser entendido como uma disposição interior que dirige o comportamento das pessoas numa determinada sociedade, que é internalizada pelos sujeitos, ao observar e seguir o comportamento dos demais.

Essa nova forma de conduzir o destino da instituição, no início, parecia algo violento e insuportável, mas, com o tempo, foi aceita. Em muito contribuiu, para a internalização desse novo *habitus* universitário, o período durante o qual o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva geriu a UFPI, o que também se pode dizer da prática dos princípios da racionalização implantada como base de organização.

Há que lembrar que a criação de Unidade de Estudos Básicos, consignado na Lei 5.540/1968, aconteceu a despeito do princípio da racionalização, que dizia respeito a não duplicidade de meios para atingir um mesmo fim. Assim, a UFPI foi concebida com uma estrutura burocrática que compreendia Reitoria, Pró-Reitoria, Congregação, Diretoria, Departamentos, Controle Acadêmico, Biblioteca e Diretório Acadêmico, centralizando serviços acadêmicos e implantando o sistema de créditos nas disciplinas, enquanto organizava departamentos e centros.

Convém afirmar que, mesmo com toda deficiência de profissionais capacitados para ministrar aulas, e a dificuldade do Estado obter recursos, sejam oriundos do próprio Tesouro Estadual e/ou do Governo Federal, a elite política das cidades mais desenvolvidas do estado, em Teresina e Parnaíba, não desistiam de depositar esforços para criarem a Universidade para o Piauí, tanto que, na década de 1960, foram criadas as Faculdades de Odontologia, Medicina e Administração, no intuito de promover melhor qualidade na infraestrutura do estado e dos seus negócios.

Pode-se dizer que, atrás de todo empenho dessa elite política, estava o desejo de ser reconhecida pelo povo como a benfeitora, aquela que trouxe a possibilidade de formar técnicos, desenvolver tecnologias e inovações para o estado. No entanto, o povo, ciente ou não, usufruiu do acesso ao ensino superior no Piauí implantado no Estado por aquela elite.

Não se pode negar, porém, que os esforços dessa elite política para a criação das faculdades isoladas estabelecidas em Teresina e em Parnaíba constituíram-se em eficientes ferramentas na ampliação das fronteiras culturais do Piauí, porque essas faculdades, de qualquer modo, representavam a aspiração de universalizar o

patrimônio cultural da humanidade, do qual estava privada a maioria da população piauiense. Desses esforços, conseguiu-se, como resultado, a Universidade Federal do Piauí, instituição que promoveria, através dos serviços nela ofertados, as condições de inserir o estado do Piauí no esteio da modernidade e do progresso.

Não obstante as dificuldades na tessitura desta tese, o entrelaçamento dos achados nas fontes, com seu objeto, suas perguntas e o aparelho teórico, foi possível formular as perguntas e dar ao objeto, e o aparelho teórico os atributos imperativos a um historiador, de forma a realizar uma narrativa historiográfica singular, entre as abundantes possíveis, a partir do manuseio das fontes pelo pesquisador.

As fontes originais são matérias-primas básicas que o historiador encontra disponível ou procura, e quando as encontra utiliza-as para fazer pesquisa. Logo, as fontes são necessárias e indispensáveis para que o historiador possa reconstruir o passado. Neste caso, estudar “A Universidade no Piauí, das faculdades isoladas à federalização: um olhar através do seu primeiro quadro docente” foi uma possibilidade de dar a ler, compreender o “espírito de corpo” que aqueles professores constituíram a fim de alcançar um projeto único: ser professor da Universidade Federal do Piauí e contribuir com o ensino superior no Estado.

É pela utilização das fontes que o historiador constrói/reconstrói a história, fazendo a composição dos pedaços do passado que vão se interligando, dando forma, possibilitando que o homem construa/reconstrua a história dos homens, das mulheres, das sociedades, enfim, das vivências e convivências dos povos nos contextos sociais de cada época.

A forma de lidar com um problema ou um tema é que dá vazão ao manancial, porque algo somente se transforma em fonte dependendo do trabalho que se pretende realizar. Porém, mesmo quando as circunstâncias parecem favoráveis, o passado resiste e nunca se dá a conhecer em sua completude, ainda que o pesquisador utilize de todo rigor metodológico; isso porque o passado, pelo seu próprio caráter, “permanece fluido e fugidio”, dificultando, assim, a composição dos pedaços que se pretende construir.

Por fim, esta é uma narrativa sobre a criação da Universidade Federal do Piauí e seu primeiro quadro docente, que, para ser construída, atravessou muitas dificuldades, como a falta de recursos financeiros, credibilidade da população,

professores qualificados, infraestrutura própria para funcionamento e até uma proposta curricular. Ressalta-se que na construção dos nexos para se entender a costura que resultou na invenção da Universidade do Piauí, verificou-se, sobremaneira, que pesaram tanto a decisão política quanto a experiência no tratamento e insistência de interesses público e/ou particular.

O fator político e a experiência em tratar com a política foram determinantes em cada passo dado na empreitada. Dito posto, entende-se que inventar uma universidade, em um estado reconhecido como o mais pobre do País, resumia em demonstração de poder político e estratégias bem definidos, principalmente, se não perder de vista o contexto político daquele período, no auge da Ditadura Civil-Militar, que reinava na Nação brasileira. Pode-se afirmar que, sobre a luta em prol da criação da UFPI, no que tange ao projeto, tratava-se de uma insistente reclamação da população piauiense representada pelos diferentes segmentos: entidades públicas e privadas; o povo e seus líderes; homens de pensamento e de ação; estudantes, empresários e trabalhadores comuns.

A Universidade Federal do Piauí, cujas iniciativas de criação se iniciaram nas primeiras décadas do século XX, foi instituída através da Lei 5.528 de 12 de novembro de 1968, durante o Governo da Ditadura Civil-Militar, com funcionamento autorizado sob forma de fundação. Essa lei foi resultado de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade, que acalentaram um sonho, por décadas, de instalar no Piauí uma universidade a fim de formar técnicos, capazes de contribuir com desenvolvimento e progresso, ou seja, contribuir na inclusão do estado do Piauí no esteio do desenvolvimento brasileiro. De todo modo, esta é uma narrativa historiográfica única, sobre “A Universidade no Piauí, das faculdades isoladas à federalização: um olhar através do seu primeiro quadro docente”.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Pablo. A Cultura Política De 68: Reflexões Sobre A Resistência Estudantil Em Brasil e Portugal. **Revista de Ciências Sociais-Mediações**. Londrina, v. 21 n. 2. p. 123-143, jul./dez. 2016.

ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-wall>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ABREU, I. G. de; NUNES, M. C. P. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI. 1995.

A IMPRENSA, **Coluna Telegramma**, nº 60, 20.3.1926, p. 4.

AIRESMORAES, Pe. R. J. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

AIRESMORAIS, Pe. R. J. Depoimento. **ANAIS do Seminário Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2002.

ALBERT, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCAR, H. de. A universidade de Brasília. In: RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ALMEIDA, C. B. de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. P. 1-9. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/.../1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.p.p>. Acessado em 12 jun. 2018.

ANAIS do Seminário Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2002.

ARAÚJO, Lineu. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

ARCE, A. (Org.). Apresentação. **Cad. CEDES**. Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&nrm=isso. Acesso em 10 ago. 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 45-236 (Os Pensadores)

ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS PIAUIENSES EM BRASÍLIA. o Piauí está precisando do artista, do técnico e do cientista especializado para resolver seus problemas. **O DIA**. Teresina, 28/29 jun. 66.

ATCON, R.P. **Administração integral universitária**: uma teoria unificada da estruturação e administração universitárias. Rio de Janeiro: MEC, 1974.

ATCON, R.P. **La Universidad Latinoamericana**: clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina. Bogotá: Edición digital por Christian Hernández Amaya, 2009. Disponível em: http://www.notasobreras.net/images/stories/pdf/moes71/atcon_la_universidad_latinoamericana.pdf. Acesso em 07 jul. 2019.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001610.pdf>. Acesso em 14 fev. 2017.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BANDEIRA, William Jorge. O Piauí e a divisão regional do trabalho no Brasil. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 1-66, jul.-dez. 1983.

Bardin, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BARBOSA, R. R. **De Escolas Superiores e Federação a Universidade**: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966–1994). 2018. 288f. Tese (Doutorado em História). Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2018.

BARROS, A.; CHAVES, L. G. B. Escola Superior de Guerra (ESG). In. **FGV/CPDOC**. Escola Superior de Guerra. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BARROS, J. D'A. **Fontes Históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, n. 12, pp. 129-159 maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. 16 fev. 2017.

BARROS, J. D'A. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Revista Albuquerque**, vol.3, nº1, 2010.

BASTOS, Claudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 537. IN.: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI. 2015

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga (373 anos de Pedagogia no Piauí)**. Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

BENETTI, Viviana. **O ideário da CEPAL e as propostas de políticas educacionais para o Rio Grande do Sul: 1998-2014**. 2017. 213 f.; 30 cm. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Berenice Corsetti. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BERGER, P. L. LUCKMANN, T. BERGER, P. L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERNHEIM, C. T. **La reforma universitaria de Córdoba**. Educación superior y Sociedad, vol. 9, n. 1, p. 103-127, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **O poder simbólico**. 8. ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BLOCH, Marc. Poder político e poder religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BOAVENTURA, E. M. **Universidade brasileira** – procura de uma concepção. Forum, Rio de Janeiro, v. 2(3), p. 3-24, jul./set. 1978.

BOAVENTURA, E. **Universidade e Estado no Brasil**. 1988. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BOMENY, H. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. In.: FGV/CPDOC. **O Governo de Juscelino Kubitschek**. 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BOMFIM, M. A. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: www.centroedelstein.org.br. Acesso em: 18.jul.2017.

BONAMINO, A. M. C. de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 3, n. 1, p. 253-276, jan./jun. 2003.

BONFIM, W. L. de S. Formação política. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI. 1995. p. 41 – 54.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, p. 193-216 jan.-jul. de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 18 jul.2017.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucumán, Arg: Montessor, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOYNARD, Aluizio Peixoto. **A Reforma do Ensino**. São Paulo: Lisa, 1975.

BRAGA, F. L. P. **Fundamentos de Economia Brasileira - Plano de Metas de JK e o comportamento da Economia Brasileira durante o Regime Militar e década de 1970: o ciclo crise, milagre e crise financeira**. Fortaleza: FGV, 2012.

BRASIL. **Ato Complementar N° 4, de 20/11/1965**. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 22/11/1965, Página 11857. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional N° 2, de 27/10/1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 27 e 28/10/1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Certidão**. Registro de Constituição da UFPI. L. A – 4. Nº. 390. Teresina – Piauí. 1969.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 465, de 11-2-1969**. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e dá outras providências. 1969a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-465-11-fevereiro-1969-376440-norma-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 64.086, de 11-2-1969**. Dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências. 1969b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 64.969, de 11-8-1969**. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf. Acessado em 13 jul. 2019.

BRASIL. **Lei no. 452, de 05 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm. Acesso em: 17 out. 2016.

BRASIL. **Lei n 5.528**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: 14/11/1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5528.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946** que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946(a). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946** que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal. 1946(b). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 25 jun. 2017.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.11.1968 e retificado no DOU de 3.12.1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.539, de 27-11-1968**. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5539.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Poder legislativo: Senado Federal**: Discursos Senador Chagas Rodrigues. Brasília, DF: Editora do Senado, 1992.

BRASIL. **Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro**: Recursos Públicos em Ação. Brasília - DF, 2000. p 7. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0712.pdf. Acessado em 5 jan. 2017.

BRITO, I. de. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITO, I. de. S. **História da educação no Piauí**: enfoque normativo, estrutura organizacional e processo de sistematização. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, P. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilizações brasileira. 2000. p. 68-89.

BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: **Revista Politéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005, p. 49-50.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. O território da universidade brasileira: o modelo de campus. **Revista Brasileira de Educação, da Sociedade Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 67, p. 809-831, out.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/rbe-revista-brasileira-de-educacao-v-21-n-67-out-dez-2016>. Acesso em: 9 fev. 2017.

CALICCHIO, V. Atos Institucionais. In: **FGV/CPDOC. Atos Institucionais**. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CAMPOS, A. O. **A educação superior no Brasil**. Disponível em <http://www.dp.gov.br/download/textdo>. Acesso em: 06 dez. 2008.

CAMPOS, F. das C. L. **Campus Ministro Reis Veloso (UFPI): história e memória** 2010. 281f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 18. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, M. de S. **O Centro de Tecnologia da UFPI: trajetória histórica**. 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

CARNEIRO, P. L. Movimento de maio de 1968. Jornal **O Globo**. Ed. 4 mai. 1968. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/movimento-de-maio-de-1968-surge-na-franca-sacode-mundo-muda-historia-22626865>>. Acessado em: 02 out. 2018.

CARR, E. H. **O que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTELO BRANCO, R. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Livraria

Quatro Artes Editora, 1970.

CASTELO BRANCO, C. Castelo Branco encaminhou pedido em favor da Universidade do Piauí. **O Dia**. Teresina, 15 nov. 1966, 1ª p.

CASTELO BRANCO, C. Teresina na Distância (crônica). **O Dia**. Teresina, 16/16 dez. 1968, p. 5.

CASTELO BRANCO, M. G. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

CASTELO BRANCO, P. V. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). In: **Revista Scientia et Spes do Instituto Camilo Filho**: Teresina, Ano I, nº1. p. 295-314. 2002.

CASTRO, A. F. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CASTRO, F. F. de. A Campanha Eleitoral de 1958 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 8, abril, 1960. Belo Horizonte: UFMG, p. 20-30.

CATANI, A. M. (org.). **Universidade na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1996.

CAVALCANTI, O. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

FURTADO, Celso. **Formação econômica** do Brasil. 14. ed. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 19-39.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio Madureira (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Rio

de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

COELHO, C. B. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

CORREIA, I. N. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORREIA, L. A. Ensino universitário em Parnaíba. In: **Almanaque da Parnaíba**. Bembém/Academia Parnaibana de Letras. Parnaíba: 1995.

CORREIA, L. A. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORSETTI, B.; VIZZOTTO, L.; PIEROZAN, S. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11, n. 21, p. 543-556, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acessado em: 23 nov. 2019.

COSTA, E. O Dep. Ezequias Costa fala das verbas asseguradas no orçamento para a Universidade. **O Dia**. Teresina, 30 ago. 1968, 1ª p.

COSTA, E. Universidade para o Piauí. C. "De tudo um Pouco". **O Dia**. Teresina, 29 maio. 1965, 6ª p.

CUNHA, C. da. **A emergência de uma universidade brasileira**: o resgate pela regionaliza. 1987. 473 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas: SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252659>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CUNHA, H. Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí. In: **Revista Acadêmica**. Teresina: 1935. nº 1, p. 2.

CUNHA, H. Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí. **Revista Acadêmica: Revista da Faculdade de Direito do Piauí**. Teresina, Ano I, nº 1, p. 28, maio/1935.

CUNHA, L. A. Acordo MEC-USAID. In: FGV/CPDOC. **Acordo MEC-USAID**. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada**. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, L. A. Relatório Meira Matos. In: FGV/CPDOC. **Relatório Meira Matos**.

2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/relatorio-meira-matos>. Acesso em: 3 jul. 2019.

DANIEL, Carlos. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga** (373 anos de Pedagogia no Piauí). Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

D'ARAUJO, M. C. Fatos & Imagens: O AI-5. In: FGV/CPDOC. **Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 3 jul. 2019.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad**, tomo I, Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). 1. ed. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, nº 82, Ano I, de 15.04.1931, p. 1.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, nº 287, ano V, 26.12.1935, p. 6.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUHY, 30.06.1936, p. 1.

DONGI, T. A. **Historia de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Eudeba, 1962.

DOURADO, L.; BUENO, M. O público e o privado na educação. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (orgs.) **Políticas e gestão da educação (1991-1997)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. p. 53-62. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Políticas+e+gestão+da+educação+\(1991-1997\)/4d8051b6-fb84-4c4a-b1fd-61cb6c0d1483?version=1.3](http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Políticas+e+gestão+da+educação+(1991-1997)/4d8051b6-fb84-4c4a-b1fd-61cb6c0d1483?version=1.3) Acesso em: 03 jul. 2019.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, A. A. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

EDITORIAL Comunidade e Liderança. **O Dia**, Teresina, 22/23 maio. 1966, 3ª p.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann. Revisão e representação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993, v 2.

ELIAS, N.; SCOTON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMÉRITO, A. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

ESTUDANTES Piauienses Universitários em Brasília fundam a Associação dos Universitários Piauienses em Brasília. **O Dia**. Teresina, 28/29 ago. 1966, última p.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ. **Ata da Congregação**, 1958.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da congregação**. Professor Marc Theophile Jacob sugeriu divisão de trabalhos para estudo da Proposta Curricular do Ciclo Básico e organização das disciplinas Mínimas e Optativas. 1971. p. 1-2.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da congregação**. Primeiro Ciclo Geral de Estudos (PCGE) da UFPI. Ano básico da Reforma Universitária.. 1972. p. 10.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da Congregação**. Primeiro Ciclo Geral de Estudos (PCGE). Composto de dois núcleos: um comum a todos, no primeiro núcleo. O diversificado, opção do candidato. 1972. p. 10.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da congregação**. Matrículas aplicação da nova Lei. Crédito fixado pelo currículo da UFPI. 1972. p. 10.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da Congregação**. Primeiro Ciclo Geral de Estudos (PCGE). Composto de dois núcleos: um comum a todos, no primeiro núcleo. O diversificado, opção do candidato. 1972. p. 10-11

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da Congregação**. Enquadramento de Professor. Sistema de Crédito.1972. p. 17-18.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998

FARIAS, M. S. de. **Raízes da criação da Universidade Federal do Acre**. 1996. 159f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252513>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade em busca da identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de

Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, M. L. A. **Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1991.

FAVERO, M. L. A. Autonomia e democratização da universidade. **Avaliação (Campinas)**, **RAIES**: Campinas/SP, v. 10, p. 75-86, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1326/1316>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERRAZ, R. W. Depoimento. **ANAIS do Seminário Presente do Passado**: A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2002.

FERREIRA, M. de M. (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FERREIRA, M. de M. **História, tempo presente e história oral**. Disponível em: www.revistatopoi.org/numero_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acessado em: 16 jan. 2009.

FERREIRA, M. de M. **Institucionalização e expansão da história oral**: dez anos de IOHA. *História Oral*, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9946>>. Acesso em 10 mai. 2009.

FERREIRA, M. de M. História oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

FERREIRA, O. S. **A Teoria da "Coisa Nossa"**: ou A visão do Público como Negócio Particular seguido de O Estado e a Oligarquia, e o Sistema. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. Digitalização autorizada: eBooksBrasil, 2004. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/coisanossa.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

FERRO, L. B. **Educação e saúde: o ensino odontológico no Piauí**. - História memória e realidade. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. 147 f.

FERRO, M. do A. B. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1994. 143 p. (Dissertação). Mestrado em Educação - Universidade Federal do Piauí, 1996.

FERRO, M. do A. B.; NASCIMENTO, F. de A. S.; SOUSA, L. L (orgs.). **História da Educação: novos olhares, velhas questões**. Teresina: EDUFPI, 2009.

FGV/CPDOC. **WALL FERRAZ**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico>. Acesso em: 6 jan. de 2017.

FGV/CPDOC. **Acordo MEC-USAID**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FGV/CPDOC. **Atos Institucionais**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FGV/CPDOC. **Escola Superior de Guerra**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FGV/CPDOC. **Fatos e Imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FGV/CPDOC. **O Governo de Juscelino Kubitschek**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FGV/CPDOC. **Relatório Meira Matos**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/relatorio-meira-matos>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FONSECA NETO, A. F. dos S. **A organização Universitária e suas interfaces com a estrutura de poder no Piauí**. 1998. 173f. Dissertação (Mestrado em Gestão universitária). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.

FONTINELES, C. C. da S. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI. 2015.

FRAGO, A. V. **Espacio y tempo, educación e historia**. Morelia, Mex: IMCED, 1996.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, C. **História de Teresina**. Teresina: FCMC, 1988.

FREITAS FILHO, Benedito da Rocha. Depoimento. **ANAIS do Seminário Presente do Passado**: A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2002

FREITAS FILHO, Benedito. da Rocha. **Faculdade de Direito do Piauí- 25 anos de sua história**. Teresina: [s.n.], 2003a.

FREITAS NETO, J. A. de. **A reforma universitária de Córdoba (1918)**: um manifesto por uma universidade latino-americana. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

GARRIDO, J. del A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997, p. 15.

GARRIDO, J. del A. Fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 1992. ago. 1993. Disponível em: file:///C:/Users/Francisca/Downloads/3_asfontesorais.pdf. Acessado em: 16 fev. 2016.

GHIRALDELLI JR., P. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 45-47.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEINZ, F. M. (org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HERMAN, A. **A ideia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M., ADORNO, T. W, (orgs). **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

IBGE. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. **Agência IBGE Notícias**. 30.08.2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**: Maranhão-Piauí. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – Tomo III - 1ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade**: a singularidade do caso português. São Paulo: editora USP, 1992.

JACOB, M. T. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, M. B. de; EUGÊNIO, J. K. **Gente de longe**: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006.

JORNAL A IMPRENSA, **Coluna Telegramma**, nº 60, 2.3.1926, p. 4.

JORNAL DO PIAUÍ, 21.09.1952, p. 4.

JORNAL DO PIAUÍ, de 15.08.1958, nº 254.

JORNAL **ESTADO DO PIAUÍ**. Teresina, n. 331, 16.04.1961. p. 1.

JUNQUEIRA, E. C. A. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico>. Acesso em: 6 jan. de 2017.

KIPNIS, B.; ALGARTE, R. Planejamento e avaliação educacionais. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coord.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil**: 1991-1997. Brasília: Anpae; Campinas: Autores Associados, 2001, p. 153-171.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **An International Problem of Serious Proportions**: a cooperação entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no combate à ancilostomíase e seus desdobramentos (1919-1929). 2013. 302f Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2013.

KURLANSKY, M. **1968**: o Ano que abalou o Mundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 5 ed. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2005.

LE GOFF, J. (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEITÃO, S. P. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. *Revista de Administração Pública da FGV*, Rio de Janeiro, v.4, n.19, p. 3-26, out./dez. 1985. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/945>. Acessado em: 5 fev. 2017.

LIMA, M. da F. C. **A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul (1961-1968)**. 2017. 301f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

LOPES, A. de P. C. **Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)**. 2001. 289f. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

LOPES, A. de P. C. Formando Elites Conductoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942-1971). **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, Vitória, UFES, maio, 2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1100.htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

LOPES, A. de P. de C. Luz, progresso e expansão intelectual: a elite comercial exportadora de Parnaíba e o lugar da educação no desenvolvimento do Piauí. In: BRANCO, E. de A. C.; NASCIMENTO, F. A. do; PINHEIRO, A. P. (orgs.). **Histórias: cultura, sociedade, cidades**. Recife: Bagaço, 2005. p. 61 – 70.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, E. Maria Teixeira; GALVÃO, A. Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOREIRO, F. P. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse. A política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp. Disponível: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/01/16/politica-e-economia-entre-1961-e-1964/>. Acessado em 30 dez 2019.

LUIS, Edson. Morte do estudante Edson Luís em 1968. <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/morte-do-estudante-edson-luis-em-1968-deflagra-protestos-no-pais-contraditadura-22470751>. Disponível em: *Jornal O Globo*. Ed. 29 de mar. 1968. Acessado em: 02 out. 2018.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Abril 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jul. 2019.

MARQUES, R. P. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

MEDEIROS, A. J. **Movimentos Sociais e Participação política**. Teresina: CEPAC,

1996.

MEIHY, J. C. S. B. **(Re)introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed., São Paulo: Malheiros. 2004.

MELO, A. M. V. V. de. **Os Alicerces da educação superior no Piauí**: avaliação das experiências das faculdades de direito e católica de filosofia (1930 – 1970). 2006. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MELLO, C. A. B. de. **Curso De Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2018.

MENDES, F. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. M. de (org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: FUNDAPI. 1995. p. 55 – 81.

MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). **Piauí**: evolução, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Harley, 1995.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Simplicio Mendes. Universidade do Piauí Cuide-se, agora da sua instituição. **O Dia**, Teresina, 21 maio. 1966. p. 3, c. "Televisão".

MENDES, I. **Parnaíba educação e sociedade**: da colonização ao fim do Estado Novo. Parnaíba: SIEART, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOROSINI, M. C. (org.). **Universidade no Mercosul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, F. A. do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e Teresina através de jornais diários na década de 1970. **CLIO**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 281, p. 1-26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240>. Acesso em 3 mar. de 2019.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NOVO SISTEMA DE ENSINO DA UNIVERSIDADE. **O ESTADO**. Teresina, 16 set.

1971, p. 2.

NUNES, C. P.; ABREU, I. G. de. Vilas e cidades do Piauí. In: NUNES, M. T. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. São Cristóvão, SE: ed UFS, 1999.

NUNES, E. de O. **Educação Superior no Brasil**: estudos, debates, controvérsias. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NUNES, H. Helvídio Nunes dirige mensagem ao povo piauiense pela aprovação do Parecer do relator no Congresso Nacional. **JORNAL DO PIAUÍ**. Teresina, 13 nov. 1968, p. 1.

NUNES, H. Helvídio Nunes sobre mensagem presidencial ao Congresso Nacional criando a Universidade Federal do Piauí. **O DIA**. Teresina, 19 nov. 1968, p. 1

NUNES, Helvídio. Helvídio dirige mensagem ao povo. **Jornal do Piauí**. Teresina, 25 dez. 1968, p. 6.

NUNES, P. P. Volto muito feliz, enfim Universidade criada. **O Dia**. Teresina, 18 out. 1968, 1ª p.

OLIVEIRA, R. P. de. A Educação na Assembleia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, O. (org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 153-190.

OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, **Educ. Soc.** Campinas: v. 30, n. 108, 2009, p. 736-760. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: 5 jan. 2017.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença**: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. 2003. 302f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

_____. **Universidade Brasileira e atitude de classe**: a prática docente entre 1930 e 1960. 1997. 152f, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI), 1997.

PENA, Leonardo. **Os Apóstolos dos tempos modernos**: A Companhia de Jesus e o pensamento neotomista em Portugal. Artigo apresentado ao Departamento de História da UFMG como avaliação na obtenção do título de Doutor, 2005. <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6HHPM3/sacrielar_palavras.pdf>. Acessado em: 2 abr. 2019.

PESAVENTO, S. J. O mundo como contexto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas: Asphe/UFPel, n. 14, p. 31-45, set/2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/download/30220/pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

PETITAT, A. **A produção da escola/ reprodução da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Tradução: Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PORTELLA, P. Petrónio Portella apresentou posicionamento do Senador que a ARENA estava intimamente ligada para continuar o trabalho de levantamento do povo do Piauí. **O Dia**. Teresina, 1 ago. 1970, 1ª p.

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1864**. (Lei n.º 565 de 05 de agosto de 1864).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1887**. (Lei n.º 599 de 09 de outubro de 1867).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1871**. (Lei n.º 753 de 29 de agosto de 1871).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1874**. (Resolução n.º 858 de 11 de julho de 1874).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1882**. (Resolução n.º 1.062 de 15 de julho de 1882).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1888**. (Resolução n.º 1.197 de 10 de outubro de 1888).

PIAUÍ. **Código de Leis Piauhyenses para o ano de 1909**. (Decreto n.º 995 de 03 de fevereiro de 1909).

PIAUÍ. **Decreto Nº 1.196 de 13 de abril de 1931**. Interventor do Estado reconheceu a Faculdade Isolada de Direito - estabelecimento de ensino superior. Publicado DOU.

PIAUÍ. **Lei n. 2.016, de 26 de novembro de 1960**. Cria as Faculdades de Serviço Social, Enfermagem e Medicina. Publicado no DOE.

PIAUÍ. **Decreto Nº 681- 3 de fevereiro de 1966**. Cria a Faculdade de Medicina. Publicado no DOE.

PIAUÍ. **Lei Estadual nº 2.745 de 10 de agosto de 1966**. Cria a Fundação de Ensino Superior do Piauí (FESPI). Publicado no DOE

PIAUÍ. **Decreto Estadual nº 694 de 11-8-1966**. Cria Faculdade de Medicina do Piauí. Publicado no DOE.

PIAUÍ. **Lei nº 2.887 de 5-7-1968**. Teresina: Imprensa oficial, 1968.

PIAUÍ. **Mensagem do governador José da Rocha Furtado a Assembleia Legislativa em sua sessão ordinária de 1950**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ, **Mensagem do governador Pedro de Almendra Freitas a assembleia Legislativa em sua sessão legislativa de 1951**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

Piauí. **Mensagem do governador Pedro de Almendra Freitas a Assembleia Legislativa em sua sessão legislativa de 1952**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ. **Mensagem do governador Pedro de Almendra Freitas a Assembleia Legislativa em sua sessão legislativa de 1953**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ. **Mensagem do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues a assembleia Legislativa em sua sessão ordinária de 1 de junho de 1961**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado em 31 de janeiro de 1967 pelo governador Helvidio Nunes de Barros relativa à administração estadual no exercício de 1966**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado em 31 de janeiro de 1969 pelo governador Helvidio Nunes de Barros relativa à administração estadual no exercício de 1968**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PIAUÍ. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado em 31 de março de 1970 pelo governador Helvidio Nunes de Barros relativa à administração estadual no exercício de 1968**. Arquivo Público (Casa Anísio Brito).

PINHEIRO, M. F. O Público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 214-302

PIRES, J. N. de C. **Simplicio Dias da Silva: seu nascimento até sua morte**. Parnaíba: SIEART. 2008.

PIRES, J. N. de C. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. CPDOC/Vértice. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 16 jan. 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.

PRADO, Giovani. Giovani Prado proprietário de terrenos na região na Socopo noticia à imprensa que cederia à UFPI uma faixa de terra. **O DIA**. Teresina, 13 mar.1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** – colônia. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

QUEIROZ, T. de J. M. História e Olhar sobre as fontes. In: **Caderno de Teresina**. Teresina, FCMC, ano 10, n.24, dezembro de 1996.

RAMÍREZ, H. R. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. 2005. 709f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

RAMÍREZ, H. R. **La Universidad de Córdoba: socialización y reproducción de la elite em el período colonial y principios del independiente**. Córdoba, Arg: Ferreyra Editor, 2002.

REFORMA universitária: relatório do Grupo de Trabalho. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 119-175, jul./set. 1968.

RELATÓRIO Meira Matos. Paz e Terra, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 199-241, out. 1969.

RÉMOND, R. **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1974.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROCHA, F. Maio de 1968: há 50 anos começava 'o ano que não acabou'. **cidadeverde.com**. 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/fenelonrocha/91401/maio-de-1968-ha-50-anos-comecava-o-ano-que-nao-acabou>. Acesso em: 7 jul. 2019.

ROCHA, Z. Depoimento. In: BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga (373 anos de Pedagogia no Piauí)**. Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

RODRIGUES, F. das C. C. **Discursos**. Brasília: 1992.p. 11-12.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. 1. Reimpressão. Tradução de Chistian Edward Cyrii Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A Influência da Igreja Católica na Educação Brasileira: Da Companhia de Jesus ao Ensino superior.** Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9252>. Acessado em: 2 abr. 2019.

SALES, G. A Universidade do Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. 42. ed. Parnaíba: Bembém/Academia Parnaibana de Letras, 1965.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. 2. ed. Brasília: EdUnB, 2007.

SANFELICE, J. L. **O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a05v2876.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

SANTANA, R. N. M. de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008

SANTANA, R. N. M. de. (org.). **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

SANTANA, R. N. M. de. **Introdução à problemática da economia piauiense**. Teresina: Centro de Pesquisas Tecnológicas do Piauí, 1957.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SANTANA, R. N. M. Universidade do Piauí. **Jornal O Dia**. Teresina, 28.11.63, p. 4.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS M.. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP. 2008

SANTOS, M.. B. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

SANTOS JÚNIOR, R. de C. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

SARAVA, H. U. Reitor Hécio Ulhôa Saraiva Reitor retorna de Brasília informando que conseguiu liberação de recursos consignados no orçamento. **O DIA**. Teresina, 07 mai. 1971, p.8.

SARAVA, H. U. Reitor Hécio Ulhôa Saraiva. O poder jovem mandando no conturbado mundo universitário. **O ESTADO**. Teresina, 20 mai. 1971, p. 2.

SARAVA, H. U. Hécio Ulhôa Saraiva será empossado Reitor da UFPI em Brasília em 14.06.1971. **O ESTADO**, Teresina, 13-6-1971, p. 10.

SARAVA, H. U. Hécio Ulhôa Saraiva retorna a Teresina oito dias após a sua posse, acompanhado de equipe técnica do MEC na missão de implantar a Universidade do

Piauí. **O ESTADO**, Teresina, 15-6-1971, p. 2.

SARAIVA, H. U. Hécio Ulhôa Saraiva diz que a universidade moderna deve estar voltada para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento regional. **O ESTADO**, Teresina, 15-6-1971, p. 2.

SARAIVA, H. U. Hécio Ulhôa Saraiva posse em Teresina explicação do modelo de gestão. Pede a união e esforço de todos. **O ESTADO**. Teresina, 25 jun. 1971, p. 2.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

SENRA, N. de C. Introdução. In: SENRA, N. de C. (org.). **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. p. 9-14. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li44769.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SERRANO, J. **Atcon e a universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Equipe técnica de planejamento, Pesquisa e Empreendimentos Ltda, 1974.

SILVA, A. T. **Entrevista** [abr. 2008] concedida a Elivaldo Barbosa. Teresina: Jornal do Piauí. TV Cidade Verde.

SILVA FILHO, F. Pereira da. **Curso de administração da UFPI: história e mercado de trabalho do administrador**. Teresina: EDUFPI, 2007.

SILVA, S. B. da. 50 anos em 5: o Plano de Metas. In: FGV/CPDOC. **O Governo de Juscelino Kubitschek**. 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SILVEIRA FILHO, J. C. da. Universidade do Piauí. **Jornal O Dia**. Teresina, 21.2.64, Coluna J.C. F, p. 2.

SILVEIRA FILHO, J. C. da. **Memorial entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco**. Teresina, Conselho Estadual de Educação, 1965. (mimeo).

SILVEIRA FILHO, J. C. da. **Pequena História do Piauí**. Teresina: Edições O Monitor, 1969.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v. 22, n. 2 p. 136-152, jul./dez., 2013.

SOCIEDADE DE AGRONOMIA fala pelo Piauí: a Universidade. **O Dia**, Teresina, 26/27 jun. 1966, p. 1.

SOUSA, F. M. de; BOMFIM, M. do C. A. do.; PEREIRA; M. das G. M. R. (Org.) **Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia na História da Educação do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SOUZA, C. L. de; AWAD, J. di C. M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2012. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5179&secao=427. Acesso em: 17 abr. 2018.

SOUZA, G. I. de. **Rudolph Atcon, entre o Educacional e o Urbanístico na definição de diretrizes para Campi Universitários no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Ambiente Construído). 2015. 123 p. Juiz de Fora: Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/files/2015/06/GABRIELLA-INHAN-DE-SOUZA.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSITO, M. P. **O Povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1984.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** – vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005,

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política** v. 19, nº 39: 115-137 JUN. 2011. Original publicado na revista *Dædalus*. Título de "Prosopography" (Cambridge, Mass., v. 100, n. 1, p. 46-79, Winter 1971). Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689>. Acessado em: 5 fev. 2018.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, A. Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.47, n.105, jan./mar. 1967. p.55-67. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

TEIXEIRA, A. Funções da universidade. **Boletim Informativo CAPES**. Rio de

Janeiro, n.135, Fev. 1964. p.1-2. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/funcoes.html>. Acesso em: 22. fev. 2015.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina em dados e números**. Ano 2018 Planilha: População.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIGUEIRO, Durmeval Trigueiro. Expansão do ensino superior no Brasil. In: **Ensaio sobre educação e universidade**. (Orgs.). FÁVERO, M. de L. de A. BRITTO, J. de M. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 73-105 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata de instalação da Fundação Universidade Federal do Piauí**. Teresina: 1971. Arquivo da UFPI. Campus Petrônio Portella.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ata da primeira reunião preparatória, para estruturação do departamento de educação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: 1972. Disponível em: https://ufpi.br/images/CCE/ATAS/ATA_da_Comissao_encaarregada_de_estudar_a_e_struturacao_do_Departamento_de_Educacao.pdf. Acessado em 5 mai. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ato da Reitoria nº 1123/81**. Arquivo da UFPI. Campus Petrônio Portella.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ato da Reitoria nº 364/76**. Arquivo da UFPI. Campus Ministro Reis Veloso.

UFPI-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral**. http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf. Acessado em: 5 fev. 2017.

UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí, elaborado pela Comissão formada por piauiense**. http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf. acessado em: 5 fev. 2017.

UFPI -UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí, elaborado em 1973 na administração do Professor Hércio Uihôa Saraiva**.http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf. Acessado em: 5 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº. 15/71**. Livro de Atas de Reunião da Congregação Campus Ministro Reis Veloso. Fl. 5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Nº 16/71**. Cria o Departamento de Educação na Universidade Federal do Piauí, e dá organização e estrutura o

funcionamento do ensino de educação. Disponível em: <https://ufpi.br/historico>. Acessado em: 12 abr. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Ato da Reitoria da UFPI N° 125/74**. Arquivo da UFPI. Campus Petrônio Portella.

VARGAS, T. P. Particularidades da formação do capitalismo brasileiro: polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil. **Cadernos Cemarx**, nº5, 2009. p. 141-154. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1380>. Acesso em: 3 jul. 2019.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VASCONCELOS, I. M. **A Federalização do Ensino Superior no Brasil**. 2007. Dissertação. 134 p. (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcas ao bacharelismo 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VILLALOBOS, J. E. R. **Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade**. São Paulo: Pioneira, 1969.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: LISTAS BIOGRÁFICAS

LISTA BIOGRÁFICA Nº 01: SELEÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE
FEDERAL DE DIREITO DO PIAUÍ, PERÍODO DE 1968-1971

ABREU, Flávio Teixeira de. Professor e Advogado. Bacharel em Direito. Nasceu na cidade de Caxias-MA, em 1932. Filho de João Luiz de Abreu e Amália A. Teixeira de Abreu. Admitido na Universidade Federal do Piauí em 1970. Professor Colaborador. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.810,00 (hum mil, oitocentos e dez cruzeiros).

ALMENDRA, Francisco Alberto Gayoso. Professor e Advogado. Bacharel em Direito. Nasceu em Teresina-PI, em 1940. Filho de Francisco Pires de Gayoso e Almendra e Clara Maria Alexandrino Gayoso e Almendra. Admitido na Universidade Federal do Piauí em 1970. Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

BEZERRA, Joaquim de Alencar. Professor e Magistrado. Bacharel em Direito. Pós-Graduado em Direito Civil e Introdução do Direito Civil. Nasceu na cidade de Pio IX-PI, em 1936. Filho de João Osório Porfírio da Mota e Marcelina P. da Mota. Admitido na Universidade Federal do Piauí, em 1971, como Professor Colaborador III. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Salário: Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL.

CARVALHO, Robert Wall Barbosa de. Professor e Advogado. Bacharel em Direito (1939) pela Faculdade de Direito do Maranhão. Nasceu em Caxias-MA, em 1918. Filho de Cronwell Barbosa de Carvalho e Virgínia M. de Carvalho. Foi Professor catedrático, por concurso, da Faculdade Federal de Direito do Piauí, das disciplinas Direito Civil, Penal, Constitucional, Administrativo, Internacional Público e Privado, Judiciário Penal, Medicina Legal e de Direito Civil. Diretor dessa Faculdade, implantou a Universidade Federal do Piauí, como seu 1º Reitor, na qual foi admitido

em 1971. Com a mudança para a UFPI, foi Professor Titular. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Foi Redator-Chefe e Diretor-Geral da Imprensa Oficial, Chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado, Chefe de Polícia. Como Magistrado, exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça entre 1960 a 1963. No Tribunal de Justiça, iniciou a reforma da Lei de Organização Judiciária. Foi Corregedor-Geral da Justiça. Compôs o quadro do colendo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, exercendo os cargos de Juiz Suplente em 1962, sendo reconduzido em 1965, e de Juiz Efetivo em 1967. No magistério, lecionou História do Brasil no Colégio Estadual Zacarias de Góes e na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Fez parte de instituições e entidades: Ordem dos Advogados do Piauí; Sociedade Brasileira de Criminologia; o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí; a Associação dos Magistrados Piauienses; a Academia Piauiense de Ciências Médicas e Academia Piauiense de Letras. Aposentou-se como Desembargador. Publicou: *Da Necessidade da Pena Capital para a Repressão e Prevenção do Homicídio; Do Suicídio e do Induzimento, Instigação ou auxílio à sua Prática; Do Adulterio e da Inutilidade da sua Incriminação*. Faleceu em 1984.

CERQUEIRA, Manfrede Mendes de. Professor e Funcionário Público Estadual. Procurador da Justiça. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Filho de Francisco Paulo de Cerqueira e Judith Mendes Andrade Rocha. Nasceu em Piracuruca-PI, em 1925. Professor de Português, Legislação Aplicada e Estudos Sociais, em escolas das cidades de Piracuruca e Teresina. Professor de Direito Comercial na Faculdade Federal de Direito do Piauí na qual foi admitido em 1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor colaborador. Foi Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Promotor Público de Piracuruca-PI. Secretário do Interior e Segurança Pública. Advogado Geral do Estado. Procurador da Justiça junto ao Tribunal de Contas do Estado. Presidente do Tribunal de Justiça. Membro da Academia Piauiense de Letras. Escreveu os livros: *Como Direito É* (1983); *Matéria Eleitoral* (1989); *Teoria e Prática Falimentar; Justiça Criminal*,

Estudos de Organização Judiciária (1989); *Estudos de Direito Judiciário* (1989); *O direito Privado Moderno*.

CHAIB, Jorge Azar. Professor e advogado. Bacharel em Direito. Nasceu na cidade do Teresina-PI, em 1920. Filho de Azar Salomão Chaib e Adélia Chaib. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1965. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES em 1971, como Professor Colaborador IV. Além de Professor, foi subchefe de departamento. Regime de Trabalho: Tempo Integral. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$4.600,00 (quatro mil e seiscentos cruzeiros).

FREITAS, José de Ribamar de. Professor. Bacharel em Direito. Nasceu em Teresina-PI, em 1925. Filho de Paulino Pinto de Freitas e Carminda Monte de Freitas. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, em 1971, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. Ministrava aulas nos cursos de Direito e Letras, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

FREITAS, Paulo de Tarso Mello e. Professor e Magistrado. Bacharel em Direito. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Piauí (1953). Nasceu em Teresina-PI, em 1930. Filho de Felismino Freitas Weser e Celina de C. M. Freitas. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1967. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.434,00 (hum mil, quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros). Foi professor do Colégio Zacarias de Góis (Liceu Piauiense) e da Escola Técnica do Comércio Felismino Weser. Diretor do Colégio Demóstenes Avelino. Na UFPI, ministrou as disciplinas de Direito Judiciário, Civil, Penal, Penitenciário, Eleitoral e de Organização Judiciária. Foi Diretor da Escola Superior de Magistratura (1988). Foi Primeiro Juiz Auditor da Justiça Militar do Piauí. Jornalista. Diretor da revista *Piauí Judiciário*. Membro do Conselho Penitenciário.

Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses. Relator dos Congressos dos Magistrados de Vitória, Petrópolis, Fortaleza, Maceió e Salvador. Acadêmico da Academia Piauiense de Letras. Recebeu da Associação dos Magistrados Brasileiros a Medalha do Mérito Judiciário em reconhecimento pelos trabalhos realizados. Aposentou-se como Desembargador em 1990. Publicou: *Crime e Latrocínio; O menor no Direito do Trabalho; Sentenças no Cível e Segurança no Crime*. Faleceu em janeiro de 2017.

NOGUEIRA, Edgard. Professor e Magistrado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará (1936). Nasceu em Teresina-PI, em 1913. Filho de Júlio César Nogueira e Maria do Rêgo Nogueira. Professor de Geografia e Cosmografia do Liceu Piauiense (1937). Inspetor Federal de Ensino. Tabela Pública concursado. Escrivão da 2ª Zona Eleitora de Teresina-PI. Presidente do Banco Comercial e Agrícola (BEP). Consultor Jurídico do Estado. Professor catedrático de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito do Piauí, da qual foi Diretor. Admitido na Universidade Federal do Piauí em 1970. Professor Titular. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Professor Emérito da UFPI. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.652,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros). Promotor Público, por concurso, em Teresina. Chefe de Polícia interino. Diretor do Gabinete de Identificação do Estado e do Instituto de Criminalística. Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses. Presidente da Academia Piauiense de Letras. Fundador e Diretor da Revista *Piauí Judiciário*. Advogado. Deputado Estadual (1948-1951 e 1951-1955), que renunciou para assumir a Cátedra na Faculdade de Direito do Piauí. Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça, eleito para seis biênios. Publicou uma série de estudos de Direito Penal e Processo Penal.

MAGALHÃES, Francisco das Chagas Ribeiro. Professor e Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí. Pós-Graduado em Direito Civil e Introdução do Direito Civil. Nasceu na cidade de Piracuruca-PI, em 1925. Filho de José Firmino Magalhães e Marcelina P. da Mota. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES como Professor Colaborador III. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas

semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de CR\$1.225,00 (hum mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Político, teve passagem pela UDN. No PDC, fez sua estreia política como primeiro suplente de deputado estadual em 1962. Assumindo em 1964 como deputado estadual após a cassação de Celso Barros pelo Regime Militar de 1964. Foi reeleito pela ARENA em 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982. Líder dos governos de Helvídio Nunes de Barros e Alberto Tavares e Silva. A este último, serviu como secretário de Governo. Assumiu o governo do Estado interinamente por duas vezes, neste período.

MONTEIRO, Rosamarino do Rêgo. Professor e Funcionário Público. Bacharel em Direito. Nasceu em Valença-PI, em 1923. Filho de João Almendra do Rêgo Monteiro e Laura do R. R. Monteiro. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.434,00 (hum mil, quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros).

MONTEIRO NETO, Benjamin do Rego. Professor e Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói-RJ (1939). Doutor em Direito, tendo recebido o grau da tese “A Igualdade dos Estados e o Direito de Veto no Conselho de Segurança da ONU”, no concurso para Professor Catedrático da Faculdade Federal de Direito do Piauí. Nasceu em Teresina-PI, em 1915. Filho de João Almendra do Rêgo Monteiro e Laura Rosa do Rego Monteiro. Técnico em Educação. Inspetor de Ensino do MEC. Professor de Direito Constitucional. Professor de Sociologia na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Ministrou as disciplinas: Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado. Professor do Curso de Mestrado em Direito Público, lecionou a disciplina Desenvolvimento e as Implicações Internacionais, na Universidade Federal do Ceará (1971). Consultor Jurídico do Estado do Piauí. Procurador dos Feitos da Fazenda e do Tribunal de Contas do

Estado. Presidente do Conselho Estadual da Cultura e da Academia Piauiense de Letras. Jornalista. Colaborou com vários jornais piauienses: *O Dominical*, *O Dia*, *Estado do Piauí*. Publicou: *A Santa Sé no Direito Internacional*, *O Cristianismo*, *Direito da Sociedade Humana*. Nomeado Juiz do TER-PI por Decreto do Presidente da República. Assumiu o cargo em 1974. Foi reconduzido em 1976. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL.

NOGUEIRA, Luiz Nodge. Advogado e Professor. Bacharel em Direito. Filho de Júlio César Nogueira e Maria do Rego Nogueira. Nasceu em Teresina-PI, em 1914. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1954. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (1971), foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor Titular, Tempo Parcial de 12 horas semanais. Foi Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (um mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

NUNES, Vespasiano José de Rubim. Bacharel em Direito. Professor, Advogado e Funcionário Público Federal. Nasceu em Coelho Neto-MA, em 1925. Filho de Dino de Carvalho Nunes e Maria Dolores Nunes. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

OMATTI, Fides Angélica de Castro Veloso Mendes. Professora e Advogada. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Federal de Direito do Piauí (1969). Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1976). Filha de Manoel M. da Silva e Diva de C. Veloso Mendes. Nasceu em Floriano-PI em 1945. Admitida na Universidade Federal do Piauí como Professora Colaboradora II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotada no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

PEREIRA, José Eduardo. Professor e advogado. Bacharel em Direito. Nasceu na

cidade do Rio de Janeiro-GB, em 1929. Filho de João Eduardo Pereira e Elisa Eduardo. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1965. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Ministrava aulas nos cursos de Direito e Letras.

ROCHA, Antonio dos Santos. Professor e Advogado. Bacharel em Direito. Filho de Moisés Pereira dos Santos Rocha e Rosa S. da Rocha Santos. Nasceu em Jerumenha-PI, em 1917. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 1967. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

SOBRAL, Heli Ferreira. Magistrado e Professor. Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí. Nasceu em Amarante-PI, em 1913. Filho de Antonio Ferreira Sobral e Maria C. M. Sobral. Admitido na Faculdade Federal de Direito do Piauí em 01-4-1966. Ministrou as disciplinas Direito Internacional Público e Privado e de Direito Penal. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de CR\$1.380,00 (hum mil e trezentos e oitenta cruzeiros). Desembargador. Corregedor Geral de Justiça. Juiz Suplente do TRE-PI. Em 1970, foi escolhido pelo Tribunal de Justiça para o cargo de Juiz Efetivo daquele Tribunal.

VIANA, Luiz Gonzaga soares. Professor e Advogado. Bacharel em Direito. Nasceu na cidade de São Francisco-MA, em 1935. Filho de Hermes Soares Viana e Laura Vilanova Viana. Admitido na Universidade Federal do Piauí em 1970. Professor Colaborador SE. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. Salário: Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

LISTA BIOGRÁFICA Nº 02: SELEÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE
CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ, PERÍODO DE 1968-1971

BENÍCIO, Sarah Maria Mourão. Professora, graduada em Línguas Anglo-Germânicas. Nasceu em Pedro II-PI, em 1938. Filha de Domingos Mourão Filho e Rosa Edith de A. Mourão. Professora de Inglês. Admitida no Quadro de Professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em março de 1972, na categoria de Professor Colaborador I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotada no Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. Salário de Cr\$1.508,00 (hum mil, quinhentos e oito cruzeiros).

BRESCIANI, Carlos. Professor e Sacerdote. Graduado em Filosofia e Teologia. Nasceu em Arco di Trento, Itália, em 1912. Filho de Edoardo Bresciani e Carlotta Lutteri. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1960. Professor de Teologia e Doutrina Social da Igreja. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador IV. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

COELHO, Celso Barros. Professor e Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí, turma de 1953. Nasceu em Bastos Bons-MA, em 1922. Filho de Francisco Coelho de Sousa e Alcini Barros Coelho. Um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Admitido pela Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1958, onde lecionou as disciplinas Literatura Latina e Literatura Portuguesa. Em 1967, prestou concurso para a cadeira de Direito Civil, tornando-se professor titular da Faculdade Federal de Direito do Piauí. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador IV. Regime de Trabalho: Horista, Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Foi professor visitante na Universidade de Brasília (1985-1986), na Escola Superior da Magistratura do Piauí e na Escola Superior da Advocacia do Piauí, na qual integrou o conselho

diretor. Foi procurador autárquico federal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), função da qual já se aposentou. Foi advogado e ex-presidente da OAB-PI por cinco mandatos (1964-1974). Prestou assessoramento jurídico na elaboração de três Constituições estaduais, dos Estados do Piauí, Maranhão e Tocantins. Membro honorário vitalício da seccional piauiense da Ordem dos Advogados do Brasil. É escritor, membro da Academia Piauiense de Letras, tendo sido seu presidente por dois anos (1998-2000). Integra os quadros das instituições: Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado (Rio de Janeiro); Instituto de Direito Natural (Brasília); Instituto dos Advogados Piauienses; Instituto dos Advogados Brasileiros (Rio de Janeiro); Academia Piauiense de Letras Jurídicas; Academia de Letras, História e Ecologia da Região Integrada de Pastos Bons (da qual é presidente) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ser sócio correspondente da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Carioca de Letras. Foi Deputado Estadual (PDC 1962) e Deputado Federal (MDB 1974). Exerce a profissão de advogado.

BULFONI, Giuseppe. Sacerdote e Professor. Graduado em Filosofia e Teologia. Nasceu em Treppo Grande, Udine, Itália, em 1915. Filho de Pietro Bulfoni e Elisa Gasparini. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1960. Professor de Teologia e Introdução a Filosofia. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

FERREIRA, Cláudio Francisco. Professor. Bacharel em Ciências Jurídicas e Teologia. Nasceu em Valença-PI, em 1911. Filho de José Francisco Ferreira da Silva e Maria C. da Silva. Admitido pela Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1958. Professor de História da Filosofia e Didática. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador II, Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (um mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

LOPES, Maria José de Sousa. Professora. Graduada em Letras e Bacharel em Direito. Nasceu em São Raimundo Nonato-PI, em 1941. Filha de Porfírio Lopes de Oliveira e Lacir C. S. Lopes. Admitida na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 03-1973, como Professor Colaborador I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotada no Departamento de Letras do Centro de Ciência Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.508,00 (hum mil, quinhentos e oito cruzeiros).

MELO, Raimundo Nonato de Carvalho. Sacerdote e Professor. Bacharel em Filosofia. Nasceu em União-PI, em 1925. Filho de Onofre de Carvalho Melo e Ana de Sampaio Melo. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1958. Professor de Introdução a Filosofia e Ética. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador III. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

NOGUEIRA, Rui Martins. Professor. Bacharel em Ciências Sociais. Nasceu em Pimenteiras-PI, em 1931. Filho de Cineas Martins Nogueira e Davina X. Barbosa Nogueira. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1968. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Adjunto. Regime de Trabalho: Tempo Integral, 44 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.810,00 (hum mil, oitocentos e dez cruzeiros).

LOPES, Homero Bento. Sacerdote e Professor. Bacharel em Filosofia e Teologia. Nasceu em 1935. Filho de Solano Nunes Lopes e Raimunda S. Bento Lopes. Admitido pela Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1967. Professor de História da Filosofia e Cosmologia. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professores daquela IES como Professor Colaborador I, em 01-03-1972. Regime de Trabalho: Tempo Integral, 44 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.810,00 (hum mil, oitocentos e dez cruzeiros).

NUNES, Manoel Paulo. Professor e Advogado. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Federal de Direito do Piauí (1950). Nasceu em Regeneração-PI, em 1925. Filho de Francisco de Paula Teixeira Nunes e Raimunda da Silva Nunes. Professor de Português dos Colégios Demóstenes Avelino (1945-51), São Francisco de Sales (1946-1953), Zacarias de Góis e Vasconcelos (1947-1976). Foi admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI (1959-1971) para lecionar a disciplina Literatura Portuguesa. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES como Professor Titular. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL com Salário Especial. Foi técnico em Assuntos Educacionais do MEC. Colaborou com a criação da UFPI. É escritor e ensaísta. Presidiu a Academia Piauiense de Letras, onde ocupa a cadeira 38. Colaborador assíduo da imprensa de Teresina e de Brasília. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e presidente do Conselho Estadual de Cultura.

NUNES, Teresinha Pinheiro Leal. Professora. Licenciada em Letras. Nasceu em Cedro-CE, em 1929. Filha de José Uchoa Pinheiro e Maria Luísa Soares Pinheiro. Admitida na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1958. Professora das disciplinas Língua e literatura Espanhola e Língua Hispano-americana. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrada ao Quadro de Professor daquela IES como Professora Colaboradora II. Regime de Trabalho: Tempo de Parcial, 24 horas semanais. Lotada no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências HUMANAS e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

PEREIRA, José Reis. Professor. Licenciado em Letras. Nasceu em São João do Piauí-PI, em 1940. Filho de Constantino Pereira de Sousa e Azenethe de Carvalho Reis de Sousa. Admitido na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, integrando ao Quadro de Professor daquela IES como Professor Colaborador I. Professor das disciplinas Português I, Introdução à Linguística, Sintaxe e Semântica Estruturais. Regime de Trabalho: Tempo Integral, Dedicção Exclusiva (TIDE). Lotado no Centro de Ciência Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$3.318,00 (três mil, trezentos e dezoito cruzeiros). Foi membro da Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE).

RAMOS FILHO, Cazimiro Távora. Professor. Bacharel em Ciências Jurídicas. Nasceu em Caucaia-CE, em 1939. Filho de Casimiro Lopes Ramos e Idalina Távora Ramos. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1969. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES como Professor Colaborador I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil e duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

REIS, Maria Gomes Figueiredo dos. Professora. Graduada em Línguas Neolatinas. Nasceu em Juazeiro do Norte-CE, em 1937. Filha de Severino Cândido de Figueiredo e Lina Gomes de Figueiredo. Admitida na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 1971, foi integrada ao Quadro de Professor daquela IES como Professora Colaboradora I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotada no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

RIBEIRO, Pedro Mendes. Professor. Graduado em Filosofia. Nasceu em Teresina-PI, em 1931. Filho de Manoel Ribeiro Soares e Filomena M. Ribeiro. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1969. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES como Professor Colaborador II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

SOARES, Raimundo José Airesmoraes. Sacerdote e Professor. Bacharel em Teologia e Filosofia (Roma). Nasceu em São Pedro do Piauí-PI, em 1933. Filho de Eduardo Batista Soares e Lídia Airesmoraes Batista. Admitido na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, em 1969. Foi seu segundo Diretor. Professor das disciplinas Introdução à Filosofia, História da Filosofia e Metodologia Científica. Com a criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1971, foi integrado ao Quadro de Professor daquela IES, como Professor Colaborador IV. Regime de

Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

SOUZA, Theresilda Contija Tostes Ribeiro de Oliveira. Professora. Graduada em Línguas Neolatinas. Nasceu em Belo Horizonte-MG, em 1937. Filha de Gustavo Drummond Tostes e Cecy Contija Tostes. Admitido na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 1972, integrando o Quadro de Professor daquela IES, como Professora Colaboradora IV. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotada no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.810,00 (hum mil, oitocentos e dez cruzeiros).

LISTA BIOGRÁFICA Nº 03: SELEÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DO PIAUÍ, PERÍODO DE 1968-1971

ARCOVERDE, Dirceu Mendes. Médico e Professor. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Filho de Miguel Arcoverde Vieira e Augusta Mendes Arcoverde. Nasceu em Amarante-PI, em 1925. Um dos fundadores da faculdade de Odontologia do Piauí, em 1960. Com a criação da Faculdade de Medicina do Piauí, em 1966, torna-se professor também dessa Faculdade. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, passa a fazer parte do Quadro de Professores daquela IES. Foi eleito governador do Piauí após indicação de Ernesto Geisel, em 1974. Senador da República, em 1978, falecendo no início do mandato.

FRANCO, Francisco das Chagas. Cirurgião-Dentista, Professor. Bacharel em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense (1942). Filho de Elizeu F. Franco e Zulmira de Castro Machado Franco. Nasceu em União-PI, em 24-5-1917. Um dos fundadores da Faculdade de Odontologia. Com a criação da UFPI, passou a integrar o Quadro dessa IES. Faleceu em Teresina em 20-05-1998.

CAVALCANTI, Oscar Olímpio. Cirurgião-Dentista, Professor e Advogado. Bacharel em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (1942). Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí. Nasceu em Uruçui-PI, em 12-9-1916. Filho de Miguel Cavalcanti e Ame Olímpio Cavalcante. Um dos fundadores da Faculdade de Odontologia, e seu primeiro Diretor. Faleceu em Teresina em 19-8-1996.

COSTA, João de Almeida. Cirurgião-Dentista e Professor. Bacharel em Odontologia pela faculdade de Medicina da Universidade de Recife e Escolas Anexas de Farmácia e Odontologia. Nasceu em Inhuma-PI, em 23-12-1924. Filho de Acilino José de Almeida e Antonia de Almeida Costa. Um dos fundadores da Faculdade de Odontologia do Piauí. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, passa a fazer parte do Quadro de Professores daquela IES. Faleceu em 2-3-1989

HIDD, Waldimir Elias. Cirurgião-Dentista, Professor. Bacharel em Odontologia pela Universidade do Ceará (1946). Filho de Elias Hidd e Nagib Cury Hidd. Nasceu em Teresina-PI, em 10-7-1917. Um dos fundadores da Faculdade de Odontologia. Com a criação da UFPI, passou a integrar o Quadro dessa IES. Faleceu em Teresina em 20-5-1998.

LEAL, Sebastião Rocha. Cirurgião-Dentista e Professor. Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Nasceu em Uruçui-PI, em 1925. Filho de Manoel Mendes Leal e Maria Rocha Leal. Um dos fundadores da faculdade de Odontologia do Piauí em 1963. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, passou a fazer parte do Quadro de Professores daquela IES. Político, exerceu oito mandatos de deputado estadual pelo Piauí. Vice-governador em 1970. Sua carreira política teve início sob a legenda do PSD – Partido Democrático Social. Por esse partido foi eleito deputado estadual em 1958 e 1962, ingressando na ARENA – Aliança Renovadora Nacional, tão logo os partidos políticos foram extintos pelos militares, o que lhe valeu um novo mandato em 1966. Foi secretário de Segurança e de Justiça nos governos de Petrônio Portela e de Helvío Nunes, na década de 1960. No governo de Dirceu Arcoverde (1975-1978), foi Secretário de Segurança Pública e de Governo (interino) no primeiro governo de Hugo Napoleão. Em 1974 e 1978, retornou à assembleia legislativa, retomando o caminho do PDS e a seguir do PFL – Partido da Frente Liberal (1985), durante a década de oitenta, obtendo novos mandatos políticos em 1982, 1986 e 1990.

LOPES, Francisco das Chagas Machado. Médico. Graduado em medicina pela Universidade da Bahia (1930). Doutor em Análise Clínica. Nascido em Porto Alegre, atual Luzilândia-PI, em 25-4-1911. Em sua formação escolar e profissional, estudou no Colégio Diocesano, em Teresina. Foi Professor do Liceu Piauiense. Um dos fundadores das Faculdades de Odontologia de Medicina do Piauí e da Universidade Federal do Piauí, nas quais exerceu a docência. No exercício da medicina foi considerado “médico de visão e criterioso”. Exerceu o cargo de superintendente do serviço médico do extinto Instituto de Assistência e Previdência dos Comerciários (IAPC). Foi um dos fundadores do Conselho Regional de Medicina (CRM-PI). Compôs a equipe da Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE) da UFPI (1971), assumindo a presidência desde em 1974. Boa parte de sua história foi pautada em ações nobres realizadas, principalmente ligadas à comunidade acadêmica da UFPI, à frente da COPEVE, desde os primórdios da fundação da Universidade Federal do Piauí até o final da sua existência, em 1990.

MARQUES, Antônio José Pacífico. Odontólogo (Cirurgião-Dentista). Bacharel em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis-MA (1948).

Nascido em Floriano-PI, em 08-6-1921. Filho de Fernando de Oliveira Marques e Amélia Coelho Marques. Um dos fundadores das Faculdades de Odontologia do Piauí. Após a criação da Universidade Federal do Piauí, passou a compor o quadro dessa IES. Faleceu em 15-12-1994.

MELO, Bernardo Pontes Ribeiro. Cirurgião-Dentista. Bacharel em Odontologia (1929). Filho de Antonio Ribeiro de Melo e Isabel Pontes de Melo. Nasceu em Teresina-PI, em 11-6-1907. Um dos fundadores da Faculdade de Odontologia. Com a criação da UFPI, passou a integrar o dessa IES. Faleceu em Teresina em 13-3-1973.

OLIVEIRA, Creso Genuíno de. Odontólogo (Cirurgião-Dentista). Bacharel em Odontologia pela Universidade do Brasil, UFRJ (1951). Nascido em Teresina-PI, em 08-06-1915. Filho de Edmundo Genuíno de Oliveira e Maria Luiza Beles. Um dos fundadores das Faculdades de Odontologia do Piauí. Após a criação da Universidade Federal do Piauí passou a compor o quadro dessa IES.

OLIVEIRA, Gilberto Mendes de. Odontólogo (Cirurgião-Dentista). Bacharel em Odontologia pela Faculdade de Odontologia do Piauí, (1968). Nasceu em Teresina-PI, em 25-4-1943. Filho de Joaquim Mendes de Oliveira e Isabel Elise de Oliveira. Egresso da turma de 1968. Após a criação da Universidade Federal do Piauí, passou a compor o quadro dessa IES.

LISTA BIOGRÁFICA Nº 04: SELEÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA DO PIAUÍ, PERÍODO DE 1968-1971

ATHAYDE, Cândido de Almeida. Professor. Médico. Bacharel em Medicina. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929. Nasceu na antiga Vila de Tutoia-MA, em 1904. Filho de Arthur de Almeida Athayde e Franklina Gomes de Almeida. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Foi o primeiro Diretor da Faculdade de Administração do Piauí (1969). Intelectual. Acadêmico da Academia Parnaibana de Letras. Prefeito (1945-1946) e Vereador (1948-1950), recebeu o título de “Cidadão Parnaibano”. Faleceu em 1987.

ATAÍDE, Carlos Henrique Pires de. Bacharel em Farmácia. Professor e Farmacêutico. Bacharel em Farmácia. Nasceu em Parnaíba-PI, em 1935. Filho de Cândido de Almeida Athayde e Altair P. Athayde. Admitido na Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba em 1969. Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

COELHO, Humberto. Professor. Engenheiro Agrônomo. Nasceu em Uruçuí-PI, em 1940. Filho de Onofre Martins de Sousa e Auristela P. Sousa. Admitido na Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba em 1971. Integrado ao Quadro Permanente Universidade Federal do Piauí como Professor colaborador II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário: Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiro).

CORREIA, Lauro de Andrade. Professor, Engenheiro, Advogado e Político. Bacharel em Engenharia Industrial e Direito. Nasceu em 7-1924. Professor, Engenheiro

Químico Industrial, Advogado e Diretor de Indústria. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969) e do Campus Ministro Reis Veloso/UFPI. Filho de Constantino Moraes Correia e Consuelo Andrade Correia. Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor colaborador III. Regime de Trabalho: Tempo Integral. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros). Foi Professor. Coordenador do Curso de Administração e Vice-Diretor da Faculdade. Por 11 anos exerceu a função de Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí. Recebeu o título de Professor Emérito, comenda proferida pelo Reitor da UFPI, Prof. Camillo da Silveira Filho, em reconhecimento pelo trabalho realizado no Ensino Superior daquela cidade. Foi Prefeito de Parnaíba (1962-1966). É intelectual e escritor. Acadêmico da Academia Parnaibana de Letras.

JACOB, Marc Theoplile. Professor e Advogado. Bacharel em Direito. Nasceu em Parnaíba-PI, em 1931. Filho de Roland Gabriel Jacob e Suzanne Jacob. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador II. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

LANDIM FILHO, José Emiliano. Professor e Magistrado. Bacharel em Direito. Nasceu na cidade de São Raimundo Nonato-PI, em 1926. Filho de José Emiliano Paes Landim e Honorina Borges Paes Landim. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador II, em 1971. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.652,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros).

MACHADO. José Pinheiro. Professor, Administrador e Advogado. Bacharel em

Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí (1959). Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará (1968). Nasceu em Parnaíba, em 1918. Filho de Pedro Machado de Moraes e Maria de Lourdes Pinheiro Machado. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor Titular. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Foi presidente da Fundação Educacional de Parnaíba, que criou a Faculdade de Administração da Parnaíba. Vice-presidente da Companhia de Força e Luz. Diretor da empresa Telefones Norte do Piauí S/A da Companhia de Águas e Esgotos do Norte do Piauí. Presidente da Rádio Educadora de Parnaíba. Conselheiro do Serviço Social do Comercio no Piauí. Político, foi vereador pela UDN, e deputado federal pela ARENA, em 1970, 1974 e 1978.

MIRANDA, Walter de Carvalho. Magistrado e Professor. Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito o Piauí (1952). Nasceu em Barras-PI, em 1925. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor Titular. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Promotor Público em Gilbués. Ingressou na magistratura em 1956, através de concurso. Foi Juiz de Direito em Esperantina, Corrente, São Raimundo Nonato, José de Freiras, Barras, Parnaíba (17 anos). Desembargador. Corregedor Geral de Justiça do Piauí, escolhido pelo Tribunal de Justiça. Membro Efetivo do TER-PI. Eleito Presidente, renunciou ao cargo e, conseqüentemente, à Presidência do TER-PI, para assumir o cargo de Corregedor Geral do Tribunal de Justiça.

MATOS, Rogério de Castro. Professor e Magistrado. Bacharel em Direito e Pós-Graduado em Direito e Livre Docência em Economia Política. Nasceu em Pimenteiras-PI, em 1914. Filho de João da Silva Matos e Luzia de Castro Matos.

Admitido na Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba, em 1970. Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador III. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.538,00 (hum mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros).

PIRES, José Nelson de Carvalho. Professor. Graduado em Educação Física. Nasceu em Barras-PI em 1924. Professor da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba. Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador em 1971. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Em 1972, foi transferido para o Campus da Ininga, atual Ministro Petrônio Portella, para implantar o Curso de Educação Física daquela IES. Primeiro Professor de Educação Física do Piauí. Formado pela Universidade do Brasil.

SAMPAIO, Antonio Monteiro, Mons. Professor e Sacerdote. Graduado em Filosofia. Nasceu na cidade de Parnaíba-PI, em 1936. Filho de José Francisco Ferreira da Silva e Maria C. da Silva. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor colaborador IV, em 1970. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.790,00 (hum mil e setecentos e noventa cruzeiros).

SELIGMA, Antonio Emílio Araújo. Professor e Engenheiro. Bacharel em Engenharia Mecânica. Nasceu em Parnaíba-PI em 1943. Filho de Manoel R. Seligma e Francy F. A. Seligma. Um dos fundadores da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba (1969). Após a faculdade ser federalizada pela Universidade Federal do Piauí foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor colaborador II em 1970. Regime de Trabalho Tempo Parcial 12 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas. Centro de Ciências Humanas e

Letras-CCHL com Salário: Cr\$ 1.225,00 (hum mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros).

SOUSA FILHO, Onofre Martins de. Professor e Técnico em Administração. Bacharel em Administração. Nasceu em Parnaíba-PI, em 1949. Filho de Onofre Martins de Sousa e Auristela P. Sousa. Integrado ao Quadro Permanente da Universidade Federal do Piauí, em 1972, como Professor colaborador I. Regime de Trabalho: Tempo Parcial, 24 horas semanais. Lotado no Departamento de Administração de Empresas, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, com Salário de Cr\$1.092,00 (hum mil e noventa e dois cruzeiros).

LISTA BIOGRÁFICA Nº 05: SELEÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE
MEDICINA DO PIAUÍ, PERÍODO DE 1968-1971

ARAÚJO, Lineu da Costa. Médico e Professor. Graduado em medicina. Nasceu em 22-7-1909. Filho de Antonio da Costa Araújo e Paz Costa Araújo e Clotilde Paz da Costa Araújo. Foi professor da FAFI. Um dos fundadores da Faculdade de Medicina. Professor Titular da UFPI. Foi Diretor do HGV (3 mandatos). Chefe da Clínica Médica do HGV. Associação Piauiense de Medicina (1939). Presidente do CRM-PI (1963-1988). Pró-Reitor e Reitor da UFPI.

ARCOVERDE, Dirceu Mendes. Médico e Professor. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Filho de Miguel Arcoverde Vieira e Augusta Mendes Arcoverde. Nasceu em Amarante-PI, em 1925. Um dos fundadores da faculdade de Odontologia do Piauí, em 1960. Com a criação da Faculdade de Medicina do Piauí, em 1966, torna-se professor também dessa Faculdade. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, passa a fazer parte do Quadro de Professores daquela IES. Foi eleito governador do Piauí após indicação de Ernesto Geisel, em 1974. Senador da República, em 1978, falecendo no início do mandato.

MACEDO, Carlyle Guerra de. Médico e Professor. Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1961). Mestre em Saúde Pública, Universidade do Chile (1968). Grau (honroso), Escola Nacional de Saúde Pública, RJ (1984). Realizou, no Chile, curso sobre Dinâmica da População no Centro Latino-americano de Demografia (CELADE). Pós-Graduado em Planificação de Saúde pelo Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social – ILPES (1964). Um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Piauí. No ILPES, posteriormente ingressou como instrutor. Ainda em 1964, concluiu um curso de Capacitação em Técnicas de Desenvolvimento Econômico, organizado pela SUDENE/CEPAL. Em 1967, viajou para os Estados Unidos, onde frequentou o curso e o seminário sobre Administração de Saúde e Comunicações na Universidade da Carolina do Norte e na Universidade de Pittsburgh. Nasceu em Curimatá-PI, em 15-4-1937. Filho de Júlio Borges e Arquimínia Guerra de Macedo. No período de 1962 e 1963, recém-formado, coordenou o Projeto de Colonização do Maranhão e à organização e chefia da Divisão de Saúde no Departamento de

Recursos Humanos, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi responsável pela implantação da Secretaria de Saúde do Estado de Piauí, onde organizou o Primeiro Plano Estatal de Saúde (1965-66), lá permaneceu até 1970. Foi também membro do Conselho de Desenvolvimento, no mesmo estado, durante o período 1966-1969. Foi chefe da divisão de treinamento, Centro Pan-Americano de Planejamento da Saúde, Santiago, Chile, (1970-1975), coordenador de treinamento estratégico de pessoal de saúde, Pan Organização Americana de Saúde, Brasília, Brasil, (1976-1983) e diretor da *Pan American Health Organization*, Washington, desde 1983. Professor visitante da escola de saúde pública de diferentes Universidades na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Peru, no Brasil, e no México, de 1963 a 1982. Em 11-2017, recebeu o título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como prova do reconhecimento da UFPI à relevante atuação internacional, com ênfase na América Latina, em especial no Brasil e no Nordeste, incluindo o Piauí.

VASCONCELOS, Gerardo Magela Fortes. Médico e Professor. Graduado em medicina pela Universidade Federal da Bahia. Pós-Graduado em Medicina pelas Universidades de São Paulo; Universidade do Rio de Janeiro e Universidade de Brasília. Filho de Bartolomeu Vasconcelos e Maria Fortes Vasconcelos. Nasceu em Timon-MA, em 10-09-1918. Admitido na Faculdade Federal de Medicina do Piauí em 3-1966. Com a criação da Universidade Federal do Piauí, foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES, como Professor Titular, TP-12 horas. Lotado no Departamento de Medicina do Centro de Ciências da Saúde – CCS, com Salário de Cr\$1.225,00 (um mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros). Presidente da Associação Piauiense de Medicina (1945). Primeiro Presidente do CRM-PI (1958-1963).

LOPES, Francisco das Chagas Machado. Médico. Graduado em medicina pela Universidade da Bahia (1930). Doutor em Análise Clínica. Nascido em Porto Alegre, atual Luzilândia-PI, em 25-4-1911. Em sua formação escolar e profissional, estudou no Colégio Diocesano, em Teresina. Foi Professor do Liceu Piauiense. Um dos fundadores das Faculdades de Odontologia de Medicina do Piauí e da Universidade Federal do Piauí, nas quais exerceu a docência. No exercício da medicina foi considerado “médico de visão e criterioso”. Exerceu o cargo de superintendente do

serviço médico do extinto Instituto de Assistência e Previdência dos Comerciários (IAPC). Foi um dos fundadores do Conselho Regional de Medicina (CRM-PI). Compôs a equipe da Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE) da UFPI (1971), assumindo a presidência desde 1974. Boa parte de sua história foi pautada em ações nobres realizadas, principalmente ligadas à comunidade acadêmica da UFPI, à frente da COPEVE, desde os primórdios da fundação da Universidade Federal do Piauí até o final da sua existência, em 1990.

RAMOS, Francisco Ferreira Ramos. Médico, Professor e Político. Graduado em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, turma de 1961. Pós-graduado em Neurocirurgia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filho de José Ferreira Ramos e de Francisca da Silva Ramos. Nasceu em Valença-PI, em 13-12-1929. Um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Piauí. Com a criação da Universidade Federal do Piauí foi integrado ao Quadro Permanente daquela IES como Professor Titular. Lotado no Departamento de Medicina do Centro de Ciências da Saúde – CCS. Prof. Titular de Neurologia e Neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Piauí. Prof. da Disciplina de Bases Humanísticas da Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal do Piauí. Médico aposentado da Previdência Social – ex-INAMPS, do Hospital Getúlio Vargas e do Pronto Socorro desse Hospital. Membro titular da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia. Membro titular da *World Federation of Neurosurgical Society*. Membro Fundador e ex-presidente da Sociedade Piauiense de Neurologia e Neurocirurgia. Ex-diretor do Hospital Getúlio Vargas (Hospital Escola) por quatro mandados.

SILVA NETO, Ludgero Raulino da. Médico, Professor e Político. Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco – UPE, (1955). Especializou-se em farmacologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1969). Filho de Francisco Raulino e Rita de Cássia Couto Raulino. Nasceu em Altos-PI, em 09-07-1930. Professor da Faculdade de Medicina do Piauí. Com a criação da UFPI, passou a integrar o quadro de professores daquela IES. Médico plantonista. Foi diretor, durante 20 anos, do ex-Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), hoje incorporado ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Ingressou na política filiando-se

à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime militar instalado no país em abril de 1964, em cuja legenda se elegeu deputado federal no pleito de novembro de 1978. Tornou-se titular da Comissão de Saúde e suplente das comissões de Educação e Cultura e do Interior. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a conseqüente reorganização partidária, entrou no ano seguinte no Partido Democrático Social (PDS), agremiação que substituiu a ARENA no apoio ao governo. Em 1982, elegeu-se deputado federal, iniciando novo mandato em fevereiro do ano seguinte. No final de 1983, o deputado mato-grossense Dante de Oliveira, (PMDB), apresentou na Câmara um projeto de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para a presidência da República para o ano seguinte. Encampado pelas oposições, esse projeto proporcionou o desencadeamento da campanha das diretas. Na sessão da Câmara dos Deputados de 25-4-1984, o deputado Ludgero Raulino, cumprindo determinação partidária, ausentou-se da votação, e a emenda, por falta de 22 votos, não foi aprovada, o que a impediu de ser enviada para apreciação do Senado. Realizada a convenção em agosto de 1984, Ludgero Raulino votou em Maluf, que derrotou Andreazza. Enquanto isso, o deputado cearense Flávio Marclio ganhava a disputa com o então governador alagoano Divaldo Suruagi pela condição de candidato a vice-presidente. Definidos Paulo Maluf e Flávio Marclio (CE) como candidatos da situação, os partidos de oposição, com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), liderados pelo PMDB, e a Frente Liberal, reunidos na Aliança Democrática, lançaram Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, e José Sarney, senador pelo Maranhão, para presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Na sessão do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Ludgero Raulino votou em Paulo Maluf, que foi derrotado por Tancredo Neves. A doença do presidente eleito permitiu que o seu vice, José Sarney, assumisse o poder, em caráter interino, no dia 15 de março desse ano, e fosse efetivado no mês seguinte, após a morte do titular. No pleito de novembro de 1986, tentou nova reeleição, desta feita para a Constituinte, mas só conseguiu uma suplência. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o final de janeiro do ano seguinte, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Retomou, em seguida, suas atividades de médico e professor, não tendo voltado a disputar uma cadeira no Legislativo Federal nos pleitos subsequentes.

NUNES, José Nathan Portella. Médico e Professor. Graduado em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro. Cardiologista e Clínico. Nasceu em Valença do Piauí-PI, em 20-12-1916. Filho de Eustáquio Portela Nunes e de Maria de Deus Ferreira Nunes. Professor da Faculdade Universidade Federal do Piauí. Titular Emérito do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Reitor da UFPI (1986-1988). Professor da Disciplina de Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias do CCS na UFPI.

PIRES, Luiz Gonzaga. Médico e Professor. Graduado em Medicina pela Universidade do Pará. Patologista. Doutor em Medicina. Coursou Especialização no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Pará; Bacteriologia da Tuberculose no Hospital São Sebastião no Rio de Janeiro; Microbiologia e Imunologia no Instituto Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro. Nasceu em Balsas-MA, em 1921. Filho de Álvaro Pires Ferreira e Marina Coelho de Souza. Professor da Faculdade de Medicina do Piauí. Professor da Universidade Federal do Piauí. Secretário de Educação do Estado do Piauí nos governos de Lucídio Portella Nunes, Dirceu Arcoverde e Djalma Veloso. Presidente da Associação Piauiense de Medicina (1970).

ROCHA, Zenon. Médico Cirurgião e Professor universitário. Graduado em medicina pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (1939). Nasceu em Maceió-AL, em 03-12- 1915. Radicou-se em Teresina ainda menino, onde concluiu sua formação fundamental. Foi o primeiro médico do Hospital Areolino de Abreu (Teresina), meses depois assumiu a direção do posto de saúde da cidade de José de Freitas, onde permaneceu por um ano. Retornou ao Rio de Janeiro para a realização de treinamentos em anestesia e transfusão sanguínea. Retornou a Teresina, e integrou-se ao Serviço de Clínica Cirúrgica do Hospital Getúlio Vargas (HGV) criado pelo Dr. Rocha Furtado, onde teve a responsabilidade da criação do Núcleo de Estudos Científicos (NEC). Em 1946, assumiu o Serviço de Cirurgia do HGV, onde permaneceu até o seu falecimento, em 07-05-1990. Foi Fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina do Piauí (1968). Responsável pela estruturação e primeiro Diretor do Centro de Ciências da Saúde da UFPI; Coordenador da Área de Clínica Cirúrgica (desde a fundação da UFPI até 1990). Criou o Programa de Residência Médica em Cirurgia no ano de 1989, no Piauí. Durante várias décadas, foi cirurgião referencial, não só no Piauí, mas nos

estados vizinhos. Distinguiu-se pelas suas ativas participações em congressos e publicações de trabalhos científicos em nível nacional. Muito meticoloso e exigente consigo mesmo, foi um estudioso da Medicina e das técnicas cirúrgicas. A integridade e o prestígio profissional, o fizeram merecedor de cargos e títulos, tais como: Diretoria do Hospital Getúlio Vargas; Presidente da Comissão Instituidora da Fundação de Ensino Superior do Estado do Piauí; Presidente da Associação Piauiense de Medicina; Mestre do Capítulo no Piauí do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; Membro fundador e vice-presidente da Academia de Medicina do Piauí; Título de Cidadão Piauiense; Diploma de Honra ao Mérito por contribuição ao Ensino e ao Desenvolvimento da Cirurgia Brasileira, conferido pelo Colégio Internacional de Cirurgiões.

APÊNDICE 2: QUADROS

Fundadores/Corpo Docente aceitos pelo CFE/ (1969).

Formação	Fundadores/docentes	Função
Médico	Cândido de Almeida Athayde	Diretor/professor
Engenheiro	Lauro Andrade Correia	Professor
Teólogo	Mons. Antonio Monteiro Sampaio	Professor
Engenheiro	Antonio Emílio de A. Seligman	Professor
Engenheiro	Benedito Raimundo Alves Pereira	Professor
Advogado	José Pinheiro Machado	Professor
Advogado	Carlos Alberto Teixeira	Professor
Advogado	Walter de Carvalho Miranda	Professor
Advogado	José Emiliano Paes Landim Filho	Professor
Advogado	Francisco de Assis Cajubá de Brito	Professor
Advogado	Marc Theophile Jacob	Professor
Advogado	Leônidas de Castro Melo Sobrinho	Professor
Advogado	Israel Broder	Professor
Economista	Antonio Thomaz da Costa Filho	Professor
Farmacêutico	Carlos Henrique Pires de Athayde	Professor
Total		16

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

Representativo de Estabelecimentos Federalizados pela Lei nº 1.254/1950.

Inciso/Estado	Instituição Federalizada/Custeio
I - Pará	Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará Faculdade de Direito do Pará Faculdade de Farmácia de Belém do Pará
II - Maranhão	Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão; Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão
III - Piauí	Faculdade de Direito do Piauí
IV - Ceará	Faculdade de Farmácia e Odontologia.
V- Espírito Santo	Faculdade de Direito
VI- Pernambuco	Faculdade de Filosofia; Escola de Química
VII - Bahia	Faculdade de Filosofia; Faculdade de Ciências Econômicas. Faculdade de Belas Artes com curso de arquitetura
VIII - Rio de Janeiro	Faculdade Fluminense de Medicina.
IX- Paraná	Reitoria da Universidade Faculdade de Filosofia Faculdade de Direito Faculdade de Medicina Faculdade de Engenharia Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade, inclusive imprensa universitária.
X- Rio Grande do Sul	Faculdade de Filosofia Faculdade de Direito. Escola de Engenharia com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo, e de Química. Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina Escola de Agronomia e Veterinária. Faculdade de Ciências Econômicas Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes Faculdade de Direito de Pelotas Faculdade de Odontologia de Pelotas. Faculdade de Farmácia de Santa Maria.

Fonte: Lei nº 1.523, de 26 de dezembro de 1951. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1523-26-dezembro-1951-362035-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 2 mar.2018.

Criação de Universidades no Brasil e Modalidade de Federalização

(continuação)

Ano	Tipo de Federalização	Situação Anterior	Situação Atual	Governo
1920	4	Sem Vínculo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Epitácio Pessoa
1949	3	Universidade de Minas Gerais (1927)	Universidade Federal de Minas Gerais	Eurico Gaspar Dutra
1950	3	Universidade do Rio Grande do Sul (1947)	Universidade do Rio Grande do Sul	
	3	Universidade da Bahia (1946)	Universidade da Bahia	
	3	Universidade do Paraná (1892)	Universidade do Paraná	
1954	3	União de Escolas Existentes	Universidade Federal do Ceará	João Café Filho
1955	3	Escola Superior de Agricultura e Escola Superior de Medicina e Veterinária	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Carlos Coimbra da Luz
1960	3	União de 5 Escolas Superiores	Universidade Federal de Goiás	Juscelino Kubitschek
	4	-	Universidade Federal de Juiz de Fora	
	2	Congregou 7 faculdades: federais, estaduais e privadas de Belém	Universidade Federal do Pará	
	3	Universidade da Paraíba	Universidade Federal da Paraíba	
	4	-	Universidade Federal de Santa Maria	
	4	-	Universidade Federal Fluminense	
	3	Universidade do Rio Grande do Norte (1958)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
	3	Faculdade de Direito	Universidade Federal de Santa Catarina	
1961	4	-	Universidade Federal do Espírito Santo	
	4	-	Universidade Federal de Alagoas	

Criação de Universidades no Brasil e Modalidade de Federalização

(Conclusão)

Ano	Tipo de Federalização	Situação Anterior	Situação Atual	Governo
1962	3	Escola Universitária Livre de Manaus (1909)	Fundação Univ. Federal do Amazonas	João Goulart
	4	-	Fundação Univ. de Brasília	
1963	1	Universidade Rural do Brasil (1943)	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Castello Branco
1965	3	Universidade do Recife (1946)	Univ. Federal de Pernambuco	
1966		Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão (1953)	Fundação Univ. do Maranhão	Costa e Silva
1967	3	Junção de Faculdades e Escolas Estaduais (1950)	Fundação Univ. Federal do Sergipe	
	3	Faculdade de Direito do Piauí (1945)	Fundação Univ. Federal do Piauí	São Carlos
	1	Universidade Federal de São Paulo (1960)	Fundação Univ. Federal de São Carlos	
1969	3	Universidade Estadual Rural de Minas Gerais (UREMG 1948)	Fundação Univ. Federal de Viçosa	Ouro Preto
	3	Instituída com a incorporação de escolas superiores	Fundação Univ. Federal de Ouro Preto	
	1	Fundação cidade do Rio Grande (1953)	Fundação Univ. Federal do Rio Grande	Pelotas
	1	Univ. Federal rural do Rio Grande do Sul (1960)	Fundação Univ. Federal de Pelotas	
	4	-	Fundação Univ. Federal de Uberlândia	

Fonte: MEC/SESu – 2006.

LEGENDA: Transformação de instituições federais em universidade federal

- (1) Federalização em si
- (2) Transformação de natureza mista
- (3) Criação com vínculos
- (4) Criação sem vínculos

Montagem do Conselho Diretor Colegiado da Universidade do Piauí, apontando nominalmente Conselheiros e Suplentes.

CONSELHEIROS	SUPLENTES
Luiz Nodji Nogueira Filho	José Lopes dos Santos
Lineu da Costa Araújo	Clemente Honório Parentes Fortes
Renato Ferreira Paes	João Almeida Costa
Dirceu Mendes Arcoverde	José Camilo da Silveira Filho
Mons. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves	José Camilo da Silveira Filho
Mons. Antonio Monteiro Sampaio	Mons. Antonio Monteiro Sampaio

Fonte: Dados coletados de BELLO, 1980, 112-113.

Comissão de Alto Nível conforme Ofício Nº 70/69, emitido pelo Governador Helvídio Nunes de Barros.

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE/FUNÇÃO
Faculdade de Direito	Prof. Clemente Fortes - Diretor
Faculdade de Filosofia	Pe. Raimundo José de Ayremoraes Soares - Diretor
Faculdade de Odontologia	Prof. Mariano de Almendra Gayoso Castelo Branco - Diretor
Faculdade de Medicina	Prof. Zenon Rocha – Diretor
Fundação do Ensino Superior do Piauí	Prof. Manoel Paulo Nunes – Presidente
Representação Estudantil	Estudantes de cada uma das três Faculdades

Fonte: Dados coletados de BELLO, 1980, 112-113.

ANEXOS

ANEXO 01: ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01: Clube dos Diários¹²⁹, espaço da realização da primeira reunião, 14-1931, de criação da UFPI.



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

ILUSTRAÇÃO 02: Câmara dos Deputados – Local onde funcionou provisoriamente a Faculdade de Direito do Piauí.



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=câmara+dos+deputados+câmara>. Acesso em: 5 jul. 2017.

¹²⁹ Espaço construído na década de 1920, localizado à Rua Álvaro Mendes, centro de Teresina. Foi um clube recreativo de muita efervescência, palco de inúmeros acontecimentos culturais. Sofreu decadência até ser desativado na década de 1970.

ILUSTRAÇÃO 03: Prédio da Secretaria de Fazenda do Piauí em Teresina



Fonte: Arquivo Público, em 5-4-2017.

ILUSTRAÇÃO 04: Inaugural da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizada em 07.04.1958, no Auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, sede provisória da Faculdade saudações de Dom Avelar Brandão Vilela.



Fonte: Arquivo do CCHL da UFPI.

ILUSTRAÇÃO 05: Aula inaugural da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, realizada em 07.04.1958, proferida pelo professor Clemente Fortes.



Fonte: Arquivo do CCHL da UFPI.

ILUSTRAÇÃO 06: Placa da primeira turma de Direito de 1935.



Fonte: MELO, 2006, 119.

ANEXO 02: LEIS E DOCUMENTOS

Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950

Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados, na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por Lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro.

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

I - Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, exceto a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, e, inclusive, na Universidade do Recife, a Faculdade Estadual de Filosofia, a que se refere o Decreto nº 28.092, de 8 de maio de 1950, incluídas também a Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul e ainda a Faculdade de Direito de Pelotas, a Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, ambas já incorporadas à mesma Universidade do Rio Grande do Sul; (*Vide Lei nº 4.283, de 18/11/1963*)

II - A Faculdade de Direito do Amazonas, a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, a Faculdade de Direito do Pará, a Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, a Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a Faculdade de Direito do Piauí, a Faculdade de Direito do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, a Faculdade de Direito de Alagoas, a Faculdade de Direito do Espírito Santo, a Faculdade Fluminense de Medicina, os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, a Faculdade de Direito de Goiás, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte e a Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa. (*Vide Lei nº 4.662, de 2/6/1965*)

§ 1º A Universidade do Rio Grande do Sul promoverá o desmembramento do curso de Arquitetura, existente na Escola de Engenharia, que passará a constituir, conjuntamente com o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Arquitetura.

§ 2º A Universidade da Bahia promoverá, oportunamente, o desmembramento do curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes para constituir a Faculdade de Arquitetura, como unidade distinta.

Art. 4º Independente de qualquer indenização, são incorporados ao Patrimônio Nacional todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela presente Lei.

Parágrafo único. Os bens inalienáveis continuarão a integrar o patrimônio dos estabelecimentos e a ser por eles administrados, somente podendo suas rendas ser empregadas em conservação, melhoramento ou ampliação dos mesmos e em pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado.

Art. 5º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da publicação desta Lei, do pessoal dos estabelecimentos ora federalizados nas seguintes condições:

I - Os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério.

II - Os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, as Universidades e os estabelecimentos isolados, federalizados por esta Lei, apresentarão ao Ministério da Educação e Saúde a relação de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham a data da admissão e a remuneração.

§ 2º Os professores não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência da cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

Art. 6º Aos alunos atualmente matriculados e que frequentam o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte é assegurado o direito de concluírem os respectivos cursos, de acordo com as exigências da legislação anterior.

Art. 7º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde os seguintes cargos:

I - Na Universidade do Recife: (*Vide Lei nº 2.337, de 20/11/1954*)

53 professores catedráticos, padrão O na Faculdade de Filosofia;

12 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Química;

II - Na Universidade da Bahia:

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

39 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Belas Artes, sendo 27 para o curso de Arquitetura e 12 para o de Belas Artes;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas;

III - Na Universidade do Paraná: (*Vide Lei nº 3.463, de 20/11/1958*)

1 Reitor, símbolo CC-3;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito;

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

47 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Medicina, sendo 33 para o curso de Medicina, 7 para o de Odontologia e 7 para o de Farmácia;

30 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas (atual Faculdade de Administração e Finanças);

IV - na Universidade do Rio Grande do Sul: 1 Reitor, símbolo CC-3;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Porto Alegre;

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

53 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, sendo 41 para o curso de Engenharia e 12 para o de Química Industrial;

30 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, para o curso de Arquitetura e Urbanismo, os quais deverão integrar a Faculdade de Arquitetura, quando constituída, nos termos do § 1º do Art. 3º desta Lei;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Pelotas;

14 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Odontologia de Pelotas;

12 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia de Santa Maria;

35 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Agronomia e Veterinária, sendo 21 para o curso de Agronomia e 14 para o de Veterinária;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas (atual Faculdade de Economia e Administração);

V - na Universidade de Minas Gerais: 1 Reitor, símbolo CC-3;

VI - 12 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia de Belém do Pará;

VII - 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Pará;

VIII - 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão;

IX - 24 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão;

X - 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Piauí;

XI - 24 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará;

XII - 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Espírito Santo;

XIII - 44 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói, sendo 35 para o curso de Medicina e 9 para o de Odontologia; (*Vide Lei nº 3.463, de 20/11/1958*)

XIV - 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Goiás;

XV - 19 professores catedráticos, padrão O, na Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa;

XVI - 12 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Farmácia de Ouro Preto;

XVII - 27 professores catedráticos, padrão O, e 8 professores, padrão K, no Conservatório Mineiro de Música, de Belo Horizonte;

XVIII - 27 professores catedráticos, padrão O, e 8 professores, padrão K, para os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes, de Porto Alegre.

§ 1º O provimento dos cargos de professor catedrático, criados neste artigo para Faculdades de Filosofia, far-se-á na forma da Lei e à medida que forem sendo instalados os cursos e se verificar a sua progressão, podendo-se, entretanto admitir, mediante contrato, professores nacionais ou estrangeiros, por proposta justificada do Conselho Universitário ao Ministério da Educação e Saúde.

§ 2º Esta medida será extensiva no tocante à sua última parte, aos cursos de Arquitetura das Universidades do Rio Grande do Sul e do Recife.

Art. 8º São criadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 5 funções gratificadas de Secretário FG-5 e 5 de Chefe de Portaria FG-7, distribuídas igualmente pelas reitorias das Universidades do Recife, da Bahia, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e 29 funções gratificadas de Diretor FG-3, 29 de Secretário FG-5 e 29 de Chefe de Portaria FG-7, também distribuídas, igualmente, pelos estabelecimentos federalizados por esta Lei e pelas de ns. 1.014, de 24 de dezembro de 1949 e 1.049, de 3 de janeiro de 1950.

Art. 9º Para cumprimento do disposto nesta Lei bem como nas Leis ns. 604, de 3 de janeiro de 1949, 1.014, de 24 de dezembro de 1949 e 1.049, de 3 de janeiro de 1950 durante o segundo semestre de 1950, é aberto pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$78.555.390,00 (setenta e oito milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa cruzeiros), sendo Cr\$50.502.400,00 (cinquenta milhões, quinhentos e dois mil e quatrocentos cruzeiros) para pessoal permanente Cr\$570.600,00 (quinhentos e setenta mil e seiscentos cruzeiros) para funções gratificadas, Cr\$17.313.690,00 (dezessete milhões, trezentos e treze mil e seiscentos e noventa cruzeiros) para pessoal extranumerário, Cr\$7.475.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para material e Cr\$2.693.700,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e setecentos e cruzeiros) para a Escola de Engenharia de Juiz de Fora, tudo de acordo com a discriminação do quadro único, a que se refere o Art. 21 desta Lei.

Art. 10. As funções gratificadas de Secretário e de Chefe de Portaria, referidas nesta Lei, poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 11. É integrada na Universidade de Minas Gerais a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, a que se refere a Lei nº 976, de 17 de dezembro de 1949, e mantido crédito especial aberto pelo item II do Art. 7º da Lei citada, destinado exclusivamente a material.

Art. 12. É incorporada à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais a Escola de Enfermagem Carlos Chagas com a dotação anual de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sendo, para pessoal extranumerário Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e, para material, Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 13. É criada uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul com a dotação anual de Cr\$1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil cruzeiros), sendo Cr\$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) para pessoal extranumerário e Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para material.

Art. 14. Dentro de 120 (cento e vinte) dias os Conselhos Universitários das Universidades do Rio Grande do Sul e do Paraná submeterão os projetos de seus estatutos ao Poder Executivo, regendo-se, até sua aprovação, pelos atuais estatutos, aprovados pelos Decretos ns. 6.627, de 19 de dezembro de 1940 e 9.323, de 6 de junho de 1946.

Art. 15. Os cursos anexos de caráter propedêutico ou de aplicação, grau médio, embora se subordinem didática e administrativamente aos estabelecimentos a que estão ligados, não são considerados universitários devendo seu funcionamento ser disciplinado no regulamento do respectivo estabelecimento.

Art. 16. Na categoria de estabelecimentos, mantidos pelos poderes públicos locais ou por entidades de caráter privado com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, estão compreendidas: (*Vide Lei nº 4.764, de 30/8/1965*)

- I - A Faculdade de Direito da Universidade da Bahia;
- II - A Faculdade de Direito de Santa Catarina;
- III - A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás;
- IV - A Faculdade de Filosofia de Goiás;
- V - A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás;
- VI - (*Revogada pela Lei nº 3.858, de 23/12/1960*)

§ 1º O Orçamento da República consignará anualmente aos estabelecimentos referidos neste artigo, aos já subvencionados à data da publicação desta lei, bem como aos que vierem a ser incluídos nessa categoria, as subvenções abaixo especificadas:

Cr\$

- I - Medicina, Engenharia ou Agronomia e Veterinária . 4.000.000,00
- II - Arquitetura ou Farmácia e Odontologia . 3.000.000,00
- III - Ciências Políticas e Econômicas, Filosofia, Ciências e Letras, Agronomia, Veterinária, Química ou Direito .. 2.500.000,00
- IV - Farmácia, Odontologia ou Sociologia e Política ... 2.000.000,00
- V - Serviço Social, Enfermagem, Educação Física, Belas Artes, Higiene e Saúde Pública, Administração Pública e de Empresa ou Agrimensura .. 1.500.000,00
- VI - Música, Canto Orfeônico, Administração Pública ou Administração de Empresa .. 1.000.000,00 (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 2º Para serem incluídas na categoria de estabelecimentos subvencionados, as Escolas de Ciências Econômicas, Engenharia e Filosofia deverão manter os seguintes cursos, no mínimo:

- I - as de Ciências Econômicas, os de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais; II - as de Engenharia, 2 (dois) de engenheiro (civil, eletricitista, industrial ou de minas);
- III - as de Filosofia, Ciências e Letras: curso de filosofia, 2 (dois) cursos de seção de ciências, 1 (um) de letras e o curso de didática. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 3º A subvenção fixa destinada à Escola de Filosofia, Ciências e Letras, será acrescida de um aumento de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), anuais, para cada novo curso que se instale além de 5 (cinco), depois de 2 (dois) anos de regular funcionamento. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 4º As Escolas de Engenharia perceberão mais Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) anuais de subvenção pelos cursos que mantiverem além do limite estabelecido no inciso II do § 2º deste artigo. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 5º As Escolas de Medicina e Direito farão jus a mais Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) anuais, se tiverem, também, cursos de pós-graduação ou de doutorado, respectivamente. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 6º O Conselho Nacional de Educação, ao manifestar-se sobre o pedido de subvenção, nos termos da legislação em vigor, fixará as condições a que deve obedecer a escola no seu funcionamento, para a percepção anual da mesma. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959*)

§ 7º O pagamento da subvenção só se efetuará, cada ano, depois de comprovada a aplicação da subvenção anteriormente recebida, podendo ser adiado, conforme o caso, até o pronunciamento do Conselho Nacional de Educação, sobre o funcionamento regular dos cursos e o preenchimento das condições estabelecidas. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959)*

§ 8º As Universidades poderão ser incluídas, nos termos em que forem seus estabelecimentos integrantes, na categoria de instituições subvencionadas pela União, com Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), anualmente, para encargos gerais. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959)*

§ 9º Os estabelecimentos e, bem assim, as Universidades, com 5 (cinco) anos de regular funcionamento, poderão ser igualmente incluídos na categoria de subvencionados, inclusive faculdades de Engenharia, com metade dos quantitativos fixados nos §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 8º deste artigo. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959)*

§ 10. Ficam mantidas as subvenções concedidas em leis anteriores, se seus quantitativos forem superiores aos estabelecidos nesta lei. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959)*

§ 11. A exigência relativa ao mínimo de cursos de que tratam os incisos I, II e III, do § 2º, só se tornará efetiva para condicionar a concessão de subvenções anuais a partir do terceiro ano de vigência da presente lei. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.641, de 10/10/1959)*

Art. 17. Mediante mensagem do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, à concessão da subvenção pelo Congresso Nacional, poderão ser incluídos na categoria, a que se refere o artigo anterior, outros estabelecimentos de ensino superior que tenham, pelo menos, 10 (dez) anos de funcionamento regular e número de matrículas que justifique a providência.

Art. 18. Os estabelecimentos isolados federalizados por esta Lei, que se acham relacionados no inciso II do Art. 3º, passam a integrar o Ministério da Educação e Saúde - Diretoria de Ensino Superior e se regerão no que lhes for aplicável, pelos Decretos ns. 20.865, de 20 de dezembro de 1931 e 23.609, de 30 de dezembro de 1933, até expedição de seus regulamentos pelos órgãos próprios, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 19. A Universidade de Minas Gerais continuará a reger-se pela Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1939.

§ 1º Os salários dos extranumerários reger-se-ão pelas referências estabelecidas no Art. 8º da Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948, feita de acordo com a tabela constante do § 2º do aludido Art. 8º, a conversão dos símbolos estipulados em algarismos romanos no Art. 6º da Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1949.

§ 2º Aos assistentes de ensino, extranumerários mensalistas, caberá a referência 27.

Art. 20. É elevado de Cr\$0,50 (cinquenta centavos) o valor do selo de Educação e Saúde, destinando-se o acréscimo a atender aos encargos decorrentes desta Lei.

Art. 21. É o seguinte o quadro, a que se refere o Art. 9º da presente Lei¹³⁰.

RECAPITULAÇÃO

- a) Para unidades já federalizadas, mas sem dotação (6).9.438.040,00
 - b) Dotação para 1 (uma) unidade da categoria de subvencionadas.5.387.400,00
 - c) Dotação pra 34 (trinta e quatro) unidades que passam a ser mantidas diretamente pelo Governo Federal.144.285.340,00
- Soma...159.110.780,00

¹³⁰Dotação prevista consultar: Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-pl.html>>. acessado em 5 abr. 2017.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA
Pedro Calmon
Guilherme da Silveira

Lei nº 1.523, de 26 de dezembro de 1951¹³¹

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei n. 1254, de 04 de dezembro de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de cruzeiros) a fim de atender no exercício de 1951 às despesas com pessoal aos seguintes estabelecimentos de ensino superior federalizados pela Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, inclusive Reitorias das Universidades do Recife, Bahia e de Minas Gerais:

I - Pará:

- 1 - Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.
- 2 - Faculdade de Direito do Pará.
- 3 - Faculdade de Farmácia de Belém do Pará.

II - Maranhão:

- 4 - Faculdade de Direito de São Luis do Maranhão.
- 5 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

III - Piauí:

- 6 - Faculdade de Direito do Piauí.

IV - Ceará:

- 7 - Faculdade de Farmácia e Odontologia.

V - Pernambuco:

- 8 - Faculdade de Filosofia.
- 9 - Escola de Química.

VI - Bahia:

- 10 - Faculdade de Filosofia.
- 11 - Faculdade de Ciências Econômicas.
- 12 - Faculdade de Belas Artes com curso de arquitetura.

VII - Espírito Santo:

- 13 - Faculdade de Direito.

VIII - Rio de Janeiro:

- 14 - Faculdade Fluminense de Medicina.

IX - Paraná:

- 15 - Reitoria da Universidade.
- 16 - Faculdade de Filosofia.
- 17 - Faculdade de Direito.
- 18 - Faculdade de Medicina.

19 - Faculdade de Engenharia.

20 - Faculdade de Ciências Econômicas.

X - Rio Grande do Sul:

21 - Faculdade de Filosofia.

22 - Faculdade de Direito.

23 - Escola de Engenharia com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo, e de Química.

24 - Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina.

25 - Escola de Agronomia e Veterinária.

¹³¹ Fonte: Câmara Legislativa. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1523-26-dezembro-1951-362035-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 5 abr. 2017.

- 26 - Faculdade de Ciências Econômicas.
- 27 - Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes.
- 28 - Faculdade de Direito de Pelotas.
- 29 - Faculdade de Odontologia de Pelotas.
- 30 - Faculdade de Farmácia de Santa Maria.
- 31 - Reitoria da Universidade, inclusive imprensa universitária.

XI - Goiás:

- 32 - Faculdade de Direito:

XII - Minas Gerais:

- 33 - Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina.
- 34 - Conservatório Mineiro de Música.
- 35 - Escola de Farmácia de Ouro Preto.
- 36 - Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa.

Art. 2º O crédito de que trata a presente Lei atenderá inclusive as despesas realizadas a partir de 14 de janeiro de 1951.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer.

Lei Nº 2.999 de 5-11-1969

[...] Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O quadro de pessoal da administração direta e autárquica e polícia militar do Piauí quanto aos cargos postos ou graduação grupos níveis e vencimentos, obedecerá às normas, estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - fica aprovada a tabela de níveis com os respectivos valores constantes no Anexo nº 1.

Art. 3º ficam instituídos 5 (cinco) grupos básicos e níveis correspondentes:

Grupo 1 - Níveis 18 a 22

Grupo 2 - Níveis 10 a 17

Grupo 3 - Níveis de 7 a 9

Grupo 4 - Níveis de 4 a 6

Grupo 5 - Níveis de 1 a 3

.....
.....
.....
.....

Art. 19 - O artigo 83, da Lei 2887 de 5-7-1968 terá a seguinte redação: "São categorias de ensino primário:

- a) Professor primário, diplomado por escola normal de grau colegial;
- b) Instrutor de ensino Primário;
- c) Professor Leigo".

Art. 20 - são enquadrados como Instrutor de Ensino Primário e Professor Leigo os atuais ocupantes dos cargos e funções de regentes de ensino, Professor Auxiliar e Professor de Letras, respectivamente, ficando extintos ao vagarem, proibidas, terminantemente, a partir desta data novas nomeações ou admissões para os aludidos cargos. (DIÁRIO OFICIAL, nº 153. p. 2-3, 6-11-1969). [...]

LEI Nº 5.528, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

O presidente da República,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí, sob a forma de fundação, que se regerá por estatuto aprovado em decreto, ouvido o Conselho Federal de Educação.

Art. 2º. A Universidade Federal do Piauí, terá sua sede na cidade de Teresina, e seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes aos estabelecimentos de ensino que passarão a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Art 3º. Integrarão inicialmente a Universidade Federal do Piauí:

- 1) o Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
- 2) o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras;
- 3) a Faculdade de Direito;
- 4) a Faculdade de Odontologia;
- 5) a Faculdade de Medicina;
- 6) a Escola de Enfermagem; e
- 7) a Faculdade de Administração, em Parnaíba.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão levadas à conta do Orçamento da União para 1969 nas respectivas dotações.

Art. 5º. Ministério da Educação e Cultura, enviará ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, exposição de motivos e anteprojeto de lei, autorizando a instituição da Universidade Federal de Mato Grosso.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Favorino Bastos Mércio
Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Decreto nº 64.969, de 11 de Agosto de 1969¹³².

Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o item II do artigo 83 da Constituição,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

¹³²Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1969-08-11;64969>. Decreto nº 64.969, de 11 de Agosto de 1969.

Cópia da Certidão de constituição da UFPI, 1971

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO JOÃO CRISTÓFARO
 Rua Manoel Nogueira, 1155 - Fone: 211-2111
 TERESINA - PIAUÍ

LUIZ PAIVA E SILVA, Tabelião Público 1º Ofício, Oficial de Registro de Imóveis, de Títulos, Documentos e outros papéis e de Protesto de Letras e outros Títulos, desta Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí por nomeação legal etc.

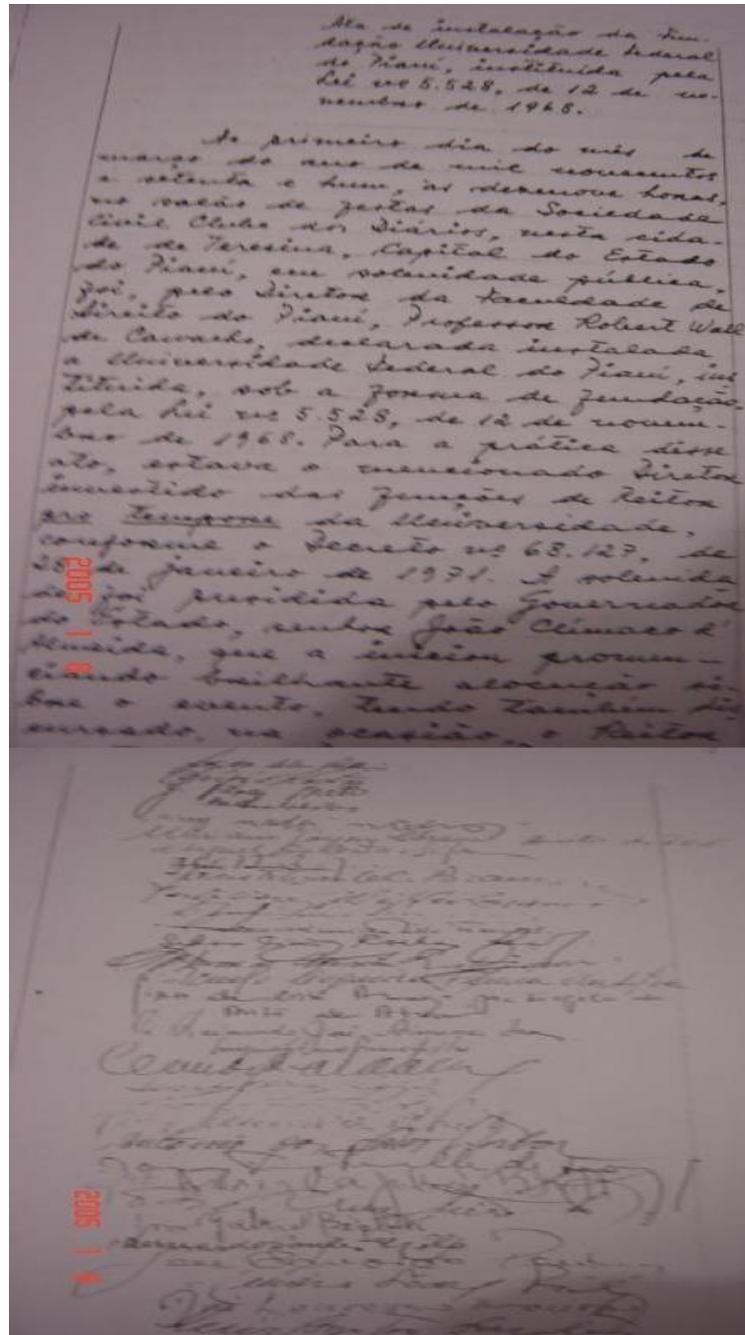
C E R T I D ã O

Certidão de Registro de

Certifico que, revendo em meu Cartório o Livro nº 144, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o nº de Ordem - 399, datado de 22 de dezembro de 1.969, consta o Registro, o qual se foi pedido por Certidão e cujo teor é o seguinte:- Registro da Escritura Pública de Constituição da Fundação Universidade Federal do Piauí, publicada no Diário Oficial do Estado de Piauí nº 209, em 22 de dezembro de 1969, como se segue:- República dos Estados Unidos do Brasil. Cartório João Cristóvão. Rua Lizandro Nogueira, nº1155 - Telefone- 2936. Teresina - Piauí. Luiz Paiva e Silva, Tabelião Público do 1º Ofício, Oficial de Registro de Imóveis, de Títulos, Documentos e Outros papéis e de protestos de Letras e outros Títulos desta Comarca de Teresina, Capital do Estado de Piauí, por nomeação legal etc. **Escritura Pública de Constituição da Fundação Universidade Federal do Piauí** como acima | se declara:- Saibam quantos este público instrumento de escritura Pública de Constituição da Fundação Universidade Federal do Piauí, virem que nos doze (12) dias de agosto de dezembro de ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Teresina, Capital do Estado de Piauí em meu Cartório, à rua Lizandro Nogueira, nº1.155, por se ter sido distribuída esta, compareceram, perante mim Tabelião, as seguintes pessoas:- 1- Dr. Valdecar Ezequiel Leal, brasileiro, casado, procurador da República no Piauí, residente neste capital, à rua Monsenhor Gil, nº1862, que se apresentou ao Diário Oficial da União nº 203, de 22 de outubro de 1969 no qual

Fonte: Cópia cedida pela Secretaria do Conselho da UFPI - Teresina

Cópia da Ata da solenidade pública de Instituição da FUFPI, 1971.



Fonte: Cópia cedida pela Secretaria do Conselho da UFPI-Teresina.